



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LUCYBETH CAMARGO DE ARRUDA

**Naturalmente filmados:
modos de atuar e de viver nos postos indígenas do
SPI na década de 1940**

ORIENTADOR: JOHN MANUEL MONTEIRO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pela aluna Lucybeth Camargo de Arruda e orientada pelo Prof. Dr. John Manuel Monteiro

Campinas, 2012

LUCYBETH CAMARGO DE ARRUDA

**Naturalmente filmados:
modos de atuar e de viver nos postos indígenas do
SPI na década de 1940**

Campinas,
2012



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

LUCYBETH CAMARGO DE ARRUDA

**Naturalmente filmados:
modos de atuar e de viver nos postos indígenas do
SPI na década de 1940**

ORIENTADOR: JOHN MANUEL MONTEIRO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Campinas,
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH

UNICAMP

Ar69n

Arruda, Lucybeth Camargo, 1971-
Naturalmente filmados: modos de atuar e de viver nos
postos indígenas do SPI na década de 1940 / Lucybeth
Camargo de Arruda. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: John Manuel Monteiro
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Serviço de Proteção aos Índios (SPI). 2. Índios da
América do Sul – História. 3. Fotografia. I. Monteiro, John
Manuel, 1956- II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Filmed naturally: ways of acting and of living in Indian
Protection Service posts in Brazil in the 1940s

Palavras-chave em inglês:

Indian Protection Service (SPI)

Indians South America - History

Photography

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutor em Antropologia Social

Banca examinadora:

John Manuel Monteiro [Orientador]

Maria Fátima Roberto Machado

Carlos Augusto da Rocha Freire

Iara Cecília Pimentel Rolim

Christiano Key Tambascia

Data da defesa: 18-05-2012

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

LUCYBETH CAMARGO DE ARRUDA

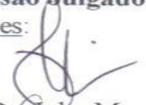
***Naturalmente filmados: modos de atuar e de viver nos
postos indígenas do SPI na década de 1940***

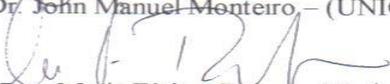
Tese apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social sob orientação do Prof. Dr. John Manuel Monteiro.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora no dia 18 de maio de 2012.

Comissão Julgadora:

Titulares:


Prof. Dr. John Manuel Monteiro – (UNICAMP) - (Presidente)


Prof.ª Dra. Maria Fátima Roberto Machado (UFMT)


Prof. Dr. Carlos Augusto da Rocha Freire (Museu do Índio - RJ)


Prof.ª Dra. Iara Cecilia Pimentel Rolim (USP)


Prof. Dr. Christiano Key Tambascia (UNICAMP)

Suplentes

Prof. Dr. Edson Hely Silva (UFPE)

Prof.ª Dra. Vanessa Rosemary Lea (UNICAMP)

Prof.ª Dra. Izabel Missagia de Mattos (UFRRJ)

AGRADECIMENTOS

Quero aqui de forma pública, agradecer as muitas pessoas que contribuíram de diferentes maneiras e em diversos momentos para a realização e conclusão desta pesquisa, etapa importante de minha vida. Ao tentar nomear essas pessoas, é também, como sempre, correr o risco do esquecimento de nomes. Àqueles/as a quem possivelmente esqueci de agradecer, peço minhas antecipadas e sinceras desculpas.

Sou grata:

Aos colegas da Pós-Graduação em Antropologia e de outros cursos da Unicamp que se tornaram ao longo dessa trajetória, meus amigos. Muito obrigada Sel Ganaes, Hector Guerra, José Maria, Raul Ortiz Contreras, Flávia Melo, Daniel Plá, Daniela Varotto, Paula Gonzalez, José Leon, Eva Maria Roessler, Daniela do Carmo, Igor Scaramuzzi e Adriana, amigos para todas as horas.

Ao meu orientador John Manuel Monteiro pelos vários momentos de orientação em forma de conversas, de aulas, de assistência em PED, de encontros nos GTs da Anpuh, Anpocs e ABA etc.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e seu corpo de funcionários-administrativos (Maria José, Júnior, Cristina e Ema).

Aos meus professores do PPGAS/Unicamp que agradeço através dos nomes de Bela Feldman-Bianco, Arsênio Oswaldo Sevá Filho, Nádia Farage e Heloísa Pontes.

À Univag – Centro Universitário.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT pela bolsa de doutorado, pois sem isso, ficaria muito difícil a dedicação exclusiva.

À Fundação Carolina por proporcionar a pesquisa na Institución Milá y Fontanals del CSIC (Barcelona), sob o orientação Professor Doutor Luis Calvo Calvo.

Ao Professor Luis Calvo Calvo pelas conversas e indicações bibliográficas na área de Antropologia Visual.

À Marta Jardim pela leitura do meu texto de qualificação.

À Maria da Glória Porto Kok que foi uma das leitoras de parte da versão final da tese.

À Patrícia Carvalho Rosa e Hector Guerra pela ajuda com as traduções.

Ao Museu do Índio, do Rio de Janeiro, nas pessoas de Carlos Augusto da Rocha Freire, Rosely, Denise Lasmar e a equipe do Serviço de Arquivo pelas orientações e facilidades nas consultas da documentação microfilmada e audiovisual.

À Denise Araújo pela acolhida no Rio de Janeiro para os períodos de campo.

Aos amigos do Rio, em especial, Alexandra, Luciano, Quentin e Rhea por fazerem do Rio, um lugar especial de pesquisa.

Meu agradecimento especial para Diego Amoedo Martínez, pelo companheirismo e paciência.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos meus pais, Leocy e Elizabeth, às minhas filhas: Luara e Juliana e, aos meus familiares pelo apoio em todos os momentos desta etapa de minha vida. Sem o incentivo, sem a compreensão, sem o apoio de vocês, este trabalho não seria possível.

RESUMO

Esta tese é um exercício de reflexão a partir de fotografias que compõem três coleções fotográficas produzidas pela Seção de Estudos (SE), do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em cinco Postos Indígenas localizados no estado de Mato Grosso, nos anos de 1942 e 1943. A partir de métodos e investigações nos campos da antropologia, fotografia e história, analisamos imagens que foram produzidas pela equipe de Foto-Cinematografia, tendo como suporte a documentação administrativa do SPI, no período de 1910 e 1945, referente aos postos indígenas São Lourenço, Córrego Grande, Cachoeirinha, Taunay e Simões Lopes. A tese tem como objetivo central perceber a participação indígena dentro do “bloco monolítico” chamado de posto indígena. Busca-se observar, refletir, interrogar e problematizar o movimento ambíguo da fotografia, que está para além da objetificação – premente, absoluta – em que ela foi concebida e utilizada. As coleções aqui estudadas foram produzidas a partir dessa compreensão de fotografia, no entanto, faz-se o exercício de partir do “índio” objetificado e, na contramão desse percurso, lançar luz sobre as fraturas que nos fazem encontrar com os Bororo, Bakairi, Terena etc., enquanto agentes do seu processo histórico e parte integrante e importante da formação histórica das regiões onde foram instalados dentro dos postos indígenas. Assim, esta tese produz através de imagens e palavras (documentação do SPI) um instrumento que se complementa e compõe uma narrativa importante da história dos índios nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Postos Indígenas; História dos Índios e do Indigenismo; Fotografia; Serviço de Proteção aos Índios.

ABSTRACT

This thesis critically examines the photographs that comprise three collections assembled in 1942 and 1943 by the Department of Studies of the Brazilian Indian Protection Service (SPI), covering five Indian Posts in the state of Mato Grosso. Drawing together methods and research from the fields of anthropology, photography, and history, this study analyzes images developed by the SPI's Photo-Cinematography team in light of the administrative documents produced by the SPI between 1910 and 1945, with a special focus on the Indian Posts of São Lourenço, Córrego Grande, Cachoeirinha, Taunay, and Simões Lopes. The main objective of the thesis is to perceive the participation and action of Indians within the Posts, often portrayed in the form of a "monolithic bloc". The analysis seeks to observe, reflect on, interrogate, and problematize the photographs' ambiguous character, which goes far beyond the objectification that underlay its conception and use. While the collections emerged from this understanding of photography, the thesis seeks to decodify these images by examining them from the vantage point of the objectified "Indian", discovering in the fractures a counterhistory that allows us to encounter the Bororo, Bakairi, Terena, and other peoples as agents of their historical process and as an integral part of the historical formation of the regions surrounding the Indian Posts. Thus, juxtaposing images and texts (the SPI documents), this study provides an approach that endeavors to compose a significant narrative of indigenous history during the first decades of the twentieth century.

Keywords - Indian Posts; Indigenous Histories; Photography; Brazilian Indian Protection Service.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

CNPI – Conselho Nacional de Proteção aos Índios

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

PIA – Posto Indígena de Atração

PIC – Posto de Criação

PIF – Posto de Fronteira e Vigilância

PIN – Posto Indígena de Assistência, Educação e Nacionalização

RJ – Rio de Janeiro

SARQ – MI - Serviço de Arquivos do Museu do Índio

SE – Seção de Estudos

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FOTOGRAFIAS

1. Imagem SPI02893 – Hasteamento da Bandeira Nacional pelos índios Bororo. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
2. Imagem SPI02891 – Hasteamento da Bandeira Nacional pelos índios Bororo. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
3. Imagem SPI03168 – Homem Bororo com cerca de 20 anos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
4. Imagem SPI03169 – Homem Bororo com cerca de 20 anos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
5. Imagem SPI00117 – Mulher Terena com filho nos braços. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
6. Imagem SPI00119 – Mulher Terena com filho nos braços. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
7. Imagem SPI02648 – Índios Bakairi colocando grama em frente ao Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
8. Imagem SPI00794 – Rua do posto com habitações Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
9. Imagem SPI00341 – Fabricação de tijolos por índios Terena na olaria do Posto Cachoeirinha. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
10. Imagem SPI03131 – Índio Bororo enfeitado para festa. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ. SARQ – MI. RJ.
11. Imagem SPI00673 – Índia Terena num tear fazendo uma rede de dormir com fio de tucum. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
12. Imagem SPI00561 – Chefe da equipe etnográfica Harald Schultz com o capitão do Ipeque. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

13. Imagem SPI00052 – Homem com adornos corporais da festa do Bate-pau ao lado do membro da Comissão Etnográfica do SPI, Heinz Forthmann. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
14. Imagem SPI00053 – Índios Terena descansando com membros da Comissão Etnográfica do SPI. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
15. Imagem SPI00559 – Membro da equipe etnográfica, Nilo Oliveira Vellozo com dois índios Terena com indumentária típica da dança do Bate-Pau. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
16. Imagem SPI00404 – Harald Schultz, chefe da equipe etnográfica fotografando menina Terena fazendo trabalhos manuais. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
17. Imagem SPI00012 – Menina de 10 anos, Tereza Luzia Aquino; fazendo trabalho de "brolha" ensinada por professora. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
18. Imagem SPI00087 – O chefe da comissão do Serviço de Proteção aos Índios, Harald Schultz, fotografa o grupo de alunos Terena da Escola Mista Gal. Rondon, do aldeamento do Bananal. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
19. Imagem SPI00088 – Grupo de alunos Terena em seus trajes colegiais. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
20. Imagem SPI00408 – Meninas Terena na escola fazendo trabalhos de agulha e de crochê. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
21. Imagem SPI00407 – Meninas Terena na escola fazendo trabalhos de agulha e de crochê. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
22. Imagem SPI00197 – Índio Terena costurando chapéu com folhas de Carandá. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
23. Imagem SPI00049 – Equipe foto-cinematográfica composta pelos Srs. Nilo Oliveira Vellozo, Heinz Foerthmann, Carlos Barreto de Souza e auxiliares Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
24. Imagem SPI00050 – Equipe foto-cinematográfica composta pelos Srs. Nilo Oliveira Vellozo, Heinz Foerthmann, Carlos Barreto de Souza e auxiliares Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

25. Imagem SPI00403 – Harald Schultz, chefe da equipe etnográfica fotografando meninas Terena fazendo trabalhos manuais. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
26. Imagem SPI00493 – Harald Schultz e Nilo Oliveira Vellozo da equipe etnográfica do Serviço de Proteção aos Índios filmando mulher Terena fazendo pote de barro. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
27. Imagem SPI00504 - Índias trabalhando em frente ao rancho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
28. Imagem SPI00505 - Índias trabalhando em frente ao rancho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
29. Imagem SPI00506 – Homem com os apetrechos de fiação para entregar as índias. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
30. Imagem SPI00507 – Índias e crianças fiando algodão e fazendo outros trabalhos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
31. Imagem SPI00508 – Índias e crianças fiando algodão e fazendo outros trabalhos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
32. Imagem SPI00509 – Índias e crianças fiando algodão e fazendo outros trabalhos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
33. Imagem SPI00559 – Membro da equipe etnográfica, Nilo Oliveira Vellozo com dois índios Terena com indumentária típica da dança do Bate-Pau. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
34. Imagem SPI00614 – Preparação da filmagem pela equipe etnográfica do Serviço de Proteção aos Índios. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
35. Imagem SPI00639 – Participantes da dança do Bate-Pau em frente a sede do Posto Taunay. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
36. Imagem SPI00681 – Família Terena e Harald Schultz em frente ao rancho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
37. Imagem SPI00870 – Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

38. Imagem SPI01097 – Transporte de bagagem da equipe Cine-fotográfica da Seção de Estudos para estação. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
39. Imagem SPI02862 – Placa na estrada Cuiabá-Campo Grande, indicando a estrada para os postos Bororo no São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
40. Imagem SPI02864 – Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia. São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
41. Imagem SPI02978 – Hospital, casa de hóspedes, moradia do encarregado e escola do Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
42. Imagem SPI00936 – Vista da área do posto, estando à direita a sede – Cachoeirinha. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
43. Imagem SPI02872 – Aldeia dos índios Bororo junto ao posto. Forthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
44. Imagem SPI03063 – Vista de algumas malocas Bororo junto ao Posto Córrego Grande. Foerthmann, Heinz. SARQ – MI. RJ.
45. Imagem SPI00794 – Rua do posto com habitações Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
46. Imagem SPI00005 – Aldeia Bananal, vista do pátio, com edifício de administração e catavento (antiga Aldeia do Ipegue). Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
47. Imagem SPI00653 – Rua do Posto Indígena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
48. Imagem SPI02637 – Vista parcial do Posto Indígena mostrando pombal, hospital, casa de material e oficina. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
49. Imagem SPI02730 – Moradia dos índios Bakairi. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
50. Imagem (BR MI CRIcA14 01-51. CRIcA14.07). Panorama do Povoado Indígena de São Lourenço registrado pelo fotógrafo Wulfes. 1922. SARQ – MI. RJ.

51. Imagem (BR MI CRIC14 01-51. CRIC14.09). Pessoas em frente à sede do Povoado Indígena de São Lourenço registrado pelo fotógrafo Wulfes. 1922. SARQ – MI. RJ.
52. Imagem (BR MI CRIC14 01-51. CRIC14.11) – Rua do Povoado Indígena de São Lourenço registrado pelo fotógrafo Wulfes. 1922. SARQ – MI. RJ.
53. Sequência (SPI IR6 SL 01 31) – Casas diversas do posto, sendo que algumas ainda estão em construção. Wulfes, 1931. SARQ – MI. RJ.
54. Imagem (SPIIR6SIL006) – Índios trabalhando e vista de diversas casas localizadas no Posto Simões Lopes. SARQ – MI. RJ.
55. Imagem SPI02648 – Índios Bakairi colocando grama em frente ao Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
56. Imagem SPI13803 – Vista de algumas casas indígenas do posto. Foerthmann, Heinz. 1949. SARQ – MI. RJ.
57. Imagem SPI02865 – Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
58. Imagem SPI02875 – Casa de hóspedes e hospital do posto. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
59. Imagem SPI02978 – Hospital, casa de hóspedes, moradia do encarregado e escola do Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
60. Imagem SPI02985 – A escola do Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. (Posto Indígena Córrego Grande). SARQ – MI. RJ.
61. Imagem SPI02879 – Casa de máquinas do posto. Foerthmann, Heinz. 1943. (Posto Indígena São Lourenço). SARQ – MI. RJ.
62. Imagem SPI02872 – Aldeia dos índios Bororo junto ao posto. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
63. Imagem SPI03045 – Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

64. Imagem SPI03047 – Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
65. Imagem SPI03049 – Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
66. Imagem SPI03050 – Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
67. Imagem SPI03052 – Maloca do capitão da aldeia Miao-Pare. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
68. Imagem SPI03053 – A casa dos solteiros da aldeia Miao-Pare denominada Bai-to. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
69. Imagem SPI03055 – Vista da aldeia Quejare localizada a margem esquerda do rio São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
70. Imagem SPI03056 – Vista da aldeia Quejare localizada a margem esquerda do rio São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
71. Imagem SPI03077 – Uma casa dos índios Bororo na aldeia Quejare. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
72. Imagem SPI03059 – Aldeia Bororo chamada Pobore situada à margem direita do rio Vermelho. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
73. Imagem SPI0362 – Aldeia Bororo chamada Pobore situada à margem direita do rio Vermelho. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
74. Imagens (SPI IR6 SL 01 31) – Casas diversas do posto, sendo que algumas ainda estão em construção. SARQ – MI. RJ.
75. Imagem SPI00391 – Novo prédio e catavento do Posto de Bananal. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
76. Imagem SPI00394 – Nova construção do Posto Indígena e catavento. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
77. Imagem SPI00392 – Sede e nova construção do Posto Indígena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

78. Imagem SPI00416 – Casas do Posto Indígena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
79. Imagem SPI00975 – Vista da escola em construção com Xavier e seus dois ajudantes a sua frente. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
80. Imagem SPI00287 – Prédio escolar de Cachoeirinha. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
81. Imagem SPI00527 – Homem colocando palha no telhado de uma casa. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
82. Imagem SPI00529 – Casa do grupo indígena Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
83. Imagem SPI00648 – Família Terena em frente a sua casa. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
84. Imagem SPI00645 – Rua do Posto Indígena com casa ao fundo. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
85. Imagem SPI00646 – Índio Terena em frente a sua casa. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
86. SPI02648 – Índios Bakairi colocando grama em frente ao Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
87. SPI02649 – Índios Bakairi colocando grama em frente ao Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
88. Imagem SPI02637 – Vista parcial do Posto Indígena mostrando pombal, hospital, casa de material e oficina. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
89. Imagem SPI02707 – Grupo de alunos Bakairi uniformizados em frente à escola. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
90. Imagem SPI02710 – Grupo de alunos Bakairi uniformizados em frente a escola. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
91. Imagens SPIIR6SIL006, SPIIR6SIL007, SPIIR6SIL008 – Índios trabalhando e vista de diversas casas localizadas no Posto Simões Lopes. 1942. SARQ – MI. RJ.

92. Imagem SPI00865 – Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
93. Imagem SPI00982 – Fase da dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
94. Imagem SPI02742 – Grupo de alunos Bakairi assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
95. Imagem SPI02886 – Inauguração de retrato do Presidente da República na escola do posto, assistida pelos índios. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
96. Imagem SPI02697 – Alunos Bakairi em sala de aula. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
97. Imagem SPI02716 – Moças Bakairi recebendo aulas para se tornarem enfermeiras do hospital Simões Lopes. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
98. Imagem SPI02920 – Índio Bororo trabalhando na roça de arroz, após queimada. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
99. Imagem SPI02877 – Índio Bororo trabalhando em serraria cortando toras de madeira. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
100. Imagem SPI01088 – Mulher Terena pintando peças de cerâmica. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
101. Imagem SPI01092 – Mulher Terena queimando peças de cerâmica depois de serem pintadas. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
102. Imagem SPI00513 – Homens descansando em frente ao rancho com mulher trazendo água fervida. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
103. Imagem SPI00919 – Índios Terena ralando mandioca. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
104. Imagem SPI03088 - Índias Bororo confeccionando esteiras e abanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
105. Imagem SPI03067 – Índio Bororo confeccionando flechas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

106. Imagem SPI03069 – Índio Bororo confeccionando flechas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
107. Imagem SPI03033 – Pesca dos índios Bororo. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
108. Imagem SPI03034 – Pesca dos índios Bororo. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
109. Imagem SPI03086 – Meninos Bororo tomando caldo com ajuda de conchas fluviais. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
110. Imagem SPI00204 – Menina Terena torrando cocos de macaiubas ou bocaiubas. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
111. Imagem SPI03021 – Meninos Bororo tomando banho no rio São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
112. Imagem SPI03075 – Índio Bororo fazendo corda de fibra de tucum. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
113. Imagem SPI03093 – Índias Bororo confeccionando esteiras e abanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
114. Imagem SPI00195 – Índio Terena costurando chapéu com folhas de Carandá. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
115. Imagem SPI00232 – Índia Terena tecendo rede para dormir. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
116. Imagem SPI00417 – Índia Terena idosa sentada no chão manuseando tipos de frutos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
117. Imagem SPI00348 – Interior de um rancho Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
118. Imagem SPI00417 – Índia Terena idosa sentada no chão manuseando tipos de frutos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
119. Imagem SPI00348 – Interior de um rancho Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

120. Imagem SPI02880 – Índio Bororo trabalhando em serraria cortando toras de madeira. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
121. Imagem SPI02884 – Interior da casa de máquinas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
122. Imagem SPI02886 – Inauguração de retrato do Presidente da República na escola do posto, assistida pelos índios. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
123. Imagem SPI02890 – Inauguração de retrato do Presidente da República na escola do posto, assistida pelos índios. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
124. Imagem SPI02891 – Hasteamento da Bandeira Nacional pelos índios Bororo. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
125. Imagem SPI02893 – Hasteamento da Bandeira Nacional pelos índios Bororo. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
126. Imagem SPI02898 – Menino Bororo estudando na escola indígena do posto. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
127. Imagem SPI02900 – Menina Bororo fazendo trabalho de agulha na escola do posto. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
128. Imagem SPI02902 – Menina Bororo fazendo trabalho de agulha na escola do posto. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
129. Imagem SPI02920 – Índio Bororo trabalhando na roça de arroz, após queimada. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
130. Imagem SPI02907 – Índio Bororo trabalhando na roça de arroz, após queimada. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
131. Imagem SPI02960 – Gado do Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
132. Imagem SPI02990 – Índios Bororo ralando mandioca. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
133. Imagem SPI02635 – Cavalo de sangue puro. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

134. Imagem SPI02689 – Índios Bakairi castrando boi. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
135. Imagem SPI02697 – Alunos Bakairi em sala de aula. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
136. Imagem SPI02711 – Grupo de alunos Bakairi uniformizados em frente à escola. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
137. Imagem SPI02713 – Grupo de alunos Bakairi uniformizados em frente a escola. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
138. Imagem SPI02716 – Moças Bakairi recebendo aulas para se tornarem enfermeiras do hospital Simões Lopes. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
139. Imagem SPI02722 – Moças Bakairi em frente ao hospital Simões Lopes. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
140. Imagem SPI02727 – Moças Bakairi em frente ao hospital Simões Lopes. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
141. Imagem SPI02732 – Hasteamento da Bandeira Nacional assistido por índios Bakairi e índios do Xingu (Mehináku, Kuikuru, Kalapálo, Waurá, Aweti) que visitaram o posto vindo de suas aldeias nos Rios Curisevo e Culuene. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
142. Imagem SPI02741 – Grupo de alunos Bakairi assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
143. Imagem SPI02749 – Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
144. Imagem SPI02753 – Distribuição de presentes aos índios Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
145. Imagem SPI02755 – Menina Bakairi oferecendo presente a um índio Xinguano. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
146. Imagem SPI02756 – Edmar Morél, repórter dos Diários Associados, oferecendo presente a índio Xinguano. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

147. Imagem SPI02758 – Otaviano Calmon presenteando índio Xinguano. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
148. Imagem SPI02760 – Distribuição de caramelos a crianças Bakairi. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
149. Imagem SPI02761 – Índios Xinguanos apreciando os presentes que ganharam. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
150. Imagem SPI02764 – Álvaro Duarte dando presente a uma índia Xinguanana. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
151. Imagem SPI02700 – Menino Bakairi durante a aula na escola do posto. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
152. Imagem SPI02701 – Menina Bakairi durante a aula na escola do posto. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
153. Imagem SPI02735 – Grupo de alunos assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
154. Imagem SPI00009 – Vista interna da escola mista Gal. Rondon, aula dada pelas professoras D^a Alayde Fonseca Ibiapina e D^a Zenith Oliveira Antunes. Observa-se na imagem alunos Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
155. Imagem SPI00082 – Grupo de índias Terena, alunas da escola mista General Rondon, na cerimônia do hasteamento da Bandeira Nacional. Estão presentes o cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa e a professora Zenith Oliveira Antunes. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
156. Imagem SPI00086 – Menino e menina Terena, alunos da Escola Gal. Rondon, segurando as cordas do Pavilhão Nacional. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
157. Imagem SPI00256 – Gado do índio Terena chamado Alexandre Albuquerque. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
158. Imagem SPI00329 – Time de futebol terena e seus adversários não índios de Duque Estrada. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
159. Imagem SPI00341 – Fabricação de tijolos por índios Terena na olaria do Posto Cachoeirinha. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

160. Imagem SPI00413 – Fotografia do encarregado do posto, Francisco Ibiapina e da professora da Escola Mista General Rondon, Zenith Oliveira Antunes. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
161. Imagem SPI00532 – Gado bovino dos índios Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
162. Imagem SPI00565 – Índios Terena reunidos tocando violão. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
163. Imagem SPI00788 – Moradia do encarregado e posto indígena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
164. Imagem SPI00847 – Celebração de missa campal em frente à igreja católica do posto, para Terenas e funcionários do Posto Indígena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
165. Imagem SPI00852 – Grupo de pessoas assistindo à missa em frente à igreja, composto por funcionários do posto e índios Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
166. Imagem SPI00856 – Grupo de pessoas assistindo à missa em frente à igreja, composto por funcionários do posto e índios Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
167. Imagem SPI00865 – Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
168. Imagem SPI00869 – Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
169. Imagem SPI00957 – Serraria provisória. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
170. Imagem SPI00982 – Fase da dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
171. Imagem SPI00986 – Fase da dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
172. Imagem SPI01001 – Fase da dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

173. Imagem SPI01003 – Na olaria do posto, preparação do forno para queimar tijolos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
174. Imagem SPI01078 – Crianças Terena em sala de aula na escola de Cachoeirinha. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
175. Imagem SPI01099 – Forno da olaria do Posto Indígena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
176. Imagem SPI01081 – Aluno Terena com o livro aberto em cima da mesa. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
177. Imagem SPI01084 – Aluna Terena com o livro aberto em cima da mesa. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
178. Imagem SPI01085 – Aluna Terena estudando em sala de aula. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
179. Imagem SPI01086 – Aluna Terena fazendo crochê. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
180. Imagem SPI00872 – Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
181. Imagem SPI02999 – Canoa grande subindo o rio São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
182. Imagem SPI03009 – Índios Bororo navegando em sua canoa pelo rio São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
183. Imagem SPI03021 – Meninos Bororo tomando banho no rio São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
184. Imagem SPI03033 – Pesca dos índios Bororo. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
185. Imagem SPI03034 – Pesca dos índios Bororo. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
186. Imagem SPI03068 – Índio Bororo confeccionando flechas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

187. Imagem SPI03075 – Índio Bororo fazendo corda de fibra de tucum. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
188. Imagem SPI03078 – Índio Bororo pintando o corpo com urucum e óleo de peixe. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
189. Imagem SPI03082 – Meninos Bororo tomando caldo com ajuda de conchas fluviais. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
190. Imagem SPI03088 – Índias Bororo confeccionando esteiras e abanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
191. Imagem SPI03092 – Índias Bororo confeccionando esteiras e abanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
192. Imagem SPI03101 – Índios Bororo realizando a dança do Gavião. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
193. Imagem SPI03103 – Índios Bororo realizando a dança do Gavião. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
194. Imagem SPI03108 – Índios Bororo realizando a dança do Gavião. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
195. Imagem SPI03131 – Índio Bororo enfeitado para festa. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
196. Imagem SPI03134 – Índio Bororo com zunidores (Schwirrholz). Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
197. Imagem SPI03146 – Índios Bororo participando da Festa do Aide. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
198. Imagem SPI03154 – Índios Bororo participando da Festa da Primavera, realizado na aldeia em torno de suas casas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
199. Imagem SPI03161 – Índios Bororo participando da Festa da Primavera, realizado na aldeia em torno de suas casas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
200. Imagem SPI00051 – Mulher aquecendo água para o mate em seu rancho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

201. Imagem SPI00169 – Vista do rancho, com paredes de taguarassu batido formando estreitas tábuas coberto com capim-sapê. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
202. Imagem SPI00318 – Cena noturna da dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
203. Imagem SPI00320 – Índios Terena assistindo a dança do Bate-pau, sentados em cadeiras e no chão e algumas crianças dormindo enroladas em panos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
204. Imagem SPI00323 – Cena do baile a rigor realizado após a dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
205. Imagem SPI00348 – Interior de um rancho Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
206. Imagem SPI00357 – Mulher Terena sentada em tábua lavando roupas. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
207. Imagem SPI00364 – Meninas Terenas nuas buscando água num olho d'água. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
208. Imagem SPI00368 – Meninas Terenas nuas buscando água num olho d'água. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
209. Imagem SPI00474 – Família Terena em frente ao rancho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
210. Imagem SPI00517 – Índia virando farinha de mandioca em um torrador com uma grande colher de pau no interior da "Casa de Farinha". Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
211. Imagem SPI00669 – Índia Terena costurando na varanda do rancho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
212. Imagem SPI00673 – Índia Terena num tear fazendo uma rede de dormir com fio de tucum. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
213. Imagem SPI00879 – Índio Terena acendendo fogueira. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

214. Imagem SPI00919 – Índios Terena ralando mandioca. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
215. Imagem SPI00962 – Lavadeira num posto provisório de aproximação Chatolado. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
216. Imagem SPI01029 – Crianças Terena na rede. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
217. Imagem SPI01035 – Casal com crianças em frente a jirau para plantação de cebola e salsa. Schutlz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
218. Imagem SPI01089 – Mulher Terena pintando peças de cerâmica. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
219. Imagem SPI00067 – Voltam outra vez do círculo para a forma de coluna por dois. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
220. Imagem SPI00232 – Índia Terena tecendo rede para dormir. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
221. Imagem SPI00417- Índia Terena idosa sentada no chão manuseando tipos de frutos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
222. Imagem SPI00454 - Grupo de índios Terena em frente ao rancho, tendo um deles tomando chimarrão. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
223. Imagem SPI00092 – José Timoteo, capitão do aldeamento Cachoeirinha com cerca de 60 anos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
224. Imagem SPI00095 – Menino Terena Claudio Timoteo, filho do capitão José Timóteo, com cerca de 06 anos de idade. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
225. Imagem SPI00099 – Menino Terena Ambrosio, com cerca de 08 anos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
226. Imagem SPI000102 – Menino Terena chamado Francisco Mathias, com cerca de 05 anos. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
227. Imagem SPI00105 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

228. Imagem SPI00108 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
229. Imagem SPI00110 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
230. Imagem SPI00113 – Retrato de menino Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
231. Imagem SPI00116 – Mulher Terena com filho nos braços. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
232. Imagem SPI00120 – Retrato de menino Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
233. Imagem SPI00122 – Índia Terena com filho no colo. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
234. Imagem SPI 00125 – Índia Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
235. Imagem SPI00128 – Índia Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
236. Imagem SPI00129 – Menino Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
237. Imagem SPI00132 – Menina Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
238. Imagem SPI00688 – Retrato de homem Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
239. Imagem SPI00692 – Retrato de menino Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
240. Imagem SPI00696 – Retrato de menino Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
241. Imagem SPI00700 – Retrato de menino Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
242. Imagem SPI00704 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
243. Imagem SPI00709 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

244. Imagem SPI00711 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
245. Imagem SPI00716 – Retrato de índio Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
246. Imagem SPI00723 - Retrato de índio Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
247. Imagem SPI00729 – Retrato de índio Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
248. Imagem SPI00737 – Retrato de índia Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
249. Imagem SPI00744 – Retrato de índia Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
250. Imagem SPI00749 – Retrato de índia Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
251. Imagem SPI00752 – Retrato de adolescente Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
252. Imagem SPI00754 – Retrato de mulher Terena com criança no colo. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
253. Imagem SPI00756 – Criança Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
254. Imagem SPI00759 – Mulher Terena com criança nos braços. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
255. Imagem SPI00762 – Retrato de mulher Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
256. Imagem SPI00765 – Retrato de jovem Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
257. Imagem SPI00767 – Retrato de homem Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
258. Imagem SPI00770 – Retrato de adolescente Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

259. Imagem SPI00773 – Retrato de menino Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
260. Imagem SPI00777 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
261. Imagem SPI03167 – Homem Bororo com cerca de 20 anos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
262. Imagem SPI03173 – Menino Bororo de aproximadamente 10 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
263. Imagem SPI03179 – Homem Bororo com aproximadamente 30 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
264. Imagem SPI03185 – Homem Bororo com aproximadamente 30 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
265. Imagem SPI03191 – Homem Bororo com aproximadamente 45 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
266. Imagem SPI03194 – Homem Bororo com aproximadamente 65 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
267. Imagem SPI03203 – Rapaz Bororo com aproximadamente 18 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
268. Imagem SPI03208 – Homem Bororo com aproximadamente 40 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
269. Imagem SPI03213 – Homem Bororo com aproximadamente 35 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
270. Imagem SPI03219 – Homem Bororo com aproximadamente 50 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
271. Imagem SPI03225 – Rapaz Bororo com aproximadamente 20 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
272. Imagem SPI03231 – Rapaz Bororo com aproximadamente 20 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

273. Imagem SPI03237 – Homem Bororo com aproximadamente 35 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
274. Imagem SPI03305 – Homem Bororo com 45 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
275. Imagem SPI03311 - Homem Bororo com 55 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
276. Imagem SPI03317 – Homem Bororo com 35 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
277. Imagem SPI03321 – Mulher Bororo com 20 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
278. Imagem SPI03328 - Mulher idosa Bororo com aproximadamente 75 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
279. Imagem SPI03338 - Menina Bororo com 13 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
280. Imagem SPI03345 – Mulher Bororo com 25 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
281. Imagem SPI03350 – Mulher Bororo com aproximadamente 40 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
282. Imagem SPI03356 – Mulher Bororo com 25 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
283. Imagem SPI03363 – Mulher Bororo com criança no colo. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
284. Imagem SPI03366 – Mulher Bororo com aproximadamente 50 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
285. Imagem SPI03368 – Mulher Bororo com 75 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
286. Imagem SPI02765 – Menina Bakairi de aproximadamente 12 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

287. Imagem SPI02769 – Menina Bakairi de aproximadamente 15 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
288. Imagem SPI02771 – Homem Bakairi de aproximadamente 30 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
289. Imagem SPI02773 – Homem Bakairi de aproximadamente 25 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
290. Imagem SPI02775 – Menino Bakairi com aproximadamente 7 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
291. Imagem SPI03246 – Índio Bororo com aproximadamente 25 anos adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
292. Imagem SPI03252 – Índio Bororo com aproximadamente 45 anos adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
293. Imagem SPI03258 – Mulher Bororo com 30 anos adornada para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
294. Imagem SPI03263 – Homem Bororo com 40 anos de idade adornado com penas de gavião. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
295. Imagem SPI03265 – Homem Bororo com 55 anos adornado com diadema chamado “Parico” feito de penas de papagaio e arara. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
296. Imagem SPI03266a – Homem Bororo com aproximadamente 65 anos adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
297. Imagem SPI03270 – Homem Bororo adornado para festas com 40 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
298. Imagem SPI03277 – Homem Bororo de 50 anos com diadema adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
299. Imagem SPI03282 – Homem Bororo com 35 anos adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
300. Imagem SPI03285 – Menino Bororo com 12 anos de idade adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

301. Imagem SPI03287 – Mulher Bororo com 45 anos adornada para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
302. Imagem SPI03289 – Homem Bororo com 55 anos adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
303. Imagem SPI03291 – Homem Bororo com 50 anos adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
304. Imagem SPI03294 – Menino Bororo com 12 anos de idade adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
305. Imagem SPI03298 – Homem Bororo com aproximadamente 28 anos de idade adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
306. Imagem SPI03300 – Menino Bororo com 12 anos de idade adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
307. Imagem SPI03303 – Capitão Cadete com 79 anos adornado com Parico durante a Festa do Mano. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
308. Imagem SPI01046 – Fase de um rito Terena. Assistência observando Pajé cantando e invocando os espíritos, revezando com sua mulher. Este culto tem início à noite e termina ao nascer do sol. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
309. Imagem SPI01049 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
310. Imagem SPI01053 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
311. Imagem SPI01062 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
312. Imagens SPI01056, SPI01059 e SPI01061 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.

313. Imagem SPI00190 – Folhas de Carandá expostas ao sol para secar, empregadas na confecção de chapéus de palha. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
314. Imagem SPI00304 – Detalhe do teto do rancho coberto com folhas de palmeira. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
315. Imagem SPI00388 – Cerâmica dos índios Terena com ornamentos dispersos para secar ao sol a fim de serem queimados em fogo aberto. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
316. Imagem SPI01076 – Penacho (tufo de penas - kihahê) e chocalho de cabajo (itaaká) usados pelo pajé durante o ritual. Schultz, Harald. 1942. SARQ – MI. RJ.
317. Imagem SPI02740 – Grupo de alunos Bakairi assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
318. Imagem SPI02756 – Edmar Morél, repórter dos Diários Associados, oferecendo presente a índio Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
319. Imagem SPI02753 – Distribuição de presentes aos índios Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
320. Imagem SPI02748 – Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
321. Imagem SPI02762 – Álvaro Duarte dando presente a uma índia Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
322. Imagem SPI02754 – Menina Bakairi oferecendo presente a um índio Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
323. Imagem SPI02760 – Distribuição de caramelos a crianças Bakairi. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
324. Imagem SPI02740 – Grupo de alunos Bakairi assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
325. Imagem SPI02749 – Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

326. Imagem SPI02753 – Distribuição de presentes aos índios Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
327. Imagem SPI02754 – Menina Bakairi oferecendo presente a um índio Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
328. Imagem SPI02756 – Edmar Morél, repórter dos Diários Associados, oferecendo presente a índio Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
329. Imagem SPI02758 – Otaviano Calmon presenteando índio Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
330. Imagem SPI02759 – Distribuição de caramelos a crianças Bakairi. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
331. Imagem SPI02761 – Índios Xinguanos apreciando os presentes que ganharam. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
332. Imagem SPI02762 – Álvaro Duarte dando presente a uma índia Xinguanos. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.
333. Imagem SPI03776 – Índios Trumai à margem direita do rio Culuene recebendo presentes. Foerthmann, Heinz. 1944. SARQ – MI. RJ.
334. Imagem SPI03777 – Índios Trumai à margem direita do rio Culuene recebendo presentes. Foerthmann, Heinz. 1944. SARQ – MI. RJ.
335. Imagens SPI08173, SPI08174 e SPI08175 – Distribuição de roupas e brindes entre os índios que acompanharam a equipe do Serviço de Proteção aos Índios até o posto indígena. Foerthmann, Heinz. 1944. SARQ – MI. RJ.
336. Ilustração 01 – Contorno da antiga configuração do mapa de Mato Grosso com a localização aproximada dos postos indígenas onde foram produzidas as imagens que são analisadas nesta tese.
337. Ilustração 02 – Mapa do SPI com a localização da inspetoria regional 06, na capital mato-grossense, Cuiabá e os postos indígenas em questão neste trabalho.
338. Ilustração 03 - Planta da Povoação São Lourenço – 1919. Este esboço foi redesenhado a partir do original microfilmado. SARQ – MI. RJ.

339. Imagem 01 – “Moço Boróro de frente e perfil”. Reproduzido da publicação de Colbacchini e Albisetti (1942, p. 142).
340. Imagem 02 – Foto de Lévi-Strauss. In: Saudades do Brasil, p. 93.

Sumário

APRESENTAÇÃO

A EVIDÊNCIA DOCUMENTAL: TRÊS COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS E A PRESENÇA INDÍGENA NOS POSTOS DO SPI.....	01
---	----

Encontrando as fotografias e os índios nos postos.....	08
--	----

INTRODUÇÃO

A FOTOGRAFIA COMO ELO. A INTERFACE ENTRE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA	17
--	----

Os índios na fotografia.....	22
------------------------------	----

CAPÍTULO I

FOTÓGRAFOS E FOTOGRAFIAS: TRÊS COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DA SEÇÃO DE ESTUDOS DO SPI	33
---	----

Localizando a Seção de Estudos do SPI e as intencionalidades de produção.....	34
---	----

Construindo um olhar “científico” para os índios do Brasil.	42
--	----

Acercando os fotógrafos.....	58
------------------------------	----

O Processo de produção fotográfica do documentário Terena.....	69
--	----

Conclusão.....	79
----------------	----

Anexo Capítulo I.....	81
-----------------------	----

CAPÍTULO II

FRONTEIRAS FÍSICAS E CONCEITUAIS - ESPACIALIDADES CONCEBIDAS E CONSTRUÍDAS	85
--	----

Os tentáculos da Inspeção Regional 06: os postos indígenas.....	87
---	----

A exterioridade dos postos indígenas.....	93
---	----

Fissuras nas palavras e nas imagens.....	105
--	-----

Outras coleções e mesmas intenções.....	119
---	-----

Conclusão.....	135
----------------	-----

Anexo Capítulo II.....	137
------------------------	-----

CAPÍTULO III

OS POSTOS E AS ALDEIAS: LUGARES PARA ESTAR E VIVER.....	147
---	-----

O posto como lugar praticado.	148
------------------------------------	-----

As aldeias como lugares praticados.	172
--	-----

Conclusão.....	189
----------------	-----

Anexo Capítulo III	192
--------------------------	-----

CAPÍTULO IV

FACES DO INDIGENISMO OFICIAL BRASILEIRO	213
---	-----

“Tipo Indígena” ou “Tipos Indígenas”, “Raça Indígena” ou “Raças Indígenas”.	217
--	-----

Coletando o “Tipo Ideal”.	239
--------------------------------	-----

Para assumir a forma do caboclo.	252
---------------------------------------	-----

Selvagens. Mas, nem tanto.....	276
--------------------------------	-----

Conclusão.	281
-----------------	-----

Anexo Capítulo IV	286
-------------------------	-----

CAPÍTULO V	
COLECIONANDO CORPOS E ARTEFATOS	303
Os Bororo nas lentes de Heinz Foerthmann.....	309
Relampejos de Costumes?.....	320
Conclusão.....	334
Anexo Capítulo V	336
CAPÍTULO VI	
PONTOS DE SUTURA NOS POSTOS DE ATRAÇÃO.....	343
Os brindes como espetáculo.	347
Os brindes como pontos de sutura.	354
Vestindo o presente, vislumbrando o futuro.	374
Mais brindes, mais relações.....	382
Economia do Dom ou da exploração?	392
Conclusão.....	400
Anexo Capítulo VI.....	402
CONSIDERAÇÕES FINAIS	407
REFERÊNCIAS	410
1. Fontes documentais.....	410
1.2 Documentos eletrônicos.....	414
2. Bibliografia.....	415

APRESENTAÇÃO

A EVIDÊNCIA DOCUMENTAL: TRÊS COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS E A PRESENÇA INDÍGENA NOS POSTOS DO SPI

Os Bororos serão naturalmente filmados nos seus trajes típicos, e também vestidos. Na ocasião é preciso evitar que eles se apresentem com sua roupa pior, como geralmente costumam fazer, para receberem outras novas¹.

Essa instrução foi dada ao encarregado do posto indígena Córrego Grande, o senhor José Alves de Arruda e, também à equipe cine-fotográfica da Seção Estudos (SE), do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em novembro de 1943. Nela está explícito o desejo de querer do filme e da fotografia produzidos em meio aos grupos indígenas uma amostragem de um pedaço de “realidade”. No entanto, a própria orientação inscrita nesse documento deixa evidente também a necessidade de construção, se necessário, das cenas da vida social dos Bororo, a ponto do “naturalmente” nos informar o quão meticulosamente essas cenas poderiam estar arrumadas para as lentes dos fotógrafos-funcionários do SPI.

¹ Instrução de 03 de novembro de 1943. Microfilme 197. Fotograma 000889. SARQ – MI. RJ.



Imagem SPI02893 – *Hasteamento da Bandeira Nacional pelos índios Bororo*. Foerthmann, Heinz. 1943².



Imagem SPI02891 – *Hasteamento da Bandeira Nacional pelos índios Bororo*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Um grupo de Bororo está a postos para o hasteamento da bandeira no pátio do Posto de Assistência, Nacionalização e Educação São Lourenço indígena, em frente à sede

² A legenda produzida pelo Arquivo do Museu do Índio traz primeiramente a autoria do fotógrafo. Aqui, faço a inversão por entender que a principal informação é a legenda que revela alguns elementos (mesmo que exíguos) da pessoa fotografada e então, depois, o nome do fotógrafo. A referência de identificação da imagem é o código de acesso na base de dados do Museu do Índio. Ao me referir à fotografia no corpo do texto não utilizarei a numeração arábica e sim o código de acesso. A numeração arábica será usada para a identificação da fonte na referência “Documento Iconográfico”.

administrativa (imagens SPI02893 e SPI02891). Esta foi uma das cenas mais comumente registradas dentro do espaço de um posto indígena sob a administração do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), nos primeiros anos do século XX. Esta, em especial, se passa no ano de 1943, com a participação de um grupo com pouco mais de vinte índios Bororo. Ao redor do mastro, estão perfilados, com corpos na posição de sentido, com os braços para trás ou ainda para frente, vestidos com as roupas doadas pelo Serviço, sendo as mulheres com os vestidos de estampa xadrez e os homens com calça de brim e camisa de riscado. Um jovem Bororo é o responsável pelo hasteamento da bandeira. Como já afirmei, essa cena foi replicada no formato de fotografia em praticamente todos os postos indígenas sob o controle do SPI, que fazia questão de registrar esse momento como evidência da realidade social dentro dos postos indígenas. Ao estilo da fotografia documentária que *raramente personaliza suas imagens, preferindo representar entidades coletivas ou emprestar traços anônimos a uma reivindicação social* (Maresca, 1998, p. 150), a cena traz um dado interessante de produção – os índios tomando pra si o ritual cívico da representação máxima da nacionalidade. A imagem reúne apenas os Bororo caracterizados ao molde do “civilizado”. Não há na cena a presença de nenhum funcionário da sociedade nacional, nem mesmo, do encarregado do posto.

Mas, antes de começar o ritual cívico, que ao parecer era uma atividade cotidianizada no espaço do posto, o fotógrafo Heinz Foerthmann, funcionário da Seção de Estudos do SPI, retrata a índia Bororo, figura feminina, segurando a bandeira nacional (imagem SPI02891, logo acima), de maneira a revelar a divisa “ordem e progresso”, lema positivista, que segundo Alfredo Bosi (2004, p. 38), “representou talvez a vitória simbólica mais ostensiva da linguagem de Comte na construção do imaginário republicano”. Mulher e bandeira, na perspectiva positivista, tinham fortes configurações semânticas da pátria mãe (mátria) que acolhe, salientando assim “os aspectos comunitários e afetivos, voltando ao mesmo tempo, ao imaginário feminino”. Daí também a possibilidade de representar a pátria republicana por meio da figura da mulher (Carvalho, 1990, p. 131).

A imagem (SPI02891) produzida, de um ângulo mais fechado, expõe a fratura desse ritual cívico, que parecia ter a aceitabilidade dos Bororo, fazendo a atividade significar a

“nova fase” que eles estavam vivendo dentro do posto indígena, a de transformação. No entanto, o olhar da índia Bororo para o fotógrafo demonstra a quebra e a fotografia passa a evidenciar a realidade social distorcida. A arte da representação, a teatralização da ação mostra e desmonta, pelo menos, em parte, a ação como concebida e incorporada pelos índios, como afirma a legenda: “hasteamento da Bandeira Nacional pelos índios Bororo” (grifo nosso). A leitura sugerida é que o olhar desconfiado da índia Bororo revela a obediência à ordem para segurar a bandeira, mas, talvez, não sabendo bem como agir. O olhar procura uma aprovação da ação de quem estava dirigido-a. A hipótese é que este ato cívico foi montado especialmente para as lentes de Foerthmann, assim como muitas das imagens que fazem parte do acervo audiovisual do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

A partir de métodos nos campos da fotografia, antropologia e história³, faço o exercício de olhar e pensar fotografias que pertencem a três coleções fotográficas que foram produzidas pela equipe de Foto-Cinematografia da Seção de Estudos (SE), departamento pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Esses funcionários viajaram em expedição para cinco postos indígenas, que estavam localizados no estado de Mato Grosso. No ano de 1942, a equipe, comandada por Harald Schultz produziu a coleção fotográfica, com 1093 imagens, denominada de “documentário Terena” ao visitar os postos indígenas Cachoeirinha e Taunay. No ano de 1943, a equipe sob o comando do funcionário Nilo Vellozo produziu uma coleção de fotografias, denominada “Bororo”, com 506 imagens, ao visitar os postos indígenas São Lourenço e Córrego Grande. Nesse mesmo ano, essa equipe foi até o posto Simões Lopes, onde fotografou índios Bakairi e índios de vários grupos localizados na região da bacia hidrográfica do Rio Xingu. Esta última coleção, denominada “Posto Simões Lopes” está composta por 142 imagens.

Em princípio, o exercício privilegiava a comparação da história do contato

³ Para realizar este trabalho, em uma perspectiva de diálogo entre a antropologia e a história, o programa de antropologia social da Unicamp, na linha de pesquisa em etnologia, sob a orientação do professor John M. Monteiro, pareceu-me mais adequado, já que a linha possui um histórico de orientação em pesquisa na história dos índios e do indigenismo no Brasil, além de dar o suporte teórico e metodológico para indagar as imagens para além de uma fonte documental, movendo-me para um exercício etno-histórico-fotográfico.

de grupos indígenas que foram instalados em vários postos sob o comando do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no estado de Mato Grosso. A intenção era percorrer a documentação administrativa desses postos desde o momento de suas instalações até um recorte temporal que permitisse ver a conformação dos grupos nesses espaços. Tendo a documentação com esse enfoque, passaríamos a analisar as relações estabelecidas entre índios e não índios, compararíamos as administrações desses postos indígenas e analisaríamos como os grupos indígenas respondiam a essa tutela. Mas, aos poucos, ao longo da própria pesquisa, no processo de levantamento da documentação disponível no acervo do Museu do Índio⁴, além dos microfilmes referentes à inspetoria regional 06 – que dizem respeito aos postos instalados em Mato Grosso – resolvi separar também as imagens relativas a esses postos indígenas.

Ao mergulhar no acervo imagético, três coleções fotográficas (Documentário Terena, Bororo e Posto Simões Lopes), produzidas nos anos de 1942 e 1943, ganharam força e passaram a ser centrais na pesquisa, principalmente, pelo fato de serem fontes que agem com flexibilidade em sentidos opostos, ora como espelhos de atitudes conscientes e ora como distorções da realidade. Através delas, a pesquisa ganhou força, tonicidade, dinamismo, se é que se pode colocar nesses termos. Nem por isso, deixamos de lado a documentação administrativa referente aos postos indígenas, que serviram de cenários para as coleções fotográficas, até por que o corpo documental, escrito e imagético, não está descarnado um do outro. Imagens e palavras se completam e compõem uma narrativa importante da história dos índios através do órgão que regia a política indigenista no Brasil, desde a primeira década do século XX, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Desse movimento primeiro de “olhar” para as fotografias, identificamos elementos e movimentos que ganharam aberturas e desdobramentos e ainda nos foi permitido ver as fissuras estruturais da amálgama “posto indígena”. As imagens nos permitem acessar um mosaico de elementos que poderiam ser explorados e nos levar a um grande leque de assuntos ligados à história dos índios no Brasil. No entanto, procurando um enfoque norteador, fiz a escolha de manter como questão central: olhar para as ações e participações

⁴ Acervo Arquivístico e Audiovisual do Museu do Índio, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

indígenas dentro dos postos, tema que já vinha trabalhando no projeto inicial. Para tanto, vamos olhar e pensar, interrogar e buscar problematizações no movimento ambíguo da fotografia, que está para além da objetificação – premente, absoluta – em que ela (imagem) foi concebida e foi e ainda é muito utilizada. As coleções aqui estudadas foram produzidas a partir dessa compreensão da fotografia e o exercício será partir do índio objetificado e concebido como categoria genérica e, no percurso, lançar luz, descortinar e encontrar os Bororo, os Bakairi e os Terena.

Quando me propus a mergulhar nas fontes escritas do Serviço de Proteção aos Índios, a intenção já era de destrinchar e esmiuçar o cotidiano dos postos e dar visibilidade às participações dos grupos indígenas e, assim, demonstrar que há uma história mais complexa – ou ainda, várias histórias – do que a contada em linhas gerais pela história oficial, algo como: no momento que os grupos indígenas “aceitaram” morar nos postos, foram perdendo seus modos de vida e se inserindo no modo “civilizado”. Nos postos passaram a trabalhar, a estudar e a se integrar à sociedade nacional. Grosso modo, é isso que a documentação do SPI procura afirmar. No entanto, vários estudos tanto de história como de antropologia vêm trabalhando com essas fontes, que cotejadas e problematizadas, vêm nos mostrando que é possível contar outras histórias. Quando fiz a escolha pelas imagens, a intenção não foi abandonar a documentação escrita, pelo contrário, estava buscando formas de adensá-la e permitir, com isso, quebrar os discursos homogêneos da política indigenista e ver os processos históricos aí engendrados.

Ao trazer as imagens para o primeiro plano, a pesquisa tomou outro rumo que, definitivamente, não é o de focar a política indigenista em si, partindo dos postos indígenas para a diretoria do SPI ou vice-versa. Assim, explícito que o recorte espacial desta pesquisa está situado no movimento das ações amiúdes que moviam os espaços dos postos e entorno, sendo os grupos indígenas ativos e participantes dessa história. Essa intenção obriga-me a deslocar o olhar, para o que está fragmentado nas imagens, num plano indiciário⁵, que está para além da construção imagética do índio selvagem *versus* o índio caboclo e assimilado. Pelo contrário, a minha hipótese caminha no sentido de que o índio

⁵ Conforme C. Ginzburg.

que morava ou visitava o posto indígena, seja do Córrego Grande, do Posto Taunay, Cachoeirinha, São Lourenço ou Simões Lopes⁶, estava a todo o momento, ativo e participativo, muito além da dicotomia selvagem/assimilado. Ele estava literalmente na fronteira, perfazendo mobilidades dentro e/ou fora da delimitação do posto. As imagens nos dão conta de um Bororo, Terena ou Bakairi em trânsito, indo e vindo, trocando, comprando, vendendo, trabalhando, estudando, dançando, agindo e atuando, enfim, vivendo. Em muitas situações, revela um índio presente que está compondo e constituindo o posto indígena, mas, também, revela sinais de atividade e criatividade nesse ato de estar e fazer parte do posto.

Acredito que seguindo os indícios que se colocam como fraturas, tanto nas fotografias, conforme Elizabeth Edwards em *Raw Histories: Photographs, Anthropology and Museums*, quanto, na própria documentação escrita, vamos dar conta dessa presença indígena como parte integrante da formação histórica desses lugares, denominados pelo SPI, de postos indígenas. Pelo fato de mesclar documentação imagética e escrita, o exercício proposto será o de ampliar o máximo a perspectiva metodológica, no sentido da experimentação, já que a maioria dos trabalhos que abordam aquilo que chamamos de *estudos do contato interétnico*⁷, acaba trabalhando com fontes orais e a documentação administrativa do SPI, sem de fato aproveitar o acervo iconográfico. As fotografias produzidas pelo Serviço e que fazem parte do acervo do Museu do Índio, tanto em pesquisas de história quanto de antropologia, em muitos casos, são utilizadas como um complemento ou, em sua maioria, como alegoria, ou ainda, descoladas do contexto histórico. Ainda são poucos os trabalhos que caminham na direção de uma problematização das imagens seja como fonte histórica e/ou iconográfica⁸. Porém, tomaremos essas poucas

⁶ Estes são os postos estudados nesta tese. Mais adiante contextualizarei cada um deles para um melhor entendimento dos meus objetivos.

⁷ Para uma breve explanação sobre essa designação e autores que trabalham nessa direção, ver Peirano (1990).

⁸ Ao me deter sobre uma revisão bibliográfica nas áreas de história e antropologia utilizando imagem fotográfica, explicitarei mais sobre o uso das imagens como método dessas duas áreas de pesquisa. Em tempo vale ressaltar as pesquisas de Fernando de Tacca (2001); Paulo Humberto Porto Borges (Tese de Doutorado, 2003); Carlos Alberto Casas Mendoza (Tese de Doutorado, 2005); Denise Portugal Lasmar (2008). As pesquisas de Tacca e Lasmar trabalham as imagens produzidas pela Comissão Rondon.

incursões como desafio e propósito de contribuir para engrossar as fileiras dos estudos que exploram diversos temas ligados à história dos índios e do indigenismo na interface da antropologia e da história.

Encontrando as fotografias e os índios nos postos.

Acredito ser interessante relatar com mais vagar a trajetória de como cheguei a essa configuração do projeto de pesquisa, no sentido de demonstrar esse delineamento até chegar à fotografia, pois, em princípio, a prioridade era a documentação escrita. No Museu do Índio, localizado na cidade do Rio de Janeiro, fiz um levantamento da documentação administrativa do Serviço de Proteção aos Índios, tendo como foco a inspetoria regional 06, que correspondia aos postos indígenas instalados no estado de Mato Grosso (recorte espacial que atualmente corresponde aos estados da federação: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia). Esse recorte espacial, em princípio, tinha forte motivação pessoal, por se tratar do lugar de minhas origens. Além disso, desde a minha infância, as poucas vezes que viajei para fora dos limites de Mato Grosso, as conversas sempre giravam inicialmente, sobre o lugar de onde eu vinha e me perguntavam se eu morava perto de uma aldeia indígena e se eu já tinha visto índios, onça e/ou jacaré. Cresci com isso e, ainda hoje, é muito comum encontrar esse imaginário do estado como lugar de natureza selvagem e consequentemente, com forte presença indígena. Somado a isso, Mato Grosso, nos últimos 30 anos, passou a ser conhecido como grande produtor de grãos, entre eles, a soja e isso se deu por conta da forte colonização sulista, a partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia⁹.

A partir desses fatores que conjugavam motivação pessoal com um imaginário de lugar desbravado pelos migrantes sulistas, havia mais um fator, que era não fugir totalmente

Coloco-as aqui como referência, porque o SPI trabalhava em parceria com a Comissão Rondon, para os assuntos indígenas e parte desse acervo foi utilizado pelo SPI.

⁹ Para saber mais sobre a inserção de Mato Grosso na economia internacional e o papel das elites regionais, fazendo um apanhado da formação territorial de Mato Grosso desde o período colonial e centrando no século XX, ver Gislaene Moreno (2007).

da pesquisa feita no mestrado em História, em que percorri a documentação do SPI, com a intenção de dar visibilidade ao processo de instalação de um posto indígena na região centro/sul de Mato Grosso. Trabalhei o Posto Fraternidade Indígena, criado inicialmente, para abrigar o grupo Umutina, em 1913. A partir dessas motivações, resolvi ampliar o foco de visão e perceber na documentação do SPI o processo de instalação dos postos indígenas no estado. Na minha leitura, fazendo isso, demonstraria, conseqüentemente, a cartografia espacial da mobilidade do capital através das frentes de expansão, no início do século XX e as relações aí engendradas entre índios e não índios. Presumo ser uma chave interessante para refletir sobre esses imaginários construídos em relação ao estado de Mato Grosso não só como “reservatório” de povos indígenas, mas também, de que com a frente de expansão dos anos 70, a colonização definitivamente tenha amansado o sertão, dando um caráter produtivo ao estado.

Enfim, a intenção era trilhar a documentação e fazer uma etnografia histórica desse processo que tinha reflexos na configuração, ou melhor, na reconfiguração sócio-espacial, com a criação dos postos indígenas e a liberação das terras para as frentes de expansão. Conseqüentemente, poderíamos perceber as várias inflexões do imaginário de sertão selvático mato-grossense, tendo os índios como principal ingrediente. Tudo isso tendo claro que a documentação iria privilegiar as ações do cotidiano dos postos, cujo recorte temporal seria a primeira metade do século XX.

Ao reunir os registros documentais, me deparei com a primeira dificuldade, os documentos referentes à inspetoria regional 06 somavam por cima, cerca de 80 rolos de microfilmes. Até a década de 1940, Mato Grosso chegou a ter 18 postos indígenas instalados e uma povoação. No ano de 1945 seguia com dez, mas, esse número estava em ascensão novamente, pois, por conta da região centro/norte, havia planejamento de outros postos. O volume de documentação é impressionante, isto com referência apenas aos rolos de microfilmes, sendo que cada um, reúne em média, cerca de 2500 fotogramas. Assim, precisei pensar em cortes e recortes. Por esse motivo, separei um conjunto de quarenta microfilmes que continham registros de postos que foram instalados na época da fundação

do SPI, em torno de 1910, 1911 e que tinham uma continuidade temporal até a metade do século XX. Acrescentei também, registros de postos que foram criados e extintos nesse período e ainda os que tinham características diferentes, como sendo de atração, uma povoação e outro de assistência e nacionalização. Dessa forma, teria como acompanhar processos diferenciados para contextos também diferenciados dentro do estado, administrados pelo SPI e sem perder de vista a cartografia desenvolvimentista.

Detalhando um pouco mais as fontes textuais do SPI, os fotogramas dos microfilmes referem-se a relatórios produzidos pelos inspetores regionais e também pelos encarregados de postos; é possível ver muitas instruções normativas, geralmente repassadas aos postos através da inspetoria regional, que era o órgão gerenciador dos postos dentro de uma região, normalmente delimitada por um e/ou outro estado da federação; as cartas dos encarregados de postos e de seus auxiliares e inspetor regional; os ofícios do ministério em que o SPI estava lotado, ora o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ora Ministério da Guerra, dependendo do período do documento; os telegramas oriundos da inspetoria regional e também dos postos, via postos telegráficos gerenciados pela Comissão Rondon, normalmente localizados próximos aos postos indígenas; os despachos; as listas e pedidos de compras; as folhas de pagamento; material escolar como alguns exercícios feitos pelos índios em sala de aula, alguns diários de classe e listas de presença; e rascunhos e formulários para produção dos relatórios que eram mandados em períodos mensais e anuais. Todo esse material está microfilmado e faz parte do acervo documental do Museu do Índio no Rio de Janeiro, assim como do Arquivo Histórico Clara Galvão – Coordenação Geral de Documentação da FUNAI, no Distrito Federal. Alguns outros documentos, que encontrei, fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, em pastas referentes aos Ministérios.

A separação dessa documentação considerou também um recorte temporal – da criação do órgão SPI (1910) até a metade da década de 1940. No início, já informada do contexto sócio-histórico da fronteira oeste, presumi que até esse período daria conta de ter uma percepção da instalação, construção e um acompanhamento sistemático de vários postos indígenas da região. Em seguida, depois do agrupamento e de uma leitura superficial

dos microfilmes, resolvi separar também as fotografias, produzidas pelo SPI, dos postos localizados em Mato Grosso. Foi a partir das imagens que a pesquisa ganhou a configuração atual. Pois, as fotografias poderiam ajudar a ver as discontinuidades que, em muitas situações, a documentação escrita não deixava revelar, pelo próprio formato dos registros (administrativos, muitas vezes). Logo, elas podiam fazer a documentação escrita render, pois, como já afirmei em linhas anteriores, esse acervo imagético não está descarnado dos registros escritos. Como afirma Sylvain Maresca (1998, p. 145), a imagem faz falar, no sentido de que ela favorece a palavra. Acredito que através delas é possível visualizar nós que estão presentes na documentação escrita, mas, invisibilizados pela sua própria configuração de escrita que prioriza a prestação de contas. Penso que através das fotografias podemos transitar com menos travas entre o documental e o etnográfico, até por conta da materialidade ambígua, característica própria da imagem.

Centrar nas fotografias, tampouco, foi algo mais fácil. De início também me deparei com a dificuldade do grande volume de imagens, tendo que necessariamente, pensar em cortes e recortes. No entanto, esse exercício parecia mais leve pelo simples fato de estar lidando com imagens. Nessa etapa, deixei as impressões das cenas reproduzidas me chamarem, inquirirem, deixando-me envolver pelos detalhes e também pelo que parecia comum, por questões que pareciam estar dadas por se tratar de imagens de índios¹⁰. Desse montante fiz uma primeira escolha, no sentido de separar, principalmente, as fotos que me incomodavam, que mexiam de alguma forma comigo, seja pela sua beleza, pela sua obviedade, pelos olhares dos fotografados que inquiriam o fotógrafo, enfim, as imagens que me faziam reagir a elas. O volume diminuiu, mas nem tanto.

Dessa imensidão de fotografias, numa quantidade ainda de milhares, passei à parte de separá-las “racionalmente”, se é que isso é de fato possível, já que confesso que me deixei envolver. A quantidade de fotografias me fez pensar em uma separação por

¹⁰ Aqui me refiro ao simples fato de que a palavra “índio”, ainda hoje remete a uma percepção exótica do outro distante e mais, estranho, valorando para uma concepção animalizada e inferiorizada, do que diferente, no sentido de que essa diferença esteja pautada na diversidade e em um modo de viver específico.

categorias (totalmente arbitrárias, mesmo que buscando alguma racionalidade classificatória de sequências, isto é, de uma classificação seriada, para utilizar os termos da Antropologia Visual) para facilitar a análise. Levei em conta as similitudes, as padronizações, as diferenças e as sequências, mas sem deixar de lado a questão do tempo dessas produções imagéticas, pois, neste momento, precisei dosar o recorte temporal para os dois formatos de documentação, buscando, assim, não cair em uma análise anacrônica.

Mesmo sendo as fotografias fundamentais para a escolha dos postos indígenas em questão, também elegi mais alguns critérios como: a permanência e as mudanças que cada aldeamento foi sofrendo no decorrer desses quase quarenta anos, dentro do recorte temporal proposto; a quantidade/volume e qualidade da documentação escrita sobre os postos; a característica de cada posto, considerando principalmente, as especificidades sócio-culturais dos grupos indígenas neles localizados; o contexto espacial articulado ao político, social e econômico do posto e, ainda, o “grau de incorporação” dos índios ao mundo dos “civilizados”. Esses critérios serviram como termômetro para a escolha das fotografias, ou melhor, para a escolha das coleções fotográficas.

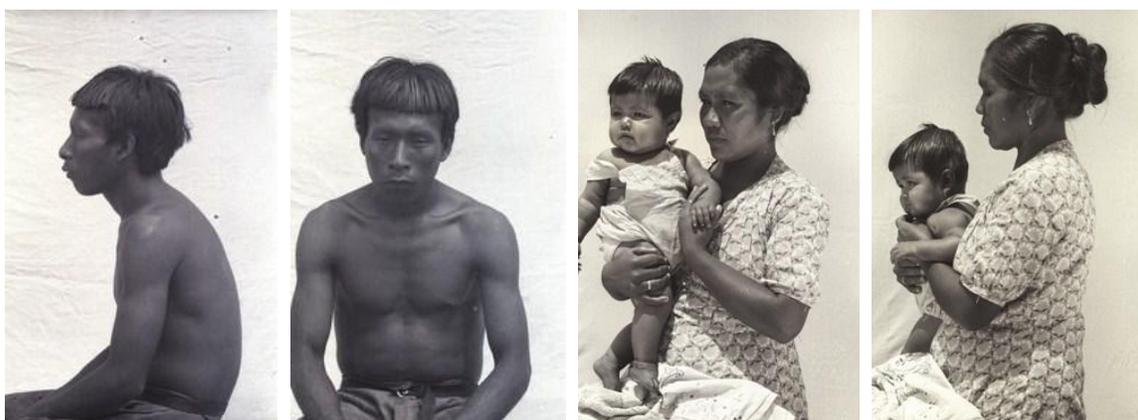


Imagem SPI03168 – *Homem Bororo com cerca de 20 anos*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03169 – *Homem Bororo com cerca de 20 anos*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI00117 – *Mulher Terena com filho nos braços*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00119 – *Mulher Terena com filho nos braços*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI02648 – Índios Bakairi colocando grama em frente ao Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI00794 – Rua do posto com habitações Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00341 – Fabricação de tijolos por índios Terena na olaria do Posto Cachoeirinha. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI02960 – Gado do Posto Indígena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI03131 – Índio Bororo enfeitado para festa. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI00673 – Índia Terena num tear fazendo uma rede de dormir com fio de tucum. Schultz, Harald. 1942.

Depois de ter me cercado de todos os sentimentos que me faziam reagir e ao mesmo tempo procurando a objetividade do pesquisador com procedimentos das ciências humanas e sociais, pensando em categorias, padrões, diferenciações, enfim, métodos de abordagem para fazer tais escolhas, o arremate se deu ao olhar para as imagens e perceber, primeiro:

embora as fotografias tivessem o caráter fragmentário, não podia ignorar o fato de elas terem sido produzidas a partir de um evento que era a expedição cine-fotográfica da SE e por conta desse fato tinha aí embutida uma narrativa discursiva que abarcava a coleção como um todo. Logo, estava claro, que mesmo não utilizando todas as fotografias de uma coleção, teria que partir e tomá-las no conjunto. E por fim, encontrei algumas instruções gerais e outras específicas do que e como fotografar em uma expedição da SE. Ao fazer a junção das cenas que retratam as vivências dos índios dentro dos postos, tendo como pano de fundo as instruções que os fotógrafos receberam para produzir as imagens, sem perder de vista os critérios que fui construindo no decorrer do processo de escolha, as coleções que iam fazer parte da pesquisa foram se revelando.

Com a intenção de mostrar o que este trabalho nos reserva, trago logo acima algumas imagens que foram pinçadas nas coleções escolhidas, levando em conta apenas as instruções gerais da SE, com a intenção não de discorrer sobre ou a partir delas, mas apenas para apontar as narrativas discursivas que estão nelas imbricadas. Há fotos dos índios com inspiração de posturas somatológicas (tipos indígenas), imagens panorâmicas dos postos, índios nos trabalhos dentro dos postos etc. As instruções também indicavam para produção de imagens com característica menos documental e mais etnográfica, afinal, a Seção de Estudos, também tinha a intenção de registrar o que ainda fosse possível de *ritos, tradições, hábitos e costumes do índio*¹¹, situação que aos olhos dos funcionários tinha data para acabar, uma vez que estavam em franco andamento, na década de 40, os trabalhos de incorporação e assimilação desses grupos à sociedade nacional.

¹¹ Informação obtida no documento legislativo sobre a competência da Seção de Estudos do SPI, em 1942. In Lima (2009, p. 35).

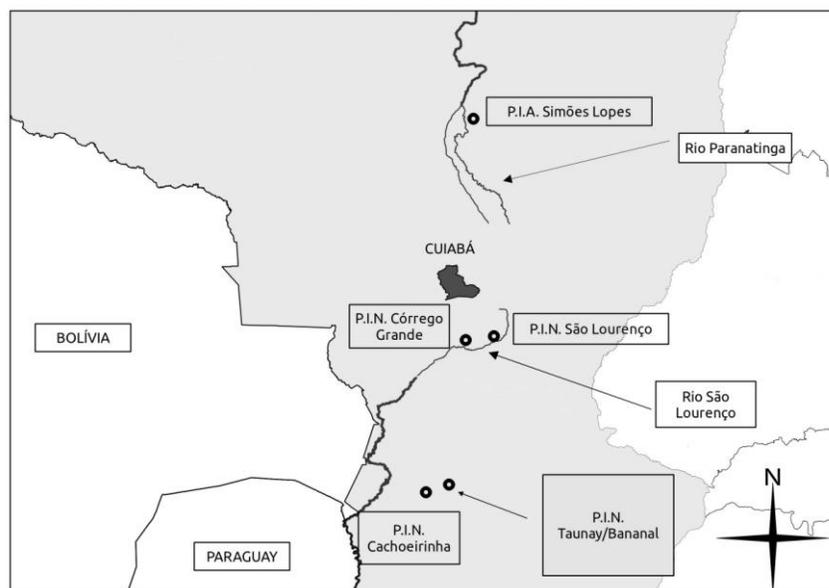


Ilustração 01 – Contorno da antiga configuração do mapa de Mato Grosso com a localização aproximada dos postos indígenas onde foram produzidas as imagens que são analisadas nesta tese.

A partir desse entendimento entre documentação visual e escrita elegi, a saber, três coleções fotográficas que foram produzidas nos anos de 1942 e 1943 nos seguintes postos: Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN) Córrego Grande, destinado aos índios Bororo; Povoação Indígena de São Lourenço, também destinados ao grupo Bororo; PIN Cachoeirinha e PIN Taunay, destinados aos índios Terena e Posto Indígena de Atração (PIA) Simões Lopes, instalado para os índios Bakairi e também para os índios do Xingu¹².

¹² Os funcionários do Serviço, ao se referir aos índios do Xingu, estavam falando de vários grupos localizados na região, tendo como referências rios afluentes e formadores da bacia hidrográfica do Xingu.

INTRODUÇÃO

A FOTOGRAFIA COMO ELO. A INTERFACE ENTRE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

Para esse desafio, é necessário trazer à tona uma discussão entre fotografia, antropologia e história. Isso porque entendo que o trabalho com instrumentais emprestados e construídos nas fronteiras disciplinares pode render entendimentos mais amplos. Acredito na força da fotografia para fazer essas relações entre disciplinas, ora com a história, por meio de uma metodologia da micro-história, ora com a antropologia, ou mais especificamente com a etnografia, entendendo-a como método da antropologia.

A escolha do diálogo entre antropologia, fotografia e história se deve ao fato de que as coleções de fotografias aqui analisadas cumprem algumas funções, que estavam ditas de antemão, pelo próprio discurso narrativo inscrito nas próprias imagens em si, como por exemplo, a função de registro documental da prova do SPI em curso. O testemunho de que o trabalho administrativo-gerencial estava sendo realizado, servia também como atestado da integração dos índios; outra função era de construção de um arquivo, no sentido do registro documental histórico da ação do Serviço, enquanto instituição e também como política de Estado. Além disso, cumpria a função museológica, do colecionismo do próprio índio como objeto de museu, já que se tratava de registrá-lo também em seu “estado primitivo” para a constituição de um acervo que o caracterizava como fiel depositário da nacionalidade brasileira. O índio cumpria com o papel de ser a porção genuína do povo brasileiro que precisava ser preservada em museu, já que estava prestes a desaparecer em função da gradual inclusão à sociedade nacional através da política integracionista.

Contudo, mesmo diante deste discurso imagético que parecia estar dado, o exercício proposto aqui será o da compreensão desse processo histórico através da documentação

escrita e das etnografias da época sobre os grupos indígenas em questão, ambos utilizados como suporte para olhar as imagens, pois, reconheço, como aponta Sylvia Caiuby Novaes, que:

O uso da imagem acrescenta novas dimensões à interpretação da história cultural, permitindo aprofundar a compreensão do universo simbólico, que se exprime em sistemas de atitudes por meio dos quais grupos sociais se definem, constroem identidades e apreendem mentalidades. (Novaes, 1998, p. 116).

A autora afirma, ainda, que o exercício imagético contribui para uma melhor interpretação das coisas assim como um dos objetivos da antropologia, permitindo “captar e transmitir o que não é imediatamente transmissível no plano linguístico. Certos fenômenos, embora implícitos na lógica da cultura, só podem explicitar no plano das formas sensíveis o seu significado” (Novaes, 1998, p. 116).

Com isso, deixo claro que não pretendo em nenhum momento tratar as imagens como uma visão positivista do real, em que elas dizem por si só, mostrando o fato ou a situação sem distorções, possibilitando um olhar sem engano, fechadas dentro de um corpo específico de práticas. Pelo contrário, quero afirmar e reafirmar, como Elizabeth Edwards (2001, p. 5), que a fotografia *is a vast disorder of object*. É através de sua aleatoriedade, de sua fluidez, de seu minuto de indicialidade – que são inerentes do seu próprio meio – que é possível vislumbrar uma interpretação para além de uma única e correta visão, podendo ampliar a compreensão de eventos e situações. Os elementos constitutivos dessas imagens podem também conter outros significados, que vão além da produção (considerando que uma imagem deverá, no mínimo, refletir as normas do SPI e também a maneira com que o próprio fotógrafo a concebe) e do próprio uso e consumo. Tudo isso impresso em gestos, objetos, posturas, enquadramentos etc. Pretende-se considerar a fotografia em si, procurando no que está focado, aquilo que inquieta e que desarticula, o que está aberto para fora e que nos faz indagar e destrinçar uma determinada imagem, uma vez que uma fotografia não se esgota em sua denotação. Ou seja, “Denota em um nível e conota em outro”, como afirma Maria L. Cerutti Miguel (1993, p.124).

Logo, ao trazer uma imagem, tentarei mostrar, inspirada em Edwards (2006), o que

nos faz indagar e perceber para além de como a imagem está constituída, de como ela se inscreve e sugere o passado. Ao levantar os elementos presentes nessa constituição, considerando o saber do fotógrafo (técnico, científico, sócio-cultural), que por sua vez, também levava instruções do Serviço, centrar-me-ei nos aspectos que escapam e, por isso, me trazem questões, ou ainda, em elementos que permitam visualizar um cenário mais amplo no espaço e no tempo. É, sobretudo nesse caso, que farei uso das etnografias até então produzidas sobre os grupos revelados nas fotografias em questão. Creio que, desta forma, as imagens podem dar outras possibilidades de percepção, sobre como, por exemplo, o Serviço foi construindo esse Outro, que é o índio imaginado e teorizado como “localizado”, “integrado”, “trabalhador nacional”, “selvagem”, “bárbaro”, “Bororo”, “Terena” ou “Bakairi”, mas também, como essas mesmas fotos podem dizer como o homem Bororo ou o grupo Terena se colocou nessa construção. É importante frisar que esses elementos presentes dentro dos enquadramentos estão inseridos em um mundo histórico-social para além das estruturas de significação inscritas nas evidências, seja da documentação escrita, seja da imagética. Como argumenta Edwards (2001, p. 2. “Tradução livre”)

Tais experiências são de subjetividade erradicável. Fotografia aqui não pode ser reduzida a uma prática abstrata totalizante, senão inclui fotografias, objetos visuais reais, comprometidas com espaço social e tempo social. Em tais contextos, a análise de fotografias não pode ser restrito apenas à triagem das estruturas de significação, mas deve levar em conta o papel da fotografia enquanto significador em relação a toda a natureza do objeto e sua biografia social.

Ao ter em conta a biografia social dos elementos que as compõem, fazendo delas um meio para ajudar a pensar para além das inscrições expostas, sejam estas inscrições históricas e/ou etnográficas, podemos extrair das imagens micro-ações que podem sugerir outras histórias. Portanto, o exercício é perceber os detalhes do conteúdo, *nesse sentido, move-se para além de uma descrição da superfície, além do contexto originário em si, além das rubricas homogeneizantes da ação disciplinar ou dos sistemas explicativos abrangentes* (Edwards, 2006, p.02. “Tradução livre”).

Com isso, chamo a atenção para a utilização das fotografias como fontes etno-

históricas que, mais uma vez, funcionam como um meio interrogatório que, em parte, nos proporciona sugerir histórias a partir de reconstituições analisadas e problematizadas através dessas fotografias, recuperando os mecanismos internos que regeram as produções e as constituições das imagens. Mesmo seguindo o olhar de quem as produziu e de suas intencionalidades, as fotografias têm ainda o poder de se mover na contramão, *é também um lugar que potencializa a abertura para novos quadros de referência históricos, em que as fotografias podem interromper narrativas dominantes*. (Edwards, 2006, p. 04. “tradução livre”). Como argumenta Edwards no artigo “La expedición al Estrecho de Torres de 1898: elaboración de historias”

As fotografias se converteram da mesma forma em pontos ativos de interação social através de sua representação. A materialidade das fotografias e das diapositivas foi utilizada para sustentar pautas de temporalidades humanas no nível consciente e inconsciente (1998, n/d. “Tradução livre”).

Com o intuito de aproveitar todo o potencial das imagens, estas foram trabalhadas a partir do diálogo com algumas referências bibliográficas que trazem larga experiência de análise imagética, seja num formato analítico mais historiográfico em alguns momentos, e/ou mais antropológico em outros. A ideia é não reduzir a análise a um único método e ou campo teórico, e sim aproveitar e experimentar a riqueza desse acervo, indo além dos estudos que utilizam as imagens como alegorias e interpretando-as como se já estivessem definidas em si. Experimento Roland Barthes (1984 [1980]), Etienne Samain (1998), Elizabeth Edwards (2006) que fazem o exercício de mergulhar na imagem com um olhar vertical, abissal, profundo etc.. Para Samain (1998, p. 133) “as fotografias o fixam num congelamento do tempo do mundo e o convidam a entrar na espessura de uma memória (...). No caso da fotografia, pensa-o na sua descontinuidade, na sua fragmentação, no seu recorte, na sua extraordinária ‘singularidade’”. Proponho ao modo de Barthes, uma imersão no fragmento à procura de detalhes que nos façam ver para além do óbvio. Como diz Ronaldo Entler

Esse detalhe pode ser o gesto perdido de um personagem secundário que, a partir da foto, parecerá sugerir algo sobre a figura principal retratada. Pode ser uma palavra no cenário que acidentalmente legendará a cena (1998, p. 282).

Isto se dá porque, com a fotografia, além da técnica impressa pela prática de sua própria produção, há uma dose de acaso e incidente. Entler (1998, p. 284) afirma que “ainda que haja uma intenção prévia, o alvo nunca é absoluto”. Outra questão que devemos considerar ainda é o fato de que há uma interação entre fotógrafo e fotografado, isso pelo simples fato do fotografado ser de “carne e osso”.

Etienne Samain (1998) lê Roland Barthes através do livro “A Câmara Clara” para pensar a antropologia visual através de dois elementos-chaves da regra estrutural formulada por Barthes. Esse autor afirma que a existência da fotografia tem a ver com a co-presença de dois elementos descontínuos e heterogêneos. Refiro-me a “studium” e a “punctum”. Ao conferir essa regra, penso utilizá-la em uma ou outra situação como método analítico, seja para separar as fotos aqui analisadas seja para, de fato, refletir sobre ou a partir delas. Trago para o corpo do texto a explanação desses elementos pelo próprio autor. O “studium”

(...) visivelmente, é uma vastidão, ele tem a extensão de um campo, que percebo com bastante familiaridade em função de meu saber, de minha cultura; esse campo pode ser mais ou menos estilizado, mais ou menos bem sucedido, segundo a arte ou a oportunidade do fotógrafo, mas remete sempre a uma informação clássica. (...) desse campo são feitas milhares de fotos, e por essas fotos posso, certamente, ter uma espécie de interesse geral, às vezes emocionado, mas cuja emoção passa pelo revezamento judiciosos de uma cultura moral e política. O que experimento em relação a essas fotos tem a ver com um afeto *médio*, quase com um amestramento. Eu não via, em francês, palavra que exprimisse simplesmente essa espécie de interesse humano; mas em latim, acho que essa palavra existe: é o *studium*, que não quer dizer, pelo menos de imediato, “estudo”, mas a aplicação a uma coisa, o gosto por alguém, uma espécie de investimento geral, ardoroso, é verdade, mas sem acuidade particular (Barthes, 1984, p. 44 e 45).

Para pensar o lugar dessas imagens nessas coleções e vê-las como parte de um material que estava sendo construído a partir de uma política indigenista de estado, é importante olhar e identificar o “studium” da fotografia que inscreve um campo de informações que envolve o intento do fotógrafo e o ambiente desse constructo. E buscar, o “punctum”, considerado o que

vem quebrar (ou escandir) o *studium*. Dessa vez, não sou eu que vou buscá-lo (como invisto com minha consciência soberana o campo do *studium*), é ele que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar. Em latim existe uma palavra para designar essa ferida, essa picada, essa marca feita por um instrumento pontudo; essa palavra me serviria em especial na medida em que remete também à ideia de pontuação e em que as fotos de que falo são, de fato,

como que pontuadas, às vezes até mesmo mosqueadas, com esses pontos sensíveis; essas marcas, essas feridas são precisamente pontos. A esse segundo elemento que vem contrariar o *studium* chamarei então *punctum*; pois *punctum* é também picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte - e também lance de dados. O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere) (Barthes, 1984, p. 46).

Penso que esse segundo elemento teorizado por Barthes de “*punctum*” é o que Edwards (2006) descreve na fotografia como o que está para fora, o que quebra, o que mostra descontinuidade e Samain (1998, p. 130) lê como “o silêncio que, nela (a fotografia) fascina e perturba, faz gritar o corpo, quando o olhar à procura de si aventura-se no seu espelho, no seu campo cego”. Logo, a partir dessas referências, ao modo de Barthes, exercito olhar *como espectador, me interessando pela fotografia por ‘sentimento’; com o intuito de aprofundá-la, não como uma questão (um tema), mas, como uma ferida: vejo, sinto, portanto noto, olho e penso* (Barthes, 1984, p. 39).

Os índios na fotografia.

Embora, o trabalho tenha forte apelo ao aspecto local/regional, a partir do levantamento documental, percebe-se que Mato Grosso era estratégico nesse contexto de consolidação de uma nação emergente e, com isso, mesmo tratando de aspectos amiúdes do local, essa colonização interna¹³ remete a uma reflexão bem mais ampla, podendo ter fortes contornos simbólicos dos atos da república emergente firmando a sua característica moderna e modernizante.

Um dado motivador para este estudo está na afirmação de João Pacheco de Oliveira, em *Indigenismo e Territorialização*, em que observa que as áreas demarcadas em Mato Grosso, com dados levantados entre os anos de 1972 e 1982, refletem diretamente a atividade da Comissão Rondon, nos primórdios do SPI. Segundo ele, embora o número de áreas (54) demarcadas pelo SPI seja realmente elevado, a extensão total dessas terras é de menos de 300 mil ha, perfazendo uma parcela praticamente insignificante (2,4%) do total

¹³ Nos termos de Roberto Cardoso de Oliveira (1978).

de terras indígenas já demarcadas até o período. Esse dado confirma a eficiência da ação do SPI que estabeleceu áreas reduzidas para os grupos étnicos e conseguiu assegurar as porções de terras para as frentes de expansão (Oliveira, 1998, p. 32 – 33). Dessas poucas porções de terras que foram demarcadas para os grupos indígenas, precisamos lançar luz às historicidades construídas nessas territorialidades, tendo os índios como atores ativos nesse processo.

Cabe dizer que, em minha interpretação, a melhor forma de tratar esses documentos é aliando-os aos elementos que constituem as cenas das fotografias, afinal, são esses elementos que direcionam a escolha deste ou daquele documento. De todo modo, vale dizer, ainda, que mesmo reconhecendo este acervo documental com seu lugar social inscrito na memória coletiva do estado, penso que através da mudança de perspectiva (pelo simples fato de fazer tal e tal questão vendo e pensando a partir dos grupos indígenas) também é possível trilhar esses mesmos documentos evidenciando reminiscências, relampejos e sinais que nos levam a uma memória coletiva dos grupos indígenas envolvidos nesse processo. Talvez, aqui, me indaguem sobre a investigação dessas reminiscências junto aos grupos indígenas envolvidos, por meio de uma etnografia dessas falas. Todavia, são necessários também um mergulho vertical nessa documentação (imagética e escrita) e o levantamento de questões de dentro delas. Para tanto, deve-se tomar as ações dessa política de Estado, vista a partir dos postos e, nesse ato de colocá-la em prática, perceber que ela foi feita para os índios e, mais, ela foi feita tendo esses índios como parte integrante. Com isso, não devemos nos prender às forças de dominação, ao poder capilar e às assimetrias das experiências coloniais que saturam as palavras e imagens desse conjunto documental, mas, focar e lançar luz aos grupos indígenas e tentar apreender como agiram frente a essa política, com a intenção de extrair suas experiências diárias no espaço do posto, e também, de mostrar como foram representados e como se deixaram representar. Afinal, essa representação não foi produzida por uma via de mão única. Pois mesmo sendo as ações dos funcionários carregadas de valores sócio-culturais próprios, essas ações são produto de relações.

Este trabalho está imbricado nas relações sócio-culturais produzidas dentro dos

postos entre os índios e funcionários do SPI, perpassada pela política indigenista criada em consequência de uma política expansionista para a região noroeste do Brasil. A vivência entre índios e não índios dentro desse espaço criado, delimitado e denominado de posto indígena, nos coloca questões e hipóteses que configuram, em princípio, práticas e concepções que têm a sua gênese cunhada de saberes conformados em contexto colonial e concebe modos de ver e tratar o Outro, que é índio, em chaves designativas e classificatórias. No entanto, presumo que só este fator já é motivo para nos mover em busca de outras problematizações.

Quando proponho a mescla da documentação, não estou à procura de uma reconstituição total do passado, “a ponto de fazê-la reviver no presente” (Dosse, 2004, p. 196). Essa junção entre imagens e palavras como complementos se dá pelo fato de elas não estarem descoladas, sendo produtos de um mesmo contexto histórico da política indigenista das quais, ora palavras e/ou ora imagens, podem nos fornecer detalhes como uma alternativa intuitiva para a reflexão. Pois, concordo com Dosse lendo Certeau de que a

A operação historiográfica não consiste, portanto, nem em projetar no passado nossas visões e nossa linguagem presentes, nem em se contentar com uma simples acumulação erudita. É diante dessa dupla aporia que o historiador se vê, em situação instável, preso a um movimento incessante entre o que lhe escapa, o que está para sempre ausente, e seu objetivo de dar a ver no presente ao qual pertence. É justamente essa tensão que é própria a gerar a falta; é ela que movimenta o próprio conhecimento histórico (Dosse, 2004, p. 196).

Tenho a hipótese de que essa participação indígena, a qual estou interessada em descortinar neste trabalho, foi fundamental para o entendimento do que temos no tempo presente na política indigenista de fazer da reserva indígena, um lugar “feito” para a preservação da cultura indígena e, não mais, para a assimilação desses grupos pela “sociedade nacional”. Esta é uma questão que me faz avançar com este exercício de análise. Pois, atualmente, as práticas indígenas nas reservas movem-se na direção da prova incontestada de que seus habitantes continuam sendo índios, tomando pra si as questões políticas de garantia desses territórios para o desenvolvimento da “cultura indígena” anunciada e movimentada na direção essencialista do conceito. E esta situação, no meu entendimento, tem raízes nesse tempo do posto, criado pelo SPI.

A proposta deste trabalho obriga ao movimento nas fronteiras dos campos disciplinares, com métodos tanto da antropologia quanto da história, lançando mão do que melhor ajudar para dar conta das questões aqui levantadas. Penso que não é demais dizer que esta pesquisa, por se localizar nos estudos de situação de contato, está alinhada aos parâmetros teórico-metodológicos de uma antropologia processualista, isto é, diacrônica. Mas, não pretendo, por isso, ignorar outras formas de pensar a pesquisa.

Essa inversão, de partir das imagens para caminhar pela documentação escrita, nos dará condições de acessar as ações de, pelo menos, três povos distintos (Bororo, Terena e Bakairi), além das ações dos não índios no espaço dessa arquitetura, que é o posto indígena. Ou pelo menos, vamos conseguir perceber as práticas sociais em função das relações dos funcionários com esses grupos. Digo isso, pois não podemos perder de vista que a documentação manipulada nesta tese é, sobretudo, administrativa e foi construída na perspectiva da mentalidade positivista, de subsidiar a lógica de uma história oficial – governo sedentarizando e incorporando índios à sociedade nacional. Ao percorrer os registros documentais do SPI, percebemos toda uma estrutura mental e ideológica da construção dos índios como categoria genérica e em uma posição passiva, de serem direcionados, tutelados, sem condições de agir por conta própria. Segundo João Pacheco de Oliveira Filho

a finalidade da tutela é justamente transformar, através de um ensinamento e uma orientação dirigidas, tais condutas desviantes em ações e significados prescritos pelos códigos dominantes. (...) à diferença de outras formas mais explícitas e utilitárias de dominação, a relação da tutela se funda no reconhecimento de uma superioridade inquestionável de um dos elementos e na obrigação correlata, que esse contrai (para com o tutelado e com a própria sociedade envolvente) de assistir (acompanhando, auxiliando e corrigindo) a conduta do tutelado de modo que o comportamento deste seja julgado adequado (...) o tutelado não é plenamente capaz de defender, expressar ou mesmo conhecer os seus reais interesses, havendo necessidade de alguém que atue ou decida em seu lugar para evitar que ele sofra ou seja lesado em consequência de atos que outros com ele concluíram (1988, p. 225).

As imagens, em muitas situações não fogem desse arcabouço mental, no entanto, elas também oferecem para além da metáfora, o espelho como memória. A positividade dessa operação está em partir das imagens à procura da quebra, da ferida, daquilo que nos

faz pensar, duvidar e também, imaginar e nos inspirar. O exercício passa a cotejar na documentação a partir das imagens dos índios, todas as ações que fazem acioná-los, seja como discurso seja como ação.

Mesmo considerando o foco de atenção deste trabalho, voltado para as imagens construídas nos espaços dos Postos Indígenas, a documentação escrita – que está em segundo plano, para falar de uma hierarquia das fontes aqui trabalhadas – está sendo tratada na perspectiva da micro-história, segundo Jacques Revel (2000). Este pareceu-nos o caminho mais produtivo, entendendo que a situação da micro-análise “deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva” (2000, p. 18). O autor afirma ainda, que:

A escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. (Revel, 1998, p. 20).

Esse exercício de redução da escala possibilita compreender uma história social específica num espaço recortado, colocando em evidência, agentes históricos e suas singularidades, pois, no conjunto, como já afirmei em linhas anteriores, na documentação, os índios se encontram maciçamente ausentes como agentes históricos, ou melhor, dizendo, invisibilizados, ou ainda são “vistos” de uma maneira homogeneizante e passiva. A ideia desse tipo de abordagem é permitir a visualização das multiplicidades nas ações. Esta pesquisa pretende engrossar as fileiras dos trabalhos que consideram que a história dos índios vai além do reconhecimento do papel dominador do Estado e das elites, por um lado, e dos índios como meras vítimas do processo, por outro (Monteiro, 1995).

Outro fato motivador para percorrer essa proposta – de centrar este trabalho nas ações indígenas nos postos a partir da mescla de imagens e palavras – é que o tema da política indigenista e do regime tutelar, instaurada pelo Serviço de Proteção aos Índios, está tratado admiravelmente por vários autores, entre eles, João Pacheco de Oliveira, uma referência importante, principalmente pela publicação “*O Nosso Governo*”. *Os Ticuna e o*

Regime Tutelar (1988), Antônio Carlos de Souza Lima, estudioso do tema e autor de *Um Grande Cerco de Paz* (1995). Além de autores clássicos da antropologia brasileira como Darcy Ribeiro (1996) e Roberto Cardoso de Oliveira (1964 [1981]; 1968; 1978)¹⁴.

Essas referências bibliográficas nos possibilitam trilhar a documentação primária (escrita e imagética) com outras questões que não necessariamente enfocam a política indigenista e a questão tutelar em si. Isso nos permite, inclusive, focar outras questões nos registros documentais, de modo mais detalhado e com mais segurança, pelo fato de estar informada por essas bibliografias. Como mencionado anteriormente, não me prendo a recursos metodológicos de forma a seguir uma escola. Aproveito do trânsito entre as áreas para melhor acercar os elementos que me provocam nas imagens.

A mobilidade, em relação às etnografias, obedece ao recorte temporal da época ou anterior à produção das fotos. As principais obras etnográficas são de Karl von den Steinen, resultado de sua expedição à região central do Brasil, chegando até ao Xingu no final do século XIX; Max Schmidt, que fez parte da expedição de Von den Steinen e que, depois, fez a sua própria expedição no início do século XX, por volta de 1926; os padres salesianos Antonio Colbacchini e César Albisetti com etnografias produzidas entre os anos de 1920 e 1930; Herbert Baldus com artigos etnográficos entre os anos de 1930; e Egon Schaden, para citar os principais. Dessa forma, acercamos melhor o contexto de produção e a biografia das pessoas e coisas. Assim, torna-se possível também caracterizar a produção do cotidiano desses espaços e das suas relações, identificando, na medida do possível, a participação de cada agente social, seja ele o funcionário do Serviço, seja ele o Bororo, o Terena e/ou o Bakairi.

Para dar conta das questões que a documentação suscita, a tese está estruturada em seis capítulos. Para começar o exercício de ver e pensar a partir das imagens, o primeiro capítulo, *Fotógrafos e fotografias: três coleções fotográficas da Seção de Estudos do SPI*, traz uma discussão que localiza os fotógrafos que participaram das expedições fotocinematográficas e produziram as coleções fotográficas aqui analisadas. Ao situá-los, a

¹⁴ Vale lembrar que Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira foram funcionários do SPI a partir da década de 1950.

reboque lançamos luz à Seção de Estudos (SE), onde esses profissionais estavam lotados como funcionários do SPI, chegando até aos membros do órgão normativo da política indigenista, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Membros estes que foram responsáveis por criar e coordenar os trabalhos da Seção de Estudos. Nesse capítulo é possível refletir sobre a ambiguidade presente na ação da política indigenista (assimilação x preservação), que se mostra mais evidente com a ação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios ao criar a Seção de Estudos e tudo que nela se produziu em seguida. A hipótese é que a participação de antropólogos no Conselho (CNPI) proporcionou a introdução de um conhecimento “especializado” de antropologia nas ações do Serviço. Assim, a SE e a equipe, responsável pela coleta de imagens e sons de grupos indígenas no interior dos postos deram um *start* fundamental para evidenciar tal ambiguidade, pelo simples fato da produção de materialidade documental e etnográfica. Essa prática de registro, inicialmente foto-cinematográfica e de coleta de peças etnográficas, pelo órgão oficial (SPI), se revela planejada com um departamento específico, dando ênfase ao aspecto cientificista no tratamento dos grupos indígenas. Além disto, contribui para dar outros contornos à política indigenista, sobretudo, de visibilidade para fora, principalmente no sentido das relações internacionais.

O capítulo II trata da exterioridade dos postos indígenas, enquanto arquitetura, instalação, vista geral e parcial desses espaços. Intitulado: *Fronteiras físicas e conceituais – espacialidades concebidas e construídas*, as reflexões partem das imagens panorâmicas dos postos em questão tomando, em princípio, o plano métrico, o arquitetural e a expressão plástica espacial, cujos contornos materiais, dotados de limites fronteiros físicos, culminam em fronteiras conceituais. Essas imagens me fizeram ir atrás das instruções dessas construções para acompanhar como cada posto foi ganhando materialidade arquitetônica. No entanto, nesse processo de construção vamos percebendo espaços sendo construídos como reflexo dos sentidos de quem os concebeu. Dessa perspectiva diacrônica percebemos multiplicidades de configurações espaciais nessa exterioridade que se apresenta. Ao olhar para essas panorâmicas e para os prédios em construções, enxergamos o posto indígena como máquina administrativa, lugar feito para os índios e habitado pelos

funcionários do Serviço. Com isso, o capítulo demonstra a fissura física nessa aparência do posto como um todo e, conseqüentemente, a fissura mental dessa concepção inscrita no ato de instalação e construção de um espaço para os índios e não dos índios. Não que o espaço dos índios não existisse, sim, ele existia e ainda existe. Inclusive, ele aparece nas fotografias, porém, de forma apartada desse constructo pensado, construído e materializado como posto. De fato, para os índios, ainda, há a aldeia, cuja continuidade no espaço do posto, de forma materializada, torna-se perceptível no terceiro capítulo. É neste ponto, em especial, que as imagens foram tratadas como espelho da memória, pois os detalhes nelas impressas evidenciam mais que a documentação escrita, que a aldeia ainda estava montada e materializada pelos seus moradores, Bororo e Terena. Pois, em muitos momentos, os registros escritos nos dão a entender que a aldeia não existia mais, pelo simples fato de haver a instalação e a construção dos prédios do posto. Para além dos sinais impressos nas legendas das fotografias, no capítulo II, a aldeia, como afirmo acima, continuava no mesmo lugar após anos e mais anos da existência do posto, continuava engajada de agenciamentos bem como o posto.

Logo, no capítulo III: *Os postos e as aldeias: lugares para estar e viver*, olhamos para a aldeia praticada assim como o posto praticado, cada lugar demonstrando a relação corpo e espaço. Afinal, como afirma Ludmila Brandão (2002, p. 11), o espaço passa a ser resultado das relações entre seres e objetos. Daí, os índios aparecem tanto no espaço do posto (pátio, escola, hospital) quanto no espaço da aldeia (principalmente no pátio). Os fotógrafos, ao adentrar os postos, seguiram os caminhos e ramificações que partiam da sede ou a ela chegavam e revelaram os pátios das aldeias, encontrando, conseqüentemente, os Bororo e os Terena.

Já o quarto capítulo introduz outra questão que está imbricada nos capítulos anteriores, mas que só nele é expressa de maneira mais clara: o caráter cientificista, mais que científico, que o SPI tomou com a criação da Seção de Estudos, pois, as imagens com inspiração somatológicas, produzidas no interior dos postos indígenas têm um aspecto intuitivo, no meu entendimento, de inaugural. Explico: a prática de fotografar os postos não era nova dentro do órgão, sendo feita, inicialmente, via ramificação administrativa pela

Comissão Rondon e, depois, produzida através de contratação avulsa de fotógrafos. No entanto, apenas a partir da equipe da SE, começa a ser exteriorizada, explicitamente, via instruções, a preocupação de registrar os “remanescentes” do povo brasileiro, entendidos como uma parte fundamental dessa formação que enquadrava a “raça” ou as “raças” indígenas em uma clara concepção museológica, por conta da teoria de que os grupos indígenas estavam caminhando, a passos largos, para a extinção. A partir das imagens de “tipos indígenas” apresento vários trechos documentais que evidenciam várias concepções raciais sobrepostas e justapostas em relação aos grupos indígenas, a ponto de desvelar outros tantos panos de fundo – para além do branco esticado em uma parede externa da sede do posto – dessa prática fotográfica que buscava neutralizar ao máximo os elementos que circundavam o tipo indígena. O exercício de centrar no retrato antropológico permite mais que apenas perceber as noções biologizantes de raças, de marcação da diferença e da demonstração da diversidade de grupos indígenas ou ainda de apreender as noções que os inferiorizavam. Esse conjunto de retratos de frente e de perfil leva para uma discussão dos agenciamentos indígenas através dos gestos, da expressão do olhar ao encarar a câmera e, conseqüentemente, o fotógrafo.

Na sequência, o capítulo V caminha um pouco nessa direção, pois evidencia, ainda mais, o cunho etnográfico presente nas intenções dos fotógrafos. Em *Colecionando corpos e artefatos: os Bororo e os Terena nas lentes de Schultz e Foerthmann* percebe-se a preocupação de apreender os usos e costumes indígenas, em algumas situações, como abstrações gráficas por conta da arraigada forma de fotografar tendo como inspiração os tipos indígenas. No entanto, essas mesmas fotografias permitem encontrar um Bororo que se apresenta para o fotógrafo. Ornamentado, a sua postura se mostra ativa com expressão facial e corporal autônomas. Nas imagens feitas por Schultz neste trecho capitular, a riqueza etnográfica apreendida é de um ritual xamânico que permite encontrar os Terena exercendo os seus usos e costumes e, aos olhos de Schultz, o que vê e fotografa parece ser vestígios de uma cultura sendo engolida pelos elementos da sociedade nacional que impregna o cenário e corpos, ainda indígenas.

O último capítulo permite pensar outra questão que não deixa em momento algum

de estar sobreposta às questões discutidas nos capítulos anteriores. Nos cinco capítulos deste trabalho, as imagens revelam as diversas fissuras impressas e expostas ao adentrar a amálgama do posto indígena. Dentro disso que parecia “todo”, os índios estão compondo, atuando, participando e agindo ora no espaço administrativo, escolar, laboral e civilizador do posto do SPI ora no espaço da vivência, principalmente no pátio da aldeia. Nisso, as divisões fronteiriças físicas e conceituais/mentais estão expostas. No entanto, essa mobilidade de ora estar no posto e ora na aldeia, nos faz intuir mais do que realmente ver as relações entre funcionários e grupos indígenas. Por isso, o capítulo VI traz um conjunto de imagens que revela no primeiro plano as relações sendo praticada diante de nossos olhos. A cena se dá em uma entrega de brindes aos índios do Xingu no posto de atração Simões Lopes. A doação de brindes revela a relação, revela um dos pontos de sutura que fora bastante praticado dentro dos postos e a partir dessa articulação, a documentação contribui para trazer outras ações e agências indígenas demonstrando a mobilidade dos grupos dentro e fora do posto. Como não poderia ser diferente, os pontos de sutura também revelam fissuras mentais, que permitem compreender a política indigenista colocada em prática pelo Serviço de Proteção aos Índios como produtora de ambiguidades em relação aos povos indígenas. No entanto, a sutura revela a relação, que não é unilateral. Logo, o último capítulo também demonstra, como já afirmei acima, mobilidade dos grupos que recebem e trocam brindes, trabalham e compram objetos de branco, negociam com os funcionários, trocam com outros grupos indígenas, com outros segmentos da sociedade nacional e demonstram o ritmo e o prazo para tais relações.

Por fim, cumpre esclarecer que ao longo do texto não adotei plenamente as normas vigentes para a grafia de nomes étnicos. Fiz a escolha de manter nas citações da documentação do acervo do Serviço de Arquivos do Museu do Índio a grafia da época. Os documentos microfilmados foram referenciados da seguinte forma: SARQ (Serviço de Arquivos), MI (Museu do Índio).

O acervo fotográfico dessas três coleções traz muitos outros temas a serem discutidos, ou melhor, a serem revelados seja como ferida seja como fratura ou como o retorno do morto. Por ora, o exercício me basta para convidar os leitores para um outro

olhar dos e/ou sobre os Bororo, Terena, Bakairi etc. nos postos indígenas do SPI.

CAPÍTULO I

FOTÓGRAFOS E FOTOGRAFIAS: TRÊS COLEÇÕES FOTOGRAFICAS DA SEÇÃO DE ESTUDOS DO SPI

Em 13 de janeiro de 1922, o diretor interino do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) L. B. Horta Barbosa enviou ao inspetor de Mato Grosso o seguinte comunicado:

Tendo o senhor Ministro aprovado a proposta desta diretoria relativa a fotografia dos estabelecimentos e Serviços de vossa inspetoria, recomendo-vos que, com máxima urgência, organizeis um programa de aspectos que convém ser fotografados nas dependências da vossa repartição (...) ¹⁵.

Depois de alguns anos de investimento na construção das espacialidades denominadas de postos indígenas, o SPI passou a utilizar a fotografia como um instrumento importante para demonstrar e confirmar o “êxito” de sua política expansionista. Em que pese às distinções étnico-culturais manifestas nos postos, existiu um verdadeiro manual do contato construído e divulgado pelo Serviço. Acredito ser importante destacar como o órgão foi criando, ou melhor, recriando a necessidade de documentar todas as suas ações. O importante era registrar tudo, seja no formato de relatório, telegrama ou carta. Os registros do SPI eram fundamentais para a máquina administrativa que ganhava vida e sentido com o documento e, assim, ajudava a criar a república emergente via comprovação e justificativa da ação e conseqüentemente, dos recursos. A inspetoria era a responsável por reunir todas as informações em formato de relatório. Os encarregados e auxiliares tinham o dever de informar tudo que se passava no interior dos postos, que estavam geograficamente muito distantes do centro gestor e regulador dessa política. Com a documentação dessas ações, o governo, através do SPI, construiu uma engrenagem de controle para saber o que estava sendo feito nos rincões do

¹⁵ Comunicado ao inspetor da regional 06 do SPI, em janeiro de 1922. Microfilme 221. Fotograma 1040. SARQ – MI. RJ.

País.



Imagem SPI00049 – *Equipe foto-cinematográfica composta pelos Srs. Nilo Oliveira Vellozo, Heinz Foerthmann, Carlos Barreto de Souza e auxiliares Terena. Schultz, Harald. 1942.*

A fotografia chega com força nesse contexto, não só como um instrumento de trabalho, mas também carregada de significado de um Brasil moderno que imprimia um jeito inovador de documentar suas ações com um discurso da objetividade em ação. Assim como a documentação escrita, o recurso visual estava pautado também na construção de uma história positivista pelo seu formato de fiel reflexo do real. Aliás, a fotografia, desde o final do século XIX, se converteu em uma das ferramentas mais úteis para catalogar as coisas e as pessoas, respondendo assim às correntes tipologizantes do pensamento social, como bem afirma o estudioso Luis C. Calvo (1997).

Localizando a Seção de Estudos do SPI e as intencionalidades de produção.

Ao deter a atenção para as coleções fotográficas, aqui analisadas, faremos o exercício de localizá-las para então pensar sobre elas, com elas e, principalmente, a partir delas. As imagens foram produzidas em preto e branco e são de autoria dos fotógrafos e

funcionários do SPI, Harald Schultz e Heinz Foerthmann, lotados na Seção de Estudos (SE). Schultz foi o autor das imagens dos grupos Terena que moravam nos Postos Indígenas de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN) Cachoeirinha e Taunay, no ano de 1942. Heinz Foerthmann fotografou grupos de Bororo nos PIN São Lourenço e PIN Córrego Grande e grupos de Bakairi e índios da região do Xingu no Posto Indígena de Atração (PIA) Simões Lopes, em 1943. Foerthmann participou da expedição em que Schultz fotografou os Terena nos postos Cachoeirinha e Taunay e, na ocasião, fez as fotografias dos bastidores da expedição (*Still*), além de ser o responsável pela gravação de disco.

Nessa época, sobretudo a partir de 1942, o SPI utilizou sistematicamente instrumentos como a fotografia, a produção de filmes cinematográficos, gravações de disco e coleta de artefatos com a finalidade de arquivamento e de estudos etnográficos futuros. Isso porque, em novembro de 1939, o presidente da república Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), uma instância de definição política para a questão indígena. Assim, o SPI cumpria o papel executor da política indigenista e o CNPI, o papel exclusivamente consultivo e normativo. De acordo com Carlos Augusto da Rocha Freire (1990, p. 18), o Estado Novo criou vários conselhos normativos com a intenção de mediatizar a intervenção do Estado junto a vários assuntos de ordem política, educacional, sócio-cultural, científica e econômica. Tais conselhos funcionavam como assessorias especializadas e o CNPI cumpriu esse papel. Com isso, segundo Antonio Carlos de Souza Lima (1995),

o exercício do governo dos índios encontraria nos primeiros anos desta década (1940) um momento chave em sua trajetória, com a cristalização de normas e procedimentos, objetivados e reproduzidos consuetudinariamente entre seus quadros, contando, para tanto, com o pano de fundo da *Marcha para Oeste* (p. 284).

Como Lima aponta nesse trecho, o governo de Vargas tinha objetivos mais amplos que estavam aliados à questão indígena. O Conselho cumpriu propósitos, ligados também ao projeto Marcha para Oeste que tinha como meta “povoar e desenvolver as regiões Centro-Oeste e amazônica” (Garfield, 2011, p. 40). Com isso, a questão indígena que estava relegada ao esquecimento desde a crise que assolou o SPI, com os cortes

orçamentários em 1930, retornou ao cenário em nível governamental com essas duas jurisdições (SPI e CNPI), que constituíam essencialmente os órgãos oficiais da política indigenista brasileira. Carlos Augusto da Rocha Freire (1990, p. 27) afirma que a Marcha para Oeste permitiu, sob o seu impulso, a reorganização do Serviço.

É preciso concordar com Lima (1995), em fragmento acima, que a conjuntura dos primeiros anos da década de 1940, vista através do CNPI, sob o comando de Rondon, foi o foro que cristalizou o saber sobre os índios na forma de normas e métodos que vinham sendo reproduzidos desde tempos imemoriais pelas diversas formas de colonização, nomeadas pelo autor como práticas “consuetudinárias”, e impressas nessa época como prática “sertanista”, tendo Rondon como a figura detentora e reprodutora de tal prática. Para ilustrar tal ação como impressa a partir de uma trajetória mais atrás no tempo, antes do SPI, tomo um trecho do próprio Rondon que responde a uma carta do coordenador de mobilização econômica João Alberto, no mês de agosto de 1943, dizendo que os métodos, empregados na ação de atração dos índios pelo SPI, vinham de experiências de pessoas que trabalharam com a questão indígena em épocas anteriores ao do Serviço. Rondon, em um fragmento, busca certa genealogia da ação

Congratulamos aquele e eu, por coincidirem o ponto de vista do amigo e o nosso relativamente à política que devemos manter em relação aos nossos silvícolas, tão injustamente maltratados pela perversidade, grosseria e incompreensão dos que geralmente deles se aproximam sem os sentimentos, a experiência e os métodos que nos vêm do passado, através de tipos que representam dignamente a tradição brasileira relativamente aos índios: Marquez de Pombal, José Bonifácio, Couto de Magalhães, General Gomes Carneiro, cujas lições seremos felizes se as pudermos assimilar e praticar¹⁶.

Isso dito por Cândido Rondon é importante para situar as ações que compreendiam a política indigenista, desse período, não como inaugurais, e sim, como reflexo de ações inseridas em um processo histórico mais largo. No entanto, é inegável que as práticas instauradas por Rondon, em relação aos povos indígenas, (após ter sido iniciado, como aprendiz, pelas mãos do general Gomes Carneiro, na época da primeira parte da construção das linhas telegráficas entre 1889 e 1906) tinham ingredientes inovadores nos métodos de

¹⁶ Trecho de carta escrita por Rondon ao coordenador de mobilização econômica João Alberto, no mês de agosto de 1943. Microfilme 279. Fotograma 000242. SARQ – MI. RJ.

pacificação e atração, como o de evitar os confrontos a qualquer custo, por exemplo. Carlos Alberto Casas Mendoza afirma que

Rondon instaurou na relação entre o Estado e os indígenas uma nova modalidade dentro da tradição sertanista brasileira que procedia do período quinhentista. Recriando as pautas do sertanismo desbravador (processo de territorialização, conhecimento prático do sertão, caráter épico, entre outras), Rondon acrescentou um método de atração por via pacífica. Esse método criou uma «política de relações sociais» baseada na ‘conciliação’ e na ‘tutela’ dos indígenas por parte do Estado. O método de Rondon era inspirado no evolucionismo positivista que adquiriu quando estudante na escola militar (Mendoza, 2005, p. 50).

Em decreto lei publicado no dia 16 de dezembro de 1941, a SE conseguiu uma dotação orçamentária para realizar os estudos etnográficos e outros trabalhos relativos aos silvícolas. Para a dita turma, subordinada à 2ª Seção, foi admitida:

1º - Harald Schultz, Chefe do Serviço; 2º Heinz Foerthmann, diretor artístico de cinema e som; 3º Nilo Oliveira Veloso, 2º Cinematografista; 4º Charlotte Rosebaum, Orientador técnico da seção; 5º Carlos Barreto de Souza, capataz; Tiziano Boscaqli Reis, auxiliar cinematográfico; João de Souza Veríssimo, eletrecista cinematográfico; Olavo Monteiro Piquet Moscoso, datilógrafo e auxiliar; Amaury Corrêa Bento, auxiliar de Serviços gerais; Paulo de Andrade, servente¹⁷.

Entretanto, a fotografia estava presente no SPI muito antes da criação da SE e, conseqüentemente, da equipe etnográfica. A gênese dessa presença começa dentro da Comissão Rondon, capitaneada pelo 2º Tenente Luiz Thomaz Reis, encarregado pelos registros fotográficos e cinematográficos. O trabalho inicial do SPI com imagens foi feito em conjunto com a Comissão Rondon, esta foi uma entre muitas práticas em que essa parceria se mostrou bastante produtiva. Ao pensar sobre a fotografia dentro do SPI, é possível constatar um processo de continuidade de concepção de registro, desde a Comissão, enquanto experiência acumulada. Outro fator que ratifica esse trabalho articulado está na própria pessoa do General Rondon, que comandou as duas frentes de trabalho a partir de 1910, quando da criação do SPI¹⁸. O processo denominado de “pacificação”, pelo menos nos anos iniciais do SPI dentro do estado de Mato Grosso,

¹⁷ Seção “Serviço etnográfico”, do Boletim SPI, nº 7. Ministério de Agricultura / SPI, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1942, p. 7.

¹⁸ Para localizar, vale apontar que a Comissão das Linhas Telegráficas, sob o comando de Cândido Mariano Rondon, tem o seu trabalho inicial em 1907 e vai até o ano de 1930.

começava com a primeira investida através da Comissão que atuava literalmente como um braço, uma extensão dos trabalhos de “pacificação”, em seguida, repassava o trabalho de atração e instalação do posto para o Serviço. Pelo menos quando se tratava do tema indígena, é possível perceber uma interatividade simbiótica entre as duas instituições.

Acredito que, talvez por isso, seja possível sugerir uma articulação de trabalho complementar também em relação ao registro fotográfico, ou ainda, falar em continuidade histórica, isto é, processual dessa ação. Um exemplo dessa parceria e articulação está no filme e em uma coleção de fotografias realizados junto aos Bororo da Colônia São Lourenço, entre outubro de 1916 e março de 1917. O relatório de Thomaz Reis¹⁹ inicia dizendo de “sua incumbência de cinematografar os índios Bororo aldeados na Colônia de São Lourenço”. Nessa época, o SPI já tinha sua estrutura funcional em ação, mas, não possuía a figura do fotógrafo como funcionário, como era o caso do Tenente Reis (responsável pela parte de produção de filme e fotografias) dentro da Comissão Rondon e, nem tampouco, instruções claras sobre a utilização da fotografia como um instrumento de registro das atividades. Já, a Comissão iniciou a sua trajetória de registro imagético em 1912, quando Rondon criou

a Secção de Cinematographia e Photographia, sob a responsabilidade do então tenente Luiz Thomaz Reis. O major Thomaz Reis, como ficou conhecido mais tarde, viaja para a Europa para comprar equipamentos e começa seus primeiros registros em 1914. Reis será o principal fotógrafo e cineasta da Comissão Rondon. Antes de 1912, Rondon contratou os Serviços de uma casa comercial do Rio de Janeiro, o que não deu certo, em virtude das distâncias a percorrer e da falta de experiência dos fotógrafos no trabalho de campo. (Tacca, 2001, p. 16).

As imagens que foram produzidas dentro do estado de Mato Grosso, antes de 1922, pertencem ao arquivo audiovisual da Comissão Rondon. Dentro do SPI, na Inspetoria Regional 06, em 1913, há a menção a um aparelho fotográfico 13 x 18, a *chassis* de alumínio, a reveladores, a chapas e a papéis, em uma relação de ferramentas, utensílios e objetos existentes no Posto “Estiva Nova”, que foi desativado na região do rio Guaporé, em 1916 e reaberto em outro lugar, mais próximo à cidade de Vila Bela da Santíssima

¹⁹ O Tenente Luiz Thomaz Reis, como bem diz o relatório, tinha, dentro da Comissão, a função de fotógrafo que foi designada por Rondon, o seu chefe-superior. No entanto, como funcionário do Estado, era mesmo Tenente Militar.

Trindade, em 1918. Em outra situação, a referência a equipamentos para revelação também aparece em uma lista de produtos farmacêuticos e fotográficos da Inspetoria Regional 06 no ano de 1915. Nessas duas situações, podemos sugerir que esse material era da Comissão Rondon e estava sendo transportado pelo SPI, uma vez que um caso semelhante aconteceu em 1916, relatado pelo Major Thomaz Reis à diretoria da Comissão Rondon, sobre os trabalhos de fotografia e cinematografia junto aos Bororo da Colônia, em que menciona o transporte dos equipamentos via Serviço de Proteção aos Índios.

Nessa época, há de se considerar que os Bororo foram alvo de mais fotógrafos e suas câmeras fotográficas na ocasião, além daquelas do ano de 1916. O relatório de 1919, do Inspetor Samuel da Silveira Lobo, em um trabalho expedicionário para estudar a zona em que esse povo habitava, estava todo referenciado por fotografias²⁰. O relatório contém mais de 40 páginas e, infelizmente, não foi possível analisar tais imagens, pois estão no formato de microfilme e quase sem visibilidade. Em nenhum momento há menção ao autor das fotografias e estas imagens foram colocadas em uma clara concepção de expressão do real, ilustrando o discurso impresso no relatório. Neste caso, não tenho tanta segurança para sugerir a autoria em nome da Comissão, pois, acredito que se fosse haveria alguma indicação via relatório ou até mesmo via uma menção na apresentação do inspetor Samuel da Silveira Lobo, já que os trabalhos dessas duas frentes estavam intimamente ligados. Após esse evento, há fotografias produzidas pelo fotógrafo José Louro, em 1922, também feitas na Povoação São Lourenço sob a assinatura da Comissão Rondon.

Mas, neste ano de 1922, há um documento normativo, citado em linhas anteriores, que trata da aprovação do uso da fotografia dentro do Serviço, e no qual o diretor do SPI detalha o que deve ser fotografado por meio de mais instruções, dizendo que as imagens deveriam abranger:

²⁰ A prática de estudos expedicionários como esse que foi realizado pelo inspetor Samuel da Silveira Lobo tem sua inspiração nas expedições científicas realizadas pelos naturalistas viajantes e, ainda podemos relacioná-la com um tempo mais atrás, com as expedições de conhecimento das administrações coloniais. Percebo entre essas práticas, pontos de contato. O que quero explicitar apenas é que esse tipo de ação era o que mais se aproximava de uma base “científica” dentro dos quadros do SPI antes da década de 1940, e que essa aplicação tinha claramente a base sertanista, com claros objetivos de conhecimento, mas, a prática do conhecer não tinha intenção científica. Antônio Carlos Souza Lima trabalha como ação geopolítica, de estratégia de conquista em “Um Grande Cerco de Paz” (1995).

(...) as instalações da sede da cada Posto, das plantações, dos rebanhos e criações, das moradias dos índios, de grupos de índios, das escolas, das casas de máquinas, de aldeias de vossa jurisdição, das estradas, das embarcações e de aspectos interessantes dos rios navegados pelos empregados da Inspetoria²¹.

Estas normas nos ajudam a pensar sobre a fotografia a partir da chancela do SPI. As instruções apontam a fotografia como uma objetivação do real, capaz de transmitir um mundo construído para os índios dentro das delimitações do que eram as *aldeias de jurisdição de cada encarregado*. Tendo apenas a documentação escrita em mãos, percebe-se a apropriação da imagem com a função da prova, do registro do que estava sendo edificado (arquitetura) pelo Serviço. A única situação ambígua na instrução, talvez, estivesse na falta de detalhamento de como deveria ser o registro dos grupos de índios, pois os outros itens faziam parte de um sistema fechado de práticas com o qual o Serviço acreditava levar os grupos indígenas para um grau de integração e evolução social.

O que parece sugerir a falta de detalhamento da instrução eram a prioridade e a urgência do registro do trabalho que estava sendo feito pelo Serviço, mas, esse trabalho ainda não era o resultado “pronto e acabado” da política de “pacificação”, e sim, no meu entendimento, a necessidade da justificativa do que estava sendo empregado em termos de verba, de pessoal, de material e de construções dentro dos postos. Nesse contexto, talvez fosse importante, pelo menos, apontar que esse trabalho estava sendo feito em “prol” dos grupos indígenas, no sentido de informar e, não necessariamente, de formar. Por conta disso, a instrução é mais generalizada e não centrada nos índios, não dando tanta importância ao fato de estarem ou não vestidos com roupas de “branco” ou se estavam posicionados em frente ao posto ou em frente às casas construídas para eles (índios), ou ainda, sentados na sala de aula. Enquadramentos imagéticos que mais tarde, via a Seção de Estudos, foram apontados como instrução, por exemplo.

O documento com a instrução de Horta Barbosa esmiúça também os termos do contrato com o fotógrafo, o formato das fotografias e, ainda, os direitos autorais dessas imagens. Isso tudo se devia ao fato do SPI ainda não ter em seu quadro funcional a figura

²¹ Comunicado ao inspetor da regional 06 do SPI, em janeiro de 1922. Microfilme 221. Fotograma 1040. SARQ – MI. RJ.

do fotógrafo. Então, o encarregado tinha que organizar

(...) o programa, de que será enviada uma cópia a esta Diretoria, contratarás o trabalho correspondente com um ou mais fotógrafos, devendo esse contrato ser previamente comunicado e esta Diretoria que o aprovará *in totum* ou em parte e autorizará a sua execução assim como remeterá por ordem bancária os recursos monetários precisos para tal execução.

De cada fotografia, cujas dimensões serão de 18x24, devem ser fornecidos 6 exemplares a esta Diretoria, a chapa ou filme negativo deve ser recolhido ao arquivo da Inspetoria e o fotógrafo deve imprimir, sendo-lhe inteiramente vedado vender ou expor em público por conta própria ou de outrem alguma dessas fotografias. L. B. Horta Barbosa²².

Algumas poucas fotografias foram realizadas a partir da concepção inscrita nessas instruções citadas acima. No capítulo II, sobre a espacialidade dos postos indígenas, disponibilizamos algumas imagens feitas a partir dessa instrução. Elas foram feitas por um fotógrafo que assina Wulfes e que fez duas coleções de fotografias das instalações da Povoação São Lourenço, uma no ano de 1922 e outra em 1931. Outras fotografias que encontrei no arquivo foram incorporadas a relatórios da inspetoria regional 06 em 1929. Entretanto, essas fotografias estão arquivadas em fotogramas no formato microfilme e por isso sem condições de análise, pois aparecem sem nitidez, nos dando apenas a vaga noção da imagem que aparece compondo esse sistema narrativo visual da edificação do posto em si. Esse relatório traz imagens dos postos Simões Lopes, Córrego Grande e Povoação São Lourenço. Após o ano de 1931, as referências sobre fotografia reaparecem no início da década de 1940 com a admissão da equipe do Serviço etnográfico chefiada por Harald Schultz, via Seção de Estudos, que começou imediatamente os trabalhos, munida de recursos necessários para as expedições sertanejas e várias visitas aos postos indígenas. Nesse contexto, Mato Grosso continuou sendo foco das atividades programadas pelo Serviço. Em 1942, o primeiro ano de atividade da SE, *a equipe visitou cinco tribos diversas, ao sul de Mato Grosso – Terenas, Cadiueus (os antigos Guaicurús, grandes cavaleiros), Caiuás, Caingangues e Guaranis*²³.

²² Instrução de Horta Barbosa, diretor-presidente do SPI, à inspetoria regional 06, em janeiro de 1922. Microfilme 221. Fotograma 1040. SARQ – MI. RJ.

²³ Informação colhida na reportagem “Numa tentativa para trazer os índios “Umutinas” ao convívio da civilização”, do jornal Diário de Notícias, do dia 25 de junho de 1944. Microfilme 382. Fotograma 617. SARQ – MI. RJ.

Construindo um olhar “científico” para os índios do Brasil.

Tendo explicitado em linhas gerais como as ações se pautavam, é importante demonstrar também como o Serviço estava organizado de forma administrativa. Nessa época, início da década de 1940, o SPI tinha um organograma funcional melhor delimitado enquanto sede administrativa no Rio, cujos departamentos possuíam funções mais específicas, para além da Diretoria Geral e das Sub-Diretorias, como nos primeiros anos do órgão²⁴. Como fruto da ação do CNPI, a partir de 1942, o Serviço passou a contar com a Seção de Estudos (SE), além da Seção de Orientação e Assistência e da Seção Administrativa. Segundo a notícia publicada no jornal *Diário de Notícias*, a SE estava toda aparelhada “com amplos laboratórios de pesquisas, gabinetes, salas de projeção cinematográfica, oficinas de reparos do material técnico e de campanha”²⁵ e entre suas competências estavam os seguintes itens:

- a) estudar, sob o ponto de vista geográfico e econômico, as regiões habitadas por índios e fazer levantamentos estatísticos das populações indígenas, classificando-as por agrupamentos lingüísticos ou culturais, bem como pela respectiva distribuição pelos Postos;
- b) realizar estudos e investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio, promovendo a divulgação dos resultados obtidos;
- c) realizar trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravação de discos e cinematografia sonora, não só para documentação como para estudos etnográficos;
- d) cooperar com o Museu Nacional nos estudos etnográficos;
- e) estudar e solucionar questões relativas a terras do índio;
- f) estudar, permanentemente, o processo de assistência ao índio (...) (Lima, 2009, p. 35).

Aqui é necessário abrir um parêntese e melhor acercar o tratamento que foi dado aos trabalhos etnográficos, etnológicos e fotográficos, conforme ata do CNPI, de 1943, que

²⁴ Para saber mais sobre os organogramas funcionais do SPI desde a sua criação ver Lima (1995 e 2009).

²⁵ Informações coletadas no *Diário de Notícias*, em edição do dia 25 de junho de 1944. Microfilme 382. Fotograma 617. SARQ – MI. RJ.

informa o gerenciamento desses trabalhos sob o comando do CNPI e não mais sob o gerenciamento do SPI, como havia sido determinado em reunião anterior assim que a SE foi criada. Das atribuições mencionadas acima, identificamos que apenas o item “c”, que diz respeito à realização de trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravação de discos e cinematografia sonora, foi levado a cabo nos primeiros anos da SE, entre 1942 e 1945.

A recém-criada Seção foi fruto de um campo político de discussão com forte tendência normativa do Conselho. A sua efetivação mostrou que as questões políticas estavam ligadas às questões de interesse e prestígio pessoal em vários níveis, a começar pelo próprio presidente do CNPI, o general Cândido Mariano Rondon. Foram interesses dessa ordem que, em minha leitura, delinearão o gerenciamento dos trabalhos, não pelo SPI, como foi determinado em uma reunião do Conselho, e sim, pelo próprio CNPI, que tinha Rondon na presidência. Pela Ata de 1942

(...) este Conselho, melhor estudando o assunto, em colaboração com o D.A.S.P.²⁶, modificou a doutrina exposta no meu relatório de 1941 sob a epígrafe supra (fls. 10 a 12), mudando de orientação para concordar na organização destes trabalhos sob a direção deste Conselho e não do SPI. Aliás, era este e sempre foi o ponto de vista desta Presidência, o qual como V. Excia. poderá ver das atas de 1941, não prevalecera ao ser o assunto discutido em sessão do Conselho. É, portanto, motivo de satisfação registrar a opinião que acaba de prevalecer nesta agremiação²⁷.

Estas palavras, registradas em ata, são de Rondon, considerado pela “história oficial”, cristalizada desde os primeiros anos do século XX, como o idealizador da política indigenista instaurada com a criação do SPI. Era tido também como uma pessoa com larga e exemplar experiência nos assuntos indígenas. Analiso esta mudança de orientação da direção dos trabalhos da SE como uma clara disputa do campo indigenista entre o Conselho, sob o comando de Rondon, e o SPI, prevalecendo aqui o capital simbólico, social e político que o nome *Rondon* abarcava. Lima (1995, p. 268), ao falar do SPI no Ministério da Guerra, coloca a importância que tiveram nessa época as relações interpessoais para compreender as relações institucionais e as mudanças organizacionais

²⁶ A sigla D.A.S.P. significava Departamento Administrativo do Serviço Público. Foi criado pelo Decreto-Lei n.º 579, de 30/07/1938, diretamente subordinado ao Presidente da República Getúlio Vargas.

²⁷ Relatório/Ata do CNPI no ano de 1942. Microfilme 279. Fotograma 00020. SARQ - MI. RJ.

com respeito à questão indígena e como o nome “Rondon” sedimentava tais relações, até mesmo depois de sua morte. Por conta disso, ele sugere os termos de Bourdieu, não necessariamente de modo explicativo, mas, sim sugestivo, na tentativa de viabilizar uma montagem específica da política indigenista através de um órgão estatal que tinha em torno do nome Rondon um dado capital simbólico, social e político. Concordo com o antropólogo e faço a sugestão também de pensar essa marcação do campo do saber, nesse caso, uma concepção de história positivista de personificação desse conhecimento sobre os índios na figura de Rondon. Aliás, nesse contexto, também dá para pensar essa personificação como prática política muito utilizada e vista por alguns pesquisadores como uma das marcas do governo de Getúlio Vargas, a ponto dessa personificação se reproduzir com força em outras esferas em nível institucional.

Grupioni (1998, p.42) faz uma leitura de que, em linhas gerais, o relacionamento do CNPI com o SPI foi de colaboração e apoio, mas que existiram situações pontuais de conflitos sobre decisões e atribuições. Para o autor, isso aconteceu pelo fato de que a partir de 1939 passaram a existir dois órgãos indigenistas com alguns objetivos convergentes. Em minha interpretação, a atribuição do gerenciamento da Seção de Estudos foi uma dessas situações pontuais que Grupioni aponta como conflitante.

Entretanto, tampouco essa situação, em especial nos primeiros anos da SE, foi um problema explícito de disputa por poder, no sentido de causar tensões e rupturas entre CNPI e SPI. Na verdade, analiso essa disputa como uma forma de ajustamento das relações de poder, para conformar Rondon como autoridade máxima para o assunto indígena. Primeiro porque, competia ao CNPI, dito pelo artigo 5º, do decreto-lei 1.794, de 22 de novembro de 1939, *os estudos de todas as questões que se relacionem com a assistência e proteção aos silvícolas, seus costumes e línguas* (Lima, 2009, p. 32). Isto é, a função era ampla, dando poderes para a intervenção do CNPI nas ações do SPI, além disso, havia claramente uma duplicidade de funções da SE com o Conselho, pois um dos objetivos era comum a ambos: o estudo do indígena brasileiro (Freire, 1990, p. 28 – 29). Nesse contexto, acredito que a figura de Rondon como presidente foi um fator importante a considerar, pelo seu caráter centralizador, mas também pelo seu claro papel de mediador. Pelo menos, até o momento

em que o presidente do SPI era um militar, positivista e amigo de Rondon. Após a saída do militar Vicente de Paulo Vasconcelos, da presidência do SPI, em 1944, o Serviço teve mais três presidentes durante a gestão de Rondon no CNPI e com esses outros, que não eram militares e nem eram da mesma escola positivista que Rondon, as clivagens de concepções sobre como tratar a questão indígena foram mais visíveis.

A composição dos membros do Conselho, sete ao total, estava desenhada para um trabalho de cooperação com o SPI, pois o presidente Vargas havia convidado o Marechal Rondon para a presidência e elegeu militares positivistas e representantes de instituições públicas, como o Museu Nacional e o Serviço Florestal, além de pessoas públicas, dita pelo Decreto-Lei nº 1.794, *de ilibada reputação e comprovada dedicação à causa da integração dos silvícolas à comunhão brasileira*²⁸, como foram os casos do médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto e o professor secundarista Boaventura Ribeiro da Cunha. Com esses membros e mais o representante do Serviço de Proteção aos Índios, o militar Vicente de Paulo Vasconcelos, o Conselho abordava os assuntos e demandas sem a presença de vozes dissonantes. Freire (1990) fez um levantamento dessas demandas e concluiu que a estrutura burocrática do Conselho, estava

centrada na figura do presidente, que detinha quase todas as incumbências deliberativas (...) e dava margem ao Gal. Rondon para as iniciativas doutrinárias, traduzidas quase sempre na orientação para que os pareceres e outras matérias analisadas e produzidas pelo Conselho mantivessem a “fidelidade” à experiência indigenista e às diretrizes do indigenismo brasileiro, estabelecidas a partir de José Bonifácio de Andrada e Silva²⁹ (p. 47-48).

Ao observar a composição do CNPI sem adentrar nas questões (demandas e situações) que foram tratadas nessa ocasião e, considerando apenas o fato da presença de dois membros-antropólogos – Edgard Roquette-Pinto e Heloísa Alberto Torres³⁰ – é

²⁸ Decreto-Lei nº 1794, de 22 de novembro de 1939. *In*: Lima (2009, p. 31).

²⁹ Para um tratamento sobre José Bonifácio e Silva e a questão indígena, ver Carneiro da Cunha (1986) e Monteiro (2001).

³⁰ Edgard Roquette-Pinto iniciou sua carreira como assistente de Antropologia e Etnografia no Museu Nacional, em 1906; foi pesquisador e colaborador da Comissão Rondon em 1913; no ano de 1926 foi nomeado diretor do Museu Nacional. Heloísa Alberto Torres, desde 1918, trabalhava no Museu Nacional como assistente de Roquette-Pinto, que segundo Castro Faria (1999) foi o patrono da carreira científica de Heloísa Alberto Torres, que foi professora-substituta na Seção de Antropologia e Etnografia do Museu, ao

impossível não elaborar questões sobre quais foram as ações do Conselho que tiveram a colaboração e/ou influência desses dois membros-antropólogos e/ou como atuaram³¹. No caso deste trabalho, de maneira pontual, a questão perpassa sobre a influência intelectual no resultado das coleções fotográficas aqui analisadas, visto que as instruções para a equipe de Cinematografia e Fotografia vieram do CNPI. Ao colocar essa questão, não há aqui a intenção de destrinçar a genealogia dessas trajetórias, mas acredito ser importante cotejar informações que nos dão pistas das relações entre esses membros e pesquisadores, acadêmicos e instituições. Dar visibilidade a esses relacionamentos pode nos dizer muito, por exemplo, da concepção de indianidade que estava sendo colocada em prática através dessas imagens aqui analisadas.

Freire (1990), ao tratar o Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão do General Rondon como objeto de pesquisa, propôs uma análise do órgão a partir dos conceitos de Bourdieu como *arena onde se realiza a conversão ou não de capitais acumulados de um campo para outro, e, a partir da posição de seus conselheiros-antropólogos* (Freire, 1990, p. 3).

Com isso traz à luz situações que nos esclarecem sobre as participações desses profissionais e o emprego dos seus conhecimentos antropológicos no contexto da política indigenista. O autor aponta como uma das conclusões, que a presença desses membros “especializados” *não implicou automaticamente uma divisão de trabalho interna ao Conselho* (Freire, 1990, p. 321). No entanto, havia sim um entendimento tácito de que assuntos de ordem técnica (antropológica) eram dirigidos para o professor Roquette-Pinto e para a dona Heloísa Alberto Torres, representante do Museu Nacional. Freire (1990, p. 30) afirma que a composição do CNPI refletia justamente a combinação entre experiência

ser aprovada por concurso em 1925. Ela foi membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, de 1934 a meados da década de 40 e, em 1935 foi vice-diretora do Museu Nacional e em 1938 assumiu a sua direção. Alguns trabalhos de mestrado e doutorado tratam da trajetória profissional de Roquette-Pinto e a construção do seu conhecimento como antropólogo e a sua contribuição para a construção da disciplina de Antropologia no Brasil e na ação indigenista, enquanto um lugar político. Ver: Ribas (1990), Freire (1990), Castro Faria (1998). Da mesma forma, também há trabalhos nessa direção sobre Heloísa Alberto Torres. Ver Corrêa (1988; 1997), Freire (1990), Grupioni (1998), Castro Faria (1998; 1999).

³¹ Para uma análise de cunho institucional do CNPI na gestão Rondon e que traz algumas questões que perpassam esses dois membros-antropólogos ver Freire (1990).

indianista/indigenista (sertanismo) e conhecimento técnico (antropológico). O Marechal Rondon era quem orquestrava essa combinação fazendo a mediação entre as diferentes esferas de conhecimento e de poder (Freire, 1990; Garfield, 2011).

Em minha leitura, a inserção de membros especializados para tratar da questão indígena, nomeado pelo pesquisador como “conhecimento técnico”, para se referir ao campo antropológico, é vista como um marco importante para pensar a história da antropologia, não como disciplina no Brasil, mas, refiro-me à antropologia “produzida” através dos órgãos responsáveis pela política indigenista. Posto que esse foi o espaço institucional em que se legitimou a entrada do conhecimento antropológico no sentido de uma política de Estado, pois até então, na esfera do SPI esse conhecimento tinha se dado de forma *en passant*, entre Rondon e alguns militares, através do Museu Nacional, e mais especificamente, na relação de Rondon com Roquette-Pinto para subsidiar o Museu Nacional com peças etnográficas e dados somatológicos para os estudos de Antropologia Física.

O SPI se valeu muito mais do empirismo sertanista, com forte suporte teórico da doutrina positivista, do que de uma base, dita científica, pelo menos, não para pensar a política indigenista de fato. Para Freire (1990) essa participação de membros-antropólogos não representou influências significativas, com fundamentação de ordem científico-teórica, para pensar a questão indígena nos termos políticos, pelo contrário,

havia uma clivagem que estabelecia uma distância entre os projetos de política indigenista e os objetos legítimos da pesquisa antropológica de então, transparecendo em vários momentos de nossa exposição anterior: antropólogos do CNPI trabalhavam com dados etnográficos, não com fatos políticos (Freire, 1990, p. 326).

Contudo, essa “separação” não foi proposta pelos próprios conselheiros-antropólogos ou pré-definida em regimento do Conselho. Isso foi sendo delineado e negociado a partir das iniciativas e demandas colocadas em pauta e, principalmente, por intermédio de Rondon. “Heloísa Alberto Torres identificava em Rondon a autoridade máxima do indigenismo brasileiro, restringindo sua participação no Conselho a intervenções que não questionassem essa autoridade” (Freire, 1990, p. 327). O que também

pode ser dito em relação a Roquette-Pinto, amigo pessoal de Rondon. Na minha interpretação, essa restrição nas intervenções foi esboçando a atuação para questões, ditas por Freire, de “assuntos etnográficos”. Roquette-Pinto propôs ações como, por exemplo, a constituição de um acervo com artefatos e fotografias, elaboração de um vocabulário de todas as línguas faladas no Brasil, avaliação editorial do acervo etnográfico da Comissão Rondon, reprodução do acervo fotográfico produzido pela Comissão Rondon para distribuição às escolas e bibliotecas do Brasil como propaganda educativa, e outros assuntos que iam nessa direção (Freire, 1990, p.81). Outra ação que vale a pena frisar foi a edição da maioria dos materiais coletados via Comissão Rondon, que teve como resultado, por exemplo, os livros “Índios do Brasil”, volumes 1, 2 e 3. No meu entendimento, em práticas dessa natureza estavam impressos os interesses e prestígio pessoais de Rondon, daí entende-se a configuração do gerenciamento da SE pelo CNPI e não pelo SPI³².

Como contraponto a essas ações de cunho etnográfico, para pensar em uma intervenção de ordem política, remeto ao caso do massacre de índios Krahó ocorrido em Goiás, no qual, ao final, Roquette-Pinto se viu de mãos atadas, declarando em uma sessão: *como falar de cultura e de educação, a quem está sendo assassinado?*³³. Depois desse episódio e outros dessa natureza, Freire (1990) identificou na documentação pesquisada inúmeras faltas de Roquette-Pinto às sessões. Tais faltas foram interpretadas pelo pesquisador como frustração frente à incapacidade de utilizar o conhecimento antropológico para cessar os crimes contra os índios ou ainda para tratar a questão da terra, uma das demandas que chegavam ao SPI e eram direcionadas ao CNPI por conta da dificuldade em solucionar esse tipo de questão, que, normalmente, gerava e/ou agravava conflito entre índios e não índios³⁴.

³² É claro que havia ainda outros interesses políticos que foram tratados a partir dessa lógica personalista e aí o leque se amplia tanto em nível de estado federal, e nessa esfera dá para citar a figura do próprio presidente Vargas, quanto em níveis regionais, em se tratando de governos estaduais, municipais e políticos em geral.

³³ Ata do CNPI, 1942. Microfilme 279, Fotograma não visualizado. SARQ – MI. RJ.

³⁴ Vale ressaltar que essa preocupação de Roquette-Pinto relativa à situação de contato e os problemas que estavam sendo gerados entre índios e não índios, também foi uma pauta que estava sendo construída fora do SPI e CNPI, principalmente, pelos etnólogos que estavam atuando no país através das universidades. O melhor exemplo é de Herbert Baldus, através da Escola Livre de Sociologia e Política, a partir de 1939 e

É nesse cenário de relações hierarquizadas e interesses ajustados a um planejamento bem mais amplo, via Estado Novo, que havia claras intenções de consolidar a conquista através do programa de colonização para a região Oeste e Norte³⁵, momento em que a antropologia passa a figurar no cenário da política indigenista brasileira, porém, com atuações limitadas aos assuntos “etnográficos”. Aqui nos interessa problematizar a concepção de indianidade impressa nesse período através desses agentes sociais e as possíveis influências no resultado das fotografias, através da equipe de Cinematografia e Fotografia da Seção de Estudos. Pois, tampouco a explicação simplista de apontar o evolucionismo e outras matrizes disseminadas na época, como o positivismo, satisfaz a nossa análise para pensar parte das imagens produzidas pelos fotógrafos. Por isso, vamos esmiuçar um pouco as relações desses conselheiros-antropólogos com a intenção de informar o contato com instituições, pesquisadores e, conseqüentemente, tatear que conceitos e/ou concepções estavam sendo manejados. Pelo que os fatos indicam, a Seção de Estudos, gerenciada pelo CNPI, via a figura direta de Rondon, foi lugar privilegiado em que concepções de indianidade, coladas a uma base cientificista, mais do que científica, foram postas em prática.

Ao contextualizar o professor Edgard Roquette-Pinto é importante dizer que na época em que esteve à frente do Museu Nacional, entre 1926 e 1936, canalizou esforços

depois, também pela sua atuação como chefe do setor de Etnologia e diretor da Revista do Museu Paulista, a partir de 1946. Parte significativa de sua atuação como etnólogo foi moldada em torno do debate da política indigenista apontando seus problemas e propondo soluções. Pontos articulados com a problemática da aculturação, que para Baldus aparece como o principal problema causado pelo contato e a ser evitado nas ações indigenistas. Com essa atuação demonstra o contorno, na prática, de uma antropologia aplicada (Passador, 2002). Para saber mais ler a Dissertação de Mestrado de Luiz Henrique Passador “Herbert Baldus e a Antropologia no Brasil” (2002).

³⁵ O direcionamento de ações políticas para essa região com a intenção de colonização (povoamento e exploração econômica) e de incremento à proteção das fronteiras não é uma situação instaurada no Governo Vargas. Antes, podemos mencionar a instalação das Linhas Telegráficas através da Comissão Rondon, apenas para localizar ações datadas no século XX. Suas implicações extrapolaram a integração das comunicações com o Sertão via telégrafo. Todd Diacon (2006, p. 29) traz o decreto do presidente Afonso Pena que estipula duplo objetivo de construir o Estado e a nação. Além de instalar a linha, Rondon deveria estudar a região, explorá-la e mapeá-la buscando promover a ocupação efetiva e a incorporação da área. Deveria fazer o levantamento topográfico das terras e torná-las acessíveis à avalanche de imigrantes que, ele esperava, seguiriam seus passos. Mas, se recuarmos ainda mais no tempo, veremos que o processo de povoamento e as intenções de cunho econômico e social com a região datam, no mínimo, do século XVIII.

para a ampliação das coleções etnográficas e deu atenção especial aos “tipos étnicos”, estudo que começou a desenvolver desde sua época como assistente da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, em 1905 (Freire, 1990). Álvaro Lins, no discurso de posse de Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras, no ano de 1956, em que apresentou um estudo sobre o professor, afirmou que a sua formação em Medicina com a tese “Etnografia americana o exercício da Medicina entre os indígenas da América”, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, delineou algumas teorias em sua vida profissional que não abandonou mais e que suas experiências posteriores só fizeram desdobrá-las ou ampliá-las. A antropologia física, centrada nos estudos somatológicos e suas convicções à doutrina positivista, dizem muito da formação teórica de Roquette-Pinto, que, segundo Freire (1990), ficou “estagnada” no período compreendido entre a sua saída da direção do Museu Nacional até a sua nomeação como vice-presidente do CNPI³⁶. Com esse episódio, pode-se falar de um retorno do professor Roquette-Pinto à antropologia, sendo que, por sua vez, nesse tipo de atuação, se viu frustrado diante da impossibilidade do valor prático dessa ciência para as questões conflituosas entre índios e não índios. Mas, antes dessa frustração, houve a tentativa de efetivar ações a partir de um conhecimento especializado. A concepção de ver na antropologia uma ferramenta para resolver os problemas dos índios, muito se deveu também pela sua participação no 1º Congresso Indigenista Interamericano, que aconteceu no México, no ano de 1940, no qual Roquette-Pinto foi o delegado brasileiro. Como representante do CNPI, nesse evento, o professor estabeleceu contatos, participou de seções de discussões, entre elas, a de Sociologia e Economia Aplicada (Freire, 1990) e coletou informações, impressões e experiências de

³⁶ Essa “estagnação” que Freire aponta, talvez seja, a meu ver, mais como uma mudança tangencial de enfoque em sua profissão, pois, no início da década de 1930, Roquette-Pinto passa a atuar em suas metas educativas. Outra faceta do professor que é interessante frisar é que ele engrossava as ideias de Alberto Torres, pai de Heloísa Alberto Torres, de projetos reformuladores em busca da construção de uma identidade nacional. Ele criou a “Revista Nacional de Educação” (1932 – 1934) e em 1936 colocou em prática o seu projeto “Cinema Educativo” (Castro Faria, 1999). Acredito que esta característica de Roquette-Pinto ajuda a reforçar a questão de levar a educação para os povos indígenas dentro dos postos e isso aparece, por exemplo, em sua sugestão de fazer a reprodução do acervo fotográfico da Comissão Rondon para distribuição ao molde de cartão postal, como propaganda educativa. E algumas imagens feitas pela equipe foto-cinematográfica no Posto Cachoeirinha, por exemplo, foram reproduzidas como postais e foram encaminhadas para escolas de todo o Brasil, como bem sugeriu Roquette-Pinto.

outros países, principalmente o México e Estados Unidos, a ponto de apresentar em seu relatório de viagem comparações da política indigenista brasileira com as desses países.

Dessa experiência de sua participação no Congresso, um ponto a evidenciar e que nos ajuda a pensar a respeito da questão indígena, é o fato de Roquette-Pinto perceber que a questão indígena no México estava sendo tratada a partir de uma base científica, dita por ele, uma base composta de uma “elite intelectual” que aplicava o conhecimento antropológico para “salvar os restos desta fração de humanidade americana, em vias de desaparecimento” (Freire, 1990, p. 57).

Ao mencionar a professora Heloísa Alberto Torres, chamo a atenção, primeiramente, para suas relações em níveis institucionais, visto que a professora era conselheira do CNPI e representante do Museu Nacional, onde era diretora, ressaltando a importância deste último como lugar privilegiado para manter contatos com outros museus, universidades, acadêmicos e pesquisadores dentro e fora do Brasil. Segundo Corrêa (1990, p. 248), Dona Heloísa, como gostava de ser chamada, mantinha interlocução com a Universidade de Columbia³⁷, promovendo a vinda de pesquisadores americanos ao país. Todas as pesquisas, tanto de pesquisadores nacionais quanto dos que vinham de Columbia, tinham as sociedades indígenas como estudo. Em outro texto de Corrêa (1997, p. 13), ela nomeia alguns desses pesquisadores: Charles Wagley, William Lipkind, Buell Quain e Ruth Landes, inicialmente; em seguida, estiveram sob tutela de Dona Heloísa, James e Virginia Watson, Yolanda e Robert Murphy, entre outros.

Outro contexto institucional foi o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil³⁸, a partir de 1934. O Museu Nacional tinha uma representação que correspondia à área de antropologia e etnografia e Dona Heloísa era a

³⁷ Ao mencionar a Universidade de Columbia é importante apontar as interlocuções. De acordo com Castro Faria (1998, p. 188) os contatos formais com Franz Boas, um dos principais interlocutores nessa instituição acadêmica, que inquestionavelmente serviu ao Museu Nacional tanto quanto se serviu desta instituição para cobertura dos trabalhos dos seus graduados da Columbia University, remontam ao início da década de 30; foram iniciados por E. Roquette-Pinto, continuados e ampliados por Heloísa Alberto Torres.

³⁸ Para saber mais sobre o Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas no Brasil veja Luís Donisete Benzi Grupioni, 1998. O livro é sua dissertação de mestrado, em que ele faz uma etnografia histórica da instituição e enfoca alguns etnólogos que tiveram suas expedições científicas controladas por esse órgão.

representante. Esse lugar também permitiu estabelecer relações com um amplo leque de pesquisadores que vinham para o Brasil com o objetivo de realizar estudos e expedições científicas. Só por essas relações, já podemos apontar certo acúmulo de capital científico no campo antropológico, ou pelo menos, o manuseio desse conhecimento através dos projetos de pesquisas e de expedições, das quais ela era a pessoa responsável pelo parecer, e mais, através desse campo institucional se aplicava o conhecimento antropológico para gerar política de Estado.

Vale ressaltar que nos dois casos de atuação, tanto no CNPI quanto no Conselho de Fiscalização, havia referência da profissional Dona Heloísa à sua inserção no Museu Nacional³⁹, o que reforçava a prática museológica de constituição de acervos. E como bem aponta Castro Faria (1998), por conta dessas relações que a professora Heloisa mantinha com pesquisadores estrangeiros – que viam no Brasil um lugar ainda privilegiado de estudos com povos “primitivos” – ela investia na necessidade de centrar esforços na formação de técnicos de pesquisas, reivindicava a criação da carreira de antropólogo e defendia também o constante aperfeiçoamento das técnicas etnográficas, o que tinha a ver com o seu espírito nacionalista, herdado do seu pai, Alberto Torres, intelectual que tinha o projeto de “Organização Nacional” (1914). Este projeto, com a Revolução de 30, foi retomado por vários intelectuais que atuavam no serviço público, que viam a possibilidade de pôr em prática os seus ideários de reforma e construção de uma forte e nova identidade nacional. E Heloísa Alberto Torres assumiu, ela mesma, a posição de construtora da política cultural que viria a ser planejada e instrumentada pelo Estado Novo (Castro Faria, 1999, p. 315-16).

Essa característica “nacionalista”, comum aos dois conselheiros-antropólogos do CNPI, nos leva a uma interpretação primeira de que eles estariam inseridos no Conselho não somente pela inserção como profissionais da antropologia, mas sim, também, por posturas e questões políticas de relações de poder. Outra leitura imediata é pensar que esses

³⁹ Castro Faria (1998) afirma que Dona Heloísa ocupava duas posições estratégicas a partir de sua participação nesses Conselhos e por conta disso teve sua atuação na formação de antropólogos e de desenvolvimento de pesquisa de campo, não só neste domínio, como também das ciências naturais.

membros são frutos dessas instituições, principalmente o Museu Nacional, que credenciou Heloísa Alberto Torres como conselheira no Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e no Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Considerando de forma pontual o Museu Nacional, temos que levar em conta que essas interlocuções que Dona Heloísa mantinha com pesquisadores internacionais também foram filtradas, de alguma forma, por essa prática museológica, ou seja, em parte o que ela absorvia das teorias através dessa rede de relações estava relacionado à conformação do Museu Nacional, pois é essa inserção que a fazia se posicionar como profissional da antropologia. Como membro do CNPI, Dona Heloísa tinha a responsabilidade de contribuir com a política indigenista, mas, por conta do aporte teórico de sua prática cotidiana em museu, presumo de que isso a fez conceber os povos indígenas por meio de noções teóricas pautadas no colecionismo científico. Nesse cenário, se passarmos a especificar um pouco mais os contatos e diálogos de Dona Heloísa Alberto Torres, acredito ser importante dar destaque aos nomes de Franz Boas e Robert Lowie, este último ligado a Curt Nimuendajú para esboçarmos os conceitos, teorias e ideologias manuseados por eles, podendo chegar a uma explanação mais frutífera das imagens em questão.

Acredito que Boas é importante nessa rede de análise porque, a partir de sua interlocução com Roquette-Pinto e depois com Dona Heloísa, estava formando pesquisadores aptos ao campo. É sabido que vários dos seus alunos vieram pesquisar no Brasil a partir dos seus contatos, ou ainda, alunos dos seus alunos (o caso dos alunos de Ruth Benedict). Há, também, situações como a de Robert Lowie, que foi aluno de Boas, e que depois, como professor na Universidade de Berkeley, passou a estabelecer contatos diretos com Curt Nimuendajú, e pelo menos esses três contatavam Heloísa Alberto Torres.

Ao olhar para essa rede de relações, acredito ser interessante destacar a relação de Lowie e Nimuendajú e pensar, a partir deles, as influências teóricas e ideologias científicas implícitas em seus estudos etnográficos. E se pensarmos um pouco sobre a incorporação de influências tendo como espaço geográfico o Brasil, podemos ainda cruzar essas relações em períodos um pouco mais atrás, desde o final do XIX, com as expedições científicas. Para citar algumas, a de Maximiliano von Wied Neuwied (1815), von Martius (1817), Karl von

den Steinen (1884 e 1887), Max Schmidt (1901; 1910 e 1926) etc..

Outra questão que também se evidencia ao concatenar essas relações e que vários autores ressaltam (Taylor, 1984; Grupioni, 1998; Amoroso, 2001), é a do Brasil como provedor de peças etnográficas para os museus europeus e, principalmente, para os alemães, depois, nas primeiras décadas do XX, também para os museus norte-americanos. Essa estreita relação entre os museus alemães e o Brasil está ligada, segundo a hipótese de Taylor (1984), explanada por Grupioni (1998, p. 252), a uma situação precedente

No século XIX, enquanto a França e Inglaterra se voltavam para suas colônias na África e na Ásia, construindo aí o berço da etnologia, a Alemanha, sem o mesmo poder colonial de seus vizinhos sobre as populações nativas de outros continentes, permanece voltada para a América.

Taylor (1984, p. 9) argumenta que

Ademais, a ciência alemã influenciou consideravelmente os antropólogos americanos da geração de 1920 a 1950; todas as ideias centrais da etnologia americana nessa época, especialmente a definição e o uso da noção de cultura, são, num certo sentido, diretamente originárias da herança alemã.

Nesse contexto, penso novamente em Lowie, que foi informado por essa corrente empirista, tendo herdado os ramos históricos, sociológicos e psicológicos da Filosofia. Sendo, assim, esse o olhar dos estudiosos oriundos das expedições científicas para a América, neste caso para o Brasil,

influenciava a etnologia norte-americana com suas ideias culturalistas e difusionistas, bem como mantinha estreitos laços com Brasil, promovendo pesquisas e adquirindo materiais etnográficos. Desse modo, formou-se um triângulo de relações entre pesquisadores alemães, brasileiros e norte-americanos, cujo pano de fundo era dado pelo vínculo que mantinham com a tradição germânica. Nesse sentido, é muito significativo que, no decorrer de sua carreira de etnólogo no Brasil, Nimuendajú tenha trabalhado em colaboração com etnólogos como Lowie (alemão), como Stward (norte-americano), ou então como Nordenskiöld (sueco, também muito ligado à tradição germânica). (Grupioni, 1998, 253, 54).

É nesse emaranhado de relações que vejo sentido em rastrear, através desses autores (Grupioni, 1998; Taylor, 1984; Amoroso, 2001; Castro Faria, 1998; etc), o que chegava de ideologias científicas no CNPI, no início dos anos 40, através de Roquette-Pinto, Heloísa

Alberto Torres e Rondon. Dessas relações, centro na figura de Nimuendajú⁴⁰, que na minha compreensão, tem relação com Harald Schultz, o chefe da equipe foto-cinematográfica. Fechando a rede que retorna à diretora do Museu Nacional, tem-se que, em junho de 1943, Schultz foi apresentado a Dona Heloísa, logo em seguida, no mês de agosto, Schultz teve algumas aulas com Nimuendajú e Rondon em um curso de Etnografia Indígena⁴¹, inaugurado por Heloísa Alberto Torres no Museu.

Nimuendajú, na ocasião do curso, estava no Rio de Janeiro devido ao fato de ter sido convidado por Rondon para

ser encarregado da direção de uma expedição ao Mato Grosso para registro etnográfico, cinematográfico e sonoro dos índios Bororo, Umutina e Bakairi, com duração prevista de seis meses e, numa segunda etapa, proceder ao estudo de outras tribos localizadas nos formadores do Xingu e nos do Paranaíba (Suiá-Missu), afluente grande e desconhecido da margem direita do Alto Xingu. Nimuendajú deveria coordenar os trabalhos cinematográficos que seriam efetuados por Harald Schultz, recém-contratado pelo SPI, e sua equipe (Grupioni, 1998, p. 230)⁴².

Nimuendajú era a pessoa certa para se enquadrar como etnógrafo da Seção de Estudos, pois nele coexistiam as duas características presentes no CNPI, pelo menos, em tese, naquele momento: o empirismo sertanista e a dose de cientificidade tão almejada. Como afirma Amoroso (2001, p. 174), Nimuendajú

conviveu com um grande número de sociedades indígenas de todas as regiões do

⁴⁰ A relação de Nimuendajú com Dona Heloísa se dá pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, a partir de 1935, quando encaminha o primeiro pedido de autorização ao órgão para realizar pesquisa e formar coleção entre os Canela, localizados no município de Barra do Corda, no Maranhão.

⁴¹ Antes de vir para o Rio de Janeiro, Nimuendajú ministrou um curso sobre etnologia americana para auxiliares da seção de etnologia do Museu Goeldi (Grupioni, 1998, p. 230). Em nota de rodapé, Grupioni acrescenta informações colhidas em Pereira (1946) informando que na primeira e na segunda etapa foram estudadas as culturas de vários povos da América, da Terra do Fogo ao Canadá. Na terceira etapa, o curso centrou-se na comparação dessas culturas, nas teorias de ciclos culturais (Morgan, W. Schmidt, etc.), no estudo da família linguística Tupi-Guarani. Acredito que esse não é o mesmo curso que deu no Museu Nacional, mas, ao saber desse programa, podemos sugerir o quanto estava informado das teorias manuseadas nos Estados Unidos e que deve ser fruto do seu trabalho em cooperação com o professor Robert Lowie.

⁴² Continuando, Grupioni (1998, p. 232) indica que Nimuendajú estava sendo sondado pelo CNPI desde os primeiros dias de 1943, por conta de um telegrama que o Coronel Jaguaribe Matos envia para Carlos Estevão de Oliveira, diretor do Museu Goeldi, em Belém, solicitando informações do pesquisador que por sua vez responde informando a ligação institucional do etnólogo com os Museus Goeldi e Nacional desde 1933 e também com instituições internacionais da América do Norte, desde 1935.

Brasil, ao mesmo tempo em que manteve diálogo com o americanismo que se ensaiava timidamente nos museus de Etnologia da Europa e nos Estados Unidos.

Contudo, tal empreitada foi abortada durante o processo de preparação da expedição por conta de um glaucoma, diagnosticado por médicos durante a estada do etnólogo no Rio de Janeiro. Desse processo de preparação, Grupioni (1998) aponta desentendimentos com o diretor do SPI, também conselheiro no CNPI, o coronel Vasconcelos, por conta da metodologia de trabalho: imersão total no mundo Bororo, dito por Nimuendajú, da necessidade de ser convertido à religião dos Bororo, e por isso, o seu trabalho teria que ser antes ou depois da estadia da turma de Schultz. Sobre a equipe foto-cinematográfica, em sua opinião, o trabalho com a equipe ainda exigiria pelo menos mais cinco ou seis auxiliares. Em carta ao amigo Carlos Estevão, Nimuendajú relata ainda que o coronel Vasconcelos se retirou da reunião de trabalho aborrecido afirmando que o etnólogo estava agindo por ciúmes (Grupioni, 1998, p. 231 apud Nimuendajú, 1943). Exponho esse fato apenas para frisar o método de trabalho de Nimuendajú, com a intenção de mostrar o rigor do seu trabalho etnográfico, que estava baseado em outras técnicas de pesquisa, para além de sua experiência autodidata em campo, que é incontestável.

Em seu trabalho, Grupioni (1998, p. 231) afirma que Nimuendajú

ficou impressionado com as qualidades de Schultz e com os resultados por ele alcançados na expedição de curta duração aos índios de São Paulo e do sul do Mato Grosso e, também com a qualidade do potencial dos equipamentos adquiridos pelo CNPI.

Nessa época, o chefe da equipe de foto-cinematografia já tinha como um dos resultados a coleção de fotografias produzidas junto aos Terena localizados nos postos Cachoeirinha e Taunay. Acredito que foi a partir desse material (índios do sul de Mato Grosso) que Nimuendajú viu as qualidades de Schultz, mas também apontou explicitamente a necessidade de separação dos trabalhos etnográficos dos foto-cinematográficos. Ao colocar que ele deveria ir antes ou depois, demonstra, em minha análise, que o etnólogo estava informado de que o trabalho com equipamentos de imagem e som tinha a função de suporte, era complementar, portanto, ao trabalho de campo, em função disso, não fazia

diferença se fosse antes ou depois do seu trabalho de investigação⁴³.

O declínio de Nimuendajú por motivo de saúde, fez com que o CNPI tomasse a decisão de “formar” em tempo recorde Harald Schultz – pouco mais de dois meses – para realizar os trabalhos com sua equipe, e mais, dividindo-a em duas, sendo que Schultz ficou com o trabalho de estudo do grupo Umutina, na margem direita do rio Paraguai, a 50 quilômetros acima da localidade de Barra dos Bugres (MT), e Foerthmann e Nilo Vellozo ficaram com os trabalhos de foto-cinefotografia junto aos Bororo do rio São Lourenço e dos Bakairi, no rio Batovi, nas cabeceiras do Xingu. Aqui cabe uma breve contextualização em relação aos Umutina, uma vez que, segundo dados apresentados pelo SPI, parte desse grupo ainda se recusava a viver no posto que foi construído para eles, e essa, era a oportunidade que Schultz tinha de realizar o seu primeiro campo de estudo etnográfico nos moldes que acabara de “aprender” com Nimuendajú. A situação era perfeita, ainda era um grupo que possibilitava estudos com pouca interferência da “civilização”. Schultz foi com um auxiliar, que ficou no posto Fraternidade, e, de lá, ele foi acompanhado apenas de um índio Umutina que morava no posto Fraternidade⁴⁴ e que serviu de intérprete.

Em relação à outra equipe, acredito que ao tomarmos as fotos para análise, vamos perceber que as imagens que foram produzidas tinham finalidades mais amplas, que estavam para além do registro documental da prova do empreendimento, isto é, mostrar a integração dos povos indígenas à sociedade nacional, como era a característica mais evidente das coleções anteriores a esse período via SPI. Com a equipe etnográfica, o órgão passou a realizar explorações “científicas” e documentárias dentro e fora dos postos indígenas⁴⁵. Essa situação, em minha leitura, passou a evidenciar a ambiguidade da política indigenista, até então, tinha a base de predominância sertanista. Com o CNPI, a Seção de

⁴³ Vale apontar que Rondon e Dona Heloísa entenderam e apoiaram o seu método de trabalho. Na carta, Nimuendajú relata que ela já esperava isso dele. Demonstrando um conhecimento do método, que estava de acordo com ele, e mais, que era esse o trabalho que queriam que fizesse.

⁴⁴ Para uma leitura pormenorizada desse episódio e do que foi a constituição do posto para os Umutina, denominado por Rondon de Posto Fraternidade, ver Arruda (2003).

⁴⁵ Como bem aponta Mendonza, a relação do SPI com “bases científicas” não era nova, fazendo referência aos estudos feitos através da Comissão Rondon. No entanto, na minha interpretação, essa relação se estabeleceu em situações muito pontuais, não dando para generalizar como a efetivação de uma política de Estado.

Estudos havia a explícita função de realizar estudos etnográficos para fins de documentação e divulgação da cultura indígena, isto é, tinha a função imediata de coletar informações e documentar, pelo menos com intenção de estudos futuros. O que passava para um patamar de valorização de suas origens e costumes, sugerindo, mesmo que de maneira tímida, uma concepção de preservação. Mas, ao mesmo tempo, a política de integração também estava sendo reforçada com a reestruturação do Serviço de Proteção aos Índios, levando a cabo a incorporação dos grupos indígenas à sociedade nacional⁴⁶.

Acercando os fotógrafos.

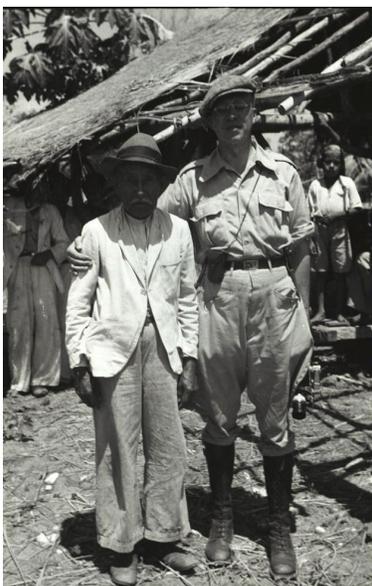


Imagem SPI00561 – *Chefe da equipe etnográfica Harald Schultz com o capitão do Ipeque.* Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00052 – *Homem com adornos corporais da festa do Bate-pau ao lado do membro da Comissão Etnográfica do SPI, Heinz Forthmann.* Schultz, Harald. 1942.

⁴⁶ Creio ser importante explicitar essa intenção de estudar e divulgar os povos indígenas como uma ação necessária considerando algumas questões que estavam colocadas, mas não necessariamente, evidenciadas. Vamos aos fatos: o que estava explícito era a necessidade de documentar e divulgar com ares de cientificidade, fazendo chegar à sociedade uma visão simpática do índio como parte constituinte da formação do povo brasileiro; o que não estava evidente, mas que figurava desde muito antes, com a criação do SPI, era a realização dos estudos com a intenção de conquista (nos termos da colonização interna, de Cardoso de Oliveira). No meu ponto de vista, essa situação estava encoberta pela política expansionista. Com o governo Vargas o avanço das frentes de expansão ganhou força através do Programa Marcha para Oeste.

O documentário Terena foi um dos resultados dessa visita ao sul de Mato Grosso e terá algumas de suas imagens analisadas neste trabalho. Em 1942, Harald Schultz e Heinz Foerthmann estiveram no sul de Mato Grosso realizando o documentário produzido pela equipe da Seção Foto-Cinematográfica da recém-criada Seção de Estudos do SPI. Trago as imagens (SPI00561, SPI00052), exibidas acima, para apresentar e localizar os autores das fotografias presentes nesta tese. Afinal, como diz Kossoy (2007, p. 42), *a imagem fotográfica resulta do processo de criação do fotógrafo: é sempre construída; e também plena de códigos*. De modo que, acredito ser necessário trazer à luz o que eles (os fotógrafos Harald Schultz e Heinz Foerthmann) deixaram intencionalmente como um registro para a posteridade, uma fotografia documental cunhando a autoria de um novo tempo tanto para o Serviço de Proteção aos Índios quanto para suas vidas profissionais e, porque não dizer, pessoais. Mas, nem por isso, também como argumenta Kossoy, esses registros podem deixar de ser questionados, em primeiro lugar, porque são fotografias e em segundo porque, neste caso, também são documentos.

O questionamento começa pelas legendas das fotografias, declaradas pelo Serviço de Arquivos do Museu do Índio (SARQ – MI) como informações de época datilografadas no álbum de contato do SPI SE-01-02. Como qualquer documento histórico, tal informação precisa ser questionada e não tomada como verdade absoluta, contribuindo para um fechamento e direcionamento do conteúdo das imagens, que nem sempre ajuda para interpretações, funcionando, na maioria das vezes como um engessamento limitante. Ao questionar essas informações, queremos fazer um exercício de desdobrar não apenas a partir dos elementos da imagem, como também, do que está disponibilizado pelo SARQ – MI em formato de texto e como um documento, por conta dos dados serem da mesma época da produção da fotografia. Ao fazer isso, podemos perceber, tanto na informação quanto na imagem, através de suas fissuras e aberturas, o que está para além dos enunciados, como por exemplo, os atores sociais que participaram de momentos singulares desse processo e evidenciar, por exemplo, as hierarquias engendradas nas relações envolvendo a própria equipe da SE.

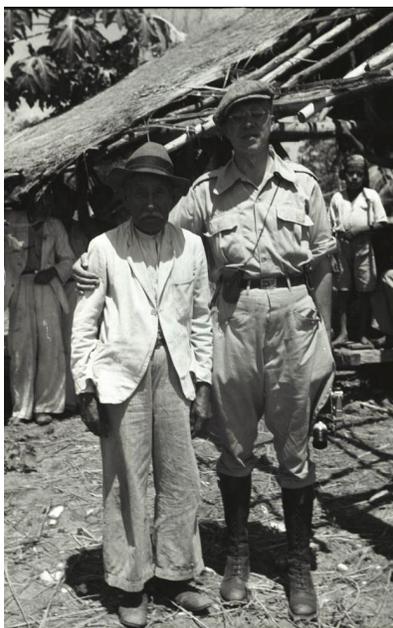


Imagem SPI00561 – *Chefe da equipe etnográfica Harald Schultz com o capitão do Ipegue.* Schultz, Harald. 1942.

Para tanto, tomamos como exemplo a informação registrada na fotografia que Schultz aparece ao lado do Capitão de Ipegue (imagem SPI00561). O SARQ atribui a autoria à Harald Schultz. Mas, como o chefe da equipe aparece na imagem, em que abraça o referido capitão, a hipótese caminha em afirmar Foerthmann ou ainda Nilo Vellozo como autor, pois, como veremos mais adiante, as imagens feitas de “*still*”, em outros momentos dessa expedição, mostram a mobilização da equipe inteira para as tomadas fotográficas. Mas é perfeitamente possível, também, que Schultz tenha preparado a sua câmera para uma fotografia e se colocado ao lado do Capitão da aldeia Ipegue.



Imagem SPI00053 – *Índios Terena descansando com membros da Comissão Etnográfica do SPI*. Schultz, Harald. 1942.

A fotografia em que Schultz está sentado com os Terena, descansando embaixo de uma árvore (imagem SPI00053) também é assinada por ele, mas a sua postura de total relaxamento na imagem, em que aparece sentado, e a de Foerthmann praticamente deitado, não deixa dúvida de que o autor dessa imagem foi Nilo Vellozo. Partindo dessas observações é possível contestar a informação dada como certa, de que o fotógrafo dessa expedição foi apenas Harald Schultz e os outros membros da equipe, mais especificamente Foerthmann e Vellozo, tinham outros papéis definidos nas áreas de gravação de discos e de cinematografia. Os três possuíam experiência com a câmera fotográfica e mesmo havendo funções claras para cada membro, o contexto de uma ou outra situação determinava a autoria da fotografia. O momento da técnica de revelação e até mesmo de produção das informações contidas no álbum de contato poderia ainda contar com uma terceira pessoa, que não foi para campo, mas que deve ter sido o responsável pelo processo de laboratório. Olavo Monteiro Piquet Moscoso foi contratado pela SE como auxiliar do laboratório fotográfico.



Imagem SPI00559 – *Membro da equipe etnográfica, Nilo Oliveira Vellozo com dois índios Terena com indumentária típica da dança do Bate-Pau.* Schultz, Harald. 1942.

Com isso, queremos dar margem para outras leituras que questionem o factual dessas informações, pelo simples fato de serem conteúdos datados de 1942. O que essa documentação produz, quando cruzadas as informações, são possibilidades de outras hipóteses, como por exemplo, de que o autor da fotografia em que Foerthmann aparece com o índio Terena vestido para o ritual do Bate-Pau (imagem SPI00052), seja Nilo Oliveira Vellozo, e a imagem em que Vellozo aparece ao lado do mesmo índio Terena que está na fotografia com Foerthmann (imagem SPI00559), logo acima, tem, na realidade, a autoria de Foerthmann e não de Schultz, como assim indica a informação do SARQ. Ao dispor essas imagens uma em seguida da outra e com as referidas legendas informadas no álbum de contato da SE, temos em um primeiro momento, dados que localizam esses funcionários do SPI, admitidos entre dezembro de 1941 e abril de 1942, para ser ainda mais específica, estes eram funcionários da Seção de Estudos⁴⁷.

Harald Schultz, segundo um documento do CNPI contendo a relação dos membros a serem admitidos para a Seção de Cinematografia e Fotografia, tinha 33 anos e possuía

⁴⁷ As imagens SPI00053 e SPI00559 não serão cuidadosamente tratadas neste trabalho. Daqui para frente, apenas as imagens SPI00559 e SPI00561 que localizam Foerthmann e Schultz serão trabalhadas, pela importância que os dois apresentam nos contextos dessas expedições. Já o cinegrafista Nilo Oliveira Vellozo e outros membros da SE serão utilizados, como no exemplo acima, com o intuito de esclarecer ou responder questões que aparecem no percurso desses processos.

conhecimentos técnicos de foto e cinematografia, organização técnica e burocrática, noções práticas de farmácia, falava os idiomas alemão, português, dinamarquês e tinha noções práticas do inglês. Em sua experiência profissional anterior, figurava o cargo de técnico durante cinco anos no DIP⁴⁸ – Departamento de Imprensa e Propaganda – órgão responsável pela publicidade e propaganda dos órgãos do governo do então presidente Getúlio Vargas. O DIP estava ligado diretamente à presidência. Segundo Mendes (2000), Schultz foi convidado pelo próprio Vargas para ingressar no SPI. Schultz era brasileiro, de ascendência alemã e dinamarquesa. Nasceu em Porto Alegre no ano de 1909, fez seus estudos básicos na Alemanha entre 1915 e 1924, retornando ao Brasil após sua conclusão.

Dessas breves informações sobre Schultz, acredito ser importante considerar como pontos relevantes e influentes para o trabalho desenvolvido no SPI, o fato de ter morado na Alemanha em sua única fase de formação educacional⁴⁹, experiência que o teria influenciado, pelo menos na sua forma de ver e atuar no mundo, junto ao fato de ter trabalhado no DIP, considerado o berço do marketing político brasileiro, de intensa instrumentalização da fotografia com fins ideológicos. Esse breve histórico nos sugere que sua ascensão profissional teve início com esse cargo de chefe da equipe etnográfica da Seção de Estudos do SPI, lugar em que aperfeiçoou sua formação como fotógrafo e começou sua formação como etnógrafo, iniciado pelas mãos de Rondon e Nimuendajú. Este episódio, como demonstrei em linhas anteriores, foi revelador da preocupação do CNPI em fazer da Seção de Estudos a institucionalização da técnica antropológica, como um meio de agregar o conhecimento sobre os índios em uma base científica.

Já Heinz Foerthmann, o segundo nome da lista de admissão, que por sua vez foi

⁴⁸ Informações funcionais de Harald Schultz, 1942. Microfilme 382. Fotograma 579. SARQ – MI. RJ.

⁴⁹ O fato de ter estudado na Alemanha deve ter ajudado a moldar o olhar de Schultz em relação aos povos americanos, pelo menos, de forma generalizada. Afinal, os naturalistas alemães desempenharam papel fundamental na elaboração das ciências humanas e naturais na Alemanha, no sentido de conceber os povos indígenas a partir de ideologias que os ligavam a uma Natureza edênica e selvagem. Além disso, o ensino básico na Alemanha compreendia o que podemos chamar, bem grosso modo, de “conhecimentos gerais”, principalmente em Ciências Naturais, Geografia e Filosofia. Schultz não chegou a fazer um curso superior. Não há um trabalho biográfico tão aprofundado do fotógrafo-etnógrafo. Esses dados foram colhidos no texto *Obituário*, produzido por Herbert Baldus, em 1966.

convidado por Schultz⁵⁰, também tinha ascendência alemã, passou parte de sua infância na Alemanha e depois de trabalhar na sua juventude como fotógrafo e desenhista publicitário em Porto Alegre, e posteriormente no Rio de Janeiro, foi admitido pelo SPI. Esses conhecimentos e ainda alguns antecedentes em trabalhos burocráticos (gerente comercial), corte e composição de filmes, conhecimentos de serviços gráficos, litografia, cricheria etc., devem ter ajudado na sua indicação, além de amplo domínio das línguas: português, alemão, inglês e noções práticas de francês. Foerthmann tinha 27 anos na época e foi contratado para trabalhar no SPI como chefe das caravanas e com gravação de discos.

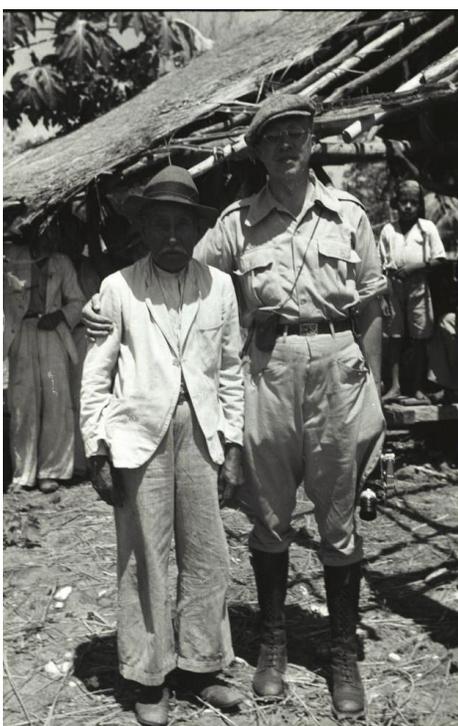


Imagem SPI00561 – *Chefe da equipe etnográfica Harald Schultz com o capitão do Ipeque.* Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00052 – *Homem com adornos corporais da festa do Bate-pau ao lado do membro da Comissão Etnográfica do SPI, Heinz Forthmann.* Schultz, Harald. 1942.

Após essa ligeira pincelada contextual de como Schultz e Foerthmann chegaram ao

⁵⁰ Por mais que Foerthmann se adequasse ao trabalho pelas suas atribuições, o fotógrafo foi contratado pelo SPI através de Schultz. De acordo com Mendes (2006, p. 25), a indicação se deu por relações de amizade e parentesco. A irmã de Foerthmann era casada com o botânico e professor Alarich Schultz, irmão de Harald Schultz, chefe da Equipe Cine-Fotográfica do Serviço de Proteção aos Índios. Foerthmann cursou “Instrução Básica em Cinema” e se aperfeiçoou em fotografia industrial antes de se ingressar no SPI.

SPI, apresento as imagens acima, com a intenção de fazer um exercício do modo de como estes se imaginaram sendo vistos, projetando suas próprias imagens para o futuro. A partir delas é possível levantar alguns pontos sobre a relação entre o fotógrafo (Schultz e Foerthmann) e o fotografado (índios Terena) e o receptor (pesquisador). Pois essas imagens – como documentos que estariam sendo produzidos para a construção de uma representação visual, que depois seria registrada em arquivo – também evocam outras interpretações se consideradas em uma relação dialógica, levando em conta, inclusive, a figura do receptor-pesquisador nessa relação, demarcando prováveis leituras que não são neutras, como afirma Kossoy (1998).

Dessa relação dialógica evocada como característica própria da imagem, vamos nos deter em uma perspectiva de Buxó I Rey (1998) como forma de *mirarse y agenciarse*, como num jogo performático entre fotógrafo e fotografado, em que o controle da produção não está nas mãos de quem domina a técnica e a teoria do ato de fotografar, mas que essa representação visual é construída de maneira dialógica em que ora percebe-se a ação do fotógrafo e ora percebe-se a ação devolvida com o olhar do fotografado, ambos, inscrevendo e se inscrevendo nessa construção. Aqui, os fragmentos captados nos indicam como assunto registrado, a imagem do próprio fotógrafo como acontecimento, indicando e apresentando-o em seu meio de trabalho, com sua roupa de corte ocidental (farda), ao estilo colonial-conquistador, com cor asséptica, expondo os seus instrumentos de trabalho: a máquina fotográfica, fotômetro e tripé a tiracolo e, ao lado do seu tema (o índio), cunhando a sua autoria. Com o evento de posar ao lado do seu tema, tanto Foerthmann quanto Schultz, ao posarem para a foto, demarcam a diferença entre o fotógrafo e o “seu” observado, cada um ao seu modo, mas, os dois o fazem com propriedade e revelam com essa ação traços do caráter de cada um.

A hipótese sugerida no caso de Foerthmann, Imagem SPI00052, é que por ser mais jovem e vir de um passado recente de fotógrafo e desenhista publicitário, escolheu um índio em sua representação mais próxima do “tradicional”, com certa carga de exotismo. Isso se expressa pelo fato do índio Terena estar adornado para uma dança ritualística, mesmo

apresentando trajes mesclados com roupas utilizadas pelos ditos “civilizados”⁵¹. Outra situação que chama a atenção é que Foerthmann se apresenta ao lado do índio, mantendo certa distância, postura semelhante à dos fotógrafos profissionais de estúdios, contratados para realizar tal trabalho não demonstrando envolvimento com o fotografado. Em sua expressão facial, podemos sugerir um leve sorriso de Foerthmann, demonstrando satisfação e orgulho de posar ao lado da figura de um índio paramentado, demonstrando a sua exotividade pelo traje plumário que levava.

O distanciamento de Foerthmann na fotografia parece estar impresso também na legenda datilografada no álbum de contato do SPI: *Homem com adornos corporais da festa do Bate-pau*⁵² ao lado do membro da Comissão Etnográfica do SPI. Esse “homem” não tem nome, importando apenas a informação de cunho etnográfico – de levar adornos corporais para a festa do Bate-pau. Ainda fazendo a leitura da legenda, o nome do fotógrafo Heinz Foerthmann também não aparece, no entanto, a legenda o informa como “membro da comissão etnográfica do SPI”, dado carregado de poder simbólico, por conta da carga institucional, talvez, para aquela situação, mais importante do que o próprio nome de Foerthmann.

Centrando o foco na imagem do homem Terena, o que se revela é sua pose frontal, entendida por mim como produzida pelo fotógrafo ou ainda arrumado na postura de “sentido” mostrando o pau adornado e seguro, como em uma das posições da dança. Essa composição parece ter sido feita pelo próprio Foerthmann, instante antes de se posicionar ao lado de maneira mais despojada, mostrando-se mais íntimo da câmera. A postura tesa do homem Terena demonstra a imposição externa, mas, a sua expressão facial é firme, séria e amarrada. O olhar direto na câmera nos indica uma consciência de desconforto e de ligeira indignação. Outra sugestão que reafirma a consciência de uma expressão facial séria pode

⁵¹ Na concepção dos funcionários do SPI, os Terena de Cachoeirinha eram considerados “índios civilizados”, ou pelo menos, que estavam em estágio mais avançado de assimilação, e a dança do Bate-Pau era um dos rituais que ainda guardava traços dos costumes Terena.

⁵² *Hiokixoti-Kipahê* é uma das designações em língua indígena para a “dança do bate-pau”. Esta expressão é traduzida como “*Dança da Ema*”, (Kipahê = Ema). O rito da “dança do batepau” ou a “dança da ema” consiste na execução de uma série de “peças” ou passos, executadas por duas colunas de homens (Ferreira, 2007). Outra interpretação na língua de *Hiokixoti-kipahe*, cuja tradução literal seria “Estar Vestido de Ema”, segundo Carvalho (1996).

estar na própria representatividade da Dança do Bate-Pau para o homem Terena que posa para foto, na tentativa de demonstrar a atividade inserida no campo simbólico-cultural dos Terena.

Já no caso de Harald Schultz, imagem SPI00561, o que me faz indagar é a sua pose, pois seu braço está em volta do chefe da aldeia Ipegue, localizada dentro do Posto Taunay. Aqui, podemos sugerir, ao contrário de Foerthmann, uma necessidade de estabelecer um vínculo com o seu “tema”. Uma aproximação, que sugiro ser política, como um acordo de cavalheiros. Explico-me: Schultz além de fotógrafo era o chefe dessa expedição e ainda chefe da equipe etnográfica do Serviço. Antes de sair para esse trabalho de campo, a equipe passou quase um ano se preparando para as expedições sertanejas e acredito que esse preparo entendido, principalmente, como formação, apontou para Schultz uma performance diferenciada, de se fazer chefe e de estar ao lado do chefe. Schultz sabia da importância de ganhar a confiança do seu “tema”, que não era simplesmente Outro, era Outro “índio” e “chefe”. O simples fato de ser índio, provavelmente, foi compreendido por Schultz na chave da “encarnação de uma natureza selvagem” e, por isso, de “índole”, às vezes, difícil. Nesta situação, estabelecer relações cordiais poderia ajudar no sentido de ganhar a confiança do chefe⁵³, e este, por sua vez, poderia exercer o seu poder em facilitar a aceitação dos índios para serem fotografados ou ainda de se submeterem aos mandos para a pose ideal. Mas, é óbvio, que mesmo estabelecendo essa proximidade, mais política, o enquadramento da fotografia, de corpo inteiro, mostra quem de fato é o dominador na imagem. Primeiro, pela sua notória altura em relação ao chefe índio, conferindo uma autoridade analógica à sua dimensão vertical e esguia. Segundo, pela sua visível altivez frente à fragilidade, por conta do corpo senil do capitão da aldeia Ipegue.

Mesmo estando evidente a marcação do fotógrafo como protagonista, é inegável a participação dos índios nas fotografias. O fato da pessoa fotografada devolver o olhar para a câmera fotográfica evidencia que não há um ato referencial unilateral, há nessa devolução

⁵³ Antes de chegar ao Posto Cachoeirinha, Schultz estava informado da dinâmica política interna dessa espacialidade, tendo que considerar a liderança indígena de cada aldeia. Dentro do posto indígena havia mais de um grupo de índios Terena, e cada grupo se conformava em aldeia e, para cada aldeia, havia uma liderança indígena.

uma consciência de si, sinalizando para mais de um significado, para mais de uma mensagem, atuando como agente que se situa e atua (Buxó I Rey, 1998, p. 183). Portanto, não é só Schultz ou Foerthmann que se situam e atuam, o Capitão de Ipegue também impõe a sua presença. Ao focalizar na sua figura e não no conjunto do quadro, chama a atenção o fato de se apropriar dos códigos do mundo do “branco” em jogo no espaço do posto com sua vestimenta completa, com camisa por dentro da calça, paletó e acessórios (chapéu, cintos e botas), demonstrando o manejo com o mundo do “civilizado” e se portando como um. Outra situação está na sua postura de estar ao lado de Schultz de maneira que o seu braço esquerdo não procura abraçar o fotógrafo e sim, apenas tenta encontrar uma posição de conformação em manter-se do lado, como desejando uma autonomia de postura. A sua expressão facial mostra uma seriedade bem diferente do homem Terena que posa ao lado de Foerthmann. O Capitão de Ipegue encara a objetiva com traços firmes na tentativa de demonstrar a seriedade e a importância dada ao ser fotografado ao lado do funcionário-fotógrafo.

Nessa composição ainda há pessoas num segundo plano, composto por duas crianças, sendo uma atenta ao acontecimento de produção da fotografia; dois homens com posturas frontais e vestidos ao modo dos ditos “civilizados”, com atitude clara de estar posando para o fotógrafo, como que se insinuando para a câmera. E ainda, outra pessoa do lado esquerdo da imagem em pé e de perfil. Todos os componentes da fotografia estão em frente a uma casa que parece ser do Capitão de Ipegue, em uma parte da habitação em que o telhado não estava coberto totalmente, nos sugerindo uma parte ainda em construção. Mas, acredito que esse fato não foi considerado, a não ser por indicar um bom um local que ainda permitiria luz mais intensa do dia.

O Processo de produção fotográfica do documentário Terena.



Imagem SPI00404 – Harald Schultz, chefe da equipe etnográfica fotografando menina Terena fazendo trabalhos manuais. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00012 – Menina de 10 anos, Tereza Luzia Aquino; fazendo trabalho de "brolha" ensinada por professora. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00087 – O chefe da comissão do Serviço de Proteção aos Índios, Harald Schultz, fotografa o grupo de alunos Terena da Escola Mista Gal. Rondon, do aldeamento do Bananal. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00088 – Grupo de alunos Terena em seus trajes colegiais. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00408 – Meninas Terena na escola fazendo trabalhos de agulha e de crochê. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00407 – Meninas Terena na escola fazendo trabalhos de agulha e de crochê. Schultaz, Harald. 1942.

A presença da equipe etnográfica nos postos Taunay e Cachoeirinha, em 1942, certamente provocou uma transformação na rotina diária do lugar e, conseqüentemente, na rotina dos moradores do posto. Acredito que Nimuendajú, ao dizer da necessidade de separação dos trabalhos com a equipe de foto-cinematografia e o etnográfico, deve ter apontado como uma das justificativas essa situação visível de mudança no cotidiano das pessoas. Isso é perceptível através da sequência de fotos expostas, logo mais acima, pois, a equipe se preocupou em documentar o processo de produção de algumas tomadas.

Esse tipo de registro do processo de produção é chamado atualmente de *still*, e no meu entendimento, demonstra, primeiramente, uma crença na fotografia como uma forma de comprovar tudo, desde o trabalho de documentação que estava sendo feito até o trabalho de registro do próprio desempenho da equipe de foto-cinematografia, de maneira a justificar a sua criação. Sem dúvida, era um marco para o SPI, possuir mais um departamento com quadros novos de funcionários e com funções específicas e, porque não dizer, funções especializadas. Em minha interpretação, o trabalho de *still* agregava status que era dado pelos equipamentos (sinônimo de modernidade) que manuseavam e também pelo trabalho diferenciado no sentido de agregar capital científico e, por isso, simbólico. Mesmo registrando o trabalho desses funcionários em composição com os grupos de índios, é possível perceber o enfoque nos funcionários e não nos índios. Nesse caso, percebe-se esse registro mais como de caráter simbólico que outra coisa. É possível olhar para essas

imagens e fazer a transferência de significado, ao invés de ver funcionários propriamente ditos, estes remetem à representação do Estado nas ações de conhecer os grupos indígenas e de incorporá-los à sociedade nacional.

Outra questão percebida nos atos desses funcionários, de chegar e de se instalar nos postos Taunay e Cachoeirinha e realizarem os trabalhos cine-fotográficos, é a de que explicitam pontos de inflexão pertinentes à política indigenista. Essas inflexões podem ser capturadas através desse movimento impresso pela equipe de cine-fotografia dentro dos postos. Logo, a visita “às cinco tribos diversas, ao sul de Mato Grosso – Terenas, Cadiéus, Caiuás, Caingangues e Guaranis”⁵⁴, como primeira atividade da equipe expedicionária da Seção de Estudos, marca, ao modo de uma história eventual, modulações na política indigenista brasileira, me fazendo crer em uma ampliação da ação indigenista, e não em mudanças estruturais na concepção de indianidade, seja essa concepção em um nível institucional ou de maneira mais localizada, pensando nas pessoas envolvidas diretamente nesse processo (equipe da SE, encarregados de postos e membros do CNPI).

A chegada de Schultz, de Foerthmann e dos assistentes da equipe cine-fotográfica gerou e estabeleceu outras relações de hierarquia e poder, não só com as lideranças indígenas, como no caso do Capitão de Ipegue, como também com os seus pares, colegas trabalhadores dos postos, em especial, a figura do encarregado que recebeu instruções do CNPI no sentido de ter que prestar toda a assistência à equipe cine-fotográfica, nos sugerindo também um tratamento diferenciado, imposto pelo grau de importância que o Serviço conferia à equipe. A instrução normativa dizia que

cabia ao encarregado de posto fornecer-lhes hospedagem, inclusive alimentação durante o tempo que permanecerem. Recomendo-vos prestardes toda colaboração a esses serventuários, para que possam desobrigar-se da incumbência que levam⁵⁵.

O fato de estar à disposição e colaborar no que for necessário demandava outros desdobramentos de relações e posições hierárquicas situacionais, fazendo dessa presença

⁵⁴ Informações retiradas da reportagem publicada no Diário de Notícias, em 25 de junho de 1944. Microfilme 382. Fotograma 0000617. SARQ – MI. RJ.

⁵⁵ Instrução ao encarregado de posto José Alves de Arruda, em 3 de novembro de 1943. Microfilme 197. Fotograma 889. SARQ – MI. RJ.

um evento dentro do Posto. A situação deixava Schultz numa posição privilegiada em relação ao encarregado de posto, pois, pelo fato de estar no Posto também com a função de fazer revelar a primeira vista uma representação visual que incluía a visibilidade do que era aquele empreendimento, enquanto arquitetura e enquanto programa de ações feitas junto aos índios, colocava o encarregado numa situação pouco confortável, afinal, a fotografia se colocava como prova e ela tinha o poder de mostrar o andamento do trabalho no posto, e o encarregado era a pessoa que respondia por essa representação, em que era fundamental a aparência física, a estética do posto e da população indígena nele localizada.

Outra situação para refletir mais pausadamente sobre as hierarquias situacionais é a posição de Schultz em relação ao Capitão Ipegue, pois – na foto em que aparecem os dois juntos (Imagem SPI0561) e em algumas fotografias que foram feitas do Capitão em outros lugares do posto – é possível falar em marcação de distinção e em sua leitura, uma vez que (Schultz) ao promover essa autoridade, poderia facilitar os trabalhos da equipe em campo. Outra leitura também é pensar nessas imagens da liderança indígena como um ato mecânico de fotografar autoridades, experiência adquirida nas ações do DIP, para pensar numa relação próxima com sua experiência, ou ainda, podemos também falar dessa ação enquanto arraigada nas práticas coloniais.



Imagem SPI00404 – Harald Schultz, chefe da equipe etnográfica fotografando menina Terena fazendo trabalhos manuais. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00012 – Menina de 10 anos, Tereza Luzia Aquino; fazendo trabalho de "brolha" ensinada por professora. Schultz, Harald. 1942.

Centrando mais nos detalhes da sequência de imagens (SPI00404 e SPI00012), caracterizada com fotografias de um “antes” (demonstrando o fotógrafo em sua faina) e um “depois” (mostrando o produto final), tem-se revelada a índia Terena Tereza Aquino de 10 anos de idade fazendo trabalhos manuais ensinados pela sua professora. Neste caso em especial, Tereza fazia a “brolha”, um tipo de renda feita a partir da trança de nós sem usar agulha. A técnica não era de origem Terena e foi identificada na referência que aparece na legenda da fotografia. Através de informações colhidas na Internet, a renda que a menina Tereza fazia é de origem árabe e chegou ao Brasil com os portugueses, sendo muito utilizada na época e ainda nos dias de hoje para decorar enxovais.



Imagem SPI00087 – O chefe da comissão do Serviço de Proteção aos Índios, Harald Schultz, fotografa o grupo de alunos Terena da Escola Mista Gal. Rondon, do aldeamento do Bananal. Schultz, Harald. 1942.
Imagem SPI00088 – Grupo de alunos Terena em seus trajés colegiais. Schultz, Harald. 1942.

Já esta sequência tem seu movimento de captação feito do lado de fora da Escola Mista General Rondon e mostra Schultz sacando fotos, também, de um grupo de alunos Terena em traje colegial. Acredito que a análise aponte primeiramente para uma reflexão sobre o uniforme escolar pelo fato de ser o formato mais aparente para evidenciar a transformação em curso do índio em “civilizado”. O interessante nessas duas tomadas é a fixação dos olhares dos meninos para o fotógrafo agachado. A minha imaginação ouve Schultz chamando a atenção das crianças para que elas olhem para a câmera, para ele. E elas o fazem, de forma obediente, a ponto de centrarem os olhares nessa ação do fotógrafo. A segunda imagem (SPI00088) dessa sequência, presumo não ser produto das lentes de Schultz e sim, de Foerthmann, pois, capta a imagem das crianças olhando para Schultz e sua câmera.



Imagem SPI00408 – *Meninas Terena na escola fazendo trabalhos de agulha e de crochê*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00407 – *Meninas Terena na escola fazendo trabalhos de agulha e de crochê*. Schultz, H. 1942.

Há, ainda, a tomada das crianças em meio a atividades de aprendizagem manuais, o que demonstra a força, ou melhor, a crença nesse processo de transformação por meio do ensinamento pedagógico, seja via alfabetização ou trabalhos manuais, neste último caso, direcionado às crianças e adolescentes do gênero feminino.

Por essa sequência é possível perceber o trabalho do fotógrafo como uma prática que mobiliza equipamentos (máquina fotográfica, refletores de luz, tripés, etc.) e pessoas (os assistentes que ajudam a produzir o cenário, as pessoas que serão fotografadas, o controle da luz etc.). A imagem SPI00407 é bem interessante para observar, dada a impressão que ela passa, das meninas Terenas demonstrarem nas expressões faciais um sorriso furtivo e de divertimento durante o processo de captação das imagens. Por conta disso, nessa foto, o próprio ato de tecer os panos de algodão soa falso. Isso, não pelo fato delas não dominarem a técnica de bordar, mas, por conta da situação de montagem do cenário, colocando-as em um mesmo banco, orquestrando a ação. Com isso, a atuação performática parece evidente. As meninas estão mais de plateia – que percebia a movimentação da equipe – do que protagonistas nesse enquadramento. Registrar os bastidores da produção do documentário mostra a existência de uma mediação que se coloca como uma assinatura e como um testemunho da presença do fotógrafo em um lugar e instante precisos (Fabris, 2004). Ao registrar esse movimento, a equipe de fotoinematografia também escrevia e se inscrevia na história da política indigenista.





Sequência 00 - *Mulher Terena com filho fazendo pote de barro; Harald Schultz e Nilo Oliveira Vellozo da equipe etnográfica do Serviço de Proteção aos Índios filmando mulher Terena fazendo pote de barro; Homem com os apetrechos de fiação para entregar as índias; Índias e crianças fiando algodão e fazendo outros trabalhos; Índia Terena fiando algodão; Índias e crianças fiando algodão e fazendo outros trabalhos; Índia Terena fiando algodão; Índia Terena fiando algodão; Mulher Terena alisando o pote de barro*⁵⁶. Schultz, Harald. 1942.

A sequência 00 revela de maneira mais explícita essa mobilização e movimentação que o trabalho fotográfico e cinematográfico impunha à equipe comandada por Schultz. Nessa série é possível perceber, levando em conta as séries anteriores, que as tomadas do processo de produção foram realizadas, principalmente, com mulheres e crianças. Considero essa observação importante pelo fato de que esse trabalho de compor um cenário demandava tempo e paciência por parte dos índios que tinham que ser dirigidos pelos assistentes, com a intenção de fazer a imagem revelar um “real” idealizado pelo chefe da equipe foto-cinematográfica. Talvez pelo fato de os fotografados serem mulheres e crianças, estas respondiam melhor o mando, sem a necessidade de negociação via troca de presentes, por exemplo. Ou, ainda, pelo fato dos homens estarem ocupados com outros trabalhos (caça, roça/lavoura, pecuária) e as mulheres se ocuparem dos trabalhos que as levavam a permanecer mais tempo em casa.

Outra questão que vale atentar ainda nessa série é o teor etnográfico sendo foco do trabalho da equipe, que mostra a produção da cerâmica Terena e a fiação do algodão, uma

⁵⁶ Essas imagens estão aqui dispostas como sequência, como método para facilitar a leitura, com a intenção de pensá-las no conjunto da produção. As informações contidas nas legendas são as informadas no álbum de contato do SPI SE. As fotografias podem ser acessadas na base de dados do Museu do Índio, de acordo com as referências, respectivamente: SPI00494, SPI00506, SPI00507, SPI0508, SPI00496, SPI00498, SPI00501 e SPI00502.

das fases do processo de tecelagem de rede. Ao buscar informações nas etnografias sobre essas duas práticas entre os Terena, a produção da cerâmica é um trabalho feito pelas mulheres. Já o ato de fiar era masculino. Baldus (1979, p. 77) afirma que o engano se deve ao fato de acreditarem que *os trabalhos leves como o entrançar, fiar e tecer, estejam, em toda a parte, a cargo das mulheres. Entre os Bororo e os Terena, o homem fia e tece.* Talvez, a pergunta seja: o que os homens Terena fiavam e teciam? A partir dessa informação de Baldus retornei à coleção à procura de imagens que demonstrassem os homens nessa função de tecer e fiar.



Imagem SPI00197 – Índio Terena costurando chapéu com folhas de Carandá. Schultz, Harald. 1942.

Encontrei a fotografia (SPI00197) de um homem Terena produzindo um chapéu de palha de Carandá. A legenda informa *Índio Terena costurando chapéu com folhas de Carandá.* A prática não deixa de ser um ato de tecer. O homem está sentado em um banco de madeira que lhe dá condição de ficar com as pernas estiradas, posição que parece permitir estar mais tempo sentado. Este caso, assim como a sequência 00, logo mais acima,

revela uma diferença em relação aos outros processos de montagem, como das meninas bordando e tecendo brolha. Percebe-se uma facilidade dos atores agirem diante do fotógrafo. Isso, talvez, seja pelo fato dessas práticas fazerem parte do cotidiano dos Terena. Na sequência 00, a mulher Terena faz três práticas, duas pelo menos, identificadas nas etnografias, a de fabricar cerâmica, fiar algodão para o processo de fabricação de rede e outra de cuidar dos filhos.

Sobre esse enfoque vamos buscar o propósito, apontado por Garfield (2011), e já colocado em linhas anteriores neste trabalho, da construção necessária pelo Estado Novo de uma visão simpática e romantizada dos índios do Brasil. E isso estava colocado, de maneira indireta, nos planos de trabalho da Seção de Cinematografia e Fotografia, apresentada por Schultz no formato de instruções, em março de 1942, meses antes de irem para campo, fazendo a distinção entre filme etnográfico e filme para exibição pública⁵⁷, pois, de forma clara via legislação, competia à SE: *promover a divulgação dos vários aspectos da vida indígena através de conferências ilustradas e exposições, despertando o interesse do público pelo índio*⁵⁸. A partir dessa instrução geral, havia então a necessidade de esmiuçar ainda mais a instrução para atender os diferentes públicos, produzindo material mais “especializado”, para dar conta das conferências; ou material de publicização, para exposição ao público em geral. Por conta disso, Schultz definia *Filmes Etnográficos*, os que

[...] demonstrarão restritamente aspectos positivamente típicos da vida e dos costumes indígenas; destinando-se aos estudiosos em etnografia, [e] carecerão de um cunho artístico, devido à necessidade de se ter que entrar em detalhes prolongados, às vezes desinteressantes ao grande público⁵⁹.

E por filmes para *Exibição Pública*, os que obedecessem a uma

[...] orientação artística na própria filmagem durante a expedição, como após, nos trabalhos de confecção nos laboratórios. Estes filmes, porém, não poderão carecer de um conteúdo educativo e cultural. Cito como exemplo um tema que poderá

⁵⁷ Mesmo não analisando os filmes produzidos na mesma ocasião do documentário fotográfico, acredito que por se tratar de imagem e de um trabalho integrado (foto-cinematografia), estou considerando que havia uma mesma intencionalidade nas produções e por isso, trago as instruções feitas para os filmes para pensar também as fotografias.

⁵⁸ Item “I”, do artigo 8º do Decreto-Lei 10.652, de outubro de 1942. In: Lima (2009, p. 35).

⁵⁹ Planos de Trabalho para Seção de Cinematografia e Fotografia do SPI. Microfilme 336. Fotograma 0581-0583. SARQ – MI. RJ.

servir de base para um dos primeiros filmes: ‘o decorrer de um dia indígena’. Abrange este tema amplas possibilidades de demonstração da vida social e cultural ou primitiva tanto do índio, como pessoa única, como de toda aldeia indígena em sua totalidade, dando desta forma ao público uma ideia perfeita da vida daqueles seres da vida brasileira ainda não integrados na grande comunidade nacional⁶⁰.

Quer fosse para a intenção de estudo ou para exibição, havia uma consciência de documentar, inclusive, os bastidores dessa produção. Pois, a Seção de Estudos estava construindo a história com ares de modernidade e, mais importante, com ares de cientificidade.

Conclusão.

Ao centrar o foco deste capítulo na presença e participação dos membros-antropólogos do CNPI, Edgard Roquette-Pinto e Heloísa Alberto Torres, conseqüentemente, na configuração do processo de constituição da Seção de Estudos, departamento criado com atribuições bem delimitadas, de início, para a documentação fotográfica e cinematográfica da vida dos grupos indígenas, localizados no território brasileiro, chegamos aos funcionários da equipe de foto-cinematográfica da SE e ao documentário Terena que foi um dos primeiros registros, se é que não foi o primeiro, a ser produzido através da recém-criada SE.

Em princípio, essa prática instaurada como “política de Estado” significou muito mais para os funcionários – refiro-me, à equipe cine-fotográfica, aos chefes de postos e membros do CNPI – do que para os índios⁶¹ que estavam no foco da ação. A leitura que faço da iniciativa é como um acontecimento, um evento, marcador de significados, com a

⁶⁰ Planos de Trabalho para Seção de Cinematografia e Fotografia do SPI, 17/03/1942. Microfilme 336. Fotogramas 0581-0583. SARQ – MI. RJ

⁶¹ Se junto com esse trabalho de documentação da imagem fosse feito o trabalho etnográfico nos termos de Nimuendajú, por exemplo, talvez houvesse a possibilidade de saber mais sobre o significado dessa ação para os índios que estavam participando do evento em si e sendo fotografados. Se fizermos uma relação bem, grosso modo, para os dias atuais sobre a participação dos índios em situações em que eles concordem em ser fotografados, teremos em linhas gerais, em vários contextos, uma consciência de demonstrar via imagem uma postura de reforço a uma identidade étnica e essencializada - uma questão que está posta atualmente para ser refletida pelos antropólogos.

clara evidência de estarem, através da ação de documentação, contribuindo para uma ação política de projeto de nação que tinha claro a ideia de preservação dos costumes e ritos indígenas na concepção museológica, só que desta vez, como uma ação institucionalizada através de um departamento específico, incorporado à instituição maior, o SPI, que estava com a incumbência de levar a cabo a política indigenista, que tinha em suas bases, a assimilação desses grupos à sociedade nacional.

Ao percorrer a trajetória de como essa prática se estabelece na política indigenista brasileira percebemos todo um movimento, de mobilização de recursos-humanos e de equipamentos, que se instaura como inovador tendo como base a pauta “científica”, ou melhor, cientificista de coleta, principalmente, com vista museológica e do processo de documentação de concepção positivista. No entanto, essa inovação não passava de processos contínuos bem consolidados em concepções gestadas em outros tempos passados.



CADERNO ICONOGRÁFICO
Anexo capítulo I
Fotógrafos e fotografias: três coleções fotográficas da
Seção de Estudos do SPI.

Trabalho da equipe foto-cinematográfica da Seção de Estudos (SPI).



Imagem SPI00049 – Equipe foto-cinematográfica composta pelos Srs. Nilo Oliveira Vellozo, Heinz Foerthmann, Carlos Barreto de Souza e auxiliares Terena. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00050 – Equipe foto-cinematográfica composta pelos Srs. Nilo Oliveira Vellozo, Heinz Foerthmann, Carlos Barreto de Souza e auxiliares Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00052 – Homem com adornos corporais da festa do Bate-pau ao lado do membro da Comissão Etnográfica do SPI, Heinz Forthmann. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00053 – Índios Terena descansando com membros da Comissão Etnográfica do SPI. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00403 – Harald Schultz, chefe da equipe etnográfica fotografando meninas Terena fazendo trabalhos manuais. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00493 – Harald Schultz e Nilo Oliveira Vellozo da equipe etnográfica do Serviço de Proteção aos Índios filmando mulher Terena fazendo pote de barro. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00504 - *Índias trabalhando em frente ao rancho.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00505 - *Índias trabalhando em frente ao rancho.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00506 - *Homem com os apetrechos de fiação para entregar as índias.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00507 - *Índias e crianças fiando algodão e fazendo outros trabalhos.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00508 - *Índias e crianças fiando algodão e fazendo outros trabalhos.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00509 - *Índias e crianças fiando algodão e fazendo outros trabalhos.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00559 – *Membro da equipe etnográfica, Nilo Oliveira Vellozo com dois índios Terena com indumentária típica da dança do Bate-Pau.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00614 – *Preparação da filmagem pela equipe etnográfica do Serviço de Proteção aos Índios.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00639 – *Participantes da dança do Bate-Pau em frente a sede do Posto Taunay.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00681 – *Família Terena e Harald Schultz em frente ao rancho.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00870 – *Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01097 – *Transporte de bagagem da equipe Cine-fotográfica da Seção de Estudos para estação.* Schultz, Harald. 1942.

CAPÍTULO II

FRONTEIRAS FÍSICAS E CONCEITUAIS - ESPACIALIDADES CONCEBIDAS E CONSTRUÍDAS



Imagem SPI02862 – Placa na estrada Cuiabá-Campo Grande, indicando a estrada para os postos Bororo no São Lourenço⁶². Foerthmann, Heinz. 1943.

*A imagem material ou literal é uma boa evidência da “imagem”
mental ou metafórica do eu ou dos outros.*

Peter Burke

Ao fazer referência no título deste capítulo a balizas geográficas, remeto,

⁶² A inscrição na Placa diz: “SPI – Córrego-Grande (S. Lourenço)”, uma seta com orientação para o lado direito e abaixo a denominação: “Borôros”.

necessariamente, ao espaço físico desses postos, lugares concebidos, recortados, delimitados, autorizados e constituídos pelo Estado brasileiro para os povos indígenas. Em certo sentido, podemos fazer a correlação dessa ação com a demarcação dos domínios do Estado sobre grupos indígenas localizados nesses espaços. Mas, não no sentido do domínio através de um poder de conquista, com alusão à guerra. O domínio, neste caso, está nos termos de uma correlação de controle e, em se tratando de povos indígenas, ainda dá para correlacionar com proximidade e disciplinamento. As ações de domínio sobre os índios estavam relacionadas à noção positivista da proteção desses povos, do ordenamento (ordem) e com a preocupação com a sua evolução (progresso).

Fincar balizas e estabelecer fronteiras a partir das instalações dos postos estavam como práticas naturalizantes do controle protecionista, a ponto não só do não reconhecimento das espacialidades indígenas pelo Estado brasileiro, como ainda de ser lido de forma inversa, fazendo da criação de um posto indígena, um lugar concedido, como dádiva do Estado para determinado grupo indígena.

Tomamos a imagem SPI02862 para pensar. O ato de fincar a placa com os dizeres: “SPI. Córrego-Grande (São Lourenço) Borôros” e, a necessidade de identificar a direção dos limites, entendo como, antes de demarcar o espaço como se fosse dos Bororo, demarcava o lugar sob o controle do Serviço de Proteção aos Índios. Essa ação demonstrava a concessão por parte do Estado, e conseqüentemente, domínio e controle. A delimitação através da placa, além da marca do espaço físico, significava a representação do espaço conceitual, que estava embutido e interligado ao físico e que foi sendo construído ao longo do processo de interação entre funcionários e grupos indígenas.

Os tentáculos da Inspetoria Regional 06: os postos indígenas.

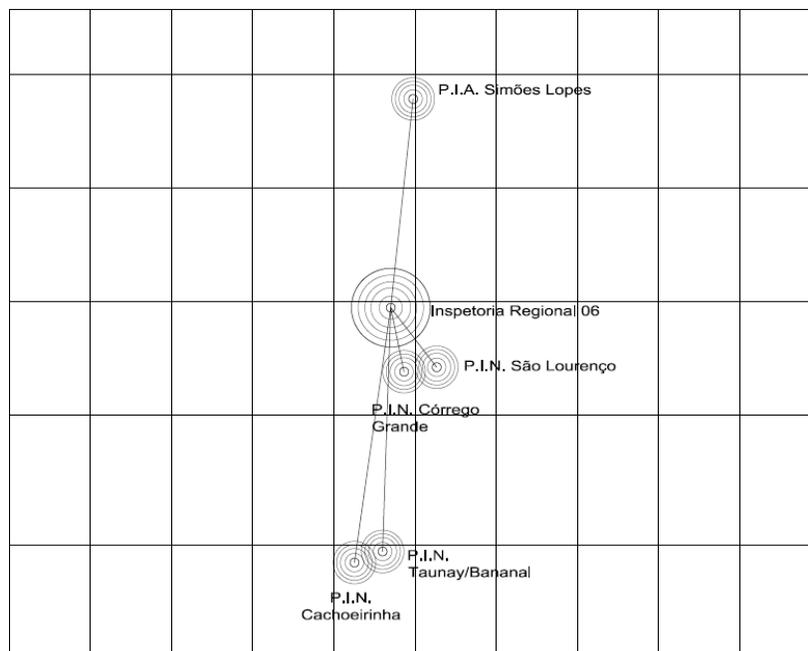


Ilustração 02 – Mapa do SPI com a localização da inspetoria regional 06, na capital mato-grossense, Cuiabá e os postos indígenas em questão neste trabalho⁶³.

Partindo de Cuiabá, a capital de Mato Grosso, através da instalação da inspetoria regional 06, o Serviço de Proteção aos Índios lançou as suas raias pelo interior do estado com o objetivo de transformar os territórios indígenas em postos/reduções (espaços recortados e delimitados) e mantendo os índios sob o poder tutelar⁶⁴, segundo os moldes da urbanidade requeridos pelo projeto civilizatório, com (...) *os índios nas suas casinholas de telha e até luz elétrica, as vacas leiteiras pastando no campestre aramado*⁶⁵ (Cabral, 1963, p. 281). Assim, o SPI, conseqüentemente, estaria contribuindo para costurar as porções de

⁶³ Mapa inspirado em um mapa do SPI indicando a inspetoria regional 06 e os postos em atividade no ano de 1960, no estado de Mato Grosso.

⁶⁴ O exercício do poder tutelar implica em obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá – definição de Antonio Carlos de Souza Lima em *Um Grande Cerco de Paz* (1995).

⁶⁵ Este foi o projeto idealizado por Rondon para o Posto Fraternidade Indígena para abrigar índios do povo Umutina, a partir da fundação do posto no ano de 1913.

terras do lado oeste com o resto do país, tidas até então, como longínquas e vastas, mas com grande potencial sócio-econômico⁶⁶. Os que trabalhavam nesse projeto tinham clara sua efetiva contribuição para a expansão econômica por meio de produtos extrativistas, agrícolas e até industriais, além do adensamento populacional, que vinha como consequência desse desenvolvimento aspirado pelas elites e pelo governo republicano. Os tentáculos do Serviço nasciam a partir de uma hierarquia administrativa, que em Mato Grosso tem o seu início em 1911, alguns meses após a criação do SPI em outubro de 1910, com a instalação da sede da inspetoria regional 06. Na documentação pesquisada foram encontradas as *Instruções destinadas para instalação da sede e para a visita geral às terras habitadas pelos índios*⁶⁷. Nessa documentação fica visível que a expedição às terras habitadas pelos índios era uma das principais atividades do inspetor em ação, pois a sua pessoa era a autoridade maior na região e o olho do Estado, no sentido de ter o controle a partir de uma visão macro de como encaminhar as ações do Serviço.

É dever organizar e levar a efeito, com os recursos que forem postos à sua disposição pela Diretoria, uma expedição destinada a iniciar as relações amistosas com os índios e constatar detalhadamente a situação em que ficam as terras pelos mesmos, habitadas, seus limites naturais e os tidos como tais pelos maiores da tribo, condições gerais de clima e salubridade, aspecto geográfico das regiões, sua fertilidade e adaptação à vida pastoril e agrícola;

(...) Bem como o de escolher o lugar de instalação de um posto; contratação e pagamento de pessoal; compra de material para as expedições e também para a manutenção dos postos; informar separadamente sobre o grau de desenvolvimento e recursos das zonas habitadas pelas diversas tribos, receber e prestar informações acerca do desenvolvimento de cada tribo, do estado de sua existência nômade ou sedentária, e do grau de adaptação de cada uma à civilização ocidental, no que concerne aos hábitos e costumes; informar também sobre as relações que essas tribos mantêm com as povoações mais próximas, se essas relações são cordiais ou não, e se são os mesmos vítimas de especulações e abusos; investigar as razões das questões e contendas existentes, quer de índios entre si, quer entre esses e os civilizados; informar todas as perseguições, usurpações e injustiças de que sejam alvo os índios; propor medidas e expedientes conciliatórios e generosos, no sentido de ser restabelecida e mantida a paz, e evitadas de parte a parte violências e depredações; organizar todos os dados reunidos em um relatório, que, para juízo deste Serviço, deve ser dirigido à Diretoria Geral, a fim de poder a mesma mandar proceder à demarcação das terras que se destinam às povoações indígenas e, finalmente, remeter à 2ª Sub-

⁶⁶ Cabe frisar que esta visão compreendia uma perspectiva do Brasil visto desde o Litoral, sendo esta a referência do lugar “mais desenvolvido” para o “menos desenvolvido”. Na época colocada nos termos do progresso.

⁶⁷ Instruções para uso dos inspetores do Serviço de Proteção. Microfilme 380. Fotogramas 0001211 a 0001221. SARQ – MI. RJ.

Diretoria, a fim de ser a sua comprovação encaminhada para o Tribunal de Contas⁶⁸.

A inspetoria era o elo entre a Diretoria e os postos indígenas. Ela cumpria o papel mediador e facilitador do gerenciamento e do controle local. Ela tinha autonomia para tratar das questões indígenas diretamente com a diretoria geral do SPI, cargo máximo do órgão e, este, estava ligado a um ministério federal. Entre a sua criação, 1910, até o ano de 1945, o SPI passou pelo Ministério da Agricultura e do Comércio, depois, foi transferido para o Ministério da Guerra e em 1938, voltou a ser ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O organograma administrativo inicial tinha acima da inspetoria regional, duas subdiretorias, sendo a Primeira Subdiretoria com um subdiretor, dois ajudantes, um agrônomo, um desenhista, sete desenhistas e um terceiro oficial. Na Segunda Subdiretoria composta de um subdiretor, dois primeiro oficial, dois segundo oficial e mais dois terceiro oficial. E acima de tudo, uma Diretoria Geral composta por um diretor geral, um primeiro oficial e um segundo oficial.

A regional 06 se instalou em uma rua estreita do centro de Cuiabá, a 24 de outubro, e já com a missão de uma primeira expedição de visita às terras habitadas pelos índios⁶⁹. Este documento traz uma característica interessante para pensar os braços do Estado enquanto uma política ainda pautada nos termos de uma colonização interna territorial. O domínio das terras estava certo e claro, nos papéis administrativos da República ainda em construção, mas não necessariamente, de forma ativa nessa espacialidade do oeste brasileiro. Ao se referir às terras como “habitadas pelos índios”, o documento nos diz de uma posse administrativa, via meios legais do Estado, mas, que na prática, necessitava de ações expedicionárias e de delimitações territoriais para conformar essa posse, que era ainda um lugar – um pedaço de terra – de fato, dos índios, ou como o próprio documento se referia: *habitadas pelos índios* e, a inspetoria teria a função de ajustar e definir exatamente qual porção de terra ficaria “habitada pelos índios” através das instalações dos postos, em uma alusão de uso de um determinado e delimitado espaço, pois, a posse era do Estado e

⁶⁸ Instruções para uso dos inspetores do Serviço de Proteção. Microfilme 380. Fotogramas 0001211 a 00001221. SARQ – MI. RJ.

⁶⁹ Instruções para uso dos inspetores do Serviço de Proteção. Microfilme 380. Fotogramas 0001211 a 00001221. SARQ – MI. RJ.

ele definiria o que se colocaria à disposição das frentes de colonização para o efetivo adensamento populacional e desenvolvimento econômico.

O Serviço e o governo tinham claro esse movimento no estado de Mato Grosso. E isso se configurava mesmo antes da instalação da sede da inspetoria do SPI. É necessário considerar outros fatores que se justapõem nesse processo. O primeiro desses fatores radica na própria pessoa de Cândido Mariano Rondon⁷⁰, o diretor geral do SPI, que era natural de Mato Grosso, oriundo de um pequeno povoado chamado Mimoso, a cerca de 100 quilômetros da capital. Órfão, ainda criança, ele foi morar com o seu tio na capital mato-grossense e teve a oportunidade de estudar e, depois, de ir para o Rio de Janeiro, onde seguiu a carreira militar na Escola Militar da Praia Vermelha⁷¹.

Antes de assumir a direção do Serviço de Proteção aos Índios, Rondon acumulava experiência da Comissão de Linhas Telegráficas e passou, a partir de 1910, a exercer duas funções no governo federal, o de diretor geral da Comissão Rondon, ou melhor, da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégias do Mato Grosso ao Amazonas e também o de diretor geral do órgão tutelar dos índios. Outro fator que devemos considerar nessa trama era que Cândido Mariano Rondon dispunha de um objetivo nacional, formulado pelo governo de Afonso Penna em 1906, de incorporação efetiva dos territórios do Acre, do Purus e Juruá ao Brasil (Maciel, 1997).

Entre estas medidas figurava, em primeiro plano, a da construção de uma linha telegráfica que ligando a Capital da República àqueles territórios, tornasse possível sobre eles a permanente ação do governo central com a regularidade exigida pela magnitude dos interesses nacionais ligados àquelas regiões⁷².

Para esse intento, Mato Grosso era estratégico e a linha telegráfica cortaria todo o

⁷⁰ Nos termos de Lima, “Quando raramente frequentou as páginas dos estudos antropológicos, o SPI apareceu na qualidade de criação pessoal e venerável de seu primeiro diretor geral, o na época tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Paradigma moderno *desbravador dos sertões*, um dos mitos incontestes da história oficial do Brasil republicano, Cândido Rondon é o patrono da arma de Comunicação do Exército, das Telecomunicações em nosso país, e primeiro brasileiro a ser apresentado enquanto candidato ao Prêmio Nobel da Paz, em 1958, objeto de inúmeras biografias encomiásticas” (Lima, 1995, p.11).

⁷¹ É necessário frisar que através da Escola Militar da Praia Vermelha Cândido Rondon teve uma formação intelectual calcada no Apostolado Leigo de August Comte, o que mais tarde ficará evidenciado na sua prática junto ao Serviço de Proteção aos Índios.

⁷² Missão Rondon III. Jornal do Commercio, de 12 de junho de 1913. Microfilme 382. Fotograma 059. SARQ – MI. RJ

estado. O presidente Afonso Penna, ao tomar conhecimento da grande investida, chamou Rondon para pedir a sua opinião e convidá-lo para tal tarefa, onde ficou acertado que:

A nova comissão se encarregaria não só da construção propriamente dita de linhas telegráficas, como também de todos os serviços que se prendessem ao completo conhecimento da região que se ia atravessar sob o ponto de vista geográfico, botânico e mineralógico e mais ainda do descobrimto das populações indígenas que lá existissem as quais ficaram sob os cuidados da comissão no intuito de se evitar que a penetração de seus territórios fosse acompanhada das calamidades e crueldades sofridas pelos habitantes de outras regiões onde se haviam estabelecido estradas de ferro ou de rodagem, instalado linhas de navegação ou feito simples incursões de explorações geográficas ou ainda de demarcação de limites⁷³.

Esse auspicioso planejamento e esquadramento das raias brasileiras, em especial da fronteira oeste, foi desencadeado por Rondon e evidenciava os interesses da emergente república frente aos povos indígenas do Brasil e mais, segundo Lyliá Galletti (2000), representava a inserção efetiva do progresso, via ação civilizadora sobre os índios.

Ao mesmo tempo, a Comissão descortinava os sertões mato-grossenses como uma fronteira do país, na sua dupla acepção de espaço da *barbárie* e terras novas – região abundante em recursos naturais, que ela própria encarregava-se de inventariar – a ser colonizada pela nação (Galletti, 2000, p. 234).

Além desses fatores entrelaçados, essa ocupação tão pouco era por ela mesma, senão uma ocupação com forças políticas locais em um movimento do capital econômico que envolvia uma escala macro da economia, movimento este, oriundo de um processo de formação do Brasil enquanto “Estado nacional” que não originou no início do século XX e sim em um tempo anterior à instauração da República e por que não dizer, de um processo mais longo, caracterizado pela conquista, ocupação e disputa de território no período colonial, isso se buscamos uma história de longa duração.

Nesse processo, acredito ser importante apontar a Lei de Terras de 1850, que capitaneou uma política fundiária baseada na passagem de terras devolutas e públicas para o domínio privado, desconsiderando por completo os grupos indígenas e seus territórios. Junto a isso, essa estratégia que dá para chamar de estratégia de conquista e redefinição geográfica, em nenhum momento esteve desligada de um forte interesse político-

⁷³ Missão Rondon III. Jornal do Comércio, de 12 de junho de 1913. Microfilme 382. Fotograma 059. SARQ – MI. RJ.

econômico expansionista. Em documento de 1918, após oito anos de sua criação, o SPI indica a eficiência do órgão, que se apresentou como uma verdadeira lança das novas frentes de expansão, pois, como disse antes, a pacificação dos índios não tinha apenas o objetivo civilizatório de ascender o índio ao patamar de “civilizado”:

A excelência e absoluta eficácia do processo usado pelo Serviço (SPI) para pacificar os sertões disputados por civilizados às tribos guerreiras que as ocupam desde épocas imemoriais, só lhes teríamos de responder que esse processo já havia dado idênticos resultados ao General Gomes Carneiro, o empregou em 1891 aos índios Bororos do rio das Garças, que impediam a passagem da linha telegráfica de Goiás para Cuiabá; aos Nambikuaras, que defendiam as florestas abundantes de seringueira da região do Juruena; aos Barbados, que desde tempos coloniais fechavam ao acesso dos civilizados às matas da Poaia; aos Arikunes e a dez outras nações de índios guerreiros que habitam o vasto Noroeste Mato-Grossense a partir do Planalto dos Parecis até as margens do Madeira⁷⁴.

As instalações dos postos estavam pensadas a partir desse desenho geopolítico e econômico rumo à exploração extrativista vegetal e mineral e concomitante com a criação de cidades e áreas rurais. As frentes de expansão foram adentrando aos territórios indígenas como se fosse terra de ninguém ou simplesmente por meio da chancela do estado brasileiro, que fazia a concessão com o propósito da expansão territorial com forte característica econômica, restando aos grupos indígenas os espaços dos postos.

Nesta pesquisa, através das imagens aparece o posto de atração (PIA) Simões Lopes que de acordo com as normas de finalidade do SPI

(P.I.A.) trata-se de atrair os índios hostis arredios, facultando-lhes de começo os auxílios e brindes regulamentares para assegurar o estabelecimento, contribuição e permanência das relações pacíficas⁷⁵.

Em documento instrutivo, o Serviço explica que:

A passagem de um posto para outra categoria depende de várias circunstâncias, acontecendo muitas vezes envelhecer o P.I.A. em sua função de pacificação, em virtude da índole da tribo, enquanto que outros P.I.A. passam a P.I.N. e vão em rápido progresso se aproximando dos fins visados pelo SPI, que é o de incorporar ao Estado aquela população marginal⁷⁶.

⁷⁴ Relatório de 1918 da inspetoria regional 06. Microfilme 380. Fotograma 1225. SARQ – MI. RJ.

⁷⁵ Esclarecimentos sobre a natureza dos postos indígenas. Orientação Ministério da Agricultura. Microfilme 380. Fotograma 1278. SARQ – MI. RJ.

⁷⁶ Esclarecimentos sobre a natureza dos postos indígenas. Orientação Ministério da Agricultura Microfilme 380. Fotograma 1278. SARQ – MI. RJ.

Já, a denominação PIN (*Assistência, Nacionalização e Educação*) significava que o posto assim classificado era uma unidade em que os trabalhos de incorporação do índio à sociedade nacional eram intensificados. Pois, a sua arquitetura proporcionava isso e o SPI acreditava que neste “estágio”, o indígena estava próximo de se tornar *um sertanejo próspero e convicto esperançado e eficiente, cômico de suas obrigações, deveres e direitos, na contínua progressão para a civilização dominante no Brasil*⁷⁷. As fotos de outras duas coleções foram produzidas nos PIN São Lourenço, Córrego Grande, Cachoeirinha e Taunay. A definição normativa do posto de assistência, nacionalização e educação, de acordo com o documento que diz respeito ao esclarecimento sobre a natureza dos postos indígenas afirma:

A ação dos P.I.N. ou seja os Postos de Assistência, Nacionalização e Educação, cujo fim é auxiliar aos índios já aproximados, e em boas relações antigas ou recentes, com os ensinamentos e recursos que possam carecer para melhorar as condições de sua vida até levá-los a incorporação econômica e social na sociedade brasileira⁷⁸.

A exterioridade dos postos indígenas.

VII. As lavouras serão também filmadas, assim como, o gado de cria e as instalações do posto. Estas devem ser, caso seja possível, fotografadas e filmadas de bordo do batelão, navegando nas imediações da ilha⁷⁹.

Essas instruções foram direcionadoras do foco da câmera de Heinz Foerthmann para o trabalho de cine-fotografia junto aos Bororo, na Povoação São Lourenço. Tenho como hipótese que esse direcionamento foi feito para todos os outros postos indígenas que foram fotografados nas duas expedições da Seção de Estudo, no Estado de Mato Grosso, nos Postos Taunay e Cachoeirinha, no ano de 1942, e nos Postos São Lourenço, Córrego Grande e Simões Lopes, em 1943.

⁷⁷ Documento oficial do Ministério da Agricultura que expõe as funções dos Postos Indígenas, em 1945. Microfilme 380, Fotograma 929. SARQ – MI. RJ.

⁷⁸ Esclarecimentos sobre a natureza dos postos indígenas. Orientação Ministério da Agricultura. Microfilme 380. Fotograma 1278. SARQ – MI. RJ.

⁷⁹ Ofício nº 21, de 3 de novembro de 1943, da inspetoria regional ao Sr. José Alves de Arruda, Encarregado do Posto Córrego Grande. Microfilme 197. Fotograma 000889. SARQ – MI. RJ.



Imagem SPI02864 – Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia. São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943.

Ao olharmos para a fotografia panorâmica da povoação São Lourenço, imagem SPI02864, percebemos a intencionalidade de Foerthmann de registrar a materialidade do projeto civilizador assinado pelo Estado brasileiro, através, da política indigenista via Serviço de Proteção aos Índios. A legenda dá a referência dessas edificações e confirma essa materialidade:

Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia⁸⁰.

Essas operações de orientação que circunstanciam a espacialidade do Posto Indígena São Lourenço, por meio da composição entre fotografia e legenda, dão conta da nomeação de toda a estrutura. Em princípio, a leitura se fecha para ver o empreendimento ordenado, regulado e organizado, com edifícios estruturados que cumprem funções bem definidas: casa para o encarregado, casa para os empregados, escola, um lugar para a comunicação (estação telegráfica), um lugar para o trabalho (casa de máquinas), assim

⁸⁰ Informações de época datilografadas no Álbum de contato SPI SE 01-02. Legenda da imagem SPI02864. SARQ – MI. RJ.

como uma casa para os hóspedes, que nessa época estava ocupada pela equipe fotocinematográfica. A imagem do posto nos fornece a noção de um pequeno vilarejo à beira do rio São Lourenço e sem muito mais.



Imagem SPI02978 – *Hospital, casa de hóspedes, moradia do encarregado e escola do Posto Indígena.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI00936 – *Vista da área do posto, estando à direita a sede – Cachoeirinha.* Schultz, Harald. 1942.

As fotografias panorâmicas dos postos Córrego Grande e Cachoeirinha, imagens SPI02978 e SPI00936, (acima), respectivamente, não fogem a esse padrão, cujas legendas informam: *vista parcial do Posto Indígena mostrando pombal, hospital, casa de material e oficina; vista da área do posto, estando à direita a sede* etc.. O que dá a entender, tomando

ao “pé da letra”, as edificações como constituintes da substancialidade da política indigenista, nos levando a sugerir como leitura a concepção de “espaço” nos termos da “modernidade”, dita por Lefebvre (2000, p. 06) com *características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização*. Ao ler essas fotos, o aspecto homogêneo está no primeiro plano, através da visão panorâmica geral ou parcial dos postos, idealizado como o centro irradiador e com intenções de *fabricação de elementos e materiais (...)* *métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação* (Lefebvre, 2000, p. 06).

Porém, há mais coisas para olhar, ou melhor, tomando a imagem (SPI02864), percebemos que há elementos que aparecem na legenda e, não necessariamente, aparecem na fotografia. Ao querer abarcar toda a estrutura, o fotógrafo é obrigado a fazer a foto da outra margem do rio, isto é, de longe e com isso, alguns elementos perderam a nitidez. A legenda indica a presença de uma aldeia – *casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia*⁸¹. Mas, a necessidade de enquadrar as casas da administração do posto foi tamanha, que a aldeia só aparece mesmo através da legenda, ou ainda, através de outra fotografia, que Foerthmann fez em outro momento durante a expedição, que é a imagem SPI02872 (logo abaixo), cuja legenda indica a *aldeia dos índios Bororo junto ao posto*.



Imagem SPI02872 – *Aldeia dos índios Bororo junto ao posto*. Forthmann, Heinz. 1943.

⁸¹ Legenda da imagem SPI02864. Informações de época datilografadas no Álbum de contato SPI SE 01-02. SARQ – MI. RJ.

Retomando a fotografia da povoação São Lourenço – refiro-me à com vista panorâmica, imagem SPI02864, feita a partir da margem do outro lado do rio São Lourenço ou ainda do outro lado da ilha – esta, como bem sugere a instrução, revela nitidamente as edificações feitas pelo e para o Serviço, mas, não dá conta de mostrar com a mesma evidência as edificações feitas pelos e para os índios (aldeia). Aqui, chamamos a atenção, também, para o fato de que a legenda não menciona “casas dos índios”, como faz para com outras instalações da povoação, e sim, “a aldeia”, revelada logo acima. Essa nomenclatura, penso que tem implicações, ou, no mínimo, pode ser indicativo para pensar em uma não transformação das moradias dos Bororo, mesmo com a presença da povoação a menos de um quilômetro. Outra situação que chama a atenção na imagem feita da aldeia, é que não aparecem mais especificações, não apontando, por exemplo, o nome. Pois, na documentação são até bem comuns as nomenclaturas das aldeias Bororo que estavam dentro dos limites da povoação e do posto Córrego Grande e das que estavam localizadas no entorno dos postos. Os funcionários mencionam, por exemplo: Miao-Paro, Quejare⁸², Tadarimana-Paro, Tugukuri, Coqueidjaro e a Pobore⁸³.

A partir da revelação da aldeia nos espaços dos postos, seguimos com Lefebvre que afirma que a homogeneidade revela falsos “conjuntos” e oculta as relações e os conflitos e dessas relações há também produções de fragmentações

pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em migalhas! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. (Lefebvre, 2006, p. 07).

⁸² O nome da aldeia “Quejare” aparece na documentação do SPI com mais de uma grafia, ora “Quedjare”, devendo ser a forma mais aproximada da pronúncia Bororo e ora, como nesse documento “Quejare”.

⁸³ Pela documentação havia ainda na região várias outras aldeias Bororo, podendo estar nas proximidades dos limites da povoação, sem estarem dentro dos limites de outros postos (Perigara, Jardore, Córrego Grande) criados na região para os Bororo.



Imagem SPI02978 – *Hospital, casa de hóspedes, moradia do encarregado e escola do Posto Indígena.* Foerthmann, Heinz. 1943. (Posto Indígena Córrego Grande⁸⁴).

Imagem SPI03063 – *Vista de algumas malocas Bororo junto ao Posto Córrego Grande.* Foerthmann. 1943



Imagem SPI00936 – *Vista da área do posto, estando à direita a sede.* Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00794 – *Rua do posto com habitações Terena.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00005 – *Aldeia Bananal, vista do pátio, com edifício de administração e catavento (antiga Aldeia do Ipegue).* Schultz, Harald. 1942. (Posto Taunay⁸⁵).

Imagem SPI00653 – *Rua do Posto Indígena.* Schultz, Harald. 1942.

⁸⁴ Informação obtida da base de dados do Museu do Índio. No entanto, este dado não faz parte da legenda datilografada no álbum de contato do SPI SE 01-02. Ela consta como informação do SARQ-MI.

⁸⁵ Informação obtida da base de dados do Museu do Índio. No entanto, este dado não faz parte da legenda datilografada no álbum de contato do SPI SE 01-02. Ela consta como informação do SARQ-MI.



Imagem SPI02637 – Vista parcial do Posto Indígena mostrando pombal, hospital, casa de material e oficina (Simões Lopes). Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02730 – Moradia dos índios Bakairi. Foerthmann, Heinz. 1943.

Para melhor acercar essa exterioridade dos postos, recortamos e expomos uma sequência de imagens dos postos Córrego Grande, Cachoeirinha, Bananal/Taunay e Simões Lopes, (SPI02978, SPI00936, SPI00005 e SPI02637), e, ao lado, à esquerda, as fotos de suas respectivas “aldeias” ou “casas dos índios” (SPI03063, SPI00794, SPI00653 e SPI02730). Esta exposição sequencial tem, ainda, o intuito de fazer olhar, pensar e comparar as fotografias referentes à “instalações dos postos” que fazem parte das coleções estudadas nesta tese.

Olhar a partir das várias perspectivas panorâmicas dos postos, produzidas por Schultz e Foerthmann, nos faz pensar que havia claramente uma intenção de evidenciar a totalidade de uma estrutura una. No entanto, ao refletir sobre elas e olhar os fragmentos que compõem essas estruturas, mesmo com a ajuda de outras fotografias, salta aos olhos, a presença das aldeias indígenas nas extensões desses espaços, nos revelando assim, as clivagens na constituição dos postos indígenas, demarcando não só fronteiras conceituais como também físicas, o que, a priori, “não pareceria possível”, já que a fronteira física estava exteriorizada através desse modelo maior que era o posto indígena e este tinha “para dentro” a concepção de uma estrutura homogênea e moldada do projeto civilizador, sem mais a presença das aldeias no formato de malocas ou ainda, sem elementos que denunciassem seu aspecto primitivo.



Imagem SPI02978 – *Hospital, casa de hóspedes, moradia do encarregado e escola do Posto Indígena.* Foerthmann, Heinz. 1943. (Posto Indígena Córrego Grande).

Imagem SPI03063 – *Vista de algumas malocas Bororo junto ao Posto Córrego Grande.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02872 – *Aldeia dos índios Bororo junto ao posto.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02864 – *Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia. São Lourenço.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Ao reparar nas duas imagens do Posto Córrego Grande (SPI02978 e SPI03063), a fragmentação se revela de maneira semelhante às imagens do Posto São Lourenço (SPI02872 e SPI02864) – posto de um lado e aldeia de outro. Mas, essa característica está presente em toda a sequência de imagens.



Imagem SPI00936 – *Vista da área do posto, estando à direita a sede.* Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00794 – *Rua do posto com habitações Terena.* Schultz, Harald. 1942



Imagem SPI00005 – *Aldeia Bananal, vista do pátio, com edifício de administração e catavento (antiga Aldeia do Ipegue).* Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00653 – *Rua do Posto Indígena.* Schultz, Harald. 1942.

Talvez, nos postos Cachoeirinha e Taunay, imagens (SPI00936 e SPI00794; SPI00005 e SPI00653), feitos para os índios Terena seja possível ver uma distância menor entre posto e aldeia, esta impressão de distância atenuada se deve à disposição das casas dos índios em arruamento e à paisagem de campo gramado com árvores frutíferas tanto ao redor da sede e casa do encarregado quanto das casas dos Terena. Pelo que consta na documentação, essa disposição vinha desde antes da instalação do posto, feita pelo SPI, uma vez que o processo de construção de reservas indígenas para os Terena e para outros grupos da região do sul de Mato Grosso se deu depois da guerra do Paraguai e, em seguida, durante a instalação das Linhas Telegráficas da Comissão Rondon, por volta de 1904⁸⁶. Em relatório de 1915, no início dos trabalhos via SPI, o encarregado afirma que

Na sede do posto estão edificadas em arruamento 35 casas cobertas de capim, rebocadas de barro e caiadas, onde habitam as famílias dos índios. A população

⁸⁶ Para saber mais sobre esse processo ver Cardoso de Oliveira (1968).

índia do aldeamento Bananal⁸⁷ é composta de 732 almas que vivem da pequena lavoura, da criação de aves, suínos e um pouco de gado bovino. É uma população ordeira e sedentária que já produz grande parte dos cereais que consomem em Miranda e Aquidauana, e que uma vez concentrada nos aldeamentos do Bananal, Ipêgue e Cachoeirinha, conveniente auxiliada, fará rápido desenvolvimento⁸⁸.

Esse trecho revela informações importantes que são percebidas nas imagens das casas dos índios Terena, tanto no Posto Taunay quanto no Posto Cachoeirinha. As casas dos índios não eram de alvenaria no ano de 1942. Pelo contrário, mais adiante, vamos ver através de outras fotos, que as casas continuaram sendo feitas de barro socado, um tipo de construção em terra crua com trama de madeira ou bambu, chamada de casa de taipa em pau-a-pique e cobertas de palha de buriti ou babaçu. Isto é, desde antes do SPI e mesmo depois da atuação “civilizatória” com a instalação do posto, eles continuaram construindo casas desse modo, não havendo uma “melhoria” em termos de materiais de construção, pelo fato de a gerência passar a ser feita pelo SPI. A não ser, para as casas das lideranças indígenas que também eram feitas de terra crua, mas com uma técnica mais elaborada sob a forma de tijolos crus, sem cozimento, depois era caiada e coberta de palha. A distinção das casas dos “capitães”, como eram chamados os líderes Terena, era aceita dentro da estrutura física do posto, por uma questão política e também por conta da própria hierarquização que estava conformada na concepção do “projeto civilizador”.

Mas, para além dessa fragmentação já concebida e caracterizada dentro de uma lógica própria dos espaços “modernos”, conforme Lefebvre (2000, p. 06), colocamos como questão, não as casas institucionais e dos funcionários do SPI, mas sim, a aldeia (para os Bororo) e as casas dos índios (para os casos dos Terena e Bakairi) dentro dos limites dos postos. O que significava a conformação dos “índios” em suas casas com característica arquitetônica de aldeia, quase trinta anos depois, de trabalho contínuo do SPI dentro das instalações dos postos? Para pegar um exemplo mais localizado, a partir das imagens que apresentamos. O que significava o fato de ter os índios Bororo, tanto do Posto São Lourenço quanto do Posto Córrego Grande, ainda nas “aldeias”, nessa configuração de

⁸⁷ É importante esclarecer que o aldeamento Bananal, assim como Córrego Grande, tornou-se posto indígena e o SPI adotou a mesma denominação da aldeia para o posto até o início da década de 1940, quando houve mudança de nome para Posto Indígena de Assistência e Nacionalização Taunay.

⁸⁸ Relatório da inspetoria regional 06, de 1915. Microfilme 379. Fotograma 1093. SARQ – MI. RJ.

estarem à parte, no final da extensão arquitetônica, como bem, indicava a própria legenda: depois de todas as edificações do posto, a aldeia. Há ainda que mencionar o fato de que havia outras aldeias, por exemplo, dentro dos limites do Posto São Lourenço, que estavam totalmente fora das vistas e do controle “direto” dos funcionários. Outra questão vai à direção de pensar o caso dos Terena, o fato de estarem morando numa paisagem análoga à das edificações do posto, de casas em arruamento, a partir dessa arquitetura dá para pensar que estavam mais próximos de alcançar o “estágio civilizatório”?

Mirar essa sequência nos faz perguntar se essa fissura entre posto e aldeia era característica presente, guardadas às devidas proporções, da maioria dos postos indígenas. Essa questão surge, não buscando uma generalização, e sim, por conta da particularidade engendrada na ação de construir um lugar para o Outro, de outra cultura, considerando os seus valores em detrimento dos valores desse Outro, desconsiderando de forma compulsória que esse Outro possuía modos próprios de se constituir enquanto pessoa, enquanto casa e enquanto grupo, enquanto espaço propriamente dito etc. Nessa ação padronizadora, o SPI criou – como mencionado anteriormente – uma variedade de cinco modelos de postos indígenas considerando os estágios de evolução social e contextos regionais.

O sentido dessas arquiteturas, sejam elas, casas de taipa ou de palha, apartadas das casas dos postos, nos fazem pensar em “fissura”, “fratura”, mas também, em “clivagem”. E tudo isso como consequência das relações engendradas entre funcionários e grupos indígenas (Bororo, Terena, Bakairi e outros grupos da região do Xingu) dentro dos limites do “cerco de paz”⁸⁹. Logo, penso essas edificações como reflexo dessas relações. Partindo desse princípio é possível sugerir hipóteses do motivo dessas “fissuras” como reflexo de clivagens mentais externalizadas nas “fissuras” físicas dos postos.

Se pensarmos a partir da perspectiva dos Bororo, podemos sugerir alteridade do grupo em relação ao posto, em fazer a escolha de permanecer à parte, nas suas casas, mantendo as relações com os funcionários a partir do trabalho e da aquisição de bens, por exemplo. Se refletirmos a partir dos funcionários, tendo a pensar nessa divisão como uma

⁸⁹ Conforme Lima (1995).

exterioridade da noção de indianidade, pautada no evolucionismo, concebendo os índios em um estágio anterior de evolução, por conta disso, inferiores e, conseqüentemente, partindo dessa relação hierarquizada, não se opunham à divisão arquitetônica, por entenderem que os Bororo passariam a morar no posto no momento que estivessem “prontos”, isto é, tivessem alcançado o estágio de “civilizados”. A ascensão ao espaço do posto, com edificações na concepção ocidental de casas, feitas de tijolos, mesmo que esses sejam de terra crua, telhados e compartimentadas, vinha como consequência. Considerando esta hipótese, percebe-se o quanto esse processo de instalação dos postos era bem mais complexo que seguir as instruções normativas do Serviço. Pois, apesar de mais de trinta anos de presença e ação “civilizatória” contínua do SPI para com esses grupos, mesmo assim, eles continuavam, literalmente, compondo a paisagem do posto e morando em suas casas na aldeia.

Um entendimento baseado nas duas hipóteses mencionadas acima, pode explicar em parte essa clivagem de maneira simples e direta. Mas, se ao invés de fazer essa leitura, mudarmos a escala de observação, cotejando na documentação e procurando nos detalhes das imagens, chegaremos a esse falso “conjunto” em que aparecem fissuras, clivagens e características que dependem de vários fatores, principalmente, dos que levam em consideração as relações estabelecidas dentro e fora dessa espacialidade, tida como posto indígena. Nessa mudança de escala, podemos perceber diferentes formas de fragmentação, colocada aqui nos termos de “fissura”, enxergando essa divisão física: funcionários e edificações de um lado *versus* índios e aldeias do outro e também nos termos de clivagens, distinguindo as concepções de mundos diferenciados, percebendo as ações a partir de uma estrutura mental de entendimento do Outro ou ainda circunscrevendo as relações aí presentes. Essa exterioridade das fotografias dos postos nos impulsiona a fazer um recuo no tempo e no espaço, pois entendemos que esse enfoque recortado e revelado nos anos de 1942 e 1943 tinha raízes em um tempo mais atrás e com a participação indígena.

Fissuras nas palavras e nas imagens.

As imagens nos movem em direção às palavras que aparecem em forma de documentação do SPI. Nessa procura encontramos documentos que falam da concepção das instalações dos postos e instruções de estratégias de aproximação dos grupos indígenas. O primeiro movimento que o SPI fazia ao definir uma região e o grupo a ser aldeado era o estudo dessas espacialidades⁹⁰, levando em conta, principalmente, se havia conflitos entre os grupos indígenas e os não índios que moravam na região. A maioria dos conflitos tinha como mote a posse de terras para fins econômicos (extrativismos mineral e vegetal, lavoura e pecuária).

Para se ter uma ideia desses conflitos, expomos o episódio da região “habitada” pelos Bororo. De acordo com Chiara Vangelista (1996, p. 67), os Bororo Orientais ou Coroados, a partir da segunda metade do século XIX, entraram em conflito com os não índios que passaram a ocupar os seus territórios. A reação do governo da Província de Mato Grosso, frente ao fato, foi a criação de bandeiras – a mais famosa foi a do Capitão Alexandre Bueno em 1878 – que culminou na fundação das Colônias militares Thereza Christina e Isabel nas margens do rio São Lourenço. Episódio que, segundo fontes da Província de Mato Grosso, pacificou os Bororo Coroados. O movimento dos não índios para ocupação desse lugar se deu por conta da extração mineral de diamantes. Segundo Antonio Hilário A. Urquiza (2007, p. 70), o local, ainda hoje, é denominado por geógrafos como o “triângulo dos diamantes” e os Bororo estavam exatamente ali localizados, impedindo a possibilidade de expansão do capital. Após esse período, essa espacialidade ainda recebeu a intervenção do Estado com a instalação das Linhas Telegráficas de Goiás para Cuiabá e, também com a presença dos Salesianos via Missão Salesiana “O Sagrado Coração de Jesus”, nas margens do rio Barreiro, afluente do rio Araguaia, ao sul do Rio das Mortes, em 1895. Mais tarde, com o aval do SPI, houve a instalação da Missão de Tachos, nas proximidades do rio São Lourenço. Logo, o tempo do capital fez mover essa

⁹⁰ Esses estudos, em grande parte, na região Centro Oeste, foram feitos via trabalho de parceria com a Comissão Rondon, que foi a responsável por fazer os primeiros contatos com os grupos indígenas localizados no estado.

espacialidade retirando os índios do caminho e imprimindo dinâmicas extrativistas, colocando esse lugar no mapa sócio-econômico do Brasil.

Como em todo processo intervencionista, esse movimento não foi nem um pouco pacífico, nem mesmo via SPI com os seus “legionários da paz”. Mesmo o órgão tendo relativa força por conta da presença de militares em seu quadro de pessoal, principalmente nos primeiros trinta anos de existência, esse fato, em muitos momentos de conflito, não foi suficiente para mediar e evitar a violência, em muitos casos, contra os índios. Darcy Ribeiro (1996), ao abordar o que significou a criação do Serviço junto à sociedade afirma:

O rápido sucesso alcançado na pacificação das tribos hostis mais próximas das grandes cidades aliviou o Governo das pressões que sofrera no sentido de criar e manter o SPI. Ademais o serviço se revelou muito mais incômodo do que se imaginara quando de sua criação. Pusera realmente em prática o seu programa, opondo-se deste modo a centenas de potentados locais, cujos negócios se baseavam na exploração da mão-de-obra indígena e cujos projetos de riqueza se assentavam em perspectivas de usurpação de terras de índios (Ribeiro, 1996, p. 166).

A política econômica do Estado de Mato Grosso estava exatamente configurada da forma que Ribeiro coloca, sendo essa região governada por um potentado local de forças que estavam para além das leis civis em muitos casos. No mês de maio de 1914, o chefe da Povoação São Lourenço, Alicarliense Fernandes, recebeu da Missão:

(...) índios Bororos procedentes de Kejare e outras aldeias que vieram especialmente avisar de queixa de haverem sido assassinados quatro Bororos da aldeia Itaboré na Fazenda de João José de Moraes Cajanga, situada no Alto Garças, distante desta sede 46 léguas, mais ou menos. Segundo declarações que foram tomadas diante do subdelegado do Distrito e de várias pessoas, três dos assassinados foram, depois de mortos, mutilados e queimados. Segundo o vaqueiro Ezequiel, os fazendeiros já vinham se preparando para ataque aos índios⁹¹.

O relatório de 1918 mostra a intervenção do Serviço no sentido de criar os postos para os lugares em que havia tensão por conta desse movimento do capital e, aqui, recorro apenas o trecho que diz respeito aos grupos envolvidos neste trabalho.

Postos a criar: Para índios Bororos do Tarigari ou Poborereu, nas margens do São Lourenço; para índios Bachairy, do rio Paranatinga, afluente do Xingu, a fim de evitar-se massacre desses infelizes por questões de terras com os civilizados. Tanto uns como outros já tem terrenos reservados, por doação estadual, faltando

⁹¹ Ofício de maio de 1914. Microfilme 209. Fotogramas 91, 92 e 93. SARQ – MI. RJ.

apenas serem medidos⁹².

Logo, identificado o lugar ou ainda a região que o SPI iria atuar por conta dos conflitos, outro passo feito pelos funcionários do SPI era a de construção das edificações do posto nas proximidades das aldeias. Esta era uma estratégia copiada de outras experiências anteriores ao Serviço em que após o bom relacionamento estabelecido no contato, uma das possibilidades era esse movimento de se instalar ao lado da aldeia. Foi isso que aconteceu nessa espacialidade do Vale São Lourenço, onde foram instaladas colônias militares no final do século XIX, como mencionado anteriormente e depois, foi instalada a sede da Povoação São Lourenço, que obteve a aprovação de criação por decreto, no dia 01 de setembro de 1911.

A estratégia de aproximação também poderia se dar ao inverso, ação denominada de “atração”, em que se montavam as instalações. Primeiro, com “casas” provisórias (ranchos) e os funcionários convidavam os grupos a se instalar nesse lugar, que tão pouco era um lugar que estava fora da área de influência dos grupos. Para este último caso, vale mencionar o caso do Posto de Atração Simões Lopes, que tinha essa característica de manter as relações pacíficas com os índios, sem necessariamente fixá-los nessa espacialidade. Um PIA fazia apenas o trabalho *de atrair os índios hostis, arredios, facultando-lhes de começo os auxílios* e brindes regulamentares para assegurar o estabelecimento, continuação e permanência das relações pacíficas⁹³. Neste caso, vamos ver mais adiante, que o Simões Lopes foi criado com essa função e foi ganhando outros contornos para o atendimento dos grupos Bakairi.

Retomando a documentação, a respeito do Vale São Lourenço, e cruzando os elementos e informações de outras fotografias da expedição no Vale São Lourenço (ver caderno iconográfico no final deste capítulo: “panorâmicas das aldeias Bororo no vale São Lourenço”), podemos afirmar a existência de, pelo menos, três aldeias localizadas dentro do posto São Lourenço. Ou melhor dizendo, o Posto Indígena São Lourenço estava localizado nas proximidades de três aldeias Bororo – a Miao-Pare, Quejare e Pobore,

⁹² Relatório de 1918 da inspetoria regional 06. Microfilme 218. Fotograma 1475. SARQ – MI. RJ.

⁹³ Esclarecimentos sobre a natureza dos postos indígenas. Orientação Ministério da Agricultura. Microfilme 380. Fotograma 1278. SARQ. MI – RJ.

podendo ser em nossa leitura, quatro, considerando, a que aparece indicada na legenda da imagem (SPI03055) com a referência: “Aldeia dos índios Bororo junto ao posto” como sendo mais um aldeamento, só que, sem uma denominação na língua Bororo, como as outras, por ter sua localização “junto ao posto”. Mas, também é possível que essa aldeia, “junto ao posto”, seja a aldeia Miao-Pare, para cuja localização não encontramos referência na documentação escrita sobre o Vale São Lourenço. Há apenas a informação como pertencente ao Posto São Lourenço.

A aldeia Quejare aparece descrita na documentação como localizada a algumas horas subindo o rio São Lourenço ou ainda, cerca de 24 horas, em canoa puxada por três pessoas, a remo. E a aldeia Pobore se localizava em um afluente do rio São Lourenço, o rio Vermelho. Refletindo sobre a ausência de um nome na língua Bororo para a aldeia localizada junto ao posto, é possível sugerir que esse aldeamento não tinha o reconhecimento da denominação Bororo, pois, se tratava dos Bororo que “moravam” no Posto de Assistência, Nacionalização e Educação São Lourenço, como um lugar construído para os Bororo pelo Serviço. E, depois de mais de trinta anos de trabalho contínuo nessa espacialidade, muito mais por uma questão política, de fincar os marcos, o SPI tinha essa aldeia como um lugar representativo da integração e da transformação. No entanto, da perspectiva do grupo Bororo, ou ainda, levando em consideração, o que significava essa integração, em termos concretos do projeto “civilizador”, é possível afirmar que ela ainda não havia acontecido de fato, até 1942. Vale ainda dizer, que em toda a coleção fotográfica da expedição no Vale São Lourenço há apenas uma fotografia dessa “aldeia junto ao posto”.

Com a intenção de localização e sendo breve, é importante dizer que essa espacialidade, mesmo antes de 1911, já era um lugar para abrigar índios Bororo devido a uma política clara de expansão econômica. Refiro-me às colônias militares instaladas na região em 1886. E com esse mesmo objetivo, no ano de 1890, a construção das Linhas Telegráficas Goiás-Cuiabá foi planejada para passar por ali e instalar um posto telegráfico, que ainda funcionava em 1943 e aparece nas imagens panorâmicas do posto, como parte dessa arquitetura. Ainda nessas paragens, em 1895, a Missão Salesiana também fundou a Missão de Taxos em acordo firmado com o Estado brasileiro e, nos anos antes do SPI, esse acordo passava pelo governo estadual. Todas essas intervenções tinham objetivos claros de

estabelecer relações amigáveis e integracionistas com os Bororo, com explícitos objetivos econômicos e políticos maiores, de adensamento populacional aliado a uma expansão de caráter extrativista na região. Nessa espacialidade Bororo estavam chegando levadas de imigrantes para o extrativismo mineral, principalmente, o diamantífero e, também, para o trabalho na pecuária. Em documento do Ministério da Agricultura, de 1918, há uma referência a um plano mais geral do qual resultaria a pacificação de “índios bravos”

Das consequências resultantes da pacificação, a mais clara e de imediata compreensão para todos quantos sofreram de índios bravos resistência à ocupação e aproveitamento de terras e matas por onde eles vaguearam, enchendo-as de pavores, é a abertura dos sertões as iniciativas particulares, os quais, ao verem cessados os perigos e motivos de temor que anteriormente se lhes antepunham como obstáculos irremovíveis, logo se apressam em lançar os fundamentos de novas lavouras e pastagens, a construir casas e núcleos de povoações, transformando assim em pouco tempo paragens selváticas em lugares beneficiados pela civilização⁹⁴.

O trecho vem reforçar que essas intenções vinham desde antes do SPI, gerido pelo Estado, por várias ações que convergiam nesse intuito primeiro de abertura dos sertões para iniciativas econômicas.

Centrando a análise no Vale São Lourenço, começamos dizendo que o nome “Posto de Assistência, Nacionalização e Educação São Lourenço” era consideravelmente novo, para o ano de 1943, quando da chegada da expedição assinada pela Seção de Estudos. Pelo que indica a documentação, a nomeação de posto e não mais de povoação passou a figurar nos primeiros anos da década de 1940. Não conseguimos encontrar um documento que provavelmente existe ou existiu de mudança de nome, deixando a nomeação primeira de Povoação São Lourenço. A povoação foi um dos primeiros projetos do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios. Podemos acompanhar a historicidade da povoação São Lourenço, desde 1912. As características da povoação se aproximavam de um centro agrícola. O SPI elaborou e encaminhou as normas a serem seguidas pelo engenheiro Tenente Alencarliense da Costa, ao fazer o estudo para a criação da povoação indígena São Lourenço, destinada aos índios Bororo. O trabalho empreendido pelo engenheiro consistiu no:

⁹⁴ Documento do Ministério da Agricultura, 1918. Microfilme 380. Fotograma 1229. SARQ – MI. RJ.

levantamento da planta geral das terras destinadas à povoação e suas dependências, e na demarcação dos respectivos limites; o estudo dos caminhos e estradas de rodagem que fossem necessários para comunicar os lotes rurais com a sede, ou com as sedes, e para ligar estes ao porto mais conveniente no rio São Lourenço; o reconhecimento e estudo do traçado de uma estrada apropriada ao trânsito de automóveis, que partindo da povoação indígena a ser fundada, conduziria a outro estabelecimento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ou que ligasse com algum centro de população, ou com uma zona agrícola vizinha; outro trabalho seria o de medição e cálculo do potencial das quedas d'água existentes nas terras de povoação que pudessem ser aproveitadas para o abastecimento da sede ou para acionar as máquinas de beneficiamento dos produtos agrícolas que fosse oportuno instalarem; o levantamento e nivelamento que fossem necessários aos trabalhos de saneamento; a elaboração do anteprojeto completo de povoação e dependências e a organização do respectivo orçamento⁹⁵.

Esses estudos nos dão a dimensão do empreendimento que estava em curso e, mais, da concepção planejada do uso dessa espacialidade com intenções de ser um lugar “aberto para fora” das delimitações do posto. Os caminhos e estradas ligavam a sede aos lotes rurais (estes deveriam ser os lugares de moradia dos Bororo) e, a sede ligada ao porto e às zonas agrícolas vizinhas. Com isso, a impressão que o projeto nos dá é de interlocução dessas espacialidades e, conseqüentemente, interlocução das pessoas ali presentes. Mas também há um dado que nos faz pensar sobre a localização dentro dessa espacialidade da sede da povoação, como se essa edificação fosse central, no sentido representativo da centralização das tomadas de decisões e, conseqüentemente, de poder. Isso pode ser percebido devido à forte carga institucional e, também, distintiva, que em nossa leitura, é própria dos projetos concebidos de uma perspectiva colonial.

O documento ainda segue dizendo que, da construção da povoação, deveriam constar as seguintes seções:

agricultura, zootecnia e indústrias rurais. Constará também das seguintes dependências: parte urbana ou sede, escola primária, ferraria e carpintaria, depósito de máquinas e utensílios agrícolas, aparelhos e utensílios necessários ao beneficiamento dos produtos agrícolas, instalação para depósito de sementes, adubos, celeiro para grãos, estrumeiras e instalação para animais de trabalho, campo de experiência e demonstração, prados naturais e artificiais, terras de culturas, horta, jardim e pomar, reserva de terrenos para matas, instalações para criação de animais, de acordo com as condições locais, instalação para apicultura e avicultura, instalações necessárias à indústria de fecularia, à indústria de

⁹⁵ Instruções ao Inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma povoação indígena. Microfilme 380. Fotogramas 1211 a 1221. SARQ – MI. RJ.

laticínios e ao preparo e embalagem de fibras têxteis e de outros produtos vegetais⁹⁶.

Todo esse aparato estava previsto nas instruções para a construção da povoação indígena, mas, não necessariamente, o empreendimento iria começar desde a sua implantação com toda essa estrutura pronta. No mesmo documento, estava claro, na forma de um artigo, que a povoação, de início, iria contar apenas com as instalações de imediato proveito e necessidade, sendo as outras construídas gradualmente à medida que fossem crescendo as rendas próprias. No entanto, independente do que iria constar de início, o anteprojeto e orçamento deveriam abranger o total das obras, inclusive a divisão de lotes rurais. O plano do espaço estrutural da povoação tinha em seu anteprojeto também uma ou mais praças retangulares próximas da sede, de onde partiriam ruas transversais com largura mínima de 13 metros.

Para dar suporte a esse espaço estrutural, a instrução para o assentamento da sede indicava um lugar elevado, distante de brejos, varrido pelo vento, que pudesse ser o ponto de convergência de todos os caminhos e estrada dos extremos da propriedade, dispondo de condições favoráveis para ser provida de água potável e dotada de um sistema econômico de esgoto dos rejeitos. As medidas das praças também estavam colocadas. Elas teriam para a menor dimensão pelo menos 100 metros.

O espaço estava inscrito e circunscrito a partir de um tempo linear de concepção colonial que foi sendo acumulado e construído por conceitos de espacialidades rememorados do início da colonização no Brasil⁹⁷ - em que na praça reúne os edifícios destinados à administração, à escola, às oficinas, às usinas de beneficiamento dos produtos agrícolas, aos depósitos de sementes, ao almoxarifado, aos celeiros, assim como à residência dos principais funcionários. Ao dar visibilidade a estas normas de construção da Povoação, nos remete à importância dos estudos na perspectiva da micro-história, por

⁹⁶ Instruções ao Inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma povoação indígena. Microfilme 380. Fotogramas 1211 a 1221. SARQ – MI. RJ.

⁹⁷ A referência é de cartografia concebida numa temporalidade remota de criação das espacialidades coloniais no Brasil – vilas construídas de modelos prontos em que a composição compreendia uma igreja, praça, pelourinho e a administração colonial.

exemplo, que

nos dão uma consciência aguda do tempo curto, aquele que os homens acionam efetivamente em suas vidas. Em troca, é também o peso do tempo longo que é desvendado, porque muitas das formas que os atores integram ao seu próprio presente se encontram em outras épocas e mesmo em outros lugares (Bensa, 1998, p. 62).

A referência desse trecho reforça o nosso movimento de recuo no tempo, pois, esses fatos, em nossa compreensão, lançam luz às imagens das vistas panorâmicas dos postos e nos ajudam a entender as fissuras nelas apontadas e que estão expostas também nos escritos de criação dessa arquitetura no início do órgão (SPI) com concepções oriundas de tempos remotos.

Além de perceber essas divisões, é visível também uma hierarquia de práticas, em que vejo ponto de contato com a prática colonial inscrita na própria estrutura do documento, que primeiro se refere às instalações do posto (arruamentos, edificações etc.) e, passa depois a se referir, de maneira mais detida, sobre o aldeamento dos índios. Segundo essas normas hierarquizadas, a intenção era *construir o aldeamento na sede, em contato com os civilizados, salvo se a isto se opusessem os seus caciques, apoiados em costumes ou tradições por eles acatados*⁹⁸. Em minha leitura, esse trecho revela uma postura de ordem mais política do que propriamente de respeitar a decisão dos caciques com base no respeito dos costumes e tradições do grupo, pois o importante, no primeiro momento era ganhar a confiança dos grupos para a instalação da povoação, sem causar conflitos. Outra situação é que nessa espacialidade antes do Serviço, os grupos já estavam ali instalados em uma configuração de proximidade com as colônias militares.

O interessante desse documento é que na sequência, o funcionário se cerca de uma justificativa que demonstra mais uma vez a fenda entre agentes do SPI de um lado e índios Bororo, de outro. Pois, na concepção dos funcionários parece ser certo, que esse povo estava em um estágio anterior ao dos “civilizados” e por isso não seria possível fixar o grupo indígena nas proximidades da sede, e, por mais este motivo, seguimos insistindo que

⁹⁸ Instruções ao Inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma povoação indígena. Microfilme 380. Fotogramas 1211 a 1221. SARQ – MI. RJ.

o “respeito” pelas tradições Bororo aparece mais como “desculpa” para não ver o empreendimento desmoralizado antes mesmo de começar. Ou ainda, essa compreensão teria um sentido paternalista de permissividade no contato, pelo menos, em princípio. Apresentamos a norma abaixo para a comparação:

Verificado que o “grau de civilização” dos Bororos, a que é destinada a povoação, não comporta ainda a intimidade destes com os civilizados, eles deverão ser fixados em conformidade com os seus desejos e hábitos, em sítio próximo da sede da povoação, e se procurará dar aos seus logradouros e habitações a maior soma possível de ar e luz, devendo cada moradia ficar no interior de um pequeno lote, com área suficiente para algumas culturas, além do pomar e do terreiro para aves domésticas. Os lotes urbanos ou da sede terão no máximo 5000 metros quadrados e os rurais terão de 20 a 50 hectares⁹⁹.

Ao se refletir sobre o trecho, percebe-se uma justificativa mais elaborada e com um grau de certeza que permite, neste ponto e não anteriormente, apresentar o planejamento arquitetônico do aldeamento, demonstrando com isso, uma ação compulsória de concepção do espaço com lotes metricamente delimitados e lugares definidos para pomar, horta e criações domésticas. Esse plano “redondo” tinha como base o avanço no estágio evolutivo dos Bororo, classificando-os, naquele momento do projeto, em um grau inferior ao dos “ditos civilizados”.

Vale ainda caminhar para o final das instruções que tem a preocupação de solicitar um estudo de viabilidade econômica, inclusive, com as características sobre o terreno para determinadas culturas:

(...) No relatório geral deverá ser apresentado quando concluídos, os estudos indicando, tão aproximadamente quanto possível, a estatística da população indígena que vai aproveitar com a povoação, produção provável da mesma, estado e fertilidade dos terrenos, sua aptidão para as diversas culturas, as riquezas florestais que encerram, as medidas mais urgentes para assegurar a saída e colocação dos produtos da povoação em mercados francos, e porto mais conveniente no São Lourenço para a povoação e suas condições atuais¹⁰⁰.

Assim sendo, só faltava a mão de obra e o orçamento para o empreendimento e, é

⁹⁹ Instruções ao Inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma povoação indígena. Microfilme 380. Fotogramas 1211 a 1221. SARQ – MI. RJ.

¹⁰⁰ Instruções ao Inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma povoação indígena. Microfilme 380. Fotogramas 1211 a 1221. SARQ – MI. RJ.

claro, os Bororo, para quem o lugar estava sendo preparado. As instruções deixam clara a produtividade cognitiva, de concepção “moderna” do Serviço em relação às demarcações e à consolidação desse lugar. A impressão, ao ler essas instruções, é que os funcionários estavam empenhados e até obcecados pelo desejo de gerir o lugar como um espaço-modelo. Isso, pelo menos, aos olhos dos próprios agentes, que em nenhum momento, de forma direta, levaram em consideração a concepção de espaço dos índios Bororo, para pensar esse lugar, a povoação, que em tese, estava sendo feita para eles.

Muito mais que demarcar os lugares com pontos precisos para o desenho da planimetria para a fundação de uma povoação indígena, que foi um dos primeiros passos para a efetivação de um lugar para os índios Bororo, *escolhido pelo Coronel Rondon, na região do Vale do Rio São Lourenço, acrescidas dos chamados Campos do Prata, na extensão que for possível obter do governo do Estado*¹⁰¹, o sentido da edificação, nem que fosse, como acabou sendo nos primeiros anos, da construção de um rancho e mais a casa da sede do posto, era o convencimento de que o empreendimento da atração e da pacificação estava a caminho e a passos largos.

Nesse exercício de busca sobre informações acerca da povoação, uma das questões que se coloca é a mudança do nome de Povoação para Posto. E isso tem um significado importante quanto à função que o lugar desempenhava nesse trabalho de emolduramento dos corpos e da espacialidade Bororo. Para um melhor entendimento, façamos um breve exposto sobre os tipos de postos que havia na estrutura funcional do SPI. Essa diversidade estava diretamente ligada à função que cada posto desempenhava em determinadas espacialidades do território nacional e, considerava ainda, pelo menos em tese, o “grau evolutivo” dos índios.

Começamos pela configuração de povoação que foi pensada para ser um estabelecimento agrícola, com toda uma infra-estrutura próxima de uma fazenda e para ser habitada por índios em processo avançado de integração. Em documento esclarecendo a natureza dos postos indígenas em 1941, já não há na relação o modelo de povoação. Ao

¹⁰¹ Documento de Instruções ao Inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma Povoação Indígena. Microfilme 380. Fotograma 1211-1221. SARQ – MI. RJ.

acompanhar o processo de gerenciamento do SPI, temos a sugestão que esse modelo foi substituído pela denominação de “Posto de Assistência, Nacionalização e Educação” (P.I.N.), cujo fim era:

auxiliar aos índios já aproximados e em boas relações antigas ou recentes, com os ensinamentos e recursos que possam carecer para melhorar as condições de sua vida até levá-los a incorporação econômica e social na sociedade brasileira¹⁰².

Desde as primeiras instruções do Serviço há um entendimento de que os postos atingiriam como meta se autogerir, situação que seria alcançada com o desenvolvimento desse espaço com lavoura, pecuária e máquinas para beneficiamento das culturas ali desenvolvidas. Mas, esse processo de incremento se daria concomitante com o nível de integração, de incorporação, dos índios ao mundo dos “civilizados”. Logo, tanto a povoação quanto o P.I.N. possuíam acréscimos estruturais que, em tese, colocariam os índios em condições mais favoráveis para “assimilarem” os ensinamentos e modos dos ditos “civilizados”.

Entre outros tipos de postos havia ainda: Postos de Atração de Índios (P.I.A.), Postos de Fronteiras e Vigilância (P.I.F.), Posto de Alfabetização e Tratamento (P.I.T.) e o Posto de Criação (P.I.C.). Dessa classificação, nesta tese, vamos trabalhar com o P.I.N., nos referindo ao PIN São Lourenço, PIN Córrego-Grande (estes dois localizados no Vale São Lourenço), PIN Cachoeirinha, PIN Taunay (localizados mais ao sul, nos municípios de Miranda e Aquidauana, respectivamente) e o P.I.A. Simões Lopes (nordeste de Mato Grosso, no Rio Paranatinga, na Bacia do Rio Xingu).

Retomando a Povoação São Lourenço, em um documento de 1914, o engenheiro chefe Tenente Alicarience Fernandes da Costa enviou um telegrama ao chefe da 1ª Seção da diretoria do SPI para informar e submeter a julgamento os trabalhos que estavam sendo feitos. Nesse telegrama discriminava os desenhos das casas até então construídas e as que estavam planejadas para a construção, mencionando: *deliberei executar estas construções, sem a vossa aprovação prévia, em razão da inteira falta de edificações nesta sede, onde só*

¹⁰² Esclarecimentos sobre a natureza dos postos indígenas. Orientação Ministério da Agricultura. Microfilme 380. Fotograma 1278. SARQ – MI. RJ.

*encontrei ruínas da antiga Colônia Thereza Christina*¹⁰³. Esse documento de 17 de novembro de 1914 alerta-nos para algumas questões importantes. A primeira: em relação ao planejamento e execução das obras que edificavam o local enquanto uma povoação indígena. Encontrar documentos como o planejamento da execução das edificações, não necessariamente nos diz que a povoação existiu tal qual foi planejada. Uma situação que está clara é a efetivação do empreendimento que se iniciava com as instruções do estudo para construção da povoação, inserido numa tradição de saber colonial de demonstrar posse já com os traços em mapas e ainda mais com as demarcações claras dos estabelecimentos por meio dos polígonos nos caminhos e picadas que se faziam ao efetivar o estudo do lugar. Mas, daí até o seu funcionamento e consolidação era outra história.

Ao confrontar esse trecho com os outros sobre a povoação fica evidente que essa edificação não era inauguradora de uma política integracionista e nem de um contato primeiro com os Bororo da região. O documento de 1914 informa que antes, ali no mesmo local, estava localizada a Colônia Thereza Christina, aldeamento construído no final do século XIX e edificado para abrigar os Bororo “pacificados” com a “ajuda” da índia Rosa Bororo¹⁰⁴. E mais, informa também que, por um período antes de 1911, o lugar se encontrava em *ruínas*, isto é, sem a presença dos índios nos termos de estarem ali aldeados e, ou melhor, “pacificados”, “integrados”. Esses escritos demonstram continuidades e descontinuidades nesse processo de “pacificar”, “agrupar” e “integrar” os Bororo nessa espacialidade.

Há outro telegrama de 1914 em que o Chefe Tenente Alicarliense diz que

(...) remeteu pelo correio os projetos de casas, sob nº 1, 4, 5, 6, 7 e 8, organizados de acordo com as Instruções que regem esta comissão. Outrossim, vos remeto os desenhos sob nº 2 e 3, de casas destinadas ao funcionamento da administração desta Povoação até que sejam construídos os edifícios constantes do projeto nº 8. A casa constante do desenho nº 2 já está construída, inclusive na parte em tinta encarnada, que figura como parte a construir e a casa contemplada no desenho nº 3 está em construção¹⁰⁵.

¹⁰³ Telegrama do engenheiro chefe Tenente Alicarlience Fernandes da Costa, encarregado a Povoação São Lourenço, ao chefe da 1ª Seção da diretoria do SPI para informar e submeter a julgamento os trabalhos que estavam sendo feitos, no ano de 1914. Microfilme 218. Fotograma 00016. SARQ – MI. RJ.

¹⁰⁴ Para saber mais do episódio numa versão estudada e analisada com olhos historiográficos ver a dissertação de Mestrado de Almeida (2002).

¹⁰⁵ Telegrama do encarregado da povoação São Lourenço à diretoria do SPI, em 1914. Microfilme 216. Fotograma 000016. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

Infelizmente, não encontramos esses projetos de casas que foram remetidos por correio. Mas, o relatório de 1915 informa ao SPI a maneira exata como estava configurada a povoação, notificando que

(...) possuía umas 15 casinhas cobertas de palha e fechadas de pau-a-pique, duas casas cobertas de zinco, sendo uma com quatro vãos internos e uma varanda de meia parede ao fundo, que serve de escritório para o *Serviço* e dormitório, refeitório e depósito de material. A outra ainda não está emparedada. As casinhas servem de moradia de trabalhadores e também de depósito. As fornalhas para o fabrico de açúcar e rapaduras estão situadas numa outra casa de cobertura de telha, onde também funciona a cozinha. Todas as casas estão construídas em arruamento. A parte da Povoação à margem direita do rio S. Lourenço em cuja margem está situada a sede da mesma está cercada de arames nos pontos onde a Serra dos Coroados é acessível à passagem e aí ficam os pastos dos animais de serviço.

A parte mais interessante da povoação são as roças à margem do rio cobrindo uma superfície de 29 hectares, assim divididos: 11 de cana de açúcar, 8 de arroz, 5 de milho e 5 de mandioca. O feijão, cuja plantação é feita, aqui em Mato Grosso, no fim do mês de março, está em prosseguimento e em preparo da terra e conto plantar de 4 a 5 hectares. Além das roças da Povoação, estão plantadas outras roças de milho, arroz e mandioca pertencentes a trabalhadores residentes ali e a índios. Das dos índios, a melhor cuidada, deixa muito a desejar. As roças da administração estão todas em excelentes condições de vegetação e prometem uma abundante colheita, que infelizmente, em São Lourenço não se pode avaliar mesmo aproximadamente, porque são as roças atacadas de toda a sorte de animais nocivos à lavoura.

(...) Então, dever-se-á tratar da fase das construções dos edifícios, de obras necessárias e complementares, quais sejam: campo de demonstração, pocilgas e estribarias e da criação de grande porte, abandonar a lavoura extensiva, atender a um conveniente afolhamento e entrar na fase da lavoura intensiva. Por agora julgo que o problema que mais deve preocupar a administração será o levantamento da moral do índio, que é a razão de ser do serviço¹⁰⁶.

Esse trecho, que aponta a organização estrutural das construções na povoação, ajuda também a reforçar as clivagens apontadas no início deste capítulo, com as fotografias das panorâmicas da povoação. A leitura evidencia uma tensão, primeiro, pela ausência de edificações para os índios Bororo, ou melhor, casas para eles. Há casas, apenas, para funcionários e para depósitos. Outra clivagem está evidenciada na concepção de indianidade pautada na escala evolutiva que aponta os Bororo como sendo incapazes, inclusive, de manter uma roça – “a melhor cuidada deixa muito a desejar”.

Encontramos ainda a referência sobre as construções da povoação no ano de 1919,

¹⁰⁶ Relatório da inspetoria regional 06, em 1915. Microfilme 209. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

via relatório de inspeção.

Sem exceção estão por fazer e as existentes foram mal terminadas, construídas sem cuidado necessitam de grandes concertos. As únicas existentes constam das fotografias nº 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51 e 52 e são em número de duas casas e dois telheiros para a administração, uma casa do telégrafo e mais ou menos cinco casas dos tipos da fotografia 48¹⁰⁷. Para a instalação da povoação necessitamos pelo menos as seguintes: Sede: 1 casa de máquinas, 1 casa para escritório, 1 casa para armazém e depósito, 1 casa para escola, 1 casa para o administrador ou encarregado, 1 casa para o auxiliar de escrita, 1 barracão hospedagem dos índios visitantes, para o estabelecimento de uma enfermaria para 4 pessoas e diversas casas para índios. Não sendo possível a construção de uma fossa higiênica para cada casa de índios poderemos construir duas centrais uma para homens e outra para mulheres e crianças¹⁰⁸.

Nesse mesmo ano, encontramos um mapa da povoação (ilustração 02 – logo abaixo), que pelo jeito é fruto desse relatório da inspeção. A planta traz os traços de 10 edificações iguais uma do lado da outra, uma construção central e um grande pátio demarcado com um pequeno marco em frente à sede do posto, provavelmente para o mastro da bandeira nacional.

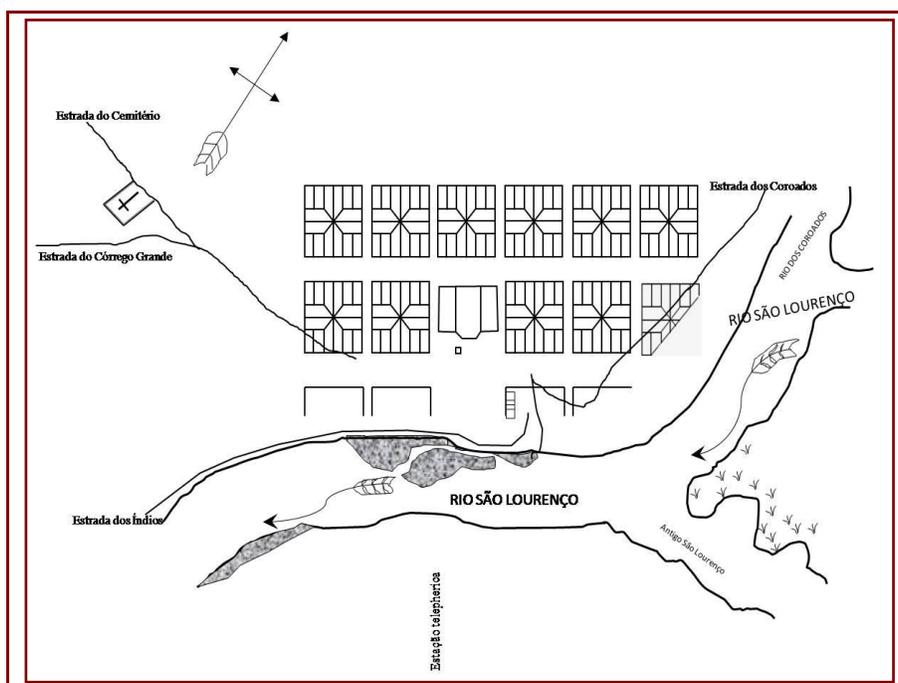


Ilustração 3 - Planta da Povoação São Lourenço – 1919. Este esboço foi redesenhado a partir do original microfilmado¹⁰⁹.

¹⁰⁷ As fotografias mencionadas no relatório do inspetor Samuel da Silveira Lobo, do ano de 1919, estão dispostas no relatório microfilmado, mas elas não aparecem com as numerações apontadas neste trecho.

¹⁰⁸ Relatório de inspeção no ano de 1919. Microfilme 379. Fotograma 0001163. SARQ – MI. RJ.

¹⁰⁹ Planta da Povoação São Lourenço – 1919. Microfilme 379. Fotograma sem número. SARQ – MI. RJ.

No mais, a planta localiza o cemitério ao noroeste do aldeamento, ainda dois afluentes do rio São Lourenço, um ao sul, com a denominação de “antigo São Lourenço” e outro, o Rio dos Coroados, na parte leste. O intrigante na planta é indicação da estação telegráfica, descrita com a localização do lado esquerdo do rio São Lourenço e, na documentação escrita, ela aparece no conjunto das edificações ao lado da sede da povoação, localizada ao lado direito do Rio São Lourenço. E nas legendas das fotografias panorâmicas, a estação também compõe o conjunto das casas da povoação, do lado direito.

Tendo como base esses documentos, sugerimos que a povoação se resumia às construções provisórias do ano de 1914 e a inspeção tinha a incumbência, além da própria fiscalização, de colocar em prática o projeto original, que até aquele momento, não tinha saído do papel, demonstrando, de certa forma, o fracasso do projeto de povoação. Assim mostra a carta de apresentação da inspeção, em 1919, ao Ministro:

Na Povoação Indígena de S. Lourenço, importante, estabelecimento agrícola em que abrigam perto de 700 índios borôros, plantações de cereais, cana e mandioca cobrindo uma área total de 55 hectares, e em que existem incalculáveis riquezas florestais a explorar, nota-se uma acentuada indecisão administrativa: nenhuma das obras iniciadas de 1911 a 1913 teve continuação; machinismos para beneficiamento de cereais e cana de açúcar, ainda jazem nos depósitos, desmontadas; as plantações não se alargaram, nem melhoraram; os índios não tiveram melhoria de habitações, nem, portanto, os correlatos progressos nos hábitos e modos de vida¹¹⁰.

O relatório da inspeção traz um item específico: “Machinas, Machinismos, Aparelhos e Instrumentos Diversos”, no qual explica que foram feitas a separação e a classificação das peças para a devida montagem. O resultado prático, pelos informes, foi apenas a montagem das máquinas até então desmontadas e que estavam virando sucata antes mesmo de serem usadas. Já sobre as construções das casas propostas no relatório, o encarregado da povoação continuou com essa demanda a cumprir.

Outras coleções e mesmas intenções.

¹¹⁰ Relatório de inspeção, em 1919, nos postos indígenas da região de São Lourenço que abrigavam grupos Bororo. Microfilme 380. Fotograma 00001605. SARQ MI – RJ.

Nesse percurso de buscar documentação referente à Povoação São Lourenço, encontramos também fotografias de mais duas épocas diferentes: 1922 e 1931 e vou utilizá-las aqui com a intenção de reconstituição histórica da paisagem da povoação. As fotografias datadas em 1922 foram feitas a partir da resolução do SPI de contratação externa de fotógrafos para registrar as instalações dos postos indígenas. Desse ano, há uma coleção de 21 fotografias e dentre elas há imagens em que aparece a sede da povoação São Lourenço. Quase dez anos depois, em 1931, há outra coleção de fotografias da povoação que mostra o processo de construção de várias edificações. E um pouco mais de dez anos depois, Foerthmann fotografa a povoação, já como posto São Lourenço.

Dessas fotografias de 1922 e 1931 vamos trazer algumas que podem nos ajudar a montar o processo histórico dessa espacialidade. Mas é importante dizer que essas imagens não fogem à concepção de registro feita por Foerthmann, pois elas também foram frutos de instruções. Inclusive, trabalhamos com a instrução do SPI, datada de 1922, que passa nessa data a fazer registro sistemático das instalações dos postos com a contratação externa de fotógrafos. No caso das fotos da povoação São Lourenço, as imagens são assinadas pelo fotógrafo Wulfes.



Imagem (BR MI CRIC14 01-51. CRIC14.07). *Panorama do Povoado Indígena de São Lourenço registrado pelo fotógrafo Wulfes. 1922*¹¹¹.

Imagem (BR MI CRIC14 01-51. CRIC14.09). *Pessoas em frente à sede do Povoado Indígena de São Lourenço registrado pelo fotógrafo Wulfes. 1922.*

¹¹¹ Essas imagens possuem uma particularidade de impressão. A hipótese é de uma tiragem comemorativa do acervo do Museu do Índio, com o objetivo de valorização histórica. O órgão já não tinha o nome SPI e sim, Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Elas foram reproduzidas no formato de cartões postais com a intenção de divulgação, como uma espécie de narrativa da história do indigenismo brasileiro.

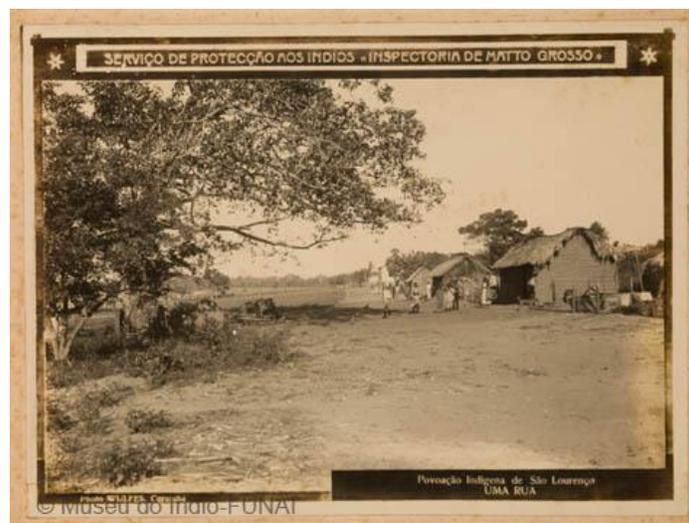


Imagem (BR MI CRIC14 01-51. CRIC14.11) – *Rua do Povoado Indígena de São Lourenço registrado pelo fotógrafo Wulfes. 1922.*

A documentação indica que esse fotógrafo trabalhava na cidade de Corumbá, em 1922. As imagens mostram a sede da povoação, a estação telegráfica e mais outras duas edificações. Todas com aspecto de construções antigas e desgastadas pelo tempo. Sobre as imagens que mostram as instalações nos termos de edificações há cerca de cinco fotografias. Vamos trazer três que julgamos interessantes para pensar. A primeira mostra a panorâmica parcial da povoação, imagem (BR MI CRIC14 01-51. CRIC14.07); outra, de um grupo de índios Bororo e funcionários do SPI em frente à sede, imagem (BR MI CRIC14 01-51. CRIC14.09) e a imagem (BR MI CRIC14 01-51. CRIC14.11) mostrando uma rua com algumas casas de pau-a-pique dentro da povoação. Tomando como base a descrição do relatório de 1915, a hipótese é de que se tratavam das casas dos funcionários, no que a legenda diz ser uma rua da povoação.



Imagem (BR MI CRIcA14 01-51. CRIcA14.09). Pessoas em frente à sede do Povoado Indígena de São Lourenço registrado pelo fotógrafo Wulfes. 1922.

Desse conjunto, chamamos a atenção para a segunda imagem da sequência, cuja legenda impressa é: “Povoação Indígena de São Lourenço. Sede” e que reproduz novamente acima, com o intuito de facilitar para o leitor. A leitura que faço passa por essa representação da “grande família”, da Povoação São Lourenço. Salta aos olhos a disposição das pessoas, pois algumas mulheres (Bororo) foram, literalmente, colocadas em frente à sede junto com outras pessoas (funcionários) que se apresentam e posam para o fotógrafo. Para essa imagem, seguimos com a leitura da “fissura”, evidenciada nessas posturas diferenciadas, de expressões forçadas. Entre os que se apresentam para o fotógrafo, alguns homens, como o que está do lado esquerdo no batente da porta, vestido de paletó e outros três homens com chapéus, estando estes, em posição de sentido, ao modo militar, direcionados para o lado esquerdo. Já as mulheres e crianças Bororo, presentes na fotografia, parecem ter sido colocadas em frente da sede e, por isso, não necessariamente, olham com posturas firmes como os homens de paletó e chapéus, para o fotógrafo, demonstrando certo descompromisso na pose ou ainda, que estão apenas marcando uma presença corporal, digo da materialidade de estar.

A fotografia ainda me faz questionar sobre a quantidade de pessoas que moravam na povoação, referindo-me, especificamente, aos índios, pois essa imagem foi feita em 1922 e,

segundo os dados da inspeção, essa povoação contava, no ano de 1919, com uma população de 700 Bororo. Nesse ínterim, há dados de febre palustre, deixando muitos doentes, mas, com índice de mortos considerado pequeno em comparação com o de outros contextos de infestação. Assim, sugiro que a quantidade de Bororo nesse ano não era muito diferente da do ano de 1922. Para mais, vale frisar o fato de o fotógrafo ter sido contratado para tal empreita. Juntando isso, é bastante possível sugerir uma convocatória compulsória em massa para tal acontecimento. Esse número reduzido sugere várias histórias, mas, dentre a menos especulativa, está o fato de essa quantidade diminuta significar o pouco uso do espaço da povoação pelos índios Bororo, nos fazendo reforçar a clivagem das relações nesse espaço, pouco praticado pelos Bororo, no sentido de nele estarem e de nele se encontrar os Bororo a qualquer momento. Um dado que reforça essa hipótese é um documento que trata de uma convocatória para uma situação semelhante. O fato ocorreu no posto indígena Pacaá-Nova, em 1926, em que o inspetor Benjamim Rondon envia um telegrama ao encarregado do posto, Sr. Cândido Ribeiro Soares dizendo:

Pelo presente vos informo ter necessidade de presença em Guajará Mirim em 7 de novembro próximo, com todos os índios do Posto, homens e mulheres e também crianças, para fazer a respectiva photographia¹¹².

Com isso, a sugestão é de que a convocatória era considerada uma prática para que tal acontecimento se efetivasse. Com esses dados, seguimos reforçando que a estrutura de centro agrícola, tal como foi projetada, ainda não existia de fato no ano de 1922. O que sugere, no mínimo, duas hipóteses. A primeira, do não envolvimento dos Bororo em todas as atividades da povoação e, aliado a isto, como mais um agravante, o orçamento do SPI para a construção de outras dependências, incluindo as casas para os Bororo, não ter sido suficiente. Além do mais, as instruções eram claras no sentido de que a povoação iria começar apenas com as instalações “de imediato proveito e necessidade” e o restante do projeto ficaria a cargo da renda da própria povoação, visto que o SPI acreditava que o investimento da edificação do posto iria ganhando outros contornos a partir da integração, do envolvimento dos índios no trabalho para gerir a própria sobrevivência no e do lugar. Para reforçar o problema orçamentário, dispomos de um trecho de Ribeiro (1996, p. 164)

¹¹² Telegrama do inspetor Benjamim Rondon ao encarregado do posto Pacaá-Nova, Sr. Cândido Ribeiro Soares, em 1926. Microfilme 223, fotograma 00291. SARQ – MI. RJ.

que afirma:

Três anos depois de criado, exatamente quando acabara de expandir suas atividades por todo o território nacional, atingindo dezenas de grupos indígenas, e quando um reforço de dotações se fazia necessário, viu cortadas suas verbas em 60%. A causa imediata eram as dificuldades financeiras que enfrentava o país com a iminência da guerra e a crise de alguns ramos da economia nacional, principalmente a borracha. Mas a crise e a guerra passaram e as dotações só foram restabelecidas em 1925, ascendendo até 1930, para de novo decaírem.

Neste sentido, a povoação São Lourenço foi privilegiada nos seus primeiros anos. Por ter essa característica de centro agrícola, ela recebeu grande parte da verba destinada para a inspetoria regional 06, contudo, a documentação nos faz sugerir que a verba foi direcionada para a aquisição de maquinários e, não necessariamente, para a construção das casas dos índios. Estas ficariam para uma segunda etapa do empreendimento, pois, o Tenente Alicarliense confiava em poder caminhar, em princípio, com as dependências mais urgentes, podendo munir o lugar com as máquinas de beneficiamento para colocar a povoação em plena produção e, conseqüentemente, se autogerir. Entretanto, a estratégia falhou, seja por conta *de uma acentuada indecisão administrativa*¹¹³, como diz o documento de 1919, se referindo diretamente ao maquinário que se estragava nos galpões, ou ainda, pela não entrada dos índios no empreendimento da povoação. Além disso, o relatório de inspeção desse mesmo ano, ainda coloca a quantidade mínima de funcionários e uma grande quantidade de pequenos grupos Bororo:

Em relação à região habitada pelos Bororos, verificamos que apesar de muito se ter feito, não foi ainda o bastante para salvaguardar todos os interesses indígenas. Esta tribo composta de uma grande população subdividida, em muitíssimos pequenos grupos, não está conveniente e completamente amparada. Mantemos o nosso estabelecimento de maior importância – a Povoação Indígena de São Lourenço, onde ela é mais numerosa, a verba para Inspetoria e Postos Indígenas sobre a qual recaem todos os grupos Bororos estabelecidos fora do perímetro da povoação, não nos dá nem a necessária margem para além da simples visita possamos observá-los de modo a chamá-los para a povoação indígena, e que só conseguiremos com vagar e mantendo permanentemente em cada grupo uma pessoa do serviço¹¹⁴.

¹¹³ Relatório do diretor interino do SPI ao Ministro em exercício no ano de 1919, no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Microfilme 380. Fotograma 00001605. SARQ – MI. RJ.

¹¹⁴ Relatório de inspeção da Inspetoria Regional 06, em 1919. Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ



Sequência (SPI IR6 SL 01 31) – Casas diversas do posto, sendo que algumas ainda estão em construção. Wulfes, 1931.

Dando continuidade ao detalhamento da documentação, tomemos as imagens feitas por Wulfes, no ano de 1931, da povoação São Lourenço que – diferentemente da coleção de 1922 – demonstram várias edificações prontas e outras sendo construídas. De um total de 31 imagens, disponibilizamos um conjunto de quatro fotografias para pensar – sequência (SPI IR6 SL 01 31)¹¹⁵. Finalmente, são essas construções, registradas por Wulfes, que aparecem sob o foco de Heinz Foerthmann, no ano de 1943, com a materialidade de um vilarejo à beira do rio São Lourenço, época que também ficou pronto o prédio do hospital da povoação.

Ao centrar o olhar na sequência que propomos, dá para notar a mesma intencionalidade percebida nas fotos panorâmicas – estrutura arquitetônica – demonstrada no início deste capítulo. Para além dessa obviedade, percebemos nessa concretude, uma

¹¹⁵ Vale aclarar que essa coleção de 1931 está agrupada na base de dados do Museu do Índio com o código (SPI IR6 SL 01 31), mas, por algum problema na base, essas imagens não estavam, na época da pesquisa, acessíveis através desse código. Consegui encontrá-las, entrando com “palavras-chave”. Para este caso: Photo Wulfes.

cruza nas imagens – e depois de muito olhar, o incômodo se revelou no “vazio” das edificações, recém-construídas, sem móveis, sem pessoas transitando, enfim, sem vida. A única fotografia em que aparecem pessoas é a que revela trabalhadores descarregando um caminhão de tijolos em frente a uma das casas em construção.

Ao comparar as imagens de 1931 com as de 1943 que se referem às casas da povoação, o “vazio” também se manifesta presente e tão perene quanto o rio que passa em frente. Essa é outra “fratura” exposta nessas imagens, em relação às edificações administrativas dos postos. Com isso e considerando o processo histórico dessas construções, voltamos com os questionamentos. Será que a povoação existiu mesmo, em algum momento de sua história, para além do projeto, com o ideal de centro agrícola, com estradas e portos e conexões econômicas múltiplas que extrapolavam a fronteira da povoação? Até que ponto os Bororo se comprometeram com esse projeto civilizador? Se o empreendimento foi pensado para os Bororo, porque as suas casas (aldeia) continuavam apartadas das demais edificações dos postos? Porque continuavam sendo feitas ao modo das casas Bororo?



Imagem SPI02637 – Vista parcial do Posto Indígena mostrando pombal, hospital, casa de material e oficina (Simões Lopes). Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02730 – Moradia dos índios Bakairi. Foerthmann, Heinz. 1943.

Aproveitando a constatação de “vazio” da área dos postos do Vale São Lourenço, retomamos a coleção da década de 1940, através das imagens (SPI02637 e SPI02730) do Posto Simões Lopes, feitas por Foerthmann, que a meu ver, também revelam um “vazio” percebido nas casas administrativas com aspecto de recém-construídas, com vasto pátio

descampado em todo o entorno das edificações. Poderia pensar em um lugar ermo e desabitado, se não fosse a presença de um homem, algumas cabeças de gado e um cavalo. Com o intuito de localizar essas duas fotografias, vamos trilhar um pouco pela documentação desse posto de atração e assim tentar encontrar razões para esse vazio, que ainda pode ser uma percepção minha apenas. Pois, considerando o espaço nos moldes da arquitetura moderna da época, o pátio limpo e o entorno descampado podem estar nessa noção de modernidade, até para demarcar o oposto de uma paisagem com mata e floresta, enfim, selvagem.

O posto, inicialmente, foi instalado para os índios Bakairi e Cajaby com a função de exercer a “atração”, no ano de 1920. Localizado a 13 quilômetros descendo o Rio Paranatinga, tendo como referência uma antiga aldeia dos Bakairi, ao lado direito do rio, quatro quilômetros, terra adentro, na proximidade do “Ribeirão Azul” (Schmidt, 1947). Percebendo a hostilidade entre esses dois grupos, meses depois, o SPI criou um Posto para os Cajaby (PIA Pedro Dantas)¹¹⁶, localizado no baixo Paranatinga, no rio Teles Pires, a 40 léguas ao Norte do Posto Simões Lopes¹¹⁷. Mas, por ter o PIA Simões Lopes essa localização mais ao norte, mesmo depois da criação de um posto só para os Cajabys, ele continuou com essa função para a atração de outros grupos da região Xingu que incluíam outros grupos Bakairi (provenientes de afluentes do Alto Xingu) e dos grupos Auity, Meinaco e Yanhuguá (Kalapalo), Analapitis, Warás etc.

Segundo informações de Max Schmidt (1947), os Bakairi que moravam no Rio Kolisevu migraram para o Posto Simões Lopes, que tinha a sua fundação no lugar onde antes havia uma aldeia, estabelecida por um Bakairi, cujo nome era José Coroado. Apenas, para não perdermos a conexão do movimento feito pelos funcionários, para o estabelecimento de um posto, neste caso, o PIA Simões Lopes também se instalou onde, antes, havia uma aldeia. De acordo com Schmidt (1947) o posto constava

de algumas casas da administração (...) e uns 20 ranchos destinados aos índios Bakairi (...). Certamente viviam nesta ocasião todos os Bakairi nas proximidades do Rio Paranatinga (Rio Telles Pires) e tinham relações com o Posto de Simões Lopes, mas somente uma parte deles tinha seu domicílio no Posto e, como as plantações das famílias particulares de índios estavam bastante longe do

¹¹⁶ Na documentação, este posto aparece como uma extensão do Simões Lopes, em termos administrativos.

¹¹⁷ Microfilme 380. Fotograma 1679. SARQ – MI. RJ.

estabelecimento também os índios domiciliados no Posto, mesmo, ficavam, temporariamente nas suas pequenas casas edificadas para perto de suas plantações (Schmidt, 1947, p. 30).

A primeira constatação está no fato de que a fissura que identificamos entre posto e casas dos índios nos postos do vale São Lourenço, também estava presente nas instalações do posto Simões Lopes. Várias situações configuravam fissuras. Uma delas, é que o posto mantinha contato com os grupos locais que viviam ao longo do rio Paranatinga, dessa forma, cumprindo a função de atração e de assistência, principalmente, com os grupos do Xingu. Outra configuração de Simões Lopes foi o desempenho de assistência e nacionalização para vários grupos Bakairi que tinham o domicílio no posto, no entanto, também tinham casas junto às suas plantações, afastadas do posto e por conta disso, moravam temporariamente no posto e outra parte, em suas casas edificadas perto das plantações. Essa divisão “prática”, na segunda situação, nos sugere a hipótese de escolha estratégica para continuar morando ao modo Bakairi, isto é, grupos locais (famílias extensas, formadas pelo casal e suas filhas casadas)¹¹⁸. Pois, ao morar em Simões Lopes, os Bakairi foram obrigados a construir “ranchos” no formato de arruamento, bem como aparece na fotografia acima, imagem (SPI02730).

Mas, Simões Lopes não permaneceu no lugar de sua fundação. A partir de 1927, começaram os rumores para a mudança do posto, incentivada por parte de alguns grupos locais Bakairi que reclamavam que estavam longe do rio Paranatinga, dificultando a pesca e, na época da seca, também ficava difícil a obtenção de água, pois, os ribeirões próximos chegavam a secar. Em um documento manuscrito do ano de 1928, denominado de “notas para relatório”, o encarregado abria com a seguinte nota:

Casa da Cozinha do Posto.

Está em construção a casa destinada a ser a cozinha do posto; estando já levantada, coberta de zinco, partes dos alicerces já feito, mede 14 metros de comprimento por 12 de largura estando todo o seu material preparado.

(...) Casa dos Índios.

Acham-se em construção (no posto novo) seis casas de índios, recentemente mudados de diversas partes (posto velho, figueira, etc)¹¹⁹.

No ano de 1929, um telegrama pedia orientação sobre a casa do posto:

¹¹⁸ Para saber mais sobre a organização social dos Bakairi, ver Barros (2003).

¹¹⁹ Notas para relatório de 1928. Microfilme 216. Fotogramas 00005 e 00006. SARQ – MI. RJ.

Ao amigo Sr. Álvaro Duarte, em agosto de 1929 – Casa do Posto – Peço consultar ao capitão Noronha, perguntando se as construções a fazer no posto Bachaeri são as da planta existente no mesmo posto. Se não houve, desejo de qualquer modificação nas mesmas¹²⁰.

Ao ler os dados etnográficos de Max Schmidt há uma referência que nos ajuda a pensar. O etnólogo foi buscar informações posteriores do referido posto, depois de sua estada em 1926 e, em seu artigo diz sobre a mudança do posto, ocorrida em 1931, através dos dados de Vincent M. Petrullo¹²¹ que fez uma viagem, em parte por água e outra em avião pela região dos afluentes do Rio Xingu e passou pelo Simões Lopes. Ao ler os dados, encontramos a “fratura” exposta da disposição entre posto e aldeia mais uma vez, depois da mudança do posto:

O Posto novo está situado sobre o Rio Paranatinga em cima de uma altura em alguma distância à margem do rio. O Posto mesmo constava de alguns edifícios excelentes da administração e, um pouco distante a estes estava situada a aldeia dos Bakairí de maneira que era reservada aos índios uma certa independência. O posto continha uma escola em que se tentava ensinar à juventude Bakairí ler e escrever na língua portuguesa e, os elementos da aritmética (Petrullo, 1932 apud Schmidt, 1947, p. 33).

Essa certa independência, sugerida por Petrullo, evidencia novamente a fissura entre posto e aldeia e, mais, essas instalações feitas no início da década de 1930 eram novas e boas, mas, provisórias, não eram as instalações em construção que aparecem nas imagens em 1942 e, claro, não eram as edificações prontas de 1943. Pois, em maio de 1942, o encarregado informa por meio de um telegrama a satisfação pelo início das obras em Simões Lopes que tinha como previsão de término o mês de agosto do mesmo ano. Nisso, o funcionário lembrava, na forma de um pedido, ao inspetor da regional, Antonio Estigarríbia, se era possível o Serviço *melhorar as habitações dos índios para estarem de acordo com os edifícios da administração*¹²². A pergunta que fazemos depois de ler essa sequência de documentação é que construções eram essas de 1942, outras? Sim. Eram outras, só que dessa vez, as edificações foram feitas em alvenaria. E não de adobe, como a

¹²⁰ Telegrama do encarregado do posto ao inspetor Álvaro Duarte, em agosto de 1929. Microfilme 253. Fotograma 329. SARQ – MI. RJ.

¹²¹ Vincent M. Petrullo. “Primitive peoples of Matto Grosso. Brazil”. The Museum Journal. Vol. XXIII. Number 2. Philadelphia. P. 127-130.

¹²² Telegrama do encarregado do posto Simões Lopes ao inspetor regional enviado 6 de maio de 1942. Microfilme 263. Fotograma 1283. SARQ – MI. RJ.

maioria das casas existentes nos postos, da inspetoria regional 06, até a década de 1930. Informação que nos chamou a atenção em um relatório de inspeção do ano de 1929 que aponta o seguinte, sobre as construções nos postos e, mais, sobre as casas dos índios de um modo geral:

No que diz respeito a construções apontamos até aqui as necessidades das administrações dos postos e demais dependências, porque com exceção do posto do Perigara que tem uma casa de adobe coberta de telhas, Povoação de São Lourenço idem e Posto Simões Lopes que tem uma dependência de adobe coberta de zinco, todos os sete postos restantes são instalações de pau-a-pique coberta de palha. Como mais importante, porém, cabe a Inspetoria – cuidar das habitações propriamente dos índios, melhorando suas condições higienicas, atualmente casas quase sempre sem ar e sem luz, paredes de pau-a-pique e coberta de palha¹²³.

Essas informações são boas para pensar o significado das construções dos postos indígenas no contexto do governo Getúlio Vargas. Mesmo que as instalações da povoação São Lourenço e dos postos Simões Lopes e Perigara¹²⁴ fossem consideradas boas no início da década de 1930, elas eram feitas de adobe, isto é, construções em terra crua, que nos primeiros anos do século XX, ganharam um significado depreciativo e representativo da área rural e isto depunha contra os ideais de modernidade impressa no governo de Getúlio Vargas. As novas edificações em alvenaria começaram em 1931, primeiramente, no Vale São Lourenço. Na lista de 1942 – pelo jeito, o ano das construções em alvenaria, para vários postos gerenciados pela inspetoria regional 06 – São Lourenço estava incluído novamente, desta vez, com as obras de construção da enfermaria do Posto, iniciadas no mês de julho. Estas edificações passaram a ser uma marca dessa “nova Era”, realidade também verificada nos Postos Cachoeirinha e Taunay, demonstrada nas fotos da coleção feita por Harald Schultz, em 1942. (Ver o caderno iconográfico deste capítulo).

Encontrei no arquivo audiovisual do Museu do Índio uma pequena coleção de fotos de 1942, dez no total, em que aparece o processo de construção das edificações no Posto Simões Lopes, as quais colocamos à disposição no anexo deste capítulo, exceto uma, demonstrada linhas abaixo, imagem (SPIIR6SIL006). As informações estão escritas nas próprias fotografias, referindo o ano da produção e como se o posto fosse da jurisdição da

¹²³ Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

¹²⁴ O Posto Perigara estava localizado no Baixo São Lourenço também para grupos Bororo.

inspetoria regional 07. O importante dessa coleção é que ela mostra uma casa pronta, que não tem o aspecto de recém-construída e que nos faz sugerir como sendo a casa sede do posto feita no início da década de 1930.



Imagem (SPIIR6SIL006) – *Índios trabalhando e vista de diversas casas localizadas no Posto Simões Lopes. 1942.* A coleção não tem autoria e a legenda que é apresentada na base de dados do Museu do Índio é a mesma para as dez fotografias da coleção, não correspondendo a informação com a maioria das imagens, como no caso acima. Presumo que essas informações em formato de legenda não são da época de produção e sim de pesquisa feita por funcionários/pesquisadores do SARQ – MI.



Imagem SPI02648 – *Índios Bakairi colocando grama em frente ao Posto Indígena.* Foerthmann, Heinz. 1943.
Imagem SPI02637 – *Vista parcial do Posto Indígena mostrando pombal, hospital, casa de material e oficina (Simões Lopes).* Foerthmann, Heinz. 1943.

Retomando as fotografias feitas por Foerthmann, do posto Simões Lopes (imagem SPI02648 logo acima, lado esquerdo) chama a atenção, as edificações da administração do SPI, sede, enfermaria, escola e depósito com o aspecto de recém-construídas, evidenciadas,

principalmente, pelo descampado no entorno das casas. Na imagem acima, índios Bakairi aparecem trabalhando para ultimar a frente do posto indígena com grama, em primeiro plano, e logo mais atrás, no segundo plano, mostra as edificações. Pelo que indica a legenda de outra imagem da coleção, as casas dos índios estariam dispostas em arruamento logo depois do depósito. Mas, elas não aparecem nem no horizonte ao fundo das edificações da administração do posto. Foerthmann faz a fotografia das casas dos índios (ver logo adiante), em outro momento, mostrando apenas o conjunto das casas dos índios, nos fazendo sugerir mais uma vez a fissura entre posto e aldeia, como o caso semelhante em São Lourenço.

Acompanhando a documentação e o trabalho de Edir Pina de Barros (2003), as casas dos índios foram ampliadas em quantidade. O pedido do encarregado para a diretoria do SPI, em formato de telegrama, parece não ter sortido efeito.

Satisfeitos início obras Simões Lopes nos comunicastes fruto vossa dinâmica administração, a serem concluído agosto. Lembramos quanto possível melhorar habitações índios para estarem acordo, também quanto possível com edifícios administração¹²⁵.

De acordo com Barros (2003, p. 93), baseada na documentação e na memória oral,

Em 1942, os agentes do SPI promoveram a mudança de todos os que viviam dispersos, em vários grupos locais, para as proximidades do Posto, onde fundaram um único aldeamento. Os Bakairi narram e os documentos confirmam que a construção de suas novas residências eram feitas em lotes definidos (25 metros de frente), formando arruamentos, obedecendo a uma planta (5 x 5 metros, três peças).

¹²⁵ Telegrama do encarregado do posto Simões Lopes ao inspetor regional enviado 6 de maio de 1942. Microfilme 263. Fotograma 1332. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).



Imagem SPI02730 – *Moradia dos índios Bakairi*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Pelo jeito, o ângulo escolhido por Foerthmann – Imagem SPI02730 – enquadrava as casas dos novos moradores Bakairi. Mas, diferentemente, das casas da administração, estas continuaram sendo de adobe, caiadas e cobertas de palha. Ao que parece, a “modernidade” chegou nessa região apenas para os que já tinham o *status* de “civilizados”. Essa diferença nos ajuda a reafirmar a fissura física como consequência de uma fissura mental: eu/nós e os Outros.

Ainda sobre essas novas instalações, atentamos para o ângulo e o distanciamento que Foerthmann tomou, produzindo um efeito de grandiosidade impressa no tamanho, impressa na imensidão de reuni-las numa só imagem. Interessante nesse sentido, mas, nos fazendo perceber também um número, de certa forma, reduzido de moradores Bakairi, ao lado das instalações do posto.

Ao refletirmos, ainda, sobre essa forma de fotografar os edifícios, com leve inclinação de baixo para cima e distante – melhor expressa nas imagens das instalações das casas administrativas de Simões Lopes – somos remetidos para a prova de que o edifício representava, através dos seus traços e contornos, o papel político da imagem, principalmente, para esse período e para o contexto dessa localização, norte de Mato Grosso. O governo Getúlio Vargas lucrou com todo um aparato estatal da prova documental para o reforço ideológico e político do que estava se fazendo enquanto Estado, que mostrava e justificava a ação no ato do “clique”. A intenção do gesto, nesse sentido ideológico, não fica somente no registro das edificações e na evidência da grandiosidade.

Essas imagens possuem o sentido representativo das demarcações cartográficas com a função de imprimir ao sertão um novo movimento. É certo que o sertão ainda estava presente nessas fotografias, isso ainda era inevitável, mas essa composição era de alguma forma enquadrada como mais um elemento constitutivo da fotografia, refiro-me ao lugar seco e descampado e no fundo mais distante ainda, a floresta, com o sentido da própria obra edificada, servir como um descortinar disso que era mata, que era o limite do que era ainda “selva”, mas, que era novo, no sentido de novos tempos, terras novas a serem colonizadas pela nação. Para dar esse recado, os prédios de alvenaria foram construídos com ares de modernidade e, por isso, analiso que essas marcas não eram para impressionar os índios, e sim, para vender as possibilidades de novos empreendimentos para a região.

Ao remexer no arquivo de imagens, outras apareceram. Foerthmann voltou ao Posto Simões Lopes em 1949 e há algumas fotografias que mostram as casas dos índios, porém, com uma diferença que reforça a nossa hipótese. As fotografias foram feitas de uma distância menor, nos proporcionando ver um pouco mais de perto as construções, nos confirmando que foram feitas de tijolo cru, isto é, adobe e que receberam uma mão de cal para ficarem “de acordo com os edifícios do SPI”. Para fazer a comparação, trago a imagem de 1949 e ao lado, a que faz parte da coleção de 1943. Ver abaixo.



Imagem SPI13803 – *Vista de algumas casas indígenas do posto*. Foerthmann, Heinz. 1949.

Imagem SPI02730 – *Moradia dos índios Bakairi*. Foerthmann, Heinz. 1943.

As panorâmicas destas imagens, sendo a primeira – imagem SPI13803 – apenas mais aproximada, nos fazem indagar sobre o mesmo aspecto que chama a atenção ao olhar para a exterioridade dos postos. Refiro-me ao “vazio” que nelas está latente, além, do

desgaste visível das instalações. Seja em 1942, em 1943 ou em 1949, eles, simplesmente, não estavam ou não apareceram.

Na sequência que apresento no início deste capítulo mostrando a exterioridade dos postos e das aldeias, considere a instrução recebida pelo fotógrafo – fotografar as instalações dos postos, as casas dos índios – por conta disso, as fotos mostram a crueza e a materialidade das construções, mas, não percebo nas aldeias Bororo e nem Terena, o aspecto de vazio aliado ao abandono, insisto, latente na aldeia Bakairi. Onde estavam os Bakairi? Nas roças? Na lida do gado? Na escola? Trabalhando nos seringais? Morando em grupos locais ao longo do Rio Paranatinga? Todas essas perguntas podem ser respondidas com afirmativas. Algumas situações, como a presença na escola ou trabalhando no posto (administração), se apresentam na narrativa discursiva das imagens de 1943.

Mas, como propomos o exercício de indagar as fotografias, procurar as fraturas que nelas aparecem, vamos deixar estas questões em aberto e, seguir com o exercício através de outras imagens, seja na tentativa de procurar hipóteses, seja na tentativa de colocar outras questões. Para tanto, continuamos com o discurso imagético que demonstra essa espacialidade do posto, só com o adendo de vê-lo praticado, olhando para as ações que produzem esses espaços, referindo-nos ao espaço do posto praticado e ao espaço da aldeia praticado através das relações entre índios e funcionários.

Conclusão.

Ao exercitar o primeiro movimento que é olhar para as imagens, classificadas como “instalações dos postos”, percebemos uma arquitetura, um espaço pensado, padronizado e institucionalizado, cujas “origens” não eram dos anos de 1942 e 1943, mas sim, de modelos moldados de diferentes temporalidades passadas. As imagens demonstram forte carga institucional, em que observamos os índios compondo a paisagem de “construtores” de um Brasil enquanto Estado-Nação.

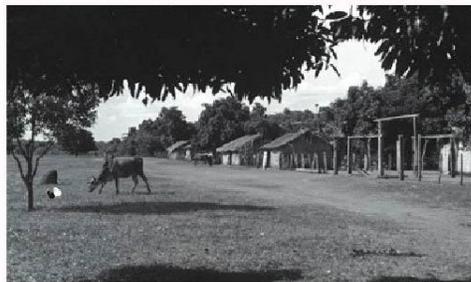
As fotografias, tanto de Schultz quanto de Foerthmann, tentam dar conta do espaço do posto como um todo, no sentido de uma estrutura una e completa. Mas, nem sempre, o

ângulo da câmera fotográfica alcançou toda essa estrutura e com isso, percebemos os fotógrafos priorizando captar as imagens dessas estruturas a partir da sede de cada posto. Essa escolha de ângulo nos proporcionou algumas conclusões, a primeira refere-se à importância dada à estrutura do posto como um lugar que imprimia concepção de modernidade como marca de diferença em relação à noção de aldeia. Essa demonstração de “civilidade” a partir da estrutura do posto era tão marcada que, ao percorrer a documentação escrita, a sensação que a mesma passa é que esse lugar – a aldeia – em sua maioria estava fora do espaço do posto. Em alguns casos, há indicação de se encontrar dentro dos limites do posto, mas, como se estivesse tão distante a ponto de ser tomada como fora.

Ao olhar com mais vagar, percebemos nessas estruturas panorâmicas com aspecto de lugarejo, como o caso do posto indígena São Lourenço, a existência de fronteiras físicas, pelo menos, em dois níveis: um primeiro, de reconfiguração do mapa brasileiro, proporcionando a criação de municípios, estradas e fazendas, a partir da liberação dos espaços concebidos pelos funcionários como “vazios”. E, em um segundo nível, aponta para a presença das aldeias dentro dos espaços dos postos e, mais, estando ao lado das edificações de alvenaria, evidenciando a fissura exposta, a separação, a quebra, a fronteira física. Assim, nos dá conta de que a construção do posto com sede, escola, casa de máquinas etc., não era sinônimo da extinção da aldeia.

A partir dessa revelação, que se deu por meio das fotografias, passamos, de um ponto de vista físico, desse “todo” (posto indígena) compreendido de duas partes, para outro nível, chamado de “ponto de vista mental” (Burke, 2004, p. 37). Tal passagem só nos foi possível devido à substancial evidência que essas fotografias nos ofereceram.

Logo, o posto estava fisicamente ali, com a sede, a escola, o hospital, o pátio, a casa de máquinas e, logo mais atrás, a aldeia. Entendendo que esses dois espaços coexistiam, no próximo capítulo, o exercício torna-se ver as imagens que nos fazem pensar o que se produziu a partir da composição: pessoas (grupos indígenas e funcionários) e coisas (edificações, lavoura, pátio central da sede e da aldeia) desses dois mundos. Adentramos, então, nesses espaços.



CADERNO ICONOGRÁFICO
Anexo capítulo II
Fronteiras físicas e conceituais – espacialidades
concebidas e construídas.

Panorâmicas dos postos indígenas São Lourenço e Córrego Grande.



Imagem SPI02864 – Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02865 – Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02875 – Casa de hóspedes e hospital do posto. Foerthmann, Heinz. 1943. (Posto Indígena Córrego Grande).

Imagem SPI02978 – Hospital, casa de hóspedes, moradia do encarregado e escola do Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. (Posto Indígena Córrego Grande).



Imagem SPI02985 – A escola do Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943. (Posto Indígena Córrego Grande).

Imagem SPI02879 – Casa de máquinas do posto. Foerthmann, Heinz. 1943. (Posto Indígena São Lourenço).

Panorâmicas das aldeias Bororo no Vale São Lourenço.



Imagem SPI02872 – *Aldeia dos índios Bororo junto ao posto.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03045 – *Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03047 – *Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03049 – *Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03050 – *Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03052 – *Maloca do capitão da aldeia Miao-Pare.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03053 – A casa dos solteiros da aldeia Miao-Pare denominada Bai-to. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03055 – Vista da aldeia Quejare localizada a margem esquerda do rio São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03056 – Vista da aldeia Quejare localizada a margem esquerda do rio São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03077 – Uma casa dos índios Bororo na aldeia Quejare. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03059 – Aldeia Bororo chamada Pobore situada à margem direita do rio Vermelho. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI0362 – Aldeia Bororo chamada Pobore situada à margem direita do rio Vermelho. Foerthmann, Heinz. 1943.

Construções e edificações da Povoação São Lourenço – Coleção Wulfes – 1932.





Imagens (SPI IR6 SL 01 31) – Casas diversas do posto, sendo que algumas ainda estão em construção¹²⁶.

Construções em alvenaria nos postos indígenas Taunay e Cachoeirinha.



Imagem SPI00391 – Novo prédio e catavento do Posto de Bananal. Schultz, Harald. 1942. (Posto Indígena Taunay).

Imagem SPI00394 – Nova construção do Posto Indígena e catavento. Schultz, Harald. 1942. (Posto Indígena Taunay).

¹²⁶ Esta coleção fotográfica, de 1931, está agrupada na base de dados do Museu do Índio com o código (SPI IR6 SL 01 31), mas, por algum problema na base, essas imagens não estão acessíveis através desse código. Consegui encontrá-las, entrando com “palavras-chave”. Para este caso: “Photo Wulfes”. Outra questão sobre esta coleção diz respeito à legenda que refere ao conjunto de imagens feitas pelo fotógrafo. Conforme a disposição no acervo do Museu do Índio, presumo que, diferentemente, das imagens feitas pela equipe da Seção de Estudos, em que as legendas resultam de informações da época da produção, estas são informações dos funcionários/pesquisadores do SARQ – MI.



Imagem SPI00392 – *Sede e nova construção do Posto Indígena*. Schultz, Harald. 1942. (Posto Indígena Taunay).

Imagem SPI00416 – *Casas do Posto Indígena*. Schultz, Harald. 1942. (Posto Indígena Taunay).



Imagem SPI00005 – *Aldeia Bananal, vista do pátio, com edifício de administração e catavento (antiga Aldeia do Ipegue)* – Posto Taunay. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00936 – *Vista da área do posto, estando à direita a sede* – Cachoeirinha. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00975 – *Vista da escola em construção com Xavier e seus dois ajudantes a sua frente*. Schultz, Harald. 1942. (Posto Cachoeirinha).

Imagem SPI00287 – *Prédio escolar de Cachoeirinha*. Schultz, Harald. 1942.

Panorâmicas das aldeias Cachoeirinha e Taunay.



Imagem SPI00794 – *Rua do posto com habitações Terena.* Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00527 – *Homem colocando palha no telhado de uma casa.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00529 – *Casa do grupo indígena Terena.* Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00648 – *Família Terena em frente a sua casa.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00645 – *Rua do Posto Indígena com casa ao fundo.* Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00646 – *Índio Terena em frente a sua casa*¹²⁷. Schultz, Harald. 1942.

¹²⁷ A referência desta imagem na base de dados do Museu do Índio está na imagem seguinte, cujo código é SPI00647. Acredito ser um erro de catalogação da base de dados.

Panorâmicas do posto Simões Lopes.



SPI02648 – Índios Bakairi colocando grama em frente ao Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943.
SPI02649 – Índios Bakairi colocando grama em frente ao Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02637 – Vista parcial do Posto Indígena mostrando pombal, hospital, casa de material e oficina. Foerthmann, Heinz. 1943.
Imagem SPI02707 – Grupo de alunos Bakairi uniformizados em frente à escola. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02710 – Grupo de alunos Bakairi uniformizados em frente a escola. Foerthmann, Heinz. 1943.

Construções e edificações no posto Simões Lopes. Coleção anônima – 1942.



SPIIR6SIL006.jpg



SPIIR6SIL007.jpg



SPIIR6SIL008.jpg

Imagens SPIIR6SIL006 a 008 – Índios trabalhando e vista de diversas casas localizadas no Posto Simões Lopes¹²⁸.

Panorâmicas da moradia dos Bakairi no posto Simões Lopes.



Imagem SPI02730 – Moradia dos índios Bakairi. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI13803 – Vista de algumas casas indígenas do posto. (Posto Simões Lopes). Foerthmann, Heinz. 1949¹²⁹.

¹²⁸ Imagens SPIIR6SIL001 a 010 – A coleção não tem autoria e a legenda que é apresentada na base de dados do Museu do Índio é a mesma para as dez fotografias da coleção. Presumo que essas informações em formato de legenda não são da época de produção e sim de pesquisa feita por funcionários/pesquisadores do SARQ – MI.

¹²⁹ Esta imagem faz parte de outra coleção fotográfica, do ano de 1949, feita pelo mesmo fotógrafo, Heinz Foerthmann. As informações da legenda são da época de produção, datilografadas no Álbum de contato SPI SE 01-02. No acervo do SARQ – MI, a imagem pode ser acessada digitando o código “SPI13803”.

CAPÍTULO III

OS POSTOS E AS ALDEIAS: LUGARES PARA ESTAR E VIVER



Imagem SPI00865 – *Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00982 – *Fase da dança do Bate-pau.* Schultz, Harald. 1942.

O posto como lugar praticado.

Como afirma Certau (1994, p. 202), a estabilidade de um espaço se dá com a sua prática. Talvez a falta de percepção dessa prática, no capítulo anterior, através das instalações das casas dos índios Bakairi, tenha dado a impressão do “vazio” fantasmagórico. Marca expressa também nas fachadas portentosas das novas edificações da parte “civilizada” dos postos indígenas. Estimulada por esses vazios que devem ter outras inflexões, a concentração neste capítulo será olhar para as imagens das coleções à procura do espaço do posto marcado pela prática, ação, vivência. Enfim, vamos atrás da estabilidade do posto.

Não é demais frisar que esse espaço foi planejado e elaborado para que os grupos concebessem o posto como próprio. Mas, por ser concebido para e não por eles, percebemos algumas marcas representativas desse espaço penetradas de ideologias que estão longe de serem dos grupos indígenas neles localizados, como bem mostram as cenas que abrem esse capítulo, imagens (SPI00865 e SPI00982). Produzidas no espaço do posto Cachoeirinha, as legendas informam, respectivamente, “Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional” e “Fase da dança do Bate-Pau”. Duas situações que me fazem pensar, antes de tudo, na ambiguidade imbricada na política indigenista e revelada, principalmente, pela ação da Seção de Estudos através da equipe foto-cinematográfica. Na primeira foto, a expressão máxima das intenções de concepção do posto indígena marcado pela vivência da aprendizagem cívica e nacionalizadora. Projeto levado a cabo, sobretudo, com as crianças indígenas. Na imagem seguinte, a cena que a equipe necessitava captar com o intuito de documentar e guardar, mas, que tão pouco, os funcionários tinham a intenção de incentivar, a dos Terena na dança do Bate-Pau.

Ainda utilizando Lefebvre (2006, p. 31), a representação do espaço domina e subordina o espaço de representação, reduzido a figuras simbólicas. Faço essa referência para dizer do código máximo que demonstrava o domínio do Estado-Nação dentro do “cerco de paz” – o mastro da bandeira nacional brasileira – em frente à sede dos postos. Esse espaço foi praticado inúmeras vezes pelos funcionários dos postos e por parte dos

grupos indígenas que nele estavam localizados por causa de ritos cívicos que “exercitavam” o pertencimento ao Estado-Nação que se construía em aproximadamente cem pontos geográficos do país com a participação indígena. Nos postos em que havia escolas, como Simões Lopes, por exemplo, a prática cívica fazia parte da rotina diária – as crianças em fila, em frente ao mastro, na posição de sentido, para ouvir e cantar o hino nacional do Brasil.



Imagem SPI02742 – *Grupo de alunos Bakairi assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional*. Foerthmann, Heinz. 1943.

A imagem (SPI02742) demonstra a ação – grupo de alunos Bakairi participando do hasteamento da Bandeira Nacional – e me remete as outras inúmeras fotografias reproduzindo essa mesma ação em vários outros postos indígenas. Com certeza, a cena é recorrente em todas as coleções fotográficas do acervo do Serviço de Proteção aos Índios. Que fosse a sede, um rancho improvisado ou um prédio novo, a ação era uma convenção

que se sedimentava pela sua capacidade de reprodução e repetição. Esse era um espaço de nacionalização, construção e imposição de uma identidade nacional (Ferreira, 2007).

Esse espaço cívico, do mastro e bandeira nacional, foi utilizado muitas vezes pelos funcionários do SPI tendo várias justificativas, fosse um ato comemorativo (datas comemorativas como “dia da pátria”, “dia da proclamação da república” etc.), ato político (inauguração do retrato do presidente da República – imagem, logo abaixo, SPI02886) ou ainda, ato memorial, como o que aconteceu em Simões Lopes. O telegrama do inspetor Estigarríbia dizia respeito à morte do republicano Ildefonso Simões Lopes que foi homenageado, desde então, passando a ter o posto Bakairi o nome de posto de Atração Simões Lopes, bem ao estilo positivista de marcar o nome na história “oficial” do país, retirando de cena o nome do povo Bakairi.

Tendo falecido ontem nesta capital ilustre republicano Dr. Ildefonso Simões Lopes, a quem a Nação e o SPI devem inolvidáveis serviços e benefícios pelos quais em justa homenagem, consagramos patrono do PIA base dos nossos trabalhos nos rios Paranatinga e Xingu. Diretoria pede-vos determinado encarregado Posto Simões Lopes, mantenha bandeira hasteada a meio em sinal de luto durante sete dias contas data falecimento. Assinado: Estigarríbia¹³⁰.

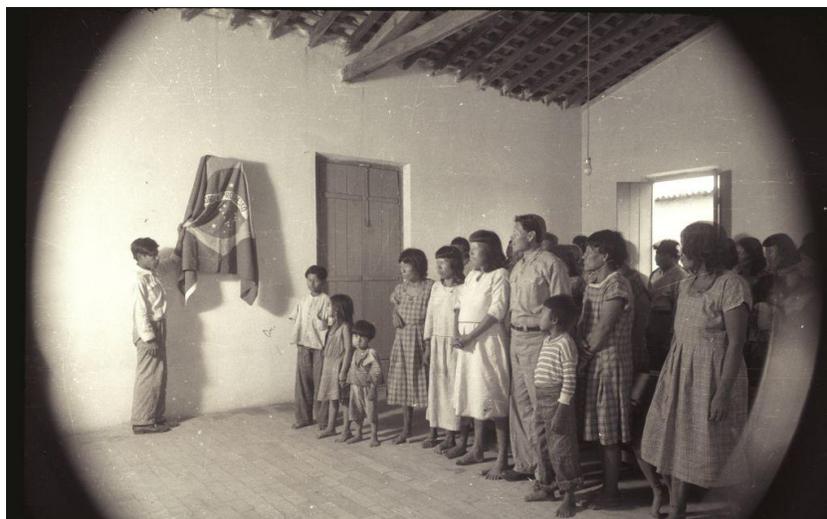


Imagem SPI02886 – Inauguração de retrato do Presidente da República na escola do posto, assistida pelos índios. Foerthmann, Heinz. 1943.

Na mesma direção desse fato, com forte noção positivista de construção de heróis e

¹³⁰ Telegrama do inspetor da regional 06 A. Estigarríbia ao encarregado de posto. Microfilme 263. Fotograma 1656. SARQ – MI. RJ.

patronos, Foerthmann produziu a imagem (SPI02886), da coleção que retrata os Bororo na povoação São Lourenço e no posto Córrego Grande (1943). A fotografia revela o ato de “inauguração do retrato do Presidente da República na escola do posto assistida pelos índios”, conforme legenda. A solenidade retratada está repleta de elementos simbólicos que constroem um discurso imagético de “aceitação” do presidente como sendo uma figura representativa para os Bororo e, estes por sua vez, são fotografados realizando o ato. No enquadramento não há a presença de nenhum funcionário do posto, como o encarregado, por exemplo, como aparece na fotografia do ato cívico em Simões Lopes, a não ser o presidente retratado, mas, este, ainda estava “protegido” pela bandeira nacional. O esforço da representação simbólica nesta situação era demonstrar a autonomia dos Bororo em se apropriar dos símbolos representativos de autoridade máxima da república (bandeira e presidente) como se fossem próprios. Mais uma vez, assim, como em outras análises feitas neste trabalho, a “fratura” está exposta nos corpos submissos, na maioria, corpos de mulheres e crianças e alguns poucos homens Bororo. Mais uma vez, sugerindo que os homens poderiam estar em outras práticas e, provavelmente, não estavam nas práticas que envolviam ações na povoação ou no posto Córrego Grande. Essa sugestão poderá ganhar força a partir dos relatos mais adiante sobre o envolvimento do Bororo nas atividades laborais nos postos.

Retomando a imagem das crianças Bakairi e funcionários em ato cívico junto ao mastro do Posto Simões Lopes, percebemos, para além desses elementos simbólicos de pedagogia nacionalizadora, que há outros elementos que chamam atenção na fotografia, começando pelo arranjo produzido para a tomada da imagem. Há uma divisão disciplinar da fila frontal de meninos ao lado direito do mastro, demarcador de mediação, dispendo as meninas em fila frontal do lado esquerdo. A cena se dá em primeiro plano, tendo logo mais atrás, em um segundo plano, os funcionários do Serviço, entre eles, a professora do grupo de alunos. A metáfora estava explícita e, necessitava ser pública e imortalizada via congelamento da ação – Os “civilizados” amparando os filhos da pátria (crianças-índias) e, a pátria, simbolizada na bandeira nacional que cobria o mastro, acolhia e protegia a todos. Ao parecer, o fotógrafo não queria uma simples foto da prática pedagógica nacionalizadora,

mas, sim, queria extrair uma imagem que revelasse a questão política e ideológica do rito cívico inscrita na ação.

Esta não foi a primeira e nem seria a última vez que esse cenário fora produzido e reproduzido. Penso que para o fotógrafo, pelo fato dos elementos da cena se repetirem muitas vezes, requereria criatividade na produção e Foerthmann tentou aproveitar do momento, um evento que estava para além do cotidiano das crianças na escola ou de uma data cívica. Era um evento que foi planejado meses antes e em que, a princípio, estaria presente, o presidente da República. Ao que parece, a autoridade máxima não foi, mas, lá estavam autoridades do SPI e o jornalista de um jornal importante na região sul do país, justificativa suficiente para pensar em um enquadramento mais elaborado.

Porém, o retrato coletivo traz outros elementos que percebo como “fraturas expostas”. Os pequenos aprendizes da nação mostravam-se essencialmente deslocados. O sol estava a pino, fazendo da prática uma árdua tarefa. A imposição da disciplina, estampada nos rostos cansados das crianças que não só, não aguentavam o sol, mas também que mal conseguiam sustentar os pesados uniformes escolares feitos em brim e a posição de sentido, necessária para o ato. Os sapatos pareciam apertar ou o tempo de ficar em pé era bem maior que o tempo da execução do hino nacional. Por isso, o desconforto se revela nos sugerindo a leitura de fissura expressa em corpos que se colocam para o rito – os funcionários que entendiam o significado da ação – em oposição aos corpos que foram colocados nesse espaço de representação, as crianças Bakairi.



Imagem SPI02697 – *Alunos Bakairi em sala de aula*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Esta terceira imagem (SPI02697) tem vez no interior do posto, a sala de aula da escola de Simões Lopes. Ao ver esta imagem, passei a procurar nas coleções, fotografias que revelassem outras partes internas dos postos, na expectativa de ver quais espaços foram feitos para eles (os índios) entrarem, frequentarem, usarem. Não dá para não dizer que as casas que constituíam o posto indígena tinham o caráter de “público”, no sentido que nelas funcionavam espaços institucionais¹³¹ do Estado, mas, essa questão era apenas pro forma. Pelas “fissuras” demonstradas até o momento, o posto é um lugar cheio de interditos e altamente hierarquizado, não só na estrutura física, mas, também, nas relações com os funcionários. Por isso, o exercício começa em ver, através das fotos, quais outros espaços internos poderiam ser “usufruídos” pelos índios. Nisso, nos deparamos apenas com o espaço da escola e com o hospital. As casas de máquinas, devido à arquitetura de galpões semi-abertos, podem ser consideradas como lugares externos.

¹³¹ Estou considerando aqui a expressão “instituição” conforme Mary Douglas utiliza em sua publicação “Como as instituições pensam” – usada no sentido de um agrupamento social legitimado (2007, p. 56).



Imagem SPI02716 – *Moças Bakairi recebendo aulas para se tornarem enfermeiras do hospital Simões Lopes.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Em Simões Lopes, Foerthmann também fez fotografias da parte interna do hospital que acabara de ser construído e montado com vinte leitos e enfermaria. Tudo novo para um problema bem antigo e recorrente nas narrativas dos funcionários em cartas, telegramas e relatórios. Nos relatórios mensais da maioria dos postos havia, inclusive, um item específico para a questão da saúde – “Estado sanitário dos índios”. É sabido que o contato com a sociedade nacional teve como consequência a introdução de inúmeras doenças que dizimaram povos inteiros. Mas, esse espaço de tratamento no Simões Lopes estava pronto apenas para o registro fotográfico, pois, a legenda da imagem (SPI02716) informa – Moças Bakairi recebendo aulas para se tornarem enfermeiras do hospital Simões Lopes. De fato ainda não estava funcionando na época da produção fotográfica e, isso, também é verificável nos leitos vazios e com lençóis novos, sem uso (ver fotos no caderno iconográfico, ao final deste capítulo). Segundo Edir Pina de Barros (2003), o hospital do posto foi referência para toda a região, inclusive, serviu para o tratamento de não índios que viviam e trabalhavam no entorno do posto, nas fazendas e seringais. A questão da saúde na região era grave a ponto de que nem os trabalhadores do posto escapavam das epidemias. No ano de 1926, o inspetor Antonio Estigarríbia enviou uma carta para o encarregado, indignado com a falta de notícias.

Senhor Lício Cândido da Cruz

Encarregado do Posto Indígena Simão Lopes

Há tanto tempo está esta Inspeção sem notícias desse Posto que é lícito supor, terdes morrido, porque só assim se justifica um tal esquecimento de vossas obrigações. Tendes ordem de mandar sem demora os pontos do pessoal para a necessária organização das folhas e até agora, fins de junho, não recebi nem o ponto de janeiro. A tropa que deve vir todos os trimestres, pelo menos uma vez, há mais de 4 meses que não vem, o que estás fazendo aí? Nenhuma notícia dos trabalhos ou das ocorrências do Posto nos tem sido por vós enviada. Pergunto novamente, o que está fazendo aí?¹³²

Por pouco o senhor Lício Cândido da Cruz não morreu. A falta de notícias se deu porque o posto (funcionários e índios Bakairi) foi acometido por uma forte epidemia de empaludismo, da qual nem o encarregado escapou. Estigarríbia ficou sabendo de notícias através da carta de um diarista da Inspeção que acompanhou dois norte-americanos protestantes, senhor Leonardo L. Legters e seu filho a uma expedição aos índios do Xingu. E o posto Simões Lopes era uma parada obrigatória, inclusive para o devido reabastecimento. O diarista, por conta do ocorrido, teve que ficar no posto por 14 dias, antes de seguir viagem. Ao percorrer a documentação, percebe-se que as doenças como gripe, impaludismo (febre “palustre”), sarampo e outras enfermidades eram uma constante na região. Inclusive, este foi um dos argumentos usados pelo delegado regional Álvaro Duarte, em outubro de 1940, para pedir a construção de um hospital em Simões Lopes, pois as doenças chegavam na forma de epidemias causando sempre muitas mortes. A questão serviu como argumento também para a articulação da reunião dos grupos locais para dentro do limite do posto, pois, muitos ainda viviam fora.

Dada falta ali matas para lavoura vg Bacaeris tiveram que localizar-se suas imediações vg divididos em pequenos grupos vg distantes nunca menos doze quilômetros pt. Essa dispersão dos índios vg necessária provimento sua subsistência vg vem sem dúvida concorrendo progressivo aniquilamento da tribo vg porque quanto mais afastadas ficam eles tanto mais decadente e precária é assistência do Posto, sobretudo, nos casos de enfermidade pt Acredito que a inclemência do impaludismo em Simões Lopes dentro de pouco tempo mais determinaria a extinção total dos Bacaeris ali residentes vg hoje em número de cento e quarenta almas apenas vg de duzentos e oitenta que eram em 1928 vg se não for aquele posto imediatamente dotado de um hospital a cargo enfermeiro especializado tratamento pt Existem ainda grande número de bacaeris em Rio Novo pt¹³³.

¹³² Carta do inspetor Antonio Estigarríbia ao encarregado de posto do posto Lício Cândido, em 1926. Microfilme 223. Fotograma 942. SARQ – MI. RJ.

¹³³ Telegrama do delegado Álvaro Duarte, no ano de 1940. Microfilme 253. Fotograma 1284. SARQ – MI. RJ.

Esse trecho traz uma questão necessária de ser refletida. O argumento que os funcionários do posto tinham sobre o fato dos Bakairi viverem nas imediações e não, dentro do limite do posto, organizados socialmente em grupos locais tomando conta de suas lavouras. A documentação sugere que essa justificativa era um argumento que funcionava como “desculpa” para não viverem sob os mandos do encarregado do posto. Uma vez dentro, as relações mudavam, tendo, inclusive, os Bakairi, que se sujeitarem a trabalhos sistemáticos na lavoura e pecuária do posto, para além da lavoura do grupo local. Simões Lopes foi fundado em 1920 e no ano de 1940, vários grupos Bakairi ainda viviam nas imediações, mantendo as relações com os funcionários do posto através de visitas, disponibilizando-se para os trabalhos só quando necessitavam de mercadorias não produzidas por eles. De acordo com Barros (2003)

Em 1942, os agentes do SPI promoveram a mudança de todos os que viviam dispersos, em vários grupos locais, para as proximidades do posto, onde fundaram um único aldeamento. (...) Segundo os Bakairi informaram, o motivo alegado por eles foi a facilidade que isso traria à educação escolar e ao tratamento da saúde. Todos estavam muito doentes, com febre “palustre”, sarampo e outras enfermidades que causaram muitas mortes (2003, p. 93).

O documento demonstra que o acesso à medicina ocidental tornou-se mais uma estratégia de assujeitamento à disposição dos agentes do SPI, ao longo da implantação e consolidação dos postos. Com isso, a escola e o hospital podem ser vistos como “espaços de conhecimento”. Para além da escola que já tinha o conceito engendrado em sua constituição, o lugar de tratamento era um dos principais exemplos do saber, no caso, o conhecimento sobre as doenças ocidentais e as técnicas de cura, com efeitos indiscutíveis de poder, desenhando as relações entre os agentes e os indígenas. É possível afirmar que as doenças serviram como “aliadas” dos funcionários para a reunião de vários grupos indígenas dentro dos limites dos postos.

Em todos os postos indígenas, em questão nesta tese, havia escolas funcionando. Os frequentadores eram em sua maioria crianças e adolescentes. A frequência era bastante questionável em todas elas e isso tinha vários motivos pontuais e situacionais que estavam para além das máximas explicativas dos funcionários quando não conseguiam explicar a

baixa frequência – índole difícil, inaptidão etc. Em 1929, o encarregado fornece informações sobre a escola da Povoação São Lourenço e diz:

A frequência dos alunos tem sido de 12 alunos, sendo quatro do sexo feminino e oito do sexo masculino, poderia a frequência ser de vinte e cinco a trinta, porém os Bororo não param, estão sempre em passeio e os menores acompanham e quando estão na aldeia a cantoria do bakororo muito influi para as falhas. A administração não tem meios para obrigá-los, apesar do auxílio que a Inspetoria dá em refeição, eles faltam. O resultado é quase insensível¹³⁴.

Esse relato é oportuno para refletir sobre as atividades pensadas para os índios dentro do posto e até que ponto foram encampadas por eles. Pelo planejamento dos postos, a escola estava “institucionalizada” para as crianças, assim como o trabalho para os adultos. Pelos relatos até o momento, o fato de existir uma escola no posto não era sinônimo de frequência.

Em Simões Lopes, aconteceu uma situação interessante para ajudar na reflexão sobre a presença de uma escola e daí perguntar para quem ela serviu, pelo menos, em um primeiro momento. Convém reiterar que o posto indígena que tinha em seu projeto o funcionamento de uma escola, era o posto com a característica de nacionalização e não de atração. Mas, no caso, como já mencionado, Simões Lopes cumpria uma dupla função, de atração para os grupos xinguanos e de assistência para os Bakairi. O relatório do ano de 1922, o encarregado comunica a sua implantação.

Em primeiro de outubro foi aberta a escola do Posto com um número de 16 alunos do sexo masculino faltando igual número do mesmo sexo, pois ainda não chamei todos porque temos falta de mesa, banco etc. e além de tudo isso é impossível custear a escola sem dar a alimentação aos meninos, poderá de fazer isso mais tarde mesmo porque ao seus pais, este ano que fizeram roça, aqui mas as suas plantações estão verdes muitos estão sendo socorridos pelo Posto como seja de mandioca, feijão, milho que temos em maior quantidade. Assim que tenho mantido estes meninos na escola e comendo conosco, temos passado falta de carne devido isso, pelo que peço-vos o auxílio de mais uma rês por mês para poder no começo do ano chamar todos para escola, gêneros temos, só nos falta a carne e gordura. Os meninos estão com muita vontade de aprender e são dotados de inteligência, pois, pelo pouco tempo de estudo já estão adiantados vai com esta quatro escrita dos mais adiantados pois eram completamente analfabetos, dois que estiveram na escola do bananal e Rio Novo, não conheciam nem o ABC. Conforme vs. Prometeu estamos esperando a nomeação de professora estou certo

¹³⁴ Relatório do encarregado da povoação São Lourenço em 1929. Microfilme 379. Número de Fotograma sem visibilidade. Número de página 00057 do relatório de 1929. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

que vs. não terá esquecido, mas mesmo que não possa conseguir porque não depende só da sua boa vontade, haveremos de tomar o mesmo interesse sobre o benefício destas crianças¹³⁵.

O trecho revela para além da inauguração da escola, um dado que pode ser lido nas entrelinhas, sobre a iniciativa do encarregado em abrir uma escola. Para esse posto, denominado inicialmente, “posto Bachaerys”, não havia o projeto de uma escola em suas bases de instalação. A iniciativa do encarregado partia do interesse de empregar a esposa nos trabalhos, de forma remunerada. Com isso, eles improvisaram as instalações, o encarregado mandou algumas cópias de caligrafias em anexo do relatório, mostrando algo de resultado para convencer os dirigentes da manutenção de uma escola. Além da escola, outro pedido recorrente era o de máquina de costura, alguns cortes de tecidos e linhas com o intuito de ensinar as mulheres-índias a costurar. Em Simões Lopes, as duas atividades vingaram, tendo a esposa do encarregado à frente dos trabalhos. No aldeamento Bananal, em 1914, *a pedido desta Inspetoria, o Governo do Estado, em outubro do ano findo, nomeou para servir como adjunta da Escola, D. Rita Gonçalves de Magalhães para encarregar-se da Seção de Meninas, ensinar-lhes costura, etc*¹³⁶. Em São Lourenço, a escola também começou a funcionar com pouco tempo de existência da povoação.

Desde 1914 a Povoação vem mantendo, com bastante aproveitamento para a população infantil, uma modesta escola primária, com a denominação de Escola Primária José Bonifácio e que funciona no prédio da administração, na sala do refeitório. A princípio foi regida com proficiência, carinho e dedicação pelo cidadão Nelson Silva, ex-auxiliar do Serviço, e, com a dispensa desse dedicado auxiliar, a pedido do então inspetor Sr. Gomes Jardim, pelo telegraphista cidadão Lopes de Lacerda, que prontificou-se dar as aulas e continuar os trabalhos escolares sem ônus para o Serviço¹³⁷.

Em 1926, o SPI expunha em relatório o total de 59 estabelecimentos, sendo 4 povoações, 15 postos de pacificação, 39 postos de proteção e uma fazenda nacional. Desse total, 22 escolas estavam funcionando, ou melhor, como o próprio relatório colocava, estavam sendo “frequentadas” com ensino primário e ofícios elementares em conexão com

¹³⁵ Relatório das atividades do posto no ano de 1922. Microfilme 213. Fotograma 235. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

¹³⁶ Relatório das atividades do posto no ano de 1914. Microfilme 379. Fotograma 1093. SARQ – MI. RJ.

¹³⁷ Relatório das atividades da povoação no ano de 1915. Microfilme 379. Fotograma 00001090. SARQ – MI. RJ.

a atividade rural. A configuração dessas duas atividades (educação e trabalho) consistia na ação sobre a população indígena, além da questão da saúde, que era uma consequência do contato.



Imagem SPI02920 – Índio Bororo trabalhando na roça de arroz, após queimada. Foerthmann, Heinz. 1943.

Afora os espaços internos para a escola, hospital, enfermaria, o desejo maior dos funcionários era ver os índios envolvidos no trabalho, podendo ser na lavoura, na pecuária, na casa de máquinas, serraria ou ainda nas pequenas ações em volta da sede do posto. Ao olhar para as fotografias em que aparecem os Bororo trabalhando, com as mãos nas enxadas, imagem SPI02920, cuja legenda informa “Índio Bororo trabalhando na roça de arroz, após queimada”, ou ainda, em outras inserções como na lida com o gado ou até trabalhando em alguma máquina de beneficiamento, surge a constatação de que os trabalhos pensados para os índios tinham formatos conformados em espaços abertos, externos, na maioria das situações. Em seguida aparece o questionamento sobre a inserção dos índios nesses trabalhos que foram criados pensando neles como trabalhadores. Afinal, o trabalho até mais que a educação se constituía como fundamental no projeto de transformação do índio em trabalhador nacional, pilar de sustentação inscrito no próprio nome do órgão, em seus primeiros anos de existência – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILT, que mudou para Serviço de Proteção aos Índios – SPI, a partir de 1918.

No documento de instruções para uso dos inspetores do SPI na primeira expedição destinada à visita geral às terras habitadas pelos índios, dois itens foram base para a questão do trabalho:

4º (...) constatar detalhadamente a situação em que ficam as terras pelos mesmos, habitadas, seus limites naturais e os tidos como tais pelos maiores da tribo, condições gerais de clima e salubridade, aspecto geográfico das regiões, sua fertilidade e adaptação à vida pastoril e agrícola; 7º Receber e prestar informações acerca do desenvolvimento de cada tribo, do estado de sua existência nômade ou sedentária, no que concerne aos nossos hábitos e costumes¹³⁸.

Para alcançar o objetivo de transformar o índio em trabalhador nacional ou em trabalhador rural, o Serviço precisava contar com, pelo menos, parte das terras delimitadas como posto indígena, com boa fertilidade para a vida agrícola e pastoril. Mas, só delimitar boas porções de terras não era o bastante para levar o projeto civilizador adiante. Outra questão necessária era saber, nos estudos preliminares, pelo menos aos olhos dos agentes do Serviço, se o grupo tinha característica nômade ou sedentária. Se partirmos dessa informação, dois grupos que fazem parte das coleções fotográficas aqui em estudo estavam categorizados com “existência sedentária”. A saber: os Terena (Postos Bananal/Taunay e Cachoeirinha) e os Bakairi (Posto Simões Lopes). Apenas os Bororo (Postos São Lourenço e Córrego Grande) estavam enquadrados como de vida nômade. Essa informação funcionava como um dos “termômetros” do grau de evolução dos grupos e, conseqüentemente, ajudava a definir o tipo de posto a ser instalado. Mas isso, não necessariamente, foi aplicado como uma regra fechada.

¹³⁸ Instruções para uso dos inspetores do SPI na primeira expedição destinada à instalação da sede da inspetoria e à visita geral às terras habitadas pelos índios. 1910. Microfilme 380. Fotogramas 0000673 e 0000674. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).



Imagem SPI02877 – Índio Bororo trabalhando em serraria cortando toras de madeira. Foerthmann, Heinz. 1943.

Tomemos, por exemplo, a Povoação São Lourenço, construída para os Bororo. O SPI tinha esse grupo classificado como nômade. Por essa característica, talvez, o melhor planejamento fosse a instalação de um posto de atração e, à medida que os Bororo fossem se envolvendo nos trabalhos, o SPI poderia, ao longo do processo, ir incrementando o lugar, até chegar a uma povoação. Pois, segundo o próprio Serviço, o projeto de uma povoação atendia um regime de exploração próxima *tanto quanto possível de uma fazenda particular bem organizada, com todas as instalações e dependências próprias para obter um bom rendimento da cultura do solo, da pecuária e das indústrias rurais*¹³⁹. Para esse propósito eram necessários muitos funcionários (trabalhadores nacionais) ou então, como era o desejo do órgão, que muitos índios colocassem “as mãos na massa”.

Mas, quando São Lourenço foi escolhido pela Seção de Estudo na década de 1940 para a expedição etnográfica, era por que eles ainda guardavam seus hábitos e costumes tradicionais. Ou seja, dá para sugerir o pouco envolvimento no empreendimento rural de produção em grandes proporções. Resultado bem diferente do que a imagem (SPI02877) acima tem a intenção de mostrar. Esse “movimento contrário”, de escolha de uma povoação

¹³⁹ Instruções ao inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma povoação indígena. Microfilme 380. Fotograma 00001217. SARQ – MI. RJ.

para um grupo tido como “nômade”, de hábitos “selvagens”, se deu, neste caso em particular, por razões políticas e pessoais do coronel Rondon¹⁴⁰ – de ascendência indígena e provavelmente Bororo – e isso foi primordial para a escolha desse grupo para tal empreita idealizadora. Ou seja, “civilização” a qualquer custo.

No caso do aldeamento Bananal (Terena), a sugestão do inspetor que fez a expedição exploratória de conhecimento da área e do povo Terena, para a intervenção do SPI, foi, em princípio, de instalação de uma povoação, por conta da característica sedentária desse povo: agricultores que vendiam o excedente de produção nas cidades vizinhas de Aquidauana e Miranda. Mas, para esse aldeamento, o SPI decidiu instalar um Posto de Assistência e Nacionalização.

No relatório do ano de 1915, o encarregado Alicarliense tinha todo o desejo de ver a povoação São Lourenço produzindo cereais para se livrar de ter que comprá-los e, ainda, vender o excedente da produção. Mas, segundo o funcionário, por se tratar do índio Bororo, o tempo de trabalho ao modo ocidental não tinha sido suficiente para adquirir o ritmo de trabalho sistemático do mundo “civilizado”

Infelizmente, não se pode contar muito com o auxílio do índio, a menos que não se queira escravizar. O Bororo mais adiantado e nas ocasiões mais precisas ainda abandona o trabalho remunerador por caçadas, pescarias e perambulagens pelo sertão. A população índia, adulta, de S. Lourenço é atualmente, cerca de sessenta almas, e no trabalho das roças nunca é mais de oito a dez indivíduos, de idades entre dezoito a quarenta anos¹⁴¹.

A constatação de Alicarliense demonstra a característica nômade dos Bororo e por isso, o abandono do trabalho remunerado pelas caçadas, pescarias e perambulagens pelo sertão. O fato do grupo vir de uma trajetória histórica de sedentarismo se opõe aos dados obtidos, pelo menos, nos termos da quantidade de produção e da área cultivada. O mesmo relatório de 1915, sobre os Terena do aldeamento Bananal, afirma

A população índia do aldeamento Bananal é composta de 732 almas que vivem da pequena lavoura, da criação de aves, suínos e um pouco de gado bovino. É

¹⁴⁰ O coronel Rondon nasceu nessa região, onde os Bororo estavam localizados desde tempos imemoriais, Vale do Cuiabá (Mimoso), região do Pantanal, nas imediações do município de Barão de Melgaço.

¹⁴¹ Relatório anual da inspetoria com dados da povoação São Lourenço, 1915. Microfilme 379. Fotograma 1064. SARQ – MI. RJ.

uma população ordeira e sedentária que já produz grande parte dos cereais que se consome em Miranda e Aquidauana, que uma vez concentrada nos aldeamentos do Bananal, Ipegue e Cachoeirinha, convenientemente auxiliada, fará rápido desenvolvimento. Este posto tem uma área cultivada de 33 hectares, com cana, mandioca, milho, feijão, arroz, batatas doces e muitas fruteiras, como sejam: bananeiras, laranjeiras, abacaxi, etc¹⁴².

Mesmo com todos esses pontos a favor, no sentido de, *a priori*, necessitar de bem menos interferência, em termos de assistência para os Terena, a intervenção do SPI ainda assim era solicitada e vista pelo órgão como necessária. A razão disso era que o Serviço tinha um princípio que determinava a intervenção ou não com a instalação de um posto indígena. Tratava-se da situação se tal grupo se “colocava” como empecilho para o desenvolvimento da região ou não. Se a resposta fosse positiva, isso era argumento suficiente para a mobilização dos agentes para a implantação de um posto indígena. Um documento datado de 1925, do Ministério da Agricultura, explicita as condições para qualquer ação sobre populações indígenas que estava para além do projeto civilizador:

(...) Cuidar com mais solicitude e eficácia daquelas que vinha assistindo sistematicamente. Sempre orientada no sentido de aproveitar principalmente as tribos mais necessitadas – aquelas cujas vidas e propriedades estão mais ameaçadas ou que oferecem estorvo ao trabalho do civilizado¹⁴³.

Convém lembrar que, antes da política de tutela¹⁴⁴ dos índios pelo Estado e da disciplinarização do corpo para o trabalho rural, através do SPILT, houve outras ações de intervenção estatal, o que demonstra uma experiência acumulada de longos anos e até séculos. Como exemplo, cito a formulação do Diretório Geral dos Índios, em vigor de 1757 a 1798, que pode ser considerada como uma espécie de protopolítica da coroa portuguesa, isto é, do Estado, que estabelecia instruções para a atuação junto aos povos indígenas. Segundo Rita Heloísa de Almeida (1997), o Diretório previa:

(...) solucionar grandes problemas da defesa territorial e do povoamento, apresentando como sugestão um plano de secularização no serviço da administração dos índios (...). Os dados

¹⁴² Relatório anual da inspetoria com dados do aldeamento Bananal, 1915. Microfilme 379. Fotograma 00001093. SARQ – MI. RJ.

¹⁴³ Documento que apresenta a relação dos postos e povoações indígenas mantidos de acordo com o Decreto nº 9214 de 11 de dezembro de 1911, em 1925. Microfilme 380. Fotograma 818, SARQ – MI. RJ.

¹⁴⁴ Tomo a definição de poder tutelar de Lima (1995) – *O exercício do poder tutelar implica em obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá.*

mostram que o Diretório foi um plano de civilização dos índios e um programa de colonização (...) e utilização de índios em atividades econômicas de colonos e governos coloniais (Almeida, 1997, p. 14, grifo nosso).

Com isso, o fato de categorizar de, antemão, se o grupo era sedentário ou não, ajudava no sentido de melhor acercar a ação sobre os índios e por conta disso saber o tipo de posto e que tipo de problema podia ser enfrentado.

Em relatório de 1919, o Inspetor Raimundo Hosterno indica ao SPI a necessidade de criar vários postos em Mato Grosso, entre eles, para *índios Bacahirys, do rio Paranatinga, afluente do Xingu, a fim de evitar-se massacre desses infelizes por questões de terras com os civilizados*¹⁴⁵. No relatório, de 1918, o inspetor Gomes Jardim afirma a necessidade da intervenção.

Além dos índios Terena, habitantes nas aldeias citadas, vivem muitos outros grupos da mesma tribo disseminados pelos sertões e pelas fazendas dos municípios de Aquidauana, Miranda, Coxim e Nioac, que se torna urgente necessidade serem reunidos nos aldeamentos a fim de evitar-lhes a escravização muito comum em Mato Grosso¹⁴⁶.

Com a demarcação de apenas 637 hectares para os Terena, o Estado liberou grandes extensões de terras que foram abocanhadas por fazendeiros que iam se instalando em áreas, até então, “habitadas” pelos Terena e outros grupos indígenas e ainda faziam desses, seus escravos.

Com os Bakairi, não era diferente. Organizados socialmente em grupo locais, assim como os Terena, viviam de suas roças. A necessidade da intervenção do SPI na região tinha o objetivo de cessar com a mão de obra escrava, não só por conta da expansão agrícola que adentrava na região, mas, principalmente, pela expansão extrativista da borracha (seringais) e da poaia, colocando não só os Bakairi, como também outros grupos do Xingu, em uma relação de tensão com o entorno.

¹⁴⁵ Relatório da inspetoria regional 06 do ano de 1919. Microfilme 218. Fotograma 1475 a 1503. SARQ – MI. RJ.

¹⁴⁶ Relatório da inspetoria regional 06 do ano de 1918. Microfilme 379. Fotograma 00001093. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

o Serviço informou por meio do Inspetor Sub-delegado de Polícia e Inspetor escolar do Distrito de Rio Novo, Joaquim José de Oliveira Ferraz, a fundação do Posto de Atração Simões Lopes para os Bachairy e também Cajabys, no ano seguinte, em novembro de 1919, nas margens do Rio Xingu, aliviando assim os extratores de borracha que viviam oprimidos e que reclamavam providências enérgicas¹⁴⁷.

Esta fala é de um funcionário do SPI, órgão que, em tese, tinha a função de “proteger” os índios. O que chama atenção é a clivagem demonstrada de maneira unilateral, como se apenas os extratores de borracha estivessem sofrendo com as relações estabelecidas com os índios da região.

Na ata resumida sobre o Serviço de Proteção aos Índios, os objetivos contemplavam ao final do processo a inserção no mundo do trabalho. Cabia o SPI dar *Assistência, ensino e providenciar de toda a natureza de modo a apressar sem nenhuma (sic) coação, a emancipação dos índios e sua digna incorporação na sociedade brasileira, saudáveis do corpo e capazes do trabalho livre*¹⁴⁸. Ao refletir sobre essas situações das práticas dos índios nos trabalhos pensados para eles via o SPI e nas inúmeras inserções fora dessa política de Estado, me amparo em Carneiro da Cunha (1992) que estava pensando um contexto do século XIX em que afirma: *a política de terras não é, portanto, a rigor, independente de uma política de trabalho* (1992, p. 15). Em minha leitura, esse contexto extrapola esse período e adentra o século XX e percebemos essas políticas dependendo uma da outra e ainda fazendo não só índios, mas, negros e brancos pobres, de mão de obra barata, a ponto de percebê-la como mão de obra escrava.

O SPI – ao conformar o trabalho como um princípio de educação para a integração e transformação dos índios rumo à “civilização” – pensou em várias situações para inseri-los no mundo do trabalho por meio de instruções normativas. Até o documento que regulamentava o estudo e a fundação de uma povoação indígena no estado de Mato Grosso, trazia o seguinte: *aos índios que trabalharem nas turmas se fará um salário na proporção dos seus serviços, em moeda ou mercadorias, conforme o seu estado social*¹⁴⁹. Ademais, a

¹⁴⁷ Informação do ano de 1920. Microfilme 218. Fotograma sem visualização. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

¹⁴⁸ Ata resumida de exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 380. Fotograma 886. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

¹⁴⁹ Artigo 38º, das instruções ao inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de

instrução contemplava a aplicação de economias diferentes, dependendo do estado evolutivo dos índios, a economia “primitiva” (baseada na troca de trabalho por mercadoria) e a “moderna” (baseada em moeda monetária).

No entanto, parece que o “estado social” dos Bororo, em maio de 1915, não estava para os serviços de construção da povoação e nem tão pouco para os trabalhos de roça. Pois, o diretor interino no estado de Mato Grosso enviou ao ministro, um ofício pedindo o pagamento ao trabalhador não índio Belmiro de Moraes Sarmiento, pela empreitada na povoação, a fim de não perder a estação apropriada, como em outras vezes sucedera, a plantação e limpeza do canavial cuja área era de 5 hectares. Isso porque, *os índios Bororos estavam, na ocasião, em época das suas grandes caçadas*¹⁵⁰.

Esse tipo de pedido em tom de reclamação em relação às outras atividades que não eram ligadas ao posto, como a caçada e a pescaria, aparece com certa frequência na documentação até a década de 1920, principalmente entre os Bororo.

Outro relatório do encarregado da povoação São Lourenço, no ano de 1916 justifica que mesmo

com um pessoal relativo, pequeno, plantaram-se cerca de quatro alqueires de arroz, avançou-se com o canavial em uma área de mais de 13 hectares, semearam-se cerca de dois e meio alqueires de feijão e cerca de 13 alqueires de milho. Muito maior a área de terra teríamos nós semeados se as tradicionais caçadas da onça dos índios não tivessem coincido com a plantação, que, no ano, de 1916, foi retardada devido ao atraso das chuvas que somente vieram em fins de dezembro por termo ao estio. Todavia se o trabalho que se realizou não foi maior, foi o quanto comportaram as nossas forças e o suficiente para assegurar, em 1917, uma época de vida desassombrada e farta para esta povoação¹⁵¹.

Além das caçadas e pescarias, havia outra atividade que fazia os Bororo deixarem a plantação de lado. Em 1929, a renúncia se deu pela cantoria do Bakororo¹⁵², que provavelmente estava ligada ao funeral do chefe desse aldeamento, o Coronel Antonio Rondon. Pelo jeito, o SPI perdeu um aliado importante e os Bororo perderam um grande

uma povoação indígena. Microfilme 380. Fotograma 1220. SARQ – MI. RJ.

¹⁵⁰ Carta do diretor interino do SPI ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, em 25 de maio de 1915. Microfilme 380. Fotograma 0001606. SARQ – MI. RJ.

¹⁵¹ Relatório do encarregado da povoação São Lourenço, no ano de 1916. Microfilme 209. Fotograma 1961. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

¹⁵² O Bakororo, segundo, Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos* (1996), era o nome do grande herói Bororo.

chefe¹⁵³. O falecimento é comentado como parte do resumo das atividades.

Este aldeamento conta maior número de índios, no ano passado, a lavoura foi espantosa, perderam muito arroz e milho por terem deixado de capinar e outros por deixarem de colher, entretidos com a cantoria do bacororo e os passeios. Com a grande enchente também perderam muita mandioca. A plantação é resumida por ter falecido o Coronel Bororo Antonio Rondon, único chefe neste aldeamento que conduzia os Bororo no trabalho¹⁵⁴.

Retomando a questão da remuneração dos trabalhos efetuados pelos índios, na negociação não adiantava apenas “disposição” e “boa vontade” dos funcionários em marchar rumo aos trabalhos nos postos com a participação dos índios aldeados, isso não era o suficiente. Pois, no mundo ocidental, quando se fala em trabalho, há necessidade de se falar também em remuneração desse trabalho. E o SPI passou por vários momentos de sua história com poucos recursos por conta de várias crises financeiras no Estado e isso influenciou diretamente nos trabalhos, seja com a participação dos índios ou não. Os pedidos dos encarregados à Inspetoria eram recorrentes e o pagamento¹⁵⁵ dos trabalhos realizados pelos índios era um dos primeiros itens a serem cortados, caso o orçamento não fosse o suficiente para pagar os gastos. Em uma solicitação de agosto de 1917, o encarregado da Povoação passa à Inspetoria os pedidos e menciona a falta de remuneração.

Peço vossa atenção especialmente para o pedido que se refere a fazendas para os índios, em vista do estado de completa nudez em que se encontram, pois, como sabeis, há um ano que nem remuneramos os seus serviços, nem lhes distribuímos roupas, exceção dos brindes isolados¹⁵⁶.

Além da questão da remuneração, o trecho traz um dado importante referente à diferença que o encarregado faz entre o trabalho remunerado e o brinde. No momento, é importante dizer que o brinde serviu em algumas ocasiões contextuais ligadas ao trabalho. Uma delas, como pagamento, mas, isso acontecia, na verdade, para atenuar a falta de remuneração sistemática em contextos específicos, como em períodos de plantio ou colheita. Outra ocasião compunha a estratégia de doação de brindes que correspondiam sempre a machados, foices e facões que “convidavam” ao trabalho. Esta estratégia era

¹⁵³ O chefe indígena, nos três grupos em questão nesta tese (Bororo, Terena e Bakairi), foi central para a mediação entre os grupos indígenas e os funcionários dos postos.

¹⁵⁴ Relatório do ano de 1929. Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

¹⁵⁵ Entendendo aqui, “pagamento” como: em espécie ou em mercadoria.

¹⁵⁶ Solicitação do encarregado da povoação ao inspetor regional em 1917. Microfilme 209. Fotograma 1959. Agosto de 1917. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

muito utilizada nos postos de atração, em que os grupos de índios faziam visitas aos funcionários para receberem brindes e passavam alguns dias acampados junto dos agentes que distribuíam ferramentas como brindes e convidavam para uma empreita nas lavouras do posto.

As lavouras se designavam em dois formatos: uma lavoura dos índios e outra lavoura do próprio posto. A primeira configurava-se para os grupos já residentes nos postos, em que os trabalhos de “educação” e “integração” avançavam em níveis para além da simples atração para os aldeamentos; e o segundo formato, mencionado em linhas anteriores, destinava-se à aproximação dos índios convidando-os para o trabalho, o que podemos denominar de “brinde-trabalho”. A colheita da lavoura do posto servia para a manutenção dos funcionários e também para presentear os próprios índios, numa concepção de colher o fruto que plantou¹⁵⁷.

Mas, a questão da remuneração em espécie também se deu como uma estratégia, depois de vários problemas encontrados, em 1919, pelo inspetor Samuel Henrique da Silveira Lobo em missão na Povoação São Lourenço, dificuldades que iam desde a falta de mão de obra (trabalhadores nacionais) até as várias tentativas, sem sucesso, de convencer os Bororo ao trabalho. O inspetor narra o problema e a solução encontrada:

É inútil vos descrever todas as dificuldades que deparamos para iniciar quaisquer serviços na zona que tratamos. A mão de obra é rara e caríssima, os materiais escasseiam. Vi-me obrigado a formar uma turma de mestres e ajudantes mechanicos, pedreiros carpinteiros e empregar como trabalhador, peão, os índios. A princípio a tarefa pareceu-me difícil, pois, como já tenho relatado ao índio mal habituado ou civilizado não se ordena espera-se que bem queiram ouvir nossas determinações. Hoje, devido o regime adotado e pagamentos efetuados todos os domingos com o armazém aberto para que os índios troquem os seus salários pelos objetos que desejam adquirir, a preço de custo. Temos turmas de índios bem distintas que se ocupam nos diversos serviços de construção¹⁵⁸.

A situação a ressaltar nesse relato não é a solução encontrada por Silveira Lobo, senão, as condições colocadas pelos Bororo para aceitar o trabalho. Por mais, que apareça a inserção no trabalho como mérito do inspetor, é necessário inverter a lógica e demonstrar

¹⁵⁷ Um trabalho que ilumina sobre a questão dos brindes/presentes em aldeamentos no final do século XIX é de Amoroso, M. R.. *Mudança de Hábito. Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, v. 13, 1998.

¹⁵⁸ Relatório da missão de inspeção à povoação São Lourenço, em 1919. Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. Mas, a referência anotada – próximo do fotograma 1215. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

que os Bororo adequaram a cantoria para o final de semana e se colocaram para o trabalho mediante pagamento e abertura do armazém para o consumo de bens de sua escolha. Essa ação é vista como pleno domínio de seus atos e apropriação da dinâmica do trabalho dos ditos “civilizados”. Em relatórios de outros períodos, nem mesmo os salários eram suficientes para tal envolvimento e a “desculpa” para não ir trabalhar no posto poderia ser a cantoria do Bakororo, as caçadas, pescaria e até passeios e isso sem negociação para as horas livres. O envolvimento no trabalho então se dava no tempo dos Bororo e não no tempo dos funcionários. Ou ainda dá para dizer que essa inserção só acontecia quando precisavam dos bens não produzidos por eles.

Afora esses trabalhos planejados pelo SPI dentro dos limites do posto, os índios tinham outras inserções do lado de fora do “cerco” como trabalhadores nas fazendas. Faço a menção aqui desse formato de trabalho para apontar que muito antes do SPI, os índios já se relacionavam com as pessoas do entorno de suas aldeias. Claro, que essas relações nem sempre eram sem conflitos, tendo como motivo a questão de terras e, em muitas vezes, essas relações se estabeleciam através do trabalho, isto é, os fazendeiros e “donos” de seringais se abasteciam de mão de obra indígena. O relatório da expedição dos Rios Paranatinga e São Manoel, desde suas altas nascentes, ao norte de Mato Grosso, de dezembro de 1915, narra a história de uma casa construída nas margens do rio, em que havia grande lavoura trabalhada por índios Bakairi. Em linhas seguintes, faz referência da fazenda do senhor Jango Soares que possuía grande lavoura trabalhada por Bakairi e ainda mencionava o trabalho na extração de borracha, e nesse caso, havia o problema da escravização dos índios Bakairi pelos seringueiros e morte em massa envolvendo os índios Apiacá¹⁵⁹.

Os Bakairi aparecem também como guias em expedições científicas e em expedições de visita (inspeções) do SPI a aldeamentos que não se configuravam ainda como posto indígena, mas que já tinham formalizado o contato e o Serviço estava instalado com ranchos provisórios, lavouras montadas para a atração e auxílios de brindes aos indígenas. Em visita de inspeção aos índios do Xingu, em 1926, o relatório do diarista

¹⁵⁹ Relatório da expedição dos Rios Paranatinga e São Manoel, desde suas altas nascentes, ao norte de Mato Grosso, de dezembro de 1915. Microfilme 253. Fotogramas de 689 a 717. SARQ – MI. RJ.

Joaquim Claro de Carvalho ao inspetor de Mato Grosso traz as ações dia a dia da expedição que contava também com dois norte-americanos como convidados e índios Bakairi no trabalho de guia:

Parei no Posto Bananal 14 dias, ajudando nos serviços de campo, esperando os norte-americanos e 5 índios Bacaeris: Mandú, Marcellino e seu irmão Affonso, Alfredo e Manoelzinho – índios que já tinham feito outras expedições; seguimos para o Curizevu pousando nesse dia no Ribeirão Profundo (águas do Ronuro) a 17 na cabeceira do Bugio (águas Jatobá-Ronuro); a 18 no Ribeirão do Jatobá, a 19 no rio Batovy; a 20 chegando ao Porto dos índios Curizevu. Ai paramos 8 dias fazendo pelas mãos dos Bachaery 3 canoas de Jatobá, depois de termos perdido umas duas ou três porque a época (seca) dificulta muito o desprendimento da casca. Embarcamos as 9 pessoas nas 3 cascas, rio abaixo, no dia 28; a 29 trasnuzemos 4; a 2 e 4 navegamos livremente e a 5 chegamos ao Porto dos Ianahuquás na margem direita, de onde por terra, após vendida uma distância de duas horas, chegamos a Aldeia destes índios – composta de 5 ranchos com 40 homens, 28 mulheres e 25 crianças, afora os que se achavam nas roças e caçadas¹⁶⁰.

Dos trabalhos aqui enumerados, o de guia, desempenhado por alguns Bakairi, foi um dos que podemos dizer de uma aplicação dos saberes indígenas em favor do Serviço e não sentido inverso, como demonstrado o tempo todo pela documentação administrativa. Não dá para colocar na mesma proporção a prática da lavoura, pois, nesta, mesmo que desempenhada por alguns grupos como um prática constitutiva, como nos casos dos Terena e Bakairi, também havia um saber ocidental colocado em prática através dos funcionários, situação em que sugiro negociação entre funcionários e esses grupos de trajetória agrícola.

Os trabalhos de guia, trilheiro, mateiro, intérprete não eram novos para vários grupos indígenas. Desde o século XVI é possível encontrar essas atividades sendo desempenhadas por índios para tatear matas para grupos exploradores, colonizadores, expedicionários; para recuperar negros fugidos; para explorar regiões desconhecidas adentrando o interior¹⁶¹.

Voltando à região do Vale São Lourenço, entre fins de 1928 e o ano de 1929, o relatório enviado à inspetoria informa que os Bororo construíram 48 quilômetros de trilhas do posto Córrego Grande até Demétrio (estrada que chega à cidade de Rondonópolis). Em

¹⁶⁰ Relatório do diarista Joaquim Claro de Carvalho ao inspetor de Mato Grosso em visita de inspeção aos Índios do Xingu, em 1926. Microfilme 223. Fotograma 00948. SARQ – MI. RJ.

¹⁶¹ Não vamos entrar aqui no mérito de julgar essas ações em favor ou em contra outros grupos indígenas ou outras questões e hipóteses nessa direção. Neste caso a intenção é de apenas considerar que as relações interétnicas existiam desde muito antes e elas produziam também clivagens.

1929 foi construída uma variante mais curta para chegar até Córrego Grande, sob a direção do auxiliar João Henrique Vilá e do trabalhador Henrique Porto. Os braços foram, exclusivamente, dos Bororo do Córrego Grande, dizia o relatório. Já a estrada de acesso à povoação São Lourenço foi construída exclusivamente por Bororo da povoação, “pagos igualmente como os civilizados”, sob a direção do auxiliar Luiz Joaquim Maria, que estava também respondendo como encarregado. Nesse mesmo relatório, há uma fotografia de dois índios Umutina, do Posto Fraternidade Indígena, que conduziram gado para os Bakairi, no posto Simões Lopes; e fotos de índios Bakairi conduzindo madeira para a construção da nova casa do posto. O relato ainda traz dados da produção da lavoura, em que os Bororo da povoação e do Córrego Grande não obtiveram prometedora produção como a do ano de 1928, devido ao alagamento, mas, segundo o relator, a produção dos Bororo de Perigara ia compensar com excelente colheita. A produção dos Bakairi foi mais vultosa, atendendo a necessidade de fazer, do posto Simões Lopes, a base para atacar os trabalhos no posto Pedro Dantas e também para outro posto que estava sendo estudado para a região do Xingu¹⁶². Os relatos de hectares plantados e colhidos, de produção de rapadura, de açúcar, de farinha, arroz, feijão, milho etc. são inúmeros na documentação do SPI, inclusive, para os postos indígenas em questão.



Imagem SPI02884 – *Interior da casa de máquinas*. Foerthmann, Heinz. 1943.. Foerthmann, Heinz. 1943.

¹⁶² Relatório da Inspeção Regional 06 do ano de 1929. Microfilme 379. Fotograma 889. SARQ –MI. RJ.

As imagens produzidas no espaço dos postos, como esta que se mostra acima (SPI02884), deveriam contribuir para ratificar tamanha produção. No entanto, a idealização da cena, assim como a maioria das que foram tomadas pelos fotógrafos no espaço do posto, nos permite sugerir pouco envolvimento, ou pelo menos, um corpo atuando para representar tal prática laboral. Não tenho dúvida de que as práticas laborais planejadas pelos encarregados para os índios aconteceram inúmeras vezes, com e sem sucesso, seja serrando madeira, fazendo tijolos, pilando arroz ou com a enxada nas mãos. No entanto, as idealizações das imagens também nos fazem perceber as ambiguidades aí expressas, reveladas nos gestos, nas posturas colocadas para posar e representar, mais do que nas posturas que se apresentam produzindo ações constitutivas.

A inserção dos grupos indígenas nos postos de trabalhos de fato aconteceu em vários períodos e contextos dentro dos limites dos postos, ora mais ora menos. No entanto, esse envolvimento nos trabalhos pensados para eles, não significou um abandono dos seus afazeres no ambiente da aldeia e das atividades que os constituíam como Bororo, Terena ou Bakairi.

As aldeias como lugares praticados.



Imagem SPI01088 – *Mulher Terena pintando peças de cerâmica.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01092 – *Mulher Terena queimando peças de cerâmica depois de serem pintadas*. Schultz, Harald. 1942.

O exercício segue no sentido de evidenciar a atuação dos índios dentro dos limites dos postos, desta vez estendendo para outras searas circunscritas nesse espaço que extrapola as casas administrativas (a sede, a cozinha, os galpões, a escola etc.). Refiro-me à visão periférica, o espaço da aldeia, percebida, no princípio, através das imagens panorâmicas, localizadas ao fundo de tudo, depois dos galpões das máquinas ou, de forma mais explícita, através da legenda das imagens afirmando que ao lado do posto estava a aldeia.

Assim como os espaços do posto: administrativo, educacional, nacionalizador e laboral, Schultz e Foerthmann percorreram os caminhos dentro dos limites dos postos e acabaram adentrando a aldeia. Utilizo essas imagens para ver os movimentos e atividades dos índios que configuraram, ou ainda, mantiveram o espaço de aldeia dentro do limite dos postos. Na prática de olhar, não podemos deixar de considerar os olhos da equipe etnográfica elegendo os movimentos na aldeia tanto quanto no espaço do posto. Ainda há que considerar os roteiros pré-determinados, direcionando o que fotografar e filmar.

Diferentemente do espaço do posto praticado em que as imagens contaram com um suporte documental volumoso, as ações realizadas nas aldeias quase não aparecem na documentação. Para não dizer que não encontramos nada desta parte apartada do posto, estamos considerando os relatos de pedidos de artefatos e utensílios indígenas, como atividades que foram realizadas no espaço da aldeia, pois, ao olhar para as fotografias, essa

prática de confecção se revela como constitutiva da espacialidade da aldeia. Fora esse tipo de relato, nada mais. Porém, essa ausência não sentencia o “desaparecimento” dos modos indígenas no “posto”, pelo contrário, as imagens revelam onde os índios estavam quando não apareciam para o trabalho da lavoura ou quando as crianças faltavam às aulas.



Imagem SPI03047 – *Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Começamos com a imagem (SPI03047) do pátio da aldeia Miao-Pare, localizada dentro do posto São Lourenço. Os Bororo se fazem presentes na fotografia. No momento do clique, os caminhos que atravessam a aldeia estão sendo usados por eles. Homens, mulheres e crianças dão vida à aldeia, no sentido da prática cotidiana de se locomover e circunscrever no espaço. O que chama atenção nessa imagem é o fato das pessoas que estão em mobilidade não pararem para posar para o fotógrafo.



Imagem SPI00513 – *Homens descansando em frente ao rancho com mulher trazendo água fervida*. Schultz, Harald. 1942.

Nesta última imagem (SPI00513) que apresentamos, podemos perceber os corpos relaxados. A cena se passa em uma das aldeias Terena em que a imagem é narrada como: “Homens descansando em frente ao rancho com mulher trazendo água fervida”. Antes de comentar a cena em si, há que atentar para o fato de que no espaço da aldeia é possível descansar. Pois, no espaço do posto, o trabalho e a preocupação com a área plantada davam o tom dos relatos. A água fervida é para tomar mate, bebida que se toma de forma coletiva numa “roda” em que a guampa vai sendo revezada da seguinte forma: uma pessoa recebe a guampa, toma o mate, passa para a pessoa que está com a água quente – na fotografia é uma mulher – que enche a guampa de novo e a passa para seguinte pessoa tomar. Toda essa atividade tem uma lógica interna, quem serve a água, quem bebe primeiro etc. Não conhecemos de primeira mão como é levada a cabo esta atividade nos Terena, mas com os Mbýa Guarani, no Paraguai, o processo é como descrevemos na continuação: quem serve a água é uma mulher ou o moço mais jovem, a primeira pessoa a tomar é o mais velho, depois a guampa é revezada, primeiramente, no sentido horário, bebendo a pessoa que está à direita da pessoa mais velha e o seguinte seria a pessoa que está à esquerda e assim, sucessivamente. Por último toma quem está servindo a água e começa uma nova rodada de mate. A erva-mate é uma planta endêmica dessa região mais ao sul de Mato Grosso, tendo o Rio Paraguai como um dos condutores de sua produção e a planta é encontrada em grande

parte da região sul do Brasil e adentra o Paraguai. Assim como a exploração da borracha nas florestas nativas de seringueiras, ao norte de Mato Grosso, se utilizou da mão de obra indígena, como os Bakairi, relatado em linhas anteriores, a exploração da erva-mate também se utilizou da mão de obra indígena, entre os grupos, os Terena e os Guarani. Para este contexto extrativista também havia relatos de trabalho escravo, utilizando os índios Terena.



Imagem SPI00919 – *Índios Terena ralando mandioca*. Schultz, Harald. 1942.

Continuando na aldeia Terena, a imagem (SPI00919) retrata o capitão do aldeamento Cachoeirinha, José Timóteo, ralando mandioca. Em sua companhia, provavelmente, a sua esposa, faz o trabalho de descascar a mandioca. Logo, mais ao fundo, em um segundo plano, um grupo de três pessoas: uma mulher, uma criança e um homem, que ao parecer desempenhavam a mesma atividade de descascar e ralar mandioca. A legenda feita pela equipe diz: “Índios Terena ralando mandioca”. Ao cruzar informações de outras imagens pertencentes à coleção, identificamos o homem ralando mandioca em primeiro plano. Trata-se da liderança indígena Terena do posto Cachoeirinha. Ao acercarmos a imagem, é perceptível o desconcerto da mulher em primeiro plano, cabisbaixa, demonstrando timidez. O grupo mais atrás paralisa o que estava fazendo e olha para o fotógrafo. A captação da imagem parece ter sido situacional, sem uma produção prévia da atividade, demonstrando a penetração da equipe na vida dos Terena na aldeia e

sem um pedido de permissão. O “consentimento” é compulsório. Em minha leitura, o desconforto é de todos os fotografados, inclusive, do capitão Timóteo que demonstra enrijecimento do corpo, no sentido de se colocar em uma postura ereta para se apresentar na foto.

A imagem permite muito mais. Por exemplo, ajuda a pensar a organização social da família Terena. Como estava configurada nesse espaço-tempo. A ação de ralar mandioca é indicativa de trabalho coletivo e que deve envolver, pelo menos, o grupo familiar e, quem fazia parte dele? Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1968, p. 83),

tomando-se por base Cachoeirinha, 71,3% dos grupos domésticos são constituídos por famílias elementares, sendo que estas, em maioria, são formadas por um casal e filhos solteiros. Constituídos por famílias extensas não há mais de 25,7% de grupos domésticos, nenhum, entretanto, composto por mais de três casais e filhos, sendo a maioria formada de dois casais: pai e mãe, filho e nora ou filha e genro. Um número menor de famílias extensas é do tipo fraternal ou sororal.

Estamos aqui considerando o trabalho de Cardoso de Oliveira, pois, ele esteve entre os Terena em 1955 e o capitão Timóteo ainda estava em Cachoeirinha com sua família e, na época, foi um dos seus informantes. Retomando a fotografia, dá para afirmar que a família do capitão Timóteo fazia parte dessa maioria de organização social em grupo doméstico de um casal e filhos solteiros. A hipótese é que o grupo em segundo plano era constituído pelas filhas de Timóteo e pelo filho de sua esposa, Dalina. Todos envolvidos na atividade de ralar a mandioca. Ao ler a publicação de Cardoso de Oliveira (2002) – em que este divulga parte de seus diários de campo – há um trecho no qual o capitão relata para o antropólogo como se deu o seu matrimônio

Antigamente eram os pais que escolhiam a noiva para os filhos, embora, em seu próprio caso, ele mesmo tenha escolhido Dalina. Contou que um dia a apontou para sua mãe e disse querer casar com ela. Sua mãe observou que sua pretendida noiva já tinha um filho (e tinha sido largada há algum tempo). Ponderou que talvez fosse melhor que Timóteo arranjasse uma outra mulher, mais nova e sem filho, pois assim teria menos despesa (...) (Cardoso de Oliveira, 2002, p. 240).

Na imagem (SPI00919) não aparece apenas o filho de Timóteo, Cláudio. A afirmação tem como base os dados de Cardoso de Oliveira de que o capitão teve três filhos com Dalina (duas meninas e um menino) e o nome do menino aparece na coleção: *Documentário Terena*. Cláudio foi fotografado por Schultz na seção de “tipos indígenas”,

sendo que ele e mais outras duas crianças foram identificadas com o nome, para além da identificação genérica adotada para a maioria dos fotografados. Como só ele e o neto de uma anciã Terena foram identificados, penso nessa identificação como uma marca de distinção.



Imagem SPI03088 - *Índias Bororo confeccionando esteiras e abanos*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Dando continuidade às imagens da aldeia praticada, voltamos aos Bororo que tanto deram “dor de cabeça” aos encarregados para fazerem deles trabalhadores nacionais. Desta vez, a imagem (SPI03088) “Índias Bororo confeccionando esteiras e abanos” foi feita na aldeia do Posto Córrego Grande¹⁶³. Esta atividade foi muito requisitada, não só dos Bororo, e sim, em muitos grupos indígenas, através da mediação dos encarregados dos postos indígenas com a inspetoria regional e a diretoria do SPI. Na documentação, aparecem várias solicitações de confecção e transporte dos artefatos indígenas que serviram para presentear autoridades de Estado, ou ainda, para homenagear os que fizeram visitas aos postos indígenas. Outro contexto anterior era a relação de troca que os artefatos propiciaram em situação de contato de que trataremos mais adiante.

¹⁶³ Informação colhida na base de dados do Museu do Índio.



Imagem SPI03067 – *Índio Bororo confeccionando flechas*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03069 – *Índio Bororo confeccionando flechas*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Inspirada nessa imagem de confecção de esteiras e abanos, dispensei um tempo para

olhar outras fotografias, das coleções em questão, além da documentação administrativa, com o intuito de elencar quais outros artefatos eram feitos pelos índios. Nos Bororo há remessas de arcos e flechas, esteiras e abanos. A povoação São Lourenço servia como um posto-referência para outros postos que foram montados para os Bororo em rios afluentes do Rio São Lourenço e localidades próximas, na região.

Em junho de 1922, o inspetor Antonio Estigarríbia faz a seguinte instrução ao sr. Marcelino Barreto,

Recebi Perigara¹⁶⁴ artefatos indígenas pedindo-os ao empregado Fernando e levai-os para S. Lourenço onde sr. Bandeira encaixotará com etiquetas para descerem pela lancha e serem despachados Rio. Artefatos dos Perigaras são os seguintes: 5 arcos, 4 (sic.), 7 abanadores, 4 peneiras, 1 par de orelhas, 2 cordas (sic.), 1 corda cabelo e 2 chapéus¹⁶⁵.

No posto Córrego Grande é possível ver fotografias de confecção de corda de fibra de tucum e arcos e flechas. Essas duas atividades eram feitas por homens Bororo. Na coleção do “documentário Terena” há cenas de confecção de cerâmica, tecedura de rede (atividades femininas) e confecção de chapéu com folhas de Carandá (atividade masculina). É possível ver na documentação algumas remessas de redes de tucum feitas pelos índios Bakairi aos funcionários do SPI (inspetores, ao Coronel Cândido Rondon), trocadas por mercadorias e também pelo valor em espécie. Pelos relatos, essa circulação de artefatos indígenas acontecia entre os funcionários do SPI e, principalmente, através do Coronel Rondon.

Depois, da criação da Seção de Estudos e através do CNPI, o SPI passou a contar com uma inserção científica que era pauta dentro da política indigenista e esses objetos/artefatos passaram a ter um valor científico e etnográfico e de maneira mais sistemática, passaram a ser reunidos¹⁶⁶. Em agosto de 1943 foi feita uma guia de remessa

¹⁶⁴ Perigara era outro posto montado nessa região habitada pelos Bororo. Ele era um Posto de Criação, montado para a criação de animais (cavalos e gado) para subsidiar outros postos na região. Por conta disso, o grupo de Bororo aí instalado era pequeno.

¹⁶⁵ Instrução do inspetor Estigarríbia ao encarregado de posto Marcelino Barreto, em junho de 1922. Microfilme 221. Fotograma 647 e 648. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

¹⁶⁶ Nesta altura, é necessário dizer que a questão de coleção de artefatos indígenas não era uma situação nova no Brasil. Essa prática tem uma trajetória colonial. Mas, estamos olhando para essa prática considerando o Serviço de Proteção aos Índios e, mais, como uma ação que foi sistematizada a partir da criação do CNPI e, conseqüentemente, da criação da Seção de Estudos. Antes, podemos dizer de uma ação particularizada e não sistemática do Coronel Rondon em coletar artefatos para o Museu Nacional e ainda assim, como uma

de encomendas formuladas ao “Dr. Estigarríbia” para pagamento dos artefatos que lhe foram fornecidos pelos índios, destinados à Casa do Índio.

Para a índia Maria Aguaichó – Arixe: vestido xadrez, N. S. da Penha; Para a índia Mariana: Vestido xadrez; Para a índia Anita Apodo: vestido; Para Onôa, filho do índio João Comprido: Enxada 4 paus 2 los Carritel elefante n. 20; Para o índio Paulo Tori: rede e mala; Para o índio José Mariano Icacorogode: cobertor cinza; calça de brim lenhador, camisa de brim Alegre; Para o índio Otopaite: caldeirão c. 4.500 gramas; Para o índio Cap. Vitorino: cobertor cinza, par de sapatos para crianças; para o índio Francisco Bugre: cinto cartucheira; para o índio Quirino Aduogore: cobertor fantasia, camisa de brim; para Icocorugoduche: pratos louçados, colheres Lyra; para Odogo-gorido: vestido xadrez¹⁶⁷.

Ao olhar para essas cenas e refletir sobre essa atividade, primeiro dá para constatar que essas ações faziam do espaço da aldeia, um lugar praticado, prática que configurava, inclusive, trabalho, muito diferente das imagens de trabalho feito pelos índios no espaço do posto, em que se percebe a dureza e a disciplina inscritas nos corpos indígenas. Ainda dá para perceber o pátio da aldeia como o lugar em que a prática era catalizadora de muitos processos, entre eles, o de espelhamento de experiência de percepção cognitiva e constitutiva do Bororo ou do Terena. A processualidade do modo de fazer para saber, para continuar praticando, como um espaço-tempo para assegurar constituição de pessoa e de coletivo.

Cruzando as imagens com relatos, como esse trecho citado acima, de uma produção considerável de artefatos para a Casa do Índio, no Rio de Janeiro, constata-se a confecção de artefatos enquadrada nessa concepção etnográfica e de registro documental através da coleta sistemática para o circuito museológico e, conseqüentemente, de exposição. Seguindo um pouco mais no recorte temporal, aqui proposto, encontramos o seguinte telegrama, de novembro de 1950, da inspetoria para o posto São Lourenço.

Roupa Guri seguirá primeira oportunidade. Deveis recomendar ao índio Guri para ele se ocupar exclusivamente de fabricação arco e flechas sobre outros artefatos temos encomendas da Diretoria. Pagamento será feito mediante entrega referidos artefatos¹⁶⁸.

prática inserida no sistema de troca, em situação de contato e também como uma ação educadora e de pacificação (troca de arcos e flechas por utensílios e miçangas, por exemplo).

¹⁶⁷ Lista de produtos que foram enviados para índios e índias Bororo que produziram artefatos indígenas destinados à Casa do Índio, no Rio de Janeiro, em 1943. Microfilme 267. Fotograma 1640. SARQ – MI. RJ. Nos fotogramas seguintes havia mais 21 pedidos parecidos a estes.

¹⁶⁸ Telegrama da inspetoria regional 06 ao posto indígena São Lourenço, em 1950. Microfilme 269.

A hipótese sobre o significado que os artefatos indígenas ganharam a partir da década de 1940, através do SPI, é de uma inserção no mercado museológico e, dito de outra forma, mercado especializado, até então explorado pelos etnólogos em expedições científicas em determinados grupos, localizados, em diversos lugares no interior do Brasil¹⁶⁹. Essa prática, em minha leitura, contribuiu para estampar a ambiguidade que se evidenciou ainda mais no órgão com intervenção de uma antropologia aplicada via CNPI e Seção de Estudos. Esse documento acima é muito revelador, no sentido, de que, mesmo que a confecção de artefatos tenha entrado em um mercado especializado, com ganhos financeiros e políticos para o SPI, a prática teve um efeito contrário à política transformadora e nacionalizadora dos índios rumo à integração tão desejada.

A confecção de artefatos e utensílios para um consumo externo ao universo cultural indígena, de acordo com o relato, colocou índios e grupos indígenas em um processo de produção de mercado, nesse caso, com claras evidências de exploração do trabalho indígena, mas, ao mesmo tempo, via tal prática, muitos encontraram uma forma de continuar a produzir bens “materiais e culturais” que mantinham vivos os seus hábitos e costumes. Para esses índios, envolvidos nessa ação, a hipótese é de que o controle do encarregado do posto foi menos rígido, na obrigação dos afazeres nos espaços dos postos e, mais, a confecção de artefatos fixava uma prática no espaço da aldeia, dando motivos para a manutenção desse lugar que, através dos discursos dos encarregados, parecia instável, efêmero.

Fotograma 000285. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

¹⁶⁹ Para saber mais desse circuito e das expedições e alguns importantes etnólogos que se ocuparam de coleta de artefatos para museus na Europa e América do Norte, ver Grupioni (1998).



Imagem SPI03033 – *Pesca dos índios Bororo*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03034 – *Pesca dos índios Bororo*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Heinz Foerthmann fez fotografias da pescaria Bororo, como determinava a instrução no roteiro para a expedição em São Lourenço. O fotógrafo produziu um número de 18 imagens sobre a pesca com a rede Bororo. A imagem (SPI03033) demonstra a ação como coletiva, de um grupo de 14 homens, cada um com uma rede, tomando toda a extensão de uma margem à outra do rio. Mas, entre as imagens da pescaria coletiva, há também fotografias de uma pesca individual, também com a rede denominada de “Buke”. Essa pesca que foi retratada, inclusive, resultou na captura de um peixe, denominado *Pintado*, com aproximadamente um metro de comprimento. Segundo Colbacchini e Albisetti (1942),

os Bororo chamam a si mesmo com o nome desse peixe, *Orari*. Esses autores dispensam alguns trechos com informações etnográficas sobre a pescaria feita pelos Bororo.

A rede ordinária de pesca chamam *buke*, que preparam muito habilmente com fibra tirada da folha do tucum. Usam esta rede da seguinte forma: Ao amanhecer entram pela foz de um rio afluente de um outro maior. Onde as águas tem mais ou menos, um metro de altura, os índios abrem contra a corrente as redes que, feitas em forma de cone, ocupam quase toda a largura do rio. Outros que já tinham ido rio acima, descem espantando os peixes que incautamente entram nas redes (Colbacchini e Albisetti, 1942, p. 85).

Tomando a descrição dessa técnica de pescaria com a rede Bororo, faz sentido a localização da aldeia, no posto São Lourenço. Se observarmos o mapa do posto, demonstrado no capítulo II, a aldeia estava localizada nas margens do São Lourenço bem próximo da desembocadura de um rio afluente, no mapa indicado como “Antigo São Lourenço”. Vale lembrar que a povoação São Lourenço foi instalada ao lado da aldeia Bororo que já se encontrava nessa espacialidade, mesmo antes da implantação da Colônia Militar, também instalada no mesmo lugar da povoação, no final do século XIX.



Imagem SPI03086 – *Meninos Bororo tomando caldo com ajuda de conchas fluviais*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Muito mais que índios trabalhando, transitando, descansando, para reforçarmos que o espaço da aldeia era, de fato, praticado, com a vivência do cotidiano Bororo, tomamos as

imagens (SPI03086, logo acima e, SPI00204, mais abaixo) produzidas por Foerthmann e Schultz, respectivamente, das crianças presentes nos espaços da aldeia. A primeira fotografia (SPI03086) tem ao centro do enquadramento seis meninos Bororo em volta de uma panela de barro, *Aria* (panela grande), tomando um preparado, mencionado na legenda, como caldo, utilizando conchas de rio como colheres. De acordo com Colbacchini e Albisetti (1942), o Bororo fabrica cerâmicas de uma argila preta, chamada de “rotu”. Essa fabricação é trabalho das mulheres. Tomado coletivamente, o “caldo”, conteúdo da panela, poderia ser várias coisas, pois, grande parte da alimentação dos Bororo é cozida nessas panelas de barro. A sugestão é um mingau que eles denominam genericamente “boe kugu”, coisa líquida. (Colbacchini e Albisetti, 1942). Outra situação que salta aos olhos é que os meninos, no espaço da aldeia, não estão vestidos com roupas dos ditos “civilizados”. As notas etnográficas informam que as crianças andam nuas até os oito ou dez anos. Outra observação é de uma separação de gênero desde cedo, os meninos se reúnem em brincadeiras diferentes das de meninas, mas, ambos, até essa idade pertencem à sociedade das mulheres. Os meninos passam a fazer parte da sociedade dos homens a partir de um rito de iniciação, onde recebem o *bá*, o estojo peniano, que normalmente é feito de uma tira de folha da palmeira de babaçú ou *uaguassú*, dando um formato de argola cônica.

A fotografia revela que, pelo menos, três meninos estão com pinturas faciais. Os Bororo pintam a face com uma resina denominada de *kiddoguro* misturada com pó de carvão. Olhando da esquerda para a direita, o primeiro traz uma pintura que é uma listra preta contornando no meio da testa até a fonte, descendo daí, simetricamente, à maçã do rosto, indo terminar um pouco acima do canto dos lábios e fechando, percorrendo o lábio superior. O segundo tem a parte do rosto coberto com tintura de urucum, que dá a coloração vermelha. E a outra criança é possível perceber a pintura no rosto, semelhante ao primeiro menino, só que com a diferença que a listra preta não se fecha em cima dos lábios e finaliza no canto da boca. Seguindo essa sequência, ele é o quinto ou o segundo, olhando do lado direito em direção ao esquerdo. De acordo com Colbacchini e Albisetti (1942, p. 59), os desenhos feitos de *Kiddoguro* tinham fins ornamentais, mas, também curativos, pois, o carvão é tido como medicinal. Utilizo os dados de Colbacchini e Albisetti para tecer algumas linhas descritivas sobre os desenhos faciais, pois, a hipótese é de um olhar

informado da equipe sobre essas pinturas corporais, através das etnografias desses dois padres salesianos.



Imagem SPI00204 – *Menina Terena torrando cocos de macaiubas ou bocaiubas*. Schultz, Harald. 1942.

A segunda fotografia (SPI00204) é de uma menina Terena torrando bocaiuvas em uma panela de barro de boca larga em um fogão feito de uma base de três pedras e nos vãos, as madeiras para queimar. É possível perceber pelas imagens do “documentário Terena” esses fogões em frente da casa ou ainda em um rancho como uma extensão da casa, semelhante ao lugar onde os homens Terena bebiam o mate, tendo em frente, o fogão para ferver água. Não consegui informação sobre a denominação desses fogões, que são conhecidos – por exemplo, em Mato Grosso e regiões do “interior”, tidas como rurais – pelo nome de “Tacuru”. A menina Terena utiliza um abano feito de palha, podendo ser de buriti ou babaçu, pra acender o fogo e fazê-lo permanecer aceso, com a mão direita mexe os coquinhos de bocaiuva que estão assando em uma panela de barro, com um pedaço de pau, parecendo um pedaço de bambu. Ao lado do fogão, uma chaleira de ferro, indicativo, em minha leitura, da necessidade de sempre ter água quente para o mate.

Vale ressaltar que as fotografias feitas dos índios Terena e Bororo no espaço da aldeia ou ainda em espaços que não tinham o objetivo de demonstrar o “enquadramento” nos trabalhos pensados para eles são de uma riqueza etnográfica incontestável. As cenas

dão conta do espaço vivido e, mais, das atividades sendo vivenciadas em diferentes contextos do cotidiano, dando condições de abordagens etnográficas dos universos sociais e culturais desses grupos.



Imagem SPI03021 – *Meninos Bororo tomando banho no rio São Lourenço.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03075 – *Índio Bororo fazendo corda de fibra de tucum.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03049 – *Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03093 – *Índias Bororo confeccionando esteiras e abanos.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI00195 – Índio Terena costurando chapéu com folhas de Carandá. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00232 – Índia Terena tecendo rede para dormir. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00348 – Interior de um rancho Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00417 – Índia Terena idosa sentada no chão manuseando tipos de frutos. Schultz, Harald. 1942.

Ao invés de detalhar as fotografias por palavras, penso que o melhor é mostrar mais algumas dessas cenas. Pois, as palavras não dão conta dos detalhes e das possibilidades etnográficas oferecidas por essas imagens. Harald Schultz e Heinz Foerthmann não tinham a intenção de desvelar essas práticas como ações que estavam sendo desenvolvidas nos espaços dos postos. Pelo contrário, por se tratarem de atividades muito próprias das ações dos índios, elas não estariam na pauta desses fotógrafos se não fosse por uma convicção de que elas tinham tempo de vida curto dentro dos postos indígenas, a ponto delas serem, então, acessadas nos espaços dos museus ou, do acervo documental da Seção de Estudos. As cenas chamam qualquer antropólogo para o campo etnográfico, fazendo dessas fotografias um suporte para acessar os Bororo e os Terena em seus lugares, que não eram os postos indígenas e sim as aldeias, seja ela Bananal, Cachoeirinha, Meau-Pari, Pobori, Tadarimana, Córrego Grande, enfim, aldeias pertencentes a esses grupos e suas práticas.

No total, são mais de 500 imagens que retratam o cotidiano das aldeias. Se através da documentação administrativa do SPI não é possível acessar essa vivência da e na aldeia, as fotografias vão em sentido contrário, descortinando um universo que foi retratado com fins de guardar essa cotidianidade nos museus, mas, também, sem querer, acabou lançando luz para as ações não relatadas nos documentos/relatórios dos postos para a inspetoria e conseqüentemente para a diretoria do SPI, pois, esses dados poderiam, na época, atestar contra ao projeto civilizador em curso.

Conclusão.

O espaço, enfim, com suas duplas determinações: fictício-real, produto e produtivo, material-social, imediatidade-mediação (meio e transição), conexão-separação etc.

Henri Lefebvre.

Ao fazer o exercício de olhar para as fotografias que revelavam o posto indígena sendo praticado, encontramos inúmeras cenas que, primeiramente, reforçam a constatação de discontinuidades dentro dessa estrutura que foi concebida, construída e veiculada como

una. Desta vez, não só pela estrutura espacial, como percebemos no capítulo anterior, e sim, pela presença dos grupos indígenas e funcionários do SPI que moravam dentro dos limites do posto. Com isso, enxergamos os índios fazendo funcionar espaços como a escola, o pátio, a lavoura, a casa de máquinas etc.. Os administradores tinham como função prestar conta de “tudo” que era feito nos limites do território do posto. Havia uma periodicidade de produção de relatórios informando ao SPI aspectos do cotidiano, como a colheita, as benfeitorias, roçadas, derrubadas e plantações, criação, pastagem, chegada e saída de índios, além de pequenos acontecimentos, incidentes e conflitos entre índios e segmentos da sociedade nacional. Os relatórios informavam sobre as visitas dos índios ao posto, sobre dados de nascimento e morte, bem como prestavam contas sobre o que foi possível produzir na lavoura, frequência escolar, total de matriculados. Esse universo do posto estava detalhado e, aparentemente, via documentação escrita, estava bastante praticado.

No entanto, como já dissemos o posto não acabava nessas estruturas de alvenaria. Desse centro irradiador saíam e chegavam caminhos, ramificações que davam nas aldeias, nas casas dos índios. Os fotógrafos fizeram esses caminhos e fotografaram os mesmos grupos indígenas que faziam funcionar o posto, agindo também nesses espaços, só então, revelados através das imagens. Pois, via documentação escrita conseguimos apenas saber da existência dessas aldeias e suas denominações, como lugares prestes a desaparecer. Através das coleções fotográficas, a aldeia se revela na prática de sua cotidianidade, engajada e encarnada de diversos agenciamentos que não estão presentes nas prestações de contas dos agentes do SPI. Com isso, percebemos que a materialidade, de fato, se constituía nas ações dos índios realizadas na aldeia e, tendo o posto, constituído de atuações, bem mais do que ações, de um lugar para frequentar e para estar. Diferentemente do espaço do posto, ao olhar para o conjunto das imagens feitas na aldeia, é tácita a existência de vida lúdica nessa espacialidade se opondo à rigidez do corpo subjugado e submisso na espacialidade do posto.

Ao mostrar, mais do que percorrer sobre as ações realizadas pelos grupos indígenas nas aldeias ou nas casas dos índios, compreendi ações que fazem parte do presente e não, necessariamente, da década de 1940. O que essas imagens revelam é que as aldeias indígenas não deixaram de existir com a presença dos postos. Esse fato é fundamental para

entendermos o porquê de diversos povos indígenas, em contextos mais favoráveis, como o processo constituinte de 1988 e a criação de associações indígenas, retomarem o controle e a gestão de seus grupos, perante o governo brasileiro. Tenho a impressão de que alguns casos, denominados de “etnogênese”, podem estar ancorados nessa parte do posto, que esteve apartado e invisível, que, no entanto, em nenhum momento deixou de existir. Os funcionários do Serviço tiveram poder de interferência na parte construída de alvenaria, onde estavam previstas atividades laborais, disciplinadoras e educadoras ao modo da cultura ocidental. Mas, não tinham o controle de “tudo”. As casas dos índios, no formato de aldeia, de casas de pau-a-pique ou de taipa, permaneceram sendo gestadas pelos Bororo, pelos Terena e pelos Bakairi.



CADERNO ICONOGRÁFICO

Anexo capítulo III

Os postos e as aldeias: lugares para estar e viver.

Postos São Lourenço e Córrego Grande como lugares praticados.

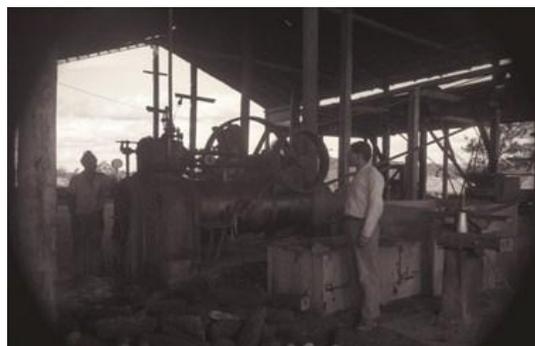


Imagem SPI00348 – *Interior de um rancho Terena.* Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00417 – *Índia Terena idosa sentada no chão manuseando tipos de frutos.* Schultz, Harald. 1942¹⁷⁰.



Imagem SPI02880 – *Índio Bororo trabalhando em serraria cortando toras de madeira.* Foerthmann. 1943.

Imagem SPI02884 – *Interior da casa de máquinas.* Foerthmann, Heinz. 1943.

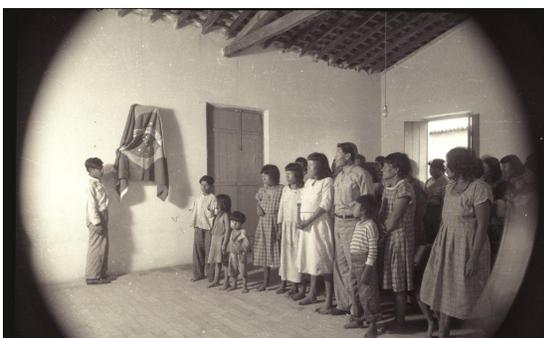


Imagem SPI02886 – *Inauguração de retrato do Presidente da República na escola do posto, assistida pelos índios.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02890 – *Inauguração de retrato do Presidente da República na escola do posto, assistida pelos índios.* Foerthmann, Heinz. 1943.

¹⁷⁰ No acervo do SARQ – MI, as legendas das imagens SPI02876 e SPI02877 estão trocadas com as legendas das imagens SPI02880 e SPI02881. Aqui apresento a imagem SPI02880 na sequência. Não trago a imagem SPI02881 por se tratar do mesmo enquadramento sem alteração dos elementos presentes na fotografia.



Imagem SPI02891 – *Hasteamento da Bandeira Nacional pelos índios Bororo.* Foerthmann, Heinz. 1943.
Imagem SPI02893 – *Hasteamento da Bandeira Nacional pelos índios Bororo.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02898 – *Menino Bororo estudando na escola indígena do posto.* Foerthmann, Heinz. 1943.
Imagem SPI02900 – *Menina Bororo fazendo trabalho de agulha na escola do posto.* Foerthmann, Heinz. 1943.
Imagem SPI02902 – *Menina Bororo fazendo trabalho de agulha na escola do posto.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02920 – *Índio Bororo trabalhando na roça de arroz, após queimada.* Foerthmann, Heinz. 1943.
Imagem SPI02907 – *Índio Bororo trabalhando na roça de arroz, após queimada.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02960 – *Gado do Posto Indígena*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02990 – *Índios Bororo ralando mandioca*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Posto Indígena de Atração Simões Lopes como lugar praticado.



SPI02635 – *Cavalo de sangue puro*. Foerthmann, Heinz. 1943.



SPI02689 – *Índios Bakairi castrando boi*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02697 – *Alunos Bakairi em sala de aula*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02711 – *Grupo de alunos Bakairi uniformizados em frente à escola*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02713 – *Grupo de alunos Bakairi uniformizados em frente a escola*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02716 – *Moças Bakairi recebendo aulas para se tornarem enfermeiras do hospital Simões Lopes*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02722 – *Moças Bakairi em frente ao hospital Simões Lopes.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02727 – *Moças Bakairi em frente ao hospital Simões Lopes.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02732 – *Hasteamento da Bandeira Nacional assistido por índios Bakairi e índios do Xingu (Mehináku, Kuikuru, Kalapálo, Waurá, Aweti) que visitaram o posto vindo de suas aldeias nos Rios Curisevo e Culuene.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02740 – *Grupo de alunos Bakairi assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02749 – *Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02753 – *Distribuição de presentes aos índios Xinguanos.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02755 – *Menina Bakairi oferecendo presente a um índio Xinguano.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02756 – *Edmar Morél, repórter dos Diários Associados, oferecendo presente a índio Xinguano.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02758 – *Otaviano Calmon presenteando índio Xinguano.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02760 – *Distribuição de caramelos a crianças Bakairi.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02761 – *Índios Xinguanos apreciando os presentes que ganharam.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02764 – *Álvaro Duarte dando presente a uma índia Xinguana.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02700 – *Menino Bakairi durante a aula na escola do posto.* Foerthmann, Heinz. 1943.

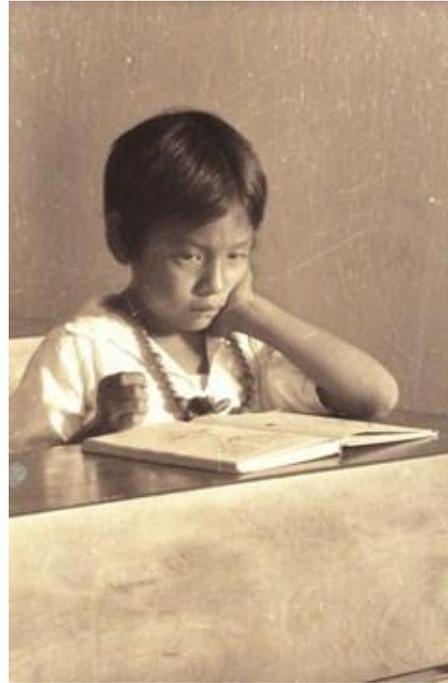


Imagem SPI02701 – *Menina Bakairi durante a aula na escola do posto.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02735 – *Grupo de alunos assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02742 – *Grupo de alunos Bakairi assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Postos Cachoeirinha e Taunay como lugares praticados.



Imagem SPI00009 – Vista interna da escola mista Gal. Rondon, aula dada pelas professoras D^a Alayde Fonseca Ibiapina e D^a Zenith Oliveira Antunes. Observa-se na imagem alunos Terena. Schultz, Harald. 1942.
Imagem SPI00082 – Grupo de índias Terena, alunas da escola mista General Rondon, na cerimônia do hasteamento da Bandeira Nacional. Estão presentes o cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa e a professora Zenith Oliveira Antunes. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00086 – Menino e menina Terena, alunos da Escola Gal. Rondon, segurando as cordas do Pavilhão Nacional. Schultz, Harald. 1942

Imagem SPI00256 – Gado do índio Terena chamado Alexandre Albuquerque. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00329 – Time de futebol terena e seus adversários não índios de Duque Estrada. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00341 – Fabricação de tijolos por índios Terena na olaria do Posto Cachoeirinha. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00413 – Fotografia do encarregado do posto, Francisco Ibiapina e da professora da Escola Mista General Rondon, Zenith Oliveira Antunes. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00532 – Gado bovino dos índios Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00565 – Índios Terena reunidos tocando violão. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00788 – Moradia do encarregado e posto indígena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00847 – Celebração de missa campal em frente à igreja católica do posto, para Terenas e funcionários do Posto Indígena. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00852 – Grupo de pessoas assistindo à missa em frente à igreja, composto por funcionários do posto e índios Terena. Schultz, Harald. 1942.

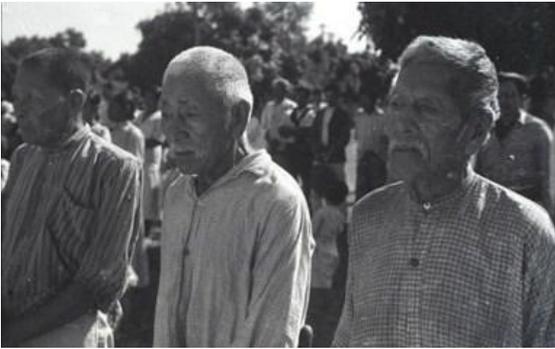


Imagem SPI00856 – Grupo de pessoas assistindo à missa em frente à igreja, composto por funcionários do posto e índios Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00865 – Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00869 – Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00957 – Serraria provisória. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00982 – Fase da dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00986 – Fase da dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01001 – *Fase da dança do Bate-pau*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI01003 – *Na olaria do posto, preparação do forno para queimar tijolos*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01078 – *Crianças Terena em sala de aula na escola de Cachoeirinha*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI01099 – *Forno da olaria do Posto Indígena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01081 – *Aluno Terena com o livro aberto em cima da mesa*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI01084 – *Aluna Terena com o livro aberto em cima da mesa*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI01085 – *Aluna Terena estudando em sala de aula*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01086 – *Aluna Terena fazendo crochê.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00872 – *Alunos Terena na cerimônia de hasteamento da bandeira nacional.* Schultz, Harald. 1942

Aldeias Bororo dos postos São Lourenço e Córrego Grande como lugares praticados.



Imagem SPI02999 – *Canoa grande subindo o rio São Lourenço.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03009 – *Índios Bororo navegando em sua canoa pelo rio São Lourenço.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03021 – *Meninos Bororo tomando banho no rio São Lourenço.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03033 – *Pesca dos índios Bororo.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03034 – *Pesca dos índios Bororo.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03047 – *Uma aldeia dos índios Bororo chamada Miao-Pare.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03068 – Índio Bororo confeccionando flechas. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03075 – Índio Bororo fazendo corda de fibra de tucum. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03078 – Índio Bororo pintando o corpo com urucum e óleo de peixe. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03082 – Meninos Bororo tomando caldo com ajuda de conchas fluviais. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03088 – Índias Bororo confeccionando esteiras e abanos. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03092 – Índias Bororo confeccionando esteiras e abanos. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03101 – *Índios Bororo realizando a dança do Gavião*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03103 – *Índios Bororo realizando a dança do Gavião*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03108 – *Índios Bororo realizando a dança do Gavião*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03131 – *Índio Bororo enfeitado para festa*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03134 – *Índio Bororo com zunidores (Schwirrholz)*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03146 – *Índios Bororo participando da Festa do Aide*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03154 – Índios Bororo participando da Festa da Primavera, realizado na aldeia em torno de suas casas. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03161 – Índios Bororo participando da Festa da Primavera, realizado na aldeia em torno de suas casas. Foerthmann, Heinz. 1943.

Aldeias Terena dos postos Cachoeirinha e Taunay como lugares praticados.



Imagem SPI00051 – Mulher aquecendo água para o mate em seu rancho. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00169 – Vista do rancho, com paredes de taguarassu batido formando estreitas tábuas coberto com capim-sapê. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00204 – Menina Terena torrando cocos de macaiubas ou bocaiubas. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00318 – Cena noturna da dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00320 – Índios Terena assistindo a dança do Bate-pau, sentados em cadeiras e no chão e algumas crianças dormindo enroladas em panos. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00323 – Cena do baile a rigor realizado após a dança do Bate-pau. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00348 – Interior de um rancho Terena. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00357 – Mulher Terena sentada em tábuas lavando roupas. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00364 – Meninas Terenas nuas buscando água num olho d'água. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00368 – Meninas Terenas nuas buscando água num olho d'água. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00474 – *Família Terena em frente ao rancho.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00513 – *Homens descansando em frente ao rancho com mulher trazendo água fervida.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00517 – *Índia virando farinha de mandioca em um torrador com uma grande colher de pau no interior da "Casa de Farinha".* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00669 – *Índia Terena costurando na varanda do rancho.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00673 – *Índia Terena num tear fazendo uma rede de dormir com fio de tucum.* Schultz, Harald. 1942.

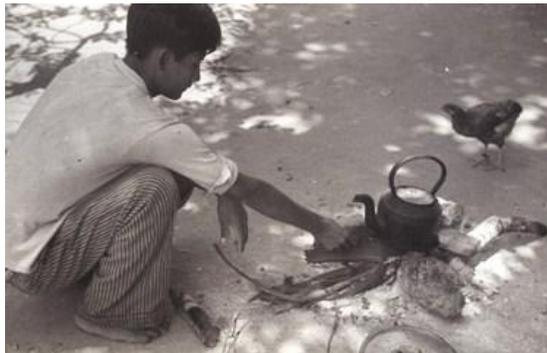


Imagem SPI00879 – *Índio Terena acendendo fogueira.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00919 – Índios Terena ralando mandioca. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00962 – Lavadeira num posto provisório de aproximação Chatolado. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01029 – Crianças Terena na rede. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01035 – Casal com crianças em frente a jirau para plantação de cebola e salsa. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01089 – Mulher Terena pintando peças de cerâmica. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00067 – Voltam outra vez do círculo para a forma de coluna por dois. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00195 – Índio Terena costurando chapéu com folhas de Carandá. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00232 – Índia Terena tecendo rede para dormir. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00417- Índia Terena idosa sentada no chão manuseando tipos de frutos. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00454 - Grupo de índios Terena em frente ao rancho, tendo um deles tomando chimarrão. Schultz, Harald. 1942.

CAPÍTULO IV

FACES DO INDIGENISMO OFICIAL BRASILEIRO





Sequência 01 - Mulher idosa Bororo com aproximadamente 75 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943¹⁷¹.



Sequência 02- Homem Bororo com aproximadamente 30 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943¹⁷².

¹⁷¹ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03328, SPI03329, SPI03330, SPI03331, SPI03332, SPI03333, SPI03334, SPI03335, SPI03336 e SPI03337, respectivamente.

¹⁷² A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03185,

Via telegrama, do dia 03 de novembro de 1943, o chefe do Serviço Etnográfico do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Harald Schultz apresenta para o encarregado do Posto Indígena do Córrego Grande, José Alves de Arruda,

os senhores Henrique Foerthmann, Nilo Oliveira Vellozo e João de Souza Veríssimo Júnior, respectivamente, encarregado da administração e fotografias, cinematografista e eletrecista da equipe de campo do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, que vão até esse posto indígena fazer os trabalhos de que estão incumbidos, pelo referido Conselho¹⁷³.

Esta instrução de apresentação tem como resultado as sequências de fotografias que abrem este capítulo, sendo a autoria de Heinz Foerthmann, que foi indicado por Schultz para ser também o encarregado da expedição no Vale São Lourenço com a incumbência de fotografar e filmar os índios Bororo dos postos indígenas Córrego Grande e São Lourenço. A partir de 1942, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), além da Seção de Orientação e Assistência e a Seção Administrativa, passou a contar com a Seção de Estudos, departamento em que estava lotada a equipe do Serviço Etnográfico sob o comando de Harald Schultz.

As sequências fotográficas arroladas acima fazem parte da coleção “Bororo”, composta por 506 fotografias, sendo que 146 são retratos de “tipos indígenas” Bororo que correspondem a 25 séries. Isto é, no ano de 1943, Foerthmann fotografou 25 índios Bororo entre homens, mulheres e crianças de diversas idades. Ao trazer essas séries de imagens pretendo apresentar uma discussão sobre as “raças indígenas” no contexto do Serviço de Proteção aos Índios e, mais especificamente, a partir da inspetoria regional 06 e dos postos indígenas em questão neste trabalho. Apesar de circunscrever para uma perspectiva local, a discussão reporta a um âmbito mais abrangente de modo a refletir sobre essa questão dentro do SPI, principalmente, por meio dos atores sociais (funcionários) e até mesmo em outros contextos institucionais do período.

Entretanto, é necessário frisar que não há a intenção de tratar dessa questão em uma perspectiva totalizadora sobre “raças indígenas” nesse período e, nem mesmo dentro do próprio SPI, como uma única visão da instituição sobre a questão e tampouco de maneira a esgotar a discussão, visto que isso seria difícil a partir do recorte documental feito aqui e

SPI03186, SPI03187, SPI03188, SPI03189, SPI03190, respectivamente.

¹⁷³ Instrução de 03 de novembro de 1943. Microfilme 197, Fotograma 889. SARQ – MI. RJ.

também por entender que cada posto indígena e funcionários envolvidos estavam em contextos locais diferenciados, portanto, guardavam especificidades e práticas diversas que dificultam uma análise macro dessa questão. Além disso, ao palmilhar a documentação, comungo com Mary Douglas (2007, p. 12) que *em níveis mais elevados de organização, os controles sobre os membros que a constituem, situados em níveis mais baixos, tendem a ser mais fracos e mais difusos.*

De início, a primeira pergunta que fiz ao olhar para estas e outras séries de “tipos indígenas” que compõem a coleção, é o porquê, naquele período, ainda se fazia essa modalidade de fotografias? Que mentalidade estava impressa em tais inscrições fotográficas? Há um desempenho de exibição do fotografado, numa perspectiva performática? Ou, o que está impresso nessas imagens é resultado da ação imposta pelo fotógrafo e outros funcionários do SPI, através de uma obediência rígida às instruções normativas? Acredito que essa discussão pode render outros desdobramentos a partir dos questionamentos dessas imagens na perspectiva do “paradigma indiciário”¹⁷⁴, nos revelando um corpo social de ações tanto dos funcionários quanto dos índios em questão.

Por conta disso, penso em dois movimentos. Um primeiro sobre as concepções raciais que delineavam o pensamento dos agentes que faziam o trabalho expedicionário, ou mesmo, dos funcionários que trabalhavam diretamente com os grupos indígenas nos postos. O segundo movimento é o exercício de sugerir o que os fotografados devolveram ao olhar para a objetiva da câmera, ou ainda, para o fotógrafo que estava atrás da câmera. Barthes (1984), ao verticalizar o olhar para a fotografia como medida do “saber” fotográfico, fala de três movimentos que a fotografia cria

Observei que uma foto pode ser objeto de três práticas (ou três emoções, ou três intenções): fazer, suportar, olhar. O *spectator* somos todos nós, que compulsamos, nos jornais, nos livros, nos álbuns, nos arquivos, coleções de fotos. E aquele ou aquela que é fotografado, é o alvo, o referente, espécie de pequeno simulacro, *éidolon* emitido pelo objeto, que de bom grado eu chamaria de *spectrum* da Fotografia, porque essa palavra mantém através de sua raiz uma relação com o espetáculo e a ele acrescenta essa coisa um pouco terrível que há em toda fotografia: o retorno do morto (Barthes, 1984, p. 20).

Assim sendo, inspirada nessa citação de Barthes, vou propor olhar esse “espetáculo” e

¹⁷⁴ Conforme Carlo Ginzburg (1990).

procurar esse retorno do “morto”.

“Tipo Indígena” ou “Tipos Indígenas”, “Raça Indígena” ou “Raças Indígenas”.

Um dos elementos visíveis nas imagens e que me provocou várias indagações a respeito das séries de imagens que abre esta discussão, é precisamente essa maneira de fotografar no plano americano, dando destaque ao rosto e ao tórax, em uma perspectiva impregnada de conceitos da antropologia física. As imagens antropométricas tiveram o seu “boom” a partir da segunda metade do século XIX e seguiam

diretrizes que passavam, fundamentalmente, pelo isolamento dos sujeitos do seu contexto, os situando sobre fundos neutros, nus ou seminus; desta maneira, o sujeito se convertia em um verdadeiro objeto de análise, afastado de qualquer “variável” que pudesse alterar a preeminência do orgânico acima do cultural (Calvo, 1998, p. 132).

Complementar às imagens há também as fichas antropológicas que seguiam as normas vigentes, tendo como eixo central evidenciar os traços físicos, como cor da pele, altura e uma série de medidas dos membros do corpo. Mediante este fato, *a antropometria tentava estabelecer os tipos humanos. Medi-los, qualificá-los como passo prévio a seu estudo antropológico* (Pino-Díaz, etc., 2009, p. 169). Acredito que essa pretensão de objetividade ficou impressa nessas imagens e, a partir desse dado, faço a conexão direta com a instrução de apresentação dos trabalhos cine-fotográficos da equipe da Seção de Estudos, em 1945, na capital de Mato Grosso, em que o funcionário Nilo Oliveira Vellozo elege um conjunto de fotografias para exposição na inspetoria. Nesse conjunto há uma classificação de temas envolvendo aspectos dos postos São Lourenço, Fraternidade Indígena, Cachoeirinha e Curizevo. Entre os itens que compunham esses aspectos estavam os “tipos de índios Bakairis, tipos Umutinas, tipos Bororos”¹⁷⁵. A partir dessa classificação, há várias questões a serem investigadas com mais cuidado e rigor analítico, tais como a denominação de “tipo” ou ainda “tipos”, na qual a ideia de raça é fundamental e me faz perguntar se na visão desses funcionários cada “tipo” compreendia uma “raça” diferente, ou

¹⁷⁵ Microfilme 339. Fotograma 764. SARQ – MI. RJ. Vale frisar que algumas fotografias de “tipos Bororo” e “tipos de índios Bakairi” que Nilo Vellozo estava preparando para exibir estão sendo analisadas nesta tese.

“tipos” diferentes eram subespécies e variedades que compunham a “raça” indígena, denominada desde Carl Friedrich Philippe Von Martius (1982 [1845]) como “raça americana”. Qual ou quais os significados que estavam impressos nessa coleção de “tipos indígenas” nas primeiras décadas do século XX?

Monteiro (1996, p. 18), ao estudar sobre as “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império, afirma que

no último quartel do século XIX (...) havia um consenso em torno de uma espécie de padrão evolucionista, onde os índios “remanescentes” constituíam uma “raça” – ou um conjunto de “raças”. No entanto, os usos e abusos do conceito de raça eram bem variados desde o princípio.

Acredito que Monteiro, ao sinalizar que os índios consistiam uma “raça” ou um conjunto de “raças”, demonstra que havia modulações no uso do conceito, podendo ser operado por várias doutrinas raciais. Para seguir adiante com a reflexão, é importante frisar que essa questão passou a ser pautada de maneira mais recorrente tomando como base princípios deterministas, hierárquicos e, evidentemente, parâmetros biológicos, dentro do que se denominava de antropologia física. Penso que a recorrência do tema estava ligada a uma série de fatores, mas um que considero bem importante e que de alguma forma resultou em outros fatores, como um efeito dominó, foi o fato de o Brasil passar de um governo imperial para um governo republicano, obrigando a pensar nessa questão conectada com a questão da nação e da nacionalidade.

Percebe-se na documentação um uso indiscriminado do conceito de “raça”, ou ainda dizendo, um uso indiscriminado da palavra “raça”, que ora beira o uso consciente em contextos específicos e especializados, ora, dependendo do funcionário do SPI, era utilizada apenas para se referir ao índio, já que essa analogia estava “naturalizada” muito antes desse contexto temporal. Nota-se pouco domínio no emprego do vocabulário, sem fazer distinções apuradas, podendo “tipos de índios Bororo” significar uma “raça” (“raça” Bororo), diferente de “tipos de índios Bakairi”, que seria outra “raça”, e esse somatório compreendia também as “raças” indígenas que ainda poderiam estar abrigadas sob uma denominação mais abrangente de “raça americana”. Contudo, também é possível olhar para esses usos e entender que o “tipo Bororo” era uma variação da “raça” indígena, que por sua vez estava contida dentro de um conjunto de variações (“tipo Bakairi”, “tipo Umutina”)

entendida como “raça” indígena e, por conseguinte, americana. Ao percorrer a trajetória do uso da palavra “raça” na documentação não dá para afirmar uma única filiação doutrinária.

Para refletir sobre essa questão é importante tentar fazer algumas conexões com um personagem que estava intrinsecamente ligado à questão indígena nessa época, primeiramente, via Comissão Rondon e Museu Nacional, mais precisamente na década de 1910, e depois como membro do CNPI, na década de 1940. Refiro-me a Edgard Roquette-Pinto, que percorreu todo esse período das primeiras décadas do século XX sem perder de vista os povos indígenas do Brasil e a “problemática” que os abarcava. Em minha leitura, Roquette-Pinto foi o cientista (naturalista, médico e antropólogo) que mais subsidiou o Serviço de Proteção aos Índios, através da pessoa do Coronel Marechal Cândido Rondon e de alguns funcionários-militares próximos a este.

Como ressaltai anteriormente, essa conexão começou através da Comissão Rondon, em 1912, na qual Roquette-Pinto foi membro da Expedição à Serra do Norte no estado de Mato Grosso, acompanhando as Linhas Telegráficas. Desta viagem, em 1917 Roquette-Pinto publicou o livro “Rondonia”, em que apresenta os dados de pesquisa de cerca de cinco meses de trabalho ininterrupto. A publicação traz resultados antropológicos e etnográficos da excursão, além de reflexões importantes sobre a situação social dos índios e dos sertanejos (Roquette-Pinto, 1919 [1917], p. 299). Entre esses dados, o que mais nos interessa para pensar os “tipos de índios Bororo” escolhidos por Nilo Vellozo, é a afirmação de Roquette-Pinto de que no Brasil não haveria somente um “tipo antropológico” de índio, mas sim vários “tipos”. O cientista-naturalista fez um apanhado dos estudos antropológicos sobre os *primitivos habitantes do Brasil*, feito por pensadores brasileiros como Barbosa Rodrigues, J. B. Lacerda¹⁷⁶ e também por naturalistas alemães: Von Martius, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich etc., para trazer estudos comparativos que demonstrassem a variedade de “tipos” entre os povos da Serra do Norte e, portanto, afirmar em suas conclusões que não era possível isolar um “tipo”, como estava sendo feito. Segundo Roquette-Pinto (1919, p. 224):

¹⁷⁶ João Baptista de Lacerda realizou pesquisas sobre “craniologia” das “raças indígenas”. Era médico e antropólogo e ingressou no Museu Nacional na década de 1870, onde foi subdiretor da Seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal. Para saber mais ler Castro Farias (1998).

Cruzamentos diversos devem ter modificado o primitivo tipo dos Nambikuáras. Do ponto de vista antropológico, acredito que se trata de um tipo muito semelhante ao que se encontra nos povos que falam idiomas nuaruaks, modificado por sangue alofilo e talvez por sangue etíope.

Por essa conclusão de Roquette-Pinto, é possível afirmar que o cientista, assim como outros pesquisadores do ramo da antropologia física, tinha clara a variabilidade das “raças” para o contexto brasileiro, referindo-se a três “raças” apenas para falar das mais difundidas, que para o caso do Brasil seriam as “raças”: americana, caucasiana e a etiópica.

Mas, estando à frente do que eles entendiam por povo “primitivo”, “asselvajado”, para utilizar uma expressão do próprio Roquette-Pinto, procuravam fazer as medidas e registrar em clichês fotográficos, numa incessante busca por “tipos puros”. Para a classificação dos “tipos”, chamam a atenção alguns fatores, além das medidas, como o de considerarem fundamental para a análise a zona de origem ou o ambiente que tal população estava localizada, de modo a identificar e considerar as variações do “tipo antropológico” a partir das condições e interferências do meio, nos fazendo reportar ao darwinismo. Para analisar os dados dos índios da Serra do Norte, Roquette-Pinto fez comparações com os “tipos” já conhecidos no Brasil, com o intuito de apontar semelhanças e diferenças e decidir ao lado de que “tipo” antropológico poderia enquadrar a população central de Rondônia (Roquette-Pinto, 1919 [1917]).

Essa inserção de Roquette-Pinto como membro da expedição da Comissão Rondon e seu estudo sobre “tipos” são pontos fundamentais para pensar o envolvimento da Comissão Rondon, que passa a adotar essa prática de fotografar “tipos físicos”, assim como, tomar conhecimento do vocabulário amplamente divulgado pelo médico e antropólogo, através de livros e palestras nos anos posteriores à expedição. Tacca (2001, p. 65) menciona o relatório do fotógrafo da Comissão, Thomaz Reis, em que afirma ter tentado fazer levantamentos antropométricos dos Camaiurá, mas foi rechaçado pelos índios que, segundo ele, estavam desconfiados dos aparelhos. E Lasmar (2008, p. 98) afirma que o fotógrafo Thomaz Reis *acumulava a função de anotar os dados antropométricos, conhecimento adquirido junto a Roquette-Pinto quando acompanhou esse cientista em viagens anteriores.*

As fichas que o fotógrafo preencheu levavam a denominação de “Serviço Photo

Anthropométrico”. Pela informação da ficha, esses dados eram para o laboratório de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. A ficha levava a alcunha da Comissão de Linhas Telegraphicas de Mato Grosso ao Amazonas. No ano de 1924, compreendia as seguintes informações:

Grupo etnográfico, aldeia, situação geográfica, nome, sexo, pele, pêlos, idade presumível, cabelos, olhos, estado físico. Mais abaixo números relativos a estatura e altura do: mento, fúrcula, xifóide, umbigo, púbis, condutor auditivo, espádua direita, médio direito, médio esquerdo, busto, altura da cabeça, envergadura, circunferência horizontal do crânio, arco nazo-inion, curva biauricular, circunferência torácica, circunferência abdominal, Antero posterior cefálico, transverso cefálico, bizigomático, bi-gonion, seguimento cerebral, seguimento respiratório, segmento digestivo, nazo alveolar, largura do nariz, nazo mentoneiro, biorbitario externo, biorbitario interno, peso – kilo, espirometro, dinamômetro – pressão, dinamômetro extensão¹⁷⁷.

Para não fazer um salto dessas concepções doutrinárias de Roquette-Pinto do princípio da década de 10, para as imagens na década de 40, acredito ser interessante percorrer também a documentação escrita dos postos indígenas em que foram feitas as fotografias da coleção, na tentativa de demonstrar que essas influências seguiram uma trajetória contínua de reverberação. O pontapé inicial é uma passagem do ajudante de expediente na povoação São Lourenço, Raymundo Hosterno, em relatório que escreve em 1914 e classifica o índio Bororo enquanto pertencente à “raça” brasileira e que estava passando por um processo de reabilitação e remissão.

(...) A grande tribo dos Bororos, tão conhecida e tão explorada desde sua submissão, por quanto procuram insinuar-se no conceito da civilização como obreiros da grande cruzada da redenção da raça indígena brasileira (...) ¹⁷⁸.

Hosterno, ao fazer essa referência, aponta alguns pontos para refletir: primeiro, a “tribo dos Bororos¹⁷⁹” como pertencente à “raça indígena brasileira”, nos dando pistas de uma concepção baseada na nacionalidade e na ideia de nação, em que a “raça indígena” estava incluída a uma tese maior da “raça brasileira”. Ao que tudo indica, Hosterno comungava da teoria de formação do povo brasileiro através da *fábula das três raças*¹⁸⁰, anunciada por Martius em meados do XIX.

¹⁷⁷ Informações compiladas do documento digitalizado por Lasmar (2008) do caderno do Serviço Foto antropométrico. Microfilme 329. Fotogramas 537^a – 561. SARQ – MI. RJ.

¹⁷⁸ Relatório de 1914 da povoação São Lourenço. Microfilme 379. Fotograma 1076. SARQ – MI. RJ.

¹⁷⁹ Relatório de 1914 da povoação São Lourenço. Microfilme 379. Fotograma 1076. SARQ – MI. RJ.

¹⁸⁰ Expressão usada por Monteiro (2001 [1996]).

Cabe ressaltar a necessidade do funcionário do SPI de procurar marcar a matriz ocidental de progresso e civilização na lente evolucionista, colocando a “tribo Bororo” em um estado muito distante do conceito civilizatório, necessitando passar por uma longa trajetória. Como afirma Schwarcz (1993)

Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles – seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado (Schwarcz, 1993, p. 57 e 58).

Ao analisar o relato de Hosterno junto às fotografias que apresento no início deste capítulo, tendo a afirmar que as práticas produzidas dentro dos postos foram frutos desse processo histórico fundamentado em um intenso debate de perceber a humanidade a partir de um viés raciológico. E mais, como essas reflexões estavam colocadas como um problema diretamente vinculado às relações de poder geradas em práticas colonialistas de dominação. O funcionário do SPI ajuda a atestar o caráter de conquista e a condição de inferioridade da “tribo Bororo” ao fazer referência à submissão imposta desde o contato com a civilização, reafirmando o caráter imperialista que fincou raízes na emergente república, ganhando apenas outros termos, digo, “novas roupagens”.

A declaração de Hosterno ainda rende mais um ponto a considerar. Refiro-me ao processo de regeneração pelo qual a “tribo Bororo” passava através do trabalho, a partir da “cruzada da redenção”. Vale destacar aqui que essa regeneração estava diretamente ligada a uma condição moral e não a uma salvação religiosa, em que pesem os enunciados bíblicos. A passagem também chama atenção pelo fato de denominar o projeto de integração dos índios à sociedade nacional como uma “cruzada”, que pode muito bem significar um movimento em defesa de um programa de governo, mas, a sugestão de interpretação, por ter uma alusão explícita à Cruzada Cristã da Idade Média, é de uma ação movida pela fé.

A comparação, aos olhos de uma concepção positivista presente entre muitos dos funcionários do SPI, sobretudo nessa primeira década de criação do órgão, é cabível pelo fato de haver um paralelo à crença na ação indigenista como uma travessia e uma conquista em favor de povos supostamente incapazes, de sozinhos, ascenderem ao estágio de

“civilização”. Diante disso, somente através da ação movida pela “fé racional” e tutelada pelo Serviço de Proteção, os índios poderiam alcançar os benefícios da civilização. Nesta referência à cruzada, ainda me inclino a mais uma colocação, a de que essa alusão tem fortes raízes numa formação cristã, arraigada em práticas educacionais e religiosas do funcionário, que não fazia parte do quadro de militares que trabalhavam no SPI, tendo, portanto, muito mais o perfil de sertanista. Mesmo tendo uma compreensão da forte ligação do SPI com enunciados positivistas, via instruções do órgão, acredito em um acionamento do inconsciente a referências mais enraizadas à sua trajetória de vida. Afinal, a separação da Igreja e do Estado só aconteceu devido à nova ordem republicana. Ao cotejar os enunciados do trecho, percebemos o quanto essas doutrinas fincaram raízes a ponto de povoar o imaginário de Hosterno, não com uma, mas sim, com várias perspectivas doutrinárias.

Em outro relatório de 1919, o inspetor em comissão expedicionária na região dos postos indígenas instalados para os Bororo, senhor Samuel Henriques da Silveira Lobo, os apresentou com a denominação de “silvícolas” e ainda como *Raça forte está hoje depauperada, devido talvez as ligações contínuas de consangüinidade que geralmente se verifica na formação de suas famílias*¹⁸¹. O uso do termo “raça” nesta citação se enquadra na ambiguidade aludida no início do capítulo. O Inspetor Samuel da Silveira parece classificá-los como “raça Bororo” ao se referir a “raça forte”. É claro que essa referência também pode sugerir que os Bororo pertenciam a um “tipo racial” forte. A interpretação é que o inspetor estava interessado em evidenciar a depauperação como consequência de uma doença produzida pelo casamento consanguíneo, demonstrando, ainda nesse argumento, um domínio do vocabulário científico nos moldes da antropologia física. A denominação dos Bororo enquanto uma “raça”, pode se explicar pelo entendimento de identificar o índio na sua concepção genérica e subentendendo a pertença à “raça indígena”, não importando uma especificação mais detalhada, já que a marcação do que os inferiorizava era a falta de controle nas ligações consanguíneas. Aqui, a referência à “raça” adjetivada como “forte”, pode ser lida na chave do que é indomesticável ou “forte” pelo fato de estar ligado ao estado de natureza, de dominar e viver em terras ásperas e insalubres, a mata e a floresta.

¹⁸¹ Relatório de inspeção nos postos do Vale São Lourenço em 1919. Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. Há uma referência “pág. 08” no documento. SARQ – MI. RJ.

Ainda diria que o “forte” representa também o fato de Silveira Lobo considerar a “raça indígena” como depositária de uma constituição identitária do povo brasileiro, numa perspectiva nacionalista.

A palavra “consanguinidade”, utilizada pelo inspetor, coloca mais um adendo para pensar como é que o conjunto de enunciados que eram utilizados na época, indicava também um *status* social impresso pela erudição e pela manipulação da terminologia. Nessa citação, mostra-se claramente o conhecimento do inspetor Samuel sobre as leis de herança de Mendel, que estavam sendo aplicadas através da teoria eugênica para pensar o “problema” da miscigenação brasileira, por exemplo, dentro do Museu Nacional na pessoa do pesquisador Roquette-Pinto. Teoria essa bastante sugestiva para pensar, pelo menos em parte, algumas práticas dentro do Serviço, já que “o triângulo da personalidade eugênica se constituía de herança, meio e educação” (Roquette- Pinto, 1927). O SPI tinha como princípio colocar o índio em um meio sadio e protegido e ensinar-lhe a higiene e os bons costumes.

Retomando o relatório de 1914, o encarregado em exercício da povoação São Lourenço, ao relatar suas ações de gerenciamento, em que diminuiu o número de pessoal diarista, também fez referência aos índios como pertencentes a uma “raça”, desta vez, a “raça brasileira”, que estava passando por um franco processo de regeneração. *A todos que conosco vinham colaborando nessa grandiosa obra que é a regeneração da raça brasileira permitirei fixarem-se nas terras da Povoação permitindo-lhes cultivarem as terras por conta própria*¹⁸². Neste caso, Hosterno concebe a noção biológica de “raça” ligada à ideia de nação e a figura do índio como depositária da origem identitária. A leitura que faço é que aqui estava implícito o índio como parte constituinte do povo brasileiro.

Nos termos de doutrinas raciais como a poligenista, a mistura dos diferentes tipos humanos levava à degeneração. Mas, no caso brasileiro, assim como em várias sociedades miscigenadas, essas doutrinas eram mais importantes na conformação das nações, do que para informar sobre as diferenças culturais inatas (Arendt apud Schwarcz, 1993, p. 64). No Brasil havia o empenho de vários cientistas brasileiros em mostrar a positividade da mistura

¹⁸² Relatório da povoação São Lourenço em 1914. Microfilme 379. Fotografia 1076. SARQ – MI. RJ.

e da evolução do processo regenerativo, perfazendo o caminho em direção à elevação da “raça”, evitando a decadência da mesma. Nessa perspectiva é possível olhar o conjunto das fotografias com inspiração somatológica para demonstrar a “diversidade”, ainda que de “tipos indígenas”.

A visão racializada do índio aparece em vários momentos da documentação e normalmente como parte de um vocabulário que abarca outras concepções, demonstrando um conjunto de doutrinas de diferentes temporalidades que foram inseridas, justapostas e sobrepostas nos vários contextos locais e institucionais. Com isso, é importante destacar como bem observa Schwarcz (1993, p. 43), que a

entrada coletiva, simultânea e maciça dessas doutrinas acarretou, nas leituras mais contemporâneas sobre o período, uma percepção por demais unívoca e mesmo coincidente de todas essas tendências. Tais modelos, porém, foram utilizados de forma particular, guardando-se suas conclusões singulares, suas decorrências teóricas distintas.

A partir de então, essas vertentes deixaram legados que sedimentaram correntes de pensamento e um conjunto de termos colhidos no fervor da cientificidade que pairava nos trópicos no final do XIX e que estavam presentes em várias instituições representativas, a ponto de ser comprometedor afirmar que uma única concepção de “raça” ou de “indianidade” habitava a mente do assistente Raymundo Hosterno ou ainda as mentes dos membros da equipe da Seção de Estudos, através das séries de fotografias de “tipos indígenas”.

O que é possível afirmar é que nessas ações havia um mosaico de experiências inscritas, com origens bem anteriores à República e que remontava às práticas, inclusive, de uma moral judaico-cristã. Devido a isso, percebemos o uso indiscriminado, difuso e ambíguo de termos que estavam colocados com a intenção evidente de localizar e reforçar a condição de inferioridade do índio, sem muitas outras pretensões, como, por exemplo, demonstrar uma filiação doutrinária.

Para demonstrar de maneira mais evidente sobre o que estou me referindo, tomamos ainda os relatórios do inspetor em Comissão Samuel da Silveira Lobo (1919) e o encarregado Raymundo Hosterno (1914) que, em “tese”, estavam inseridos em uma instituição que pregava ações de um Estado Laico, de filiação ao postulado positivista, da

necessidade de imprimir práticas civilizadoras e nacionalizadoras junto aos índios que justificassem a construção de uma nação unificada.

O que estava se desenhando nos primeiros anos do SPI, pelo menos, em relação aos Bororo, era a grande dificuldade de fazê-los se enquadrar nos preceitos civilizatórios, pois, o contato com os não índios ou mesmo a vivência fora das aldeias não eram sinônimos da ascensão tão desejada pelos agentes. O relatório enfatizava essa situação.

A despeito dos seus constantes trato com a civilização, os índios desta tribo, conservam, em grande parte, os seus primitivos hábitos, de modo que, alguns deles, mesmo dos que viveram entre familiares civilizados e de trato distinto, uma vez no sertão, alternam o vestuário secular, com os enfeites com que se adornam os selvagens. É a tribo que mais cuidados dão a esta Inspeção¹⁸³.

Ainda nessa referência (parte grifada) é interessante destacar que essa vivência ou contato com os civilizados colocava esses Bororo, em um patamar de distinção, que não era o de civilizado, mas tampouco, era o de selvagem. Estavam num entremeio, ou melhor, se encontravam efetivamente inseridos em um processo de transição, em desenvolvimento gradativo. Mas, também, nos sugere uma concepção marcadamente “racial”, por relacionar essa manutenção dos “primitivos hábitos”, mesmo depois de uma vivência entre os civilizados, como uma característica de incapacidade (física ou mental) de atingir um grau de civilização, com maior facilidade de regredir do que de evoluir. Talvez, por isso, ainda continuavam com a marcação distintiva “Bororo”. O relatório segue e os caracteriza como índios, agora na condição de

Nômade como é, não aceitando nenhuma autoridade, se não interesseiramente, pois, na maioria dos casos, nem mesmo os caciques têm valor, constantemente dá ou serve de pretexto para toda sorte de queixa. Eles mesmos, com acentuado pendor para o exagero de tudo, por sua vez queixam-se de todos com ou sem fundamento¹⁸⁴.

No meu entendimento, essas caracterizações feitas sobre os Bororo, pelo inspetor, reforçam a hipótese desse uso indiscriminado para reforçar o grau de inferioridade, já que por várias situações, os funcionários perdiam o controle do processo de “regeneração” e aí não restava outra alternativa, senão justificar, definindo-os como indomáveis.

No relatório de 1919, feito pelo inspetor em Comissão no estado de Mato Grosso,

¹⁸³ Relatório da povoação São Lourenço em 1914. Microfilme 379. Fotograma 1076. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

¹⁸⁴ Relatório da povoação São Lourenço em 1914. Microfilme 379. Fotograma 1076. SARQ – MI. RJ.

há um item denominado “índios selvagens”. Em sua opinião, eram esses índios que mais mereceriam atenção e investimento do Serviço, porém, pela falta de verba, eles continuavam *atravessando o seu longo, doloroso e sangrento martírio*¹⁸⁵. Além da “cruzada” dita por Hosterno para se referir ao processo de regeneração, há nesta passagem de Samuel Lobo outra referência semelhante, de cunho teológico, só que desta vez, para fazer referência a essa trajetória que consistia nos estágios de evolução, no caso do mundo selvagem para o civilizado, de percurso purgativo que os índios necessitavam passar, como se fosse um processo de purificação. No mesmo relatório, o inspetor em Comissão no estado, em seu ponto de vista, não tão diferente da opinião do encarregado, no ano de 1914, fala das suas impressões a respeito dos Bororo que, para ele:

Esta tribo que há muito descrita pelos meus antecessores, continua apesar do permanente contato com os civilizados, em estado semi-selvagem devido a religião que professa, e, guarda em seus cerimoniais rituais todos os costumes em que se encontrava quando em estado completamente selvagem¹⁸⁶.

Nesta referência é interessante notar como a concepção do inspetor, do estado de selvageria, estava ligada diretamente à religião e as cerimônias rituais que a “tribo” Bororo ainda “professava”, mesmo estando dentro do cinturão limítrofe de proteção do SPI. Aqui, vale lembrar, que a povoação foi criada em 1912 e este relatório é de 1919. Isto implica, no mínimo, uma presença e vivência constante dos funcionários do SPI junto aos Bororo da região de São Lourenço, de pelo menos, seis anos. E mesmo tendo um tempo considerável de contato, levando em conta a “pacificação” no final do XIX, parece haver, pelo que indica o trecho, pouca transformação nos modos dos Bororo.

Ainda para a composição desse quadro de visão cristã chama atenção à utilização da palavra “alma” para se referir ao índio no quadro estatístico da ação civilizadora. Nos relatórios do Serviço são recorrentes trechos como:

Dessas tribos, algumas acham-se muitíssimo reduzidas porém, a grande maioria conta mais de mil almas, e não são poucas as que, pelo menos se aproximam da dezena de milhar¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Relatório de inspeção nos postos do Vale São Lourenço em 1919. Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

¹⁸⁶ Relatório de inspeção nos postos do Vale São Lourenço em 1919. Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

¹⁸⁷ Relatório da Diretoria do SPI ao Ministério da Agricultura com dados de 1919. Microfilme 380. Fotograma 1233. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

A palavra “alma” pertence a um vocabulário de princípio cristão, espiritual. No contexto da Igreja, “alma” pode ter o significado direto de “espírito” e neste contexto é utilizado de maneira recorrente para se referir a uma quantidade de corpos, literalmente material a ser convertido pelo princípio da moral e dos bons costumes. Vale lembrar aqui também que esta era uma referência muito utilizada pelos missionários dentro das práticas catequizadoras dos índios no contexto colonial.

Ainda nesse rol de enunciados, há também a palavra “infeliz” como um substantivo para se referir ao índio que, na concepção do agente do Serviço, sofre pelo fato de estar na condição de selvagem. Aqui, há uma clara evidência de atribuição do seu próprio valor para o Outro, o índio, que é, ou melhor, está infeliz, na condição de ter que atravessar o seu *doloroso martírio*, por não ascender a um estado civilizatório. Mas, essa ascensão é possível e o SPI deve

(...) procurar pelo trabalho, pelos costumes, pelos bons atos, aqueles infelizes elevem-se no conceito dos civilizados daquela região. É minha convicção que uma ação pertinaz, dedicada e inteligente, através do tempo fará daqueles índios outros tantos fatores da grandeza e do progresso de Mato Grosso. Depois, com o tempo, viriam as escolas, as oficinas, a grande e inteligente indústria e o mais que convém a civilização¹⁸⁸.

Nesse cenário construído com base nas ciências desenvolvidas nos períodos imperial e republicano, perfazendo grande parte do século XIX, acredito ser necessário situar o SPI no interior de uma rede de outros enunciados que orientavam a política do órgão e alimentavam esse contexto com outros termos. Refiro-me à formação intelectual de Cândido Mariano Rondon e de outros funcionários do SPILT – em sua maioria oriunda da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro – que seguiam o Apostolado Leigo de Auguste Comte e se autoproclamavam verdadeiramente “racionais e científicos”, aptos a tratar das questões sociais e a levar o progresso para todos os cantos do Brasil, principalmente para o campo, como afirma a citação anterior. Alguns funcionários acreditavam nesse processo de inculcar hábitos via trabalho e outras ações ativas seguindo etapas, que iam se complexificando aos poucos: hábitos, escola, oficinas etc. Dessa forma, o programa respondia para mais de um problema da emergente república:

¹⁸⁸ Relatório de 1915. Microfilme 379. Fotograma 1071. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

além do progresso evolutivo dos índios, o progresso produtivo dos sertões:

O Serviço de Proteção aos Índios tem correspondido ao seu objetivo atestam os 56 estabelecimentos existentes no interior do país, por intermédio dos quais promoveu ou promove em seguida à pacificação das tribos guerreiras que até antes deles impediam o aproveitamento das vastas e férteis regiões dominadas por eles e realiza o aproveitamento das próprias tribos, transformando-as em núcleos de trabalhadores rurais. (...) e de entregar ao trabalho produtivo, largos tratos antes estéreis do território nacional¹⁸⁹.

E partindo dessa mentalidade progressista ligada à produção, havia uma constante nos discursos dos encarregados de posto, nos seus relatórios e em pedidos aos seus superiores. Eles tomavam a todo o momento o discurso da “evolução” do indígena como certa, sendo seu alcance, por vias fraternais e pacíficas, uma mera questão de tempo.

(...) Estes heroicos filhos das selvas que, um dia, não mui longe, incorporados à comunhão brasileira, trarão grande cópia de (*sic*) benefícios à Pátria, (...) Afim de que unidos consigamos o fim bendito de tê-los como trabalhadores nacionais, sem que para isso tenhamos de coagi-los e obrigá-los aos serviços rudes do machado, da foice e da enxada. É preciso que levem e que a República colha o (*sic*) o dispêndio já gasto e por gastar ainda, até conseguir aquele fim¹⁹⁰.

O discurso, segundo o qual o “selvagem” (entenda-se índio) estava em um estado inferior e de transição que antecedia ao do civilizado, foi, a cada dia, sendo reproduzido com foros de verdade, orientando todas as ações sempre nacionalizadoras. Depois que o “silvícola” fosse trabalhado pelos “legionários da pacificação” se transformaria em trabalhador nacional, que deixaria de estar ligado à selva para estar ligado à terra e conseqüentemente, ligado ao trabalho, transformando-se na figura do caboclo. Esse parecia ser a escala mais alta que o “índio civilizado” poderia alcançar.

Outro fator que chama a atenção ao percorrer a documentação da inspetoria é que com o passar dos anos não se percebe uma variação substancial da concepção de “indianidade”. O relatório de 1930 da inspetoria regional 06 traz uma definição de índio em que utiliza os mesmos termos empregados pelo ajudante Hosterno, em 1914 e pelo inspetor

¹⁸⁹ Discurso do Presidente da República na mensagem de 3 de maio de 1916. Microfilme 380. Fotograma 870. SARQ – MI. RJ.

¹⁹⁰ Informação ao Inspetor do SPILTN, no Estado de Mato Grosso Adriano Metello. Microfilme 200. Fotogramas 000635 e 636. SARQ – MI. RJ.

Samuel da Silveira em 1919:

O índio é autóctone legítimo dos primitivos povoadores das nossas matas, insulado pela ignorância na selva selvagem, confundido com as feras, de que herdou a braveza. Inculto, na lata da expressão do termo, selvagem mesmo, relativamente refratário à higiene, falando dialeto próprio e especial, vivem uma vida brutalizada e com latente mentalidade guerreira¹⁹¹.

Esta passagem, talvez seja importante para pensarmos em como as doutrinas teóricas e científicas estavam justapostas nessa época. Aqui o índio é apresentado como fruto verdadeiro da nação – *autóctone legítimo*. Com efeito, na sequência do trecho há uma valoração do estado do conhecimento, dando ênfase à contraposição: o estado de ignorância estava engendrado na natureza que também era selvagem. Nesta passagem é possível notar uma divisão clara do binômio cultura/natureza e o índio estava explicitamente categorizado no estado de natureza. Pela ênfase no estado de ignorância em que o índio estava submerso, podemos pensar na doutrina positivista para dizer de uma primeira influência mais lógica e próxima. Infelizmente, não consegui saber quem escreveu, mas, como é uma análise da política indigenista na década de 1930, parece ser de um funcionário de alto escalão, podendo ser perfeitamente, um militar e por isso, dá para sugerir que ele escreve querendo enquadrar o discurso em uma perspectiva positivista. Mas, também há que considerar uma exacerbação desse estado puro de natureza que a meu ver está ligado a uma influência científica alemã inscrita através das expedições científicas do século XIX. Para reforçar essa outra doutrina, trago um trecho de Taylor (1984) em que afirma como a lógica dos cientistas encarnou essa visão de uma natureza edênica e selvagem ao se referir ao índio na América do Sul.

Note-se nesse sentido que os escritos dos naturalistas carregam uma imagem muito particular dos índios, concebidos, no limite, como uma espécie mais natural do que cultural, uma espécie de emanção antropomorfizada de uma natureza especialmente « natural »; essa naturalização do índio (muito diferente da que marca a representação dos negros) constitui um intermediário, ou um avatar, entre o « Bom Selvagem » do século XVIII e o « Adaptador universal » da ecologia cultural do século XX. (Taylor, 1984, p. 8).

Com isso, não quero dar uma ênfase maior a essa concepção das expedições científicas, apenas apontar para usos de concepções que foram se entrelaçando para dar conta desse Outro que estava geograficamente tão perto, mas, que ao mesmo tempo estava

¹⁹¹ Microfilme 380. Fotograma 1267. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

tão longe, que vivia na e da selva, esse lugar perigoso e indomável. No caso do Brasil Central, essa selva era concebida com sertão que trazia também esse estereótipo de “indomesticável”. Essa falta de “conhecimento” obrigava os funcionários a buscar mais de uma fonte doutrinária para pensar sobre o índio e nesse caso, as buscas se direcionavam para os relatos etnográficos dos cientistas do final do século XIX.

Mas, o universo positivista estava aí imbricado no contexto de criação do órgão e Rondon rechaçou *formal e explicitamente o termo de catequese leiga, que implicava a ideia pueril e estéril, para adotar o título de proteção fraternal ao se referir à proteção do Estado aos índios do Brasil*¹⁹². “Fraterno”, no universo positivista, remete ao reforço da nacionalidade, da Pátria que acolhe e ampara a todos e traz consigo outros enunciados como moral, amizade, pacificidade etc. A ata de fundação do SPI apresenta, literalmente, esse discurso:

O presidente Nilo Peçanha convencido de que a “República” é o governo da fraternidade entre os homens e que o principal dever de qualquer governo é a proteção à vida e à propriedade dos seus jurisdicionados resolveu, em 1910, por intermédio de seu ministro Rodolfo de Miranda, fundar o Serviço de Proteção aos Índios para por cabo às atrocidades que os aborígenes vinham sofrendo desde a descoberta do Brasil, em foco na ocasião pelas lutas e recíprocos massacres¹⁹³.

O termo veicula a política que sustentava as ações do SPI, pelo menos nos enunciados das instruções normativas, cujos objetivos de integração exigiam, de fato e a qualquer custo, a substituição dos métodos repressores e violentos, que visavam à exclusão, por ações pacíficas e pacificadoras com o objetivo de firmar os povos indígenas no estágio de civilidade.

Mas, com os exemplos dos trechos dos relatórios de 1914 e 1919, não é possível enquadrar toda essa diversidade de doutrinas como pertencente à linha de pensamento positivista. Acredito que o positivismo teve grande influência para pensar muitos contextos sócio-culturais brasileiros do final do século XIX e início do XX, mas, é inegável a presença de outras experiências doutrinárias que remontam de outros contextos e de outros

¹⁹² Missão Rondon. Conjunto de relatos da Comissão das Linhas Telegráficas, editado pelo Jornal do Comércio em 1916. Acervo da Biblioteca Amidicís Tocantins, UFMT/Cuiabá.

¹⁹³ Microfilme 380. Fotograma 884. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso). Documento de 1933, que traz a ata de fundação do SPI.

períodos. Em se tratando das questões envolvendo os estudos raciais enfocando em particular os índios, não dá para ignorar a importância que tiveram a própria antropologia e a etnologia, dos finais do XIX. Nessa época, a antropologia, entendida como física ou biológica, e a etnologia encontraram ambiente propício em vários contextos institucionais brasileiros, como os museus de história natural e os Institutos Históricos e Geográficos. Essas instituições e os cientistas aí ingressados estavam engajados nas várias frentes que a questão racial demandava: seja para pensar a diversidade das raças que compunham a nação brasileira, sendo em muitos casos, para justificar a subordinação de uma em relação à outra; seja para documentar uma história do país independente via etnografia dos povos indígenas por serem os autóctones legítimos do povo brasileiro. Principalmente, neste último caso, o indígena foi o foco desses estudos etnográficos pelo fato de ser a “raça” ou as “raças” que conferiam originalidade à recém-criada nação.

Retomo esse conjunto de situações para apontar a importância que teve a fotografia como um instrumento para melhor acercar ou provar as teorias e as concepções que estavam sendo postas em prática. Calvo (1997) afirma que a origem da fotografia se mistura com a da antropologia enquanto disciplina, fazendo com que a primeira contribuísse sobremaneira para o processo de construção da segunda. E somando a isso, nesse período,

Com respeito aos inícios da relação entre Antropologia e Fotografia, há que recordar que ambas nasceram em um contexto colonial, o que determinou seu desenvolvimento. Neste sentido, não pode se esquecer da tremenda influência que teve na criação de estereótipos de muitos povos, o que reforçou conjuntos de ideias como: "não civilizado = não desenvolvido = primitivo e ancestral". A imagem dos "outros" foi usada como elemento exotista, de curiosidade, de diversão e de confirmação de atitudes coloniais e de políticas expansionistas (Banta e Hinsley apud Calvo, 1997, p. 29. “Tradução Livre”).

Essa afirmação no artigo de Calvo é perfeitamente cabível para o caso brasileiro, inclusive, para pensar no Brasil enquanto um país que foi colonizado e por isso conservava em sua estrutura social, referências de comportamentos coloniais. Essas ações continuaram sendo executadas para pensar e agir sobre as populações “indesejadas” como os negros, após a abolição da escravatura e os índios, concebidos quase sempre num passado para justificar a ancestralidade e a origem do que estava se construindo enquanto nação.

Nesse momento foi possível encontrar instruções e uma série de textos que abordavam as aplicações da fotografia para o estudo das raças humanas através da antropologia física e ou biológica para estudos comparados. O livro organizado por Juan Naranjo *Fotografía, Antropología y Colonialismo (1845-2006)* traz em sua primeira parte, uma compilação desses textos em formatos de cartas, instruções e estudos dedicados à aplicação da fotografia para melhor abranger as investigações antropológicas¹⁹⁴. Desses textos, chama a atenção as *Instructions générales pour lês recherches anthropologiques*, de M. P. Broca, que, segundo Castro Faria (1998), foram traduzidas em quase todas as línguas e, por isso, religiosamente observadas, não só no Brasil, mas em quase todos os países do mundo.

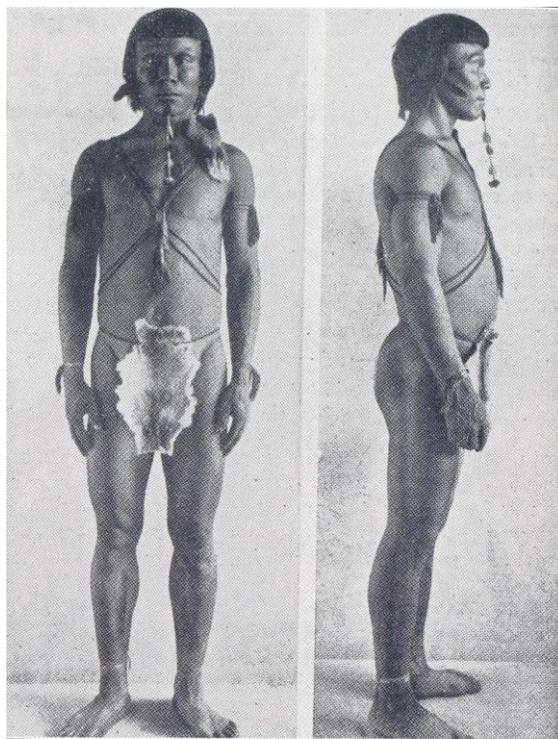
Na parte sobre fotografia, o pesquisador traz alguns apontamentos que ressoam em várias outras instruções da época e mesmo mais tarde nas instruções de Schultz para o desenvolvimento do trabalho fotográfico dentro da Seção de Estudos do SPI

1º cabeças “nuas” que terão de ser, sempre e sem exceção, tomadas “exatamente de cara”, ou “exatamente de perfil”, já que os outros pontos de vista não são de grande utilidade; 2º retratos de corpo inteiro, tomados exatamente de cara, com o sujeito de pé, se possível nu, e com os braços pendurando à cada lado do corpo. No entanto, os retratos de corpo inteiro com a vestimenta característica da tribo também são importantes (Broca, 1879 in Naranjo, 2006, p. 80. “Tradução livre”).

O fato de focalizar a cabeça e a ênfase no rosto seja de frente ou perfil, nos leva mais uma vez a comparar a coleção de imagens aqui analisadas com os manuais de

¹⁹⁴ Com o intuito de mostrar o grau de importância que a fotografia ganhou na antropologia, trago os títulos dos textos produzidos no final do século XIX e que foram compilados por Naranjo (2006): *Antropologia comparada. Observaciones sobre la aplicación de la fotografía al estudio de lãs razas humanas* (1845), de E. R. A. Serres; *Fotografía antropológica* (1852), de E. R. A. Serres; *La fotografía em el museo de historia natural* (1855), de Ernest Conduché; *La fotografía y la antropologia* (1858); *Aputes fotográficos a propósito de la Exposición Universal y la Gerra de Oriente* (1856), de Ernest Lacan; *Viaje por Brasil* (1868), de Elizabeth C. Agassiz y Louis Agassiz; *Carta a lord Granville* (1869), de Thomas Henry Huxley; *Acerca de um método de medición de la forma humana para uso de los Estudiantes de Etnología* (1869), de J. H. Lamprey; *Revista de Etnología* (1870), de Gustav Fritsch; *Álbum etnológico-antropológico em fotografías de C. Dammann* (1874), de Gustav Fritsch; *Fotografías de razas, de Dammann* (1876), de Edward B. Tylor; *Retratos compuestos* (1878), de Francis Galton; *Instrucciones generales para las investigaciones antropológicas* (1879), de M. P. Broca; *Sobre lãs aplicaciones de la fotografía a la antropologia a propósito de la fotografía de los fueguinos del Jardin d’acclimatation* (1881), de Gustave Le Bom; *La fotografía aplicada a la historia natural* (1884), de Eugène Trutat; *La fotografía aplicada a la producción del tipo, de uma família, de uma tribu o de uma raza* (1887), de Arthur Batut; *La fotografía judicial* (1890), de Alphonse Bertillon; *Aplicaciones de la cámara em antropologia* (1893), de E. F. im Thurn; *Fotografía para antropólogos* (1896), de M. V. Portman e *La fotografía moderna* (1896), de Albert Londe.

antropologia antropométrica, não necessariamente, para pensar uma aplicação direta dessas instruções às que Harald Schultz fez, no sentido de encontrar o manual que o inspirou, mas como uma questão a ser refletida e perceber o quanto esse formato científico ganhou força na segunda metade do XIX e foi se reproduzindo até a metade do XX, com releituras, aproximações e inspirações. Além dessas instruções, o cientista francês Paul Broca assinou junto com mais dois cientistas *Instruções para estudos antropológicos no Brasil*, em 1860, atendendo a solicitação do médico Mateus Alves de Andrade, que era membro correspondente no Brasil, da Sociedade de Antropologia de Paris (Castro Faria, 1998). Aqui é interessante demonstrar essas ligações mais próximas entre cientistas brasileiros e estrangeiros para pensarmos a circulação e o consumo desses estudos através de publicações e de instituições especializadas, particularmente via os museus de história natural e institutos, sendo um dos mais importantes, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). As doutrinas antropológicas foram consumidas em vários meios e contextos locais nesta parte dos trópicos, inclusive, o próprio país era tido como lugar privilegiado para o desenvolvimento de pesquisas, seja com populações indígenas seja com as populações negras (Schwarcz, 1993; Peirano, 1990).



Moço boróro de frente e de perfil.

Imagem 01 – “Moço Boróro de frente e perfil”. Reproduzido da publicação de Colbacchini e Albisetti (1942, p. 142).

Por essa característica do Brasil ser “laboratório” de produção antropológica desde as origens da disciplina, foi necessário me mover em direção aos trabalhos etnográficos realizados sobre o próprio povo Bororo, Bakairi e Terena nesse recorte temporal de finais do XIX até a época de produção das fotos aqui analisadas, com a intenção de compreendê-las enquanto fruto desse processo de construção e aplicação dessas doutrinas antropológicas, que não foram poucas, mencionadas mais acima. Ao fazer esse movimento também é importante considerar que, até a década de 1950, as etnografias evocavam características atemporais, muito por essa marcação de conceber os povos indígenas ligados à natureza, a uma pureza racial e de aspectos culturais imutáveis, pelo menos até o momento do contato com o mundo civilizado¹⁹⁵. E como este era o contexto da década de

¹⁹⁵ Essa questão do contato do índio com o mundo “civilizado” será percebida como problema teórico no final da década de 1930. Uma das pesquisadoras que passa a pensar sobre isso é Heloísa Alberto Torres que emprega o termo “deculturação” para justificar a proteção aos indígenas a partir da demarcação de suas terras para que nesse ambiente eles pudessem se auto-gerir com “as normas econômicas peculiares a cada grupo (caça, pesca, agricultura).” (Torres, 1937, p. 22 apud Freire, 1990, p. 90). Em sua visão, o

1940, de levar a cabo definitivamente a incorporação desses povos à sociedade nacional, ao documentar em imagens e coletar peças etnográficas, eles acreditavam também que a proteção estava nessa ação de registro e coleta.

Outra situação que estou considerando como bastante provável é que as etnografias produzidas por Karl von den Steinen, Max Schmidt, Pe. Antonio Colbacchini e Cesar Albisetti tenham sido lidas por Harald Schultz. Como mencionei anteriormente, a equipe de foto-cinematografia se preparou por quase um ano antes de começar os trabalhos no sertão¹⁹⁶ e, por percorrer a trajetória de Schultz, a partir de suas produções de relatórios e publicações de artigos em revistas do Museu Paulista, dá para dizer que ele era bastante disciplinado a ponto de se acercar dessas publicações, além dos relatórios do SPI, para propor as expedições foto-cinematográficas.

Para compor com dados etnográficos as imagens somatológicas dos Bororo, trago um trecho de Colbacchini e Albisetti (1919) sobre as qualidades físicas e morais dos Bororo Orientais, que estão dispostas nessa publicação, logo abaixo da imagem que trago logo acima.

Os homens *orarimogodogue* são de estatura na média de 1m75; os baixos são raríssimos; a maior parte conserva a estatura média, havendo porém alguns até de 1m95. Não há gordos; são ágeis, bem proporcionados, elegantes, esteticamente belos. As mulheres, notavelmente menores, na média de 1m60, são mais corpulentas, máxime em algumas tabas; seus contornos são muito menos graciosos que os dos homens. (...). Os olhos são superficiais, quase salientes, com linhas ligeiramente inclinadas e convergentes para baixo. A esclerótica deixa aparecer um pouco do abundante pigmento corante da coróide que, não é branca, mas apresenta uma ligeira cor azul (...). O nariz é curto e achatado desde a raiz; as ventas amplas, lábios largos e grossos, dentes naturalmente muito bons e muito alvos. (...) Os cabelos são grossos, intensamente negros, lúcidos, lisos e escorridos. (...) O queixo quase completamente glabro e os raros pelos que nascem são diligentemente arrancados. (...). As mãos e os pés são pequenos e os dedos lisos. O polegar do pé é longo e amestrado, pois, os índios apanham do

grupo indígena é que deveria se aproximar do mundo civilizado na hora que eles desejassem isso, sem uma movimentação dos civilizados na direção deles. O SPI deveria apenas fazer o papel de controle e assistência. Em 1939, outro pesquisador que também vai nessa direção é Herbert Baldus e sua argumentação parte de fora do espaço de museu. Isso se dá em aula inaugural do curso de etnologia do Brasil, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Este espaço será central para o desenvolvimento da etnologia brasileira a partir da década de 1940, pensada na chave da mudança cultural para abordar essa problemática da presença do “branco” na paisagem indígena. O interessante, que mesmo de diferentes instituições, os dois pesquisadores estão pensando a política indigenista com a ferramenta da antropologia aplicada.

¹⁹⁶ Essa informação é mencionada em um texto jornalístico de 1944 em que aborda os resultados dos dois primeiros anos de atividade da Seção de Estudos.

chão muitos objetos (...). A cor da pele é bronzeada e uniforme em todo o corpo¹⁹⁷ (p. 143, 144).

O que chama atenção nesse item *Qualidades Físicas e Morais* que trazem os autores são as descrições detalhadas reproduzidas acima em conformidade com as imagens, no sentido de que essas fotografias aparecem na publicação dispostas como suporte de prova dessas descrições. Mas, não há nenhuma referência a partir das fotografias sobre os trajes com os quais o moço e a moça “Boróro” estão vestidos. Cada um desses elementos que compõe os vestuários está em outro momento na publicação descrito como “ornamentos” - um a um - sem qualquer relação com essas imagens¹⁹⁸. É como se as fotografias estivessem sido produzidas apenas com a intenção antropométrica, de isolar o “tipo Bororo” e tecer a partir dessa objetivação, as informações físicas do grupo então estudado. E em outro momento da publicação, alguns desses elementos também estão desenhados e/ou fotografados também no formato ilhado para a devida caracterização.

Na sequência desse item, a publicação ainda traz um trecho de dois parágrafos sobre *os sentidos da vista e do ouvido*, deixando transparecer na descrição uma aplicação evolucionista lamarckiana.

Os sentidos da vista e ouvido são nos boróros muito perfeitos; são para eles os melhores auxiliares para descobrir as caças e armar ou evitar emboscadas. Possuem, inato, o espírito de observação. Seus ouvidos não deixam escapar o mínimo rumor, sua vista examina com atenção qualquer ramo que não esteja na posição natural, qualquer fio de herva que indique a possibilidade de ter sido pisado. (...) Os nossos índios não somente são observadores minuciosos, mas tem uma vista tão aguda que a enorme distância percebem nitidamente objetos. Divisam Venus em pleno dia, apontam peixes em águas profundíssimas, onde pessoas de vista normal, não conseguem ver (Colbacchini e Albisetti, 1919, p. 144).

Antes desses apontamentos de Colbacchini e Albisetti, Karl von den Steinen também fez em 1887 – 1888, o que ele chamou de *observações antropológicas*

Uma pasmosa diferença da altura dos índios do Xingú! As mulheres borôro regulam pouco mais ou menos com os homens da tribo Bakairi. A média dos 26 Borôro de ambos os sexos, que medi, é de 17,6, número esse, porém, que, na

¹⁹⁷ Para esses apontamentos físicos dos Bororo, Colbacchini e Albisetti (1919) trazem duas sequências de fotografias de frente e perfil. A primeira imagem de um “moço borôro de frente e de perfil”, de corpo inteiro e vestido ao “modo Bororo” e uma segunda imagem de uma “moça borôra de frente e de perfil”, sentada em plano americano, ela também está paramentada ao “modo Bororo de se vestir”.

¹⁹⁸ Nessas outras partes da publicação, esses ornamentos foram fotografados ou desenhados de forma isolada, privilegiando a descrição pormenorizada.

desproporção de 20 homens para seis mulheres não tem valor algum. Tomando por base o esquema de Topinard, os Borôro são indivíduos de estatura alta, sendo de 170,0 o seu limite inferior. Na tabela comunicada por Topinard (68) sobre a medida da altura dos homens, ocupariam os Borôro o 3º lugar entre as 10 tribus de estatura alta. Só seriam superados pelos Teuelche da Patagônia (178,1), e pelos Polinésios (176,2), e quase igualariam os Ioroqueses (173,5). (Von Den Steinen, 1942, p. 597).

As observações de Von den Steinen trazem o adendo da comparação entre os Bororo e os dados dos grupos do Xingu, sobretudo, dos Bakairi, que também compõem o corpo analítico deste trabalho. Esta parte das observações de Von den Steinen vem à parte das suas impressões em relação a esse grupo. Na minha leitura, essa separação deu um caráter “científico” para esses dados coletados, como se o isolamento ou, ainda dizendo, o simples fato de separar essas informações dos relatos, os caracterizassem com “científicos”.

Com a intenção de não me distanciar muito do período de contexto das imagens aqui estudadas, trago também o comentário de Lévi-Strauss sobre os aspectos físicos dos Bororo, que diferentemente de Von den Steinen e Colbacchini e Albisetti, traz essas referências no corpo de sua narrativa etnográfica, nos indicando uma variação estilística no modo de demonstrar os dados e, talvez, essa incorporação na narrativa etnográfica venha mais no sentido de utilizar os dados raciais como identificação da diferença e da comparação. Mesmo assim, o discurso está impregnado de uma descrição racializada.

Os Bororo são os índios mais altos e os mais corpulentos do Brasil. Sua cabeça redonda, sua face comprida com feições regulares e vigorosas, seus ombros de atleta lembram alguns tipos patagônicos aos quais talvez se deva vinculá-los do ponto de vista racial. Esse tipo harmonioso encontra-se raramente entre as mulheres, em geral menores, mirradas e com traços irregulares (Lévi-Strauss, 1996, p. 204).

O professor Lévi-Strauss dá a sensação em sua descrição, da busca de um “tipo racial ideal” ao fazer referência à altura e ao formato do corpo Bororo e utiliza o método comparativo como uma forma de perceber aproximações com “tipos” com características semelhantes. Digo “ideal”, pela composição que ressalta através dos aspectos apontados: mais altos, mais corpulentos, feições regulares e vigorosas e, por fim, “tipo harmonioso”.

Ao tomar as afirmações de Lévi-Strauss, dos outros etnógrafos aqui apontados e olhar para as instruções feitas pelo chefe da equipe de foto-cinematografia da Seção de Estudos, Harald Schultz, é possível afirmar a força que essas doutrinas carregavam e

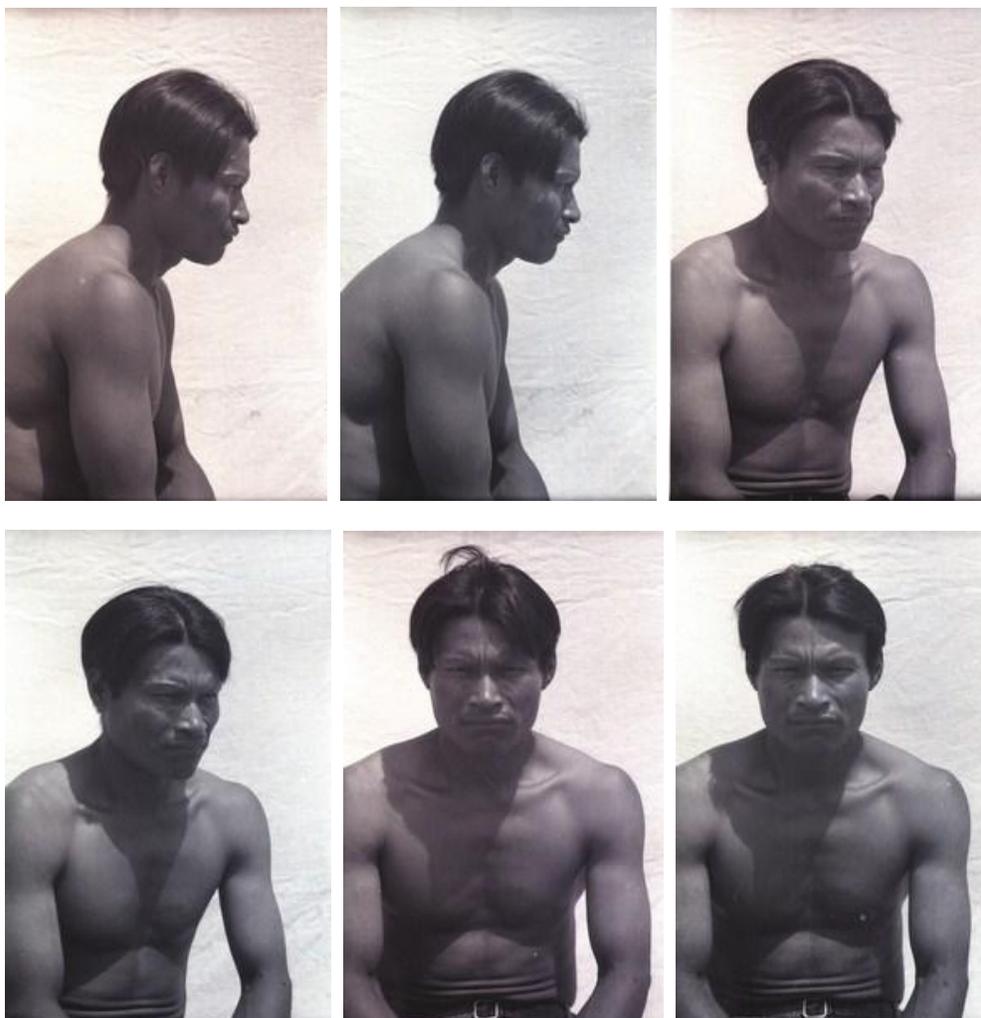
ratificar que os apontamentos instrutivos de Schultz demonstram que ele estava informado dessa consolidada forma de usar a fotografia como suporte da antropologia. A instrução preparada por ele, que deve ter sido aprovado por pelo menos um dos conselheiros-antropólogos dizia:

Das Expedições. Trabalhos fotográficos: [...] Os índios: Fotografias um por um, apresentando de frente, detrás e de perfil, inteiros e somente a cabeça (tirar medidas etnográficas-antropológicas). Grupos de índios típicos caminhando, sentados, em palestra, ao trabalho, pescando, caçando, dançando, lutando, etc. Fotografias só das mãos, dos pés, dos rostos, modo de sentar e de andar, nadar etc.¹⁹⁹.

Essa descrição pormenorizada da instrução feita por Schultz exemplifica o que venho insistindo sobre a utilização das várias concepções entrelaçadas. Pois, é forte a presença da antropometria, mas há também uma atenção para o aspecto “cultural” mesmo que enquadrado de uma maneira biologizante, de procurar no “modo de sentar e andar” algum vestígio de característica biológica. Aproveito para chamar a atenção que, neste período até 1944, encontrei uma ou duas vezes, no máximo, a palavra “cultura” sendo empregada nos discursos impressos nessa documentação. O que há são vestígios de como o conceito passa a ser utilizado a partir de 1945, como acepção de uso científico do ofício antropológico. Até então, era mais comum encontrarmos, as palavras: típico, hábitos e costumes para se referir ao aspecto cultural.

Coletando o “Tipo Ideal”.

¹⁹⁹ Planos de Trabalho para Seção de Cinematografia e Fotografia do SPI, 17/03/1942. Schultz, Harald. Grifonosso). Microfilme 336. Fotogramas 0581-0583. SARQ – MI. RJ.



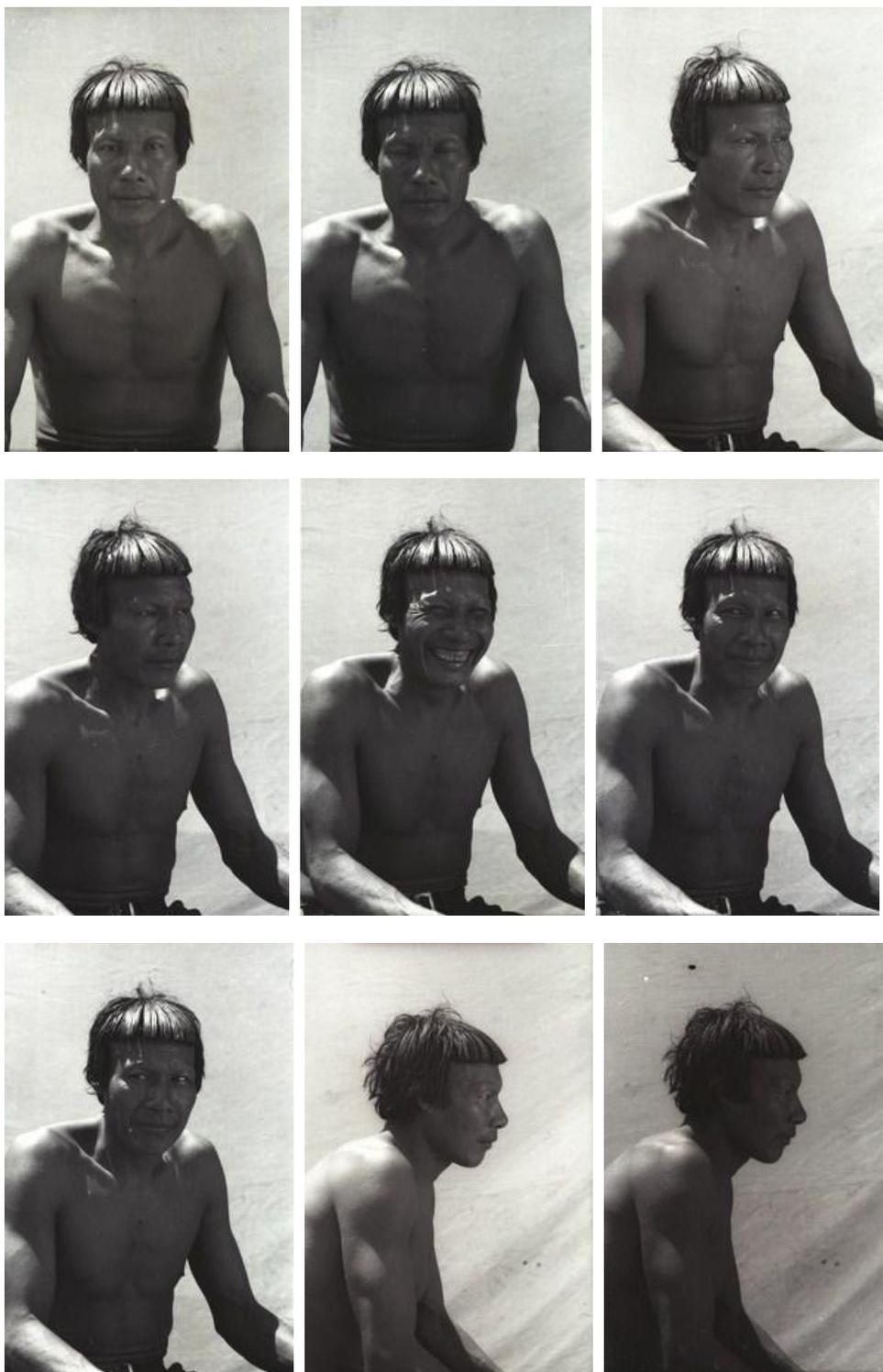
Sequência 03 - Homem Bororo com aproximadamente 30 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943²⁰⁰.

As séries aqui analisadas podem sugerir algumas interpretações sobre o instante da produção das fotografias, sendo que para cada um dos “tipos Bororo” foram produzidas, via de regra, seis imagens. Na maioria delas, constatamos que Foerthmann produziu três planos diferentes para cada um dos fotografados e duas fotos de cada plano, sendo um frontal e dois planos perfilados: um de perfil ligeiramente inclinado para a direita e outro de perfil verticalizado completo. Esse formato pode ser verificado na sequência 03, logo acima. Entretanto, centraremos nas sequências 01 (início do capítulo, mas que reproduzo novamente abaixo), 04 e 05 para refletir sobre a coleção dos “tipos físicos Bororo”.

²⁰⁰ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03179, SPI03180, SPI03181, SPI03182, SPI03183 e SPI03184, respectivamente.

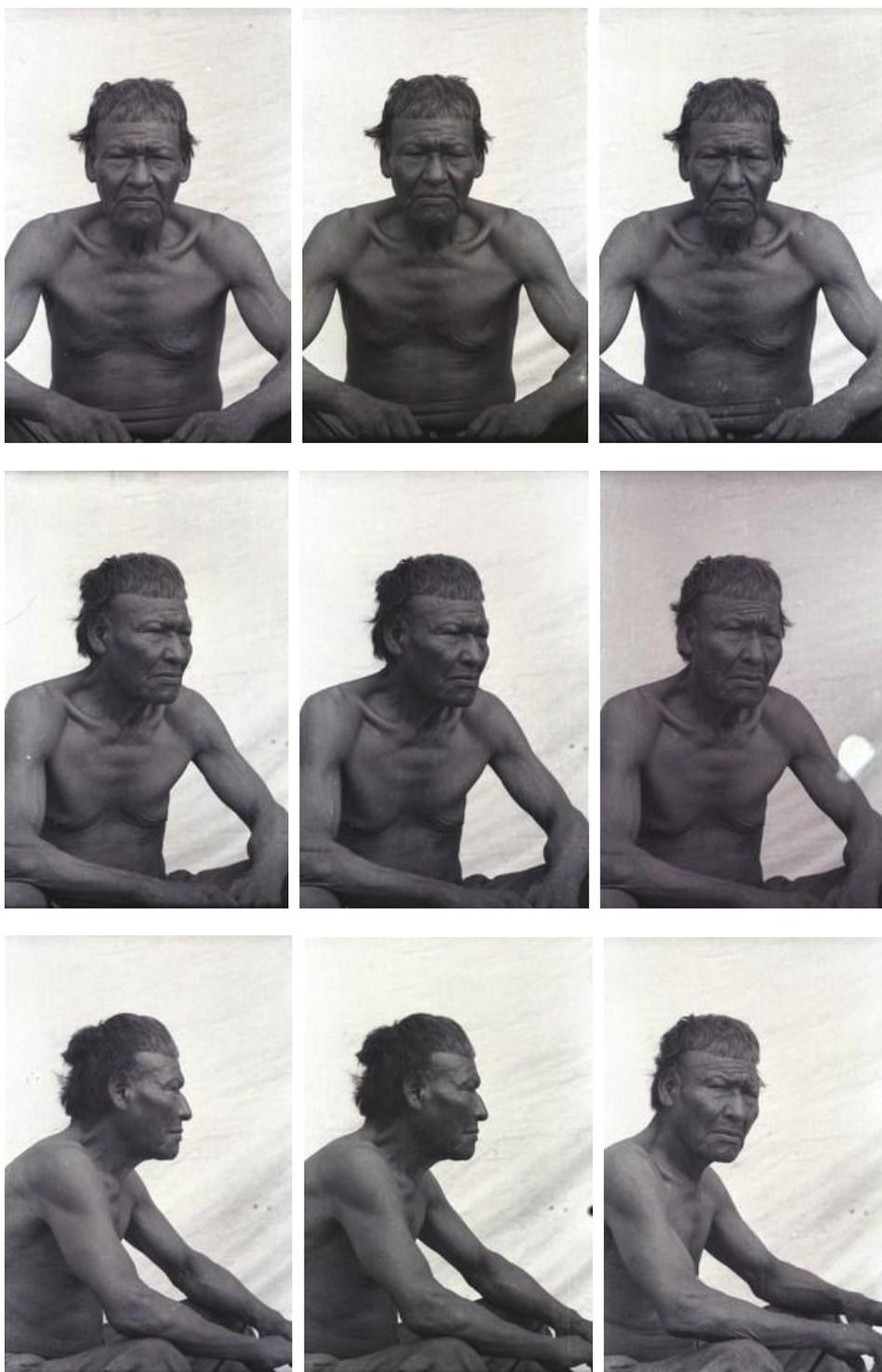


Sequência 01 - *Mulher idosa Bororo com aproximadamente 75 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Sequência 04 - *Homem Bororo com aproximadamente 35 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943²⁰¹.

²⁰¹ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03237, SPI03238, SPI03239, SPI03240, SPI03241, SPI03242, SPI03243, SPI03244 e SPI03245, respectivamente.



Sequência 05 - *Homem Bororo com aproximadamente 65 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943²⁰².

²⁰² A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03194, SPI03195, SPI03196, SPI03197, SPI03198, SPI03199, SPI03200, SPI03201 e SPI03202, respectivamente.

Um dos aspectos que chamou a nossa atenção foi a seleção de 10, 09 e de 09 fotografias sequenciadas, respectivamente, fugindo à regra de seis imagens, como afirmei em linhas anteriores. As legendas dizem, respectivamente, *Mulher idosa Bororo com aproximadamente 75 anos de idade*; *homem Bororo com aproximadamente 35 anos de idade* e, *homem Bororo com aproximadamente 65 anos*. A partir desses dados, é tácito afirmar que há um distanciamento do fotógrafo em relação ao fotografado. A identificação não apresenta os nomes, demonstrando uma tendência científica de objetivação da pessoa. Ou seja, a não identificação demonstra que não se trata de registrar a imagem de uma pessoa com nome e história, mas apenas de catalogar certos “tipos”, fazendo referências ao gênero, por exemplo, “mulher” ou “homem”, com a intenção de indicar um dado relevante para uma futura pesquisa.

No caso da primeira série de imagens, da *mulher idosa Bororo*, o ponto de “fratura”²⁰³ está nas duas fotografias que terminam a sequência: frontal e vertical inclinada (seguindo uma ordem de 1 a 9 – imagens 04 e 08), em que a hipótese é de uma desobediência ou de um desgosto da fotografada, pelo fato de não olhar para o fotógrafo (imagem 04) e, de não olhar para um ponto no horizonte para a realização da postura vertical com o rosto inclinado (imagem 08). As duas imagens quebram a sequência, nos mostrando que mesmo em uma clara evidência de estrutura corporal diminuída e de postura moldada e envelhecida pelo tempo, a anciã ainda tinha forças para demonstrar insatisfação e se contrapor, através da feição, ao que lhe era ordenado.

Essa série é sugestiva pelo fato também de apresentar uma explicação que parece estar dada, com respeito à quantidade de fotografias, já que se tratava de uma mulher idosa e isso a colocava na condição de uma pessoa de difícil trato e entendimento. Ao olhar para essa sequência 01 e ver a expressão dura e de descontentamento, coloco como hipótese a possibilidade de que a dificuldade de entendimento era do fotógrafo ou do produtor-assistente em não considerar a expressão de desgosto como uma forma de evidenciar a escolha em não ser fotografada. A sequência nos sugere dizer que a situação de posar para a

²⁰³ A concepção de “ponto de fratura” foi extraída dos estudos de Elizabeth Edwards (2001) em sua publicação “Raw histories: photographs, anthropology and museums”.

fotografia estava colocada a partir de uma negociação, podendo também ser quebrada pela desobediência frente aos sucessivos mandos e às várias respostas de obediências subjugadas.

A hipótese que levanto dessa série (mulher idosa Bororo), em relação à ação de olhar pra frente, fundamenta-se nos seguintes aspectos: primeiro, ela tende a obedecer ao mando e a colocar-se na condição de subjugada, e por isso olha para baixo. É como se soubesse como se colocar a partir de uma ordem de comando. Na segunda imagem, a mulher submete o olhar para frente e para o lado, não encarando o fotógrafo. Na terceira, ela olha para frente e para o fotógrafo fazendo o que seria o correto. Mas, o fotógrafo em busca da perfeição, impõe mais um “clique” e a senhora Bororo já não aceita a ordem e olha pra cima, indicando o basta e se mostrando enfadada com o ensaio fotográfico. Considero esta proposição, sugerida através dessa primeira série, como provocação e como confronto do que “está para fora” nas fotografias desta sequência, fazendo o exercício sugerido pelos próprios produtores dessas imagens de “fechar o campo” para extrair os dados do “objeto”. Mas, ao tomar esse “objeto” como pessoa de “carne e osso” e ao prestar atenção nos detalhes do conteúdo, não sobressaem medidas e traços Bororo, e sim, gente que se expressa, fala por gestos e devolve no olhar o que deveras sente.

Ao centrar o foco nas poses dos “tipos” fotografados, percebemos uma tentativa do fotógrafo em controlá-las por meio da postura, inclinação da cabeça e posição dos ombros e braços. Chama a atenção a maneira como algumas pessoas fotografadas posicionam esses membros. É o que podemos verificar na sequência 03. Além do olhar, os braços e os ombros também se expressam fugindo do padrão de uma posição de subjugado para uma posição mais altiva. Na tentativa de refletir sobre essas séries fotográficas – explorando as intenções dos gestos dos fotografados, as disposições das poses, o fato de estarem em pé ou sentados, a roupa ou ausência dela, se há ornamentos ou não – torna-se perceptível que todos esses elementos expressam dados relevantes para o exercício etnográfico, e mais, demonstram que, mesmo que essas imagens exibam mais situações de imposição ou de intenções “científicas” ou ainda “cientificistas” de práticas coloniais, elas também dão conta de situar o fotografado, em alguns casos, de modo a transcender esses interesses e objetivos, sob os quais a imagem refletida insiste em demonstrar “apenas” categorias

classificatórias de identificação, gênero e idade aproximada, e de pertencimento a um grupo. O que faz esta análise comungar com a ideia de

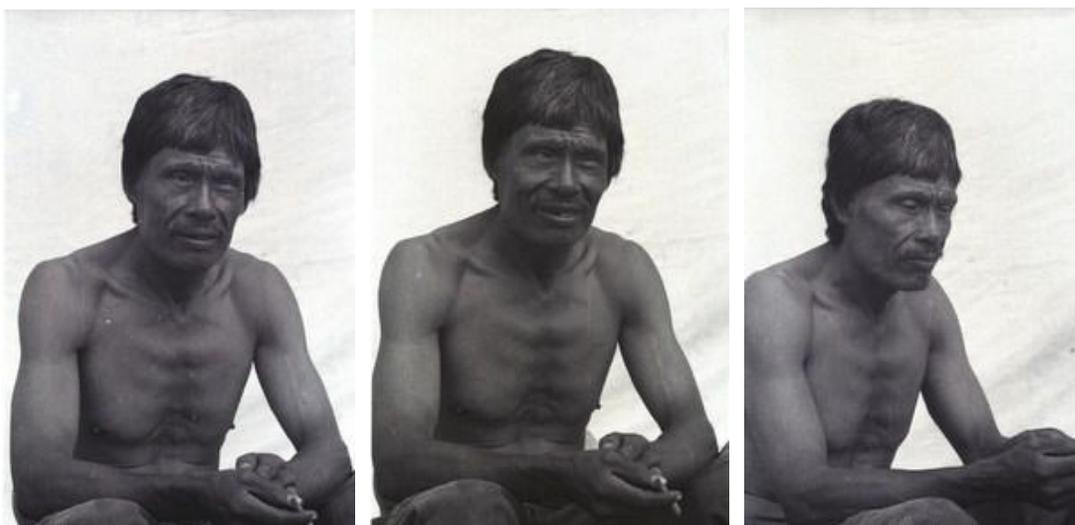
explorar a capacidade de agência daqueles que se lhes aplica a retórica e se lhes há extraído a imagem como passo analítico prévio, o qual sem dúvida deve se abrir na prática de campo à manifestação diversificada das agências no processo de significação (Buxó I Rey, 1998, p.178. “Tradução livre”).

Com isso, os pequenos gestos são importantes para sinalizar a performance fotográfica que é um “terceiro olho no que a pessoa fotografada devolve o olhar à câmara fazendo que seu rosto e corpo entrem e saiam do discurso para manifestar sensações, sentimentos e ideias” (Deleuze e Guattari apud Buxó I Rey, 1998, p.183). O dia marcado para a produção das fotografias de “tipos indígenas” deve ter sido um acontecimento dentro do posto, pelo fato de todos terem que comparecer a algum lugar do pátio onde fora montado o cenário ao modo de um “*bureau d’anthropologie*”. Atrás dos fotografados há uma tela (pano branco esticado) como fundo fotográfico tentando construir o ambiente de estúdio.

Podemos constatar pelas próprias imagens um improviso na sua montagem, aproveitando dos recursos que o posto dispunha como banco de madeira, alguma parede lisa do lado de fora, podendo ser a parede da sede ou da escola do posto, para esticar o pano de fundo. O lado externo pode ser explicado pela ausência de iluminação artificial suficiente, própria de estúdio, e também pela dificuldade em transportar equipamento de iluminação para lugares longínquos e em condições adversas. É possível perceber também nas sequências 03 e 04, por exemplo, que o trabalho foi feito no horário de sol a pino, por volta do meio-dia, em que a sombra do rosto aparece refletida no ombro e peito da pessoa fotografada, o que sugere amadorismo do fotógrafo para as situações adversas. Pois, em se tratando de Foerthmann, este tinha experiência em fotografias de estúdio, onde se constrói situações “ideais”, principalmente em relação à iluminação.

Em outras sequências, mostra-se um aprimoramento da técnica, ao utilizar a luz de fim de tarde, em que é possível iluminar a pessoa fotografada, mas sem a presença ofensiva do sol. Todas as séries de “tipos” mostram que as pessoas estão sentadas e o fotógrafo centrando a objetiva um pouco abaixo da parte torácica até o rosto. O que poderia indicar uma intenção de produção dos “tipos” com possibilidades de estudos futuros em

somatologia ou ainda para o arquivo de conjunto de povos, mas, talvez houvesse mais intenção do que possibilidades reais, pois as fotografias revelam, além do improviso, uma dose de amadorismo, perceptível na quantidade de imagens para cada sequência, totalizando seis, sendo duas de cada posição (frente, perfil inclinado e perfil vertical). A quantidade pode exprimir também o desejo de fazer uma imagem perfeita, demonstrando um rigor profissional em fazer mais de uma vez a mesma pose com a intenção de ter opções de escolha entre duas ou mais fotos.



Sequência 06 – *Homem Bororo com aproximadamente 45 anos*. Foerthmann, Heinz. 1943²⁰⁴.

Na coleção há uma série que contou com apenas três fotografias. Esta série que foge para o número três, apresento como sequência 06: *Homem Bororo com aproximadamente 45 anos de idade*²⁰⁵. Acredito que esta sequência foi abandonada durante o processo de produção e as três fotografias já produzidas seriam descartadas, pois, o homem fotografado apresenta uma expressão facial e corporal de total descompromisso em posar para o fotógrafo. Na última imagem, o homem mostra um sentimento visível de descaço pela câmera e, conseqüentemente, pelo fotógrafo.

O Homem Bororo até ensaia em se colocar em pose frontal, mas, o faz à sua maneira que não parecia ser a mesma determinada pelo fotógrafo ou pelo produtor. Na

²⁰⁴ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03191, SPI03192 e SPI03193, respectivamente.

²⁰⁵ Legenda das fotografias SPI03191, SPI03192 e SPI03193. SARQ –MI. RJ.

segunda pose, um sorriso sutil ainda demonstra a vontade em continuar na “brincadeira”, vontade que desaparece no terceiro e último movimento, quando se mostra desinteressado, dando maior importância ao movimento das mãos, desta vez, já sem o cigarro entre os dedos.

Ainda cercado a série de três fotografias, é visível uma abstração com o que parecia estar colocado como acontecimento – um dia de sessão fotográfica no posto indígena –, situação que tinha importância para a equipe de foto-cinematografia que estava ali, mas, não necessariamente, para o *homem Bororo com aproximadamente 45 anos*²⁰⁶.

Sobre o fato de ignorar uma ação que está no seu entorno, no caso dos Bororo, há pelo menos duas observações etnográficas que encontrei e que vale a pena trazer, no sentido de mostrar também elementos, como um gesto, que tampouco foi intencional do fotógrafo captar, mas que está explícito na imagem, nos chamando a atenção para o fato, ou melhor dizendo, para o gesto em si.

Karl von den Steinen, em 1888 e Herbert Baldus, em 1935, fizeram observações em que o “descaso” ou melhor dizendo, “o fazer pouco de” foi apontado como uma característica do Bororo. A situação flagrada por Von den Steinen refere-se aos presentes doados pelos brancos e que foram descartados em seguida ou ainda desconsiderados por não ter sido encontrada utilidade alguma para eles ou ainda pelo simples fato de não considerarem o presente numa escala valorativa, se referindo a eles como “porcaria”.

Outro fato que é necessário apontar é que o trabalho da equipe, principalmente em relação às fotografias, certamente considerava uma quantidade de descarte, no sentido de escolher as melhores imagens, mas, aqui é interessante perceber que tal descarte, não necessariamente era por uma situação técnica (enquadramento, iluminação etc.). Como vimos na sequência 06, o descarte também foi feito por causa de um não envolvimento do fotografado ou ainda de uma negação, no sentido estrito da palavra, em não se deixar fotografar de acordo com as regras do fotógrafo.

A identificação dessas fotografias, fazendo referências a conceitos gestados na prática colonialista, nos faz refletir também sobre o consumo desse material como

²⁰⁶ Legenda das fotografias SPI03191, SPI03192 e SPI03193. SARQ –MI. RJ.

documentação a ser arquivada, fazendo a marcação do domínio não só no âmbito do território como também dos corpos e das coisas que, mesmo sendo imagens individualizadas, ao serem denominadas como “tipo Bororo” passa a demarcar um coletivo pertencente a uma “raça indígena”, e mais, marcam também a sua origem – acervo documental de propriedade da emergente nação em construção, chamada Brasil.

Essa coleção e outras produzidas no estado de Mato Grosso através dessa equipe, entre 1942 e 1943, mostram um panorama de vários aspectos dos postos visitados na inspetoria 06. As fotografias foram utilizadas de várias formas e em várias versões. Além da exposição organizada pelo cinematografista Nilo Vellozo, em Cuiabá, no ano de 1945, elas serviram também para compor o relatório anual da inspetoria regional 06, no ano de 1942, causando tão boa impressão a ponto da diretoria do órgão enviar uma circular para a inspetoria dizendo:

(...) tivemos a ideia de torná-las conhecidas fora do âmbito comum em que os relatórios são manuseados... Resolvemos, pois organizar 10 álbuns, com os destinos seguintes: Um para o Instituto Indigenista Interamericano que nos tem fornecido todas as publicações interessantes aos índios da América²⁰⁷.

O Serviço de Proteção aos Índios, por intermédio do CNPI, parece ter acertado na criação da Seção de Estudos, afinal, o êxito estava impresso através desse ofício que demonstrava, inclusive, o consumo dessas imagens em um meio especializado (Instituto Indigenista Interamericano), para além da justificativa administrativa de comprovação dos trabalhos que foram desenvolvidos dentro dos postos. Pelo que indica esse documento e uma série de outros, sobre os trabalhos desempenhados pela Seção, as fotografias cumpriram um papel fundamental de introdução de troca de transmissão e recepção de informação sobre os povos indígenas via essa agência estatal. Com isso, o SPI demarcou ações políticas institucionais em nível internacional de forma a transmitir e trocar experiências e informações. Segundo Naranjo (2006, p. 11-12. “Tradução livre”),

a identidade ilusória que cria a fotografia entre o objeto e sua imagem, junto com sua grande capacidade de multiplicação, a transformaram num dos meios de representação gráfica com uma maior penetração social.

Sem dúvida, a fotografia ganhou vários desdobramentos no ambiente da Seção de

²⁰⁷ Relatório anual da inspetoria regional 06, 1942. Microfilme 263. Fotograma 1615. SARQ – MI. RJ.

Estudos, servindo a várias frentes: de cunho científico, cultural e histórico, respondendo a um programa museológico e, também, de cunho político de cumprimento de um programa de governo que possuía o intuito de consolidar a política indigenista, com claros objetivos de redefinir o espaço territorial brasileiro, colocando à disposição de empreendimentos econômicos grandes porções de terras, até então habitadas por índios.

No mesmo documento em que Schultz publica as instruções sobre como realizar os trabalhos fotográficos, ele também sugere o formato de circulação:

[...] As melhores fotografias poderão ser ampliadas para o formato de 75 x 100 cms., ou menos, com o fim de organizar anualmente expedições ambulantes, que poderão percorrer os Estados do Brasil, bem como os demais países sul americanos e da América do Norte [...] Deverão ser confeccionados coleções de diapositivo, seguindo estas coleções e diretrizes didáticas ou de interesse público. As primeiras destinadas às Universidades e colégios nacionais, intercâmbio com institutos científicos nacionais ou internacionais, as segundas destinadas a conferências ilustradas²⁰⁸.

Dentre essas frentes de consumo das imagens, chama a atenção esse caráter científico e museológico que deslocava os povos indígenas fotografados para um registro temporal definitivamente do passado já que as coleções tinham a sua circulação pensada para “fins didáticos”, especificamente para instituições de caráter científico e de pesquisa e, em se tratando de “interesse público”, através de conferências ilustradas que, não necessariamente, eram para um público especializado, mas sim, para um público ávido pela exotividade. O próprio Schultz, ao especificar ainda mais o seu plano de trabalho, classifica as fotografias como “documentais e jornalísticas”, definindo como elas poderiam ser consumidas.

Fotografias documentais e jornalísticas: a) Estas fotografias devem representar cenas da vida e dos costumes dos indígenas, tipos característicos, destacando-se por seu aspecto interessante e às vezes sensacional, despertando curiosidade pública, obedecendo, porém, em seu conjunto às normas anteriormente prescritas [...] ²⁰⁹

Ao prever nas instruções os lugares onde as fotografias iam circular e ainda indicar uma classificação como “documentais e jornalísticas” não deixa dúvida a produção dessas

²⁰⁸ Planos de Trabalho para Seção de Cinematografia e Fotografia do SPI, 17/03/1942. Schultz, Harald. Microfilme 336. Fotogramas 0581-0583. SARQ – MI. RJ.

²⁰⁹ Planos de Trabalho para Seção de Cinematografia e Fotografia do SPI, 17/03/1942. Schultz, Harald. Microfilme 336. Fotogramas 0581-0583. SARQ – MI. RJ.

imagens com a intenção de cientificidade e também de caráter propagandístico da política indigenista. E esse propósito jornalístico de formato sensacionalista se enquadrava perfeitamente na política do Estado Novo em romantizar os índios perante a sociedade nacional, tornando-os simpáticos, mas, também, exóticos e com isso, determinando ainda mais, um lugar recortado e ideal para eles, o posto indígena.

Aqui faço a leitura nestes termos para evidenciar que essa ação produzia ambiguidades nessa relação do índio com a sociedade nacional. E podemos sentir os reflexos dessa ação até os dias de hoje. Ao mesmo tempo em que essas imagens produziam e construíam noções de proximidades ao evidenciar os aspectos cotidianos da vida indígena, também construíam distanciamentos ao revelar esses aspectos na chave do sensacionalismo, do exótico, fazendo com que essas imagens causassem muito mais estranhamento que empatia, levando a sociedade não-índia a olhar para os grupos indígenas como estrangeiros e invertendo o enredo: fazendo-os estrangeiros em sua própria terra. Com isso é muito comum a referência aos povos indígenas nos dias atuais, em dizer: “lugar de índio é na aldeia”, isto é, remetendo os povos indígenas para um lugar apropriado e “ideal” para estarem e se reproduzirem, que, definitivamente, não é em relação com a “sociedade nacional”. Outro lugar em que estavam desde muito antes e que foi reforçado nesse período pela chave da cientificidade é o de concebê-los como “peças de museu”, definitivamente, localizados no passado e apenas nos emprestando a base do nosso caráter nacional (Garfield, 2011, p.51).

Para assumir a forma do caboclo.



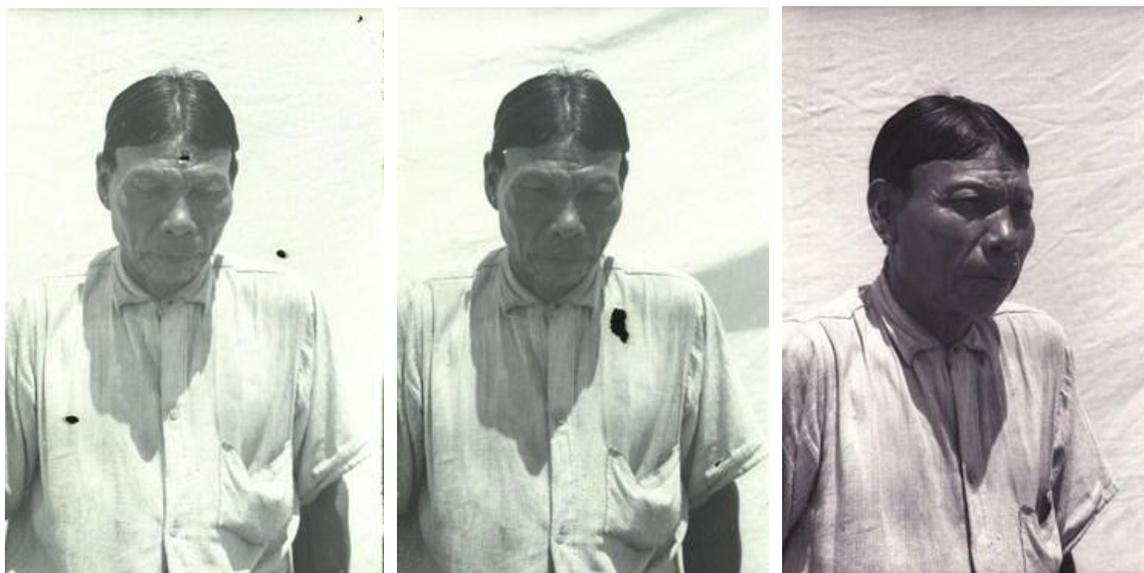
Sequência 07 – *Homem Bororo com 55 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943²¹⁰.

As próximas sequências fotográficas de 07 a 15²¹¹, que trago para o corpo deste trabalho, continuam mostrando “tipos indígenas”, desta vez: um homem do povo Bororo, do Posto Córrego Grande e outras pessoas pertencentes ao povo Bakairi, localizados no Posto Simões Lopes e também duas sequências do povo Terena. O fotógrafo das séries

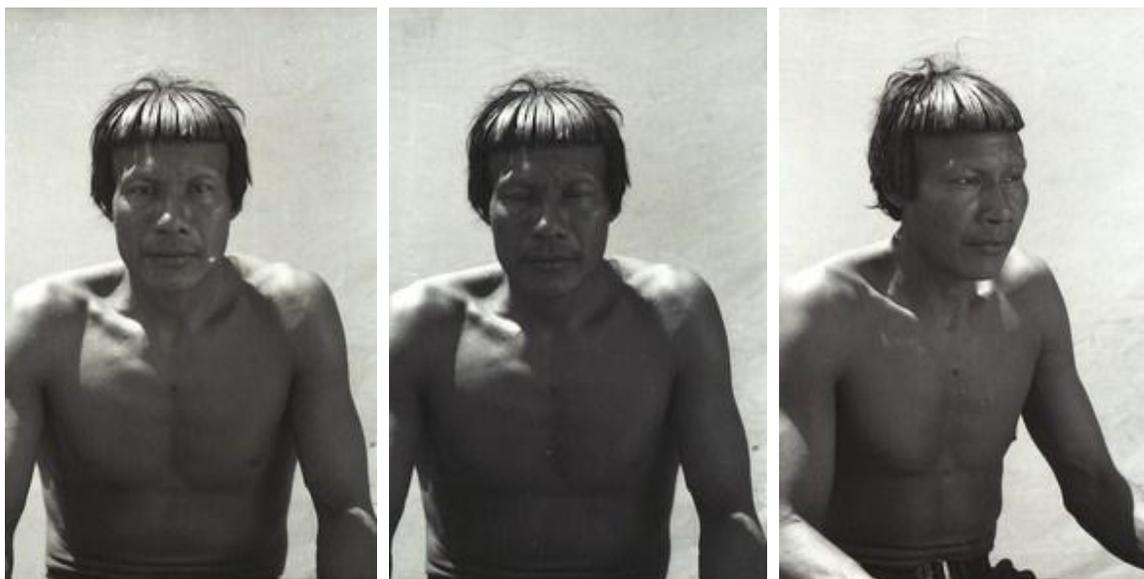
²¹⁰ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03311, SPI03312, SPI03313, SPI03314, SPI03315 e SPI03316, respectivamente.

²¹¹ Assim que formos abordando cada sequência fotográfica, as identifico com as imagens.

Bororo e Bakairi é Heinz Foerthmann e, no caso do Povo Terena, Harald Schultz. Nestas disposições de imagens quero chamar a atenção para o fato dos fotografados estarem vestidos com roupas de “civilizados” ou de “brancos”, nos dando condições de refletir sobre esse adendo, já que o formato em relação ao enquadramento continua praticamente o mesmo.



Sequência 07 – *Homem Bororo com 55 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943²¹².



Sequência 04 - *Homem Bororo com aproximadamente 35 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943

²¹² Para facilitar a visualização, reproduzo novamente, pelo menos, parte da sequência fotográfica, já identificada em páginas anteriores.

Outro dado marcante nestas imagens está no aspecto de produção de alguns índios, exteriorizando de maneira mais acentuada através dos cabelos ainda molhados e penteados também ao modo ocidental. Sobre este dado, destaco as sequências 07 (logo mais acima) e 15 (logo mais abaixo). Não que outras séries não nos chamem a atenção sobre essa questão, mas, estas em particular, nos remetem a um arrumar, um preparo anterior para a devida apresentação ao fotógrafo. A sequência 07, do homem Bororo, é digna de nota por trazê-lo penteado, com o cabelo repartido ao meio, mas, mesmo assim, ainda é possível perceber o corte característico do Bororo – crescido até a frente e às têmporas – deixando a parte da frente no formato de capacete. Esse jeito do Bororo cortar o cabelo é observado nas etnografias de Von den Steinen (1940); Colbacchini e Albisetti (1942) e Lévi-Strauss (1996). Para uma ligeira comparação, para não passar despercebido, chamo a atenção para a sequência 04 (acima), em que o *homem Bororo de aproximadamente 35 anos*²¹³, de acordo com a legenda da fotografia, traz o corte característico Bororo e nos serve de comparação com o Bororo da sequência 07, que traz o mesmo corte. A marcação da diferença está no fato deste (sequência 07) trazer o cabelo lavado e penteado – repartido ao meio.

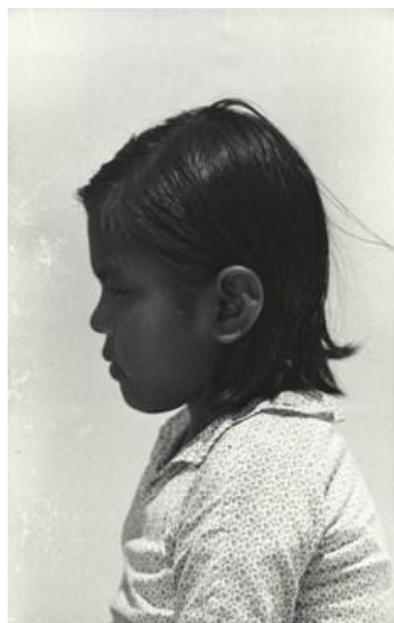
Em relação à sequência 04, ainda sugiro que o homem Bororo além de trazer o corte ao modo característico do grupo, traz o penteado com a pasta de urucum na parte frontal, que pode nos apontar para uma marcação distintiva do “jeito de ser Bororo” ou ainda pode nos indicar um uso sagrado ou de demonstração distintiva (chefe) ou ainda como remédio (inserido em processo de cura). Aponto essas hipóteses a partir dos dados de Colbacchini (1919) que descreve o uso da tinta de urucum, inclusive, como vestuário, além do uso nos ritos sagrados e como medicamento.

O urucú nonogo é tudo para eles, é o primeiro vestuário ao nascer e o último na derradeira agonia. A tinta vermelha d’esse vegetal é-lhes vestido, ornamento e remédio; em todas as casas encontra-se abundante reserva, e não seria mais Boróro quem dispensasse essa tintura. É bem difícil dissuadi-los de usar de uma coisa que reputam sagrada (Colbacchini, 1919, p. 15).

No caso do homem Bororo se apresentar com o corte característico e com o emplaste de urucum pode não ter sido um problema para Foerthmann, pelo contrário, como

²¹³ Legenda das imagens SPI03237, SPI03238, SPI03239 que corresponde à sequência 04. SARQ – MI. RJ.

as fotografias tinham o intuito somatológico, a sua apresentação veio a calhar. Afinal, esse tipo de imagem buscava exatamente captar o que era de mais característico para enfatizar o homem Bororo em sua “originalidade e pureza”, o fotografado como fruto do seu meio natural. Situação diferenciada para as imagens com roupas de “civilizado” em que a intencionalidade caminhava na direção contrária, da afirmação e da exterioridade da assimilação do índio no mundo do “branco”, mas, ainda assim, arrisco afirmar que mesmo tendo o objetivo de mostrar esse fotografado em processo de assimilação, essa imagem produzia e evidenciava a ambiguidade e a ambivalência da prática, que buscava ao mesmo tempo mostrar uma transformação em curso, mas, ao colocá-lo na postura antropométrica, evidenciava essa busca do índio de traços biológicos que o identificava e marcava sua condição, pois, apesar de tudo, era índio.



Sequência 15 – *Retrato de menina Terena*. Schultz, Harald. 1942²¹⁴.

Na menina Terena, sequência 15, a noção de limpeza com banho tomado, cabelo penteado, está marcadamente expressa a ponto de uma das fotos, a terceira da sequência, mostrar a necessidade de arrumar um fio que se desprende pelo efeito do vento e Schultz refaz a pose.

²¹⁴ Aqui reproduzo parte da Sequência 15 para melhor visualizar a comparação. Mais adiante, trago a sequência completa com a devida identificação dos códigos da base de dados do Museu do Índio.

Além das instruções “gerais” produzidas por Harald Schultz um ano antes, quando começaram os trabalhos expedicionários da Seção de Estudos (mencionadas anteriormente), ele produziu outras instruções mais localizadas para a realização do trabalho imagético (filme e fotografia) que seria realizado em São Lourenço, no ano de 1943, junto aos Bororo. A sequência 07 faz parte dessa expedição e conseqüentemente foi produzida de acordo com as normas sugeridas. Schultz instruiu de como deveria fotografá-los e mais, demonstra que estava informado de ações estratégicas dos índios para conseguir roupas novas e fez esse alerta ao fotógrafo:

V. Os Bororos serão naturalmente filmados nos seus trajes típicos, e também vestidos. Na ocasião é preciso evitar que eles se apresentem com sua roupa pior, como geralmente costumam fazer, para receberem outras novas²¹⁵.

A explicação de Schultz revela consciência em vários níveis: primeiro de estar instruído de como os índios agiam. Segundo, em querer como resultado do trabalho, imagens “apresentáveis” no sentido estético de serem impressionáveis. Schultz tinha claro que essa estética podia ser perfeitamente manipulável e isso era construído a partir de um repertório composto por uma combinação de elementos como roupa, acessórios, cenários etc. Sugiro essa reflexão a partir da palavra “naturalmente” em que os Bororo deveriam ser filmados, nos remetendo para, no mínimo, duas direções de leitura, uma para pensar os índios com “trajes típicos” e outra para pensá-los “vestidos”. Mesmo assim, nos dois casos a produção está anunciada. No universo da imagem, a palavra “naturalmente” vem sendo utilizada dentro dos manuais de fotografia, pelo menos, desde a segunda metade do XIX, a partir dos ateliers fotográficos que “insistiam na necessidade de dar ao modelo um ar natural, um aspecto espontâneo” (Fabris, 2004, p. 35) depois de ter montado a teatralidade, em uma clara composição de elementos, incluindo a imposição de posturas e normas gestuais. Sugiro a teatralidade para compor as imagens dos Bororo vestidos com roupas de “branco” e que nessa produção performática, a instrução para o fotógrafo era, em meio a essa representação, captar o ar “natural”, de aspecto espontâneo, referido por Fabris. E em outra direção, o “naturalmente”, estaria em relação aos “trajes típicos” em que o objetivo do fotógrafo seria o de captar pelas suas lentes, os traços característicos do que era o “índio

²¹⁵ Instrução de 03 de novembro de 1943. Microfilme 197. Fotograma 000889. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

Bororo” em seu universo. Neste caso, a palavra “natural” em meu entendimento constitui o cerne do colecionismo científico pautado pelo paradigma da “história natural”.

Outra questão que a instrução me faz refletir é sobre a informação que Schultz tinha sobre a ação indígena para conseguir roupas novas. Talvez, essa ação dos Bororo tenha sido construída a partir de uma ação primeira do funcionário e/ou fotógrafo em reparar no traje em que se apresentava o índio para a seção de fotos²¹⁶. E a partir desse primeiro movimento em fazer a troca de uma roupa velha por uma nova é que surgiu a cadeia sucessiva e, não como uma estratégia planejada de antemão pelos Bororo, como sugere Schultz. Essa situação serve para pensar e sugerir outras possíveis interpretações. O Bororo se apresentava com a sua “pior roupa”, por não ter a roupa de “civilizado” inserido no seu universo de valoração simbólica; ou ainda, por entender o uso da “roupa de branco” para se apresentar para o “branco”²¹⁷ e aqui sem maiores distinções em ser “velha”, “usada” ou “nova”. Não tendo aqui a discriminação feita pelos olhos do Ocidente (roupa para trabalho, roupa para festa, roupa para ficar em casa etc.).

E ao considerar que os Bororo estivessem totalmente inseridos em um sistema valorativo ocidental, seria bastante aceitável a não distinção, já que os pedidos dos funcionários ao SPI em relação a roupas para os índios, mal discriminava tamanho, podendo ser todas camisas e calças de algodão e/ou de riscados. Por isso, nada mais comum em não encontrar distinção entre “pior roupa” e “melhor roupa”, ou ainda, de fazer essa distinção, não com a intenção de valoração desse uso enquanto roupa apenas, no sentido do

²¹⁶ A presença de uma equipe cine-fotográfica entre os Bororo não era uma situação nova, digo do ano de 1943. Esse povo convivia com essa experiência desde os primeiros anos da instalação do Serviço de Proteção aos Índios através da Comissão Rondon, na década de 1910. Talvez, essa informação instrutiva de Schultz não fosse fruto de sua própria experiência, mas sim, de vivências anteriores – 1916, 1922, 1932 – de outros fotógrafos e/ou funcionários da Comissão Rondon ou do SPI para ficarmos dentro da instituição. Mas, ainda muito antes, no final do XIX, via os etnólogos Karl von den Steinen e início do XX com Max Schmidt.

²¹⁷ Com a intenção de reunir elementos que podem ajudar a pensar essa sugestão de se apresentar para o “branco” com roupas doadas pelo “branco”, trago uma observação etnográfica feita por Schultz, junto aos Umutina, em 1943, quando esteve entre um grupo de 22 índios que não aceitava morar dentro das instalações do Posto criado para eles desde o ano de 1913. Schultz anotou: “Estão vestidos de calças, que usam somente quando fazem visitas aos civilizados. De volta à mata despem-se imediatamente”. Neste trecho fica claro que para os Umutina, a roupa era utilizada como código de negociação. Eles sabiam quais eram as regras do mundo “civilizado”, tanto que manipulavam o uso da roupa, quando necessário, numa tentativa de aproximar do “branco” sem querer configurar conflito. Para saber mais sobre esse episódio ler Arruda, L. (2003) *Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de Civilização e Táticas de Resistência. 1913-1945*.

uso e sim, no sentido da aquisição como “status” e como apropriação.

Com a intenção de ajudar a pensar, trago uma observação de Karl von den Steinen em 1887 a respeito dos Bororo sobre a relação desses índios com o vestuário do “branco”.

Que é que havemos de fazer? queixava-se o capitão Serejo, na colônia militar. Quando a grande turma embarcou para Cuiabá, tinham-se arranjado 430 vestuários. A isso ainda não restava nada. Em primeiro lugar, por terem os negociantes fornecido fazenda ruim, muito fina e mal fabricada, que lhes eram impossível vender; depois, porque os vestidos eram muito apertados e curtos, as camisas não fechavam sobre o largo peito, e as calças rompiam-se e, finalmente, porque os Borôro tratavam os presentes da civilização com o mais solene pouco caso. Logo que se sentiam incomodados, arremessavam-nos fora; (Von den Steinen, 1940, p. 580).

Pois em relação aos seus vestuários, os Bororo continuavam usando as suas próprias roupas: *Os homens traziam um cordão à cinta e o cartucho de palha, as mulheres um cordão ou cinta feita de casca (Bastbind)* (Von den Steinen, [1887] 1940, p. 579, 580). Na década de 1910, Colbacchini (1919) ou Baldus (1934) apontam também para esses vestuários, tidos como típicos, independentemente, dos que eram doados pelo Serviço.

Analiticamente, aproveitando e traçando relações sobre essas informações, podemos sugerir ainda uma ação estratégica em se apresentar com a “pior roupa” para demonstrar insatisfação, inconformismo ou ainda de evidenciar o valor que o Bororo atribuía para essa ação de ser fotografado, isto é, nenhum valor e por isso a sua “pior roupa”, se opondo radicalmente, do significado e da importância que tinha o ato de fotografar e de ser fotografado no universo da fotografia no mundo ocidental. Fabris (2004) ao abordar o significado do retrato fotográfico como identidade social vai buscar na burguesia oitocentista a importância que a roupa ganhou nesse universo da imagem, como se o ato de vestir indicasse o pertencimento a um grupo social.

Ato de diferenciação, vestir-se é essencialmente um ato de significação, pois afirma e torna visíveis clivagens, hierarquias, solidariedades de acordo com um código estabelecido pela sociedade (Fabris, 2004, p. 37).

Mas, a autora também afirma que essa relação profunda entre o retrato e vestuário como elementos constitutivos de uma cultura da aparência pode ser detectada a partir de outros sinais que acusam a pertença a outro grupo social, fazendo do próprio vestuário, inclusive, um elemento revelador da distinção. Fabris me faz pensar, a partir desse remate, novamente no penteado do homem Bororo da sequência 07, que mesmo repartindo o cabelo

para se enquadrar em outro código simbólico, acaba revelando ainda mais sua pertença a seu grupo social pelo corte característico. Um dado que reforça a minha leitura aqui é o fato dos Bororo rasparem as sobrancelhas – informação que li na obra de Colbacchini e Albisetti (1942) – e, ao observar as imagens pela enésima vez, percebi que eles traziam as sobrancelhas raspadas, nos informando a sua pertença. Isso concorre com a análise de que, enquanto os fotógrafos do SPI queriam evidenciar a pertença do índio Bororo à chave biológica da “raça”, destacando os seus traços físicos, os Bororo iam em outra direção, evidenciando a sua pertença através dos seus hábitos e costumes. Aspectos estes, que na leitura do Serviço, eram suscetíveis de mudança, ou melhor, de transformação.

Ainda refletindo sobre a instrução de Schultz, mesmo que esta ação estivesse acionando um dispositivo de aquisição de roupas novas, isso pode ter assumido outro significado no universo simbólico Bororo, para além da ideia simplista, da adoção das roupas dos “brancos”. O ato de obtenção da roupa pelos Bororo pode ser uma chave interessante para pensar na apropriação das coisas do mundo do “branco” sendo dominado e manipulado. Isso poderia ter um significado simbólico entendido dentro do grupo como uma forma de empoderamento situacional ou de prestígio social dentro do grupo. Outra sugestão é pensar que o Bororo jogava, no sentido de manipular conscientemente, com o fato de entender o significado que o uso da roupa tinha para os funcionários. Essa situação poderia estar inserida em um campo de relação de poder ou de influência para com o funcionário. O Bororo sabia a importância que era dada pelos brancos para a roupa nesse universo do posto indígena, que tinha um significado para além do uso funcional de cobrir, ocultar ou proteger o corpo. Afinal, vestir o indígena era uma prática de tempos imemoriais e estava ali colocada como ação naturalizante de um processo histórico de conquista.

No contexto do Serviço, a roupa assumiu várias funções e, em muitos casos, como um dispositivo de fabricação de uma exterioridade social ocidental. Em setembro de 1926, o encarregado da povoação São Lourenço recebeu três orçamentos de costureiras discriminando as roupas, a quantidade e o preço. O motivo: *confecção e aquisição de roupas para apresentação dos Bororo*²¹⁸. O documento não especifica o que era essa

²¹⁸ Orçamentos para compra de roupas para os Bororo, em 1926. Microfilme 223. Fotograma 0964. SARQ – MI. RJ.

apresentação e nem para quem era. Apenas coloca que tal apresentação seria na cidade de Rondonópolis, mas, com certeza, não era para uma exibição dos Bororo como índios que possuíam seus próprios costumes, mas sim, de mostrá-los como índios em um processo assimilacionista e de integração. Para os funcionários a roupa era um objeto “transformador”, ou pelo menos, o seu uso simbolizava a “transformação”. O “índio vestido”, aos olhos dos funcionários, acessava ou se movimentava em direção ao mundo civilizado. Já para o Bororo, acessar o “mundo do branco” através da roupa poderia ter outro registro e outro sentido, que não necessariamente estava na chave da assimilação, pura e simples. Catherine V. Howard (2002) faz esse alerta:

Os povos indígenas podem até dar a impressão de imitar a cultura dominante ao adotar as roupas dos brancos, querer seus bens, reverenciar seus deuses ou empregar sua retórica para criticá-los, mas a resistência é uma questão híbrida e contraditória, tanto na forma quanto no conteúdo. Cabe então aos etnógrafos ficar atentos aos significados conflitantes que podem estar embutidos em comportamentos aparentemente conformistas sob pena de replicar no âmbito da pesquisa as leituras hegemônicas do campo político (Howard, 2002, p. 28).

Colbacchini e Albisetti (1942) fazem uma observação nessa direção ao se referir ao *Aroettawaraare*, uma entidade do universo Bororo com poderes para curar, predizer o futuro e também para indicar o lugar de caça abundante.

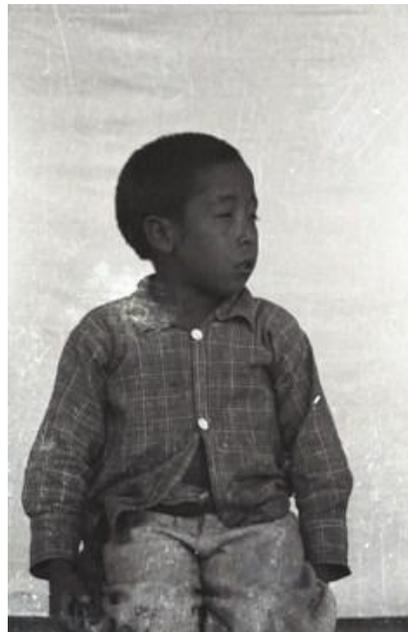
Ainda poucos anos atrás, notava-se, especialmente entre as mulheres, uma certa preocupação na escolha da cor dos vestidos ou dos tecidos. – atribuía-se isto ao capricho ou ao gosto. – Soubemos depois que também nisto entrava a ideia religiosa, e propriamente as almas com o “aroetawaraare”. – Diziam estes que os panos riscados de várias cores ou floreados, eram coisas próprias das moradas das almas e por isso havia interdição até o ponto de não receber tais tecidos nem de graça; ou aceitando-os usavam somente para enfeitar o “uiaddo”, representante da alma do defunto nos funerais; ou era oferecido ao “aroetawaraare” como recompensa da evocação das almas. – Ele podia usar destes panos contanto que avisasse as almas. A cor preta e vermelha era proibida porque é a cor própria do “aige” preto ou vermelho. Tendo alguma dúvida sobre o uso de alguma cor, consultavam o “aroetawaraare”, o qual evocando as almas resolvia o caso. – Afinal os *boróros* podiam usar somente tecidos de uma cor só e clara (Colbacchini e Albisetti, 1942, p. 131).

Essa ação indígena também é uma boa situação para refletir sobre a dificuldade que tinham os funcionários em impor um controle hegemônico, totalizador. Nesses pequenos movimentos cotejados na documentação dá para pensar as relações, de um modo geral, estabelecidas entre os funcionários e os índios e, ainda, perceber não só mecanismos de dominação, mas também, ações sutis por parte dos indígenas, forçando os funcionários a

fazer outros movimentos, como o de produzir instruções mais localizadas, com o intuito de conformar às situações locais.



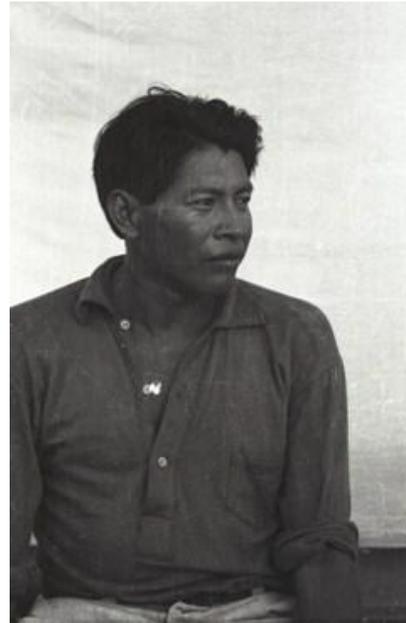
Sequência 08 – *Homem Bakairi com aproximadamente 30 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943²¹⁹.



Sequência 09 – *Menino Bakairi com aproximadamente 07 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943²²⁰.

²¹⁹ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI02771 e SPI02772, respectivamente.

²²⁰ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI02775 e SPI02776, respectivamente.



Sequência 10 – *Homem Bakairi de aproximadamente 25 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943²²¹.



Sequência 11 – *menina Bakairi de aproximadamente 12 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943²²².

²²¹ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI02773 e SPI02774, respectivamente.

²²² A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI02765, SPI02766, SPI02767 e SPI02768, respectivamente.



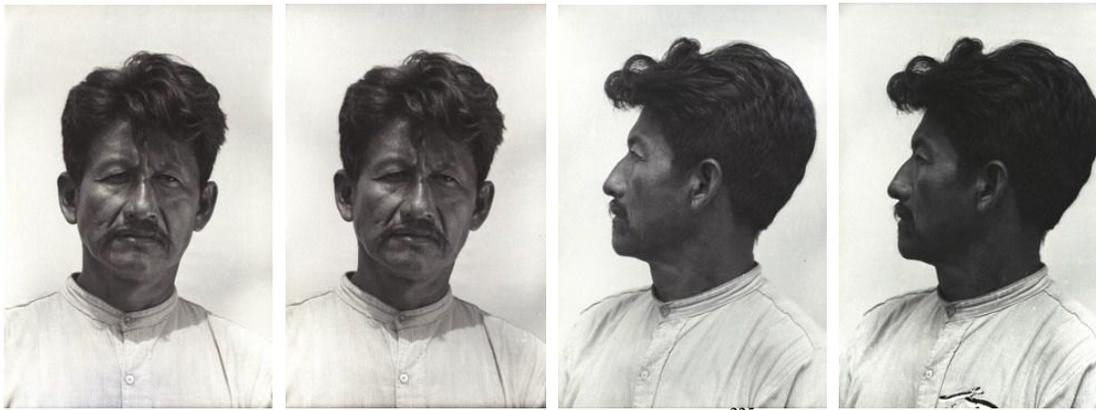
Sequência 12 – menina Bakairi de aproximadamente 15 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943²²³.



Sequência 13 – José Timoteo, capitão do aldeamento Cachoeirinha com cerca de 60 anos. Foerthmann, Heinz. 1942²²⁴.

²²³ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI02769 e SPI02770, respectivamente.

²²⁴ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI00092, SPI00093 e SPI00094, respectivamente.



Sequência 14 – Retrato de homem Terena. Foerthmann, Heinz. 1942²²⁵.



Sequência 15 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942²²⁶.

As séries de “tipos indígenas” Bakairi e Terena (Sequências de 08 a 15) nos dão condições de abordar outras situações durante a produção da imagem no “*bureau d’anthropologie*” do SPI, tendo ainda como tema as imagens dos “índios vestidos”. Para analisar essas sequências, cabe situar mais uma vez o período dessas produções com a intenção de trazer mais informações que contribuam para a análise. As fotografias dos Bororo foram feitas no mesmo ano que as fotografias dos Bakairi, em 1943, por Heinz Foerthmann. Já, as imagens dos Terena foram feitas por Harald Schultz no ano de 1942.

Pela documentação encontrada sobre a expedição de 1943, a equipe cine-fotográfica composta por Heinz Foerthmann como encarregado da viagem e fotógrafo, Nilo Oliveira Vellozo, como cinematografista e João de Souza Veríssimo Júnior, eletrecista. Eles chegaram à povoação São Lourenço, no início do mês de novembro. Mas, seguindo uma

²²⁵ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI00688, SPI00689, SPI00690 e SPI00691, respectivamente.

²²⁶ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI00704, SPI00705, SPI00706, SPI00707 e SPI00708, respectivamente.

ordem do General Rondon de prestar assistência ao jornalista Edmar Morel, do jornal “Diários Associados”, foram para o posto indígena de atração (PIA) Simões Lopes, localizado mais ao Norte do estado de Mato Grosso, na região do Xingu. Esse PIA abrigava índios do povo Bakairi e também servia de atração para outros povos localizados na região, denominados pelos funcionários, como povos do Xingu. O telegrama do dia 16 de novembro do delegado da regional 06 Álvaro Duarte ao General Rondon informa:

Cumprindo vossa determinação equipe fotocine se transportou de São Lourenço para o PIA Simões Lopes vg onde prestou colaboração solicitada Diários Associados pt Aproveitando oportunidade estarem ali índios Xingú referida equipe colheu todo material possível vg inclusive do próprio Posto Simões Lopes pt Fiquei empolgado atividades dos moços que se revelam inteiramente integrados regime nosso Serviço pt Saudações Agrindios²²⁷.

Esse informe demonstra que o PIA Simões Lopes não estava na rota da expedição que foi programada apenas para estar entre os Bororo, do Vale do Rio São Lourenço²²⁸. Esse desvio no itinerário colabora para se entender algumas questões levantadas a partir da observação das imagens dessa coleção, como sobre a quantidade de fotografias de “tipos Bakairi”, relativamente pequena em comparação com outras duas coleções em questão, por exemplo. E pelo fato de não ter sido planejada enquanto uma expedição, não encontramos instruções para esse trabalho cine-fotográfico, havendo apenas para os Bororo que, além do planejamento, tinha outra característica que justificasse instruções mais detalhadas, pois, era a primeira expedição dos três funcionários (Foerthmann, Vellozo e Veríssimo) sem a presença do seu chefe Harald Schultz, que se encontrava na mesma época fazendo uma expedição em um grupo de índios Umutina, também em Mato Grosso, que viviam fora dos limites do posto Fraternidade Indígena que fora criado para eles no início da década de 1910 e, que no início da década de 1940, *ainda resistiam*²²⁹ a morar dentro dos limites do posto.

A ordem de Rondon para a equipe cine-fotográfica pode ser entendida também como uma instrução que compreendia o assessoramento ao jornalista, como estava

²²⁷ Telegrama do dia 16 de novembro de 1943. Microfilme 242. Fotograma 000928. SARQ – MI. RJ.

²²⁸ No ano seguinte, em 1944, a Seção de Estudos programou e fez uma expedição denominada de “Exploração Científica e Documentária dos Rios Curisevo e Culueve” retornando ao Posto Simões Lopes com a intenção de documentar os índios do Xingu.

²²⁹ Essa leitura da resistência do grupo em se incorporar ao Posto Fraternidade é do próprio SPI. A referência foi feita em uma matéria jornalística em 1942, pelo jornal “Diário de Notícias”.

mencionado no telegrama acima, no sentido de produzir imagens para esse meio de comunicação. Mas, tal motivo não impediu que a equipe fizesse um trabalho a mais, de registrar imagens do posto e dos índios ali presentes tendo como base as instruções mais gerais da própria Seção de Estudos e até mesmo as que foram feitas para os Bororo, guardadas as devidas proporções específicas do contexto de ser outro povo e outra característica de posto.

Antes de seguirmos de forma mais detida na coleção dos “tipos Bakairi”, quero fazer duas comparações entre as imagens feitas por Schultz e as realizadas por Foerthmann a respeito dos retratos intitulados por eles de “tipos indígenas”. A começar pelo enquadramento. As fotografias dos Terena (sequências 13, 14 e 15), de autoria de Schultz, foram feitas em dois enquadramentos distintos, sendo que foram feitas 15 sequências no plano americano ou médio, com a linha de corte na altura da cintura, nas posições: frontal, frontal com leve inclinação do ombro e da cabeça para a direita e perfil completo e, mais 23 sequências de imagens em um plano mais fechado, tipo retrato 3x4, ou ainda, denominado de primeiro plano, focalizando a cabeça e nas posições frontal e perfil completo. Ao centrar o foco nessas imagens, percebemos que as 15 pessoas que posaram no formato do plano americano também foram fotografadas nessa outra série de 23 sequências no plano mais fechado (ver no caderno iconográfico deste capítulo).

No caso das fotografias dos Bakairi há apenas cinco sequências de imagens que compõem a seção “tipos indígenas”, que por sua vez, possuem enquadramentos diferentes das outras duas coleções (sequências 08, 09, 10 e 11). Nesse caso, Foerthmann fez duas fotografias de cada sequência com a posição – dorso frontal, diferenciando uma da outra, pela inclinação leve e mais acentuada da cabeça²³⁰, sem a pose de perfil completo.

Outro apontamento comparativo entre as coleções é o dado que apenas os Bororo, do gênero masculino, foram fotografados na inspiração antropométrica com peito desnudo, vestidos com “roupas de civilizado” e com “traje típico”, seguindo disciplinarmente as

²³⁰ Das cinco sequências que foram apresentadas, apenas uma sequência – *Menina Bakairi de aproximadamente 12 anos de idade* – foge à regra de duas fotos sucessivas, apresentando quatro fotografias. Outra situação singular na coleção é que a sequência 12 (*Menina Bakairi de aproximadamente 15 anos*) apresenta duas fotografias com a mesma pose e a inclinação da cabeça é vertical completa para o lado direito.

instruções do chefe da SE, Harald Schultz. Já os Bakairi e os Terena foram fotografados vestidos apenas com roupas de civilizados.

Retomando as imagens dos Bakairi, é possível pensar também em uma justificativa para a pequena quantidade de fotografias na chave dos “tipos” pela especificidade do próprio posto Simões Lopes que tinha a função de “atração”, recebendo e atendendo, além de grupos de Bakairi aí localizados desde 1920, os índios que estavam na chave classificatória, de “Xinguanos” – Auitys, Meinacos, Yanhuguás²³¹ (Kalapalos), Analapitis, Warás, etc.²³² – que mantinham contatos com os funcionários do posto com frequentes visitas²³³.

Outra situação que podemos levar em conta era a própria localização das casas ou “ranchos” dos índios Bakairi que “viviam” no PIA Simões Lopes. Pois, os indícios da documentação do SPI e mais os dados etnográficos colhidos por Max Schmidt em 1927, publicados em 1943, na revista do Museu Paulista, nos leva a crer que os Bakairi que “moravam” no Posto, na verdade, estavam localizados ao longo do rio Paranatinga em grupos locais ou ainda em uma distância de pelo menos uma légua da sede²³⁴. Por isso, poucos eram os moradores²³⁵ nas proximidades das edificações (sede, escola e hospital) do SPI, dificultando assim a reunião dos índios para uma sessão de fotografias que teria que ser feita em um tempo exíguo e aproveitando as situações e eventos criados para o jornal “Diários Associados”. Nesse quadro temos que considerar ainda, que os índios Bakairi estavam bastante envolvidos nos trabalhos fora do PIA (seringais e fazendas), dificultando assim a presença deles durante o dia no posto e conseqüentemente, eles não estavam

²³¹ Na documentação do SPI aparece mais de uma grafia para esse mesmo grupo: Yanhguás/Ianafuquá. Mas nos dois formatos indicam como Kalapalos.

²³² Relatório apresentado à Inspeção de Serviços de Proteção aos Índios de Estado de Mato Grosso, sobre uma visita aos índios do Xingu, 1926. Microfilme 223. Fotograma 0940. SARQ – MI. RJ.

²³³ Em notas para o relatório do ano de 1928, há uma descrição das características físicas e de personalidade de três desses grupos identificados como “xinguanos” - “Os índios Meinacos e Calapalos são homens de estatura regular, fortes e extremamente amorosos para o seu lar. Os Oytis são fortes, não muito altos, vêem tudo com muita curiosidade, são dotados de uma forte resistência física, pouco risonhos, mas nas suas fisionomias nota-se o símbolo de sinceridade”. Microfilme 216. Fotograma 0007. SARQ – MI. RJ.

²³⁴ Cabe ainda ressaltar que as próprias imagens da arquitetura do PIA Simões Lopes ajudam a fundamentar essa hipótese de distanciamento das moradias dos índios.

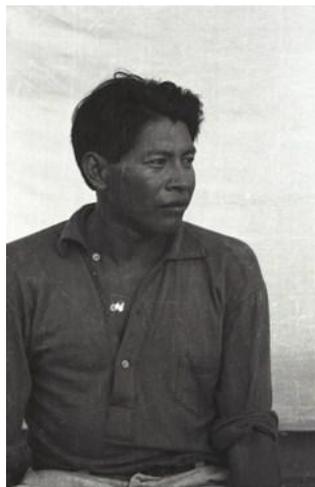
²³⁵ Não consegui encontrar nenhum senso demográfico do PIA Simões Lopes nesse período, mas, a própria coleção de imagens, ao mostrar as casas dos índios, nos ajuda a fundamentar essa hipótese. No capítulo II, onde discuto as espacialidades dos postos, trago as imagens das casas dos Bakairi no PIA Simões Lopes.

disponíveis para a sessão de fotos.

De qualquer forma, é fato que a coleção do PIA Simões Lopes reúne um número bem menor de imagens (142) se comparada com outras duas coleções aqui analisadas: Bororo (506) e Terena (1093), que tiveram o caráter de expedição para a equipe da Seção de Estudos. Dentre as três, o documentário Terena é, até pela quantidade a mais de fotografias, a coleção mais “completa” no sentido de abranger variedades de aspectos. Mas, as outras duas coleções possuem especificidades importantes para a análise²³⁶.



Sequência 08 – *Homem Bakairi com aproximadamente 30 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Sequência 10 – *Homem Bakairi de aproximadamente 25 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.

²³⁶ No caso dos Bororo há uma variedade maior de fotografias no formato antropométrico, com “trajes típicos” e vestidos com “roupas de civilizado”. Já, na coleção do PIA Simões Lopes, há a documentação de uma solenidade, entre elas, uma com entrega de presentes para índios de Povos do Xingu. Por esse tipo de particularidade, ora utilizarei uma coleção mais que outra.

Ao nos determos nas poucas imagens de “tipos Bakairi”, chamam a atenção as vestimentas desses índios em relação às dos Bororo e dos Terena. Há um incremento nas roupas e acessórios, de modo a conferir para esses índios o grau de “civilidade” tão desejado pelos funcionários do SPI. As roupas dos dois Homens Bakairi (sequências 08 e 10) diferem das desgastadas camisas de algodão e de riscado com que os homens Terena e Bororo aparecem nas fotos e essas, tão pouco se assemelham com os modelos que eram normalmente doados aos índios (verificar comparação com imagem SPI02752 abaixo)²³⁷.



Imagem SPI02752 - *Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena.* Foerthmann, Heinz. 1943.

O homem Bakairi mais velho (sequência 08) usa um paletó encobrindo a camisa de algodão e o homem mais novo (sequência 10) usa uma camisa de manga comprida vermelha, colocada por dentro da calça. Nos dois casos, as roupas e as poses parecem declarar um status social diferenciado em relação aos índios “Xinguanos”, por exemplo, que estavam em um estágio primeiro da atração, na visão dos funcionários do Serviço.

²³⁷ Acrescento essa imagem que faz parte dessa mesma coleção “Posto Simões Lopes” para que o leitor tenha a dimensão da diferença entre as roupas. Na imagem SPI02752 cuja legenda do SPI é “Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena”, as roupas com as quais esse grupo de índios está vestido foram doadas pelo SPI.



Sequência 09 – *Menino Bakairi com aproximadamente 07 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Até mesmo, a sequência 09, do menino Bakairi, mesmo trazendo as roupas puídas, há uma diferenciação do estilo do vestuário. Em outras imagens da coleção, esse menino aparece compondo o quadro de alunos da Escola do Posto Simões Lopes e está uniformizado.



Sequência 11 – *menina Bakairi de aproximadamente 12 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Sequência 12 – menina Bakairi de aproximadamente 15 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943.

Em relação às mulheres, as poses também apontam para um refinamento da roupa e da própria postura. São fotografadas duas adolescentes – *menina Bakairi de aproximadamente 15 anos de idade*²³⁸ – e outra de 12 anos. Nas duas situações, cabelos penteados, uma delas usa grampo no cabelo para segurar o penteado repartido para o lado. Os vestidos são de estampas floridas e elas ainda trazem colares como acessório e, esses estavam longe de serem as miçangas distribuídas pelo Serviço.

Na primeira imagem da menina Bakairi (sequência 11) há uma evidência de atitude de colocar-se em pose com um sorriso estampado e de olhar afetuoso ao encarar a objetiva. Refiro-me a uma composição de vestuário, penteado e gesto corporal usada para a ocasião. Na segunda imagem dessa mesma sequência, sugiro que houve um direcionamento da pose, se colocando séria e, nessa ocasião, o fotógrafo demonstrou poder, no sentido de efetuar o controle do sorriso da menina. Mas, ao me deter nessa série, arrisco a dizer que a sequência da classificação numérica das fotos (como aparece no arquivo do Museu – SPI02765; SPI02766; SPI02767; SPI02768) não corresponde à ordem realizada no momento da tomada da sessão. Sendo que, depois que foi feita a primeira imagem, em seguida Foerthmann fez a quarta foto, depois a terceira e por última, a segunda fotografia. Nessa outra sequência que sugiro, é possível ver um direcionamento do fotógrafo em enquadrar a

²³⁸ Legenda da sequência 12.

pose e controlar os gestos, principalmente, o sorriso da menina.

Essa sequência é a exceção dessa coleção, com quatro imagens, em que a sugestão, que faço, caminha no sentido que Foerthmann fez a opção por refazer as duas poses que estavam planejadas: a frontal com leve inclinação da cabeça para a esquerda, no sentido de não direcionar o olhar para a fotografia e a segunda pose: frontal com a inclinação mais acentuada da cabeça, mostrando o rosto perfilado. E mesmo assim, avalio que o resultado não foi satisfatório, como foi pensado, já que a cabeça da *menina Bakairi de aproximadamente 12 anos* (sequência 11) se inclina colocando-a em pose “pictórica”. Já na sequência 12, da outra menina Bakairi, há um sorriso reprimido, na primeira pose, em que fica evidente uma ação sendo contida. Nessa sequência, Foerthmann fez apenas uma posição: de frente com a cabeça inclinada para a esquerda. E na segunda imagem da série acaba repetindo a pose. Esse controle do sorriso, no meu entendimento, se faz necessário pelo desejo do fotógrafo querer captar as índias Bakairi objetificadas ao estilo antropométrico. No entanto, elas queriam ser fotografadas se colocando para a pose, com sorriso, tímido, mas, aberto, exteriorizando, inclusive, um entendimento do que era ser fotografada.

Ao observar a coleção do PIA Simões Lopes, essas mesmas meninas aparecem em outras três fotos, sendo que uma exibe a seguinte legenda: *Moças Bakairi recebendo aulas para se tornarem enfermeiras do hospital Simões Lopes*²³⁹. Acredito que essa distinção nas roupas das meninas-moças e dos homens Bakairi que, não eram as usualmente doadas pelo Serviço, se deve ao fato de que eram trabalhadores que ocupavam cargos dentro da estrutura funcional do SPI ou, como no caso das moças, estavam em processo de se tornar trabalhadoras no Posto Simões Lopes e, naquele ano, estavam lotadas na função de “aprendiz”. Somado a esse fato, como já aponte anteriormente, os Bakairi, de um modo geral, aparecem na documentação, desde o final do século XIX, através de relatos etnográficos de Karl von den Steinen (1887 – 1888) e Max Schmidt (1900 – 1901 e 1927) como trabalhadores dentro de uma estrutura de relações trabalhistas como mão de obra nos

²³⁹ Imagem SPI02716 – Moças Bakairi recebendo aulas para se tornarem enfermeiras do hospital Simões Lopes. Foerthmann, Heinz. 1943. SARQ – MI. RJ.

seringais, na extração mineral e também como empregados em fazendas, nas lavouras e na pecuária. Dentro dos limites do PIA Simões Lopes, eles aparecem na documentação como guias, intérpretes, diaristas e aprendizes. Segundo Edir Pina de Barros (1977), os Bakairi que moravam no posto eram denominados de “Bakairi manso” em relação aos Bakairi que viviam em grupos locais em outros afluentes do Rio Xingu, nomeados como “Bakairi bravo”. E talvez, por essa denominação, os que moravam dentro do espaço do posto se aproximavam da concepção idealizada pelos funcionários através da classificação de “índios civilizados”.

Nessa mesma época, da presença da equipe foto-cinematográfica, havia uma programação por parte do governo federal da visita do presidente Getúlio Vargas e o PIA Simões Lopes era o lugar a ser visitado. No entanto, o presidente não compareceu. Mas, o PIA se preparou para tal recepção e nesse contexto encontrei um telegrama do delegado da regional 06, Álvaro Duarte aprovando o posto para o evento e, na ocasião, enfatizando essa inserção dos Bakairi no mundo do trabalho.

(...) Reafirmo prezado chefe que o “PIA Simões Lopes” está condições receber visita nosso presidente vg e ali estou absolutamente certo que sua excelência terá mais uma vez oportunidade de aquilatar o esforço e o quanto tem realizado o SPI vg na sua humanitária missão de incorporar o índio à nacionalidade como elemento de ordem e trabalho pt por certo há de comover sua Excelência a atual boa noção de civismo dos Bakairis vg do mesmo modo porque há de lhe impressionar muito bem as diversas atividades que exercem ali vg promovendo sua independência econômica e concorrendo para riqueza nacional pt²⁴⁰.

Esse trecho evidencia a diferença dos Bakairi em relação aos outros índios da região, denominados pelos funcionários, como “índios do Xingu”, que estavam no processo inicial de atração com os funcionários do Serviço e, por ocasião da provável visita do presidente, esses índios também estavam no PIA Simões Lopes. Eles foram convidados pelo encarregado que fez o contato e viabilizou o transporte deles até o posto. Por conta desse episódio, um grupo de índios, representantes de alguns povos do Xingu, compareceu ao PIA atendendo ao chamado e convite do encarregado e a equipe aproveitou para fazer fotografias desse grupo envolvido em um evento planejado para eles, com uma solenidade

²⁴⁰ Telegrama do delegado da regional 06, Álvaro Duarte ao General Rondon, em setembro de 1943. Microfilme 242. Fotograma 925 e 926. SARQ – MI. RJ.

de hasteamento da bandeira e distribuição de brindes. Acredito que a presença do jornalista do “Diários Associados” bem como a solenidade de distribuição de brindes estavam vinculados a esse evento maior da visita do presidente Vargas que não aconteceu. Na continuação do telegrama citado anteriormente, há essa referência via informações que o encarregado do Posto envia ao General Rondon, a pedido do cinematografista Nilo Vellozo.

Transmito seguinte recado Sr. Nilo Oliveira Vellozo expedido do PIA Simões Lopes 2pt Aspas pt Cumprindo vossa ordem filmei e entreguei ao Sr. Dr. Edmar Morel cento e oitenta metros pt Aproveitando a viagem filmei as representações dos índios Meinacos vg Ianafuquás vg Cuicuros vg Aurás vg Auitis e Calapalos vg que se encontravam no posto aguardando passagem Sr. Presidente Vargas pt Filmei também atividades PIA Simões Lopes e Colisevu pt Regressarei São Lourenço próximo dia 18 pt Dali partirei imediatamente aldeias Bororo a montante do Posto pt Saudações Agrindios²⁴¹.

Ao fazer a relação das informações contidas no início do telegrama com as imagens da coleção, é possível perceber a diferença dos “tipos indígenas Bakairi” através da composição das vestimentas em relação às roupas que foram doadas pelo SPI para os “índios do Xingu”. Acredito que essa inserção no trabalho (via SPI ou através dos fazendeiros e seringalistas), já mencionada, e a situação dos Bakairi morarem nos limites do posto davam a distinção social que as fotografias querem mostrar através dos vestuários. Também chamou a minha atenção, ao percorrer a etnografia feita sobre os Bakairi entre o fim do século XIX e início do XX, um relato de Max Schmidt quando esteve no posto em 1927 e fez a seguinte observação: *todos os Bakairi já se vestiam de forma europeia* (1947, p. 32).

Somando todos esses fatos em um contexto em que havia uma necessidade de evidenciar a exterioridade do posto como empreendimento civilizador, tenho como hipótese que as imagens foram produzidas a partir de uma concepção documental, mas, que não tinha todas as especificidades de uma expedição em que a questão “científica” direcionasse as imagens. O importante nesse contexto era obter uma estética envolvendo estrutura arquitetônica, “índios civilizados” (os Bakairi que moravam no posto) e índios em processo de “civilização” (os grupos do Xingu). Tudo em uma mesma concepção documental histórica, propagandística da política indigenista brasileira.

²⁴¹ Telegrama do delegado da regional 06, Álvaro Duarte ao General Rondon, em novembro de 1943. Microfilme 242. Fotograma 927. SARQ – MI. RJ.

Retomando a instrução de fotografar o “índio vestido”, acredito em uma indicação de antemão de pré-produção fotográfica e que havia modulações no jeito do índio se vestir, seja ele Bororo, Terena ou Bakairi, podendo se vestir ao modo do dito “civilizado” ou não, mesmo que esse índio estivesse ou não morando dentro de um posto indígena. Digo isso, porque havia uma intencionalidade explícita nas normas do SPI em fazer com que os índios que estivessem morando dentro dos limites dos postos adotassem o jeito de vestir do “civilizado”. Mas, isso era uma norma recomendativa, uma ação a ser trabalhada pelos funcionários junto ao grupo localizado e não era “necessariamente” uma imposição. Isso, na visão do Serviço, ia acontecendo gradativamente.

O silvícola, trabalhado pelos legionários da pacificação, abandona tais hábitos, transforma seus costumes e adota outras normas e outros costumes, deixa de ser “índio”, para tomar a forma de ‘caboclo’²⁴².

Esse documento do ano de 1930 demonstra uma crença na ação transformadora do Serviço que parecia ser um caminho sem volta e apenas uma questão de tempo. Pelo menos, era esta a convicção do órgão e de muitos dos seus funcionários, de que os corpos dos índios se tornariam, aos poucos, em sua concepção, mais harmônicos, submissos e obedientes, através de ações contínuas e sistemáticas. E nesse universo transformador do índio em “caboclo”, a roupa desempenhava uma função fundamental, aos olhos do Serviço e de um modo geral, aos olhos do Ocidente, já que as imagens foram produzidas inseridas num plano de circulação bem definido para além dos relatórios administrativos, como foi apontado nas instruções da Seção de Estudos do SPI.

E considerando esse planejamento de circulação e consumo das imagens, há pelo menos mais duas reflexões a serem feitas. A observação das coleções fotográficas (Terena, Bakairi e Bororo) em seu conjunto, das disposições em série, todos vestidos e em posturas antropométricas, me faz remeter para práticas empregadas em pelo menos dois países da Europa (Alemanha e Espanha) e nos Estados Unidos, no início do XX²⁴³, em que as fotografias com essas mesmas características estavam sendo utilizadas com o intuito de confirmar as asseverações sobre a origem somática dos povos em questão. Calvo (1998) faz

²⁴² Documento expondo um panorama da situação do SPI , em 1930. Microfilme 380. Fotograma 1267. SARQ – MI. RJ.

²⁴³ Aqui faço referência a esses países, tendo como base a bibliografia pesquisada por mim. Podendo, certamente, ter sido uma prática em outros países da Europa, como França e Itália.

um adendo sobre o uso político que esses trabalhos fotográficos cumpriram nessa época e exemplifica com um caso catalão

Da mesma maneira, o auge de um verdadeiro panracialismo nos primeiros anos do século XX, fez que este tipo de imagens tivesse uma certa aceitação, sendo utilizado nos discursos nacionalistas; um claro exemplo oferece Eugeni D’Ors, quem recorreu à fotografia para demonstrar as origens mediterrâneas e clássicas da cultura e da população catalã (Calvo, 1998, p. 132. “Tradução livre”).

A circulação desse tipo de material, no contexto da Espanha, tinha como objetivo atingir a própria população local. Foram organizadas exposições com imagens que traziam legendas e textos como: “camponesas bascas: procurem contrastes [entre duas imagens], encontrem semelhanças em alguns traços” (Calvo, 1998, p. 132. “Tradução livre”).

Trazendo para o contexto das imagens em questão neste trabalho, retomo a exposição organizada pelo funcionário da equipe, o cinematografista Nilo Vellozo, na inspetoria de Mato Grosso, no ano de 1945, em que trazia imagens de “tipos Bororo”, “tipos Bakairi” e “tipos Umutina”, além de vários aspectos da vida indígena nos postos. Faço uma leitura enxergando pontos de contatos entre tais práticas, mesmo que seja apenas para refletirmos sobre essas práticas a partir desse modelo que vinha sendo utilizado nos contextos europeu e norte-americano, principalmente, na chave de fortalecimento de um discurso nacionalista.

Selvagens. Mas, nem tanto.



Imagem SPI03258 – *Mulher Bororo com 30 anos adornada para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03287 – *Mulher Bororo com 45 anos adornada para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Outra reflexão vai na direção de pensar um pouco sobre a ausência nas séries “tipos indígenas” de corpos nus ou ainda *seminus*. De todos os conjuntos, apenas a coleção fotográfica dos Bororo contempla peitos desnudos e apenas de homens e meninos Bororo. Não há mulheres fotografadas da mesma forma que os “tipos Bororo”, masculinos, isto é, com peitos à mostra. Todas as mulheres fotografadas aparecem vestidas. Há apenas duas mulheres Bororo que foram fotografadas com os peitos à mostra (imagens SPI03258 e SPI03287), mas, estas foram classificadas por Foerthmann como: *mulher Bororo com 30 anos adornada para festas* e *mulher Bororo com 45 anos adornada para festas*, portanto, estavam vestidas com “traje típico”, de acordo com a norma instrutiva elaborada por Schultz para Foerthmann. Para essa situação de ausência de modelos antropométricos femininos com os peitos desnudos indico uma moralidade do fotógrafo e até mesmo da equipe, incluindo o chefe da equipe (Schultz), pois, a instrução não detalha se tinha que ser ou não desnudos e, tomando a experiência anterior do próprio Schultz no documentário Terena, acredito que essa instrução, se foi dada, ela foi feita em conversa, em se tratando de uma possibilidade. Mas, mesmo assim, havendo essa eventualidade, acredito que não se estendia às mulheres. Penso que em relação aos Bororo, Schultz acreditava nessa probabilidade, por conta do que ele estava informado sobre os Bororo, de ainda, naquela época, guardarem costumes próprios muito arraigados, mesmo com o trabalho “civilizatório” que estava em curso desde o final do século XIX. Os Bororo faziam parte do itinerário das expedições da Seção de Estudos, principalmente pela característica de que ainda tinham comportamentos de “selvagens”.

Outra possibilidade que precisamos considerar para essa ausência, das imagens de mulheres nuas, é a negação das mulheres em se deixarem fotografar desse modo, não por um pudor concebido pelo “jeito de ser Bororo”, mas sim, como uma ação construída a partir dos próprios funcionários para a justificativa do uso da roupa de “branco” entendida e reproduzida pelos Bororo para se relacionar com o “mundo do branco”. Acredito que a nudez, era um problema, muito mais aos olhos do Ocidente via uma moral, seja de ordem cristã ou não, do que aos olhos dos Bororo.

As etnografias do fim do XIX e início do XX descrevem como a vestimenta da

mulher Bororo o *kogu* (chamado também *i parere iwoi*) uma espécie de cinto de 12-15 ou mais cm, que apertam em torno do ventre tão estreitamente que os ossos ilíacos se salientam (Colbacchini e Albisetti, 1942, p. 59). Estes autores ainda acrescentam como vestuário feminino

O *kodobie*, formado também por uma tira flexível de embira branca que as mulheres mastigam em toda a extensão para lhe dar maior flexibilidade. (...) As índias introduzem uma extremidade do *kodobie* com a orla superior do cinto; é preso por compressão. Descendo, depois a tira cobre as regiões púbica e perineal, e finalmente cobrindo a região coccígea e sacral, vai terminar na altura da cintura; esta extremidade é introduzida por cima entre o dorso e o *kogu* (p. 60).

Em uma publicação anterior de Colbacchini (1919), a monografia *A tribo dos Boróro*, esses dados estão menos trabalhados, no sentido de uma descrição pormenorizada, prevalecendo em algumas passagens as impressões valorativas do Padre Antonio Colbacchini e não do etnógrafo Colbacchini. Os dados aparecem menos objetivados ao modo “científico” como nas informações da publicação de 1942. Mesmo assim, tomando a precaução de um olhar ainda mais crítico para esses dados, trago para ilustrar e auxiliar a nossa reflexão sobre o vestuário feminino ou a falta dele e/ou a “falta de pudor” nas mulheres Bororo, alguns trechos dessa monografia

Bororo selvagem não admite vestido algum. É completa a nudez para os homens; as mulheres usam somente um cinturão de 20 a 25 cent. e uma faixa presa nelle, à frente e atrás, passando entre as pernas. Este é o único traje e o sinal único de respeito e modéstia. (...) As mulheres mantêm certo sentimento de pudor e modéstia: nunca se apresentam sem o *codubio* (Colbacchini, 1919, p. 13).

Karl von den Steinen (1940, p. 603-604) além de fazer os seus apontamentos sobre a utilização do cinto de casca, vai buscar mais informações etnográficas em Langsdorff, Waehnelde e Rodhe. Que na visão desses, as mulheres Bororo andavam nuas e, se, o cinto tinha a intenção de cobrir o corpo, para Langsdorff, essa função estava longe de ser alcançada. Von den Steinen dedica mais de uma página para o assunto e, na verdade, o seu apontamento caminha para outro uso funcional, de proteção da pele devido ao peso que essas mulheres carregavam, pois, a coleta de alimentos era uma função delas.

As mulheres voltavam do mato com cestas tão carregadas de côcos de palmeira, que pareciam acabrunhadas sob o peso, não podendo quase andar; nisso, a extremidade da cesta apoiava-se sobre aquele cinto duro, e este assim lhes protegia a pele (Von den Steinen, 1940, 604).

Além desses dados, o que chama atenção é uma descrição de Langsdorff ao considerar o cinto de casca como o objeto principal que a mulher Bororo levava e, ao dizer sobre o assunto, fala do pudor das mulheres Bororo que nos ajuda a pensar sobre essa moral do olhar ocidental em relação ao corpo do índio. Nisso, Von den Steinen toma as informações de Langsdorff

O próprio observador não acreditava no destino da cobertura. As mulheres borôro eram indiferentes a esse respeito e, no tocante ao seu pêjo, este lhes era não só em parte como totalmente desconhecido, ou para melhor dizer, revelavam nisso um verdadeiro impudor, que, mesmo não levando em conta a licenciosidade dos Brasileiros, tinham em grande abundância. (Von den Steinen, 1940, p. 604).



Imagem 02 – Foto de Lévi-Strauss. In: Saudades do Brasil, p. 93.

Para utilizarmos dados que estavam mais próximo desse contexto das fotografias aqui analisadas e assim discorrermos mais sobre essa ausência de fotos antropométricas de mulheres indígenas com os peitos à mostra e aproveitando para falar do que seria um traje ao modo dos Bororo, tomo como pista, uma imagem de 1935²⁴⁴, do etnólogo Claude Lévi-Strauss, de um casal Bororo, em que o jovem professor da USP faz o registro, em um plano americano, sendo possível visualizá-los da cintura para cima. O homem estava com uma

²⁴⁴ Lévi-Strauss coloca como legenda dessa imagem, em “Saudades do Brasil” – Na vida cotidiana, o traje dos homens e das mulheres era simples... – A mesma imagem em “Tristes Trópicos” se intitula apenas de “casal Bororo”.

indumentária que compreendia de um diadema e um colar de palha de buriti, além da tintura vermelha de urucum na franja do cabelo, com o seu rosto pintado. De acordo com os dados etnográficos de Cobacchini e Albisetti (1942) a pintura no rosto de uma coloração preta é uma resina aromática feita de raízes chamada *kidoguru* – *almécega* – que tem eficácia curativa para alguns casos e também extraem o pó bem fino de uma madeira que fazem carvão. Essa tintura é aplicada traçando linhas verticais e horizontais sobre o rosto, testa e partes doentes do corpo. Porém, os sinais não são usados sempre como remédios, mas como adorno, especialmente nas festas.

Já a mulher Bororo da fotografia de Lévi-Strauss, traz um diadema na cabeça que compreendia apenas uma fina tira de palha podendo ser de buriti ou outra palmeira passando no meio da testa. Ela usava um pano amarrado na cintura, no formato de uma saia, o que tudo indica, parece ser o vestuário feminino *kodobíe*. Os peitos de ambos estavam desnudos. Lévi-Strauss²⁴⁵ produz a fotografia. Dispõe o casal no enquadramento de posição frontal, um do lado do outro tendo a composição de fundo a parede de palha de uma casa Bororo. O homem Bororo tem uma postura e um olhar de subjugado, demonstrando que fora ali colocado, mas, a mulher não. Ela fora colocada nessa mesma posição fixa, porém, gesticula no momento do clique, falava algo, olhava para o chão e não para a câmera. Com a testa franzida, parecia não estar de acordo com alguma coisa, mas, não demonstra incômodo em estar com os peitos à mostra, pelo contrário, o problema parecia claramente ser outro.

Ainda na tentativa de sugerir explicações para a ausência de fotografias de “tipos indígenas” de mulheres com os peitos desnudos, tomo o fato de que havia um entendimento dos funcionários e do próprio SPI, de que nesses postos, nesse período, não haveria índios no estágio primitivo de selvageria, que pudesse justificar, em particular, em relação às mulheres, fotografias com corpos nus ou seminus. Essa situação de “última fronteira” em

²⁴⁵ Mesmo esta fotografia sendo de 1935, apresento-a para fazer a comparação, na tentativa de mostrar a tranquilidade deste povo em relação ao corpo nu, num espaço de tempo de mais de 25 anos da presença do SPI nessa espacialidade. A aldeia Quedjare, em que Lévi-Strauss fez a fotografia estava localizada dentro da povoação São Lourenço. E mesmo pelo tempo considerável de contato e presença contínua, os Bororo continuavam a andar seminus pela aldeia, dependendo da situação. Ou melhor dizendo, eles continuavam a usar as suas indumentárias, com a qual – aos olhos ocidentais, pela ausência de cobertura dos peitos das mulheres ou apenas pela presença do estojo peniano nos homens – estariam nus ou seminus.

relação aos índios, tendo-os como selvagens e quase sem contato, estava centrada nas frentes de atração para com os Xavante, para pensar num contexto da inspetoria regional 06 que compreendia o Mato Grosso, ou ainda, em relação a alguns grupos da região do Xingu.

Por mais que em uma ocasião ou outra, em uma descrição dentro de um documento administrativo, os índios fossem chamados de “selvagens”, “silvícolas” e/ou “bárbaros” pelos funcionários e, de fato, continuassem a andar nus ou seminus pela aldeia, mesmo depois de anos vivendo sob a tutela do SPI, acredito que essas denominações estavam ligadas à concepção “racial” de marcação de distinção que os inferiorizava em uma clara relação de poder administrativo personificado na figura do encarregado de posto e até mesmo de qualquer outro funcionário do Serviço.

Mas, através das imagens, mesmo com a exteriorização do índio enquanto portador de uma “raça”, através dos formatos antropométricos, havia claramente uma mescla de intenções para o consumo dessas fotografias, que ora serviam para fins científicos e ora para fins propagandísticos da política indigenista. Logo, os índios localizados dentro dos limites dos postos indígenas estavam enquadrados num processo de “assimilação”, de “incorporação” ou ainda de “civilização” em que fotografias, mesmo que para fins científicos, de mulheres nuas ou seminuas poderiam depor contra o modelo de integração nacional, demonstrando pouco avanço da política, já que os grupos que moravam nesses postos tinham uma vivência de no mínimo 20 anos. E ligado a isso, retomo a justificativa moral, pelo fato do “peito feminino” ser considerado também órgão sexual, diferentemente do masculino.

Conclusão.

Ao pautar três grupos indígenas no enfoque das lentes fotográficas de Schultz e Foerthmann, a partir do trabalho de foto-cinematografia da recém-criada Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, visualizamos imagens de “tipos indígenas” Bororo, Terena e Bakairi que nos fizeram indagar qual o significado das mesmas nesse contexto de práticas naturalizantes e naturalizadas em associar o índio à palavra “raça”. Exterioridade, característica do retrato antropológico em que *as personagens posam à frente de um pano*

branco suspenso em um varal ou estendido contra uma parede (Maresca, 1998, p.150). Em minha leitura, o aspecto racial aí evidenciado, enquadrado no uso da antropologia aplicada, colocado como inovador no modo de olhar para os índios, era uma particularidade do SPI e do CNPI, materializado na Seção de Estudos e, estes (conselheiros-antropólogos, Rondon e fotógrafos), se pautaram pelos modelos inspirados nos finais do XIX.

O ato de fotografar, através de um departamento próprio do SPI e ainda dirigido por instruções especializadas via membros-antropólogos do CNPI, acrescentou mais alguns aspectos até então, só explorados nas chaves do “exótico” e do “selvagem”, ou ainda, muito arraigado a uma prática colonial. O adendo foi o registro dos *costumes e modo de viver dos indígenas*, inaugurando um modelo etnográfico tendo como suporte a fotografia, formato este, que não era novo e que já vinha sendo utilizado desde o final do XIX, como já mencionado, mas, ao mesmo tempo, foi de caráter inaugural dentro da instituição SPI que exteriorizava a preocupação de registrar os remanescentes do povo brasileiro, entendido como uma parte fundamental dessa formação que enquadrava a “raça”, ou ainda, as “raças” indígenas em uma clara concepção museológica, por conta da teoria de que os grupos indígenas caminhavam, a passos largos, para a extinção.

As fotografias dos “tipos indígenas” de uma forma geral poderiam ser utilizadas para vários fins, seja para estudos de origem somática, seja para compor conjuntos de imagens sobre povos indígenas do Brasil ou ainda de povos indígenas das Américas ou ainda de povos e culturas não ocidentais. Toda essa circulação estava em uma chave de entendimento como um modo antropológico de estilo científico “para justificar a natureza biológica da cultura” (Calvo, 1998, p. 128).

Por outro lado, demonstrar um jeito de vestir e de portar-se de acordo com os modos da sociedade do “branco” funcionava como um sistema de representação importante para a política do Estado Novo, mas, também, em minha concepção, essa representação de “transformação” estava formulada como uma crença de que essa inserção no mundo do “branco” era possível.

Nos P.I.N bem desenvolvidos, formados em fazendas modelos, em centros agrícolas, e em povoações prósperas, todas as atividades grupais se iniciam e se impõem, tornando-se o indígena um sertanejo próspero e convicto, esperançado e

eficiente, cômico de suas obrigações, deveres e direitos, na contínua progressão para a civilização dominante no Brasil²⁴⁶.

Partindo dessas convicções, a política indigenista tinha claro que era possível mudar os hábitos, mas, em outro trecho desse documento, assim como as próprias práticas impressas nos postos, percebemos que havia um problema que continuava – os traços biológicos. Essa transformação tão desejada tinha clara os seus limites. Não pelo fato dos índios não irem se acostumando com outros hábitos. Pelo contrário, essa era a certeza que os funcionários tinham. Já em relação à mudança dos traços físicos, era outra história que estava desenhada em um prazo, de longa duração, como consequência última dessa política de agrupá-los em postos indígenas, que iam mudando seus hábitos a ponto de se confundirem com a população do entorno (trabalhadores rurais) e nesse contexto irem aos poucos se misturando e se tornando cada vez mais “brancos” e, conseqüentemente, mais “civilizados”. Nesse documento de divulgação da Seção de Estudos, do ano de 1945, essa questão está colocada de maneira explícita, já subsidiada pela linguagem da “antropologia contemporânea” da época, em plena prática pelo primeiro coordenador da Seção de Estudos, Herbert Serpa, que tomou posse no ano de 1944. Ao discorrer sobre os índios nos postos indígenas e expondo as funções e características de cada posto, já com linguagem cientificista dessa época, Serpa afirma:

São, portanto, os P.I.N. os postos indígenas que devem exercer a mais eficiente atividade civilizadora, onde os grupos maiores de indígenas intensificam a interculturação plena, e onde as ondas de competições, de conquistas, de transformações radicais predominam em favor da cultura civilizada sobre a indígena.

Isto não quer dizer absolutamente que o índio se transforma em civilizado, apenas se adapta à civilização contemporânea. Os problemas essenciais continuam presentes, como os de raça, de miscigenação e de interculturação. Nesses P.I.N., os antropologistas muito têm para estudar, desde os problemas comuns a todas as faixas de fronteiras etno-culturais, até aqueles genuinamente inéditos que tanto interessam aos sociólogos da atualidade universitária e política²⁴⁷.

Esse trecho é muito bom pra refletir, principalmente, pelo ano de produção, cerca de dois anos e meio depois dessas imagens serem produzidas. Ele nos permite perceber a mudança conceitual nas estruturas do Serviço que ganha ares cientificistas, iniciada, a meu

²⁴⁶ Documento oficial do Ministério da Agricultura que expõe as funções dos Postos Indígenas, em 1945. Microfilme 380. Fotograma 929. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

²⁴⁷ Microfilme 380, Fotograma 000889. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

ver pela produção foto-cinematográfica e que, aos poucos, foi ganhando espaço, inclusive, na narrativa discursiva dos documentos.

Outra conclusão que arrisco, tem a ver com o momento dessas expedições, no contexto do Estado Novo. Em meu entendimento, tão pouco era interessante não evidenciar que nessas fotografias estavam retratados índios, mesmo com roupas de “civilizados”. Ao olhar para essas imagens de “tipos indígenas” não consigo deixar de correlacioná-las com esse período político que passou a utilizar o tema indígena nos discursos nacionalistas. Dessa forma, era preciso mantê-los em uma chave ambígua de “índios civilizados”, de “índios amansados”, de “índios assimilados”, pois, os índios eram necessários para se montar o discurso nacionalista de “autóctones autênticos” e construir uma identidade nacional com raízes próprias, mas, também, precisavam deles “civilizados”, “amansados” para consolidar a entrada das frentes de expansão para o interior do Brasil. Logo, o conceito raciológico, já há muito consolidado, na chave de uma história natural, cabia perfeitamente para ser aplicado na política indigenista que precisava dos ares “científicos” e em conformação com uma política de romantização e empatia dos índios em relação à sociedade nacional.



Imagem SPI03368 – *Mulher Bororo com 75 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03339 – *Menina Bororo com 13 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03366 – *Mulher Bororo com aproximadamente 50 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03335 – *Mulher idosa Bororo com aproximadamente 75 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Para encerrar, outra questão deste capítulo foi discorrer sobre as expressões faciais dos índios que foram tomados como modelos de “tipos indígenas”, em que o fotografado devolve o olhar de maneira a inquirir o fotógrafo. Ou ainda, desse retorno através dos

gestos corporais que dizem, expressam e agenciam esses sujeitos com vontades próprias da não aceitação da imposição, como se o corpo não se enquadrasse no confinamento da câmera fotográfica.

São faces que dizem o que Samain lê como *punctum* da fotografia, lendo Barthes. Como *o silêncio que, nela, fascina e perturba, faz gritar o corpo* (Samain, 1998, p.130). A expressão de caras amarradas, fechadas e tristes é o que *a inteligência não chega a absorver, mas, que o corpo reivindica. Ele é o sentido obtuso, um sentido que não pertence mais ao domínio da língua, mas, que se confessa na abertura de uma ferida* (Samain, 1998, p.131). Aqui, a ferida está estampada na tristeza profunda da não aceitação de um ser que, aos olhos dos civilizadores, passa a ser “civilizado”, da não aceitação da ação, da não aceitação do lugar, talvez. O que me faz lembrar Primo Levi (1997), em seus relatos do campo de concentração. O homem que passa a ser um bicho que é dominado, que é domado e transformado por ações de fora para dentro, como que querendo entranhar outra coisa, que não faz parte do que te faz ser.

Termino este capítulo com um trecho do discurso do senhor Carlos Olímpio Paes, no CNPI por conta das comemorações do Dia do Índio, no dia 19 de abril de 1945. Nem a criação de um dia comemorativo no calendário nacional, feito no ano de 1944 e todo o discurso narrativo que estava sendo introduzido no SPI, de enxergar os indígenas em uma chave “cultural”, foram motivos para a chave da transformação compulsória do indígena em trabalhador nacional, caboclo, enfim, “civilizado” a qualquer custo, fazer parte de um passado. Pelo contrário, a ação continuava com força e convicção.

É com estes propósitos que deverá ingressar o servidor, nesta escola social, nesta milícia sublime, no S.P.I.. Como se vê, não se trata aqui de um serviço utilitarista de caráter econômico social. Não. O Serviço de Proteção aos Índios é uma instituição que assumiu a grande responsabilidade da redenção desse elemento primitivo de nossa raça, para integrá-lo no seio da nação brasileira²⁴⁸.

²⁴⁸ Discurso do Sr. Carlos Olímpio Paes no CNPI por conta das comemorações do Dia do Índio, 19 de abril de 1945. Microfilme 380. Fotograma 0000925. SARQ – MI. RJ.



CADERNO ICONOGRÁFICO
Anexo capítulo IV
Fases do indigenismo oficial brasileiro.

Séries de inspiração antropométrica de índios Terena em plano americano.



Imagem SPI00092 – José Timoteo, capitão do aldeamento Cachoeirinha com cerca de 60 anos. Schultz, Harald. 1942²⁴⁹.

Imagem SPI00095 – Menino Terena Claudio Timoteo, filho do capitão José Timóteo, com cerca de 06 anos de idade. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00099 – Menino Terena Ambrosio, com cerca de 08 anos. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI000102 – Menino Terena chamado Francisco Mathias, com cerca de 05 anos. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00105 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942.

²⁴⁹ Com a intenção de facilitar e evitar a “poluição” visual. Fizemos a opção de trazer a legenda da primeira fotografia de cada sequência, pois, as fotografias subsequentes trazem as mesmas informações em suas respectivas legendas. Se na mesma linha sequencial iniciar outra sucessão de fotos, a legenda da nova sequência vem logo abaixo da legenda anterior.



Imagem SPI00108 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00110 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00113 – Retrato de menino Terena. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00116 – Mulher Terena com filho nos braços. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00120 – Retrato de menino Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00122 – Índia Terena com filho no colo. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI 00125 – Índia Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00128 – *Índia Terena*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00129 – *Menino Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00132 – *Menina Terena*. Schultz, Harald. 1942.

Séries de inspiração antropométrica de índios Terena em plano close-up.



Imagem SPI00688 – *Retrato de homem Terena*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00692 – *Retrato de menino Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00696 – *Retrato de menino Terena*. Schultz, Harald. 1942.

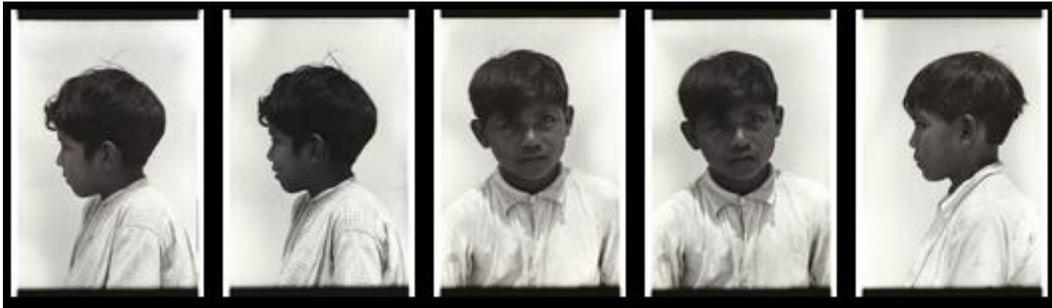


Imagem SPI00700 – Retrato de menino Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00704 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00709 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00711 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00716 – Retrato de índio Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00716 – *Retrato de índio Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00723 - *Retrato de índio Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00729 – *Retrato de índio Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00737 – *Retrato de índia Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00737 – *Retrato de índia Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00744 – *Retrato de índia Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00749 – *Retrato de índia Terena*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00752 – *Retrato de adolescente Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00754 – *Retrato de mulher Terena com criança no colo*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00756 – *Criança Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00759 – *Mulher Terena com criança nos braços*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00762 – *Retrato de mulher Terena*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00765 – *Retrato de jovem Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00767 – *Retrato de homem Terena*. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00770 – *Retrato de adolescente Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00773 – *Retrato de menino Terena*. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00777 – Retrato de menina Terena. Schultz, Harald. 1942.

Séries de inspiração antropométrica de índios Bororo em plano Americano.



Imagem SPI03167 – Homem Bororo com cerca de 20 anos. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03173 – Menino Bororo de aproximadamente 10 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03179 – Homem Bororo com aproximadamente 30 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03185 – *Homem Bororo com aproximadamente 30 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03191 – *Homem Bororo com aproximadamente 45 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03194 – *Homem Bororo com aproximadamente 65 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03194 – *Homem Bororo com aproximadamente 65 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03203 – *Rapaz Bororo com aproximadamente 18 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03208 – *Homem Bororo com aproximadamente 40 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03213 – *Homem Bororo com aproximadamente 35 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03219 – *Homem Bororo com aproximadamente 50 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.

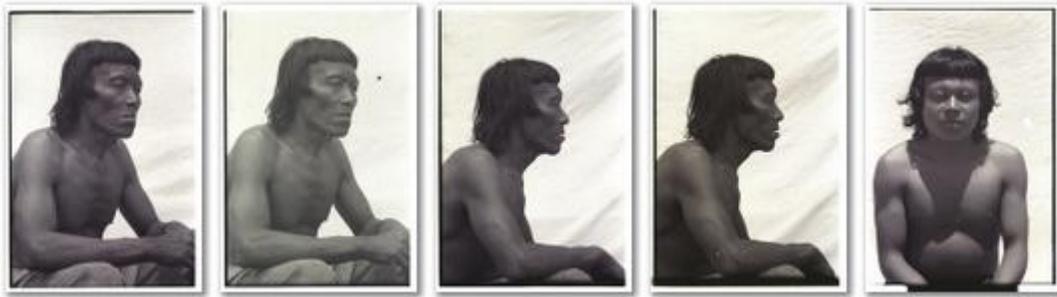


Imagem SPI03225 – *Rapaz Bororo com aproximadamente 20 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03225 – *Rapaz Bororo com aproximadamente 20 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03231 – *Rapaz Bororo com aproximadamente 20 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03237 – *Homem Bororo com aproximadamente 35 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03237 – *Homem Bororo com aproximadamente 35 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Séries de inspiração antropométrica de índios Bororo em plano americano.



Imagem SPI03305 – *Homem Bororo com 45 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03311 - *Homem Bororo com 55 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03317 – *Homem Bororo com 35 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03321 – *Mulher Bororo com 20 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03328 - *Mulher idosa Bororo com aproximadamente 75 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03328 - *Mulher idosa Bororo com aproximadamente 75 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03338 - *Menina Bororo com 13 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03345 – *Mulher Bororo com 25 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03350 – *Mulher Bororo com aproximadamente 40 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03356 – *Mulher Bororo com 25 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03356 – *Mulher Bororo com 25 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03363 – *Mulher Bororo com criança no colo*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03366 – *Mulher Bororo com aproximadamente 50 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03368 – *Mulher Bororo com 75 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Séries de inspiração antropométrica de índios Bakairi em plano americano.



Imagem SPI02765 – *Menina Bakairi de aproximadamente 12 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02769 – *Menina Bakairi de aproximadamente 15 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02771 – *Homem Bakairi de aproximadamente 30 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02773 – *Homem Bakairi de aproximadamente 25 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.

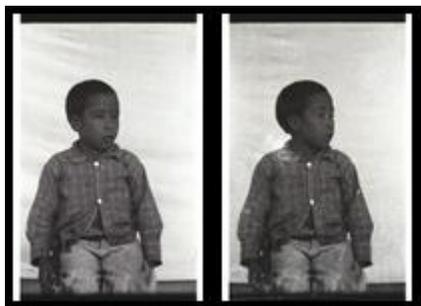
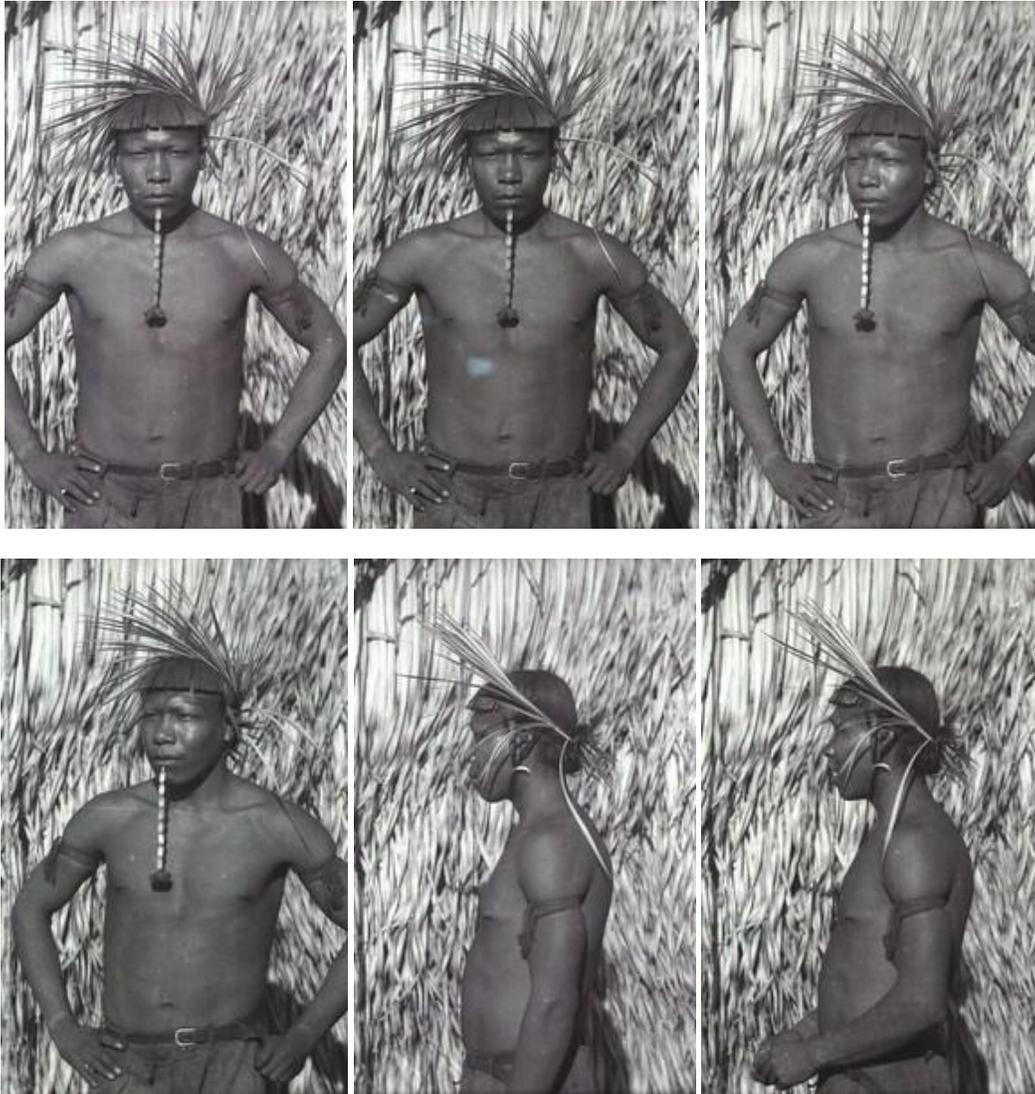


Imagem SPI02775 – *Menino Bakairi com aproximadamente 7 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.

CAPÍTULO V

COLECIONANDO CORPOS E ARTEFATOS



Sequência 16 – Índio Bororo com aproximadamente 25 anos adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943²⁵⁰.

²⁵⁰ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03246, SPI03247, SPI03248, SPI03249, SPI03250 e SPI03251, respectivamente.



Imagem SPI03078 – Índio Bororo pintando o corpo com urucum e óleo de peixe. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI01061 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaja (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI01076 – Penacho (tufo de penas - kihahê) e chocalho de cabajo (itaaká) usados pelo pajé durante o ritual. Schultz, Harald. 1942.

A incursão neste capítulo consiste em observar o conjunto de imagens que seguem as instruções inscritas nos *Planos de Trabalho para a Seção de Cinematografia e Fotografia do SPI*, referente ao item c: *Vida social, familiar e ritos: festas de nascimento, danças, festas diversas, ritos de óbitos, casamentos, etc. etc... Higiene e moralidade*

*indígena. Preparo das refeições e refeições*²⁵¹. Outra instrução que vamos considerar é a que foi feita especificamente para a expedição junto aos Bororo – *devem ser filmados além do bacororô, pescarias, etc., o brinquedo de “mano” que os índios fazem*²⁵².

Ao refletir sobre essas instruções, penso ser necessário reiterar que a equipe não foi buscar só os postos e os índios em processo de transformação e integração. Eles foram em busca dos índios Bororo e dos índios Terena que estivessem mais próximos dos índios relatados nas etnografias, isto é, “índios históricos” e tinham a missão de registrar os seus hábitos e costumes. Mas, tampouco, pelo menos no caso dos Bororo, que é mais explícito, via instruções direcionadoras, esse registro foi aleatório, no sentido de retratar o que estavam vendo. Pelo contrário, foram para esses lugares informados para os registros e buscaram o “bakororo”, a pescaria etc.. Eles foram encontrar os índios representados nas etnografias e em representações imagéticas produzidas anteriormente. Pois, a sentença de desaparecimento desses grupos indígenas estava dada. Os fotógrafos necessitavam documentar, registrar em fotografia, vídeo e som o que os idealizadores das instruções concebiam enquanto práticas constitutivas dos grupos, isto é, o que ainda fazia deles índios Bororo ou Terena.

Partindo desse roteiro que pautou os trabalhos de captação de imagem pela equipe da SE, seja ela filmada e/ou fotografada, temos como alguns desses resultados, a sequências 16 e as imagens (SPI03078, SPI01061, SPI01076²⁵³) que passam a pautar o nosso campo de observação. Como percurso de análise, mais uma vez, os enquadramentos servem como ponto inicial e em seguida, recorreremos aos elementos que compõem as imagens²⁵⁴.

²⁵¹ As imagens que trabalhei no capítulo III em que abordei as “aldeias como lugares praticados” também seguem estas instruções, mas, faço as citações neste capítulo e não no outro, para focar o que a equipe considerava de caráter mais etnográfico. Essa separação não existe de fato, aqui está colocada à parte para melhor acercar o assunto. Planos de Trabalho para Seção de Cinematografia e Fotografia do SPI, 17/03/1942. Schultz, Harald. Microfilme 336. Fotogramas 0581-0583. SARQ – MI. RJ.

²⁵² Instrução de 03 de novembro de 1943. Microfilme 197. Fotograma 000889. SARQ – MI. RJ.

²⁵³ Com a intenção de facilitar o olhar dos leitores para as fotografias. Na primeira parte vamos trabalhar mais com as imagens referentes aos Bororo e na segunda parte, aos Terena. Apenas para localizar e servir como breve comparação, apresento duas das fotografias Terena neste início, que aparecerão como um conjunto imagético narrativo mais adiante.

²⁵⁴ Localizo aqui as imagens nos termos do tempo da produção, mais uma vez, como um reforço retórico. As fotografias assinadas por Schultz (Terena) foram feitas um ano antes das que foram produzidas por Foerthmann (Bororo). Há que considerar que Heinz Foerthmann estava presente na mesma expedição em que Schultz fotografou os Terena, inclusive, parte desse acervo é feito por Foerthmann também, mesmo

Para registrar os “usos e costumes dos índios”, cogito que houve uma experimentação maior por parte dos fotógrafos, a começar pelos enquadramentos e também pelos lugares nos quais pessoas e objetos foram colocadas para a fotografia. Foerthmann registrou um conjunto de 57 fotografias tendo “festas e rituais” como tema e 17 sequências (60 fotografias) de índios Bororo ornamentados. Desse montante, duas sequências fotográficas serão alvos de nossa análise, de maneira mais detida. Schultz registrou um conjunto de 39 fotografias tendo o ritual Terena “Okeokoti²⁵⁵” como foco. Desse total, vamos trabalhar com seis fotografias desse evento, demonstrando o xamã²⁵⁶ Terena (“Koximonuti”) em pleno ritual, em vários enquadramentos, indo de um plano geral até um plano mais fechado, centralizando a figura do xamã. Ainda, olhando para esse ritual, Schultz fez uma imagem que revela apenas os instrumentos que o xamã carregava durante o ritual Terena. O chefe da equipe também fotografou com a ajuda de Foerthmann e Vellozo a dança do Bate-Pau. O acervo é de 121 fotografias. Para este trabalho fiz a opção de me deter no ritual xamânico.

A diferença dos enquadramentos feitos por Foerthmann, dos realizados por Schultz, é conceitual e acredito que dizem muito do que estou chamando de experimentação em que é necessário considerar o *background* de cada fotógrafo, das informações que cada um tinha *a priori* de como fotografar, mas, não de fotografar “qualquer coisa”, e sim, de estar informado, de se informar e se formar para essa prática de fotografar povos “primitivos”, longínquos etc. Outra consideração está ligada à questão hierárquica. Foerthmann não podia experimentar a ponto de não cumprir as instruções e por isso, suas experimentações foram mais “conscientes”, resultando em enquadramentos mais comuns, ou ainda, mais tradicionais da prática fotográfica. E Schultz, na condição de chefe e por ter sido orientado de forma mais direta em conversas com os membros do CNPI, talvez, tenha tido, por isso, mais “liberdade” para agir.

A informação que temos para pensar nesse “conhecimento *a priori* do fotógrafo”

não levando o seu nome nos créditos. Mas, a direção fotográfica, nesse caso, foi de Harald Schultz. Nesta parte do trabalho é necessário reiterar essa informação para contribuir com a análise.

²⁵⁵ Essa grafia é encontrada em Cardoso de Oliveira (2002). Mas, ainda encontrei “Ohe’okoti” em Altenfelder (1976).

²⁵⁶ Vamos utilizar o termo “xamã”, pois é este utilizado pela equipe da Seção de Estudos na legenda que descreve o ritual Terena.

são as aulas introdutórias de Schultz com Nimuendajú, Rondon e possíveis conversas orientadas com Dona Heloísa Alberto Torres. Pela documentação que foi acessada não consegui saber se Foerthmann também frequentou essas aulas. O simples fato de Schultz ser, na época, o chefe da equipe etnográfica, levanta a hipótese de que a hierarquia nesse contexto prevalecia a ponto de Heinz Foerthmann ter apenas recebido instruções prontas de Schultz e o seu *background* foi se firmando na própria experiência da vivência em campo com o chefe da equipe durante a expedição junto aos Terena, um ano antes da ida aos Bororo, na expedição ao Vale São Lourenço.

Ainda vale lembrar que Foerthmann vinha de uma experiência com fotografia e desenho publicitários e diante dos artefatos plumários dos Bororo e deles paramentados, penso que venha daí o *insight* de fotografar “corpos no formato de arte para emoldurar” bem como a inspiração das fotografias somatológicas, que também vêm de uma objetivação de *Studio* fotográfico. Já Schultz vinha de uma experiência de trabalho no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em que a produção da imagem também era fundamental, tendo, por exemplo, Getúlio Vargas no centro do enquadramento, mas, normalmente, em ação (ação com efeitos políticos) com uma carga significativa de movimento.

Essa diferença no ato de fotografar também contém razões do próprio momento, no que tange às condições dadas pelo contexto, mas não entraremos de forma aprofundada nessa questão, pois daria margem para muitas especulações. Por isso, a sugestão é que os dois fotógrafos foram ao limite com as experimentações, na tentativa de ter como resultado final, pelo menos, as linhas “mestres” das instruções, sendo o resto, fruto de uma experiência que ainda era nova para eles.



Sequência 16 – Índio Bororo com aproximadamente 25 anos adornado para festas. Foerthmann, Heinz. 1943²⁵⁷.



Sequência 17 – Homem Bororo adornado para festas com 40 anos de idade. Foerthmann, Heinz. 1943²⁵⁸.

²⁵⁷ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03246, SPI03247, SPI03248, SPI03249, SPI03250 e SPI03251, respectivamente. O fotógrafo produziu seis fotografias, sendo duas de cada pose. Fiz a escolha de trazer uma de cada posição (frontal, inclinada e vertical) e aumentar em tamanho para melhor apreciação dos detalhes. SARQ – MI. RJ.

²⁵⁸ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03270, SPI03271, SPI03272, SPI03273, SPI03274, SPI03275 e SPI03276, respectivamente. Para esta sequência foram feitas sete fotografias. Neste caso, também fiz a escolha por trazer uma imagem de cada posição e aumentar em tamanho para melhor apreciação dos detalhes. SARQ – MI. RJ

Os Bororo nas lentes de Heinz Foerthmann.

Essas considerações, ditas de outra forma anteriormente, são necessárias com a intenção de refletir sobre as fotografias dos Bororo das quais Foerthmann produziu algumas sequências com enquadramentos inspirados na concepção somática. As duas sequências (16 e 17), dos homens Bororo ornamentados para festa, disponibilizadas neste capítulo, estão no enquadramento que isola o indivíduo, tendo como cenário de fundo uma parede trançada de palha de uma casa Bororo e em outra sequência, um fundo de pano branco, o mesmo utilizado para as sessões de fotografias com inspiração somática. Aqui sugiro que o fotógrafo teve a intenção de objetivação desse corpo ornamentado fazendo alusão a uma peça etnográfica, no sentido de perceber os elementos que compõem o corpo paramentado. Esta forma de fotografar estava pautada por várias outras intenções: a científica propriamente dita, com proposta clara de estudos posteriores e assim, melhor acercar cada objeto inscrito no corpo Bororo; outro intento estava centrado na curiosidade e exotividade do conjunto que perfaz todo o corpo índio ornamentado para um ritual e ainda a estética enquadrada em uma concepção de beleza e arte. Se retomarmos a instrução do plano de trabalho da SE, referente às características do filme etnográfico, há clara ênfase no destino da produção pensando nos *estudiosos em etnografia* e no requisito de *cunho artístico*, para tomar em conta o grande público.

Com o intuito de fazer as imagens renderem, centraremos nos elementos que compõem as fotografias realizadas por Foerthmann. Buscaremos referências sobre eles, no sentido de fazer um exercício biográfico de tais elementos, a partir de percepções dos estudiosos que estiveram entre os Bororo até a época da produção dessas imagens e concebê-los como narrativa histórica.

Um dos motivos que me fez escolher a sequência 16 foi a composição da indumentária Bororo com parte da roupa de “branco”, a calça e o cinto. Esses elementos “nacionais” chamam a atenção, pois, pelas instruções, este seria o momento dos Bororo se apresentarem ao seu modo mais típico, mais tradicional possível. Para refletir sobre isso, trago a observação do antropólogo Hebert Baldus (1979 [1937]) em seu artigo sobre “a posição social da mulher entre os Bororo Orientais” que relata uma situação entre os

Bororo que moravam na colônia Coração de Jesus, no rio Barreiro, afluente do rio das Garças, chamado pelos Bororo, de Meruri, “lugar das raias”:

Se bem que estes índios usem a roupa que lhes fornecem as missões, trazem ainda os homens, muitas vezes, sob as calças, o estojo peniano de oauçu e as mulheres, sob a saia, o traje tradicional de cortiça (Baldus, 1979 [1937], p. 63).

Essa referência de Baldus é do ano de 1934 quando ele percorreu as duas principais missões dos salesianos entre os Bororo, a colônia São José, no rio Sangradouro, afluente do rio das Mortes e a colônia Coração de Jesus. À luz desse trecho e observando as imagens da coleção, como a sequência 16, percebemos o uso da roupa de “branco” sendo mesclada com adornos Bororo. Qual é o significado dessa mistura? Penso que dá para apontar essa mescla como uma negociação no uso e, não necessariamente, pensar em um movimento de aceitação do uso da roupa de “branco” dentro de um processo de mudança que não só os Bororo, mas, vários grupos estavam passando por intermédio dos trabalhos realizados pelos funcionários do SPI dentro dos postos indígenas do SPI. Coloco o uso da roupa de “civilizado” como uma demonstração de apropriação e pleno domínio desse uso e, ainda, esse uso como símbolo de status e/ou prestígio social.

Para dar suporte às minhas afirmações, trilho o caminho de análise observando a sequência 16 e afirmo que o fotografado se apresenta para a câmera, com postura fixa, dentro do enquadramento dos parâmetros antropométricos, obedecendo a orientação do fotógrafo ou de um auxiliar, mas, há uma firmeza em se colocar para a pose, demonstrando autonomia e desenvoltura de uma representação honorífica. Arrisco afirmar ainda que a postura esteja sendo dada pelo adorno que o Bororo traz e é isso que está no centro do enquadramento. Mas a calça com cinto de “branco” também compõe o figurino nos fazendo pensar essa mistura, já que essa imagem segue a instrução dada por Schultz: “(...) serão naturalmente fotografados em seus trajes típicos²⁵⁹”, em que o importante, nesse caso, era o registro do traje Bororo, dando condições do índio se apresentar tão somente com o seu traje sem o adendo da calça de “branco”.

Mas, a partir dessa imagem quero levantar a hipótese dessa mescla de adornos Bororo e roupa de “branco” como consciente do homem Bororo em se apresentar para o

²⁵⁹ Microfilme 197. Fotograma 000889. SARQ – MI. RJ.

fotógrafo. Como já argumentado em linhas anteriores, a utilização do vestuário de “branco” poderia estar ligado nas várias relações situacionais com o mundo ocidental podendo assumir o caráter de prestígio social, de apropriação, de negociação etc. Como bem coloca Howard (2002, p. 31), fatores exógenos da expansão colonial foram filtrados pela dinâmica dos sistemas sociopolíticos indígenas.

Para dar continuidade à reflexão, trago algumas referências etnográficas de pesquisadores que estiveram com esse povo, em diferentes temporalidades entre o final do século XIX e início do XX, que podem nos iluminar, sendo possível perceber esse filtro. Karl von den Steinen (1940) em sua etnografia “Entre os aborígenes do Brasil Central” traz informações importantes sobre os Bororo do vale do Rio São Lourenço e entre essas notas observou

Já em julho de 1887 podíamos examinar os primeiros Borôro; Duarte havia trazido alguns, para que fossem batizados. (...) Debaixo do vestuário traziam todos o seu habitual cartucho de palha; logo que se achavam fora dos muros da cidade, despojavam-se de tudo, embrulhavam as preciosidades, ficavam somente, por poucos dias, com o seu cartão verde ao pescoço, como lembrança da conversão (Von den Steinen, 1940, p. 575). (Grifo nosso).

Tomo essa percepção de Von den Steinen para pensarmos essa presença da roupa de “branco” inserida em uma performance do homem Bororo como um elemento para se relacionar com os ditos “civilizados”. No caso da sequência 16, a relação do homem Bororo em primeira instância era com o fotógrafo, mas, arrisco em dizer, que essa relação vai além, até pelo fato de que não só a roupa como também o próprio equipamento fotográfico não serem novos para os Bororo, podendo ter sido perfeitamente, filtrados pela dinâmica interna do mundo Bororo.

Em outro trecho, Von den Steinen (1915) traz um item chamado “Vestuário à européia” em que demonstra o pouco uso da vestimenta de “branco” e/ou a fragmentação desse uso,

A primeira impressão que recebemos dos Borôro foi essencialmente diversa da que tínhamos dos ordeiros e ativos índios do Xingú. No tanto a respeito da falta de vestuário. O cacique Moguocúri, sim, andava quase sempre só de camisa, raras vezes de calças; só o bruto Arateba é que andava sempre de camisa e calças. (...) porém os mais ou menos vestidos de ambos os sexos constituíam exceção (Von den Steinen, 1915, p. 406).

Na visão de Von den Steinen, o pouco uso das vestimentas de “branco” pelos Bororo

passava pela impressão que teve deles – diversa – podendo ser qualquer coisa, menos ordeiros e ativos – pela comparação que o etnógrafo faz tendo como espelho os índios do Xingu²⁶⁰. Chama atenção também o fato do uso da vestimenta pelo cacique Moguocúri que andava quase sempre de camisa e, raras vezes de calça. Aqui, vale atentar o que era a roupa para o homem Bororo. Tanto Von den Steinen (1915; 1940); Colbacchini e Albisetti (1919), Baldus (1934) e Lévi-Strauss (1996) apontam o estojo peniano como a principal vestimenta do homem Bororo. O *ba*, como o estojo peniano é chamado, tem a função de ornamento e roupa. “Esse ornamento é sinal de pudor, e nenhum homem se apresentaria sem ele em público, especialmente onde há mulheres”. (Colbacchini e Albisetti, 1942, p. 52).

Além disso, há ainda os trechos de pelo menos dois desses etnógrafos (Baldus; Von den Steinen) em observar o uso do estojo peniano em coexistência com a calça de “branco”. A partir desses referenciais, a atitude do cacique Moguocúri me parece enquadrar na justificativa dessa mescla de uso, primeiro como negociação – andava quase sempre só de camisa –, nos apontando um uso consciente, já que roupa para o mundo do “branco” era também a camisa e não abrindo mão da sua roupa, o estojo peniano. Isto é, o cacique andava de “traje completo”: camisa e calça, sendo a calça, o estojo peniano. Outra hipótese seria a de apropriação, sendo figurado como prestígio social, pelo fato de Moguocúri ser cacique e em muitas situações, fazer o papel de mediador entre o mundo dos “brancos” e o mundo Bororo, estando a própria mediação inscrita nas próprias peças: camisa e estojo peniano. Ainda pensando a mediação, o significado poderia ser o apoderamento, inscrito no uso, que o conformava tanto em um mundo quanto em outro. Lévi-Strauss (1996) ao abordar sobre a concepção de riqueza entre os Bororo, fala da função do chefe que

recebe contribuições dos clãs em forma de alimento e objetos manufaturados. Porém, como ao receber ele assume obrigações, está sempre na situação de um banqueiro: muitas riquezas passam por suas mãos, mas ele jamais as possui. Minhas coleções de objetos religiosos foram formadas em contrapartida de presentes redistribuídos de imediato pelo chefe entre os clãs, que lhe serviram para equilibrar a sua balança comercial (Lévi-Strauss, 1996, p. 210 e 211, grifo nosso).

Relaciono essa redistribuição feita pelo chefe que fala Lévi-Strauss com a função

²⁶⁰ Quando Von den Steinen se refere aos “índios do Xingu”, nesse trecho em especial, acredito que ele estava se referindo especificamente aos Bakairi, o grupo em que ele entrou em contato por mais tempo, fazendo uma coleta etnográfica considerável.

mediadora à qual me refiro com o uso da camisa, no sentido de exteriorizar esse papel mediador. Aproveito esta formulação de mediação e apropriação para apontar também o uso do lenço vermelho amarrado no pescoço do homem Bororo, da sequência 17, que está sentado e enquadrado num plano americano, do umbigo para cima, dando ênfase à indumentária que veste os braços e a cabeça. Nessa composição, o homem também se apresenta para o fotógrafo e o lenço vermelho, um pano de algodão, compõe o conjunto, nos fazendo pensar em um significado distintivo e honorífico de chefe. Diferentemente, dos chefes Terena que foram nomeados ao serem fotografados, essa prática não aconteceu com os Bororo, a não ser para o capitão Cadete, considerado amigo do Coronel Rondon e foi o seu status que determinou o registro do seu nome na legenda. Na coleção, o capitão Cadete é fotografado a partir de um encontro casual numa praia do Rio São Lourenço.

Retomando a sequência 16, apontamos na direção do próprio ornamento que o homem Bororo carrega. Mas, para isso, cogito também que o fotógrafo estava informado sobre o senso estético dos Bororo, aspecto observado por Colbacchini e Albisetti (1942, p. 146) e outros etnógrafos já elencados. Isso fez com que Foerthmann preparasse a sua câmera para captar essa estética. Os autores salesianos afirmam que

Entre os Orarimogo o sentido estético desenvolveu-se muito, mostrando perfeição e fineza, seja porfiando por se apresentarem belos, como nos adornos que apreciam e fabricam com muito esmero e arte²⁶¹.

Essa observação da elegância das formas Bororo em relação a seus ornamentos é feita por Lévi-Strauss que também estava informado por dados etnográficos anteriores (Karl von den Steinen e Antônio Colbacchini, dita pelo etnólogo francês, como uma de suas melhores fontes) e, em “Tristes Trópicos” dedica um trecho que demonstra sua impressão sobre o assunto de maneira arrebatadora

Os corpos, jóias desses estojos de plumas, possuem formas depuradas e de tonalidades realçadas pelo brilho das pinturas e das tintas, suportes – dir-se-ia – destinados a valorizar ornamentos mais esplêndidos: as pinceladas grandes e brilhantes dos dentes e presas de animais selvagens, associados às penas e às flores. Como se uma civilização inteira conspirasse numa idêntica ternura apaixonada pelas formas, as substâncias e as cores da vida; e que, a fim de reter

²⁶¹ Não irei aqui buscar uma concepção de arte, do ponto de vista dos Bororo, pois teria que buscar em estudos etnográficos e etnológicos. Penso que não é o caso. Talvez seja interessante apontar que, o que o Pe. Colbacchini está chamando de senso *estético* e de *esmero e arte*, seja, presumo, pautado nos modelos ocidentais, o que para o momento basta.

em volta do corpo humano sua essência mais rica, apelasse – entre todas as suas produções – para as que são duráveis ou fugazes em extremo mas que, por um curioso encontro, são seus depositários privilegiados (Lévi-Strauss, 1996, p. 203).

Presumo que Foerthmann também deve ter ficado impressionado com os ornamentos Bororo e isso pode ser o motivo que o fez experimentar a produção de fotos posadas ao modo somático com a intenção de dar maior visibilidade aos detalhes, ganhando assim, mais intensidade com o contraste do pano de fundo branco e outros fundos como parede da casa Bororo, lugares abertos e, até mesmo, uma mata como fundo²⁶². Entre os elementos a serem destacados na sequência 16 está o enfeite labial que o índio Bororo carrega. Há referências sobre ele em, praticamente, todas as etnografias consultadas entre o final do XIX até a década de 40, do XX. Von den Steinen (1940) diz:

Os adultos exibiam no traje festivo pregos da mesma qualidade ou uma corrente labial. Consistia tal corrente em meia dúzia de fragmentos alongados de concha ligados inferiormente uns aos outros por meio de uma borla de fios do comprimento de m. 0,12. O orifício labial era feito no recém-nascido pelo “homem médico” (Bari) (p. 605 e 606).

O padre Antonio Colbacchini (1919) aponta para o enfeite labial no item “Ornamentos” e diz que

Usam, somente os homens, pendurado no lábio inferior um adorno às vezes do comprimento de 15 cent. chamado *inogodau*, composto de fragmentos de conchas arredondadas e unidas com arte por um pedaço de tibia ou fêmur de pássaro ou de outro animal, ou qualquer osso que se preste a ser arredondado (p.14).

Pela descrição de Lévi-Strauss, o enfeite labial é um adorno característico de um *clã*, fazendo com que nem todos pudessem usar. Ou pelo menos, o seu uso seria restrito até o momento que o clã que o tinha como forma de sua identificação disponibilizasse para o restante do grupo.

Assim que cai a noite, acende-se uma grande fogueira no terreiro de dança onde os chefes dos clãs vêm se reunir. Com voz forte, um arauto chama cada grupo: Badedjeba, “os chefes”; o sera, “os do íbis”; ki, “os da anta”; bokodori, “os do tatu grande”; bakoro (do nome do herói Bakororo); boro, “os do tembetá”; ewaguddu, “os da palmeira buriti”; arore, “os da lagarta”; paiwé, “os do porco-espinho”, apibore (sentido duvidoso)... (Lévi-Strauss, 1988, p. 224).

Herbert Baldus (1979, p. 85) afirma que “entre os Bororo, podemos designar como

²⁶²Esses diferentes fundos podem ser verificados no anexo ao final deste capítulo: “Corpos Bororo ornamentados”.

‘adornos sociais’ o enfeitar com os adornos próprios dos diferentes clãs e com o adorno de plumas relacionado a fins coletivo-religiosos”. Tomando essa observação, podemos dizer que a sequência 16 se concentra em um adorno próprio cuja origem clânica é possível identificar devido a alguns elementos. Já o enfeite de cabeça com plumas – mostrado nas fotografias que compõem a sequência 17 – estava relacionado com objetivos coletivo-religiosos.

Outro ornamento é o bracelete, também visível na sequência 16. Colbacchini (1919) o especifica em mais de um trecho dizendo:

No pulso, sobre o músculo superior do braço, e no tornozello, trazem lacinhos e faixas feitas por eles (p. 14). É próprio dos homens tecerem fitas da largura mais ou menos de 10 cent. e de 60 cent. de comprimento, e ou outras mais estreitas e curtas com as quais ornaram os pulsos e parte superior do braço. Hoje para tecerem esses laços, usam fios que recebem dos civilizados. Antigamente extraíam e fiavam a fibra de uma palmeira denominada tucum (p.31 e 32).

A confecção de peças (braceletes, correntes, diademas etc.) em algodão e em palha de palmeiras de buriti, babaçu e acuri, era muito utilizada. No caso das imagens que fazem parte da sequência 16, podemos ainda mencionar o diadema feito de palha (buriti, babaçu e acuri) que enfeita o centro e toma a parte de trás da cabeça. Na parte frontal, o tradicional corte Bororo, em forma de coroa – crescido até a fronte e às têmporas – deixando a parte da frente no formato de capacete, com o emplaste de tinta de urucum. Mesmo a foto sendo em preto e branco, dificultando a observação de alguns contrastes, que seria visível em uma fotografia em cores, é possível perceber a pintura facial, que segue por toda a têmpora, descendo até próximo à boca, na parte lateral da face. A inexistência de sobrancelhas é visível. As fotos de perfil dessa sequência mostram o uso de brincos, que também pode ser característico de um determinado clã. Estes são feitos de conchas no formato meia lua. Colbacchini e Albisetti (1942) desenharam alguns modelos e seus respectivos nomes em Bororo. Para a nomenclatura geral de enfeite para orelhas: “Boe eviaddáu”. Eles fizeram a seguinte anotação:

Os brincos variam para cada dinastia, ou ramos floridos de uma planta que julgam ter propriedades extraordinárias. Desse modo pensam conservar perfeito o aparelho auditivo, evitar dores de ouvido, adquirir prodigiosa memória, etc. (Colbacchini e Albisetti, 1942, p. 58).

Baldus (1979) está preocupado em saber se os brincos eram utilizados pelas

mulheres também e em que situação. No seu texto sobre “A posição social da mulher entre os Bororo Orientais”, faz a referência, buscando dados em Karl von den Steinen:

os lóbulos das orelhas, são perfurados em ambos os sexos, com o fim de adorná-los, a saber, como Karl von den Steinen (op. Cit., p. 474) menciona, entre os rapazes pelo pai, logo que eles têm oito a dez anos e começam a provar seriamente a habilidade de caçador, e entre as meninas (K. von den Steinen, op. Cit., p. 501), como já vimos, como espécie de sinal de uma promessa em casamento, pelo futuro marido (Balduz, 1979, p. 85).

Na posição perfilada dá para mostrar os detalhes do penteado que faz um pequeno coque do restante de cabelo da parte detrás da cabeça, onde é amarrado o diadema confeccionado de palmeira. Os padres Colbacchini e Albisetti (1942, p. 57) observaram que os Bororo “penteiam acuradamente os cabelos com pentes feitos de lasquinhas de bambu, unidas com tecido de fios de algodão. O tecido cobre grande parte do pente deixando livres os dentes deste, em ambas as extremidades”.

Lévi-Strauss chama atenção em sua publicação para a facilidade que os Bororo tinham para confeccionar adornos, que poderiam ser feitos de qualquer coisa que encontravam e que pudesse servir para um enfeite. Ao confeccionar, poderiam passar o dia todo com ele até um momento em que cansariam, passando de uma situação valorativa de um simples pedaço de palmeira para no final do dia passar a ser algo descartável, fugaz.

Os ornamentos nos Bororo, de fato deve ter impressionado Foerthmann pela riqueza de detalhes, pela variedade e suas particularidades de uso. Passamos a observar através das fotografias os enfeites que poderiam ser feitos misturando vários elementos, entre eles: penas de diferentes aves (gavião, várias espécies de arara, tucano, papagaio, periquitos, etc.); plumas e penugens (patos, coruja, harpia, falcão e passarinhos pequenos); tintura (resina preta, o *Kiddoguro* e a vermelha de urucum); palha (buriti, babaçu etc.); conchas; cordas de palha, algodão ou cabelo; dentes de animais (macaco, onça, cachorro; cascas de cocos variáveis, carapaça de tatu; pedaços de madeira etc. Essa riqueza de materiais é justificada pelos Bororo através do mito Bororo (*Baitogogo*) que trata da origem dos adornos. Colbacchini e Albisetti (1942) apresentam um trecho sobre os ornamentos usados nos rituais, festas e jogos. Das observações é importante pinçar

Durante os jogos nacionais (mariddo, manno²⁶³), durante os bailes religiosos,

²⁶³ Na instrução há referência para gravar o “brinquedo de Mano”, provavelmente, Schultz estava se referindo

durante os ritos fúnebres que se prolongam por dois ou três dias, os homens, e somente eles, se ornamentam com um número infinito de enfeites. (...) Originalmente os inventores tiveram, no princípio, o privilégio de levar os atavios por eles forjados, mas alguns enfeites passaram depois para o uso geral. Outros permaneceram por muito tempo como privilégio do *clan* do inventor; eram porem dados de presente aos outros *clans*. Então, o ornamento, se é feito com penas, leva as penas e as cores do *clan* que o oferece e este adquire o direito de fazer outros logo depois, mas com as cores de origem (Colbacchini e Albisetti, 1942. P. 61).



Sequência 17 – *Homem Bororo adornado para festas com 40 anos de idade*. Foerthmann, Heinz. 1943²⁶⁴.

Através dessa mesma etnografia foi possível acessar uma variedade de enfeites de cabeça e algumas denominações em Bororo que são identificáveis através das imagens. Olhando para a sequência 17, o homem Bororo adornado com enfeite de cabeça, cabelo embebido de urucum com corte horizontal na frente até as têmporas e logo vertical até a altura do ouvido, seguindo em linha horizontal na parte de trás da orelha. Ele também carrega colar e lenço e ainda pintura facial e corporal feita de resina e tufos de penugens/plumas espalhadas ao longo do braço e também dos dois lados da bochecha. Não é possível saber se a resina é a feita à base de carvão ou jenipapo, dando a coloração preta ou, de urucum, dando a coloração vermelha; pois, a fotografia foi revelada em preto e branco, limitando o detalhamento das cores.

a esse “jogo de manno”, citado por Colbacchini e Albisetti.

²⁶⁴ A sequência de imagens, na base de dados do Museu do Índio, corresponde aos códigos SPI03270, SPI03271, SPI03272, SPI03273, SPI03274, SPI03275 e SPI03276, respectivamente. Neste caso, também fiz a escolha por trazer uma imagem de cada posição e aumentar em tamanho para melhor apreciação dos detalhes.

O ornamento de cabeça leva uns alfinetes enfiados na parte traseira da cabeça. Esses alfinetes são feitos de madeira, tendo na extremidade superior as penas de várias dimensões e cores. São seis ao todo, distribuído três para cada lado da cabeça, mas, ao serem enfiados, percebemos que a distribuição levam dois alfinetes quase centrais pendendo um para cada lado e com penas maiores, parecendo ser penas de Arara e gavião-real. O arranjo também traz um diadema, muito parecido com o utilizado na sequência 16, feito de palha que foi colocado primeiro e nesse arranjo, os alfinetes foram espetados. Nos pés das penas grandes há tufo de plumas ou penugens, que seriam penas menores, pouco antes da outra extremidade pontiaguda. Sobre a pintura facial, esta em especial, encontrei em Von den Steinen (1915) a seguinte nota:

Para grudarem a cara com penas, aplicavam ao longo dos limites do cabelo, uma tira com grude, de um dedo de largura, e ligavam-se de vez em quando as extremidades ao lado das orelhas por uma tira travessa, que passava entre o nariz e o lábio, de modo que quando a tira era larga e não grudada semelhava uma semi-máscara (p. 439).

Ao parecer, o etnólogo estava descrevendo um rosto com a tintura semelhante a essa da sequência 17. Os salesianos trazem alguns desenhos de várias pinturas faciais, mas, todas de função curativa. Em todas as etnografias consultadas (Karl von den Steinen, 1915; Antonio Colbacchini, 1919; Herbert Baldus, 1934 [1979]; Antonio Colbacchini e Cesar Albisetti, 1942) há relatos sobre a tinta utilizada para as pinturas corporal e facial. Ao que parece a tintura mais importante era a feita de urucum misturada a óleo de peixe. Colbacchini traz informações importantes sobre

O rosto e o corpo são em certas ocasiões pintados de vermelho, com uma substância extrahida de um arbusto da família das flacurtiáceas (*bixa orellana*), urucueiro, denominada por eles *urucu nonongo*; misturada com gordura animal, dá uma tinta de cor vermelha carregada, muito apreciada por elles. Pintam o corpo e o rosto em listras pretas e vermelhas, conforme as circunstâncias e o estado psicologico do individuo. (...) O urucu é tudo pra eles, é o primeiro vestuário ao nascer e o último na derradeira agonia. A tinta vermelha desse vegetal é-lhes vestido, ornamento e remédio. (...) é bem difícil dissuadi-los de usar de uma cousa que reputam sagrada (Colbacchini, 1919, p. 15 e 16, grifo nosso).



Imagem SPI03078 – Índio Bororo pintando o corpo com urucum e óleo de peixe. Foerthmann, Heinz. 1943.

Mesmo que Foerthmann tenha produzido imagens de corpos emoldurados, ele também se preocupou com o processo que resultou essa mistura de “corpo e arte”. A imagem (SPI03078), uma das poucas nessa concepção de documentar o processo do ritual, registra a preparação da tinta de urucum por um Bororo no pátio da aldeia, provavelmente, em frente à casa dos homens (*baíto*). A legenda “Índio Bororo pintando o corpo com urucum e óleo de peixe” é indicativa de uma preocupação etnográfica. Situação que não aconteceu para a maioria das fotografias dessa coleção. As legendas são mais ilustrativas que explicativas. A afirmação é fruto desse exercício de ir e vir na fotografia e concomitante, ir e vir nas etnografias, que em minha leitura, essas etnografias informaram e formaram a equipe, tendo como consequência a busca pelo Bororo das etnografias no pátio da aldeia.

Com isso, fico me perguntando sobre os sentimentos do fotógrafo em se deparar com a vivacidade dessas práticas, mesmo nas situações em que essas cenas tenham sido preparadas especialmente para o fotógrafo, que pode ter sido bastante provável. Penso que houve assim como no espaço do posto, práticas exclusivas para as lentes de Foerthmann. Mas, o fato da equipe partir do mesmo princípio, não quer dizer que os resultados foram os mesmos. Afinal, essa “encenação”, “atuação” na aldeia, me referindo muito mais às fotografias que retratam as danças, ritos e corpos adornados, possui um tom de “real”, dado pelas pessoas (os próprios Bororo), envolvidas nas práticas que os constituíam, retirando dos corpos o peso de uma representação forçada. A leitura que faço é que o fato de essas

fotografias terem tido lugar na espacialidade da aldeia produziu corpos relaxados e altivos, diferente dos subjugados e submissos, do espaço do posto, lugar tido para frequentar e estar.

Retomando a fotografia do Bororo preparando a tintura (imagem SPI03078) e se preparando para a festa, é possível visualizar a utilização do “abano” ou “abanico” que servia também de bandeja, da maneira como foi retratada na imagem para colocar as sementes de urucum. Segundo Colbacchini e Albisetti (1940), denominado por eles de “Parakibóttö”. Além desse utensílio, outro bastante usado era a esteira (“betta”), que servia de cama, de lugar de trabalho e ainda, dependendo do tamanho e largura, de porta de suas casas etc. Na imagem (SPI03078), o Bororo está sentado sobre ela para a realização da prática da pintura. O trabalho de trançar a palha era das mulheres, mas, o de fiar e o de tecer eram dos homens Bororo. Colbacchini e Albisetti (1940, p. 147) informam que elas teciam a esteira com a metade da folha da palmeira de acuri ou palmeira de babaçu cortada verticalmente.

Utensílios como a esteira ou o próprio abanico são artefatos que aparecem na documentação como produtos que se transformam em presentes para autoridades e entram no comércio de artefatos via o próprio SPI.

Relampejos de Costumes?



Imagem SPI01045 – *Fase de um rito Terena. Assistência observando Pajé cantando e invocando os espíritos, revezando com sua mulher: Este culto tem início à noite e termina ao nascer do sol.* Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01053 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI01061 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI01063 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942.

Passamos ao exercício de olhar as fotografias – que elegemos da coleção Terena – de forma mais detida. De autoria de Harald Schultz, as imagens produzidas sobre os Terena correspondem aos “costumes e ritos” e ao observá-las, nos fazem pensar em um esboço de etnólogo em ação, querendo captar pelas lentes de sua objetiva o ritual em pleno processo

com o intuito de visualizar o Terena em seu universo cosmológico. Ao se aproximar do Xamã para a produção da imagem percebe-se o intuito de querer registrar o flagrante desse mundo que é Outro. Um detalhe que se nota é o acompanhamento de Schultz em grande parte do ritual, no sentido de flagrar o início, meio e fim, que é possível ver pelas tomadas sequenciadas das fotografias e, por conseguinte, através das legendas. Pois, o ritual inicia à noite e vai até o nascer do sol do outro dia. E o fotógrafo estava posicionado, pelo menos, no início, à noite, perceptível através da imagem, demonstrando o xamã em ação e ainda sem a indumentária e pintura corporal, mas, em plena ação com os instrumentos: chocalho e penacho, um em cada mão. A legenda da imagem (SPI01045) reforça e explica com um resumo todo o ritual: “Fase de um rito Terena. Assistência observando Pajé cantando e invocando os espíritos, revezando com sua mulher. Este culto tem início à noite e termina ao nascer do sol”. Nessa parte do rito, a sua mulher é uma espectadora, bem como o menino sentado entre o público do lado esquerdo, que apoia o rosto com a mão esquerda. Depois, em outra fase, imagem seguinte (SPI01053), feita de manhãzinha, o xamã está ao lado de sua esposa, sua assistente e também ao lado de um jovem, que mencionei anteriormente, como espectador do lado esquerdo. A sugestão é de um aprendiz de xamã, em processo de iniciação.

Seguindo a sequência das imagens, ele é um dos únicos que aparece em grande parte do ritual, primeiramente, como público e depois, em pé, junto ao casal de xamãs. Sobre o trabalho do casal, a hipótese segue a indicação da legenda, a esposa como assistente, sendo o xamã quem detém o poder e o saber que o evento constitui. Em todo o ritual há a presença de um pequeno público que vai se revezando e acompanha todo o rito que começa à noite e vai até o amanhecer, perpassando pelo detalhe do corpo do xamã paramentado, dele corporificado no rito e ainda o detalhe dos artefatos que compõem o rito Terena: “Penacho (tufo de penas - kihahê) e chocalho de cabajo (itaaká) usados pelo pajé durante o ritual”²⁶⁵.

Se formos olhar as fotografias que conferem com a instrução de captar “costumes e ritos indígenas”, vamos perceber que o documentário Terena, até pelo fato de ter sido

²⁶⁵ O penacho é feito de pena de ema e o chocalho é de cabaça, conhecida também por coité. Acredito num equívoco em relação à grafia da palavra “cabaça”, aparecendo “cabajo”.

produzido primeiro, tem características diferenciadas na concepção de produção das imagens. A ação em curso é percebida, isto é, as imagens contêm movimentos. Enquanto que na expedição em São Lourenço há uma preocupação mais acentuada em captar os detalhes dos artefatos que compõe o ritual. Não que isso não se observe no documentário Terena, mas, nos Bororo há necessidade de encontrar um “Studio” para tal registro, reflexo dos diferentes “panos de fundo”. Talvez, isso se explique, pela riqueza de detalhes que as indumentárias Bororo possuíam, diferentemente das do povo Terena. Mas, mesmo assim, a sugestão é de uma diferença no ato de fotografar, isto é, priorizando o acontecimento em curso, na tentativa de captar a ação. Mas, isso não fez com que Schultz deixasse de prestar atenção também aos artefatos Terena (imagem SPI01076, logo abaixo).



Imagem SPI01076 – Penacho (*tufo de penas - kihahê*) e chocalho de cabajo (*itaaká*) usados pelo pajé durante o ritual. Schultz, Harald.

Schultz fez uma escolha de captação das imagens realçando a beleza, a poesia e o valor etnográfico através do movimento e da captação das imagens, em tese, no “lugar” das

pessoas e dos objetos e não, necessariamente, de salientar os aspectos das pessoas e das coisas através da produção via um cenário determinado pelo fotógrafo, como percebemos nas sequências fotográficas produzidas nos Bororo. Com isso, não queremos dizer que Foerthmann fez isso com todas as imagens. Há imagens em que o fotógrafo deixa aflorar o aspecto etnográfico com essas características apontadas nas imagens retratadas por Schultz, mas, sigo com a hipótese de que Foerthmann, nesse momento de sua carreira, ainda era um fotógrafo em formação para essas situações, muito mais, do que Schultz.

O mesmo movimento com as imagens dos Bororo, faço, a partir deste momento, tendo os Terena como foco. A documentação administrativa foi a primeira tentativa e o resultado não foi diferente da situação Bororo. É quase impossível encontrar qualquer informação sobre o que acontecia nas aldeias dos postos Cachoeirinha, Bananal e Ipegue. No caso dos Terena, as informações eram mais escassas, até porque eles vinham de uma trajetória histórica agrícola, além de praticarem a caça, a pesca e a coleta. Por esse fator, até poderíamos considerar os documentos sobre o trabalho na agricultura como informações sobre as aldeias, mas o movimento não foi tão simples, pois esses dados na documentação estão muito marcados pela apropriação dessa atividade como sendo desenvolvida dentro do posto, sob o gerenciamento do encarregado. Mesmo ao fazer a referência distintiva entre a lavoura do posto e a dos índios Terena, a informação é bem objetivada em área plantada e produção.

Acercando as fotografias que mostram o rito xamânico Terena, a cena em plano geral acontece toda do lado de fora de uma casa, em uma parte coberta e improvisada como sendo o lugar feito para o rito, tendo nas laterais o público sentado, distribuído em bancos compridos de madeira. O movimento passa a ter como suporte os trabalhos etnográficos sobre esse povo, assim, começamos com informações levantadas por Fernando Altenfelder Silva (1946 in Schaden, 1976) sobre a “Religião Terena” em que

os antigos Terena acreditavam num “deus superior”, Itukoviche, nos heróis culturais gêmeos Yurikoyuvakai, bem como no animismo (isto é que todas as coisas têm alma, hoipihapati) e na eficácia mágica de certas plantas, animais e objetos inanimados. O xamanismo era muito desenvolvido. O xamã provia as necessidades do povo e conduzia-o, através de rituais, para um relacionamento significativo com o mundo sobrenatural. (...) Os Terena também acreditavam que os assuntos humanos eram diretamente influenciados pelo mundo dos espíritos. Doença e morte eram causadas por espíritos. Por outro lado, o êxito na lavoura,

nas caçadas, no amor e na guerra podia ser atingido pela obtenção do auxílio dos espíritos. Xamãs, tanto do sexo masculino como feminino, eram indivíduos que sabiam como proteger o povo contra esses espíritos e também como obter sua ajuda por meio de ritos mágicos (Altenfelder, 1976, p. 270, grifo nosso).

O trecho traz informações importantes como, por exemplo, sobre a crença que todas as coisas possuem alma, que os assuntos humanos tinham a influência do mundo dos espíritos e de que a prática xamanística era feita tanto por homens como por mulheres Terena. Por mais que esse ritual tenha sido feito sob encomenda para as lentes de Schultz, ele não foi uma situação montada e revivida como uma prática do passado para ser guardada em museu. O xamanismo era uma prática muito utilizada entre os Terena. Segundo Altenfelder, uma das funções dos xamãs

era organizar a festa anual Terena, conhecida como “ohe’okoti”. Os xamãs observavam o céu de noite e quando as Plêiades atingissem a altura máxima no firmamento, davam o sinal para o povo começar a coleta de mel e preparar a grande quantidade de hidromel alcoólico. Durante a preparação, os xamãs cantavam. Quando o hidromel estava preparado, construía uma casa de culto no centro da aldeia e a festa começava (Altenfelder, 1976, p. 272).

Mas, o “oheokoti” tinha outras funções. Administravam as colheitas, controlavam espíritos maus, realizavam curas, davam assistência também nas caçadas, indicando o lugar da caça. Ainda Altenfelder (1976) faz uma observação sobre uma das funções do xamã que pode nos ajudar a pensar a presença do jovem na imagem (SPI01053) ao lado do “koixomuneti” e de sua assistente.

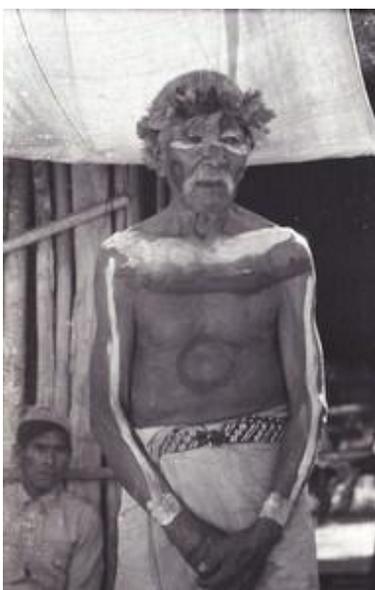
Importante função da atividade do xamã era selecionar e treinar novos xamãs. Velhos xamãs selecionavam noviços dentre seus próprios filhos ou, com o consentimento dos pais, entre outras crianças da aldeia. A iniciação dos noviços habitualmente tinha lugar durante a festa anual. Dava-se ao noviço para comer uma pequena serpente, pássaro ou formiga. Durante a noite seguinte, esperava-se que o noviço tivesse um sonho no qual a mãe da serpente, pássaro ou planta aparecia, dando-lhe poder e tornando-se seu espírito guardião. Se o noviço lograsse adquirir poder, o objeto através do qual ele o recebera tornava-se tabu para ele. Até a festa anual seguinte o noviço continuava com seu treinamento, aprendendo com seu mestre o saber mágico, os cantos e as fórmulas. Quando ele era considerado proficiente, recebia a cabaça mágica (itaaka) durante a festa anual. Era tido como xamã habilitado (Altenfelder, 1976, p. 272).

Ainda inspirada nas fotografias, fiz um recuo no tempo com a intenção de captar as impressões etnográficas de estudiosos que observaram esse ritual. O relato a seguir de Castelnau (1949)

(...) Médicos feiticeiros de ambos os sexos, alguns com o corpo pintado com

desenhos bizarros, cobertos de contas da cabeça aos pés, outros trajados de maneira a representar os animais mais terríveis. Tinham na mão uma cabaça ornada de plumas e contas e contendo pedrinhas, que produziam, agitando-a um rumor bastante forte, enquanto com um grande maço de pena de avestruz, na outra mão, descreviam no espaço figuras irregulares. A fim de se preparar para a cerimônia esses médicos feiticeiros haviam jejuado durante vários dias, mas não se tinha abtido das bebidas espirituosas, de que parecia, pelo contrário, que tinha feito um grande consumo (Castelnau, 1949).

Dado importante de Castelnau sobre os trajes que poderia levar o xamã, podendo ser a representação de animais, através da pintura corporal ou do traje. Pois, ao olhar para o xamã da fotografia (SPI01056), imediatamente me veio à lembrança a figura de um pássaro.



SPI01056 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942.

Imagem 04 – Coruja Murucututu ou Pulsatrix perspicillata. Outros nomes de coruja-do-mato, corujão, corujão-orelhudo, mocho-mateiro, coruja-de-garganta-preta, coruja-de-garganta-branca e murucutu²⁶⁶.

Então, fiz o exercício de buscar similaridades em figuras de animais, pelo círculo feito em tinta branca em volta dos olhos, perfazendo uma máscara. Schultz faz uma foto em que centra apenas na figura do Xamã, imagem SPI01056, com os braços estendidos junto ao corpo e tendo as mãos unidas, sobrepondo-se a mão esquerda à direita. As composições

²⁶⁶ Ver “Corujas Brasileiras”: <http://www.ib.usp.br/labecoaves/PDFs/pdf30CorujasIBC.pdf>

da pintura corporal e facial ficam bem visíveis a partir do contorno em tinta “branca²⁶⁷” perfazendo a região na parte superior do peito na altura dos ombros, através de listra horizontal que desce para os braços até os punhos. A analogia mais próxima de animais que encontrei foi “Murucututu”, uma espécie de coruja, que mede aproximadamente 48 cm, cuja característica mais marcante é uma faixa branca que se estende desde a sobrelanceira até a lateral do bico, num desenho que lembra a letra x²⁶⁸. Outro nome dado para essa ave é “coruja-de-garganta-preta” e encontrei também o contrário: “coruja-de-garganta-branca”. Ela é bem comum na região do Pantanal, Cerrado, matas-ciliares, e pode ser vista em todo o Brasil e também no Paraguai²⁶⁹, etc. Por essa informação também podemos sugerir um conhecimento do “Murucututu” pelos Terena, podendo ter um significado simbólico para esse povo.

Ressaltamos outra informação percebida por Castelnau que diz respeito às bebidas “espirituosas”. A referência está colocada com aspas de forma proposital, pois, há informações sobre bebidas fermentadas pelos Terena à base de mel, alimento muito utilizado por eles, tendo, inclusive, significado social e matrimonial²⁷⁰. Já no tempo dos postos indígenas, Roberto Cardoso de Oliveira (2002) relata a bebida alcoólica (cachaça) como bebida “espirituosa”, muito importante para o transe do xamã e que também servia como um “pagamento” pela sessão de cura.

Taunay (1931) também faz menção ao ritual Terena, com base em dados do século XIX:

O padre para suas vigílias, veste-se de uma julata ornada de lantejoulas e presa a cintura por uma espécie de talim de contas. Pinta o tórax, braço e rosto com jenipapo e urucum. Estende um couro diante da porta de sua choupana e nele caminha lento e compassadamente, avançando e recuando a cantar, ora estrondosamente, ora em voz baixa e monótona, com acompanhamento de um chocalho, que agita à mão direita. A esquerda empunha um espanador de penas de ema, bordado com desenhos caprichosos (...) o canto da madrugada sofre longa

²⁶⁷ Não encontrei referência sobre a extração dessa tinta de coloração branca, se seria de extração vegetal como as tintas vermelha e preta a partir do urucum e jenipapo, respectivamente.

²⁶⁸ Informações acessadas no dia 20 de novembro de 2011, através do endereço eletrônico: http://www.avesderapinabrasil.com/pulsatrix_perspicillata.htm

²⁶⁹ Essa referência geográfica de frisar o Paraguai é importante, pois, os Terena são conhecidos como oriundos da parte setentrional do Chaco, porção de terra do Pantanal que está do lado paraguaio, na fronteira entre o estado de Mato Grosso (BR) e o Paraguai.

²⁷⁰ O pedido de casamento de uma mulher Terena se consolida no convite do pai ao futuro genro para a coleta de mel.

pausa: de repente soa muito ao longe o grito do macauã²⁷¹. Respondo-lhe o padre; vem se aproximando o pássaro, com pios cada vez mais próximos e afinal começam as revelações ao sacerdote (Taunay, 1931, p. 23).

As fontes de Taunay contribuíram de maneira significativa para compor o ritual. O primeiro dado que chama a atenção é a denominação do xamã como “padre”. Mas esse outro “nome” dado ao xamã desencadeia uma série de fatores e contextos a considerar, que retomarei mais adiante. No momento, considero pertinente a observação de que o ritual tinha o seu lugar diante da porta da casa do xamã. No lugar do couro estendido no chão, há nas imagens do rito uma espécie de toldo “improvisado” que sugere a mesma função, de demarcar o lugar de atuação do xamã no seu compasso de avançar e recuar com o penacho e chocalho, um em cada mão. Outro fator esclarecedor é que Taunay afirma ter uma “longa pausa” no canto, no período de madrugada, em que deve haver um descanso do xamã. Sobre as pinturas no tórax, braços e face feitas em urucum e jenipapo, em princípio, essa informação nos dá parecer que se tratava de uma mesma figura sempre que esse ritual era feito, e também porque Schultz fotografa o Xamã com essas características. Mas, ao ler as etnografias, descobre-se que os xamãs assumiam várias representações, como relata Castelnau. A inventividade e necessidade de renovação deveriam ser produtivas para o campo semântico dos rituais, já que eles cumpriam uma diversidade de funções. E ainda tinha que considerar que em cada posto, normalmente, havia mais de um xamã. Com isso, o ritual tinha como elementos estruturantes ou que permanecem presentes: o chocalho de cabaça, o penacho de penas de ema – mesmo assim, estes podiam ter outros adereços na composição – e a presença de um público. Os elementos variantes eram as pinturas e os trajes; e a forma de demarcação do espaço para atuação do xamã. Sobre a presença do público, Cardoso de Oliveira (2002), ao revisitar seu diário de campo, faz uma análise sobre esse elemento via Lévi-Strauss como a “expressão do consenso coletivo”.

Era necessário levar em conta não apenas o fazer do “koixomuneti”, mas a

²⁷¹ Acauã é uma ave da família Falconidae. O Acauã, também é conhecido pelos nomes de acuã, gavião-cauã, gavião-couã, macaá, macaguã, maçaguã, macauã, nacaúã, acanã e uacauã. As penas da coroa são estreitas, duras e pontudas, dando forma a uma crista que é ajustada por um colar. Este gênero tem alguns peculiaridades anatômicas e é colocado também em uma família própria. No Acauã adulto, a cabeça é lustre, a máscara que varia pelo indivíduo e com a extensão do desgaste da pena. O Acauã costuma cantar ao amanhecer e ao entardecer. Quando em casal, o Acauã pode cantar em dueto uma sequência ininterrupta de até 9 minutos.

“tríplice experiência”, como recomendava Lévi-Strauss: a do próprio xamã, a do doente e a do público. (...) Aquela tríplice aliança, em sua totalidade indissociável, exprime o que pode chamar de “complexo xamanístico”. Todavia, tal não obscurece o fato de que os três elementos “se organizam em torno de dois pólos, formados uma pela experiência íntima do xamã, outro pelo ‘consensus’ coletivo” (Lévi-Strauss apud Oliveira, 2002, p. 177).

O último aspecto ainda do relato de Taunay é sobre o grito do pássaro macauã que tem vez nos primeiros raios da manhã e isso é o marcador de tempo para início das revelações. Neste caso, retomo Castelnau sobre o xamã se fazer representar através das pinturas na figura de um animal e a insistência de em minha leitura ser o pássaro “Murucututu”. Mas, com o relato de Taunay, busquei informações sobre o “macauã”, que também pode ser chamado de acauã²⁷², um tipo de gavião. Segundo os dados sobre o comportamento desse pássaro, ele costuma cantar ao amanhecer e ao entardecer. A imagem do Macacuã também impressiona, pelo jogo de contraste das partes branca e preta, em que é possível ver similaridades, mas ainda assim, para esse pássaro, a hipótese da função semântica está no seu cantar ao amanhecer trazendo as revelações. Para além do campo semântico que as figuras de animais devem agregar ao ritual, seja por conta de sua forma plástica ou ainda pelo seu comportamento, recorro a Lévi-Strauss em sua publicação “A Via das Máscaras” para dizer que

tal como os mitos, as máscaras não podem ser interpretadas em si e por si, como objetos isolados. Considerando o aspecto semântico, um mito só adquire sentido quando inserido no grupo das suas transformações; e do mesmo modo, um certo tipo de máscara, considerado apenas do ponto de vista plástico, é réplica de outros tipos, cujas formas e cores transforma ao assumir a sua individualidade (Lévi-Strauss, 1981, p.16).

A denominação do “koixumuniti” de “padre” – a que aludi anteriormente – aparece no período dos postos através de Cardoso de Oliveira (2002). Por não haver acessado as etnografias anteriores, como essa de Taunay, estava configurando a terminologia relacionando-a com a presença da Igreja Católica, em Cachoeirinha, desde a década de 1920. Roberto Cardoso de Oliveira conta em seu diário que foi procurar mais sobre o “padre”, mas, parece ter se contentado com sua resposta em forma de questionamento de aplicar a analogia da figura do “padre” com o xamã, pelo fato dos dois fazerem a mediação

²⁷² Acauã é um pássaro da região do Cerrado, tipo de um gavião pequeno que costuma ser encontrado em capoeiras.

deste mundo com o mundo sobrenatural. Explicação que pode ser correta, mas o uso da palavra “padre” para chamar “koixumuniti” não pode ser atribuída a essa temporalidade, uma vez que é anterior a ela. Assim, neste momento, é pertinente dizer da longa duração, de séculos, da relação dos Terena com outros povos indígenas e também com os ditos “civilizados” desde tempos imemoriais passando pelas colonizações espanhola e portuguesa. Altenfelder (1976) faz uma breve explanação a respeito desse povo e relata:

Os Terena fazem parte dos Guaná, de língua aruák, povo que outrora habitava a parte setentrional do Chaco. Era um povo de lavradores sedentários que, antes da chegada dos espanhóis e dos portugueses, já haviam sido subjugados por caçadores de índole guerreira e pertencentes ao grupo lingüístico guaikurú. Embora as culturas destes povos indígenas fossem originalmente distintas, vários séculos de contacto levaram a uma grande similaridade em suas crenças e costumes. (Altenfelder, 1976, p. 269).

Ainda para não perder o fio das relações, um dado a pinçar sobre as fotografias apresentadas nesta parte do trabalho, é que o xamã (“Koixumuniti”) fotografado nesse ritual aparece em outra fotografia dessa coleção participando de uma missa campestre, no espaço do posto, em frente à Igreja Católica. Antes de perceber que era a mesma pessoa e vendo as imagens da missa no pátio do posto, a hipótese era de um trabalho de parceria do SPI com a Igreja Católica, em Cachoeirinha. Mas, ao ler a documentação administrativa é visível uma tensão entre essas instituições e, ainda, além da Igreja Católica, em Cachoeirinha, no posto Bananal/Taunay havia a presença da Igreja Protestante que se instalou nas proximidades das aldeias Bananal e Ipegue desde 1913. Aqui vale contextualizar os postos Cachoeirinha e Taunay em relação às Igrejas Católica e Protestante que estavam presentes no espaço dos postos, praticamente, desde os primeiros anos de instalação, obrigando a administração do SPI a uma postura muito mais flexível para ter os Terena sob tutela. Utilizamos Ferreira (2005, p. 139) para uma breve explanação desse contexto:

Os relatórios da IR-6 nos anos 1920, indicam uma série de conflitos políticos em Bananal, atribuindo-o a ação da “União Missionária Sul-americana”, que atuava nesta aldeia. Os conflitos se dariam dentro da aldeia de Bananal, pela divisão entre “protestantes e católicos”, e entre o SPI e a União Missionária. Isto levando inclusive a migração de famílias de Bananal para Cachoeirinha²⁷³.

²⁷³ Relatório da inspetoria regional 06, 1922. Museu do Índio. Microfilme 379 in Ferreira, A. (2005, p. 139).

Essa presença levou a uma configuração de “católicos” se instalarem em Cachoeirinha e os “protestantes/crentes” em Taunay. No documentário Terena, Schultz registra uma missa campal e a igreja católica aparece como parte do cenário do posto em algumas atividades envolvendo os índios Terena. Em Taunay, o registro é apenas de uma placa da Escola Bananal, indicativa da presença da “União Missionária Sul-Americana” (Escola Evangélica Bananal. 25-4-1935).

Considerando todos esses fatos e elementos, talvez possa apontar o caminho da apropriação das coisas da sociedade nacional, inclusive, frequentar a Igreja, no limite do contexto situacional sem interferir nas práticas indígenas Terena. Para dar suporte a essa hipótese, vou recorrer ao diário de Cardoso de Oliveira mais uma vez com um trecho que ajuda a refletir sobre essa situação. Capitão Timóteo dizendo:

“Naquele tempo, continua ele, o Koixomuneti valia muita coisa... Quando não tinha remédio de civilizado! Com raiz, folha de planta e cantiga de reza os Koixomuneti curavam dor de cabeça, mordida de cobra, ferida brava e faziam mulher ter filho. Sopravam o lugar dolorido e saía sangue. João Grande é “Koixomuneti”. Naquele tempo, dotô, nós não sabia rezar. Eu não sei, mas vou também no padre (católico). Tínhamos medo do civilizado porque não sabíamos o que falar; não sabíamos falar português (Oliveira, 2002, p. 132).

Mesmo com a riqueza de detalhes em flagrar o processo do ritual Terena chamado de “Okeokoti”, com legendas explicativas e, inclusive, com algumas denominações na língua Terena – chocalho de cabaça (itaaká) e penacho de penas de Ema (kipahê) – essas imagens me fazem perguntar por que os Terena foram alvo da equipe da Seção de Estudos? Será que para eles, os costumes desse grupo estavam em processo avançado de desaparecimento e isso justificava a expedição? Pois, em relação aos Bororo, estava explícita a justificativa de que eles guardavam muito de seus costumes, eram considerados “indolentes”, de aspecto “selvagem” ainda muito presente. E no caso Terena? Era o contrário? Essa questão é feita partindo da lógica do pensamento dos “mentores” da Seção de Estudos, inclusive, em que a noção de indianidade estava arraigada em elementos que exteriorizavam uma estética nos usos e costumes, no jeito de cortar o cabelo, no fato de andar nu (no caso das mulheres, andar com os peitos à mostra), na fabricação de artefatos plumários, na realização de danças e rituais.

Ao fazer esse tipo de questionamento não estou dizendo que os vejo “menos índios

Terena”²⁷⁴. Mas, tenho a sugestão que a equipe ao encontrar os Terena sentiu a impressão de estar vendo um povo em processo de transformação “avançado”. Pensando sobre isso, voltei para leitura dos diários de Roberto Cardoso de Oliveira querendo saber como ele foi parar nos Terena como funcionário da Seção de Estudos, treze anos depois que essas fotografias foram feitas. O trecho é esclarecedor e reforça a visão que o SPI tinha desses índios.

Havia conhecido Darcy Ribeiro por intermédio de um amigo comum, o economista Og Leme, durante uma conferência que Darcy fez na biblioteca Municipal de São Paulo, em 1953, quando tive a oportunidade de fazer algum comentário sobre sua exposição relativamente às relações entre índios e brancos no Brasil. Minha participação parece tê-lo agradado bastante, pois algumas semanas mais tarde ele entrou em contato comigo para convidar-me a ir trabalhar consigo no Museu do Índio, que recentemente havia criado no âmbito da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios e na qual exercia a chefia (Oliveira, 2002, p. 24, grifo nosso).

Em 1955, Cardoso de Oliveira estava indo para o seu primeiro trabalho de campo via SPI junto ao povo Terena. O relacionamento desse povo com os ditos “civilizados” é bastante visível na documentação do SPI – trabalhos fora do posto nas fazendas vizinhas e o fato dos dois postos abrigarem desde a instalação do Serviço à presença das Igrejas Católica (Posto Cachoeirinha) e Anglicana (Posto Taunay/Bananal/Ipegue). Penso que essa questão juntamente com os relatos volumosos de produção agrícola (para o posto) projetava uma configuração que pudesse dizer que esse grupo caminhava para o segundo passo do projeto de assimilação e integração, visto nesse caso, como êxito via a ação do Serviço dentro desses postos. Esse “passo”, mais adiante, de intenso contato com a sociedade nacional precisava ser pensado e, por isso, Roberto Cardoso de Oliveira foi para os Terena. O perfil de Oliveira se delineou para Ribeiro nos questionamentos sobre as “relações entre índios e brancos no Brasil”. Mas, o próprio antropólogo, tinha outras intenções com os Terena, relatadas mais adiante na reflexão sobre suas próprias notas:

(...) meu intuito nessa primeira fase da pesquisa de campo era realizar um “*survey*”, visitando o conjunto de reservas com suas respectivas aldeias, de maneira que pudesse selecionar uma que me parecesse possuir as formas de vida mais tradicionais, ou, com outras palavras, aquela aldeia que me fizesse conhecer o homem e a mulher terena menos tocados pelo contato interétnico. Claro que não se tratava de chegar ao Terena original, pois que mesmo na época – com toda

²⁷⁴ Essa situação do processo de “aculturação”, alvo dos estudos indígenas desde a década de 1930, não será questão nesta tese a não ser para localizar a concepção de indianidade na época.

a ingenuidade que sempre caracteriza o etnólogo inexperiente – eu não sucumbia a essa idealização da pesquisa antropológica! (...) Interessava-me, assim, alcançar, o mais próximo possível, o “Terena histórico” que Rondon havia encontrado no começo do século XX (...) (Oliveira, 2002, p. 33, grifo nosso).

Esse trecho é esclarecedor e serve como parâmetro para refletir sobre o imaginário que Schultz e sua equipe tinham em relação aos grupos indígenas visitados, até então. Se, mesmo Oliveira²⁷⁵, com uma formação bem mais consolidada que a formação rasa e introdutória de Schultz, tinha a esperança de encontrar, pelo menos, o *mais próximo possível, o Terena histórico*, o “mais tradicional”, treze anos depois que a equipe de cine-fotografia passou pelos Terena. Imagina esse fotógrafo, treze anos antes, com a atmosfera de uma Seção de Estudos recém-criada para registrar os índios e seus costumes? Tomando esta situação como termômetro, a hipótese é que os eventos que havia de “mais tradicional” nos Terena precisavam ser documentados e registrados, por isso, Schultz e sua equipe foram para o Sul de Mato Grosso.

Ainda como um dado sobre os Terena estarem ou não em “estado avançado de assimilação”. Em 1945, o funcionário Nilo Vellozo organizou a apresentação dos trabalhos cine-fotográficos da Equipe da Seção de Estudos, na capital de Mato Grosso. As fotografias apresentadas sobre os Terena correspondiam: “posto Cachoeirinha, escola, gado, cerâmica e olaria”. Desses itens, apenas a cerâmica tinha a ver com uma marcação distintiva do povo Terena. Os outros diziam respeito ao âmbito do posto. Sobre os outros postos, a lista incluía a exibição dos “tipos indígenas” (tipos Bororo, tipos Bakairi, tipos Umutina). Esse item, em minha leitura, fazia uma marcação de que nesses outros postos havia índios em estado “puro”.

Essa questão surgiu ainda nos capítulos anteriores ao fazer uma breve comparação de olhar para as fotos produzidas no âmbito das aldeias Bororo com as fotos produzidas nos Terena, em que é visível a exotividade das imagens que retratam os Bororo e a falta desse elemento entre os Terena. Arrisco em dizer, que essa “falta” de elementos exóticos fez com que Schultz fizesse um esforço bem maior, no sentido quantitativo mesmo, com o objetivo de querer extrair das cenas do cotidiano das aldeias Terena o conteúdo etnográfico, achando

²⁷⁵ Oliveira cursou Filosofia na Universidade de São Paulo e foi aluno em disciplinas nas Ciências Sociais, tendo Florestan Fernandes e Roger Bastide como professores.

que eram relampejos de povo indígena Terena, fazendo ao final, um efeito contrário.

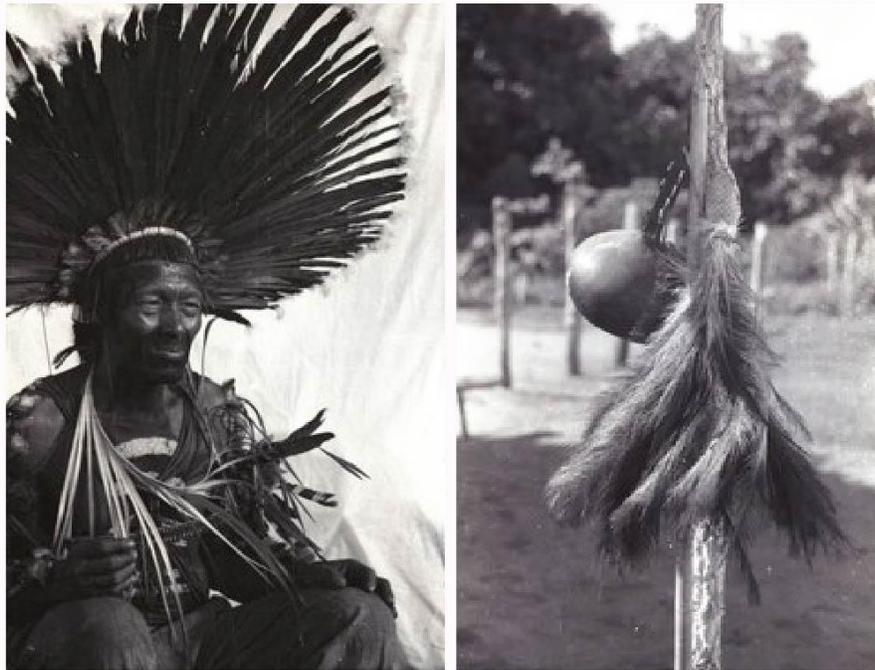
Conclusão.

A prática de captar os hábitos e costumes dos indígenas para os museus exterioriza pensar os grupos indígenas na chave da preservação, que em tese, chocava com as práticas impressas dentro dos postos com claros objetivos de assimilação e transformação desses grupos indígenas em caboclos, sertanejos.

Quando afirmo que é visível um trabalho etnográfico na produção de muitas imagens dessas coleções, não dá para dizer que essa ação dos fotógrafos via Seção de Estudos estava pautada por uma concepção “cultural”. Esse sentido ainda era muito incipiente no momento dessas produções fotográficas. No entanto, há uma indicação nessa direção, mas, esse fazer é “quase” inconsciente ou ainda ingênuo e porque não dizer, de uma forte dose de amadorismo, no sentido da experimentação no jeito de fotografar, que foi se aperfeiçoando pela própria prática, mas também, por uma busca individual, de cada um dos fotógrafos. Na minha interpretação, isso se aplica, pelo menos, em se tratando de Schultz que era o chefe da equipe e por conta do próprio cargo, percebe-se na sua trajetória uma busca de formação no campo da etnologia, que vai além das aulas introdutórias de Nimuendajú e Rondon, indo, arrisco dizer, em uma busca individualizada de trajetória autodidata, pelo menos, até sair do SPI, no final de 1944 e ingressar no Museu Paulista como assistente de Herbert Baldus²⁷⁶. Já Foerthmann se concentrou, durante toda a sua trajetória dentro do SPI, como fotógrafo e cinematógrafo. Mas, esse jeito mais etnográfico do fazer fotográfico de Foerthmann veio com um amadurecimento de convivência junto aos funcionários/etnólogos que chegaram ao SPI depois do meado da década de 1940, entre eles Darcy Ribeiro, com quem trabalhou nessa perspectiva. Não que com Schultz, essa prática não tenha acontecido. Ela foi significativa, mas também foi inicial, e por isso, ao

²⁷⁶ Vale apontar que Harald Schultz saiu do SPI no final de 1944 quando foi agredido por um índio Umutina em sua expedição junto a esse povo. Essa expedição e esse fato foram contados por Schultz em uma publicação “Vinte Três Resistem à Civilização” e em pelo menos dois artigos em revistas especializadas norte-americanas. Em 1945, ele foi para o Museu Paulista e trabalhou como assistente de Herbert Baldus. Nessa época foi aluno de Baldus na Escola de Sociologia e juntos fizeram vários filmes etnográficos e Schultz publicou vários livros, inclusive, um de fotografia, editado em inglês - Hombu.

olhar para as imagens e comparando-as, encontramos diferentes olhares de enfoque e até de enquadramentos, me fazendo sugerir experimentações nas primeiras expedições da SE como a ida aos Bororo de São Lourenço e a estada rápida em Simões Lopes e a ida de toda equipe para os Terena, quando da “inauguração” dos trabalhos da SE.



CADERNO ICONOGRÁFICO
Anexo capítulo V
Colecionando corpos e artefatos.

Séries de corpos Bororo ornamentados – Postos São Lourenço e Córrego Grande.



Imagem SPI03246 – *Índio Bororo com aproximadamente 25 anos adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943²⁷⁷.



Imagem SPI03252 – *Índio Bororo com aproximadamente 45 anos adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03258 – *Mulher Bororo com 30 anos adornada para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.

²⁷⁷ Com a intenção de facilitar e evitar a “poluição” visual. Fizemos a opção de trazer a legenda da primeira fotografia de cada sequência, pois, as fotografias subsequentes trazem as mesmas informações em suas respectivas legendas. Se na mesma linha sequencial iniciar outra sucessão de fotos, a legenda da nova sequência vem logo mais abaixo da legenda anterior.



Imagem SPI03263 – *Homem Bororo com 40 anos de idade adornado com penas de gavião.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03265 – *Homem Bororo com 55 anos adornado com diadema chamado “Parico” feito de penas de papagaio e arara.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03266a – *Homem Bororo com aproximadamente 65 anos adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03270 – *Homem Bororo adornado para festas com 40 anos de idade.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03277 – *Homem Bororo de 50 anos com diadema adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03282 – *Homem Bororo com 35 anos adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03285 – *Menino Bororo com 12 anos de idade adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03287 – *Mulher Bororo com 45 anos adornada para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03289 – *Homem Bororo com 55 anos adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03291 – *Homem Bororo com 50 anos adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI03294 – *Menino Bororo com 12 anos de idade adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03298 – *Homem Bororo com aproximadamente 28 anos de idade adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03300 – *Menino Bororo com 12 anos de idade adornado para festas.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03303 – *Capitão Cadete com 79 anos adornado com Parico durante a Festa do Mano.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Ritual xamânico e artefatos Terena.

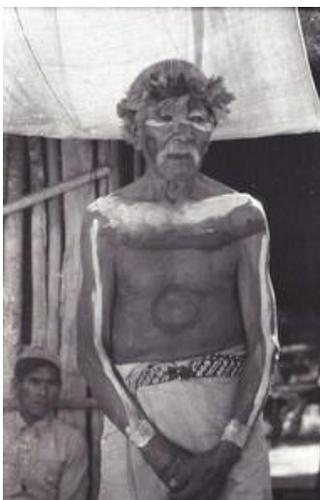


Imagem SPI01046 – Fase de um rito Terena. Assistência observando Pajé cantando e invocando os espíritos, revezando com sua mulher. Este culto tem início à noite e termina ao nascer do sol. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI01049 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942.



Imagens SPI01053 e SPI01062– Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942.



Imagens SPI01056, SPI01059 e SPI01061 – Aspectos do rito Terena. Xamã com pinturas corporais e faciais e tendo em sua mão direita um chocalho de cabaça (itaaká) e na esquerda um penacho. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00190 – Folhas de Carandá expostas ao sol para secar, empregadas na confecção de chapéus de palha. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI00304 – Detalhe do teto do rancho coberto com folhas de palmeira. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00388 – Cerâmica dos índios Terena com ornamentos dispersos para secar ao sol a fim de serem queimados em fogo aberto. Schultz, Harald. 1942.

Imagem SPI01076 – Penacho (tufo de penas - kihahê) e chocalho de cabajo (itaaká) usados pelo pajé durante o ritual. Schultz, Harald. 1942.

CAPÍTULO VI

PONTOS DE SUTURA NOS POSTOS DE ATRAÇÃO



Imagem SPI02740 – *Grupo de alunos Bakairi assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02756 – *Edmar Morél, repórter dos Diários Associados, oferecendo presente a índio Xinguano.* Foerthmann, Heinz. 1943.

O ato de ver e pensar as coleções fotográficas produzidas por Harald Schultz e

Heinz Foerthmann nos postos indígenas em questão, até o momento, nos proporcionou cenários que evidenciam as fissuras físicas, exteriorizadas nas arquiteturas dos postos e em ações que ora conformam o posto como lugar praticado e vivido e ora conformam a aldeia, também como lugar praticado e vivido. Pois, estes (posto e aldeia), mesmo possuindo configurações dispostas em contiguidade e, sendo vistos pelo SPI, como uma estrutura una, demonstram quebras, descontinuidades, assimetrias na formação e na conformação. Nisso, vale frisar que em meio a esse arquétipo, enxergamos os índios presentes nesses dois “mundos”, ora no posto ora na aldeia. No entanto, essas fissuras físicas não se materializam por si só. Como já afirmamos em outros capítulos, elas são consequências de fissuras mentais que foram construídas por “práticas teóricas”, tendo o positivismo como uma das principais, engendradas na política indigenista. Com isso, as imagens nos proporcionam ver fissuras físicas como produto de fissuras mentais, aqui construídas e materializadas no espaço social do posto indígena.

Em um desses movimentos de ir e vir do posto e/ou da aldeia; de ir, estar e sair do posto, aqui me referindo sobre as possíveis mobilidades a partir dos índios, pois, eram eles que se movimentavam nesses dois “mundos,” deparei com fotografias, produzidas no Posto de Atração Simões Lopes, que trazem para o primeiro plano, a relação entre funcionário e índios no espaço do pátio central do posto. O encontro é proporcionado e mediado pelos brindes/presentes²⁷⁸. O evento foi montado como solenidade cívica na qual centraremos a nossa reflexão (imagens SPI02740 e SPI02756). Essas fotografias de abertura têm apenas a intenção de localizar o evento dentro do espaço do Posto de Atração Simões Lopes e de pontuar a corporificação do ato em si que foi montado pela Inspeção Regional 06 e pela Delegacia Regional do SPI. A imagem (SPI02740), de pronto, revela o evento construído com produção ordenada de forma disciplinar. Os índios e funcionários presentes estão perfilados tendo o mastro da bandeira como referência de orientação para tal feito. A fotografia foi feita explorando o campo de profundidade permitindo visualizar o evento em sua totalidade, mas, não no ângulo frontal. A perspectiva dá ênfase à organização perfilada,

²⁷⁸ Sobre os objetos e coisas doadas aos índios por intermédio do SPI vou nomeá-las de brindes, a designação mais usual feita pelos funcionários, na época. No entanto, na documentação também aparece outras denominações: presentes e dádivas.

guiada por um risco no chão, ou ainda, por uma linha de barbante estirada no chão (visível em outra imagem mais adiante). E, mais, revela uma separação classificatória das pessoas por grupos e gênero. Na imagem, a partir do primeiro plano, identificamos as mulheres Bakairi com seus filhos de colo. Na sequência, os meninos e, depois, meninas Bakairi uniformizadas (estudantes da escola do posto), depois, os funcionários que estão localizados nas proximidades do mastro, em uma posição central, atrás das crianças do grupo escolar e por último, as mulheres e depois os homens “xinguanos”. A informação primeira é, de fato, a disciplina sendo exercitada. Ainda podemos sugerir a fila como metáfora de uma linha evolutiva, com duas possibilidades de leitura. A primeira, tomando o ponto de vista de qualquer um dos dois extremos da fila, de um lado índios civilizados e do outro, índios selvagens convergindo para o meio, junto ao mastro, como centro as figuras dos funcionários do Serviço, demonstrando a centralidade como lugar de emanção de poder, autoridade, superioridade. Na segunda leitura, podemos tomar as mulheres Bakairi (no primeiro plano) na condição de “índias civilizadas”, representando o grau máximo de evolução dos povos indígenas até o início da régua, representado pelos “índios xinguanos”, na outra ponta da fila. E no centro, localizado na parte de trás da fila, os olhares atentos e orientadores dos que tinham alcançado o topo da evolução, os funcionários. Chama atenção nessa fotografia a ausência dos homens Bakairi. Os poucos homens que aparecem, além dos funcionários do primeiro escalão do SPI e jornalista, tendo a afirmar que são funcionários de baixo escalão, como diarista ou auxiliares. E se forem Bakairi, o que é menos provável, eles aparecem em duas fotos, em número bem reduzido. Mais uma vez, ao que parece, assim como nas imagens da coleção dos Bororo, as mulheres eram as mais “disponíveis” para estar nos eventos organizados pelo SPI dentro dos postos.

A imagem ainda oferece a demonstração dos índios envolvidos em um sistema fechado – o evento ritualizado no civismo nacionalizador, espaço dominado pela política do governo para com os índios. Desse espaço dominado, logo, submetido, com símbolos e signos não verbais que representam a ação indigenista do Estado. A pergunta é se não há contradição, ou melhor, contradições, nisso que se nos revela como sistema aparentemente fechado e coerente, do ponto de vista dos funcionários do Serviço, que se mostram realizados com tal feito que, como é visível na segunda imagem (SPI02756), tem conduta

explicitamente paternalista.

Para tentar responder, seguiremos com o exercício de pensar o evento. É seguro afirmar que a mediação é feita pelo brinde, no sentido de perceber um processo que leva de um termo inicial a um termo final, isto é, por meio do ato de doar o brinde percebe-se a materialização da relação entre índios e funcionários. Com isso, o brinde proporciona uma junção, um ponto de sutura, para retomar Henri Lefebvre.

Os pontos de sutura [junção/ligação], frequentemente lugares de passagem e de encontros, de relação e de troca, frequentemente interditos, as interdições se levantam conforme ritos a tal momento. As declarações de guerra e de paz fazem parte desses ritos. É evidente que as fronteiras e pontos de sutura [junção/ligação] (portanto de fricção) se apresentam de outro modo conforme os casos (Lefebvre, 2006, p. 16).

Nesse ato de ligação, mencionado também, como fricção, é impossível não pensar em Roberto Cardoso de Oliveira e a noção de “fricção interétnica” em que ele circunscreve suas questões nas “relações entre grupos tribais e sociedades nacionais” (1981 [1964], p.15). A imagem revela as fronteiras interculturais entre grupos indígenas e funcionários (sociedade nacional). E ainda mais, demonstra uma relação assimétrica, em que os funcionários estão numa posição de dominação, de conduta paternalista, fazendo a doação de brindes, em relação aos grupos indígenas que se mostram numa posição de subjugados e de conduta vitimizada, recebendo os brindes. A interpretação da fricção é de, literalmente, provocar atrito, mais uma fratura que se mostra. Desta vez, nas relações, propriamente dita.

Ao mesmo tempo, as imagens evidenciam a doação de brindes e esse ato evoca Marcel Mauss e o clássico “Ensaio sobre a Dádiva”, publicado em 1923, em que o autor faz um estudo sobre as economias primitivas, em que a dádiva era o principal método de distribuição e a partir dela, se constituía dívida, troca, enfim, se constituía relações. O autor delimita a sua análise considerando dentro da multiplicidade de coisas sociais em movimento, apenas um dos traços:

O caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e, no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações. Elas assumiram quase sempre a forma do regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação, há somente ficção, formalismo e mentira social, e quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico. E não obstante indicarmos com precisão os diversos princípios que deram esse aspecto a uma forma necessária da troca (Mauss, 2003, p. 188).

Ao olhar para essas imagens, o brinde estava colocado nessa chave do caráter voluntário em que, a bem da verdade, havia interesses de outra ordem. E para o caso em questão, doar brindes tinha intenções de reproduzir comunicação, produzir dívida, desejo, dependência, aproximações e fidelização entre funcionários do SPI e índios. Estratégia colonial, diga-se de passagem, como forma de estabelecer contato e, posteriormente, podendo chegar a estabelecer comércio. No entanto, antes de pensar a partir das teorias que as imagens evocam ou ainda pensar sobre os atos em si do “dom” e “contradom” e do contato entre índios e sociedade nacional, faremos o movimento proposto no decorrer da tese, de primeiro percorrer os próprios elementos das imagens e os dados da documentação com o intuito de produzir a reflexão.

Os brindes como espetáculo.



Imagem SPI02753 – *Distribuição de presentes aos índios Xinguanos*. Foerthmann, Heinz. 1943.

O evento, também demonstrado através da imagem (SPI02753), reuniu índios de grupos indígenas do Xingu, índios Bakairi que moravam nos limites do posto, funcionários do SPI, entre eles o Delegado Regional do Ministério do Trabalho, Álvaro Duarte; o Inspetor Regional, Otaviano Calmon; o encarregado do posto e a equipe de fotocinematografia, que fez as fotos por ter ido à missão no Posto Simões Lopes subsidiar o repórter Edmar Morél, do jornal “Diários Associados”. Em princípio, esse acontecimento

era para ser maior, em quantidade de pessoas e também em grau de importância. Ele foi programado para receber o presidente da República Getúlio Vargas, convidado principal, que não compareceu. Pelas indicações na documentação, a ausência foi por causa de um surto epidêmico de febre palustre entre os índios domiciliados no posto. Mesmo assim, a solenidade aconteceu no pátio em frente à sede do Posto Simões Lopes, lugar concebido na arquitetura dos postos para eventos como esse e outros de caráter educativo e institucional. A equipe de cine-fotografia cumpriu a ordem de Rondon, suspender temporariamente a expedição a São Lourenço e dirigir-se para Simões Lopes para assessorar com produção de imagens, o trabalho do jornalista Edmar Morél, do jornal “Diários Associados”.

Após o hasteamento da bandeira, o momento esperado por todos – a doação dos brindes. A imagem (SPI02753) mostra, em um plano mais aberto, a mesa repleta de objetos e os doadores em potencial ao redor, demonstrando claramente que eles eram os donos das coisas e eles ditavam as regras para tal doação. No instante do clique um dos índios recebe os seus presentes. Logo mais atrás, outro índio já tem em mãos o *kit* de presentes que acabara de receber. Os outros, em uma fila organizada e de frente para o centro das atenções, a mesa com os brindes, esperam a vez para receber o *kit* e assistem a entrega aos demais. Próximo ao mastro, atrás e ladeando as crianças, outro grupo de pessoas, que não é possível visualizar através dos detalhes por conta do grupo de funcionários em volta da mesa, no primeiro plano. Mas, provavelmente, são os homens Bakairi e funcionários (diaristas, auxiliares) que moravam no posto. Não são mais que seis ao todo. A identificação distintiva está na roupa (paletós e camisas) diferente da dos xinguanos. Na primeira imagem que abre o capítulo (SPI02740), essas pessoas aparecem enfileiradas do lado direito do mastro, no primeiro plano. As roupas são de diferentes modelos, os vestidos das mulheres possuem diferentes estampas. Outra marcação de diferença está no uso de calçados. Os “xinguanos” não estão calçados. Isso nos remete à marcação social feita com os escravos fotografados em várias cidades do Brasil, no século XIX, em que os sapatos lhe conferiam status social, juntamente com outros elementos como joias, vestidos com rendas e no caso dos homens, paletó e chapéu.

Na imagem acima (SPI02753), é possível ver um dos homens vestido com paletó branco, atrás de todos, próximo ao mastro, do lado direito. Já, os “xinguanos” trazem

roupas de “branco”, porém, todas do mesmo padrão de tamanho e cor. As calças e camisas de riscado para os homens ou os vestidos com a mesma estampa axadrezada para as mulheres. Por isso, facilmente identificados, evidenciando a condição inferior e de “índio selvagem” que estava sendo domesticado. No entanto, independentemente de ser “índio selvagem” ou “índio civilizado”, um aspecto que chama a minha atenção ao olhar para o conjunto dessas imagens é a expressão de dominação que não se mostra, de maneira evidente, nas faces dos funcionários que aparentam estar satisfeitos e alegres com a ação em curso. No entanto, estão expressas nas faces dos índios demonstrando a aceitação tácita da espera. O tempo da entrega dos brindes era dos funcionários, eles tinham o controle e se colocavam como donos da situação e dos brindes. De uma forma de acomodação passiva, os índios, assim como em várias imagens feitas no âmbito do posto, apenas compunham o cenário feito para mostrar o espetáculo aos espectadores das fotografias.

Nesse palco, os mínimos detalhes foram pensados. Identificamos nas imagens sequenciadas abaixo (SPI02748 e SPI02749) um detalhe que demonstra a produção do evento e a necessidade de os índios se enquadrarem dentro dele, como parte do cenário, onde eles tinham lugar específico para estar. Nestes ângulos, Foerthmann enquadrrou a sequência da fila na hora do hino, privilegiando o lado, onde estavam os “índios do Xingu”.



Imagem SPI02748 – *Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02749 - Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943.

Nessas imagens é mais visível a linha de barbante branca ou o risco feito no chão delimitando o espaço em que os índios deveriam permanecer enfileirados. Esse pormenor me induz a afirmar que até a passividade de obediência refletida nos rostos desses índios foi construída para a ocasião. Muito provavelmente a orientação para os índios abaixarem a cabeça foi dada, principalmente, para o momento do canto do hino nacional. A postura da cabeça cabisbaixa e corpo ereto deveriam ser orientação como demonstração de reverência e respeito. Há que considerar que quem estava à frente do evento era o delegado Álvaro Duarte, que tinha patente militar. Na imagem (SPI02749), a segunda dessa sequência, tem um detalhe de postura dos funcionários, que por esse ângulo da foto, estavam ao fundo de todos (em outro ângulo, mostra esse fundo, como a localização central, atrás do mastro da bandeira), que podemos tomar em comparação com as posturas dos índios que compõem a imagem. Eles trazem os corpos eretos, na posição de sentido e as cabeças retas e altivas, diferente dos índios que trazem, em sua maioria, as cabeças baixas, olhando para o chão. Por isso, a ação também nos faz pensar na relação de poder e de dominação dos funcionários em relação aos grupos indígenas presentes na ocasião.



Imagem SPI02762 – *Álvaro Duarte dando presente a uma índia Xinguana*. Foerthmann, Heinz. 1943.

A solenidade cumpriu protocolo institucional com cerimonial em etapas prescritas e ordenadas. Na imagem (SPI02762), em um plano mais fechado e já no momento da entrega dos brindes, temos uma ideia da organização/produção do evento com funcionários separando e agrupando conjuntos de objetos para cada personalidade, ligada ao governo ou convidado, fazer a entrega aos índios. Esses kits eram organizados de forma que carregavam um discurso simbólico, para além, dos objetos doados como utensílios. Por exemplo, nesses conjuntos de coisas, em especial, há um discurso de ensinamento da prática do trabalho e isso ainda ligado a um discurso de gênero, demonstrando que o ato de costurar o tecido era um trabalho a ser feito por uma mulher. Já os homens recebiam facão, roupas prontas (calça e camisa), chapéu etc. Estes itens estavam ligados à prática do trabalho na agricultura e/ou na pecuária. Logo, homem trabalha fora e mulher trabalha em casa. Vale notar nessa imagem a partir da identificação das coisas e quais servem para mulher e quais para homem, de um trecho do livro “O enigma do dom”, de Maurice Godelier (2001, p. 146), onde afirma que “de fato o que está presente no objeto, com o proprietário, é todo o imaginário de uma sociedade, de sua sociedade”. E isso se revela nesses objetos que foram preparados para servirem de presentes aos índios nessa solenidade. Eles representavam explicitamente o imaginário da sociedade nacional, com seus produtos industrializados, sendo que, para os funcionários, esses objetos eram vistos como úteis, como facilitadores da produção cotidiana, feitos em grandes quantidades e

pensados para determinados fazeres laborais. Pode-se inferir então que estes conjuntos de objetos estavam sendo dispostos com a clara intenção da domesticação e da criação de uma dependência pelos mesmos.

Nesse ato de doar, a ação é unilateral, no sentido em que há doação e, não necessariamente, troca. Ou melhor, aqui podemos pensar que há troca também, só que não materializada com outros objetos, e sim, num plano simbólico e subjetivo, que a partir da doação criam-se laços ou ainda, a renovação de laços de amizade, de fidelização dos índios para com os funcionários do posto. Nesse acontecimento, os funcionários estão na cômoda posição de criar dívidas e que estas durem o maior tempo possível a fim de acumular prestígio, por exemplo, em nome da instituição SPI. Essas relações estabelecidas nesse cenário podem selar uma espécie de pacto, que não necessariamente, se dê nos termos do comércio, em um primeiro momento. E sim, pode significar ou querer significar um pacto de proteção, justificando assim, inclusive, a política do órgão.

Neste caso, vale lembrar que a região já vinha sendo alvo de conflitos com os grupos indígenas por conta da extração da seringa e o próprio governo (estadual e federal) tinha planos para a região como uma rota alternativa para o norte do país. Com isso, a presença do SPI tinha a intenção clara de proteção, não só da integridade física dessas populações, e sim, de uma proteção política e de mediação, permitindo a ocupação econômica da região. Desde a instalação do posto indígena, em 1920, o Serviço passou a ser o porta-voz dos grupos indígenas fazendo as mediações com seringalistas e fazendeiros, quando se tratava de relações de trabalho; mediações com missionários e grupos expedicionários de incursões exploratórias, fossem científicas ou econômicas. Seguindo a documentação, vamos perceber mais de perto e adiante, como se davam os contatos, as relações e, por conseguinte, os pactos estabelecidos.

Analisando, ainda a imagem (SPI02762), no segundo plano, está o Inspetor e Delegado Álvaro Duarte fazendo a entrega de um kit-costura para uma índia Xinguana e logo mais atrás, aparece um grupo de “índios xinguanos” como espectadores e possivelmente, esperando a vez de receber os presentes. Em telegrama para Rondon, Álvaro Duarte descreve o acontecimento:

Ontem presidi hasteamento de nossa bandeira cuja comovente e empolgante

solenidade vg sob cântico hino nacional vg me fez sentir uma das maiores emoções que hei experimentado na vida pt Os alunos do colégio vg os civilizados e suas respectivas famílias e os diversos grupos de índios convenientemente formados e destacados vg fizeram com que aquela comemoração tivesse elevado esplendor pt Em seguida procedi entrega vossa lembrança aos índios que ficaram imensamente contentes e satisfeitos pt Essas cenas foram fotografadas e filmadas pela equipe Foto-cine pt²⁷⁹

O final do telegrama confirma o evento como um espetáculo. As cenas foram registradas para fins de documentação, mas também, para fins de publicidade da ação do Serviço. Na coleção do Posto Simões Lopes (1943) aparece um total de 34 fotografias sobre esse evento (ver caderno iconográfico no final deste capítulo). As fotografias que selecionamos para um olhar mais detido mostram o momento das doações e elas demonstram explicitamente o padrão bipolarizado (civilizado/selvagem; colonizador/colonizado) que condicionou as maneiras de perceber e interpretar o passado indígena (Monteiro, 2001). Porém, vamos tentar exercitar o que está no entremeio disso que essas fotografias nos mostram como dimensão dicotômica. Afinal, os brindes que foram doados nesse palco passaram a integrar uma rota de circulação, no mínimo, interna aos grupos e no máximo, entre os grupos. Pois, os membros dos grupos que participaram do evento retornaram para suas aldeias, para seus grupos domésticos e esses presentes tomaram rumos diversos e sofreram, inclusive, transformações tanto de uso quanto de valor. Não vamos entrar nos pormenores dessas transformações, pois, nem a documentação e nem as fotografias permitem esse acesso. Contudo, vale pontuar que o posto Simões Lopes foi palco de muitos eventos como este e, em sua maioria, tendo apenas o encarregado como o representante institucional do SPI. E a cada situação de doação de brindes, o posto se colocava como um ponto de contato, de encontro, de distribuição. Após 1920, ele passou a ser um ponto fixo de irradiação, de *start* de uma rota de circulação aí engendrada, na região do Xingu, pelo menos, quando se tratava de objetos oriundos da sociedade nacional.

Pela documentação do SPI é possível afirmar a doação de brindes como uma estratégia que foi pensada para os fins da atração de povos indígenas para dentro dos

²⁷⁹ Telegrama do delegado Álvaro Duarte para Rondon, em 16 de novembro de 1943. Microfilme 242. Fotograma 000931. SARQ – MI. RJ.

limites dos postos, portanto, não é possível afirmar com a mesma firmeza que os objetivos foram alcançados tal como planejados, principalmente, quando se refere ao tempo de doação. O que os documentos mostram é que a partir desse ato de doar brindes e, conseqüentemente, criar dívidas, criou-se, a bem da verdade, uma série de desdobramentos e formas de relações, dependendo do grupo e da conjuntura do contato. No caso do posto Simões Lopes, havia o contexto da atração e pacificação dos Bakairi, que foram morar nas imediações do posto e, também, o contexto da atração de vários grupos indígenas que estavam localizados na região do Xingu. Ficaram nessa situação grupos indígenas com interesses comuns, até os que tinham interesses particulares que se opunham e se compunham cotidianamente.

Os brindes como pontos de sutura.



Imagem SPI02754 – *Menina Bakairi oferecendo presente a um índio Xinguano*. Foerthmann, Heinz. 1943.

A imagem (SPI02754) se revela significativa e com um discurso simbólico, em princípio, aparentemente, destoante. Uma menina Bakairi é a personalidade/convidada para presentear um índio, e a legenda informa: *Menina Bakairi oferecendo presente a um índio Xinguano*. No centro do enquadramento está a estudante da escola do posto, uma menina “índia” doando brindes a um “índio xinguano”? O que dá para entender desse gesto,

claramente, imposto pelo funcionário Álvaro Duarte, posicionado logo atrás, do lado direito da menina Bakairi. A primeira hipótese desse evento se justifica pelo fato, já mencionado no capítulo II, de que para os funcionários, os Bakairi domiciliados no posto estavam em um estágio mais “próximo” dos “civilizados”. A narrativa do evento feito pelo delegado Álvaro Duarte pontua: “alunos do colégio vg os civilizados e suas respectivas famílias”. Ao cruzar esse enunciado com as imagens do evento, a formulação provável é que o funcionário estava se referindo aos Bakairi como “civilizados e suas respectivas famílias”. Para os funcionários, essa evidência estava demonstrada de várias maneiras identificadas na documentação, como por exemplo: no modo do Bakairi se vestir, pelo envolvimento no trabalho dentro e fora do posto e pela disposição de querer os filhos na escola, por alguns adultos saberem escrever. Essa solenidade quando foi planejada tinha uma intenção pontual, de o presidente da república

(...) ter a oportunidade de aquilatar o esforço e o quanto tem realizado o SPI vg na sua humanitária missão de incorporar o índio a nacionalidade como elemento de ordem e trabalho pt Por certo há de comover sua excelência a atual boa noção de civismo dos bacairis vg do mesmo modo porque há de impressionar muito bem as diversas atividades que exercem ali vg promovendo sua independência econômica e concorrendo para riqueza nacional pt²⁸⁰

Com isso, a proposição do evento era produzir imagens que documentassem a ação do SPI no governo Getúlio Vargas com “índios civilizados” (os Bakairi que moravam no Posto) e índios em processo de “civilização” (os grupos do Xingu). Cenários de uma política indigenista em curso nos confins do Brasil, em lugar, concebido, no imaginário, ainda, como última fronteira.

Para além dessa hipótese, a documentação nos dá pista de mais uma possibilidade, não apenas nessa chave de “índio civilizado amansando índio selvagem”, que penso ser a hipótese mais acertada para a cena. No entanto, ao trilhar a documentação referente ao Posto Simões Lopes, os funcionários do SPI tinham conhecimento de que havia rivalidades entre os índios Bakairi, moradores do posto, com os “índios do Xingu” que visitavam com frequência os funcionários em busca dos brindes a eles ofertados. Por conta desse fato que era sabido, proponho também que essa imagem tenha sido feita com a intenção de

²⁸⁰ Telegrama da inspetoria regional 06 para Rondon, em 20 de setembro de 1943. Microfilme 242. Fotograma 000925. SARQ – MI. RJ.

proclamar simbolicamente um selamento de paz entre índios Bakairi e “índios xinguanos”, e mais, que esse “apaziguamento” estava sendo capitaneado pelo SPI, como bem demonstra a foto, através do delegado Álvaro Duarte, em segundo plano, atento à doação feita pela menina Bakairi, demonstrando que a ideia partiu dele e tinha o seu aval.

Porém, como as imagens, aqui revisitadas, não necessariamente, abordam sobre suas intenções “reais”, vamos refletir sobre o que essa imagem (SPI02754) evoca. A leitura que aflora diz respeito às relações entre os grupos indígenas da região, me referindo aos Bakairi e aos “índios do Xingu”. Ou ainda a imagem me faz pensar como os brindes ativavam as relações entre esses grupos fora do palco de representação do Serviço, para além desse evento incorporado já na vida do posto e dos próprios grupos da região.

Passamos aos relatos em que é possível perceber esse intrincado jogo de relações. Para tanto, faremos um recuo no tempo a partir do relatório de 1923, que descreve a situação do Posto Simões Lopes e o encarregado menciona quão excelentes são os índios Bakairi: trabalhadores, pacíficos e delicados.

No entanto, apenas o Capitão Antonio Guaná Brazil, mais conhecido como por “Antoninho”, índio viajado e guia de quase todas as explorações estrangeiras que vieram ao vale do Xingu, perturba-nos um pouco com suas pretensões e intrigas. Também a rivalidade e ciúme dos Bachaerys com as tribos diversas que frequentam o Posto, dão-nos muito cuidado e exigem vigilância para evitar rixas. Todo brinde dado ao visitante é considerado pelo Bachaery como uma subtração de propriedade sua. Os visitantes que são também de tribos diferentes têm ciúmes uns dos outros cada qual procura convencer ao Bachaery da lealdade das disposições próprias e da maldade dos outros²⁸¹.

Para começar, o trecho demonstra que as relações entre os grupos, mediadas a partir da distribuição de brindes, produziam rivalidades que não, necessariamente, tinham um sentido unilateral entre Bakairi, de um lado, e, “índios do Xingu”, do outro. O quadro tinha outras configurações, inclusive, de competição/conflito entre os próprios grupos do Xingu, podendo ter os Bakairi como aliados ou não. Arranjos que dependiam do contexto e por isso, as hipóteses de histórias podem ser diversas a partir dessa documentação. As rivalidades que tinham como mote a distribuição de brindes podiam levar a outros desdobramentos de relações ou também podemos fazer a leitura inversa, de outras relações

²⁸¹ Relatório anual de 1923. Parte sobre a população. Microfilme 253. Fotograma 002018. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

(parentesco, aliança, reciprocidade, amizade etc.) levarem a mediações ou negociações e, os brindes eram incluídos para dar conta dessas questões. Pelo indício desse documento, depois da distribuição dos presentes, em outro momento, fora desse cenário proporcionado pelo SPI, havia também os momentos de conversas, intercâmbios, enfim, de estabelecimento de relações podendo envolver esses objetos e/ou outros produzidos pelos grupos em contato para serem trocados. Logo, os brindes envolviam relações de várias ordens e vários níveis perpassando rivalidades, alianças, reciprocidades, até feitiçaria. No mesmo documento de 1923, o encarregado continua contando que

Entre índios do Norte de Mato Grosso, parece que a morte natural não é admitida, apesar da experiência que já deviam ter do fenômeno inevitável. “Quem morre foi morto porque alguém o enfeitiçou é que explica em geral as mortes”. Muito das tribos, a dos Meinacos, por exemplo, afirmam aos Bachaerys que os visitantes anteriores (outros grupos que estiveram no posto recebendo brindes), foram causadores dos desastres acontecidos, e como eles dispõem do contra feitiço apropriado, vão aplicá-lo para livrar os seus amigos da influência maléfica²⁸².

Por esse relato dá a entender que os Bakairi jogavam com o fato de estarem localizados dentro dos limites do posto, não só para com os funcionários do Serviço, mas também frente aos outros povos. A reivindicação de ter a preferência para ganhar os brindes era estratégica e precisava ser mantida, inclusive, para os momentos de possíveis alianças ou diante de situações, como a de feitiçaria e contra feitiçaria. O encarregado, sem se dar conta, desvela em parte como os brindes passaram a fazer parte da mobilidade desses grupos e, conseqüentemente, das relações entre eles, tendo o posto como um ponto de encontro, de relações, de troca e de distribuição certa.

Antes de continuar, vale lembrar que essas relações envolvendo intercâmbios entre esses grupos já aconteciam muito antes das instalações dos postos e foram observadas desde as primeiras expedições no final do século XIX. Logo, os brindes foram incluídos em um sistema que já havia para outros objetos, utensílios e serviços entre os grupos. O etnólogo Max Schmidt, ao refletir sobre a “transformação e permanência de bens de cultura entre os Bakairi do Posto Simões Lopes” traz um dado que reforça essa troca de bens com outros grupos do Xingu

Dos objetos provenientes da região dos afluentes do Alto Rio Xingú são notáveis,

²⁸² Relatório anual de 1923, parte sobre a população. Microfilme 253. Fotograma 002019. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

sobretudo, as bacias de argila cozida que eram importadas em grande quantidade, porque, como disseram os Bakairí, não existia uma argila própria em Simões Lopes para fabricá-las. As grandes panelas de argila cozida, as que tinham em grande quantidade nas casas dos Bakairí e as que serviam para ferver/cozinhar a bebida “pyserego”, provinham dos Mehinakú (Schmidt, 1947, p. 35. “Tradução livre”).

Se as panelas eram feitas pelos Mehinaku, os Bakairi eram famosos pela qualidade de suas redes e canoas de casca de Jatobá. Penso que os brindes (roupas, sabão, fumo e ferramentas, para citar os produtos que mais aparecem na documentação) passaram a fazer parte dessas redes de trocas como um incremento e não como substituição de objetos. Partindo dessa informação de Schmidt (1947) e dando continuidade à descrição feita pelo funcionário do Posto, percebemos que as relações entre os grupos passavam por um reconhecimento de saberes entre eles. No entanto, isso não eximia os grupos de, em certos contextos, exercer correlações de força ou ainda de travar confrontos de natureza mais bélica. O teor do documento aponta também um provável motivo que fazia os Bakairi tomarem uma posição demarcatória, a partir da localização geográfica do posto e do controle de distribuição dos brindes, pois, essas marcações poderiam ajudar como um fator de compensação para os assuntos que não eram dominados por eles, como o caso da feitiçaria.

A tribo toda reúne-se e depois de cerimônias complicadas em que o envenenamento pelo fumo azorda uma influencia alucinadora, o feitiço, que consiste quase sempre, a coisas enterradas é arrancado pelo contra feiticeiro “sem testemunhas” é exposto aos olhares medrosos dos semi-civilizados Bachairys que, nesse assunto, se julgam inferiores aos seus irmãos selvagens e neles acreditam cegamente. Imagina-se facilmente o cuidado para evitar a represália contra a tribo inquinada²⁸³.

Os registros feitos sobre o Posto Simões Lopes através dos relatórios dos encarregados até o ano de 1945 nos fazem crer que o contexto da distribuição dos brindes, tampouco levava a conflitos abertos a ponto dos Bakairi se colocarem como inimigos declarados de um ou outro povo que frequentava o posto, a não ser, os que já figuravam como inimigos históricos, como era o caso dos Kaiabi/Kajabi, para os quais, o SPI montou um outro posto, dois anos após a instalação de Simões Lopes, isto é, em 1922, com o nome

²⁸³ Relatório anual de 1923, parte sobre a população. Microfilme 253. Fotograma 002019. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso)

de Pedro Dantas. A sua localização foi, primeiramente, no Rio Verde, um dos afluentes do Teles Pires/Paranatinga e, em 1925, mais ao sul, na margem esquerda do Teles Pires, a cerca de 180 km acima da embocadura do Rio Verde.

Tendo como suporte esse relato de 1923, é possível afirmar que a feitiçaria e a contra feitiçaria eram questões que mobilizavam rivalidades e alianças, mas não eram apenas essas situações que regiam as relações. Talvez por isso, as rivalidades apareciam de forma mais veladas, combinando várias etapas de um processo dinâmico de ações, escolhas e alianças intergrupais e, não necessariamente, conflitos bélicos.

Nesse trecho vale ainda pinçar a referência de “semi-civilizados” para os Bakairi em relação “aos seus irmãos selvagens”, os “índios do Xingu”. Essa menção de caracterização desse grupo como “semi-civilizados” foi feita em um relatório do início da década de 20, com isso, é bastante provável, vinte anos depois, o delegado Álvaro Duarte se referir aos Bakairi, caracterizando-os como “civilizados”, como resultado positivo da política de integração e evidenciando essa “progressão” utilizando de ideias que vem sendo reelaboradas do padrão bipolar Tupi/Tapuia identificado por Monteiro (2001), isto é, fazendo a marcação através do modelo dicotômico de oposição, no caso, índios selvagens x índios civilizados e não, necessariamente, selvagem x civilizado. Penso que aos olhos dos funcionários, a “transformação” dos Bakairi em civilizado já tivesse se efetivado, pelo menos para os que moravam no posto. No entanto, eles (os Bakairi) não perderiam definitivamente a marcação da diferença, ou seja, a sua condição, no termo racial, de serem índios. Até porque esses funcionários, principalmente, Álvaro Duarte, que era um militar filiado à escola rondoniana, concebiam a mudança dentro de uma escala de evolução, que em se tratando dos índios como uma raça, havia limites. Com isso, a integração ou assimilação desses Bakairi chegaria ao mais alto grau como população regional/rural, na melhor das hipóteses.

Rico em detalhes, o documento ainda menciona os grupos que foram até o posto no ano de 1923.

Durante o ano foi o posto visitado pelas seguintes tribos, todas festivamente recebidas e brindadas com ferramentas para os seus trabalhos no mato, roupas e outros brindes. 1º Kamaiulás, 2º Ianaquás, 3º Meinacos, 4º Uaurás, 5º Trumais,

6° Iulapitis, 7° Auitys, 8° Coficoros. (...) Os Coificoros são grupos de Ianauquás²⁸⁴.

Ao esmiuçar as nomeações de cada grupo, nos faz questionar como e em quais situações os funcionários do SPI acionavam a denominação categórica de “índios do Xingu” ou ainda os “Xinguanos” para simplificar uma diversidade de grupos que, como bem mostra esse relatório, se tratavam de no mínimo, oito povos, tomando somente o teor desse documento como referência. Em vários relatórios de diferentes anos, encontramos várias discriminações de grupos que visitaram o posto em busca de brindes. A reflexão que faço sobre essa nomeação dos grupos no momento de relatar as visitas tem a ver com uma necessidade de demonstração de uma boa administração do posto frente aos chefes superiores do Serviço, isto é, no sentido da quantificação significar a boa relação do encarregado com vários grupos, demonstrando que os objetivos de atração estavam dando certo, tendo o controle e o domínio dos povos que estavam localizados na região do Xingu.

Sobre a categoria metonímica “índios do Xingu”, não com a intenção de aprofundar, mas, apenas de pontuar, é fato que os antropólogos do CNPI (Dona Heloísa Alberto Torres e Edgard Roquette-Pinto), o Marechal Rondon e o chefe da Seção Etnográfica, Harald Schultz, estavam informados sobre as fortes semelhanças de hábitos e costumes entre os povos do Xingu. Informações, provavelmente, acessadas a partir das obras de Karl von den Steinen e suas conclusões das expedições científicas ao Xingu, em 1886 e 1894, publicações que tinham sido recentemente traduzidas, em 1940, “Entre os aborígenes do Brasil Central” e, em 1942, “O Brasil Central: Expedição de 1884 para a Exploração do Xingu”. Outra publicação especializada, também traduzida em 1942, foi de Max Schmidt “Estudos de Etnologia Brasileira: Peripécias de uma Viagem entre 1900 e 1901. Seus Resultados Etnológicos”. Este etnólogo, inclusive, participou das duas expedições de Karl von den Steinen e, no final de 1900 e início do ano de 1901 fez a sua própria expedição.

Porém, tenho dúvidas, sobre essas informações etnográficas obtidas via publicações como essas e desses dados compartilhados entre os funcionários do SPI que trabalhavam na esfera local, como os encarregados e inspetores, que tinham pouco acesso ao conhecimento dos povos indígenas através de publicações especializadas, principalmente, antes da criação

²⁸⁴ Relatório anual de 1923, parte sobre a população. Microfilme 253. Fotograma 002019. SARQ – MI. RJ.

da Seção de Estudos. É recorrente na documentação desde a década de 1920, os funcionários agruparem os povos dessa região e os denominarem – “índios do Xingu”, “índios xinguanos” ou ainda “Xinguanos”. A hipótese que tenho sobre a construção dessa categoria, antes da década de 1940, fundamenta-se através do conhecimento via prática sertanista, de estudo da região através do SPI e, principalmente, por meio dos estudos realizados pela Comissão Rondon, que estava encarregada

não só da construção propriamente dita de linhas telegraphicas, como também de todos os serviços que se prendessem ao completo conhecimento da região que se ia atravessar sob o ponto de vista geográfico, botânico e mineralógico e mais ainda do descobrimento das populações indígenas que lá existissem as quais ficaram sob os cuidados da comissão no intuito de se evitar que a penetração de seus territórios fosse acompanhada das calamidades e crueldades sofridas pelos habitantes de outras regiões onde se haviam estabelecido estradas de ferro ou de rodagem, instalado linhas de navegação ou feito simples incursões de explorações geográficas ou ainda de demarcação de limites²⁸⁵.

As expedições feitas através da Comissão Rondon, como a de reconhecimento topográfico dos rios Paranatinga e São Manoel (região do Xingu), em 1915, de forma indireta, acabavam fornecendo aos funcionários do SPI dados sobre os grupos indígenas. Como neste caso, em que o relatório final compunha também relatos dos contatos com grupos indígenas, mantidos pelos membros da expedição. Esses dados foram acessados pelos funcionários do SPI, como encarregados e inspetores, pessoas que estavam ligadas à prática indigenista, com a intenção de dar conta do trabalho de atração e de integração dos grupos. Em anexo nesse relatório, por exemplo, Pyrineus de Souza descreve de forma detalhada o contato que a equipe teve com os Bakairi, e ainda, disponibilizou dados sobre grupos Kaiabi, Mundurucu e Apiacá. Há inclusive, produção de listas de vocabulários.

Retomando aos dados da documentação do posto Simões Lopes, no ano de 1924 há mais relatos envolvendo os brindes. No dia 24 de maio, o Capitão Antoninho, chefe de um dos grupos Bakairi, escreveu uma carta para o chefe da Inspeção Regional 06, em conjunto com outro chefe, o Capitão Roberto, reclamando de maus-tratos que o grupo estava sofrendo do encarregado e outra queixa era sobre a distribuição desigual de brindes doados para os grupos do Xingu em detrimento dos Bakairi.

²⁸⁵ Missão Rondon III. Jornal do Comércio, de 12 de junho de 1913. Microfilme 382. Fotograma 059. SARQ – MI. RJ.

(...) faço ciente a espetoria de Cuiabá que está passando aqui no dito Posto. Eu Capitão Antoninho e capitão Roberto Joaquim dos Sancto e mais pessoal fais esta chexa (queixa) que o empregado do Posto Bachairis esta maltratando sobre roupa que estão, jamais nunca sobra pano e toda couza como sabão, fumo e todos que precisa não tem, mais é para Bacahiriz até chumbo elle mandou vir la da espetoria diz que era para matar Bacahiriz. O Índio Chingu tem de todos na mão delle. E assim fasso sciente o Governo da espetoria se não tirar elle de aqui nois vamos imhora daqui, ficar o índio Chingu no lugar, que o Sñr. Afoncio aqui porque aqui não cervi para estar no encargo, tem vindo faltura não tem pra nois, pesso o Governo da espetoria uma orde que todos os empregados que vier aqui que não cervi e não respeitar nois podemos tirar pra fora do Posto. E assim receba recado do capitão Antoninho e do capitão Roberto Joaquim dos Sancto (ass.)²⁸⁶.

Antes de tudo, esse documento vale uma observação de outra ordem. O fato de a carta ter sido elaborada de próprio punho pelo capitão Antoninho. Na documentação administrativa do SPI é muito difícil encontrar documentos escritos pelos índios. Esses escritos, no tempo dos postos, são raros²⁸⁷. Além dessa carta e de outra do capitão Roberto Joaquim dos Santos, fazendo referência ainda sobre essa questão, também encontrei alguns manuscritos de pedidos de mercadorias para o inspetor regional em exercício. O fato de

²⁸⁶ Carta dos chefes Bakairi Antoninho e Roberto ao inspetor da regional 06, em 1924. Microfilme 213. Fotograma 350. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso). Encontrei a primeira referência sobre este documento na publicação “Os Filhos do Sol”, de Edir Pina de Barros (2003 p. 91). Ao conferir nos originais, percebi um equívoco do número do fotograma, referido na publicação, como 250. Pela proximidade numérica do fotograma, com certeza, houve um engano na hora de fazer a referência.

²⁸⁷ Sobre os poucos escritos produzidos pelos índios há que considerar algumas questões para a dificuldade de vê-los nessa documentação administrativa: uma, pelo próprio *corpus* documental ser de uma organização estatal, o SPI. Por isso, penso em um controle rígido via os encarregados para com a comunicação escrita que era enviada à Inspetoria e à Diretoria, pois, uma carta como essa de Antoninho e Roberto poderia por fim ou, pelo menos, sob suspeita, a administração do encarregado. Como ela conseguiu chegar até a Inspetoria é uma questão para se pensar, pois, deveria haver um controle rígido via encarregado, mas, outros funcionários do SPI como diaristas, auxiliares faziam o papel de mensageiros entre os postos e a Inspetoria e, por serem, funcionários considerados de “baixo escalão”, em algum contexto, por descontentamento com o encarregado-chefe, pode ter sido motivo suficiente para aceitar levar uma carta do chefe dos Bakairi para a Inspetoria sem que ela tenha passado pelo encarregado. Outra situação a levar em conta é que os Bakairi também assumiram cargos como funcionários do Serviço, facilitando assim, a interlocução com a Inspetoria, já que eram considerados entre semi-civilizados e civilizados. Outra questão limitante para encontrar mais escritos produzidos pelos índios pode ser pelo fato de que a escola, na maioria dos postos, estava direcionada para as crianças, limitando assim, a apropriação da escrita por parte dos adultos como uma forma de comunicação e reivindicação com outros níveis da organização estatal. A mediação era feita pelo encarregado por parte do Estado e pelo chefe e/ou capitão do grupo indígena. Nos poucos lugares em que a escola foi implantada para os adultos, não obteve o êxito esperado. Havia um compartilhamento de concepção de que ao índio adulto cabia o trabalho, através do método de imitação e de periodicidade sistemática, justificando de que pela idade não dariam conta de aprender a ler e escrever, deixando a educação escolar para as crianças, por estarem numa fase adequada de aquisição de hábitos, sendo elas de “fácil” controle e assimilação.

utilizar a escrita como um instrumento de reivindicação e de comunicação²⁸⁸, também deve ter sido levado em conta para a justificação de um estágio mais avançado do Bakairi em relação aos outros grupos do Xingu.

A carta de Antoninho possui alguns pontos para examinar. A primeira questão está no discernimento de apontar a “inspetoria” ou o “governo da inspetoria” como o lugar para reclamar e, inclusive, “ameaçar” a retirada dos grupos liderados por eles, Antoninho e Roberto, para fora do posto, por conta da má distribuição dos brindes. Mesmo apontando os “índios do Xingu” como os que estavam sendo beneficiados em detrimento dos Bakairi, os chefes estavam demandando a responsabilidade desse desequilíbrio ao encarregado e, conseqüentemente, ao SPI. Talvez a justificativa para isso esteja no fato de que os Bakairi mantinham outras redes de relações, fossem de trocas (reciprocidade, parentesco etc.) ou comerciais com os grupos xinguanos a ponto de não travar uma briga direta, sendo o mais sensato reclamar de onde partiam os brindes. Lévi-Strauss (1976) ao escrever o artigo “Guerra e o comercio entre os índios da América do Sul”, em 1942, menciona, através dos dados etnográficos de Karl von den Steinen, de 1887 e, de Buell Quain, de 1938, que “os laços que unem as diferentes tribos são sem dúvida mais fortes que as antipatias” (p. 329).

O fato de a carta ter a assinatura de dois dos chefes dos Bakairi também vale reflexão. Primeiro, uma indicação de que mesmo morando dentro dos limites do posto, os Bakairi mantiveram a organização social por grupos domésticos, tendo cada grupo o seu chefe. O segundo aspecto, as lideranças Bakairi estavam à frente da reivindicação, nos papéis de mediadores. Com isso, podemos fazer a leitura que através dos brindes reforçavam o prestígio junto aos Bakairi, ou ainda, o fato de fazer a reivindicação em nome do grupo, demonstrava o poder que tinham sobre os domiciliados, frente ao Serviço.

Outra questão que requer uma reflexão diz respeito aos brindes citados por Antoninho e Roberto. Eles mencionam três produtos como exemplos: roupa/pano, sabão e fumo. No entanto, avalio que a citação desses objetos e não de outros tem um propósito para além de uma simples exemplificação. Essas coisas deveriam ter um valor mais

²⁸⁸ Encontrei vários pedidos de mercadorias feitos pelos Bororo e também encontrei uma resposta do Marechal Rondon à carta de um índio Bororo da povoação S. Lourenço que faz um pedido de aumento salarial, pois o seu salário, ao invés, de aumentar só foi diminuindo. Microfilme 262. Fotogramas 953, 954 e 955. SARQ – MI. RJ.

significativo dentro da rede de relações do próprio grupo e, provavelmente, também para os outros povos. O fumo, como bem demonstra o relato do encarregado, logo mais acima, era um produto utilizado pelos Bakairi, inclusive, fazia parte da prática xamânica – “a tribo toda se reúne e depois de cerimônias complicadas em que o envenenamento pelo fumo azorda uma influência alucinadora”²⁸⁹ – tê-lo era também estratégico. E não eram apenas os Bakairi que utilizavam o fumo. Tomando mais uma vez o artigo de Lévi-Strauss (1976 [1942]), os Trumai e os Suyá tinham desenvolvido particularmente a cultura do tabaco. Mais adiante Lévi-Strauss afirma, através de dados de Stenein e de Buell Quain (1938), que os Bakairi temiam os Trumai. Estes eram acusados de afogar seus prisioneiros de guerra após os amarrarem. A partir dessas informações e cruzando com o relato do encarregado sobre o fumo fazer parte dos rituais de feitiçaria e contra-feitiçaria, julgo que há que considerar que havia a necessidade de obtenção do tabaco também por outras fontes, além desses dois grupos que detinham a produção. Ter o fumo na lista dos brindes era de suma importância para o equilíbrio sócio-ritualístico dos grupos da região.

Sobre o consumo de fumo no Posto Indígena havia instruções para a sua compra com o objetivo de fornecer aos trabalhadores “sertanejos” dos postos, principalmente, os destinados à “atração”, bem como outros produtos de hábitos arraigados como café, mate ou guaraná. Esses produtos eram permissíveis para o melhor andamento dos trabalhos. De maneira mais específica havia um item, o 3º, que justificava o fornecimento do fumo:

Devido aos mesmos usos arraigados, nos sertões muito afastados do “comércio”, poderá também ser consentida a aquisição de fumo porque, ordinariamente, sem usá-lo muitos trabalhadores se tornarão ineficientes²⁹⁰.

Essa instrução de 1937, assinada pelo chefe do SPI, Tenente Coronel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, estava se referindo especificamente aos trabalhadores não índios. Pois, no mesmo “ofício circular”, os itens 8º e 9º diziam o seguinte:

8º As dádivas ou fornecimentos aos índios, devem ser feitos com o maior critério e só, salvo aos órfãos doentes e inválidos, para os efeitos referidos nos dispositivos regulamentares invocados, afim de não criar entre eles hábitos ociosos de mendicância imprópria ou parasitismo e portanto não os

²⁸⁹ Relatório anual de 1923, parte sobre a população. Microfilme 253. Fotograma 0002019. SARQ – MI. RJ.

²⁹⁰ Instruções aos postos de atração do diretor do SPI Tenente Coronel Vicente de Paula Teixeira da Vasconcelos, em 1937. Microfilme 339. Fotograma 000357. SARQ – MI. RJ.

desmoralizarem.

9º Jamais haverá em nenhum Posto falta de um trabalho útil qualquer, que um índio possa fazer, com agrado e sem sofrimento (...)²⁹¹.

Mas, para o Serviço, o fumo não poderia, ou pelo menos, não deveria constar entre os mais solicitados, como era o caso das ferramentas que tinham um lugar de uso mais apropriado, de acordo com a dinâmica pensada pelo SPI de presentear com o intuito de incentivar o trabalho, como bem sugere o trecho acima sobre o critério para doação de presentes, tendo que ter alguma ligação com o “trabalho útil”. Tampouco, o fato das ferramentas não aparecerem na exemplificação feita pelos chefes Bakairi, seja indício de que não eram importantes nas redes de trocas e/ou comerciais. Há que considerar que era mais fácil conseguir ferramentas que fumo, até pela disposição do Serviço em doar objetos “úteis” para “trabalho útil”. Porém, se havia uma instrução normatizando a compra de fumo, café e mate, é bastante provável que esses produtos estivessem sendo adquiridos sem justificativas plausíveis e estendendo a compra também para os índios. Nas listas de presentes e pedidos dos índios Bororo dos postos Córrego Grande e São Lourenço aparece o fumo de corda como um produto que era doado como presente e também como pagamento pelos serviços prestados no posto.

Outro ponto a considerar é a representação do fumo para o mundo dos “brancos”, ligada a um discurso moral de uso, como prática desviante e só mantida, pelo Serviço, por uma questão estratégica junto aos funcionários. O SPI, inclusive, considerava o uso de tabaco pelos índios como uma prática ruim e viciante e alegava a introdução via contato com outros “civilizados” (seringueiros e fazendeiros) que se instalaram na região, e não através do órgão. No entanto, manter o “vício” e/ou ainda manter o ritual, poderia ser estratégico também para o Serviço. As duas situações para o não uso do fumo poderiam ser trabalhadas em processos mais adiante no próprio curso civilizatório. Naquele período, em qualquer um dos contextos de uso, o fumo não concorria como uma prática que atrapalhava um dos pilares principais da ação do SPI que era o trabalho. Logo, esse produto entrava na lista como um “agrado” de produtividade, bem como o discurso que era utilizado para com

²⁹¹ Instruções aos postos de atração do diretor do SPI Tenente Coronel Vicente de Paula Teixeira de Vasconcelos, em 1937. Microfilme 339. Fotograma 000357. SARQ – MI. RJ.

os trabalhadores do SPI. Sobre a roupa, a sugestão é de um objeto de conotação ambígua, sobre o qual ainda necessitamos de mais dados e seguimos com a atenção de como ela aparece na documentação.

Quase dois anos depois, no ano de 1926, em relatório no formato de carta para a Inspetoria, o encarregado do posto ainda seguia com o problema, capitaneado pelo chefe Antoninho.

Toda essa gente é tratada do melhor modo possível para que não fiquem descontentes. Os Bachairys ficam revoltados com esses presentes que se faz a esses índios, o Antoninho incute na ideia deles que tudo quanto vem é só para Bachairy, mas eu agrado todos e procuro desfazer todos esses maus conselhos do Antoninho que para mim mesmo ele já disse²⁹².

Segundo Edir Pina de Barros (2003, p. 91), a situação chegou a ficar séria, ganhando outros desdobramentos, a ponto de haver destruição de casas de funcionários por parte dos índios, em 1927. Penso que esse fato enfatiza a hipótese de forçar o Serviço para o fornecimento de mais brindes, não passando a conflitos abertos entre os grupos. As reclamações de Antoninho e Roberto tinham sentido direcionado aos funcionários com o intuito de garantir mais brindes para sustentar a rede de relações no próprio grupo e, fora dele, com os outros grupos. Pelo teor da carta de Antoninho, a bronca com os funcionários passava por um acordo firmado na época que foram morar nas proximidades do posto, barganha que deve ter sido feita para o convencimento de grupos Bakairi, de que morando nos limites de Simões Lopes poderiam ter acesso a esses presentes de forma mais fácil e frequente.

No capítulo em que abordamos a espacialidade do posto, mencionamos os acessos ao hospital e à escola como hipóteses que levaram o grupo, em 1942, a mudar para o espaço do posto, ao lado da sede, da escola e hospital. A análise que faço é que ao longo da trajetória de contato dos Bakairi com a sociedade nacional, os chefes desse povo tentaram diminuir, de todos os modos, o altíssimo custo do contato. Movidos, num primeiro momento, para garantir as trocas e as relações entre os grupos e, depois, mais tarde, movidos para controlar as doenças epidêmicas, normalmente, sequenciadas de várias

²⁹² Relatório no formato de carta do posto Simões Lopes para a inspetoria, em 1926. Microfilme 231. Fotograma 000239. SARQ – MI. RJ.

mortes. O fato é que tiveram sua população reduzida de forma avassaladora, seja pelo feitiço feito pelos outros povos da região ou pelo “feitiço” feito pelos “brancos”, incluindo os conflitos com a sociedade nacional da região, como seringalistas, seringueiros e fazendeiros. De alguma forma, os seus chefes teriam que fazer algo para cessar as mortes que não foram algumas dezenas, e sim, no mínimo, centenas, em 60 anos, considerando o tempo desde as expedições do final do século XIX.



Imagem SPI03776 – Índios Trumai à margem direita do rio Culuene recebendo presentes. Foerthmann, Heinz. 1944.



Imagem SPI03777 – Índios Trumai à margem direita do rio Culuene recebendo presentes. Foerthmann, Heinz. 1944.

Com o intento de perceber como se davam os encontros dos vários povos com os funcionários, normalmente, pautados pelas doações e trocas de brindes, continuamos com o

exercício de evidenciar essas práticas por meio dos relatos, que não são poucos. Mas, antes, apresento as imagens (SPI03776 e SPI03777), feita por Heinz Foerthmann durante a expedição ao Xingu, da Seção de Estudos, em 1944²⁹³. O intento dessas fotografias que fazem parte de outra coleção é apenas pontuar outro lugar como cenário desse evento “doação/troca de brindes” e com isso captar outras posturas, tanto dos funcionários quanto dos índios, nesse tipo de ação.

O que chama atenção nessas duas imagens em comparação com as imagens feitas no pátio do posto é o fato da não produção do cenário. Neste caso, o encontro era esperado, mas também, inesperado. Isso porque não tinha hora, dia e nem lugar definido pela equipe expedicionária. O evento se deu na mata, o contado foi feito por um grupo de índios Trumai, nas proximidades da margem direita do rio Culuene, um dos afluentes do rio Xingu. E o que podemos captar, de início, é uma postura mais desenvolta dos índios em relação ao funcionário/coordenador da expedição, Nilo Vellozo, que aparece de perfil, em primeiro plano e em outra imagem, aparece de costas. As expressões gestuais e faciais dão movimentos nas imagens, em que é visível um clima de tensão, ou melhor, de atenção e de negociação. Neste encontro não foi possível posar para o fotógrafo.

Da parte dos Trumai há uma desenvoltura nesses olhares que procuram (imagem SPI03776), que escolhem o que querem ganhar nessa relação de troca, que acredito ser o caso deste encontro, de troca de presentes, mais do que doação de brindes por parte da equipe do SPI, como se essa ação fosse unilateral. Na outra imagem (SPI03777, logo acima), além do índio que vai saindo da cena com os objetos nas mãos (facão, anzóis e um novelo de linha vermelha, ao que parece, sem nitidez), há uma atenção dos outros para o que estava acontecendo no local. Um deles, atrás do que está com os brindes nas mãos, encara o fotógrafo, como uma demonstração de estar atento aos movimentos.

Por conta disso, a hipótese que lanço é de tensão e com uma vantagem de controle da situação, por parte dos Trumai. Afinal, esse cenário do encontro foi escolhido pelo grupo indígena, que resolveu aparecer nesse local e não no posto. Acredito que por conta desse

²⁹³ Dessa coleção, vamos trazer para esta tese, o número de cinco fotografias que dizem respeito ao momento da doação de brindes, com o intento de abordar essa temática. A coleção da expedição do Xingu é muito volumosa e requer um tratamento diferenciado.

contexto de contato, o fotógrafo fez apenas essas duas fotos, por não estar à vontade para produzir uma série de imagens, como aconteceu no cenário do posto, onde tinha total controle da situação, em que escolheu os melhores ângulos e, inclusive, teve tempo para dirigir as posturas dos índios. Nesse cenário, as regras a serem seguidas eram dos Trumai, invertendo a relação de poder, ou pelo menos, deixando-a, no mínimo, equivalente, já que se tratava de troca recíproca.

Retomando a documentação, em notas para relatório, do ano de 1928, o encarregado do Posto Simões Lopes discorre sobre as visitas de índios.

Neste posto, durante o ano foi visitado pelas 3 tribos de índios seguintes: Auitys, Meinacos e Ianahuquás (Calapalos), estas visitas foram feitas em diferentes épocas do ano, eles sempre aproveitam para fazerem longas caminhadas os meses de junho a setembro de cada ano. Todos os índios logo que aqui chegam são carinhosamente recebidos, dando-lhes roupas e alimentos necessários²⁹⁴.

Dessas linhas, vamos pinçar o fato do funcionário ter duas denominações diferentes para o mesmo grupo – Ianahuquás era o mesmo que Calapalos. Esse “saber” demonstrado pelo encarregado e compartilhado com a Inspetoria sugere, uma barganha de prestígio do encarregado junto ao inspetor. No sentido de exprimir o conhecimento da diversidade dos grupos presentes na região, inclusive, com seus vários topônimos. Ainda, poderia ser uma demonstração para a Inspetoria de uma proximidade de relações com tais grupos a ponto de saber as várias denominações que eram dadas a eles. Além da documentação do SPI, retomamos Karl von den Stainen para ver se entre os grupos identificados por ele, aparecia umas dessas denominações: Calapalo ou Ianahuquá. O topônimo que aparece nas margens de pequenos afluentes entre os rios Coluene e Corisevu é Nauquás, que suponho se tratar do mesmo grupo Ianahuquá. Em Lévi-Strauss (1976 [1942]), cujos dados são de Stainen, a grafia aparece Nahukuá.

O relatório continua falando de outros grupos que compareceram no posto e que já vinham de outras visitas em outro posto, onde também ganharam presentes e foram tratados com agrados. Na ocasião, o funcionário ainda fez algumas descrições que contribuem para perceber a marcação de diferenças. Desta vez, não apenas através dos nomes dos grupos, e sim com detalhes de ordem física e moral:

²⁹⁴ Notas para relatório do ano de 1928. Microfilme 216. Fotograma 0007. SARQ – MI. RJ.

Os índios Meinacos e Calapalos são homens de estatura regular, fortes e extremamente amorosos para o seu lar. Os Oytis são fortes, não muito altos, vêm tudo com muita curiosidade, são dotados de uma forte resistência física, poucos risonhos, mas nas suas fisionomias nota-se o símbolo de sinceridade. Os Calapalos e Menacos tiveram ocasião de virem até São Manuel, ao encontro do Ilmo. Senhor Capitão Ramiro de Noronha, do qual são grandes admiradores há longo tempo. Foi-lhes proporcionados passeios em caminhão ao longo da estrada e tiveram um bom tratamento durante os 12 dias em que eles permaneceram e sempre prontos a seguirem os conselhos que lhes eram dados. Regressaram a este posto, vindos de São Manoel em companhia do senhor Capitão Ramiro de Noronha, trazendo alguns presentes, como sejam: roupas, vestidos, guias, colares, pentes, gaitas, lenços, chapéus etc e no Posto receberam ferramentas para lavoura: machados, foices, enxadas e facões. E daqui seguindo viagem para suas aldeias, muito agradecidos, demonstrando uma alegria espontânea e prometeram uma visita para 1929, uma visita mais demorada e desejando visitar a sede da Inspeção deste serviço em Cuiabá²⁹⁵.

As notas para relatório chamam a atenção, primeiro, pela disciplina do encarregado em fazer as observações no frescor dos acontecimentos, proporcionando detalhes sobre os referidos grupos, para além de relatar a simples ação de doação de brindes, que no caso, foram ferramentas com a intenção de estimular ao trabalho.

A informação a pinçar é sobre a frequência das visitas. No mínimo estava certa uma ao ano, entre os meses de junho a setembro. Isso pode indicar também a rede de relações de trocas que contemplava o posto, mas, também, poderia contemplar relações fora dele. Quatro anos antes do relatório de 1928, já se tinha informação sobre a época de visita dos grupos indígenas no posto. Em maio de 1924, o encarregado faz o pedido de brindes para a Inspeção.

Está aproximando a visita dos índios xinguanos de diversas tribos a saber: Inahuas, Meinacos, Kamaiulá, Auiti, Waura, Trumay, Ioalapiti, pelo que peço alguns presentes e roupas feitas para os visitantes. Enquanto para os índios domiciliados fazem suas vestes e para aperfeiçoamento peço molde (em papel) para calça cujo irá no pedido²⁹⁶.

Sobre a época de visita dos grupos, podemos pensar em um conjunto de fatores que faziam dos meses posteriores a maio, como bons para realizar essas visitas, podendo convergir época de seca favorecendo as longas caminhadas, podendo carregar produtos para a realização de trocas, não necessariamente, com os funcionários, podendo ser entre os

²⁹⁵ Notas para relatório do ano de 1928. Microfilme 216. Fotograma 0007. SARQ – MI. RJ.

²⁹⁶ Pedido de brindes à inspeção aos índios do Xingu no ano de 1924. Microfilme 213. Fotograma 327. SARQ – MI. RJ.

povos e com os regionais (seringueiros, fazendeiros e os próprios donos dos seringais), além, de favorecer a coleta de alimentos (frutos, mel e ervas). A época das visitas também demonstra certa autonomia dos grupos em relação ao posto de atração e, por conseguinte, em relação aos objetos/brindes. Pelos relatos, esse período foi eleito pelos grupos e não pelos funcionários. Partindo da documentação, certo mesmo, era cada grupo visitar o posto atrás dos brindes, uma vez ao ano. O que me faz questionar o valor dos objetos que ganhavam ou trocavam como utensílio. Pois, se dependessem mesmo desses objetos, no sentido do uso, as visitas deveriam ser mais frequentes.

Ainda via posto indígena Simões Lopes é possível sugerir as visitas esporádicas dos grupos “xinguanos”, motivadas pelas expedições exploratórias na região, que, diga-se de passagem, passaram a ter uma regularidade a partir do final do XIX e continuaram depois da chegada do SPI através do posto indígena, pois, ele tornou-se também estratégico como apoio logístico. Uma dessas expedições aconteceu, ainda, em 1926, em que o diarista Joaquim Claro de Carvalho, do Posto Simões Lopes, foi até Cuiabá para sair da capital em companhia do Senhor Leonardo L. Legters, cidadão norte-americano, protestante, que estava na companhia de seu filho Emílio, também norte-americano. Do relatório, vamos trazer o momento em que a expedição passa pelos aldeamentos dos grupos da região do Xingu, com o intuito de dar visibilidade a essa prática que foi ao longo do processo, de várias expedições, se incorporando na vida desses grupos e, sempre com a prática das trocas de presentes. O primeiro grupo, os Ianahuquás

(...) seguimos para o Curizevu pousando nesse dia no Ribeirão Profundo (águas do Ronuro) a 17 na cabeceira do Bugio (águas Jatobá-Ronuro); (...) a 20 chegando ao Porto dos índios Curizevu (Posto). Ai paramos 8 dias fazendo pelas mãos dos Bacaeris 3 canoas de Jatobá (...); a 2 e 4 navegamos livremente e a 5 chegamos ao Porto dos Ianahuquás na margem direita, de onde por terra, após vendida uma distância de duas horas, chegamos a Aldeia destes índios – composta de 5 ranchos com 40 homens, 28 mulheres e 25 crianças, afora os que se achavam nas roças e caçadas. Ai fomos recebidos alegremente pelos índios e obsequiados por eles tendo os norte-americanos trocado presentes pelas suas armas e outros artefatos (...)²⁹⁷.

O segundo grupo, os Wuará (Waurá)²⁹⁸

²⁹⁷ Relatório de uma expedição realizada na região do Xingu de dois protestantes norte-americanos com a assistência da inspetoria regional 06 no ano de 1926. Microfilme 213. Fotograma 240. SARQ – MI. RJ.

²⁹⁸ Na documentação encontrei várias grafias para o grupo Waurá, entre elas: Wuará, Wará, Waura e Waûra.

(...) Regressando ao porto neste mesmo dia, no seguinte, a 6 prosseguimos rio abaixo chegando a 7 na aldeia do Wuará após uma marcha de 2 horas de seu porto (margem esquerda); compõe-se esta aldeia de 8 casas, população de 70 homens, 65 mulheres, 40 crianças, recebidos da mesma forma, com hospitalidade, após a obtenção de artefatos mediante troca, e tiradas também algumas photographias (...)²⁹⁹

O terceiro grupo, os Meináco

(...) retrocedemos ao porto, de onde continuamos por água até o porto dos Meinácos; daí fomos procurá-los a mais ou menos um quilometro nos ranchos de suas roças – onde além de mandioca tem aí duas casas, e na ocasião, eram 40 homens, 20 mulheres e 10 crianças³⁰⁰.

O quarto grupo, os Auity

No dia 8 prosseguimos sem alteração. A 9, chegados ao porto do Auity, também na margem esquerda, com hora e meia estávamos na sua aldeia composta de seis casas – 45 homens 50 mulheres e 30 crianças³⁰¹.

O quinto grupo, os Analapiti

No dia 10 com mais ou menos uma hora de canoa do porto Auity, alcançamos o dos Analapitis onde encontramos 2 homens e 1 mulher. Neste mesmo dia atingimos a barra do Curisevu e entramos pelo Culuene, descendo-o, até que alcançamos, com 8 horas de viagem, a bahia – um quilometro (margem esquerda)³⁰².

O sexto grupo, Camaiulá

No dia 11, com 3 horas de marcha, chegamos por terra a aldeia deles composta de 8 casas, 120 homens, 100 mulheres e 40 crianças. Esses índios (camaiulás) já plantam a cana de açúcar, como cultivam também a cana própria para suas flexas³⁰³.

O circuito percorrido pela expedição teve que ser refeito para a volta

Deste ponto retrocedemos e remontamos o curso do Curisevu, tendo sido acompanhados até o Posto Simões Lopes por vários, assim: 4 camaiulás (homens) 25 meinacos (homens) 10 a 12 (mulheres e três crianças), 30 Auitys (homens e mulheres) e 4 crianças, 2 analapitis, 8 Warás com 5 mulheres e 4 ianahuquás³⁰⁴.

²⁹⁹ Relatório de uma expedição realizada na região do Xingu de dois protestantes norte-americanos com a assistência da inspetoria regional 06 no ano de 1926. Microfilme 213. Fotograma 240. SARQ – MI. RJ.

³⁰⁰ Relatório de uma expedição realizada na região do Xingu de dois protestantes norte-americanos com a assistência da inspetoria regional 06 no ano de 1926. Microfilme 213. Fotograma 240. SARQ – MI. RJ.

³⁰¹ Relatório de uma expedição realizada na região do Xingu de dois protestantes norte-americanos com a assistência da inspetoria regional 06 no ano de 1926. Microfilme 213. Fotograma 240. SARQ – MI. RJ.

³⁰² Relatório de uma expedição realizada na região do Xingu de dois protestantes norte-americanos com a assistência da inspetoria regional 06 no ano de 1926. Microfilme 213. Fotograma 240. SARQ – MI. RJ.

³⁰³ Relatório de uma expedição realizada na região do Xingu de dois protestantes norte-americanos com a assistência da inspetoria regional 06 no ano de 1926. Microfilme 213. Fotograma 240. SARQ – MI. RJ.

³⁰⁴ Relatório de uma expedição realizada na região do Xingu de dois protestantes norte-americanos com a assistência da inspetoria regional 06 no ano de 1926. Microfilme 213. Fotograma 241. SARQ – MI. RJ.

Em minha leitura, o Posto Simões Lopes era bem mais que um lugar para receber e/ou trocar brindes, apenas, com os funcionários do SPI. Ele era também o ponto de encontro que canalizava mobilidades de pessoas na região que vinham através das expedições exploratórias científicas e missionárias e que chegavam também por conta da abertura dessa espacialidade para atividades econômicas. Ao esmiuçar a documentação, principalmente quando se refere aos Bakairi, há uma grande quantidade de relatos dos trabalhos desses índios nas fazendas da região, nos dando a evidência da entrada das frentes de expansão com força, principalmente, através da extração da seringa. E, por meio dessas expedições, os brindes também eram certos de chegar, fazendo com que os vários grupos indígenas marcassem presença no posto. Pois, já era de praxe trocar presentes nas suas aldeias, na hora em que a expedição passasse, bem como, acompanhar a comitiva até o posto Simões Lopes, onde, certamente, ganhariam mais algum tipo de agrado.

No ano de 1928, passaram duas comitivas exploratórias pelo posto Simões Lopes em direção ao Alto Xingu, uma no início do mês de maio e outra nos primeiros dias de setembro³⁰⁵. Para pontuar as expedições de caráter científico, cito Lévi-Strauss (1976 [1942], p. 327) que menciona:

Desde as viagens de von den Steinen o Xingu tem sido visitado várias vezes por outros etnógrafos ou viajantes; assim Herrmann Meyer, Max Schmidt, Fawcett, Hintermann, Dyott, Petruzzo e recentemente Buell Quain.

No entanto, a leitura que faço é que a frequência de expedições, a presença do SPI na região e a chegada de nacionais para exploração extrativista e pecuária não significavam grande monta de objetos adquiridos por brindes. Cada índio ganhava um conjunto de coisas e normalmente, equivalente a uma unidade de cada (uma peça de roupa, um facão, um chapéu, um pedaço de fumo, um rolo de linha, um pente, um colar de miçanga, um machado, dois a três anzóis etc.).

Trazendo para o contexto do posto, no conjunto, isso era um montante significativo para o Serviço, mas não, para os índios enquanto indivíduo, grupo ou, ainda, grupos. A leitura que faço é de que os brindes passaram a fazer parte das relações de trocas

³⁰⁵ Notas para relatório do ano de 1928. Microfilme 216. Fotograma 0007. SARQ – MI. RJ.

intergrupais e intragrupos como um incremento, alguns como objetos de desejos, significando prestígio, produzindo distintividade, pelo fato de não fazerem parte do cotidiano das produções indígenas, ou ainda, por tomarem outras formas em suas mãos e, conseqüentemente, outros valores e significados, mas, não de maneira a uma substituição maciça de seus objetos pelos que eram doados pelos funcionários do SPI.

Vestindo o presente, vislumbrando o futuro.



Imagem SPI08171 – *Distribuição de roupas e brindes entre os índios que acompanharam a equipe do Serviço de Proteção aos Índios até o posto indígena.* Foerthmann, Heinz. 1944.

Entre os objetos doados, avalio que a roupa, como brinde, tinha uma distinção em relação aos outros presentes. Ainda tomando os relatórios do posto para a inspetoria, 1924 e 1928, percebemos que a roupa tinha o seu lugar de significativa importância na lista de brindes, bem como as ferramentas. No entanto, havia algo mais nesse objeto-brinde que merece comentário. Retomando a doação feita pelo Capitão Ramiro de Noronha, em 1928, o encarregado listou “roupas, vestidos, guias, colares, pentes, gaitas, lenços, chapéus etc.”. O que chama a atenção nesses itens é que junto às roupas, os outros objetos doados também são de uso corporal, no sentido de um investimento na aparência visual dos índios. No relatório do encarregado, em 1924, as roupas também aparecem como fundamentais, seja

para os índios domiciliados no posto, seja para os “xinguanos” que vinham até o posto. Somado a isso, há o pedido de panos e moldes para a confecção das roupas pelas mulheres Bakairi (os domiciliados) e roupas prontas para os “xinguanos”. Através dessa informação, o encarregado marca, mais uma vez, a diferença entre os Bakairi e os grupos do Xingu, demarcando o estágio evolutivo daqueles que conviviam nos limites do posto, que sabiam costurar e, por conseguinte, dominavam uma tecnologia importante que facilitava a vida, em contraponto com os xinguanos que andavam nus e precisavam de roupas prontas para vestir.

O relatório do encarregado dá continuidade e informa o número aproximado (...) *de índios que visitaram o posto no ano passado foram setenta e tanto, este ano penso que virá ainda maior número, tem que vestir todos e brindá-los ainda pedem com insistência roupas para levarem*³⁰⁶. Esse fragmento reforça a roupa como elemento indispensável no momento da doação e, mais, para o encarregado, a roupa era um bem a ser doado à parte dos demais brindes. Partindo desses relatos, a reflexão é de perceber a roupa como o presente que exteriorizava o aceite da relação dos índios com a sociedade nacional.

Tomando o trecho, a partir do pedido dos índios, para levarem outras peças de roupas, além das que levavam vestidos, é perceptível que a roupa passou a ter um valor para os índios, sendo incorporada na rota das relações de troca com outros grupos ou mesmo, no seu próprio grupo. O fato de pedirem roupas pra levar, indica que através desse brinde, outras relações poderiam acontecer em outro momento, fora do “palco de encontro” do posto, assumindo diversas formas de relações. Entre elas, as relações de reciprocidade dentro do próprio grupo, ou ainda, de fortalecer suas relações de parentesco, inclusive, para com sua (ou suas) mulher (es), seus filhos, os filhos do seu irmão etc. Nesse caso, podemos pensar que a roupa ganhou uma necessidade coletiva, como diria (Godelier, 1981, p. 141). Ou ainda, dentro dessas redes de relações, a roupa poderia ter referências simbólicas de apropriação do homem “branco”, de predação e tornar-se o outro, ou ainda, de vestir a “pele” do outro, de personificação, de representação e incorporação situacionais. Tendo como base a documentação escrita e imagética do SPI, mesmo com o olhar mais atento aos

³⁰⁶ Pedido de brindes à inspetoria aos índios do Xingu no ano de 1924. Relatório do posto Simões Lopes. Microfilme 213. Fotograma 242. SARQ – MI. RJ.

indícios e sinais, não é possível aprofundar a noção de “roupa” para os povos indígenas em questão, a não ser, intuir possibilidades de vários sentidos polissêmicos de maneira genérica.

Porém, tomando a perspectiva do funcionário do SPI, é possível afirmar significados no campo simbólico para a roupa, além do sentido do uso. Desse ponto de vista é possível caminhar com mais vagar. A interpretação permeia uma dose de moralidade, que não era, necessariamente, cristã e, sim de princípios positivistas em conformidade com o nacionalismo exacerbado da época. Vestir a roupa significava o enquadramento dos índios na tão sonhada civilização através de uma pátria acolhedora. Alfredo Bosi ao discorrer sobre “o positivismo no Brasil” afirma como deveria ser a ação pública a partir dessa corrente de pensamento

(...) convergir para a integração ordeira dos indivíduos no regime republicano. As classes sociais, harmonizadas no sistema superorgânico, praticariam a solidariedade, versão leiga do amor fraterno cristão. Altruísmo é termo cunhado por Augusto Comte por volta de 1830 (Bosi, 2004, p. 18).

A roupa atuava como representação em várias frentes dessa ação pública positivista através da política indigenista. Uma delas, como símbolo da integração ordeira, de tamanha organização a ponto de estar impressa principalmente nas ações de incentivo ao trabalho e à educação, sendo que nessas duas situações, essa organização era visível através das roupas, chapéus e ferramentas nas mãos dos índios e dos uniformes escolares. Outra frente era via a prática solidária, como bem coloca Bosi, a versão leiga do amor fraterno cristão, de vestir o corpo nu, revelando, nessa base, os valores altruístas, da assistência, com forte conotação de proteção. Como a roupa tinha o poder de dar a visibilidade das intenções, tomamos mais duas imagens para corroborar os comentários.



Imagem SPI08170 – *Distribuição de roupas e brindes entre os índios que acompanharam a equipe do Serviço de Proteção aos Índios até o posto indígena.* Foerthmann, Heinz. 1944.

As imagens (SPI08171, mais acima e, SPI08170) revelam mais uma doação de brindes no espaço do posto Simões Lopes. Este evento foi capitaneado pela equipe da Seção de Estudos que retornou ao Xingu em 1944. Desta vez, com interesses científicos para coleta de imagens fotográfica e fílmica e captação de som. Através da legenda: *distribuição de roupas e brindes entre os índios que acompanharam a equipe do Serviço de Proteção aos Índios até o posto indígena* é possível pontuar, mais uma vez, a roupa como um item a mais, além dos outros brindes. A mesa disposta no pátio, em frente à sede do posto, empilhada de roupas: calças de brim e camisa de riscado para todos os membros, do sexo masculino, indistintamente. Para as poucas mulheres, vestidos com estampa xadrez. O evento não tinha a mesma importância, de intenção cívica e com a presença dos Bakairi domiciliados, como o que fora organizado pelo inspetor Álvaro Duarte, em 1943. Desta vez, Heinz Foerthmann juntamente com Nilo Vellozo, o coordenador da expedição científica da Seção de Estudos, serve-se da fotografia, de forma mais pragmática, no entanto, não sem pretensões organizativas de produção do cenário. O que estava em pauta era vestir os “índios do Xingu” que os acompanharam até o posto. O evento tinha características mais simples da reunião do grupo de “índios xinguanos” ao redor da mesa de brindes. Mais ao fundo, ao lado da sede do posto, uma barraca de acampamento armada e, em frente, um mastro improvisado com a bandeira nacional. Um dos membros da equipe, com seu uniforme de cor cáqui e chapéu “safári” faz a entrega de mais uma peça de roupa.

Arrisco afirmar que a equipe tinha o intento de construir um ambiente expedicionário e científico e, ainda mais, tinha como instrução documentar a entrega de brindes como sendo uma ação da política indigenista do SPI junto aos povos indígenas em fase de atração.

Em termos de visibilidade, a roupa era o brinde que mais dava conta de demonstrar a intenção do gesto, afinal, ela poderia ser usada, no momento da doação, materializando a relação sendo construída. Isso é possível perceber nas imagens (SPI08173 e SPI08175), logo mais abaixo. Através dessas fotografias, as roupas iguais conectam de forma imediata à homogeneização e à produção do corpo obediente, dócil. Olhar para elas é como ler os documentos sobre encomendas das roupas relatadas em forma de notas e orçamentos – roupas sem a variação de modelo, cor ou tamanho. Olhando para as camisas de riscado e as calças de brim não dá apenas para pensar na padronização apenas como uma atitude pragmática.

A hipótese é da intenção de marcar, uniformizar e higienizar esses corpos. O uso da roupa padronizada, ela própria, constituía-se numa disciplina do corpo, produtora de assujeitamento, pois, havia a intenção, por parte dos funcionários, dessas roupas serem usadas, no ambiente do posto, lugar de submissão, seja na hora do hino nacional, seja numa relação de troca por horas de trabalho na lavoura. Fernando de Tacca (2001, p. 75) analisa a padronização da roupa à construção do “índio genérico”, igualando os índios de várias etnias que acompanhavam a expedição da Comissão Rondon no Rio Ronuro/Xingu, de 1924.



Imagem SPI08173 – *Distribuição de roupas e brindes entre os índios que acompanharam a equipe do Serviço de Proteção aos Índios até o posto indígena.* Foerthmann, Heinz. 1944.

Imagem SPI08175 – *Distribuição de roupas e brindes entre os índios que acompanharam a equipe do Serviço de Proteção aos Índios até o posto indígena.* Foerthmann, Heinz. 1944.

Ainda olhando para essas fotografias, o exercício será de deslocar o olhar para as crianças vestindo-se e vestidos. A constatação é que a roupa não serve. Umas calças são curtas, outras frouxas. A mesma situação se passa com as camisas de riscado. Um documento de 1913 faz a especificação do pedido de roupas para os índios: *Calças de riscado no total de 267; Camisas de riscado no total de 163*³⁰⁷. Nas imagens, de 1943, no posto Simões Lopes, as camisas são do mesmo modelo – de riscado. Nessas imagens de 1944 constata-se que o modelo se repete. Todo o lote com tamanhos e cores padronizados. Se olharmos para a roupa do funcionário, este possui numeração adequada ao tamanho do corpo. Esse detalhe, em comparação aos índios vestidos, faz-me afirmar que a intenção dos funcionários em moldar os gestos através da roupa, ou ainda, fazer da roupa o molde da “civilização” não se encaixa, pois, a roupa não serve.

Claro, que o ato de vestir não transformava de fato o índio em “civilizado”, mas, o objeto/roupa tinha a capacidade de dar visibilidade à metamorfose que eles (funcionários do

³⁰⁷ Relatório da carga do material, gêneros, utensílios e animais do Posto Fraternidade Indígena em outubro de 1913. Microfilme 200. Fotograma 571. SARQ – MI. RJ.

SPI) acreditavam que estava por vir. É como se no ato de vestir os índios, ficasse explícita a aceitação de incorporação ao processo de assimilação e civilização. Mais do que outros objetos, a roupa tinha a capacidade de o objeto corporificar a pessoa, é como se através dela, os índios pudessem de fato se transformar, mesmo que essa transformação fosse uma projeção para o futuro.

Mas, para o SPI, a doação de roupas tinha seus limites enquanto ação estratégica, pelo menos, em termos orçamentários. Esse poder de visibilidade custava muito aos cofres públicos e, na verdade, ia de encontro a outros princípios da ação indigenista, podendo resultar em danos para a catequese leiga do Serviço. Em 1941, o Ministério da Agricultura publicou uma circular direcionada aos postos indígenas com o objetivo de racionalizar a doação de roupas e alimentos.

(...) se verificou que alguns encarregados de Postos, dão extensão demasiada a dispositivos regulamentares de assistência aos índios, inconveniente à Educação dos próprios índios e incompatível pela verba do SPI, dado o vulto de despesas que acarreta, é indispensável esclarecer o seguinte: A assistência ao índio em assunto de alimentação e vestuário não consiste em reuni-los todos em determinado lugar, fornecer-lhes indistintamente e por todo o tempo, alimento e roupa. Esse procedimento apresenta os inconvenientes: o índio perde a atividade e não adquire a noção, normal e indispensável, de trabalho e comércio; incorporar-se à sociedade brasileira com a mentalidade de parasita e mendigo, como se vê frequentemente. Não há verba que chegue para alimentar e vestir a todos os índios do Brasil, à custa do SPI. Criada entre os índios a noção de que o SPI tem a obrigação de sustentá-los, por todo o tempo, seja qual for o seu estado de saúde e a sua idade, sobreviverá o descontentamento, a mesmo a revolta, quando o sustento faltar, como é fatal que aconteça, porque nunca este serviço disporá de verba que baste a tão custosa e contraproducente assistência³⁰⁸.

A instrução era clara, a doação de brindes fora dos propósitos iniciais da atração era bastante custosa e contraproducente. Tomando os “povos do Xingu”, a documentação revela que esse ato da doação de brindes com o objetivo da atração tinha fugido ao controle há muitos anos. A atração “pacífica” teve início em 1920, isso se considerarmos a instalação do Posto Simões Lopes. Antes disso, há referências de funcionários do SPI na região desde 1914³⁰⁹. Essa instrução era de 1941, portanto, estamos trabalhando com um período, de no mínimo, vinte e três anos de contato e relações, somente com os

³⁰⁸ Instruções sobre alimento e roupa, 1941. Circular nº 19 do Ministério da Agricultura. Microfilme 209. Fotograma 000979. SARQ – MI. RJ.

³⁰⁹ Microfilme 218. Fotogramas 435, 436 e 441. SARQ – MI. RJ.

funcionários do Serviço, sem mencionarmos as relações desses grupos com outros segmentos da sociedade nacional antes e durante o período de contato via SPI.

E nesse ínterim, o máximo que o SPI conseguiu estabelecer com os povos dessa região foi ampliar para outras relações baseadas na troca e/ou no comércio, concomitante com as doações de brindes. Mas, os brindes sempre estiveram na base das relações entre o encarregado/posto e os índios, inclusive, com os Bakairi que passaram a morar nas imediações da sede do posto. Somando-se a isso, encontrei, pelo menos, três relatos de encarregados de diferentes postos indígenas, em que eles expunham, em diferentes fases da atração, a sua compreensão do que se passava em relação aos brindes e aos indígenas, assinalando sua argúcia em “deixar” os índios pensarem que tinham o controle da situação. Partindo desses fatos, tendo a questionar se os funcionários não ficaram reféns da estratégia de doação de brindes, em alguns momentos. Até que ponto os funcionários tinham o controle da situação?

Mais brindes, mais relações.



Imagem SPI02760 – *Distribuição de caramelos a crianças Bakairi*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Através dessa imagem (SPI02760), darei continuidade ao exercício de procurar nas fraturas as possibilidades de interpretações que os elementos, que estão dentro do campo visual e os que estão ausentes, evocam. A cena revela os últimos momentos do evento organizado pelo Delegado Regional do Ministério do Trabalho, Álvaro Duarte, no Posto Simões Lopes, em 1943. No enquadramento de Foerthmann, as crianças Bakairi (os estudantes) recebendo caramelos. Talvez, esta imagem seja a chave para responder o porquê os homens Bakairi não compareceram ao evento, nos indicando a desconformidade com a situação. O grupo domiciliado, considerado “civilizado”, não foi contemplado com brindes, exceto as crianças que ganharam caramelos em troca da participação na solenidade. A hipótese é de que elas foram convocadas a compor o cenário, bem como as suas mães, tendo o dever de comparecimento como atividade escolar para o hasteamento da bandeira e depois foram recompensadas. A fotografia, além de, evidenciar que a não contemplação de brindes aos Bakairi pode ter gerado descontentamento a ponto dos homens Bakairi não comparecerem, evoca ainda uma reflexão sobre as relações de poder que estavam impressas nos atos de doar brindes e de trocar bens através dos funcionários do SPI.

A cena, particularmente, composta pelos elementos (crianças e doces), parece

indicar o entendimento, a compreensão do SPI para com seus tutelados, de uma ação pautada pela proteção da inocência. No entanto, para além dessas vibrações de representação do investimento da docilidade nas relações, esses elementos me fazem enxergar uma realidade social que diz efetivamente mais. E ainda, que diz respeito à realidade social que engloba aqueles que organizaram e planejaram a distribuição de doces para as crianças e, conseqüentemente, diz também sobre aquele que selecionou esse enquadramento. Esses elementos (crianças e doces) remetem à analogia que esses agentes faziam dos índios, isto é, vendo-os como crianças, justificando assim toda a política de tutela. Na documentação do SPI é bastante recorrente a construção de indianidade em que estava presente o paralelo entre pensamento primitivo e pensamento infantil. Concepção que não nasceu com o SPI e os positivistas, e sim, mais uma vez, remonta aos tempos coloniais, de herança jesuítica, que por sua vez, foi replicada com forte influência na pedagogia capuchinha (Amoroso, 1998, p. 104) e assim foi até chegar e passar pelo Serviço. Além da autora, Lévi-Strauss também identificou em capítulo intitulado “ilusão arcaica”, no livro “As estruturas elementares do parentesco” que

o problema das relações entre pensamento primitivo e pensamento infantil não é, com efeito, novo. Foi estabelecido em termos quase imutáveis, por autores tão afastados sobre outros aspectos quanto os psicanalistas e alguns psicólogos como Blondel e Piaget (Lévi-Strauss, 1982, p. 126).

Partindo ainda dos elementos (crianças e doces) e centrando especificamente no brinde (caramelo), retomo Marta Amoroso (2002) em outro artigo no qual discute o programa civilizatório implementado pelos missionários junto às populações indígenas no período imperial observando:

(...) os mecanismos de sedução que a missão cristã lançou mão para atrair e manter aproximados os índios dos aldeamentos no século passado. O programa civilizatório cumpria-se por etapas. Iniciava-se com fartas roças, plantadas para servirem de brindes, distribuía-se sal, açúcar e rapadura, aguardente e cigarros. Os mecanismos da civilização cristã visavam a mudança de hábitos da população indígena e processavam-se por meio do paladar (Amoroso, 2002)³¹⁰.

Ao percorrer a documentação do SPI é visível no programa de atração, muitas ações semelhantes ao método capuchinho. Entre os brindes comestíveis: o sal, a gordura, o

³¹⁰ Texto cedido pela autora quando ainda estava no prelo. 2002.

açúcar, a rapadura, as bolachas e os caramelos faziam parte do repertório gustativo dos povos em interação com os funcionários via postos indígenas. Em se tratando de roças, vários produtos eram, inclusive, cultivados pelos próprios grupos indígenas, que já vinham de uma cultura de lavoura, apenas intensificada pelos agentes no decorrer dos anos, com a introdução de outros cultivos de hábitos ocidentais como o arroz, a cana de açúcar, o feijão e algumas árvores frutíferas. Entre outros significados inculcados com respeito ao paladar, está a analogia da brandura, amansamento e obediência com os doces, bolacha, rapadura etc., doados em forma de agrados, tendo como foco, principalmente, as relações com as crianças.

Passo então, a acrescentar nessa reflexão, a interação, através do brinde, entre os índios, no caso, as crianças Bakairi e o funcionário do SPI, representando a sociedade nacional. Nesse esquema relacional, penso na palavra intervenção, pois, a relação se dá de maneira assimétrica, em que o funcionário se coloca na postura do adulto “experiente” em relação à criança “inexperiente”. A leitura é de relação de poder e de controle, onde o adulto experiente amansa, controla e protege o índio/criança, seu tutelado.

Vale ressaltar que os Bakairi tinham nesse contexto o status de “índios civilizados”, no entanto, também temos que considerar que a crença na evolução dos povos indígenas, por parte dos agentes do SPI, tinha limites. Para os mentores da política indigenista, na melhor das hipóteses, um grupo indígena integrado, assimilado à sociedade nacional, poderia se assemelhar, no máximo, à população rural, sob a denominação de “caboclo”. Ainda assim, esse “grau máximo de evolução” só seria atingido, de fato, quando o grupo se misturasse com a população rural a ponto de não encontrar mais vestígios indígenas (hábitos, fenótipo etc.), o que não era o caso dos Bakairi e nem de muitos grupos indígenas, principalmente, dos que estavam localizados na região oeste do país. Logo, o discurso de “índio civilizado” estava pautado, mais como retórica, de construção de uma imagem para fora, em contextos pontuais, como esse, de participação em um evento do posto Simões Lopes. No entanto, quando faço esta análise não quero dizer que esses funcionários não acreditavam no projeto de civilização e transformação no qual eles trabalhavam e que estava em curso. A leitura é de que eles enxergavam a atuação dos Bakairi através das roupas, da inserção na escola e no trabalho dentro e fora do posto como elementos que

colocavam esse grupo domiciliado na condição de “civilizado”, porém, com restrições, afinal, ainda eram índios.

Identifico ainda nesse esquema relacional, outras interações de diversas esferas. Mudando a perspectiva a partir dos Bakairi, mesmo que estes estivessem descontentes por não terem sido incluídos para ganhar os outros brindes, estar presente no evento, por meio das mulheres e crianças, implicava marcar a postura distintiva de “civilizados” frente aos xinguanos e, mesmo, frente aos próprios agentes do Serviço. Tenho a leitura que as atuações dos Bakairi de inserção no mundo dos brancos através do trabalho dentro e fora do posto, da apropriação da roupa (que não era a padronizada “camisa de riscado”), a inclusão de número significativo de crianças na escola, o próprio fato de alguns dos adultos saberem escrever, além dos chefes, me induz a uma leitura de apropriação, em que essa “transformação”, mesmo que performática, mesmo que para fora, também, tinha fortes características de domínio do mundo dos brancos, conferindo-lhes, frente aos outros povos e ao próprio SPI, poder e distinção.

Olhando para essa imagem, bem como retomando as outras, em que as relações aparecem mediadas pelos brindes, seja em forma de roupa, facão, chapéu, linha ou ainda caramelo, tendo a pensar nesses objetos e no valor que eles adquiriram frente aos povos indígenas e também o valor que os agentes do Serviço davam para esses objetos. No entanto, essa reflexão não pode ser feita a partir da relação entre o sujeito e o objeto, sendo o sujeito o início e o objeto como fim. Desde que começamos o exercício de olhar e pensar sobre, enxergamos o brinde, ou ainda, o objeto doado, trocado ou negociado, como elo, ou ainda, motivador para, a partir dele, pensar a relação com o outro, isto é, o brinde como “sutura” que possibilitava a relação entre os grupos indígenas e os agentes do SPI. Para esclarecer esse entendimento, do brinde como ponto de sutura e de permitir relações, tomo Lévi-Strauss (1982), a partir das observações de Susan Isaacs, que afirma que

o desejo de possuir não é um instinto e jamais se funda (ou só muito raramente) numa relação objetiva entre o sujeito e o objeto. O que dá ao objeto seu valor é a "relação com o outro". (...). O desejo de possuir, portanto, é, antes de tudo, uma resposta social (Lévi-Strauss, 1982, p. 124 – 125).

Partindo desse fragmento e concordando com ele, a análise que faço, não é necessariamente, de refletir sobre o valor dos objetos em si para cada uma das partes, sejam

os vários grupos indígenas de um lado, sejam os funcionários e segmentos da sociedade nacional, do outro lado. Mas, interessa captar esse valor na relação, fazendo dele (objeto, brinde, coisa, artefato) o ponto de sutura, que permite enxergar o valor das coisas a partir da relação que os grupos indígenas queriam ter com os funcionários do Serviço e, vice-versa. Pois, como bem coloca o antropólogo francês e enfatizo, o valor do objeto está na relação com o outro (Lévi-Strauss, 1982, p. 125).

Através da documentação, é possível perceber o discurso do SPI e a intenção de fazer constar na lista de brindes, objetos que tivessem a noção de utilidade e de facilitadores do cotidiano, e também, de senso estético, de investimento na aparência dos corpos, de sentido disciplinador dos gestos. Aliada a esses objetos, a narrativa está impregnada de objetivos assistenciais, de moldamento dos corpos, da disciplina dos gestos e do convencimento para as relações de amizade. Porém, percebo que essa estrutura narrativa possui outras inflexões. Com o objetivo de, no mínimo, dar visibilidade às “relações com o outro” a partir dos brindes e das trocas, entendendo este “outro”, ora, Bakairi, Aueti, Bororo etc., ora funcionários do SPI, passo de forma mais detida aos relatos.

Para termos uma ideia do que significavam os brindes dentro do projeto civilizador do Serviço de Proteção aos Índios, trago um documento de 1914 que afirma que a falta de brindes colocaria em risco, “de fato destruiria, a base fundamental em que se assentava todo o serviço de pacificação³¹¹”.

A falta, portanto, de manutenção e brindes aos índios seria a completa destruição do serviço, que assim não poderia subsistir, faltando-lhe a base fundamental em que assenta, e que é a assistência ao índio bravo, que sem esse amparo, não terá outro recurso senão à volta à sua primitiva selvageria e aos assaltos a que se verá forçado para prover às necessidades da sua mísera manutenção. Cumpre ainda considerar que ficaríamos sem meios nem sequer para chamar esses mesmos índios ao nosso convívio, pois é com promessas de alimentação, vestuário e ferramentas, amparo material, enfim, único móvel capaz de influir no seu ânimo rude e primitivo, que conseguimos com ingente dificuldade resolvê-los a aceitar a nossa amizade, vencendo a muito custo a sua natural desconfiança. A prova mais evidente, senão a única, que lhes podemos dar das nossas intenções amistosas é a oferta de alimentação, vestuário e ferramentas, sem o que, absolutamente não acreditam no que se lhes diz prometer³¹².

Acompanhando um documento de 1924, podemos dizer que os bens que faziam

³¹¹ Documento do SPI de 1914. Microfilme 380. Fotograma 00001231. SARQ – MI. RJ.

³¹² Documento do SPI de 1914. Microfilme 380. Fotograma 00001231. SARQ – MI. RJ.

parte da lista de brindes e a ação de doá-los tomaram proporções cujo significado nem mesmo os funcionários conseguiram mensurar, a ponto de, em certa ocasião se verem em apuros, caso não tivessem os presentes para doar.

Em 1924, tenho notícia por estes que vieram. A ferramenta que vieram já dispus de tudo, com eles deixei somente alguns machados e foices para nossos serviços e estes mesmos que os Bachairys ocupam porque poucos é que tem ferramentas. Pano para roupa também já acabou distribui aos Bachairys que estavam com falta e os índios que vem do Xingu fazem questão pela roupa e ferramenta especialmente. Peço vos mandar mais pano e ferramenta porque se não vou ficar em apuro com eles³¹³.

O trecho serve para refletir sobre a inversão das relações de poder, a partir do ato de doar os brindes, os funcionários se colocavam na posição de controle da situação no momento de estabelecer as relações com cada grupo, pois, eles eram os que tinham e dispunham os brindes. No entanto, o que esse e outros documentos apontam é que na medida em que os grupos passavam a se relacionar com os funcionários por meio dos brindes, as relações de convivência, de horas ou dias, passavam necessariamente pela disponibilização desses brindes. Sem eles, as relações não eram tão amistosas e o controle da situação “trocava de mãos”, a ponto do encarregado se “ver em apuros”.

A partir do momento que a rota dos brindes foi aberta através do posto criaram-se dívidas, que na posição dos funcionários, precisava durar maior tempo possível. Do ponto de vista dos índios, os contradons precisavam ser equivalentes e o tempo do contrato, do compromisso gerado pelo dom tinha a lógica de durar o menor tempo possível, por exemplo, os brindes por um período de trabalho na roça do posto. Para ter ideia desse tempo, relato trecho de uma carta do encarregado Hildefonso Rodrigues Benevides ao inspetor de Mato Grosso sobre como se dava essa troca de brindes por trabalho.

Chegou a este posto uma turma de 16 índios, da tribo Trumai, ao chegar fiz vestir todos, inclusive, mulheres e crianças. Depois do respectivo descanso, convidei todos a irem na roça, o qual foram e prestaram relevantes serviços a saber: plantio do segundo quartel de arroz, limpeza de um terreno para um mandiocal numa área de 120m/100 de largura, fizeram também limpeza num quartel de arroz, de sorte que fiquei satisfeito com serviços dos índios e em recompensa fiz presente de um machado a cada um (apesar de ser muito ordinário os ditos machados dinamarqueses) e alguns preferindo foices³¹⁴.

³¹³ Carta no formato de relatório do posto Simões Lopes de 1924. Microfilme 213. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

³¹⁴ Carta do encarregado Hildefonso Benevides ao inspetor de Mato Grosso. Microfilme 213. Fotograma 453. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

Com o decorrer do tempo, os grupos passaram a escolher quais produtos queriam receber e passaram também a escolher o tempo de recebê-los, como vimos em relatos anteriores. Isso pode nos indicar uma tentativa de demonstrar que o controle das relações estabelecidas não estava sempre com o encarregado. O que passamos a ver tanto em relação aos Bakairi (que estavam morando no posto e por isso, em tese, não deveriam estar mais recebendo brindes) quanto aos “grupos do Xingu”, foi que através de pequenas manobras, os índios acabaram, em algumas situações, invertendo o controle. O prazo, por exemplo, de doação de brindes com a intenção de estabelecer contato e convidá-los a morar no posto, estava bem alargado se tomarmos o princípio de que os brindes serviriam apenas para o começo das relações. Em outro fragmento da documentação, o chefe de um grupo indígena “xinguano”, José Bonifácio, manda o recado

(...) Por estes mesmos índios que vieram, o Capm. José Bonifácio me enviou a relação dos índios e avisou-me para preparar roupas que vem todos nus, como não temos mais roupas vou comprar no Laranjal, podendo fazer o pagamento com gêneros sem prejudicar as nossas despesas enviando-lhe a nota caso VS. não ache acertado queira avisar-me algo a respeito³¹⁵.

O dado a ressaltar está no aviso de como os índios iriam chegar ao posto, nos fazendo pensar em um modo de atuar frente ao encarregado, de como deveriam agir, ou melhor, como deveriam chegar, isto é, nus, para ganhar o que desejavam, ou ainda, para ganhar o que eles sabiam que estava certo que iam ganhar – roupas. Ao que parece por esse trecho, a ação dos grupos indígenas foi sendo aperfeiçoada após várias visitas ao posto.

Porém, mesmo parecendo que havia um entendimento dos índios de como se comportarem para o momento dos brindes, ainda assim, analiso que essa ação não compreendia uma estratégia orquestrada, por parte dos grupos, no sentido de um planejamento. No entanto, já sabiam quais eram os tipos de brindes que faziam parte da lista do Serviço e como deveriam se portar para ganhar o que queriam – chegarem nus para ganhar roupas, irem ao trabalho na lavoura para ganhar ferramentas. A sugestão que faço sobre os grupos indígenas em relação a esse momento da doação é de uma ação tática nos termos de Michel de Certeau, em que o tempo presente ou, no máximo, o futuro imediato é

³¹⁵ Carta no formato de relatório do posto Simões Lopes de 1924. Microfilme 213. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ. (Grifo nosso).

o tempo da operação:

A tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem que constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião” (Certeau, 1994, p. 47).

Já, no caso da ação do SPI, me referindo à prática de doação de brindes, é possível afirmar nos termos de uma estratégia, com a clara intenção de estabelecer contato, de atrair para espaço do posto e de criar a necessidade, a dependência dos grupos indígenas pelos objetos do mundo dos “brancos”. No entanto, como estratégia, o Serviço esquematizou apenas a duração do tempo de fornecimento dos brindes e isso ligado ao período da atração para o ambiente do posto, isto é, tempo e contexto definidos. Com a distribuição de brindes, a convivência passou a ter frequência no ambiente do posto. A estratégia previa que ao longo dessa proximidade, outros estágios de relações iam se estabelecendo e, estes também passavam pela mediação de objetos, de forma gradual, passando de doação para trocas “equivalentes”, até chegarem a sistemas de trabalhos com remuneração. O programa de atração, aos olhos dos funcionários e diretores do Serviço, parecia bem amarrado, pelo menos, nos discursos e relatórios. No entanto, na prática não era tão simples assim. Os encarregados e inspetores regionais passaram a adequar essa proposta pensada para todos os grupos indígenas considerando os diferentes contextos situacionais do contato e ainda os diferentes contextos locais e, mais, a especificidade de cada grupo indígena.

O que mais chegava aos postos eram os produtos solicitados pelos encarregados para a manutenção dos serviços em geral. Entre esses produtos, estavam os que compunham a lista de brindes, que em uma situação de escassez, mesmo que em algumas épocas, em menos quantidade, eram imprescindíveis. A designação nominal dada à lista era de mais de uma forma, podendo ser: “lista de brindes para o Posto Simões Lopes”, por exemplo; “lista de pedidos dos índios”; ou ainda, “brindes para ofertar aos índios” etc. A discriminação era sempre detalhada, aparecendo o nome do produto e a quantidade, ou ainda, a lista continha o nome, o objeto e a quantidade. Após ler muitas dessas listas,

percebe-se que mesmo que os pedidos dos índios constassem apenas de produtos pagos por eles, normalmente, por período de trabalho nas lavouras ou pecuária, os objetos eram considerados como brindes, no sentido da troca de produtos por trabalho no posto. Trago como exemplo a lista abaixo, feita pelo encarregado da Povoação São Lourenço, em 1914.

Para distribuição aos índios do trabalho:
09 facões Collins, 9 chapéus de palhas, 1 linhada para pesca, 1 pente, 1 carretel de linha, agulhas para costura, 1000 anzóis para pesca, 10 quilos de arame fino para pesca, 100 caixas de novelo de linha vermelha, 5 dúzias de linha grossa para pesca, 10 dúzias de pentes para alisar, 6 redes cearenses, 6 ½ dúzias de facões Collins nº 62, 1 ½ facões Collins nº 60, 100 chapéus de palha, 1 grossa de botões para camisa, 3 caixas de agulhas para costura³¹⁶.

Em outro caso narrado pelo auxiliar do posto Simões Lopes, Hildefonso Rodrigues Benevides, um grupo Waurá (Waûra) leva seus artefatos como bens, em formato de presentes para estabelecer troca com o encarregado do posto. Em seguida, Hildefonso ainda relata uma negociação de mercadorias dos Bakairi que moravam no posto, detalhando como modo de pagamento, a troca.

Chegaram a este posto uma turma de índios da tribo Waûra, chefiado pelo Capim. Tanaple, a qual fizeram diversos presentes a saber: 3 arcos, 12 flechas, 5 panelas (um) 1 saco de mala, 3 esteira de espremer massa de mandioca, cujo foram retribuídos pelo Posto. Além destes vai duas redes de traia comprada dos índios domiciliados, porém um acha-se pago e outro a espera de mercadorias. Posto Bachairys em 22 de janeiro, de 1924³¹⁷.

Nesse trecho vale apontar esse movimento feito pelo grupo Waurá em direção aos agentes levando os arcos, as flechas, panelas e algo mais de artefatos. Esse tipo de atitude, ao longo da documentação, aparece como um ponto positivo da estratégia, no qual o ato significava dizer que o grupo estava seduzido pelos objetos industrializados, fazendo qualquer coisa para obtê-los. Em nenhum momento, a ação era entendida com pretensão de estabelecer relações com o outro, que é de fora, que é estrangeiro. O ato sempre foi entendido dentro de um esquema relacional de poder, e da marcação da superioridade dos brancos com seus objetos industrializados em relação à inferioridade dos índios e seus objetos primitivos, chegando ao máximo, a serem exóticos, na melhor das compreensões.

³¹⁶ Microfilme 209. Fotograma 679. SARQ – MI. RJ.

³¹⁷ Relato de Hildefonso Benevides, em janeiro de 1924. Microfilme 213. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

Em relatório de 1922, o encarregado João de Souza Neves solicita ao inspetor em exercício.

(...) P.S.: Preciso de dinheiro para despesas miúdas. Vão, em um fardinho, duas redes de Inahuquas e uma com punho de sua encomenda. Outro fardo, duas redes para o Nacim, empregado ai. Um fardo com três redes para os Cap. Noronha e 2 ao Sr. Gomes. Todas para serem pagas ao senhor³¹⁸.

O trecho mostra que havia encomendas de artefatos, como redes produzidas pelos grupos do Xingu, incluindo também os Bakairi, que foram negociados como mercadorias em uma relação estritamente comercial. Neste caso, em especial, temos que considerar o funcionário auxiliar do posto como mediador e por isso, outras hipóteses de histórias são possíveis. Essas redes, mencionadas no documento, podem ser fruto de trocas estabelecidas com o funcionário, no posto. E, este, por sua vez, em outro momento, negociava esses artefatos como mercadoria, abrindo assim, uma rota comercial para fora do posto, a partir dos objetos trocados com os grupos. Outra hipótese é do auxiliar prestar o papel de mediador da negociação e depois fazer o pagamento através de mercadorias solicitadas pelos índios ou ainda fazer o pagamento em espécie para eles, o que era menos provável. No entanto, também poderia acontecer. Em documento expedido pelo inspetor Antonio Estigarríbia, que sabia das transações de vendas feitas por Hildefonso, há uma indicação de que o auxiliar vendia os artefatos para repassar o pagamento aos índios, no entanto, o valor final, não necessariamente, era o valor real que de fato foram comercializados.

Pegue com o Sr. Capitão Vasconcellos a quantia de 100\$000 proveniente de algumas vendas feitas ao Dr. Hildefonso afim de pagar artefatos de índios, este dispêndio é para ser trocado em miúdo afim de educar os alunos da escola tanto na contabilidade como no conhecimento da nossa moeda a saber: níquel de \$ 100, \$200, \$400, prata de \$ 500, 1\$000, 2\$000, moeda papel 1\$000, 2\$000, 5\$000 10\$000³¹⁹.

O fragmento dá a entender que parte do dinheiro foi utilizada como “material didático” na escola com a intenção de ensinar os alunos no ensino de matemática.

³¹⁸ Microfilme 213. Fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

³¹⁹ Telegrama do inspetor Antonio Estigarríbia com instruções para funcionários do posto Bakairi. Microfilme 213. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

Economia do Dom ou da exploração?

O Serviço conseguiu estabelecer relações de trocas de bens com praticamente todos os “grupos do Xingu” e em todos os postos aqui em questão. Aos poucos, a troca de objetos por trabalho foi ficando frequente e em algumas situações o funcionário nem utilizava a denominação de brindes e sim de pedidos para estabelecer o pagamento dos trabalhos efetuados.

O pedido dos índios é muito grande, porém é preciso fazer sempre a gosto deles por isso tenho o trabalho de sentar o dia inteiro e escrever o que eles pedem, agora essas índias que manda pedir esses artigos são muito trabalhadeiras, até tem a índia Thereza, esta é uma boa taxeira, sustenta a safra inteira e sempre alegre, peço vos atender ao pedido dela. Assim também peço vos atender o meu pedido principalmente com as chitas para fazer pagamento índias que sacaram arroz para atender a tropa daqui e do posto Cajabis, assim também, o pedido do índio Pires, que mandou pedir³²⁰.

Uma observação a fazer sobre esse documento está na referência “pedido dos índios”, “essas índias que manda pedir esses artigos”. Parece haver uma ambiguidade – em pedir e mandar – o primeiro termo dando uma correlação de súplica por tais objetos na forma de presentes e, o segundo termo confere certa autoridade para as índias, pela força imperativa que tem a palavra “mandar”. Junto a isso, o encarregado ainda se coloca em uma postura subserviente, no sentido de que “era preciso fazer sempre o gosto deles”. Esses elementos me fizeram percorrer com mais vagar a documentação, com a intenção de encontrar o motivo de tal subserviência do encarregado e a voz imperativa nos pedidos dos índios. A situação estava assim configurada, Lício Cândido da Cruz estava exercendo a função de encarregado interino há pouco tempo, no quadro de funcionários do SPI, exercia a função de escrivão, logo, não possuía a experiência de trabalho no posto, em que a interação com os grupos indígenas era intensa. O encarregado anterior tinha sido demitido depois da apuração de várias denúncias de corrupção e por ter ameaçado atirar nos Bakairi, em um episódio. Depois desse fato, os Bakairi estavam fortalecidos politicamente e Lício Cândido necessitava “ser estimado e respeitado pelos índios, de modo a ter a força moral

³²⁰ Carta do encarregado Hildefonso à inspetoria regional 06. Microfilme 213. Fotograma 478. SARQ – MI. RJ.

para evitar que cometam distúrbios e desordens no posto”. O conselho foi dado pelo inspetor Antonio Estigarríbia, em resposta aos pedidos de Lício e alguns relatos de irregularidades com outros trabalhadores nacionais em Simões Lopes. Pela resposta do inspetor, o encarregado estava tentando ganhar a estima do grupo. A leitura então é de inexperiência do encarregado e, por isso, política, no sentido da ação servir como uma forma de aproximação dos índios domiciliados.

Retomando o conteúdo dos “pedidos”, estes significavam, na realidade, pagamento. A solicitação como remuneração só fica explícita mais adiante quando o encarregado faz a especificação do seu pedido (chitas) para pagar às índias que fizeram a colheita do arroz. Já, para as piladeiras, um grupo de dez mulheres, incluindo, Thereza e para outro grupo de Bakairi, o funcionário anotou item por item dos objetos que cada um queria receber como pagamento. A lista continha 23 nomes com seus respectivos pedidos. Para ter uma noção das encomendas, relato os itens de Thereza: “uma faquinha, 1 prato de ferro louçado, 1 par chinelo nº 38, 1 par de brinco de argola, uma banheirinha, 1 botija brilhantina, 1 cobertor, 6 metros de chitão”. Os pedidos de Thereza encabeçam a lista e é, em disparada, a solicitação mais numerosa. Os outros pedidos chegam a ter no máximo quatro itens.

Além das encomendas, na verdade, significarem remuneração de trabalho e não concessão por dádiva, que, em princípio, a narrativa nos faz crer, há também, relações trabalhistas com forte carga de trabalho. Pelo relato de Lício, o trabalho desenvolvido foi de uma colheita inteira e de todo o beneficiamento do arroz, podendo significar dias e mais dias de trabalho, na melhor das hipóteses. Esse labor, no final das contas, significou um corte de pano de chita para as “índias” que colheram o arroz. Para os “índios e índias” que pareciam ter estabelecido relações de proximidade com o encarregado, o esforço significou alguns objetos a mais, que em termos monetário, tampouco tinham valor considerável. No entanto, desloco a minha atenção para o fato dos índios terem estabelecidos o que “ganhar” na troca, ou ainda, na negociação trabalhista. Esse fato, no meu entendimento, move a ação para outro tipo de relação que não estava pautada pelo dom, mesmo havendo um forte apelo por parte do funcionário em querer dar a conotação às relações de trabalho através das relações de troca. Talvez, o funcionário quisesse estabelecer esse compromisso laboral nos termos da economia da dádiva, visando um melhor entendimento por parte dos índios, já

que a relação estava se dando com índios e, esta linguagem, eles entendiam. No entanto, isso não deveria significar as mesmas atitudes que um dono de barracão nos seringais da região. Tendo a formular que a diferença entre o posto e o barracão, em relação à mão de obra indígena, estava apenas no cessar da violência, condição comum nos diversos trabalhos assumidos pelos índios fora dos limites do posto.

Com a intenção de complexificar a situação, retomo o caso dos Bororo, que ainda, naquele período de início da década de 1940, eram considerados “selvagens”, situação oposta à dos Bakairi. Dentro da povoação, em 1919, os trabalhos só começaram a ter certa “regularidade” com mão de obra Bororo, no momento em que o Inspetor passou a pagar com dinheiro as suas jornadas laborais nas lavouras e a abrir o barracão de mercadorias nos finais de semana para que eles pudessem comprar o que desejavam. Nesse caso, a política econômica do barracão estava explícita, ao mesmo tempo, o fato demonstra que os “selvagens” Bororo tinham claro como queriam estabelecer as relações com os funcionários, mesmo que essas relações fossem ao modo da economia do barracão, isto é, de uma economia de exploração.

A partir desses dois contextos diferentes, elaboro a hipótese do SPI reproduzir a economia do dom, mesmo depois da ida dos grupos indígenas para dentro dos limites do posto, no mínimo, por dois fatores: o primeiro por uma postura cômoda de tê-los sob o controle, principalmente, sob os mandos do encarregado, que estabeleceu, na maioria dos casos, sem medo de errar, relações de poder e dominação, com o único objetivo de fazer do posto indígena, sua fazenda particular, enxergando apenas a administração e os números positivos de safra, área plantada, colheita, criação de gado, cavalo, porcos etc. Logo, esses números eram o principal de sua administração, já os índios que deveria ser o foco, tornam composição, base da estrutura de produção. Se os trabalhos iam bem, consequentemente, os índios estavam “progredindo”, “evoluindo”, pois, estavam inseridos no sistema de trabalho. Assim, o que dignificava era a inserção no trabalho e não a remuneração desse trabalho. Afinal, eram índios e não entendiam o valor do dinheiro.

O segundo fator está na concepção de indianidade dos agentes do SPI. Retomando o trecho das instruções que estipulava para quem deveriam destinar a dádiva, um dos itens termina dizendo: “Jamais haverá em nenhum posto falta de um trabalho útil qualquer, que

um índio não possa fazer, com agrado e sem sofrimento”. A ação do Serviço, ao tratar de um dos princípios ativo da política (a dádiva), apontava o trabalho (que tinha todo o seu discurso de ser dignificante, disciplinador, levantador da moral, civilizador) como contrato recíproco, isto é, dádiva por um trabalho útil qualquer. Logo, uma faquinha por um dia pilando arroz, por exemplo. Com isso, retomando Lévi-Strauss, o valor do objeto está na relação com o outro. Logo, percebendo a ação dos funcionários na direção para com os índios, os valores dos objetos doados e trocados eram insignificantes, eram caramelos. A partir disso, formulo: o valor era pouco porque os índios eram “poucos”. Esses “outros” que os agentes relacionavam, mediados pelos brindes que poderiam ser trocados por um trabalho útil qualquer, não passavam de “crianças grandes”, incapazes, de difícil entendimento, “brutos por excelência”³²¹.

Por conta deste entendimento, retomo a cena das crianças Bakairi recebendo caramelos. Desta vez, apresento outra imagem (SPI02759) com a intenção de perceber a mesma ação, só que em outro ângulo.



Imagem SPI02759 – *Distribuição de caramelos a crianças Bakairi*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Essa imagem e a outra (SP02760), disposta mais acima, compõem a sequência de captura da ação: “distribuição de caramelos a crianças Bakairi”. Mesmo após ter trilhado vários documentos que revelavam as relações sociais mediadas pelos brindes, tendo como uma das inspirações a cena exibida acima, farei uma reflexão, junto a essa imagem, que

³²¹ Microfilme 200. Fotograma 637. SARQ – MI. RJ.

ainda me incomoda como se fosse uma ferida (Barthes, 1982, p. 46), e ainda guiada pelas considerações de Lévi-Strauss.

Antes, trago um detalhe dessa última foto que revela aparentemente o mesmo argumento da anterior, no entanto, o ângulo e os gestos dos sujeitos fotografados são outros, nos proporcionando ser mais uma vez, *spectador*, ao modo de Barthes (1982). O conjunto dos elementos da fotografia me faz notar a relação, a costura e, ver no campo de visão da foto, principalmente, crianças e caramelos. Pensando sobre a cena, o que, talvez fosse lógico, imaginar a partir dos elementos selecionados pelo meu olhar, seria no centro do palco, olhares ansiosos, de um querer e um desejo quase que incontrolável para obter os doces. Olho novamente para a fotografia e noto o contrário. Uma paciência em esperar a vez para ganhar um punhado de balas, a permanência dos meninos e meninas perfilados antes e depois de ganhar a guloseima. A relação, sujeito e objeto, até aparece simétrica, em um primeiro momento, se pensarmos na correlação criança e doce, elementos que se casam, tomando como referência o ocidente e o olhar etnocêntrico em colocar a união desses elementos como natural, saboroso e perfeito. Sim, que há um a dois olhares com certa expectativa ou curiosidade, mas, nada de euforia e sorrisos abertos.

Porém, o incômodo continua. Nisso, provocada pela imagem e procurando a quebra, faço o exercício de cercar com palavras o princípio ativo da ação indigenista, o brinde. E uma coleção de sinônimos aparece: brinde, donativo, mimo, oferta, lembrança, benefício, ser barato, custar pouco, esmola etc. Com isso, me vi hipnotizada pela imagem sentindo, na realidade, a necessidade de continuar refletindo sobre o valor simbólico do brinde, isso porque, o valor monetário somava grandes despesas se fosse calculado em um montante e frequência e, não necessariamente, em unidades e especificidades dos objetos. Desde o momento que olhei para imagem, parti para uma lógica imediatista de olhar para a correlação sujeito e objeto. E talvez por isso, olhava a imagem e ela me provocava na sua ambiguidade, mas, mesmo assim, algo eu sentia, mas não via. Eu estava olhando para os caramelos com o significado de donativo e, por fim, de esmola. Que ao final eram. Pelo menos, fiz o esforço de demonstrar em linhas anteriores. Mas, o percurso para chegar a tal afirmação não é esse que se apresenta, pois, desta forma, eu estava presa ao valor monetário das guloseimas, assim, como ao valor monetário dos colares de contas de vidros, dos anzóis

e da “faquinha” para Thereza.

Desde a primeira vez que vi essas imagens, eu as entendi e vi a relação acontecendo entre índio e sociedade nacional, mas, não conseguia identificar o valor imbricado nessas relações e muito menos, se esse valor estava localizado em algum lugar específico na imagem ou se estava localizado no conjunto dos elementos que formavam o cenário. Depois de olhar e refletir sobre, ver e rever muitas vezes, algo se apresentava. Meu olhar parou nos gestos dos fotografados (menino recebendo caramelos da mão do agente do Serviço) e, o interessante, que estes não tinham o conhecimento dos seus gestos. Então, a imagem pareceu revelar o que estava oculto, ou melhor, o que estava à mostra, mas que eu não enxergava. As considerações de Lévi-Strauss (1982) estavam presentes na imagem, “o valor do objeto estava na relação com o outro”. E essa relação com o outro estava no ato de doar e receber os caramelos. Estava na ação através dos gestos da criança recebendo os caramelos das mãos do funcionário. E nessa ação em curso, sem conhecer o contexto da imagem, olho e vejo o menino com a sua mão estendida, pedindo. Ou ainda, olho a mão estendida, esta se apresenta de forma polida, mais do que acanhada, para receber um punhado de balas. A mão que doa as balas possui uma sutileza no gesto. Não há agressividade, no entanto, há uma feição séria do moço que dá os caramelos, muito diferente, dos outros funcionários que doaram os brindes aos “xinguanos” que expressavam certo contentamento. Será que esse funcionário era um “índio civilizado”? Provavelmente, podendo até ser um Bakairi. Na década de 1920, os documentos apontam três índios como funcionários do posto: Antonio Victorino da Silva (residente nas imediações do posto), Izidoro Ferreira e Pedro Juruena Apiacá (residentes no posto). Mesmo assim, não dá para fazer tal afirmação, pois, na documentação aparece apenas a identificação dos funcionários de alto escalão, além do jornalista Edmar Morel. Os outros trabalhadores (diaristas e auxiliares) estavam presentes, mas sem serem nomeados, até porque eram trabalhadores, sem prestígio algum dentro da estrutura hierárquica do SPI.

Fazendo uma rápida reflexão a partir desse moço sério que faz a entrega dos caramelos. Se este fosse índio, a ação dele, de fazer a entrega das balas, poderia estar pensada como educativa bem como a cena da menina Bakairi fazendo a entrega dos brindes ao “xinguano”. Como se ele fosse o espelho para aquelas crianças, pois, para o SPI, aquele

moço tinha chegado ao topo do que seria a civilização para os índios. Vale atentar ainda, que a ação, mesmo educativa, estava imbricada de relações de poder, por se tratar de um “índio civilizado” adulto em relação à criança-índia, em processo de aprendizado.

Retomando a ação inserida no seu contexto, a mão que se estendia era para receber a retribuição da dádiva que tinha ofertado (apresentação do hino nacional no evento para doação de brindes aos “índios do Xingu”) e, não o contrário, de receber a dádiva para ficar refém, para ficar com a dívida. A partir dessa observação, é interessante perceber a inversão dos valores nas relações que se estabeleciam para com os índios. Em quase todas as ações estava naturalizada a produção da dívida, estando os índios sempre na condição de precisar retribuir, principalmente com trabalho (qualquer um). E quando acontecia o contrário, ainda assim, a imagem construída era invertida. Como acontece com essas fotografias, de doadores passaram à condição de pedintes. Ao longo da convivência entre índios e sociedade nacional, essas duas imagens foram construídas, incutidas e veiculadas seja por meio dos relatos administrativos seja pelas imagens produzidas através das câmaras filmadoras e fotográficas.

O que parecia ser o lógico desde que começamos a olhar para essa questão, os brindes eram doados pelos funcionários ou por qualquer outro “representante” da sociedade nacional. Estes estabeleciam a economia do dom, eram os doadores. Eram eles também que estipulavam o que queriam receber como contradom, isto é, horas ou dias de trabalho na lavoura, colher, plantar, pilar. Do contrário, mesmo doando, a performance dos índios era de estar recebendo. Mesmo pagando pelos objetos por dias de trabalho, os termos nos documentos eram claros: “pedidos dos índios”.

O menino Bakairi e seus colegas de escola, na ocasião, tinham doado a apresentação de canto do hino nacional. Como já disse, muito provavelmente foram convocados para estarem no pátio do posto, no dia e horário. Nessa convocação pesou o “valor moral” do delegado, do jornalista e de outras pessoas tidas como importantes na estrutura funcional do SPI, inclusive, a equipe de cine-fotografia. Por esse contexto, lanço a hipótese também, como na maioria das imagens feitas na ambiência do posto, dos grupos indígenas se disporem a estar presentes, em fazer o movimento de sair de suas casas e chegarem ao pátio da aldeia, mesmo estando explícitas fortes relações de poder e de controle por parte dos

encarregados. Percorremos as principais imagens que retratavam esse evento em especial e pudemos verificar o sucesso da ação, através das imagens e dos relatos entusiasmados do delegado Álvaro Duarte ao Coronel Rondon. A parte que cabia às crianças estava impecável – todos perfilados, sem tumulto, tranquilos, obedientes, pacientes com o sol, organizados e uniformizados. Com isso, tenho a hipótese que os Bakairi nutriam um valor pelos funcionários, principalmente, para com os de hierarquia funcional mais elevada, ainda que esse sentimento fosse performatizado, fosse de apropriação, fosse político e de interesse.

A assimetria dessas relações era tão absurdamente desigual, imbricada de relações de poder, a ponto de os funcionários estipularem a dádiva aos Bakairi e eles aceitarem fazer a doação, nos termos dos agentes. Nesse caso, foram políticos, estratégicos? Penso que sim. Pois a relação com o outro, partindo dos Bakairi, era não exatamente só com o encarregado do posto e seus auxiliares. Essa relação com o outro, em minha leitura, era, principalmente, com os que tinham poder político dentro da estrutura do Serviço.

A análise que faço é que os Bakairi sabiam o valor do ritual cívico com o hino nacional para os agentes do SPI, principalmente, para os que ocupavam os cargos mais elevados como o delegado Álvaro Duarte. E como queriam estabelecer relações mais próximas com os funcionários que trabalhavam fora dos limites do posto, cumpriram o trato, pelo menos, com a disposição das crianças e mulheres Bakairi no pátio do posto. Partindo desta leitura, a relação dos Bakairi para com os agentes era de valor estimado, mesmo com intenções políticas e de interesses aí imbricada, o que não é diferente, no sentido contrário, em que o pouco valor estimado, também estava pautado por outros interesses, fossem econômicos, políticos etc.

Para fechar o capítulo, apresento um documento com a intenção de seguir apontando a necessidade de continuar pensando sobre as relações entre os grupos indígenas e os segmentos da sociedade nacional. Trago este documento por entender que ele guarda a mesma característica ambígua das últimas duas imagens aqui trabalhadas. Só que com uma especificidade, quem o produziu não foi um membro da sociedade nacional e sim, o Bakairi Bernadino, em 1925.

Posto dos Bachairis 10 de janeiro de 1925.

Ilmº senhor doutor chefe dos índios

Este índio por nome Bernadino manda pedir a v. s. no caso puder mandar para ele

um arreio com freio, estribo e espora e assim também meia dúzia de fivela pequena também e o pagamento da quantia do valor será recebido aqui no posto e assim receba recado do seu índio.
Bernadino Pereira de Campos³²².

Conclusão.

O que chama atenção nessas relações de troca que foram estabelecidas entre índios e funcionários do SPI, principalmente, no âmbito do posto indígena, não é o gosto pelo trabalho e o envolvimento que alguns grupos desenvolveram ao longo do tempo de convivência com a existência dos postos indígenas nas proximidades das aldeias. A reflexão que julgo importante é que o Serviço tinha um discurso de envolvimento dos grupos indígenas na sociedade nacional, com bases firmes, através do trabalho, mas, à medida que essas relações de trabalho iam se configurando, com frequência e de maneira sistematizada, não havia da parte do Serviço, principalmente, da parte do encarregado, o homem do SPI no posto indígena, o mediador imediato dessa interação, o estabelecimento de regras trabalhistas, de horas de trabalho por pagamento equivalente. No caso do posto Simões Lopes, desde que os Bakairi foram, ao longo dos anos, mudando para o espaço que estava, praticamente ao lado da sede do posto, estava certo que para esse grupo, o posto não tinha as características de atração. Ele se conformou, nos termos denominados, de assistência, educação e civilização para o grupo Bakairi e, vários documentos, mostravam a inserção no mundo dos “brancos”, dando claras evidências de entenderem perfeitamente como funcionavam as relações de trabalho via remuneração. No entanto, os brindes continuaram a fazer parte das relações mantidas entre Bakairi e funcionários, mesmo depois que estes passaram a morar no espaço do posto. Na realidade, há fortes indícios, de que os brindes, até o ano de 1945, recorte temporal desta pesquisa, continuaram sendo fornecidos concomitante com as relações de troca, de trabalho por mercadorias. A pergunta é: se havia tal discernimento de como funcionavam as relações de trabalho no mundo dos “brancos” e estavam dispostos a isso, porque não relações trabalhistas remuneradas?

³²² Microfilme 213. Fotograma 428. SARQ – MI. RJ.

O que a documentação escrita e imagética nos permite imaginar e afirmar é que as estruturas mentais desses funcionários ainda estavam presas em uma concepção de indianidade em que entendiam os índios com estruturas mentais de crianças, de que a evolução para eles tinha limites. Essa estrutura mental do índio como “criança grande” foi a base de sustentação para acomodar várias outras inflexões que culminaram em ações naturalizadas de relações de poder, de controle, de dominação e, por fim, de exploração. Tudo isso imbricado a partir da fissura mental de conceber o índio como menor, incapaz, infantil, enfim, inferior.



CADERNO ICONOGRÁFICO
Anexo capítulo VI
Pontos de sutura nos Postos de Atração.

Evento de doação de brindes aos índios do Xingu no posto Simões Lopes.



Imagem SPI02740 – *Grupo de alunos Bakairi assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02748 – *Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02749 – *Índios Xinguanos de diversos grupos indígenas assistindo o hasteamento da Bandeira Nacional no Posto Indígena.* Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02754 – *Menina Bakairi oferecendo presente a um índio Xinguano.* Foerthmann, Heinz. 1943



Imagem SPI02753 – *Distribuição de presentes aos índios Xinguanos.* Foerthmann, Heinz. 1943.

Imagem SPI02756 – *Edmar Morél, repórter dos Diários Associados, oferecendo presente a índio Xinguano.* Foerthmann, Heinz. 1943.

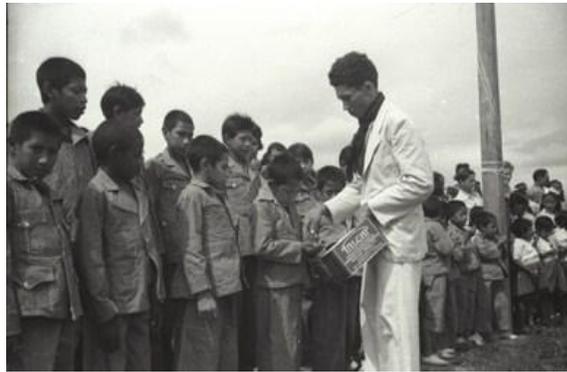


Imagem SPI02758 – *Otaviano Calmon presenteando índio Xinguano*. Foerthmann, Heinz. 1943.
Imagem SPI02759 – *Distribuição de caramelos a crianças Bakairi*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02761 – *Índios Xinguanos apreciando os presentes que ganharam*. Foerthmann, Heinz. 1943.
Imagem SPI02762 – *Álvaro Duarte dando presente a uma índia Xinguana*. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02764 – *Álvaro Duarte dando presente a uma índia Xinguana*. Foerthmann, Heinz. 1943.

Expedição Xingu - Doações de brindes.



Imagem SPI03776 – Índios Trumai à margem direita do rio Culuene recebendo presentes. Foerthmann, Heinz. 1944.

Imagem SPI03777 – Índios Trumai à margem direita do rio Culuene recebendo presentes. Foerthmann, Heinz. 1944.



Imagens SPI08173, SPI08174 e SPI08175 – Distribuição de roupas e brindes entre os índios que acompanharam a equipe do Serviço de Proteção aos Índios até o posto indígena. Foerthmann, Heinz. 1944.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imaginar é dar ao imaginário um pedaço de real para roer.
Sartre

A construção desta tese foi norteadada pelo objetivo de partir dos índios objetificados nas fotografias de três coleções fotográficas do SPI e encontrar os Bororo, Terena, Bakairi e alguns membros dos povos Auity, Meinaco, Yanhuguá (Kalapalo), Aualapiti, Waurá etc. agindo e participando das atividades nos espaços dos postos indígenas. Ao me deparar com esse desafio, me vi nessa citação de Sartre, com *um pedaço de real para roer* e desse percurso de “roer” lancei mão da biografia dos elementos que compõem as fotos através de bibliografias etnográficas do período e da documentação escrita do Serviço para possibilidades de leituras e interpretações.

No olhar que procura (Barthes, 1984), parti das imagens que apresentavam os autores das fotografias e trilhei um caminho de tentar captar a constituição dos olhares dos que fizeram os registros. O percurso biográfico inicial dos fotógrafos Harald Schultz e Heinz Foerthmann (os fotógrafos) nos levou aos membros do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), em especial, aos da área de antropologia e ao presidente do Conselho Cândido Mariano Rondon. O exercício nos revelou um panorama das intenções desses que operaram a máquina fotográfica e, ainda, através de imagens que documentaram as ações da equipe de foto-cinematografia, compreendemos um trabalho orquestrado com equipamentos e técnicas de produção com a intenção de captar as imagens de acordo com as instruções pensadas e planejadas por um corpo de pessoas que estavam, hierarquicamente, acima dos funcionários da equipe da Seção de Estudos e dos postos indígenas em questão.

Em seguida, o trabalho foi de entrar nos limites dos postos e nesse ato de descortinar, encontramos fotografias das fachadas com casas de alvenaria, pátio limpo demonstrando imagens contínuas, fotografadas com a intenção de mostrar a estrutura una. Ao eleger os elementos que compõem o cenário dessas fachadas, encontramos uma área sombreada por essas edificações de alvenaria, estava ali, demonstrada, primeiramente,

através da legenda informando que na tal fotografia panorâmica, ao fim das construções que constituía o posto, estava a aldeia. Essa zona sombreada da fotografia parecia, na documentação escrita, em muitos momentos, como parte de um tempo passado, primitivo e longínquo. Ao eleger os elementos das imagens encontramos dois mundos dentro de um, com casas dos postos de um lado e casas das aldeias de outro. Duas casas praticadas pelos Bororo, Terena e Bakairi, de forma a permitir refletir sobre as ações e atuações desses grupos nessas micro-espacialidades caracterizadas como o “posto indígena”. Como afirma Certeau (1994, p. 202)

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.

Ao procurar dentro desses espaços encontramos os grupos indígenas produzindo essas operações de orientação e circunscrição que nos permitiram vê-los atuando, agindo e vivendo nos “postos indígenas”. Nesse ato de estar, atuar, agir e viver, por meio das fotografias, nos deparamos com atuações/ações cheias de ambiguidades que nos permitiram refletir ora do olhar de quem produziu e ora do olhar de quem se deixou reproduzir nas fotografias. O exercício que fizemos nos permitiu encontrar vários níveis de ambiguidades em várias circunstâncias. Situação permitida pela ambiguidade inscrita na própria fotografia, como afirma Edwards:

A fotografia contém e constringe dentro de seus próprios limites, rompendo o equilíbrio e o fluxo natural desses processos que são o centro do estudo histórico. O fragmento de espaço e tempo é transportado em sua totalidade aparente a espaços constituídos de forma diferente, em direção aos seus definidos limites entre nós e o passado, de presença e ausência, de materialidade e imaterialidade. O tempo e o evento (ou o acontecimento, *prefere-se*) fundem-se, fazem-se realmente tempo, esse passado, faz-se evento, as aparências e significâncias do momento elevados pela fotografia (Edwards, 1998, p. 43).

E como afirma Maresca ao discorrer também sobre a ambiguidade no campo da fotografia documental onde se misturam constantemente efeitos de conhecimento e efeitos de visão, *onde se conjugam, e mais frequentemente se embaralham, uma capacidade de observação e a afirmação de um olhar* (Maresca, 1998, p. 143).

No olho/olhar que mergulha na foto deparamos com esse aspecto inerente da

fotografia que nos fez fazer a escolha de partir das imagens como um método de pesquisa capaz de não prender-nos aos próprios limites do enquadramento, permitindo-nos eleger um elemento, um gesto, um olhar, a paisagem ou ainda a intuição, o sentimento invocado e evocado e trilhar trechos da documentação escrita, etnografias do período ou ainda anteriores à produção fotográfica. Esse exercício se revelou produtivo e de possibilidades múltiplas, variadas, praticamente sem limites de interpretações dessas três coleções.

Desse montante de milhares de fotografias e de muito mais possibilidades de leituras e apreensões, fiz uma pequena incursão entrando no posto indígena, *célula mater onde o SPI apoia toda sua ação civilizadora, e, por conseguinte, toda a beneficência oficial, em favor dos ameríndios brasileiros*³²³, e espero ter mostrado que em meio às relações pautadas em situação colonial, como bem aponta o documento de divulgação da Seção de Estudos de 1945, os Bororo, Terena, Bakairi, Auity, Meinaco, Yanhugá (Kalapalo), Aualapiti, Waurá etc., conseguiram se movimentar nas fronteiras espaciais e conceituais do posto/aldeia imprimindo agenciamentos no modo de estar, de atuar, de participar e de viver sob a tutela do SPI.

As coleções permitem muito mais que navegar nos inúmeros elementos e camadas que compõem essas fotografias, que chegam ao número de milhares. As possibilidades são variáveis e dependendo ainda dos diversos métodos de abordagem, a tendência é ampliar ainda mais as novas formas de olhar para esse material. Dentre as variáveis, uma sugestão de caminho é segui-las a partir das trajetórias de circulação desse material fotográfico para além do Brasil. Remexendo os documentos da Seção de Estudos, há muitos pedidos de envio de material fotográfico produzido pela equipe da Seção de Estudos, para instituições de comunicação (jornais, em sua maioria), instituto indigenista interamericano, embaixadas, pesquisadores de universidades e museus de vários países, entre eles: França, Dinamarca, Estados Unidos, Inglaterra, para citar alguns. Penso que seguir os rastros de circulação dessas imagens pode nos levar a searas interessantes do consumo e da produção do imaginário dos povos indígenas do Brasil e, mais, nesse consumo percebê-las no processo de retorno, de perceber as construções diante do espelho.

³²³ Documento “Série Divulgação” da Seção de Estudos de 1945, do chefe da Seção de Estudos, Herbert Serpa. Microfilme 2A. Fotograma 0000877. SARQ – MI. RJ.

REFERÊNCIAS

1. Fontes documentais

- Microfilme 197. Fotograma 000889. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 200. Fotogramas 000635 e 000636. SARQ-MI. RJ.
- Microfilme 200. Fotograma 571. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 209. Fotogramas 91, 92 e 93. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 209. Fotograma 1959. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 209. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 209. Fotograma 000979. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 209. Fotograma 679. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 209. Fotograma 1961. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 213. Fotograma 235. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 213. Fotograma 240. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 213. Fotograma 241. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 213. Fotograma 327. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 213. Fotograma 350. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 213. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 213. Fotograma 428. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 213. Fotograma 453. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 213. Fotograma 478. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 216. Fotogramas 00005 e 00006. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 216. Fotograma 0007. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 216. Fotograma 000016. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 218. Fotograma 00016. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 218. Fotograma 1475 a 1503. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 218. Fotogramas 435, 436 e 441. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 218. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.
- Microfilme 218. Fotograma 1475. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 221. Fotograma 647 e 648. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 221. Fotograma 1040. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 223. Fotograma 942. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 223. Fotograma 0940. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 223. Fotograma 948. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 223. Fotograma 00291. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 231. Fotograma 000239. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 242. Fotograma 925 e 926. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 242. Fotograma 000928. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 242. Fotograma 000931. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 242. Fotograma 000925. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 242. Fotograma 927. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 253. Fotograma 0002019. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 253. Fotogramas de 689 a 717. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 253. Fotograma 1284. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 253. Fotograma 329. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 262. Fotogramas 953, 954 e 955. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 263. Fotograma 1283. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 263. Fotograma 1615. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 253. Fotograma 002019. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 263. Fotograma 1656. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 267. Fotograma 1640. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 269. Fotograma 000285. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 279. Fotograma 000242. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 279. Fotograma 00020. SARQ - MI. RJ.
Microfilme 279. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 329. Fotogramas 537^a – 561. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 336. Fotogramas 0581-0583. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 339. Fotograma 764. SARQ – MI. RJ.
Microfilme 339. Fotograma 000357. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 339. Fotograma 000357. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 1093. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 1064. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 00001090. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 00001093. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 0001163. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 1093. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. Mas, a referência anotada – próximo do fotograma 1215. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 889. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 1071. Relatório de 1915. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 1076, SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Fotograma 00001093. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. Há uma referência “pág. 08” no documento. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 379. Número de fotograma sem visibilidade. Número de página 00057 do relatório de 1929.

Microfilme 380, Fotograma 929. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 1225. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 1278. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 1229. SARQ MI – RJ.

Microfilme 380. Fotograma 00001605. SARQ MI – RJ.

Microfilme 380. Fotogramas 1211 a 1221. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotogramas 0000673 e 0000674. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 818, SARQ – MI. RJ

Microfilme 380. Fotograma 870. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 884. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 886. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380, Fotograma 000889. SARQ – MI. RJ

Microfilme 380, Fotograma 929. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 1220. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 00001217. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 00001231. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 1233. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 1267. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 380. Fotograma 1679. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 382. Fotograma 059. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 382. Fotograma 579. SARQ – MI. RJ.

Microfilme 382. Fotograma 617. SARQ – MI. RJ.

Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro. Nº 07. Junho de 1942.

Conjunto de relatos da Comissão das Linhas Telegráficas, editado pelo Jornal do Comercio em 1916. Acervo da Biblioteca Amidicís Tocantins, UFMT/Cuiabá.

1.2 Documentos Eletrônicos

MOTTA-JUNIOR, José C.; BUENO, Adriana Arruda e BRAGA, Ana Cláudia R. *Corujas Brasileiras*. Acesso em 10 de novembro 2011. Disponível: <http://www.ib.usp.br/labecoaves/PDFs/pdf30CorujasIBC.pdf>

MENQ Willian. *Aves de Rapina do Brasil*. Informações acessadas no dia 20 de novembro de 2011. Disponível endereço eletrônico: http://www.avesderapinabrasil.com/pulsatrix_perspicillata.htm

2. Bibliografia

- ALMEIDA, M. A. 2002. "*Cibáe Modojobádo*" - a Rosa Bororo e a "Pacificação" dos Bororo Coroado (1845-1887). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. 2003. *Metamorfozes indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. 1997. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- ALTENFELDER SILVA. 1976. Religião Terêna. In: SCHADEN, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.
- AMOROSO, Marta Rosa. 1998. Mudança de hábito. Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 13, n. 37.
- _____. 2001. Nimuendajú às voltas com a história. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP. V. 44. Nº 2.
- _____. 2002. *Conquista do Paladar. Os Índios, o Império e as Promessas da Vida Eterna*. Comunicação apresentada no Seminário (FUNARTE) "Brasil 500 Anos. Experiência e Destino, Nação e Região".
- APPADURAI, Arjun. 2008. *A vida das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense.
- ARRUDA, Lucybeth Camargo de. 2003. *Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de Civilização e Táticas de Resistência. 1913-1945*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.

BALDUS, Herbert. 1979. *Ensaio de etnologia brasileira*. 2. Ed. São Paulo. Ed. Nacional (Brasiliense; v. 101).

BARBOSA, Andréa. 2006. *Antropologia e imagem*/ Andréa Barbosa e Edgar Teodoro da Cunha. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.

BARROS, Edir Pina de. 1977. *Kura Bakairí/Kura Karaíwa: Dois Mundos em Confronto*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade de Brasília. Brasília.

_____. 2003. *Os Filhos do Sol: História e Cosmologia na Organização Social de um Povo Karib: Os Kurã-Bakairi*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

BARTHES, Roland. 1984. *A Câmara Clara. Notas sobre a fotografia*. Tradução de Júlio Canstãniol Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

BOCCARA, Guillaume (CNRS-CERMA). 2000. Antropología Diacrónica. Dinámicas culturales, procesos históricos, & poder político. Publicado em *Lógica Mestiza em América*, G. Boccara & Sylvia Galindo, eds., Temuco, Instituto de Estudios Indígenas, Universidad de la Frontera. P. 11-59.

BORGES, Paulo H. P. 2003. *Fotografia, História e Indigenismo: A representação do real no SPI*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BOSI, Alfredo. 2004. O Positivismo no Brasil: Uma Ideologia de Longa Duração. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *Do Positivismo à Desconstrução: Idéias Francesas na América*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. P. 17-47.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. 2002. *A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos*. São Paulo. Perspectiva.

BROCA, M. P. 2006 [1879]. Instrucciones generales para las investigaciones antropológicas. In: NARANJO, Joan. *Fotografía, antropología y colonialismo (1845-2006)*. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona. P. 80-81.

BURKE, Peter. 2004. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru, São Paulo. EDUSC.

BUXÓ I REY, M^a Jesús. 1998. Mirarse y agenciarse: espacios estéticos de la performance fotográfica. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Perspectivas em Antropología Visual. Tomo III. Cuaderno Segundo. Madrid. P. 175-189.

CABRAL, Octaviano. 1963. *Histórias de uma região – Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia*.

CALVO Luis C. 1997. Imagen y ciencia. En torno a la indagación sobre la búsqueda de la naturaleza biológica de la cultura. *Quark* (Barcelona). Nº 9. P. 25-35.

_____. 1998. Fotografia y antropologia em Espanha (1839 – 1936): entre el estereotipo y la sistemática. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Perspectivas em Antropología Visual. Tomo III. Cuaderno Segundo. Madrid. P. 115-141.

CAMPOS, Sandra Maria Christiani de La Torre Lacerda. 1996. O Olhar Antropológico: O índio brasileiro sob a visão de Harald Schultz. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1968. Urbanização e tribalismo. A integração dos índios Terêna numa sociedade de classes. Rio de Janeiro. Zahar Editores.

_____. 1978. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. Brasília. Editora da UnB.

_____. 1981. *O Índio e o mundo dos brancos*. 3. Ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília; São Paulo, Pioneira.

_____. *Os diários e suas margens*. 2002. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1986. Pensar os Índios: Apontamentos sobre José Bonifácio. In: *Antropologia do Brasil*. M. Carneiro da Cunha. São Paulo. Brasiliense.
- _____. 1992a. *História dos índios no Brasil*. M. Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo. Companhia das Letras.
- _____. (Org.). 1992b. *Legislação Indígena no Século XIX: Uma Compilação: 1808-1889*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- CARVALHO, Fernanda. 1996. *Koixomuneti e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.
- CARVALHO, José M. 1990. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras.
- CASTELNAU, Francis, Comte de,. 1949. *Expedição as regiões centrais da América do Sul*. Tradução de Oliverio M. de Oliveira Pinto. São Paulo. Comp. Ed. Nacional.
- CASTRO FARIA, L. de. 1998. *Antropologia: escritos exumados. Espaço circunscrito: tempos soltos*. Niterói. EdUFF.
- _____. 1999. *Antropologia: escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói. EdUFF.
- CERTEAU, Michel de. 1994. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. - Petrópolis, RJ : Vozes. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de fazer*. 6ª edição. Petrópolis, RJ. Vozes.
- COELHO, Penteadó Vera (org.). 1993. *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

- COLBACCHINI, P. A. 1919. *A tribo dos Bororos*. Rio de Janeiro. Americana.
- COLBACCHINI, P. A. e ALBISETTI, P. C. 1942. *Os Boróros Orientais. Orarimogodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Companhia Editora Nacional.
- CORRÊA, Mariza. 1997. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*. São Paulo. USP. V. 40. N. 1. P. 11-54.
- _____. 1998. *As Ilusões da Liberdade*. Bragança Paulista: EDUSF.
- _____, 2000. O Mistério dos Orixás e das Bonecas: Raça e Gênero na Antropologia Brasileira. *Etnográfica*. Vol. IV (2), 2000, pp. 233-265.
- COSTA, Sérgio. 2006. *Diferença e Performance: a crítica pós-estruturalista ao multiculturalismo*. Congresso ALACIP. Campinas, setembro.
- DIACON, Todd A. 2006. *Rondon o marechal da floresta*. Tradução Laura Teixeira Motta; coordenação Elio Gaspari e Lilia M. Schwarcz – São Paulo: Companhia das Letras.
- DIEHL, Astor Antônio. 1998. *A Cultura Historiográfica Brasileira. Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, Ediupf.
- DOUGLAS, Mary. 2007. *Como as Instituições Pensam*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.
- DOSSE, François. 2004. *História e ciências sociais*. Tradução Fernanda Abreu. Bauru, SP. Edusc.
- EDWARDS, Elizabeth. 1998a. La expedición al Estrecho de Torres de 1898: Elaboración de historias. *Revista Española del Pacífico*. Nº 8. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

- _____. 1998b. Photography and Anthropological intention in Nineteenth Century Britain. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Perspectivas en Antropología Visual. Tomo III. Cuaderno Segundo. Madrid. P. 23.
- _____. 2001. *Raw Histories. Photographs, Anthropology and Museums*. Oxford. Publishers Ltd.
- ENTLER, Ronaldo. 1998. Fotografia e acaso: a expressão pelos encontros e acidentes. In: SAMAIN, Etienne. *O Fotográfico*. São Paulo. Hucitec. P. 281-294.
- ERMAKOFF, George. 2004. *O Negro na Fotografia Brasileira do Século XIX*. Rio de Janeiro. George Ermakoff Casa Editorial.
- FABRIS, Annateresa. 2004. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte. UFMG.
- FERREIRA, Andrey. 2007. *Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Rio de Janeiro.
- FRANCHETTO, Bruna. E HECKENBERGER, Michael (Orgs.). 2001. *Os Povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. 1990. *Indigenismo e Antropologia. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Rio de Janeiro.
- GALARD, Jean. 2008. *A beleza do gesto: Uma estética das condutas*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. 2000. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado em História Social, São Paulo, USP.

- GALLOIS, Dominique Tilkin. 2001. Sociedades Indígenas e Desenvolvimento: Discursos e Práticas, para Pensar a Tolerância. In: GRUPIONI, L. D. B., VIDAL, R. F. (orgs.). *Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade*. Edusp. São Paulo.
- GARFIELD, Seth. 2011. A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937 – 1988). Tradução Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo. Editora Unesp.
- GEERTZ, Clifford. 1999. Os Usos da Diversidade. *Revista Horizontes Antropológicos*, Nº10. P. 13-34.
- GODELIER, Maurice. 1981. Godelier: antropologia. Organizador Edgard de Assis Carvalho. Tradução de Evaldo Sintoni. São Paulo. Ática.
- _____. 2001. O enigma do dom. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- GORDON, Cesar. 2006. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo. Editora da Unesp. Rio de Janeiro. NUTI.
- GRÜNBERG, George. 2004. *Os Kaiabi do Brasil Central – História e Etnografia*. Tradução Eugênio G. Wenzel; tradução dos mitos João Dornstauder. São Paulo. Instituto Socioambiental.
- GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. 1998. *Coleções e expedições: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo. Hucitec: ANPOCS.
- HALL, Stuart. 2005. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. DP&A editora. 10ª ed. Rio de Janeiro.

- HOBBSAWN, Eric J. 1990. *Nações e Nacionalismo desde 1789*. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOWARD, Catherine V. 2002. A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai. In: ALBERT, B. e RAMOS, Alcida (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amozônico*. São Paulo. Editora Unesp.
- KODAMA, Kaori. 2009. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. São Paulo. EDUSP.
- KOSSOY, Boris. 1998. Fotografia e Memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. *O Fotográfico*. São Paulo. Hucitec. P. 41-48.
- _____. 2001. *Fotografia & História*. 2ª Ed. São Paulo. Ateliê Editorial.
- _____. 2007. *Os tempos da fotografia: O efêmero e o perpétuo*. São Paulo. Ateliê Editorial.
- LANDER, Edgardo, comp. 2005. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Traduzido por Júlio César Casarin Barroso Silva - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- LASMAR, Denise Portugal. 2008. *O acervo imagético da Comissão Rondon: no Museu do Índio 1890-1938*. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- LATOUR, Bruno. 2002. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Tradução Sandra Moreira. Bauru – SP. EDUSC.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. 1997. *Livros de viagem (1803 – 1900)*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.
- LEFEBVRE, Henri. 2006. *A produção do espaço*. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. (do original: *La production de l'espace*. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos. 2000).

LENHARO, Alcir. 1986. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*. 2ª Ed. Campinas: Papirus/Ed. Unicamp.

LÉVI, Primo. 1997. *É isto um homem?*. Tradução Luigi Del Re. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Rocco.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1976. Guerra e comércio entre os índios da América do Sul. In: *Leituras de Etnologia Brasileira*. Egon Schaden (Org.). Companhia Editora Nacional. São Paulo. P. 325-339.

_____. 1981. *A via das máscaras*. Lisboa. Presença.

_____. 1982. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. 2ª Ed. Petrópolis. Vozes.

_____. 1996. *Tristes Trópicos*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA, Antonio C. de S. 1985. *Aos fetichistas, Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, MN/PPGAS, 2v.

_____. 1989. Os museus de história natural e a construção do indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. *Revista de Antropologia*. 1987/88/89. Volumes 30/31/32. São Paulo.

_____. 1995. *Um Grande Cerco de Paz, Poder de Tutela, Indianidade e formação do estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.

_____. 2002. O Indigenismo no Brasil: migração e reapropriação de um saber administrativo. In: L'ESTOILE, B., NEIBURG, F. e SIGAUD, L. (Orgs). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ.

- _____. 2009. *As Órbitas do Sítio. Subsídios para o estudo da política indigenista no Brasil, 1910 – 1967*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, LACED/Museu Nacional/UFRJ.
- LIMA, Trindade Nísia e SÁ, M. Dominichi. (orgs.). 2008. *Antropologia Brasileira. Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte, MG. Editora UFMG; Rio de Janeiro, Editora Fiocruz. (Humanitas).
- LÓPEZ, Emilio Luis Lara. 2005. La Fotografía como documento histórico-artístico y etnográfico: Uma Epistemologia. *Revista de Antropología Experimental*. Universidad de Jaén (España). Nº 5. Texto 10.
- MACIEL, Laura Antunes. 1998. *A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da comissão Rondon*. São Paulo, EDUC.
- MACHADO, Maria Helena P. T. & HUBER, Sasha. 2010. *(T)Races of Louis Agassiz: Photography, Body and Science, Yesterday and Today. Rastros e Raças de Louis Agassiz: Fotografia, Corpo e Ciência, Ontem e Hoje*. Capacete Entretenimentos. São Paulo.
- MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.). 1996. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz/CCBB.
- MARESCA, Sylvain. 1998. Olhares cruzados. Ensaio comparativo entre as abordagens fotográfica e etnográfica. In: SAMAIN, Etienne. *O Fotográfico*. São Paulo. Hucitec. P. 135-168.
- MARTIUS, Carl F. P. von. 1982 [1945]. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil*. Tradução de Alberto Löfgren. São Paulo e Belo Horizonte. Edusp/Itatiaia (série Reconquista do Brasil, n.s.,) P. 85-107.
- MATTOS, Izabel Missagia. 2003. *Civilização e Revolta – Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. EDUSC.
- MAUSS, Marcel. 2003. *Sociologia e Antropologia*. Título original: *Sociologie et anthropologie*. Tradução Paulo Neves. São Paulo. Cosac Naify.

- MENDES, Marcos de Souza. 2006. *Heinz Foerthmann e Darcy Ribeiro: Cinema Documentário no Serviço de Proteção aos Índios, SPI, 1949-1959*. Tese (Doutorado em Multimeios). Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- MENDOZA, Carlos Alberto Casas. 2005. *Nos Olhos do outro: nacionalismo, agências indígenas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940 – 1970)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas.
- MIGUEL, Cerutti Maria Lúcia. 1993. A Fotografia como Documento. Uma instigação à Leitura. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*. Vol. 6. n. 12. Jan/Dez. P. 121-132.
- MONTEIRO, John Manuel. 1995. O desafio da História Indígena no Brasil. In Lopes da Silva, A. & Grupioni, LDB: *A temática indígena na escola*. Brasília. MEC/MARI/UNESCO.
- _____. 1996. As “Raças” Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império. In: MAIO, Marco Chor (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz/CCBB.
- _____. 2001. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. 2000. *Bases da Formação Territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec.
- MORENO, Gislaene. 2007. *Terra e Poder em Mato Grosso. Política e Mecanismos de Burla/1892-1992*. Cuiabá – MT. Entrelinhas: EdUFMT.
- NARANJO, Joan. 1998. Fotografía y antropología: los inicios de una relación fructífera. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares. Perspectivas en Antropología Visual*. Tomo III. Cuaderno Segundo. Madrid. P. 9-22.
- _____. (Ed.). 2006. *Fotografía, antropología y colonialismo (1845 – 2006)*. Traducción de Adolfo Gómez Cedillo, Cristina Zelich e Manolo Laguillo. Barcelona – Espanha. Editorial Gustavo Gili, SL.

NOVAES, Sylvia Caiuby. 1998. O Uso da Imagem na Antropologia. In: SAMAIN, Etinne. *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec. P. 113-119.

_____. (Orgs. Et al.). 2004. *Escrituras da Imagem*. São Paulo. Fapesp: Editora da USP.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1988. *O Nosso Governo: Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo, Marco Zero/CNPq.

_____. 1998. Redimensionando a Questão Indígena no Brasil: Uma Etnografia das Terras Indígenas. Oliveira, J. P. (Org.). In: *Indigenismo e territorialização poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Contra Capa.

_____. 1999. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

PASSADOR, Luiz Henrique. 2002. *Herbert Baldus e a Antropologia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

PEIRANO, Mariza. 1990. Os antropólogos e suas linhagens. (A procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reis). *Série Antropologia*. Brasília.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. (org.). 2004. *Do Positivismo à Desconstrução: Idéias Francesas na América*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

PINO-DÍAZ, Fermín, RIVIALE, Pascal y VILLARÍAS-ROBLES, Juan J. R. 2009. *Entre Textos e Imágenes. Representaciones antropológicas de la América Indígena*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

RAMOS, Jair de Souza. 2006. *O Poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense.

REVEL, Jacques. 1998. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jaques (Org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas. P. 15-38.

- _____. 2000. A História ao Rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RIBAS, João Baptista Cintra. 1990. *O Brasil é dos Brasileiros. Medicina, Antropologia e Educação na Figura de Roquette-Pinto*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- RIBEIRO, Berta. 1989. Museu e Memória: reflexões sobre o colecionamento. *Revista de Antropologia*. Volumes 30/31/32. 1987/88/89. São Paulo.
- RIBEIRO, Darcy. 1996. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo. Companhia das Letras.
- ROQUETTE-PINTO, Edgar. 1919 [1917]. *Rondonia*. 2ª Edição. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.
- _____. 1927. *Seixos Rolados*. (Estudos Brasileiros). Rio de Janeiro. Mendonça & Cia.
- _____. 1982. *Ensaio de antropologia brasileira*. 3ª Ed. São Paulo. Ed. Nacional. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. (Brasílica. V. 22).
- SAMAIN, Etienne. 1998. Um retorno à Câmara Clara: Roland Barthes e a Antropologia Visual. In: SAMAIN, E. (Org.). *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec. P. 121-134.
- SCHADEN, Egon. 1976. *O estudo atual das culturas indígenas in Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo. Companhia Editora Nacional.
- SCHMIDT, Max. 1942. *Estudos de Etnologia Brasileira. Peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos*. Tradução Catharina Baratz Cannabrava. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. (Brasílica. Série 5ª. Vol. 2).

_____. 1947. Los Bakairi. São Paulo. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série Vol. 1. P. 11-58.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo; Companhia das Letras.

SOUZA, Gilda de Mello e. 1987. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo. Companhia das Letras.

STEINEN, Karl von den. 1915. Entre os Borôros. Tradução de Basílio de Magalhães. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII. Parte II.

_____. 1940. Entre os aborígenes do Brasil Central. *Revista do Arquivo Municipal, São Paulo*, XXXIV-LVIII, Separata. São Paulo.

_____. 1942. *O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu*. Tradução de Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional.

STRATHERN, Marilyn. 2006. *O Gênero da Dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Tradutor: André Villalobos. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp.

TACCA, Fernando de. 2001. *A Imagética da Comissão Rondon*. Campinas, SP. Papirus. (Coleção Campo Imagético).

TAYLOR, A.-C. 1998 [1984]. O americanismo tropical, uma fronteira fóssil da etnologia?. *Mimeo*, tradução de Beatriz Perrone-Moisés.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. 2003. *No Bom da Festa: O processo de Construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

TAUNAY, A. d'. E. 1931. *Entre os nossos índios*. São Paulo. Melhoramentos.

- URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera. 2007. No meio do caminho havia os Bororo. Jarudori-MT, a diáspora e territorialização. *Tellus*. Ano 07. Nº 12. Campo Grande - MT. P. 67-87.
- VANGELISTA, Chiara. 1996. Política tribal. Los Bororo y la primera misión Salesiana en el Mato Grosso (1902-1905). In: VANGELISTA, C. (org.). *Fronteira, Etnias, Culturas. América Latina, siglos XVI-XX*. Abya-Yala, Quito.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios*. São Paulo. Cosac Naify.
- WITTMANN, Luisa Tombini. 2007. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajai/SC. (1850-1926)*. Florianópolis. Letras Contemporâneas.
- WOLF, Francis. 2004. Quem é Bárbaro?. In: NOVAES, F. (Org.). *Civilização e Barbárie*. São Paulo. Companhia das Letras.